

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GUILHERME PRADO ROITBERG

**CRÍTICA DA RAZÃO EUGÊNICA: A EDUCAÇÃO
PARA A CONSCIÊNCIA RACIAL EM RENATO KEHL,
SALVADOR DE TOLEDO PIZA JÚNIOR E OCTAVIO
DOMINGUES**

SÃO CARLOS - SP

2023

GUILHERME PRADO ROITBERG

CRÍTICA DA RAZÃO EUGÊNICA: A EDUCAÇÃO PARA A CONSCIÊNCIA RACIAL
EM RENATO KEHL, SALVADOR DE TOLEDO PIZA JÚNIOR E OCTAVIO
DOMINGUES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação, ao Departamento de Educação da
Universidade Federal de São Carlos, para
obtenção do título de doutor em Educação.

Orientador:

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes

Financiamento:

Capes-PrInt: processo nº 88887.569968/2020-00

Capes-DS: processo nº 88887.644568/2021-00

Código de Financiamento 001

São Carlos - SP

2023

Prado Roitberg, Guilherme

Crítica da razão eugênica: a educação para a consciência racial em Renato Kehl, Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues / Guilherme Prado Roitberg -- 2023. 457f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Luiz Roberto Gomes

Banca Examinadora: Vanderlei Sebastião de Souza, Robert Wegner, Antônio Alvaro Soares Zuin, Sinésio Ferraz Bueno

Bibliografia

1. Eugenia. 2. Educação eugênica. 3. Teoria Crítica. I. Prado Roitberg, Guilherme. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Guilherme Prado Roitberg, realizada em 19/06/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes (UFSCar)

Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza (UNICENTRO)

Prof. Dr. Robert Wegner (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Antonio Alvaro Soares Zuin (UFSCar)

Prof. Dr. Sinésio Ferraz Bueno (UNESP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Relatório de Defesa de Tese

Candidato: Guilherme Prado Roitberg

Aos 19/06/2023, às 08:00, realizou-se na Universidade Federal de São Carlos, nas formas e termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Educação, a defesa de tese de doutorado sob o título: Crítica da razão eugênica: a educação para a consciência racial em Renato Kehl, Salvador de Toledo Piza Júnior e Octávio Domingues, apresentada pelo candidato Guilherme Prado Roitberg. Ao final dos trabalhos, a banca examinadora reuniu-se em sessão reservada para o julgamento, tendo os membros chegado ao seguinte resultado:

Participantes da Banca	Função	Instituição	Resultado	Resultado Final
Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes	Presidente	UFSCar	Aprovado	
Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza	Titular	UNICENTRO	Aprovado	Aprovado
Prof. Dr. Robert Wegner	Titular	FIOCRUZ	Aprovado	
Prof. Dr. Antonio Alvaro Soares Zuin	Titular	UFSCar	Aprovado	
Prof. Dr. Sinésio Ferraz Bueno	Titular	UNESP	Aprovado	

Parecer da Comissão Julgadora*:

A banca destacou a originalidade da tese nos aspectos concernentes à relevância do tema, ao rigor teórico-metodológico da pesquisa, à qualidade das fontes primárias e bibliográficas, bem como à capacidade de dialogar com diversas áreas do conhecimento, que demarcam os estudos críticos sobre a eugenia no Brasil. Recomenda a publicação da tese na forma de artigos e livro.

Encerrada a sessão reservada, o presidente informou ao público presente o resultado. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e, para constar, eu, Profa. Dra. Sandra Aparecida Riscal, representante do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei o presente relatório, assinado por mim e pelos membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes

Representante do PPG: Profa. Dra. Sandra Aparecida Riscal

Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza

Prof. Dr. Robert Wegner

Prof. Dr. Antonio Alvaro Soares Zuin

Prof. Dr. Sinésio Ferraz Bueno

Documento assinado digitalmente
gov.br LUIZ ROBERTO GOMES
Data: 19/06/2023 13:33:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes

() Não houve alteração no título () Houve alteração no título. O novo título passa a ser:

Dedico este trabalho aos meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Esta tese¹ se iniciou *antes*, se desenvolveu *durante* e foi concluída *depois* da pandemia da Covid-19. Por esse motivo, agradeço em primeiro lugar aos pesquisadores que desenvolveram as vacinas, aos trabalhadores da saúde que salvaram vidas e viabilizaram o processo de vacinação e aos trabalhadores da educação que enfrentaram inúmeras dificuldades no ensino remoto no contexto de isolamento social. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento parcial desta tese através dos programas CAPES-DS e CAPES-PrInt (Código de Financiamento 001).

Ao meu orientador Luiz Roberto Gomes pelos inúmeros ensinamentos, pela amizade corinthiana, por ter acreditado no meu potencial como docente e pesquisador e por ter fornecido todo suporte à minha trajetória acadêmica. Ao professor Antônio Álvaro Soares Zuin e aos membros dos grupos de pesquisa “Teoria Crítica e Educação” e “Teoria Crítica e Formação Ético-Política” da UFSCar pela sólida formação baseada no referencial teórico-crítico. À professora Márcia Reami Pechula e aos colegas do grupo “Epistemologia e Educação” da UNESP Rio Claro pelos encontros filosóficos no período do mestrado. Aos funcionários, professores e colegas do PPGE da UFSCar, pelas aulas, debates, eventos e cafés repletos de inquietações, lutas e aprendizados no período do doutorado. Ao professor Sinésio Ferraz Bueno pelas contribuições sobre Teoria Crítica e Educação durante a banca de defesa.

À professora Maria Lúcia Boarini pelos livros e pelo acolhimento no “Grupo de Estudos e Pesquisas Higiene Mental e Eugenia” (GEPHE/UEM). Aos pesquisadores do grupo “História da Genética e seus impactos: raça, racismo e população no Brasil” (COC/Fiocruz) pela abertura de espaços acadêmicos, compartilhamento de fontes, discussões, sugestões e críticas ao meu trabalho. Aos professores Vanderlei Sebastião de Souza e Robert Wegner pelas contribuições no campo da História das Ciências, pelas valiosas fontes, sugestões e por incentivarem a continuidade desta pesquisa. Estendo meus agradecimentos ao Leonardo Dallacqua de Carvalho pelas contribuições no campo, pela indicação de artigos, fontes e por vislumbrar novas possibilidades de pesquisa.

Ao Adriano Godoy e à Helga Peres pela parceria e pela ajuda nos processos do doutorado sanduíche e pós-doutorado. Ao professor Lars Rensmann pela leitura atenta, pelos ensinamentos sobre racismo científico e Teoria Crítica e por supervisionar minha pesquisa na

¹ Música-tema: **Introdução.** *Tutu*, Álbum: Tutu (1986), por Miles Davis; **Capítulo 1.** *Maggot Brain*, Álbum: Maggot Brain (1971), por Funkadelic; **Capítulo 2.** *Picasso*, Álbum: Picasso (1929-1949), por Coleman Hawkins; **Capítulo 3.** *Equinox*, Álbum: Coltrane’s Sound (1964), por John Coltrane; **Capítulo 4.** *Goodbye Pork Pie Hat*, Álbum: Ah Um (1960), por Charles Mingus; **Capítulo 5:** *Florence Sur Les Champs-Élysées*, Álbum: Ascenseur Pour L’Échafaud (1958), por Miles Davis; **Capítulo 6.** *100% 13*, Álbum: III (2015), por Bixiga 70; **Considerações finais:** *Summertime*, Álbum: Um violão em primeiro plano (1971), por Rosinha de Valença.

University of Groningen. À comunidade internacional da *Sugar Homes* nos Países Baixos, cuja parceria e acolhimento foram fundamentais para a realização dessa pesquisa no exterior em plena pandemia. Um agradecimento especial ao Henk, Herish Khola, Mariana Rua, Diego Catelli, Yanzhe Liu e Oluwajuwon Caleb pelas ótimas conversas e pelo intercâmbio cultural em Groningen.

Aos alunos, professores e funcionários do Instituto Salesiano Dom Bosco, da Faculdade de Americana e da Prefeitura Municipal de Campinas pelo apoio no trabalho docente e na gestão pedagógica ao longo do mestrado e do doutorado. Aos funcionários das bibliotecas e acervos da University of Groningen (RUG), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Biblioteca Municipal de Piracicaba, Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi, Herinneringscentrum Kamp Westerbork e United States Holocaust Memorial Museum por viabilizarem essa e outras pesquisas sobre eugenia, racismo científico, antissemitismo e Holocausto.

À Melline Faggion pela amizade, pela parceria nos trabalhos sobre educação eugênica e por compartilhar de seu olhar crítico e questionador sobre o objeto. Aos professores e amigos Talita Bordignon, Enrico Bueno e Alexandra Tedesco pelas leituras, conversas, sugestões de bibliografia, pelo suporte e por todas as oportunidades abertas. Aos velhos amigos da UNESP Franca, pelo apoio emocional e pela parceria que supera governos, crises econômicas, pandemias e distâncias: Vaner Mariano, Rodrigo Rufino, Tiago Martins, Nádia Anoroza, Tadeu Medeiros, Igor Pomini, Mariana Canavezi, Rafael Gomes e Aender Guimarães.

Finalmente, agradeço à minha família, sem a qual este trabalho não teria sido possível. Àqueles que se foram, mas permanecem na memória: Marco Antônio, Maria Antônia, Vera, Michel e Porpeta. Um agradecimento especial à Margarete, Larissa, Lucas e Bart, que se mantiveram firmes no decorrer desse processo, acreditaram no meu projeto e me deram forças para prosseguir. À Fabiana e ao Panceta, que estruturaram o porto seguro no qual pude me apoiar para chegar até aqui. Obrigado por me darem forças para enfrentar e superar todos os desafios, da precarização das condições de pesquisa no país a um governo atroz que deliberadamente menosprezou a gravidade de um vírus mortal. Essa tese só foi possível graças à resiliência, à compreensão, à confiança e sobretudo ao amor que recebi de vocês.

O característico mais frisante dessa época, toda via, estava na organização do trabalho. *Todos* produziam. Muito cedo chegou o americano á conclusão de que os males do mundo vinham de tres pesos mortos que sobrecarregavam a sociedade – o *vadio*, o *doente* e o *pobre*. Em vez de combater esses pesos mortos por meio do *castigo*, do *remedio* e da *esmola*, como se faz hoje, adotou solução muito mais inteligente: suprimi-los. A eugenia deu cabo do primeiro, a higiene do segundo e a eficiencia do ultimo. Aliviada da carga inutil que tanto a embaraçava e afeava, pôde a America aproximar-se de um tipo de associação já existente na natureza, a colmeia – mas a colmeia de abelha que raciocina (LOBATO, 2020, p. 114, grifos do autor).

O presidente negro (1926)

(José Bento Renato) Monteiro Lobato (1882-1948)

RESUMO

Definida pelo polímata inglês Sir Francis Galton (1822-1911) como a ciência do melhoramento racial, a eugenia se popularizou entre a elite intelectual brasileira no contexto da Primeira República. Nas décadas de 1920 e 1930, as interpretações “moderadas” que concebiam a eugenia como sinônimo de higiene e sanitarismo foram contestadas pela ala mais radical desse movimento, que vislumbrou o aperfeiçoamento racial da população por meio do combate às “ameaças degenerativas” representadas por negros, mestiços, deficientes e trabalhadores pobres. Editado no Rio de Janeiro pelo médico e farmacêutico Renato Ferraz Kehl (1889-1974), o *Boletim de Eugenia* (1929-1933) se tornou o maior periódico especializado na ciência do melhoramento racial no Brasil. Nos anos de 1932 e 1933, sua direção foi assumida pelos professores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) Salvador de Toledo Piza Júnior (1898-1988) e Octavio Domingues (1897-1972). Transformando um jornal de propaganda em uma revista científica, os dois renomados geneticistas de Piracicaba respaldaram cientificamente a eugenia com base na genética mendeliana, garantindo a continuidade do projeto de vulgarização iniciado por Kehl. Partindo deste contexto histórico e tomando como aporte teórico-metodológico uma pesquisa documental e bibliográfica, analisamos a educação para a *consciência eugênica* ou *consciência racial* exposta nos artigos, correspondências, palestras e livros publicados pelos três diretores do *Boletim de Eugenia*. Explicitamos os fundamentos epistemológicos da educação *lato sensu* vislumbrada por esses intelectuais, contrapondo-os com o diagnóstico teórico-crítico de crise da razão elaborado por Max Horkheimer (1895-1973). Verificamos que o argumento horkheimeriano que denunciou as raízes esclarecidas da eugenia continua fundamental para a compreensão do que denominamos *razão eugênica*, a dizer, a razão instrumental e mitificada que viabilizou a disseminação da eugenia como uma ciência socialmente aceita. Constatamos que a objetificação e manipulação do sexo pela razão instrumental, segundo a qual o matrimônio e as relações sexuais deveriam se submeter às leis determinadas pela intelectualidade esclarecida, constituíram o cerne da educação para a consciência eugênica desenvolvida no *Boletim de Eugenia* e, de forma específica, na campanha empreendida por Kehl, Piza Júnior e Domingues. Verificamos que a anulação do sujeito a partir da redução do ser humano à sua natureza biológica e o discurso da imparcialidade técnica, subprodutos da face totalitária do Esclarecimento, fundamentaram as bases epistemológicas da educação *lato sensu* delineada por Galton e assimilada de forma particular pelos três diretores do *Boletim de Eugenia*. Finalmente, interpelamos as interpretações reducionistas sobre o tema, como a ideia da eugenia como sinônimo de conservadorismo, como uma pseudociência, como uma irracionalidade dissociada do progresso científico ou como um passado já superado. Concluimos com a proposição do modelo teórico-crítico da razão eugênica para a compreensão dos fundamentos epistemológicos dessa ciência, segundo o qual a eugenia não compreende uma espécie de retorno à barbárie, mas justamente o triunfo do progresso esclarecido.

Palavras-chave: eugenia; educação eugênica; Boletim de Eugenia; razão instrumental; Teoria Crítica.

ABSTRACT

Defined by the English polymath Sir Francis Galton (1822-1911) as the science of racial improvement, eugenics became popular among the Brazilian intellectual elite in the context of the First Republic. In the 1920s and 1930s, the “moderate” interpretations that conceived eugenics as synonymous with hygiene and sanitation were contested by the most radical wing of this movement, which envisioned the racial improvement of the population by combating the “degenerative threats” represented by blacks, mestizos, disabled and poor workers. Edited in Rio de Janeiro by the physician and pharmacist Renato Ferraz Kehl (1889-1974), the *Boletim de Eugenia* (1929-1933) became the largest journal specialized in the science of racial improvement in Brazil. In 1932 and 1933, its direction was taken over by professors from the Luiz de Queiroz College of Agriculture (ESALQ) Salvador de Toledo Piza Júnior (1898-1988) and Octavio Domingues (1897-1972). Transforming a propaganda newspaper into a scientific magazine, the two renowned geneticists from Piracicaba scientifically supported eugenics based on Mendelian genetics, guaranteeing the continuity of the popularization project started by Kehl. Starting from this historical context, with theoretical-methodological support in documentary and bibliographical research, we analyze the education for the *eugenic conscience* or *racial conscience* exposed in the articles, correspondences, lectures, and books published by the three *Boletim de Eugenia*'s directors. We explain the epistemological foundations of *lato sensu* education envisaged by these intellectuals, contrasting them with the theoretical-critical diagnosis of the crisis of reason elaborated by Max Horkheimer (1895-1973). We found that the Horkheimerian argument that denounced the enlightened roots of eugenics remains fundamental to the understanding of what we call *eugenic reason*, that is, the instrumental and mythologized reason that enabled the dissemination of eugenics as a socially accepted science. We verified that the objectification and manipulation of sex by the instrumental reason, according to which marriage and sexual relations should be submitted to the laws determined by the enlightened intellectuality, constituted the core of the education for the eugenic conscience developed in the *Boletim de Eugenia* and, specifically, in the campaign undertaken by Kehl, Piza Júnior and Domingues. We demonstrate that the annulment of the subject from the reduction of the human being to his biological nature and the discourse of technical impartiality, by-products of the totalitarian face of the Enlightenment, founded the epistemological bases of the *lato sensu* education outlined by Galton and assimilated in a particular way by the three *Boletim de Eugenia*'s directors. Finally, we question reductionist interpretations of the subject, such as the idea of eugenics as synonymous with conservatism, as a pseudoscience, as an irrationality dissociated from scientific progress, or as a surpassed past. We conclude with the proposition of the theoretical-critical model of eugenic reason for understanding the epistemological foundations of this science, according to which eugenics does not comprise a kind of return to barbarism, but precisely the triumph of enlightened progress.

Keywords: eugenics; eugenic education; Boletim de Eugenia; instrumental reason; Critical Theory.

LISTA DE SIGLAS

CCBE – Comissão Central Brasileira de Eugenia

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

KWI-A - Kaiser Wilhelm Institute of Anthropology, Human Heredity, and Eugenics

KWS - Kaiser Wilhelm Society

PD – Partido Democrático de São Paulo

PRP – Partido Republicano Paulista

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	15
1. Razão eugênica	26
1.1. As raízes esclarecidas eugenia	26
1.1.1. Do racialismo ao darwinismo social	26
1.1.2. Eugenia e razão instrumental segundo Max Horkheimer	34
1.2. Eugenia, modernidade e capitalismo	47
1.2.1. Eugenia e capitalismo segundo György Lukács e João Bernardo	47
1.2.2. Zygmunt Bauman e o paradoxo da racionalidade burocrática	67
1.3. A eugenia entre a generalização e a particularização	73
2. Educação eugênica: fundamentos históricos e epistemológicos	80
2.1. A educação eugênica segundo Francis Galton	80
2.2. A ascensão da eugenia no Brasil e na América Latina	82
2.3. Elitismo e exclusão: as origens burguesas da educação eugênica	94
2.4. Os grupos escolares e o saneamento da raça	101
2.5. As reformas educacionais e a Escola Nova	107
2.5.1. A educação eugênica de Manuel Lourenço Filho e Fernando de Azevedo	111
2.5.2. A educação eugênica de Antônio Carneiro Leão e Anísio Teixeira	114
2.5.3. O sistema escolar como laboratório de pesquisas eugênicas	119
2.5.4. A eugenia nas reformas de Francisco Campos e Gustavo Capanema	122
2.6. Eugenia e educação física	127
2.7. A educação eugênica nas cartilhas e manuais escolares	130
2.8. A branquidade como parâmetro de exclusão	133
3. O apóstolo esclarecido da ciência-religião: a educação para a consciência eugênica em Renato Kehl	140
3.1. Da consciência sanitária à consciência eugênica	140
3.2. A educação para a consciência eugênica em <i>Lições de Eugenia</i> (1929/1935)	146
3.3. A educação para a consciência eugênica em <i>Sexo e Civilização: aparas eugênicas</i> (1933)	170
3.4. A educação para a consciência eugênica na primeira fase do <i>Boletim de Eugenia</i> (1929-1931)	188
3.4.1. Em nome do Instituto Brasileiro de Eugenia: o <i>Boletim de Eugenia</i> em 1929	190
3.4.2. Consolidando a rede de apoio intelectual: o <i>Boletim de Eugenia</i> em 1930	207
3.4.3. A Comissão Central Brasileira de Eugenia e o <i>Boletim de Eugenia</i> em 1931	225

3.5. Índícios da campanha pela consciência eugênica no interior paulista	240
4. “Homem, não sejas macaco”: a educação para a consciência eugênica em Salvador de Toledo Piza Júnior	249
4.1. “Sob nova direção”: a educação para a consciência eugênica na segunda fase do <i>Boletim de Eugenia</i> (1932-1933)	249
4.2. A educação para a consciência eugênica de Piza Júnior no <i>Boletim de Eugenia</i> (1930-1933)	273
4.3. Rupturas e permanências da eugenia na obra de Piza Júnior	282
4.3.1. A educação para a “aversão biológica” nas décadas de 1920 e 1930	282
4.3.2. Evolucionismo e racionalismo nas décadas de 1940 e 1950	291
4.3.3. <i>Nosce te ipsum</i> e “filosofia humanista” na década de 1960	298
4.3.4. Da aposentadoria ao <i>Cogito, ergo sum</i>	310
5. “Que fiquem analfabetos”: a educação para a consciência eugênica em Octavio Domingues	317
5.1. A educação para a consciência eugênica de Domingues no <i>Boletim de Eugenia</i> (1929-1932)	317
5.2. A educação para a consciência eugênica na trilogia de Domingues	337
5.2.1. A educação para a consciência eugênica em <i>A hereditariedade em face da educação</i> (1929)	337
5.2.2. A educação para a consciência eugênica em <i>Hereditariedade e Eugenia</i> (1936)	344
5.2.3. A educação para a consciência eugênica em <i>Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)</i> (1933/1942)	350
5.3. A educação para a consciência eugênica na <i>Revista de Agricultura</i> e nas correspondências de Octavio Domingues	359
6. Crítica da razão eugênica	371
6.1. O reposicionamento do debate racial	371
6.2. Eugenia e crise da razão	383
6.3. A eugenia e o mito da imparcialidade técnica	390
6.4. Entre os “ecos” do “pseudo-pseudo”	395
Considerações finais	406
Referências	416
Fontes primárias	416
Bibliografia geral	437
Anexos	454

Introdução

Preâmbulo

Iniciarei com uma breve descrição do processo que originou esta tese de doutorado. O tema surgiu durante meu primeiro ano no mestrado em Educação na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp Rio Claro) em 2016, contexto no qual desenvolvi meus primeiros trabalhos sobre educação eugênica na Alemanha nazista e iniciei minhas leituras sobre a Teoria Crítica de Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973). As apresentações e debates nos Seminários de História da Educação organizados pelo Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe e as produções com o grupo de estudos Epistemologia e Educação liderado pela Profa. Dra. Márcia Reami Pechula foram fundamentais para que essa ideia amadurecesse através artigos e capítulos de livros sobre as relações entre educação e eugenia.

No ano seguinte ingressei no grupo de pesquisa Teoria Crítica e Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob a liderança do Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes e do Prof. Dr. Antonio Alvaro Soares Zuin, cujas leituras e discussões me permitiram estabelecer o alicerce desse projeto. A partir de então, busquei compreender a partir da Teoria Crítica os fundamentos epistemológicos da educação eugênica, tema que se tornou o cerne da minha produção acadêmica. Nesse processo, a interdisciplinaridade, elemento fundamental do projeto teórico-crítico de Horkheimer, constituiu ao mesmo tempo uma potência e um desafio. Na posição de historiador em meio a um grupo majoritariamente composto por filósofos, teólogos, psicólogos, pedagogos, músicos e sociólogos, me deparei com o seguinte questionamento materializado nessa pesquisa: quais seriam as contribuições da História para a Teoria Crítica e quais seriam as contribuições da Teoria Crítica para o campo da História, especificamente a História da Educação e a História das Ciências?

Em 2018 iniciei minhas investigações sobre as publicações do *Boletim de Eugenia* (1929-1933), o maior periódico especializado na ciência do melhoramento racial no Brasil, dirigido por Renato Ferraz Kehl (1889-1974) e pelos professores da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) Salvador de Toledo Piza Junior (1898-1988) e Octavio Domingues (1897-1972). A pesquisa que inicialmente teria como foco esse periódico se transformou, a partir dos diálogos com meu orientador, com os colegas do grupo de pesquisa e com os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, em uma crítica da razão eugênica, a partir da qual analiso os mecanismos desenvolvidos por esses três intelectuais visando a difusão da eugenia no Brasil como uma ciência racionalmente

justificada e socialmente aceita. O foco passou a ser não mais o periódico, mas a educação para a consciência eugênica ou, conforme proponho no decorrer da tese, o conceito de educação *lato sensu* desenvolvido ao longo da trajetória intelectual dos diretores do *Boletim de Eugenia*, com destaque para o período de 1926 a 1942.

No ano de 2019 realizei uma pesquisa de campo na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior e no Protocolo, Seção de Expedientes, Assistência Administrativa e Financeira na ESALQ em Piracicaba – SP, no Centro de Documentação Histórica (CEDOC) da Fundação Romi na cidade de Santa Bárbara d’Oeste – SP, no Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e nos arquivos online do periódico piracicabano *Revista de Agricultura*. Encontrei nessa longa investigação preciosas fontes direta e indiretamente relacionadas ao tema da eugenia, muitas das quais inéditas na historiografia brasileira. Trazer à tona as informações contidas nesses documentos constituiu um trabalho árduo, mas necessário, o qual espero poder contribuir para novos estudos sobre o tema em nosso país.

No ano de 2020 estabeleci meus primeiros contatos com o “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e a Eugenia” (GEPHE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob a liderança da Prof. Dra. Maria Lucia Boarini, com o qual pude debater minhas inquietações sobre os limites e as potencialidades em estudar a eugenia tendo como base a Teoria Crítica. Ao longo desse difícil ano marcado pela pandemia da Covid-19 e pela política desastrosa do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) frente à crise sanitária, aprofundi minhas leituras sobre a crítica da razão instrumental de Horkheimer e a *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer. Nesse processo, encontrei o livro *The Politics of Unreason: The Frankfurt School and the Origins of Modern Antisemitism* (2017) do Prof. Dr. Lars Rensmann, que explorou a atualidade da Teoria Crítica nos estudos sobre o racismo científico.

Com base nessa obra, elaborei o projeto *The education in the Boletim de Eugenia (1929-1933): the Brazilian biological racism and the critique of instrumental reason*, submetido ao Programa Institucional de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PrInt) no tema “Educação e processos humanos para as transformações sociais”. O projeto foi aprovado no final de 2020 e, em fevereiro de 2021, após sérios problemas com a suspensão das bolsas de pesquisa e com o fechamento das fronteiras internacionais em decorrência da pandemia, viajei para os Países Baixos para trabalhar como pesquisador visitante na Faculty of Arts da University of

Groningen, vinculado à Groningen School of Critical Theory e ao Research Centre for the Study of Democratic Cultures and Politics (DemCP).

A pesquisa do doutorado sanduíche foi supervisionada pelo Prof. Dr. Lars Rensmann, cuja obra *The Politics of Unreason* se originou a partir de seus diálogos com o sociólogo Leo Löwenthal (1900-1993), membro do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt e um dos intelectuais fundadores da Teoria Crítica. O colóquio do grupo de pesquisa nos Países Baixos, as discussões com pesquisadores internacionais e principalmente o livre acesso aos acervos das principais universidades do mundo fornecido pela biblioteca da University of Groningen me permitiram desenvolver um olhar mais amplo sobre o objeto. De modo especial, o apoio e a leitura crítica do Prof. Rensmann sobre meus artigos contribuíram para estruturar a base teórica dessa tese, na qual elaboro meu próprio modelo teórico-crítico sobre os fundamentos epistemológicos da eugenia, o qual denominei *razão eugênica*.

Em abril de 2021 participei do evento *Meet the Dutch: Perceptions of World War II*, com a presença dos historiadores Frank van Vree e David Stroband. O debate também contou a participação de Lien de Jong, sobrevivente do Holocausto, para a qual tive a oportunidade de fazer uma pergunta sobre a importância da preservação da memória histórica como resistência à barbárie². Ao final desse semestre na University of Groningen, realizei uma pesquisa sobre a eugenia nazista no Herinneringscentrum Kamp Westerbork (Países Baixos), investigando a seleção eugênica no campo de transição (*Durchgangslager*) para os campos de concentração (*Konzentrationslager*) e extermínio (*Vernichtungslager*) de Theresienstadt (Tchecoslováquia), Bergen-Belsen (Alemanha), Sobibor (Polônia) e Auschwitz-Birkenau (Polônia). O diálogo com uma sobrevivente do Holocausto e a visita ao local conhecido na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como o “Portal para o Inferno” (*Portal zur Hölle*) constituíram experiências fundamentais em minha formação e me possibilitarão elaborar futuros projetos sobre o caráter transnacional da eugenia e do racismo científico.

Retornei ao Brasil no segundo semestre de 2021 e, em meio ao processo de sucateamento das universidades públicas, cortes nos investimentos voltados à pesquisa e fuga de cérebros para o exterior, fui contemplado com uma bolsa de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-DS), que me permitiu reunir e transcrever o grande volume de informações obtidas nos acervos consultados, estabelecendo um diálogo com a bibliografia atualizada sobre o tema. O contato com os pesquisadores da

² A gravação do evento organizado pelo Studium Generale em Groningen foi disponibilizada no Youtube e pode ser acessada através do link <https://www.youtube.com/watch?v=2jsnqf9rvBg>.

eugenia e da Teoria Crítica no Brasil, a troca de fontes primárias com os colegas historiadores e os pareceres circunstanciados dos avaliadores anônimos dos periódicos científicos fortaleceram as discussões elaboradas no decorrer deste trabalho.

Findo o preâmbulo, mudaremos daqui até o final deste trabalho a voz verbal, abandonando a primeira pessoa do singular para dar lugar à primeira pessoa do plural. Esta escolha se justifica menos por uma questão de estilo, mas sobretudo porque esta pesquisa só assumiu a forma final a partir da parceria estabelecida entre o autor e seu orientador. O trabalho só foi possível graças ao acolhimento do Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes no grupo de pesquisa “Teoria Crítica e Educação”, no subgrupo “Teoria Crítica e Formação Ético-Política” e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Suas considerações desde a concepção do projeto, seu apoio ao longo das diversas reconsiderações ao pleitearmos as bolsas de pesquisa, a parceria no período do doutorado sanduíche, as indicações de leitura, empréstimos de livros e todas as valiosas sugestões no transcorrer desse longo processo se fazem presentes nas linhas e entrelinhas desta tese.

*** * ***

A sistematização científica³ da eugenia é historicamente creditada ao polímata inglês Sir Francis Galton (1822-1911). De acordo com English (2004), *Hereditary Genius* (1869) foi o primeiro texto explicitamente eugênico, no qual Galton quantificou e qualificou os seres humanos, apontando suas diferenças raciais por intermédio de uma genealogia das famílias consideradas geneticamente superiores entre a aristocracia inglesa. Quatorze anos depois, na obra *Inquiries into Human Faculty and Its Development* (1883), Galton teria registrado pela primeira vez o termo *eugenics*, definição curta para *science of improving human stock* (ENGLISH, 2004). Todavia, essa interpretação dominante na historiografia da eugenia foi contestada por Kremontsov (2018), que ponderou que a eugenia foi além dessa genealogia tradicional anglocêntrica e que o próprio Galton definiu a eugenia de formas diferentes ao longo de sua trajetória intelectual, operando modificações em suas obras e dando à sua ciência diversas acepções e significados, o que impõe inúmeros desafios a esse campo de pesquisa.

³ Conforme pontuou Nalli (2005), é necessário compreendermos a eugenia como uma ciência que se pretende científica e racional, mesmo que ela formule teorias falsas e epistemologicamente refutadas. De acordo com Stepan (2014, p. 12) “Chamar a eugenia de pseudocientífica é uma forma conveniente de deixar de lado o envolvimento de muitos cientistas proeminentes em sua elaboração, e de ignorar questões difíceis sobre a natureza política de boa parte das ciências biológicas e humanas”. Em consonância com essa perspectiva, utilizamos ao longo de nossa tese o termo *ciência* em vez de *pseudociência*. Esse debate será aprofundado no capítulo 6.

A investigação historiográfica delineada por Kremontsov (2018) está em consonância com a obra de English (2004) ao considerar *Inquiries into Human Faculty and Its Development* (1883) como o texto no qual o termo *eugenics* foi criado, mas argumentando que o artigo *Hereditary Talent and Character* (1865) publicado na influente *Macmillan's Magazine* de Londres - e não *Hereditary Genius* (1869), como afirmou English (2004) - foi o primeiro esboço da eugenia galtoniana. Kremontsov (2018) denotou, ainda, a natureza multiforme da eugenia, denunciando a utilização genérica do termo para explicar fenômenos em lugares e períodos tão diferentes, abarcando do infanticídio espartano na Antiguidade à engenharia genética contemporânea.

Ao examinar o contexto brasileiro, Souza (2016) constatou que longe de constituir um movimento linear ou homogêneo, a eugenia compreendeu um campo complexo, fragmentado e polimorfo. Esses trabalhos foram fundamentais frente a interpretações generalizantes, que resumem a eugenia ao racismo, ao darwinismo social ou a classificam como um mero subproduto do pensamento conservador, ignorando que, sob o discurso do progresso científico e da construção da modernidade que marcou o início do século XX, ela se desenvolveu de formas distintas de acordo com cada contexto sócio-histórico, ultrapassou o modelo genocida da *Rassenhygiene* (Higiene Racial) alemã e se disseminou no seio dos movimentos feminista (ORTEGA; BELTRÁN; MITJAVILA, 2018; PAUL; STENHOUSE; SPENCER, 2018), anarquista (CLEMINSON, 2008), social-democrata (CASSATA, 2011), comunista (KREMENTSOV, 2018) e negro (ENGLISH, 2004; NURIDDIN, 2021).

Diante da complexidade que permeia o campo de estudos da eugenia, a presente tese se concentra no contexto histórico no qual essa ciência foi criada, objetivando compreender seus fundamentos epistemológicos e trazer ao debate os mecanismos desenvolvidos pelos intelectuais eugenistas que permitiram a sua elaboração teórica e disseminação enquanto ciência. Para viabilizar essa proposta, realizamos uma pesquisa bibliográfica amparada pela Teoria Crítica de Max Horkheimer, especificamente os textos *The end of reason* (1941), *Eclipse da Razão* (1947/2015) e, redigido conjuntamente com Theodor Adorno (1903-1969), *Dialética do Esclarecimento* (1947/2006). Em *The end of reason*, Horkheimer (1941) considerou que a eugenia tem suas raízes no Esclarecimento (do alemão *Aufklärung*, termo usualmente traduzido para o português como “Iluminismo” ou “Ilustração”), argumento fundamental em sua Teoria Crítica, mas até então inexplorado na historiografia eugenia brasileira.

Os artigos científicos sobre eugenia baseados na Teoria Crítica se concentram no diagnóstico sobre a eugenia liberal desenvolvido por Jürgen Habermas (n.1929) na obra *O futuro da natureza humana* (2001/2016). Destacamos os textos de Amaral (2008), Schäfer (2019) e Chai (2016). Apesar de não abordarem especificamente a eugenia, Bodemann (2014), Bronner (2004; 2018) e Robertson (2014) investigaram diferentes formas de preconceito e intolerância tendo como base a chamada “primeira geração” dos teóricos críticos frankfurtianos. Os trabalhos que exploraram as teses de Horkheimer e Adorno na compreensão da eugenia “histórica” se restringem ao trabalho de Moura e Crochík (2016) e, mais especificamente ao racismo antisemita, ao livro *The Politics of Unreason* (2017) de Lars Rensmann. Esse silêncio com relação ao argumento de Horkheimer é o que nos motivou a desenvolver o presente trabalho, esperando que novas investigações possam surgir a partir deste primeiro passo.

De que maneira a eugenia se relaciona com o Esclarecimento? Quais argumentos compuseram sua racionalidade científica em seu contexto de criação e difusão na transição dos séculos XIX e XX? A partir desses questionamentos, intentamos compreender no primeiro capítulo os mecanismos e estratégias criados por Galton no processo de transformação dos preconceitos sociais e raciais em uma ciência racionalmente estruturada, socialmente aceita e amplamente divulgada no contexto internacional, latino-americano e brasileiro. Para tanto, analisaremos os argumentos elaborados por Galton nas palestras proferidas na University of London e nos encontros da Eugenics Education Society, publicadas em 1909 na coletânea *Essay in Eugenics*, dois anos antes de sua morte.

Esses ensaios fazem parte da fase mais “madura” da eugenia galtoniana, nos quais o intelectual inglês buscou explicitar seus pressupostos científicos e justificar racionalmente o seu projeto científico-religioso. Também investigaremos as discussões apresentadas em seu célebre livro *Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences*, publicado originalmente em 1869. Em um segundo momento, contrapomos o conceito galtoniano de razão com o diagnóstico de crise da razão de Max Horkheimer. Partimos da hipótese de que esse movimento nos permitirá esboçar uma epistemologia da eugenia, contribuindo para a identificação e a denúncia dos pressupostos teóricos segundo os quais essa ciência foi criada, a estrutura argumentativa na qual ela se sustentou e os mecanismos de reprodução que permitiram a sua ampla difusão.

O objetivo principal do nosso trabalho é compreender, a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica amparada pela Teoria Crítica, os fundamentos epistemológicos da educação para a consciência eugênica desenvolvida pelos três diretores do *Boletim de Eugenia*. Para tanto, dividimos nossa tese em seis capítulos. O primeiro capítulo, amparado por uma pesquisa bibliográfica, toma como ponto de partida o argumento sobre as raízes esclarecidas da eugenia desenvolvido por Max Horkheimer no artigo *The end of reason* (1941). Analisamos cuidadosamente essa tese ao lado das obras *Eclipse da Razão* (1947/2015) e *Dialética do Esclarecimento* (1947/2006), redigida conjuntamente com Theodor Adorno, nas quais o darwinismo social, o racismo científico e a eugenia foram investigados em sua relação com a razão instrumental.

Contrapomos o diagnóstico teórico-crítico horkheimeriano com as obras *A destruição da razão* (1956/2000) do filósofo húngaro György Lukács (1885-1971), segundo o qual a eugenia compreende uma apologética do capitalismo elaborada a partir da filosofia reacionária burguesa; *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta* (2003/2015) do intelectual português João Bernardo (Maia Viegas Soares) (n.1946), que apontou os limites da perspectiva lukácsiana e explicitou a lógica tecnocrático-gestorial da eugenia; e com o livro *Modernidade e Holocausto* do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), segundo o qual a barbárie consumada no Holocausto não constituiu uma irracionalidade, mas justamente um paradigma da racionalidade burocrática moderna. Nossa opção por esses três autores que partem de concepções distintas se justifica na medida em que estes analisaram o racismo científico e a eugenia em sua relação com o desenvolvimento da modernidade e do capitalismo, trazendo ao debate a maneira como a ciência do melhoramento racial se associou ao progresso técnico-científico vislumbrado no projeto do Esclarecimento. Apontaremos as suas divergências e convergências teóricas, bem como as contribuições de suas obras para a compreensão do objeto em questão.

No segundo capítulo, partindo de uma pesquisa bibliográfica, examinamos os fundamentos históricos e epistemológicos da educação eugênica no Brasil. Primeiramente, analisamos o conceito de educação *lato sensu* desenvolvido por Francis Galton e a ascensão do ideário da eugenia entre os intelectuais brasileiros, especialmente pelos reformadores ligados à Escola Nova. Em seguida, discutimos as origens burguesas do modelo educacional elitista e excludente ao qual a eugenia foi incorporada. Na sequência, investigamos a assimilação desse ideário pelos educadores na primeira metade do século XX, sua disseminação por intermédio de programas escolares, livros didáticos, testes de inteligência,

fichas antropométricas, periódicos científicos e clubes sociais. Por fim, identificamos os mecanismos de exclusão que esse modelo legou para a educação brasileira, muitos dos quais permanecem até os dias atuais.

Nos capítulos subsequentes, com base em uma pesquisa documental, investigamos a maneira particular como o três diretores do *Boletim de Eugenia* reproduziram em seus trabalhos a lógica manipuladora e esclarecida da eugenia denunciada por Horkheimer (1941), explicitando os fundamentos epistemológicos da educação para a consciência eugênica. O capítulo 3 tem como foco a produção do médico, farmacêutico e “pai” da eugenia brasileira Renato Kehl. Para tanto, analisamos os livros *Lições de Eugenia* (1929/1935), *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* (1933), os artigos editados e publicados pelo eugenista na primeira fase do *Boletim de Eugenia* (1929-31) e em jornais de menor circulação no interior do estado de São Paulo, além de suas correspondências localizadas nos acervos consultados.

Exploramos o conceito galtoniano de ciência-religião assimilado por Renato Kehl na posição de “apóstolo esclarecido”, bem como o conceito de educação *lato sensu* desenvolvido por Galton, discorrendo sobre a maneira como o eugenista brasileiro reproduziu e ressignificou esses termos, elaborando uma concepção particular de eugenia ou, no modelo teórico-crítico que propomos no decorrer do trabalho, a sua própria razão eugênica. Dentre a vasta produção intelectual de Kehl, a opção pelos livros *Lições de Eugenia* (1929/1935), *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* (1933) e pelo *Boletim de Eugenia* (1929-1933) como fontes primárias se justifica visto que foi nas páginas dessas obras que o eugenista melhor delineou as bases epistemológicas de sua educação para a consciência eugênica, objeto central de nossa pesquisa. No que tange ao recorte temporal, a investigação sobre Renato Kehl se concentra nos documentos produzidos entre os anos de 1929 e 1935, mas sem renunciar à análise de publicações avulsas e correspondências com datas posteriores.

No quarto capítulo investigamos a segunda fase do *Boletim de Eugenia* (1932-1933), contexto em que o periódico foi dirigido pelos professores da ESALQ. Partindo de uma pesquisa documental, analisamos os textos publicados sob a direção de Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues, bem como as publicações de Piza Júnior no periódico, explicitando sua aproximação com o racismo científico de Renato Kehl e sua opção pelas teses mais radicais da eugenia “negativa”. Ao lado do *Boletim de Eugenia*, investigamos as publicações de Piza Júnior na *Revista de Agricultura*, suas correspondências com eugenistas brasileiros e mexicanos, ementas de cursos, recortes de jornais e publicações em periódicos

regionais. Esses documentos foram encontrados em nossa pesquisa de campo realizada nos acervos da ESALQ e no Centro de Documentação Histórica (CEDOC) da Fundação Romi em 2019.

Questionamos, a partir dessas fontes, se mesmo após a reorientação do movimento eugenista em um plano internacional após a Segunda Guerra Mundial, o professor Piza Júnior encampou uma “cruzada tardia” pela consciência eugênica, escamoteada sob o véu da divulgação científica evolucionista em instituições de ensino, periódicos e clubes sociais nas cidades do interior paulista, especialmente Santa Bárbara d’Oeste e Piracicaba. Os documentos de Piza Júnior sobre a eugenia se concentram entre os anos de 1929 e 1933, mas não abdicamos de investigar os documentos cujas datas remetem até o final da década de 1980. Intentamos, assim, verificar rupturas e permanências em sua campanha pelo melhoramento racial, bem como sua aparente adesão ao projeto de reconfiguração da eugenia sob a forma de uma “filosofia humanista” proposto pela Sociedad Mexicana de Eugenesia ao longo dos anos 1960.

No quinto capítulo, analisamos a educação para a consciência eugênica elaborada pelo professor Octavio Domingues nos artigos publicados no *Boletim de Eugenia*, na *Revista de Agricultura*, em suas correspondências e em sua trilogia de livros sobre eugenia: *A hereditariedade em face da educação* (1929), *Hereditariedade e Eugenia* (1936b) e a segunda edição reformulada de *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)* (1933/1942). Demonstramos ao longo desse capítulo que Domingues foi, dentre os três diretores do *Boletim de Eugenia*, o intelectual que mais desenvolveu o conceito amplo de educação para a consciência eugênica, discorrendo especificamente sobre esse tema em suas obras.

Consideramos que apesar de não compreender a miscigenação como sinônimo “degeneração”, tal qual fizeram seus colegas Kehl e Piza Júnior, Domingues não foi um eugenista “brando” ou “moderado”, como aponta a historiografia. O professor esalqueano defendeu em suas obras um posicionamento elitista, autoritário e capacitista, explicitando a lógica interventora e manipuladora da eugenia denunciada por Horkheimer (1941) e o binômio *elitismo e exclusão* da educação burguesa delineado por Ferreira Jr. (2010). Para tanto, Domingues recorreu à literatura, utilizou pseudônimos, explorou argumentos “humanistas” e defendeu, no contexto da Segunda Guerra Mundial, a eugenia das críticas que a associavam ao racismo científico e às medidas extremas da *Rassenhygiene*. O recorte

histórico dessa análise sobre Domingues compreende os anos de 1926, ano de publicação do seu primeiro artigo sobre eugenia, a 1942, ano em que foi lançada a edição reformulada de *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)*.

No sexto capítulo retomamos a discussão sobre eugenia e razão instrumental, no intuito de propor o modelo teórico-crítico da razão eugênica. A partir de uma pesquisa bibliográfica, analisamos os limites e as potencialidades do argumento de Horkheimer (1941) sobre as raízes esclarecidas da ciência do melhoramento racial. Escrutinamos os fundamentos epistemológicos da eugenia e os mecanismos elaborados por seus intelectuais na transformação dos preconceitos de classe, gênero e raça em uma ciência amplamente difundida na primeira metade do século XX. Analisamos o reposicionamento do debate racial e a reorientação da eugenia após 1945, identificando suas rupturas e permanências. Finalmente, a partir da crítica da razão eugênica, interpelamos as interpretações reducionistas sobre a eugenia ainda presentes na historiografia, sobretudo o mito da eugenia como uma “pseudociência”, como sinônimo de racismo, como subproduto do conservadorismo ou como um passado já superado.

Em relação ao aporte teórico-metodológico, investigamos os fundamentos epistemológicos da educação eugênica a partir de uma pesquisa documental, em diálogo com a bibliografia especializada e amparados pelo diagnóstico crítico de crise da razão de Max Horkheimer. Apesar de concentrar nossa análise entre os anos de 1926 e 1942, não restringimos nossa investigação a esse período, especialmente em vista dos indícios de uma longa campanha de Piza Júnior em prol da causa do melhoramento racial no Brasil e na América Latina. Consideramos que a opção pelo recorte temático não nos impedirá de analisar as fontes primárias com o devido rigor, sem ignorar o contexto no qual cada uma delas foi produzida, mas também sem dissociá-las da extensa produção intelectual de três relevantes membros do movimento eugenista brasileiro, que superaram suas divergências teóricas em prol da campanha pela formação da consciência eugênica materializada no *Boletim de Eugenia*.

Assumindo os princípios do método historiográfico estabelecido por Saviani (2019), examinamos as fontes primárias a partir de um olhar analítico-sintético, articulando o singular e o universal, incluindo as relações de reciprocidade, determinação ou subordinação em nível regional, nacional e internacional. Concebendo a história como um processo cujo movimento precisa ser reconstituído pelo historiador, buscamos diagnosticar criticamente as

características do objeto investigado dentro de seu contexto de significação. Essa escolha implica renunciar tanto ao “presentismo”, perspectiva usual na historiografia das ciências (WEGNER, 2019) e na historiografia da educação (SAVIANI, 2019), quanto à teoria tradicional que, assumindo como verdade o mito da imparcialidade técnica e da neutralidade científica, negligencia as permanências históricas e abdica à transformação social (HORKHEIMER, 1980). Esse compromisso com o *comportamento crítico* e com a *orientação para a emancipação*, conceitos que serão examinados no capítulo 1, justifica a nossa predileção pela Teoria Crítica de Horkheimer.

Apesar da discussão sobre a capilaridade da eugenia na educação brasileira no capítulo 2, ressaltamos que foco de nosso trabalho não é a educação formal, educação escolar, políticas públicas ou reformas educacionais, mas sim o conceito de educação *lato sensu* desenvolvido por Kehl, Piza Júnior e Domingues. Encontramos na literatura especializada escassas análises sobre essa acepção abrangente registrada tanto no *Boletim de Eugenia* quanto nas obras de seus três diretores. As pesquisas de Dávila (2003), Kern (2016) e Rocha (2018) discutiram o papel da educação no projeto vislumbrado pelo movimento eugenista brasileiro, bem como a influência do ideário eugênico nas reformas políticas e educacionais do país. Outros trabalhos analisaram o tema da educação formal e da educação sexual no *Boletim de Eugenia*⁴. Todavia, ainda que o termo “consciência eugênica” esteja presente em algumas análises sobre a educação eugênica no Brasil⁵, o conceito *lato sensu*, objeto de nossa tese, constitui um tema ainda pouco explorado na historiografia.

Finalmente, ao optar pelo tema da educação eugênica *lato sensu*, ponderamos que não nos cabe aqui traçar uma teoria geral da produção científica de Renato Kehl, Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues. Kehl, em especial, já foi largamente explorado na historiografia brasileira a partir de diferentes recortes e referenciais teóricos, dentre os quais destacamos os trabalhos de Souza (2006; 2019). Nosso trabalho está em consonância com a perspectiva historiográfica adotada por Habib (2010), que investigou o tema da genética na trajetória dos intelectuais da ESALQ por intermédio de um recorte institucional e temático, ou seja, a partir dos problemas, sem ignorar, no entanto, os períodos. Em outras palavras, não pretendemos resumir a trajetória intelectual dos três diretores do *Boletim de Eugenia* às obras analisadas, mas sim investigar o conceito de educação *lato sensu* elaborado sobretudo entre os anos de 1926 e 1942, mas cujos “ecos” reverberam até os dias atuais.

⁴ Cf. Stefano e Pereira (2019), Bonfim e Kuhlmann Jr. (2014), Bonfim (2017), Rocha (2010), Léo Neto (2021) e Mai e Boarini (2002).

⁵ Cf. Santos (2008), Kern (2016), Fiuza (2016), Schneider; Meglhioratti (2012) e Rocha (2010; 2011; 2018).

Capítulo 1. Razão eugênica

*E com o carimbo positivo da ciência
que aprova e classifica.*
Raul Seixas (1978)

1.1. As raízes esclarecidas da eugenia

1.1.1. Do racialismo ao darwinismo social

O século XVIII completou o processo de laicização da modernidade, impondo a emancipação de uma concepção de mundo pautada no modelo religioso, substituída pelo modelo científico. Marcado pela Revolução Americana (1775-1783), pela Revolução Francesa (1789-1799) e pela Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, o Século das Luzes concretizou a ruptura com a sociedade de ordens do Antigo Regime, engendrando uma sociedade burguesa, dinâmica e liberal, estruturada no reformismo político e cultural. Novas classes, modelos de Estado e governo conviveram com um grupo de intelectuais que controlavam e difundiam as luzes da razão (*Lumières*), inspirando reformas sociais e dando forma a uma Europa marcada pelo pluralismo e pelas tensões sociais. Os intelectuais esclarecidos denunciaram intolerâncias e injustiças, assumindo um papel sociopolítico progressista, se colocando como consciências críticas da vida social, promotores do progresso e educadores da sociedade civil (CAMBI, 1999).

Na esteira dos debates empreendidos pelos pensadores esclarecidos ao longo do século XVIII, o filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) considerou que o Esclarecimento (*Aufklärung*) englobaria a saída do homem, por meio da razão, de sua imaturidade auto-imposta. Essa imaturidade ou menoridade era compreendida como a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. Desse modo, a concepção kantiana de esclarecimento se relacionava diretamente com o conceito de autonomia: seu *Sapere aude!* significava ousar ou ter coragem de conhecer, de fazer uso da própria mente de forma autônoma e racional, sem a mediação de outro (KANT, 2012). Todavia, ao afirmar que a sociedade europeia de sua época passava por um processo ainda não concluído de esclarecimento, Kant (2012) não considerou que essas mesmas luzes poderiam ofuscar o homem, tornando-o refém de um modelo autoritário e instrumentalizado de racionalidade, o qual o próprio autor reproduziu a partir de posicionamentos elitistas, eurocêtricos e racistas (BETHENCOURT, 2018).

Góes (2018) observou que apesar da pretensão de universalização do homem, filósofos do Esclarecimento como François-Marie Arouet (Voltaire) (1694-1778) condenaram a mistura entre europeus e povos de outros continentes, especialmente o africano, concebendo a

miscigenação como uma anomalia para a civilização. David Hume (1711-1776) considerou os negros como uma raça naturalmente “inferior” à raça branca, enquanto Kant ponderou que a mestiçagem degradava as “melhores” raças sem melhorar as raças “inferiores”. Amparados pela concepção de progresso, os filósofos esclarecidos consolidaram uma visão fragmentada e hierarquizada da humanidade, segundo a qual os brancos europeus eram mais desenvolvidos e livres, enquanto os demais povos eram concebidos como “subdesenvolvidos”, “atrasados” e, portanto, “inferiores”. Essa estrutura teórica legitimou o controle político-econômico da burguesia europeia sobre os demais povos do mundo e pautou o conceito de “raça” consolidado ao longo do século XIX (GÓES, 2018).

Para Schwarcz (2017), as doutrinas raciais do século XIX surgiram como uma reorientação intelectual, se contrapondo à visão unitária da humanidade promulgada pelo Esclarecimento. A partir de então, a diversidade humana passou a ser concebida como um produto direto das diferenças raciais e a hibridização como um fator “degenerativo” das raças “puras”. Na concepção dos intelectuais franceses Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) e Gustave Le Bon (1841-1931), os mestiços personificaram a “degeneração” racial, pois herdavam sempre as características negativas das raças em cruzamento. A partir da concepção de tipos “puros”, a mestiçagem se tornou sinônimo de “degeneração” racial e social, ideia que possibilitou o desenvolvimento da eugenia como um ideal político de submissão e eliminação das raças “inferiores” a partir da intervenção biológica (SCHWARCZ, 2017).

Conforme salientou Bethencourt (2018), o contexto econômico, político e social da segunda metade do século XIX foi marcado pelo advento das teorias raciais, estruturadas desde o desenvolvimento da história natural no século XVIII. Conjuntamente à efervescência política europeia, marcada pela consolidação da burguesia enquanto classe dominante, pela queda do Antigo Regime e pela ascensão dos movimentos revolucionários da classe trabalhadora, o neocolonialismo iniciado nas primeiras décadas do século XIX se fortaleceu a partir do domínio gradual das grandes potências sobre a maior parte da superfície terrestre, aumentando a quantidade de súditos e fomentando novos debates acerca das relações interétnicas em todo mundo. A partir desse momento, a lógica explicativa da luta de classes passou a ser confrontada pela chave explicativa da “degeneração” racial, reproduzida por intelectuais cujas teorias contrárias à miscigenação tiveram grande influência sobre o movimento eugenista (BETHENCOURT, 2018).

Bethencourt (2018) postulou que dentre os principais intelectuais do século XIX, que em nome do progresso e da civilização criaram as mais preconceituosas teorias de evolução

social que alicerçaram a eugenia, se destacaram Herbert Spencer (1820-1903), que categorizou as sociedades históricas a partir da dicotomia entre “selvagem” e “civilizado”; Benjamin Kidd (1858-1916), que por meio de um humanismo retórico defendeu a superioridade dos brancos europeus sobre os demais povos; William Graham Sumner (1840-1910), liberal clássico que combateu veementemente os ideais socialistas de igualdade e naturalizou a competição para explicar o abismo social entre as classes; Georges Vacher de Lapouge (1854-1936), crítico dos ideais de igualdade do cristianismo e do socialismo, que defendeu a naturalização das desigualdades e alertou para o perigo da ascensão social das massas social e biologicamente “degeneradas”; William (Zebina) Ripley (1867-1941), que dividiu racialmente o mapa ocidental, colocando os brancos teutônicos como biologicamente “superiores”; Madison Grant (1865-1937), intelectual responsável pela criação das políticas racistas de imigração dos Estados Unidos da América e defensor de uma compreensão histórica movida por conflitos raciais, condenando os princípios da democracia e da igualdade e influenciando diretamente os partidários da política de extermínio nazifascista (BETHENCOURT, 2018).

Os discursos racialistas se fortaleceram nesse contexto como forma de justificar as supostas origens naturais das desigualdades sociais e minar os movimentos que clamavam por igualdade. Ao lado de Spencer, intelectuais como Ernest Renan (1823-1892), Gustave Le Bon e Hippolyte Taine (1828-1893) desenvolveram teorias segundo as quais o progresso de determinados grupos humanos estaria diretamente relacionado ao processo de evolução biológica, transpondo as noções do darwinismo para o terreno político-social (BETHENCOURT, 2018). Em pouco tempo esses autores se tornaram os representantes do darwinismo social na Europa do século XIX, afirmando e justificando a dominação europeia sobre os outros continentes não somente através do viés político-econômico, mas sobretudo a partir de sua “superioridade” racial (KERN, 2016).

No mesmo século XIX, o positivismo de Augusto Comte (1798-1857) transfigurou a relação entre o homem e razão instrumental sob o discurso do progresso científico, encampando uma interpretação etapista e evolucionista do processo histórico. Comte foi o primeiro de uma ampla gama de “evolucionistas sociais” que, embebidos em um totalitário e eurocêntrico discurso de progresso científico, contribuíram diretamente para transformar a razão em um instrumento de dominação. Assim, a concepção da luta de classes defendida por intelectuais marxistas e anarquistas passou a ser confrontada pela lógica da luta de raças. Observadas a partir de uma perspectiva histórica e dialética, as teorias de evolução social

tornaram obsoletas as explicações do criacionismo e da imutabilidade das raças com características inatas em voga nos círculos intelectuais europeus nos séculos XVIII e XIX. Em contrapartida, as concepções evolucionistas reforçaram os modelos explicativos hierárquicos justificados em nome do progresso humano e do desenvolvimento da civilização ocidental (BETHENCOURT, 2018).

No ensaio *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* publicado em 1937, Horkheimer considerou que o Positivismo, enquanto teoria tradicional, foi responsável por promover a ideia de ciência como saber suprassocial, no qual nem o cientista nem a sua ciência estariam atrelados à estrutura social. Para o filósofo frankfurtiano, essa suposta autonomia não passaria de uma ilusão; a representação de uma teoria que ignora a sua própria relação com a divisão social do trabalho. A ciência não pode ser vista, segundo Horkheimer (1937/1980), como uma atividade autônoma ou independente das condições materiais de produção. Ela compreende um determinado momento do processo de produção social, mesmo que seja pouco produtiva ou mesmo improdutiva. A aparente autonomia corresponderia, portanto, à ilusão de liberdade dos sujeitos econômicos promovida pela sociedade burguesa. Essa perspectiva fundamentou as primeiras críticas de Horkheimer (1980) à Kant, ao considerar que a atividade social é sempre envolvida por uma obscuridade, ou seja, apesar de toda racionalidade, ela também é irracional.

As ideias de *orientação para a emancipação e comportamento crítico* desenvolvidas por Karl Marx (1818-1883) que fundamentam o primeiro programa de Teoria Crítica de Horkheimer (1980) perpassam o olhar autocrítico sobre a ciência e o cientista, que não deve aceitar como naturais as determinações sociais estabelecidas. Ao desnaturalizar as desigualdades de uma sociedade desumana, o comportamento crítico permite a percepção de que o mundo não é dos sujeitos, mas do capital. Esse processo histórico concreto de “eclipse” da razão se sustentou sobre o método cartesiano, oposto a qualquer lógica dialética. O sujeito não está seguro de si próprio em uma sociedade obscura e inconsciente, e sua liberdade é limitada, mesmo que vendida sob a forma da liberdade e da autonomia perfeita. Em vez de aceitar a realidade como imutável e se contentar com o conformismo, o comportamento crítico se propõe à transformação social. Para Horkheimer (1980), diagnosticar criticamente é também transformar criticamente a sociedade visando à emancipação dos sujeitos.

Analisando a lógica instrumental na qual se desenvolveram as ciências biológicas, Horkheimer (1980) denotou que a sociedade consistiria em um agrupamento de indivíduos que, considerados de forma isolada, eram julgados pela autoridade das ciências especializadas. Conforme Bethencourt (2018), no contexto de expansão neocolonial, a cultura

passou a ser considerada na compreensão das diferenças entre os povos “civilizados” e “não-civilizados”, o que explica não apenas o grande sucesso dos zoológicos humanos entre os europeus, como o terreno fértil preparado para a germinação das teorias racialistas que tomariam força ao longo da segunda metade do século XIX. Essa nova estrutura teórica promulgou, por intermédio da razão instrumental e em nome do progresso, os mais cruéis preconceitos contra os povos não-europeus, alicerçando teorias da evolução social voltadas contra grupos racializados em diferentes países do mundo (BETHENCOURT, 2018).

Bethencourt (2018) traçou um longo histórico acerca das teorias raciais que constituíram as bases da eugenia desenvolvida por Galton no final do século XIX. Das primeiras práticas “eugênicas” na antiga Grécia aos sistemas de classificação de seres humanos desenvolvidos pelos naturalistas e anatomistas modernos, a diferenciação das populações de acordo com critérios raciais se intensificou nos séculos XVIII e XIX a ponto de se tornar uma das principais marcas da civilização ocidental, com uma influência que abrangeu dos filósofos do Esclarecimento como Kant a naturalistas como Charles (Robert) Darwin (1809-1882), primo de Francis Galton. De acordo com Leonard (2016), o século XIX se encerrou orientado pela Biologia, assim como o século XVIII havia se encerrado orientado pela Física e Astronomia. A partir do evolucionismo social delineado por Spencer e do movimento que viria a ser conhecido como darwinismo social, a regulação cientificamente orientada passou a ser concebida como caminho para o progresso. Assim, a seleção artificial empreendida pelos cientistas determinaria quem seriam os mais “aptos” ou “desejáveis”, regulando a imigração, os casamentos e a reprodução (LEONARD, 2016).

A doutrina da seleção natural de Darwin e sua radicalização sob a forma do darwinismo social constituiu, segundo Horkheimer (2015), a tendência central do Esclarecimento. Ela rompeu com o criacionismo e com os conceitos metafísicos de evolução, ponderando que a sobrevivência dependeria da adaptação às condições de vida. O conceito de “sobrevivência do mais apto” seria, na perspectiva teórico-crítica horkheimeriana, uma tradução vernacular dos conceitos da razão instrumental. De acordo com Horkheimer (2015, p. 139):

No darwinismo popular, a razão é apenas um órgão; o espírito ou a mente, uma coisa da natureza. De acordo com a interpretação corrente de Darwin, a luta pela vida deve necessariamente, passo a passo, por meio da seleção natural, produzir o razoável a partir do irrazoável. Em outras palavras, a razão, enquanto serve a função de dominar a natureza, é reduzida à parte da natureza; não é uma faculdade independente, mas algo orgânico, como os tentáculos ou as mãos, que se desenvolve pela adaptação às condições naturais e sobrevive porque prova ser um meio adequado de dominar essas

condições, especialmente em relação à aquisição de comida e à prevenção do perigo. Como uma parte da natureza, a razão é ao mesmo tempo colocada contra a natureza – ela é concorrente e inimiga de toda a vida que não seja a sua própria (HORKHEIMER, 2015, p. 139).

Segundo Leonard (2016), as quatro ideias fundamentais do evolucionismo de Darwin eram a *evolução*, a *descendência comum*, o *gradualismo* e a *seleção natural*. A *evolução* consiste na ideia de que o mundo está em constante transformação, ou seja, todos os seres vivos foram ou estão evoluindo. Contudo, a origem desse termo remete Spencer, não a Darwin. Do mesmo modo, a teoria darwinista não foi a primeira a contestar o criacionismo, mas foi a mais persuasiva, a ponto de a maioria dos cientistas ocidentais no início do século XX abandonarem a ideia de imutabilidade das espécies. Também denominada de “árvore de vida”, a *descendência comum* é a ideia de que todo grupo de organismos descende de um ancestral comum, e todos eles têm suas raízes em uma origem comum de vida. O *gradualismo* compreende que as mudanças evolutivas nas populações ocorrem gradualmente, não de forma súbita. Do mesmo modo, os traços herdados são mínimos. No célebre *A origem das espécies* (1859), Darwin afirmou que a natureza não dava saltos, ou seja, a evolução orgânica era um processo gradual e extremamente lento (LEONARD, 2016).

Finalmente, o conceito de *seleção natural* consiste na ideia de que os indivíduos que melhor se adaptam se reproduzem e transmitem seus caracteres, que gradualmente predominam entre os membros da espécie. Na quinta edição de *A origem das espécies*, Darwin substituiu, por insistência de Alfred (Russel) Wallace (1823-1913), a ideia de “sobrevivência do mais adaptado” de Spencer pelo termo “seleção natural”. A partir dessas premissas, conforme Leonard (2016), os cientistas sociais se apropriaram do darwinismo de acordo com suas próprias concepções. Os denominados darwinistas *laissez-faire* justificaram a competição econômica capitalista representando-a como uma seleção dos “mais aptos”, enquanto os darwinistas favoráveis às reformas sociais depreciavam a competição econômica representando-a como a seleção dos “menos aptos”. Assim, com o advento do darwinismo social, a regulação estatal sobre a hereditariedade passou a ser concebida como meio mais efetivo para o progresso (LEONARD, 2016).

O darwinismo social foi, segundo Leonard (2016), um paradigma na transição dos séculos XIX e XX entre os intelectuais progressistas. A seleção social seria, de acordo com seus defensores, mais eficaz para o progresso do que a seleção natural. O sociólogo estadunidense Lester Frank Ward (1841-1913) considerou que a seleção natural não poderia ser um modelo para a humanidade, mas sim a seleção artificial ou *breeding*. Ward postulou

que todo progresso social foi artificial, ou seja, racionalmente regulamentado e, portanto, mais eficiente. O economista e historiador estadunidense John Rogers Commons (1862-1945) contrastou a seleção artificial das reformas econômicas com a seleção natural do *laissez-faire*, considerando que a evolução nem sempre significava progresso, e que esse requeria a administração da sociedade e da economia, em um processo não apenas mais eficiente, como mais “humano”. Segundo Leonard (2016), retratar a sociedade como um organismo social foi um “golpe de mestre” dos darwinistas sociais, que reduziram os seres humanos a um “corpo social” e a própria sociedade como algo unificado, dotado de instinto de autopreservação, propósitos e consciência próprios.

De acordo com Horkheimer (2015, p. 137), o darwinismo social se tornou uma doutrina sem nenhuma pretensão de impor imperativos éticos à sociedade, pois “[...] sempre que a natureza é exaltada como um princípio supremo e se torna a arma do pensamento contra o pensar, contra a civilização, o pensamento manifesta um tipo de hipocrisia”, desenvolvendo uma má consciência. Essa perspectiva, que se popularizou no campo intelectual na segunda metade do século XIX, rejeitava quaisquer elementos da mente que transcendessem a função de adaptação e não fossem consequentemente instrumentos de autopreservação. Assim, a razão desmentiria o seu próprio primado e professaria ser apenas uma simples serva da seleção natural. Nessa lógica determinista, “a máquina ejetou o piloto”, ou seja, no momento de sua consumação, a razão se tornou irracional e embrutecida em nome da autopreservação (HORKHEIMER, 2015, p. 43).

Horkheimer (2015) ponderou que, na era da razão instrumental, a natureza foi despojada de todo valor ou significado intrínseco, enquanto o homem foi despojado de todos os objetivos, exceto o de autopreservação. Essa concepção formalizada ou instrumental de razão permitiu que o princípio da dominação se transformasse no ídolo ao qual tudo é sacrificado. Observadas a partir da Teoria Crítica horkheimeriana, as teorias raciais que advogaram pela preservação da humanidade frente a ameaça da “degeneração” biológica nos permitem constatar que a história dos esforços humanos para a subjugação da natureza dialeticamente se tornou a história da subjugação do homem pelo homem (HORKHEIMER, 2015). Essa formalização da razão seria, no modelo teórico-crítico que nos propomos a construir ao longo desta tese, a espinha dorsal da razão eugênica.

Para Adorno e Horkheimer (2006), a razão instrumental, contrariando a proposição do Esclarecimento, não apenas foi incapaz de emancipar o homem, como permitiu o desenvolvimento de uma lógica totalitária de dominação, fundamentada no conformismo, no fetichismo, na alienação, na reificação, na frieza burguesa e na resignação. Ao analisar

criticamente as falhas no conceito de razão e o triunfo da razão subjetiva no processo de racionalização da modernidade, Horkheimer (2015) ponderou que o progresso técnico ocorreu concomitantemente com a desumanização e a anulação da ideia de homem. Essa racionalização progressista obliterou a própria substância da razão em nome da qual se apoia a causa do progresso. Perdendo sua autonomia e sua dimensão objetiva, a razão subjetiva se tornou essencialmente instrumental, acrítica e relativista, se submetendo aos interesses político-ideológicos capitalistas visando a dominação do homem e da natureza. “Quanto mais emasculado torna-se o conceito de razão”, observou Horkheimer (2015, p. 32), “mais facilmente se presta à manipulação ideológica e à propagação das mais gritantes mentiras”.

A partir da Teoria Crítica, compreendemos o racismo científico como uma manipulação ideológica do conceito de razão, que justificou a exploração capitalista e as desigualdades sociais por meio do discurso das desigualdades determinadas pela natureza. Utilizando o exemplo do escritor estadunidense Charles O’Connor (1710-1791), que considerou a escravidão dos negros como “sábua”, “benéfica”, “justa” e “ordenada pela natureza”, Horkheimer (2015) afirmou que, no decorrer do processo histórico, a razão subjetiva se tornou advogada da opressão e da desumanização. Lembremos que as investigações de Stepan (2014) e Eraso (2013) denotaram que a esterilização de mulheres consideradas biologicamente “degeneradas” na América Latina nas décadas de 1920 e 1930 foram justificadas por motivos eugênicos, ou seja, foram institucionalizadas sob a chancela da *intelligentsia* ou dos *homens de ciencia*, reconhecidos socialmente como as autoridades detentoras da razão e, portanto, da verdade cientificamente fundamentada.

Leonard (2016) ponderou que o início do século XX foi marcado por um paradoxo progressista, no qual a ciência se configurou como a chave para o progresso. Os intelectuais reformadores consideravam a si mesmos como representantes da fé inabalável na ciência e guias confiáveis para a administração do bem público. Nos Estados Unidos da América vigorou a teoria do “suicídio da raça” de Richard (Theodore) Ely (1854-1943), John Rogers Commons e Edward (Alsworth) Ross (1866-1951), que criticava a substituição dos “bons” anglo-saxões por imigrantes racialmente “inferiores”. A mesma lógica foi aplicada aos negros, deficientes, mulheres e todos os grupos sociais que representavam, de acordo com essa teoria, ameaças à economia e à integridade racial anglo-saxônica. Conforme Leonard (2016), em perspectiva semelhante à de Rensmann (2017), essa teoria não decorreu de um preconceito irrefletido, mas foi fruto do discurso científico da época, baseado no darwinismo social e posteriormente na eugenia.

Robertson (2014) considerou que a distinção entre humano e inumano, historicamente conectada com as origens da ideia de civilização, foi profundamente influente sobre os intelectuais do século XIX. Conforme Leonard (2016), o ápice da sistematização dos atributos da humanidade ocorreu na década de 1880 com a emergência da eugenia nos trabalhos de Galton, cuja racionalidade se estruturava em três premissas básicas, que seriam posteriormente compartilhadas pelos programas eugênicos nos países ocidentais: 1. as diferenças na inteligência, caráter e temperamento humanos eram decorrentes das diferenças na hereditariedade; 2. a hereditariedade humana poderia ser melhorada e de forma razoavelmente rápida; 3. o melhoramento do ser humano não deveria ser obra da causalidade, mas fruto de investigações científicas e da regulamentação do casamento, da reprodução, da imigração e do trabalho. Partindo desse contexto, apresentaremos a seguir o diagnóstico da crise da razão desenvolvido inicialmente por Horkheimer no artigo *The end of reason* (1941), a partir do qual concebemos a razão eugênica não como a ausência da razão, mas sim como a sua redução a um instrumento pragmático, frio e sóbrio, atrelado à lógica capitalista da eficiência e transformado em um meio para atingir os fins.

1.1.2. Eugenia e razão instrumental segundo Max Horkheimer

A razão instrumental viabilizou o surgimento da eugenia, que se tornou uma ciência dominante nas primeiras décadas do século XX⁶, conjuntura na qual as ideias de Galton se disseminaram rapidamente no campo intelectual dos países ocidentais, conforme registrado no relatório da International Commission of Eugenics publicado em 1924. Sem se restringir à matriz anglo-saxônica, a eugenia constituiu um fenômeno social, cultural e político heterogêneo, contraditório, com ampla relevância internacional, mas formado a partir de um arquipélago de múltiplas variações nacionais (CASSATA, 2011). O que explica o sucesso da eugenia nesse contexto? Souza (2019) considerou que ela se difundiu como uma ciência inovadora, baseada em uma engenharia racional e concebida como sinônimo de modernidade. Reafirmou concepções científicas delineadas por naturalistas, médicos e biólogos nos séculos anteriores, que desejavam utilizar a ciência aplicada como uma ferramenta de controle social e aperfeiçoamento biológico do homem. Examinando o contexto europeu, Turda e Weindling

⁶ Isso não significa que a eugenia foi um consenso no campo intelectual, ou que se difundiu de forma homogênea, uniforme e sem resistência. Mesmo em seu auge nas três primeiras décadas do século XX, um pequeno, mas influente grupo de intelectuais se posicionou contra a eugenia ou, pelo menos, contra a sua interpretação mais radical e racista. Destacamos as obras de Boas (1916), Chesterton (1922/2015) e, internamente ao movimento eugenista brasileiro, Roquette-Pinto (1929) e Fróes da Fonseca (1929).

(2007) ponderaram que o nacionalismo racial oferecido pela eugenia modificou a própria maneira como o estado-nação era concebido: de uma entidade indistinta governada por leis impessoais para o guardião da nação governado por leis biológicas.

Segundo Turda e Weindling (2007), as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por um amplo e atuante movimento internacional que visou a construção de sociedades eugênicas. Foram criadas a Society for Racial Hygiene na Alemanha (1905), a Eugenics Education Society no Reino Unido (1907), seguidas por sociedades em Praga e Viena (1913) e em Budapeste (1914). Posteriormente, surgiram a Hungarian Society for Racial Hygiene and Population Policy (1917), a Polish Society for the Struggle against Race Degeneration (1917), renomeada para Polish Eugenics Society em 1922, o Institute of Hygiene and Social Hygiene da Romênia (1919), o Institute of Eugenics Research fundado pela Czech Society of Eugenics (1923), a Bulgarian Society for Racial Hygiene (1928) e a Austrian League for Racial Improvement and Heredity (1928) (TURDA; WEINDLING, 2007). É importante observar que a Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 1918, não apenas foi a primeira da América Latina, como precedeu muitas organizações eugenistas europeias, como a romena, a checa e a búlgara.

Stepan (2014) definiu a eugenia como um movimento científico e social que estimulou a administração científica e racional da hereditariedade humana. Cientistas, médicos, higienistas e juristas encamparam essa cruzada, que constituiu o ápice de um longo processo de transformações sociais no decorrer do século XIX, no qual a vida humana passou a ser concebida como resultado das leis biológicas. A resistência política à interferência no processo reprodutivo que dominou o campo científico até o final deste século começou a enfraquecer com o acirramento da competição neocolonial e a ascensão das classes sociais marginalizadas. A metáfora da modernidade sofreu, a partir de então, uma drástica mudança: a ideia pessimista de “degeneração” ganhou os holofotes no debate científico no lugar do discurso otimista de “evolução”. Os preconceitos de classe se mesclaram com os preconceitos raciais, e as doenças mais comuns entre os pobres passaram a ser entendidas como doenças hereditárias, fomentando o medo da decadência social (STEPAN, 2014).

Cassata (2011) utilizou a expressão “eugenic gospel” ao afirmar que a ciência de Galton se transformou em uma espécie de culto ou credo ainda na década de 1920, que se espalhou por diversos países oferecendo uma solução científica para problemas de ordem política, econômica e social, como a construção da identidade nacional, a coesão social e o problema da imigração. Como um movimento que se pretendia científico pôde se difundir sob

a forma de uma religião? Para responder a essa questão, retornaremos aos ensaios publicados nos últimos anos de vida de Galton que contribuíram para estruturar o campo científico da eugenia na primeira metade do século XX. Em *Eugenics: it's definition, scope and aims*, Galton (1909b, p. 35) assim definiu a sua criação: “Eugenics is the science which deals with all influences that improve the inborn qualities of a race; also with those that develop them to the utmost advantage”. Ao longo do texto, o polímata se preocupou em frisar que a eugenia era uma ciência racionalmente fundamentada e que os juízos morais deveriam ficar fora desse debate.

O dualismo entre a eugenia como sinônimo de razão e as críticas a ela recebidas como sinônimos de juízo de valor sem embasamento científico constituiu uma das principais estratégias argumentativas galtonianas. Dessa forma, o intelectual inglês pôde demarcar as fronteiras do seu campo de estudos, justificando a intervenção eugênica como possibilidade de refrear o processo “degenerativo” no qual o ocidente se encontrava em decorrência do predomínio das raças “bárbaras” e “selvagens”, especialmente a negra, que ameaçavam a existência das raças “civilizadas”. Galton (1909b) criticou os casamentos não-planejados, realizados sob a égide do instinto e da emoção, e ponderou que a restrição e a orientação eugênica da maternidade eram as soluções racionais e científicas para a mitigação do problema. O incentivo à reprodução das raças “superiores” e o impedimento da reprodução das raças “inferiores” constituíam, para Galton (1909b), deveres civilizatórios.

No decorrer do mesmo ensaio, Galton (1909b) ampliou sua definição ao considerar que, para que seu projeto vingasse, era mister promover a eugenia como uma preocupação de ordem nacional, atingindo duas esferas fundamentais da sociedade: os intelectuais e a opinião pública. Para garantir sua aceitação no mundo acadêmico, a eugenia precisava ser promovida como um fato racionalmente justificado e cientificamente incontestável, processo que já se encontrava em andamento graças aos esforços do movimento eugenista. Todavia, apenas o discurso científico não seria suficiente para que sua disseminação fosse bem-sucedida entre a população em um plano mais amplo. Para que esse projeto se concretizasse, Galton (1909b) ponderou a urgência de a eugenia adentrar a consciência nacional como uma nova religião, cujo fim seria assegurar a aceitação do projeto de melhorar a humanidade através do aumento quantitativo e qualitativo das raças “superiores”.

Galton (1909b) acreditava que para popularizar a eugenia era necessário formar um “sacerdócio” composto por intelectuais comprometidos com a causa do melhoramento racial,

capazes de persuadir as mentes mais céticas através da instrução e da propaganda. Elaborando teoricamente a eugenia como uma ciência-religião, Galton (1909b) vislumbrou sua ampla adesão nas sociedades ocidentais dominadas pelo cristianismo e, ao mesmo tempo, em um campo intelectual que só encamparia o movimento se a eugenia fosse, do ponto de vista epistemológico, uma “verdade biológica”. Analisando o contexto histórico no qual Galton (1909b) publicou *Eugenics: its definition, scope and aims*, constatamos que o conceito de ciência-religião foi elaborado em um momento em que a eugenia começava a se difundir em escala internacional, mas dentro das fronteiras britânicas ainda sofria com a resistência às suas medidas mais radicais, como a esterilização e o controle matrimonial (BERNARDO, 2015).

Sem o reconhecimento da opinião pública, ponderou Galton (1909b), a eugenia não conseguiria superar as barreiras que impediam sua disseminação, que iam do fundamentalismo religioso da população à incompreensão de suas bases científicas no meio acadêmico. Foi a partir desta constatação que Galton (1909b) passou a promover a eugenia como uma ciência-religião, que sob a forma da religião poderia se difundir socialmente, e sob a forma de ciência poderia fornecer as ferramentas necessárias para proteger a civilização ameaçada pelo mal da “degeneração” racial. Por conseguinte, no ensaio *Eugenics as a factor in religion*, Galton (1909a) literalmente definiu a eugenia como uma crença fundamentada na ciência da evolução. Este “credo eugênico” promovia a filantropia, o senso de responsabilidade social, o patriotismo, o amor pela família e pela raça, mas condenava a “caridade sentimental” que atentava contra a “integridade racial”. A definição de ciência-religião foi resumida na última frase desse ensaio: “In brief, eugenics is a virile creed, full of hopefulness, and appealing to many of the noblest feelings of our nature” (Galton, 1909a, p. 70).

Ampliando a concepção de ciência-religião, Galton almejou que a eugenia se tornasse um dogma universal, mas alicerçado sobre os pressupostos da razão. “I see no impossibility to Eugenics becoming a religious dogma among mankind, but its details must first be worked out sedulously in the study”, postulou Galton (1909b, p. 43). Consideramos, portanto, que a expressão “eugenic gospel” utilizada por Cassata (2011) é adequada não apenas ao sacerdócio que mitificou Galton e sua ciência e deu continuidade ao seu projeto após a sua morte em 1911, mas à própria definição da eugenia como uma ciência-religião elaborada pelo pioneiro inglês. Essa mitificação da razão se manteve no ensaio *Restrictions in marriage*, no qual Galton (1909d) defendeu uma das principais bandeiras do movimento eugenista na primeira metade do século XX, a dizer, o controle do sexo pela ciência, argumento que originou a

crítica elaborada por Horkheimer no artigo *The end of reason* (1941), a qual discutiremos a seguir.

Galton (1909d) registrou que seu ensaio era uma resposta às críticas que recebeu de intelectuais que alegaram que a ciência não deveria interferir na liberdade do casamento. Frente a essa resistência que a eugenia vinha recebendo em seus primeiros anos de vida, o polímata considerou que a questão da reprodução não deveria ser decidida nem pela moral, nem pela religião (o que não incluía a sua concepção de eugenia enquanto ciência-religião), mas sim pela razão. Qualquer posicionamento que extrapolasse os limites da ciência era considerado por Galton como desrazão (*unreason*), ou seja, fruto da moral e dos instintos naturais, e não da ciência racionalmente justificada. Por outro lado, Galton (1909d) postulou nesse mesmo texto que quando as leis da eugenia fossem amplamente conhecidas, ela seria incorporada tanto pela religião quanto pela legislação, e que a evolução e a preservação das raças “superiores” deveria ser imposta como um dever religioso. Esse texto explicitou que, se por um lado Galton (1909d) buscou não contrapor a eugenia ao pensamento religioso, promovendo a sua ampla aceitação pela opinião pública, por outro, o polímata considerou a eugenia como a única religião estruturada sobre os alicerces da razão, motivo pelo qual ela deveria ser difundida e assimilada pelas demais religiões.

Na lógica discursiva de Galton, a eugenia era sinônimo de razão, o que ficava explícito na defesa dos eugenistas como únicas autoridades competentes para guiar as sociedades civilizadas na direção oposta ao “abismo degenerativo”. A noção galtoniana dos eugenistas como guias-mestres e detentores da razão já havia sido apresentada no célebre livro *Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences*. Na primeira edição de 1869, Galton (1869/2000) foi enfático ao considerar que o discurso da igualdade natural entre os homens era uma farsa, uma vez que as habilidades eram inatas e diferenciavam os indivíduos desde o berço. Em sua escala racial, os negros africanos representavam a raça “inferior”, enquanto os gregos compreenderiam a raça “mais superior” que já existiu. O descontrole nos casamentos e os cruzamentos com estrangeiros culminaram na violação da “pureza racial” helênica, resultando em uma população heterogênea que levou à decadência.

A partir dessa premissa, Galton (2000) considerou que a salvação da civilização exigiria o melhoramento da raça branca europeia a partir da seleção artificial dos indivíduos, tal qual já se fazia com a criação de raças de cachorros e cavalos. Apesar do aparente pessimismo, Galton (2000) registrou no prefácio da segunda edição de 1892 que, graças ao

esforço sistemático dos intelectuais adeptos à sua ciência-religião, os eugenistas estavam no controle, mesmo que indireto, sobre o processo de melhoramento racial em voga na Europa. De acordo com Stepan (2014, p. 32):

Partindo da evolução, cuja essência era a seleção natural de variações herdadas em animais e plantas, Galton concluíra que a sociedade poderia fazer com rapidez o que a natureza vinha fazendo mais lentamente: aprimorar o estoque genético humano por meio da seleção deliberada dos adequados, em detrimento dos inadequados. Para que esta idéia tivesse peso nos círculos científicos era necessário que se conhecesse concretamente o funcionamento da hereditariedade, conhecimento este que ainda não existia quando Galton abordou o tema da eugenia pela primeira vez.

No ensaio *Local associations for promoting Eugenics*, Galton (1909c) alertou os intelectuais ingleses que a disseminação da eugenia deveria ser feita de forma cautelosa, evitando sua apresentação ao público leigo como algo extravagante ou utópico. O convencimento da opinião pública deveria ser feito de acordo com os sentimentos e as práticas culturais da população. Sua preocupação central era definir como as instituições eugênicas se formariam e quais seriam as estratégias a serem traçadas para que elas se tornassem socialmente influentes. Partindo desse pressuposto, Galton (1909c) redigiu uma espécie de “cartilha” para a construção das sociedades eugênicas locais, englobando as seguintes medidas: a formação de um comitê executivo; a nomeação dos presidentes e demais membros; a organização de palestras sobre hereditariedade visando a qualificação dos membros da sociedade; a construção de uma rede de cooperação com autoridades locais, como médicos, advogados, políticos, sacerdotes; por fim, a criação de questionários (*inquiries*), visando mapear os indivíduos e as famílias com “boas qualidades”.

No decorrer do texto *Local associations for promoting Eugenics*, Galton (1909c) explicitou sua interpretação dualista sobre a eugenia, compreendida como uma ciência aceita no meio intelectual, motivo pelo qual ela precisava ser racionalmente justificada, mas também como uma religião vulgarizada entre a população, garantindo sua ampla disseminação e aceitação pelas comunidades locais. Considerando que essa “cartilha” compreendia tanto um manual científico quanto uma espécie de “catecismo eugênico” - que constituiu a matriz para a criação de institutos e comissões de eugenia ao redor do mundo -, e que o próprio Galton (1909c) definiu a eugenia como uma ciência-religião, quais seriam, afinal, os fundamentos epistemológicos da ciência do melhoramento racial?

Rensmann (2017) retomou as teses elaboradas por Adorno e Horkheimer (2006) na *Dialética do Esclarecimento* para compreender os mecanismos de falsa projeção que

compõem o racismo antissemita moderno. Para o autor, o racismo científico emula as formas científicas para se apresentar como um sistema lógico e coerente, mesmo que, na prática, os ressentimentos racistas representem distorções radicais e reificadas dos elementos históricos do judaísmo. Em seu diagnóstico crítico, Rensmann (2017) considerou que o antissemitismo e o racismo precisam ser analisados a partir de sua psicodinâmica e dos contextos sociais em que eles se desenvolvem, lembrando que, para os teóricos-críticos frankfurtianos, não existe uma percepção “eterna” sobre os judeus, assim como não existe um racismo imutável. A partir da obra de Rensmann (2017), que nos inspirou a desenvolver o modelo teórico-crítico da razão eugênica, consideramos que apenas uma análise minuciosa do contexto de elaboração e difusão da teoria galtoniana à luz da Teoria Crítica nos permitirá identificar os fundamentos epistemológicos da educação eugênica.

De acordo com Amoretti e Vassallo (2012), o tema da razão e racionalidade é um dos mais debatidos e controversos da filosofia ocidental, da Grécia antiga à contemporaneidade. Vejamos como esses dois conceitos foram definidos pelas filósofas italianas no livro *Reason and Rationality*:

Broadly speaking, reason may be considered the ensemble of our intellectual abilities: our general capacities for forming beliefs, comprehending, inferring, making judgments, thinking and choosing actions on principles and norms. In this sense, failing to employ reason implies exercising non-rational processes, including blind faith, wishful thinking, guessing, or careless obedience to some kind of authority. Rationality, without considering the many more or less specialized discussions about it, may thus be simply considered the everyday exercise of reason in exploring, investigating, understanding, controlling, and manipulating both the natural and social worlds (AMORETTI; VASSALO, 2012, p. 9).

É possível constatar, na definição de Amoretti e Vassallo (2012), a associação do termo “razão” a um pensamento ou comportamento crítico e contestador, e os termos “controle” e “manipulação” do homem e da natureza à definição de racionalidade. A dominação seria, portanto, uma condição inerente ao exercício da razão? Se por um lado Elster (2009) afirmou que não existe uma definição canônica para razão, por outro, Chauí (1996, p. 26, grifos da autora) ponderou que o que definimos como “razão ocidental” consistiu em “[...] um trabalho intelectual e afetivo para dar sentido àquilo que, deixado a si mesmo, nos arrasta para o mito, a ideologia e a servidão”, e que, hoje, esse mesmo trabalho “[...] está posto em questão e constitui uma das faces da *crise da razão*”. Em seu primeiro diagnóstico sobre essa crise, Horkheimer (1941) optou pelo termo “formalização”, postulando que com o desenvolvimento da civilização, o discurso científico deixou de estar atrelado à razão ou à ciência e se

submeteu aos interesses subjetivos em nome da autopreservação. O próprio conceito de razão, que desde suas origens gregas incluía o conceito de crítica, se tornou um instrumento da dominação do homem sobre a natureza e, conseqüentemente, do homem sobre o homem (HORKHEIMER, 1941).

A regulamentação do sexo pela autoridade da razão consistiu, conforme Horkheimer (1941), no elemento estruturante e mais totalitário da eugenia, cujas raízes se encontram no Esclarecimento. Desde Kant, que definiu o casamento como um contrato de posseção mútua segundo as leis naturais, a ciência objetificou o sexo até que ele pudesse ser manipulado. Essa manipulação, criticada por Horkheimer (1941) como desumana, fundamentou a ciência-religião galtoniana, que promulgou a submissão das relações sexuais às leis naturais ou, na prática, à autoridade dos eugenistas, detentores da razão esclarecida. No ápice da institucionalização da eugenia promovida pelo nazismo na Alemanha, o amor deixou de ser uma livre-escolha e passou a ser organizado pelo Estado em nome da salvação da raça. Para Horkheimer (1941), essa submissão passiva aos padrões sexuais e à política populacional eugenista ocorreu em decorrência da cegueira produzida pela razão instrumental que, em nome de uma suposta emancipação, aniquilou a liberdade e o amor.

Em *Eclipse da Razão*, Horkheimer (1947/2015) apresentou uma nova versão da crítica esboçada em *The end of reason* (1941), optando pelo termo “eclipse” em vez de “fim”. O filósofo considerou que enquanto a razão objetiva atuou cientificamente em prol do destino humano a partir da crítica e da reflexão, a razão formalizada ou subjetiva era essencialmente relativista, reduzida à faculdade de classificação, inferência e dedução independentemente do conteúdo e sem uma reflexão sobre seus propósitos. Os filósofos do Esclarecimento, pioneiros da civilização burguesa e representantes espirituais e políticos da burguesia ascendente, basearam suas leis na razão, que regulava as ações individuais, a relação entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. Todavia, ao ceder em sua autonomia, a razão se tornou um instrumento inteiramente aproveitado no processo social, conduzindo à cegueira e se tornando um fetiche, uma entidade mágica acriticamente aceita em vez de ser intelectualmente apreendida. O resultado dessa formalização foi a perda das raízes intelectuais que embasavam os ideais de justiça, igualdade, felicidade e tolerância. Os objetivos e fins permaneceram, mas desprovidos de uma força racional capaz de avaliá-los e ligá-los a uma realidade objetiva (HORKHEIMER, 2015).

Ao emascular o conceito de razão, a sociedade moderna permitiu a sua manipulação ideológica e, em nome dela, a propagação de mentiras, como fizeram os intelectuais racialistas dos séculos XVIII e XIX ao naturalizar as desigualdades entre os homens e legitimar a escravidão. Horkheimer (2015) denunciou a estrutura teórica na qual a barbárie e todas as suas formas de opressão e tirania foram racionalmente justificadas, em nome da razão e do progresso científico. O conceito do universalmente humano do Esclarecimento foi formalizado e, portanto, separado de todo seu conteúdo humano. Conforme Horkheimer (2015, p. 39), na lógica barbarizante da razão formalizada, “[...] o despotismo, a crueldade e a opressão não são maus em si mesmos; nenhuma operação racional endossaria um veredito contra uma ditadura se os responsáveis por tal operação pudessem tirar dela algum proveito”. Na ciência-religião de Galton (1909), a exclusão dos indivíduos se justificou racionalmente por sua natureza “inferior” e prejudicial ao desenvolvimento social e biológico das nações civilizadas.

Redigido conjuntamente com Adorno, o livro *Dialética do Esclarecimento* apresentou uma noção mais ampla do diagnóstico de crise da razão desenvolvido por Horkheimer (1941; 2015). Nessa obra, os teóricos-críticos denunciaram o bloqueio das possibilidades de emancipação dos sujeitos vislumbrada pelo Esclarecimento e demonstraram que o processo de dominação da natureza resultou paradoxalmente na naturalização do homem “civilizado”, uma vez que essa naturalização se tornou um elemento indissociável do progresso social. Considerando o Ulisses homérico como o primeiro *Aufklärer*, Adorno e Horkheimer (2006) apontaram que as causas da transformação do Esclarecimento em mito se encontravam nas raízes do próprio Esclarecimento, que eliminou sua própria autoconsciência, violentou a si mesmo e se tornou um pensamento duro o suficiente para destruir o mito. A verdade não mais importava, mas somente a execução eficaz das ações em nome do progresso. Cumprindo a máxima enaltecida por Francis Bacon (1561-1626), o poder se tornou sinônimo de conhecimento. Ao aumentar o seu poder sobre a natureza reduzida à objetividade, o homem se alienou sobre o seu próprio objeto de poder e o mito se converteu em Esclarecimento (ADORNO; HORKHEIMER, 2006).

A regressão não constituiu, para Adorno e Horkheimer (2006), um acidente de percurso na trajetória do progresso, mas sim o progresso bem-sucedido gerando a sua própria regressão. A forma burguesa de Esclarecimento se perdeu em seu aspecto positivista, confundindo liberdade com autopreservação. A sociedade mergulhou em uma ofuscação que a dominou, abandonando o Esclarecimento que, reduzido à sua figura coisificada como

técnica, abdicou de sua própria realização. O Esclarecimento disciplinou tudo o que é único e individual, fazendo com que a dominação se voltasse contra o ser e a consciência dos homens, se tornando destrutivo sob a forma do progresso impiedoso. Resumido à realização dos fins práticos, dos objetivos mais imediatos, e não mais dos problemas humanos, o Esclarecimento se tornou a própria dominação pela ciência tal qual previra Bacon, ou seja, o domínio do homem sobre natureza dialeticamente culminou no domínio do homem sobre si mesmo (ADORNO; HORKHEIMER, 2006).

Nobre (2013a) afirmou que, na *Dialética do Esclarecimento*, o termo *Aufklärung* designou tanto a ideia de esclarecimento como razão quanto o Iluminismo do século XVIII. O avanço da razão enquanto *Aufklärung* contrariou a visão mitológica do mundo e a ideia de destino. Todavia, essa razão, que pretendia tornar o homem senhor do seu destino e da natureza, se tornou instrumento de autopreservação e dominação, não de emancipação. Desse modo, o processo trans-histórico de desencantamento do mundo dirigido contra o mito reverteu à mitologia. No mundo desencantado, o mito retornou na forma de uma sociedade racional, na qual a razão se restringiu à sua forma instrumental, tendo o mundo administrado como forma social concreta. A racionalidade se reduziu, em última instância, à adaptação à realidade e ao conformismo diante da dominação vigente. Ao invés de viabilizar a emancipação, ela produziu um sistema social que bloqueou as possibilidades emancipatórias e transformou os indivíduos “[...] em engrenagens de um mecanismo que não compreendem e não dominam e ao qual se submetem e se adaptam, impotentes” (NOBRE, 2013a, p. 50).

O pensamento ilusório e parcial próprio da teoria tradicional é, na *Dialética do Esclarecimento*, o único modelo possível de racionalidade sob o capitalismo administrado, no qual a possibilidade de crítica se tornou precária. Assim, a alternativa de crítica ao capitalismo administrado envolveria recorrer à racionalidade que o constituiu, mas que também o reforça. Para Nobre (2013a, pp. 50-51), essa consiste na maior complexidade da *Dialética do Esclarecimento*: “[...] um pensar que pensa contra o pensamento, que se vira contra nossas próprias estruturas de pensamento, denunciando o conluio da forma de nossa racionalidade com a forma de dominação vigente” (NOBRE, 2013a, pp. 50-51). Ao contrário do diagnóstico marxiano, o progresso técnico que durante tanto tempo constituiu o símbolo da sociedade emancipada não garantiu que o domínio da natureza se configurasse na construção de uma sociedade livre e igualitária. Pelo contrário, seu potencial transformador se restringiu ao um modelo de progresso subserviente à razão instrumentalizada, garantindo a submissão e o conformismo ao sistema capitalista (NOBRE, 2013a).

Abromeit (2017, p. 13) postulou que existem dois conceitos de Esclarecimento na *Dialética do Esclarecimento*: um conceito genealógico, compreendido como “[...] uma forma confusa de autopreservação que existiu desde a aurora da civilização ocidental”, e um conceito historicista crítico, que “[...] concebe como Esclarecimento os ideais críticos e antiautoritários articulados - mais radicalmente na França do século XVIII - durante o irregular desenvolvimento da sociedade burguesa moderna”. Abromeit (2011; 2017) criticou o conceito genealógico por compreender uma noção desistoricizada de razão instrumental e da dominação da natureza, mas reafirmou a potencialidade do conceito historicizado como expressão mediada da transformação da sociedade burguesa. Considerando que o primeiro conceito se tornou dominante ao longo da *Dialética de Esclarecimento*, mas que traços significativos do segundo também permaneceram, o autor sugeriu uma reconsideração desse historicismo crítico, que revela um modelo inicial de Teoria Crítica presente nos textos de Horkheimer nas décadas de 1920 e 1930, mas que continua profundamente atual (ABROMEIT, 2011; 2017). É nesse primeiro modelo histórico e autorreflexivo que baseamos o nosso diagnóstico sobre a razão eugênica, o que justifica o nosso maior foco em Horkheimer em comparação a Adorno, a despeito do prefácio de 1946 de *Eclipse da Razão*, no qual Horkheimer (2015) considerou que a sua filosofia e a de seu colega de Instituto eram uma só.

Dalbosco (2010) compartilhou da crítica às leituras que tratam Adorno e Horkheimer como pensadores uniformes e que partilhavam de uma base conceitual homogênea. O filósofo denotou que autores como Heidrun Hesse (1951-2007) não apenas assinalaram essas diferenças, como pretenderam torná-las frutíferas para a Teoria Crítica. A generalização seria incapaz de analisar importantes diferenças conceituais internas entre os teóricos críticos da “primeira geração” do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt. De acordo com Dalbosco (2010), em perspectiva semelhante à de Abromeit (2011; 2017), Horkheimer pensou permanentemente de forma histórica, enquanto Adorno desenvolveu uma teoria negativa do absoluto, desenvolvida de forma sistemática na *Dialética Negativa* (1966). Enquanto Horkheimer se preocupou em conservar uma visão das possibilidades de atuação e do pensamento intra-histórico, Adorno se preocupou com a endurecida contradição entre imanência e transcendência. Além disso, a perspectiva de Adorno petrificou todas as possibilidades de ação, tornando a Teoria Crítica acorrentada a um contexto universal de ofuscação (DALBOSCO, 2010).

Conforme Nobre (2013b), a constante renovação com novos diagnósticos do tempo e o antidogmatismo são características fundamentais na Teoria Crítica. Essa atitude envolve também ser crítico tanto aos diagnósticos elaborados pelos diversos teóricos críticos, quanto ao diagnóstico inaugural de Karl Marx. Se apreendidos como um dogmatismo ou uma verdade inabalável, o diagnóstico deixa de ser crítico, contrariando os pressupostos básicos da própria Teoria Crítica. Para Nobre (2013b), cada reformulação de cada pensador em cada uma das fases de suas obras constitui um modelo crítico autônomo, mesmo pertencendo a um campo teórico comum. Apesar de sua recepção nos Estados Unidos da América (ABROMEIT, 2011) e no Brasil (NOBRE, 2013b) ter sido tardia e restrita, a Teoria Crítica de Horkheimer denunciou o caráter totalitário do projeto de Esclarecimento europeu, apresentando tanto na sua crítica à razão instrumental quanto na *Dialética do Esclarecimento* com Adorno os elementos para uma autocrítica da racionalidade moderna, refletindo sobre as contradições e limites do Esclarecimento (DALBOSCO, 2010).

Para Lefort (1996), a dominação burguesa se sustentou sobre a utopia do racionalismo e do universalismo, encampada por uma elite intelectual que considerou que a história conduziria espontaneamente à realização da razão. O discurso da ideologia burguesa, baseado na defesa contra a ameaça de decomposição da sociedade pela barbárie tomou como muralhas da civilização a propriedade, a família, o Estado, a autoridade, a pátria e a cultura. A epistemologia da ciência-religião galtoniana se sustentou sobre essa dicotomia, na qual a eugenia passou a ser teoricamente elaborada e socialmente difundida como a mais racional e poderosa barreira de proteção da muralha civilizatória contra a degeneração moral e racial. Segundo a lógica de Galton (1909), a eugenia seria a salvação da civilização que começava a ruir, motivo pelo qual, mais do que uma ciência, ela precisava se popularizar sob a forma de um culto que exigia sacrifícios em troca da salvação.

De forma semelhante à crítica elaborada por Rensmann (2017), Bronner (2018) ponderou que a barbárie se desenvolveu utilizando o mesmo método científico de seus críticos, elevando os preconceitos ao status de ciência. Nesse processo, segundo Ferrone (2015), o Esclarecimento equiparou a verdade ao sistema científico, se utilizando de métodos matemáticos, a linguagem de Galileu (di Vincenzo Bonaulti de) Galilei (1564-1642) e o pensamento teórico de Isaac Newton (1642-1727). Conforme Souza (2011), o domínio científico da natureza se voltou contra o seu pretense sujeito dominador, anulou a sua qualidade pensante e o transformou em escravo dos fatos. Reduzida aos fatos, a ciência se reaproximou do mito, acusado de antigo e inadequado perante a argumentação matemática.

A distinção entre razão objetiva e razão subjetiva - inexistente em *The end of reason* (1941), desenvolvida em *Eclipse da Razão* e elemento fundamental do conceito historicista crítico de Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento* - denotou que, diferentemente daquilo que se anunciava com o fim da razão, não foi a razão em sua totalidade que desapareceu, mas apenas parte dela, ou seja, sua dimensão objetiva, que sofreu um “eclipse”. Desvinculada radicalmente de seus conteúdos objetivos, a razão se tornou reificada, se sujeitando ao relativismo e se transformando em objeto manipulável (PETRY, 2013). Conforme observamos no diagnóstico sobre as origens da eugenia, essa manipulação ideológica do conceito de razão constituiu o alicerce da ciência-religião de Galton. É surpreendente, pois, que o argumento horkheimeriano sobre as raízes esclarecidas da eugenia, apesar de atual e contundente, continue virtualmente inexplorado na historiografia.

A burocratização das sociedades “civilizadas”, que constituiu o aspecto central da usurpação derivada da razão instrumental, se sustentou sobre a simbiose entre ciência e técnica típica da modernidade. Precursor da racionalidade instrumental, o ideal baconiano de “saber é poder” conduziu a humanidade a um ponto em que a sujeição da natureza se transformou na destruição da natureza e do homem. Nas palavras de Lebrun (1996), o poder se tornou mestre de si mesmo. Essa naturalização absoluta do homem constituiu a base epistemológica da eugenia, na qual os indivíduos foram reduzidos a corpos orgânicos manipulados e manipuláveis, destituídos de qualquer sociabilidade (NALLI, 2005). Partindo dessa premissa, Galton pôde justificar racionalmente a intervenção eugênica nos casamentos, oferecendo uma solução científica tanto para o refreamento do processo degenerativo quanto para o progresso da civilização mediado pela ciência. Esse aspecto esclarecido da eugenia engendrou, segundo Horkheimer (1941), a aniquilação da liberdade e do amor em nome da razão.

Não pretendemos com essa análise generalizar ou transplantar mecanicamente a epistemologia galtoniana para a de seus inúmeros prosélitos ao redor do mundo. Todavia, intentamos demonstrar nessa primeira parte do presente capítulo os pressupostos fundamentais elaborados pelo criador dessa ciência, que foram compartilhados e readaptados por seus seguidores segundo as especificidades de cada contexto nacional. Dentre esses fundamentos epistemológicos, destaca-se a preocupação de Galton (1909) ao considerar a eugenia como sinônimo de razão, redenção, regeneração e salvação frente à “degeneração” racial, à ignorância e aos costumes que impediam seu avanço nas sociedades civilizadas. Sua ciência-religião compreendeu, portanto, a secularização do mito sob a forma da razão

formalizada. A ciência eugênica era, segundo Galton (1909), o novo messias, e somente por meio dele o homem poderia ser salvo do seu inexorável destino. No limite, a eugenia constituiu, para Galton (1909), no próprio Esclarecimento, fundamentado racionalmente como uma ciência e cultuado popularmente como uma religião, que reduziu o homem à natureza e anulou o sujeito. Assim, de acordo com Jay (1976), o Esclarecimento que outrora propusera a liberação do homem, ironicamente contribuiu para o aprisionar em uma forma de controle e dominação racional, científica e eficaz.

Conforme ponderou Rensmann (2017) ao analisar o antissemitismo, as investigações sobre o racismo foram deixadas em segundo plano pelos estudiosos da Teoria Crítica, a ponto de o texto *Elementos do antissemitismo* ter sido artificialmente colocado no final da *Dialética do Esclarecimento* como um simples adendo, quando na verdade tal discussão era central para Adorno. Com relação a Horkheimer, Abromeit (2011; 2017) foi enfático ao afirmar que mesmo frente ao trabalho imprescindível do filósofo alemão na fundação da Teoria Crítica, sua obra continua relativamente negligenciada na literatura acadêmica em comparação aos estudos sobre Adorno, Herbert Marcuse (1898-1979) e Walter Benjamin (1892-1940). Em consonância com as obras de Rensmann (2017) e Abromeit (2011; 2017), ressaltamos a atualidade do conceito de Esclarecimento fundado no historicismo crítico e do diagnóstico de crise da razão elaborado por Horkheimer (1941; 2015) e Adorno e Horkheimer (2006) nos estudos sobre a eugenia, explicitando, a partir da pesquisa histórica, tanto as raízes esclarecidas da ciência do melhoramento racial, quanto as condições que garantiram sua difusão e permanência na sociedade contemporânea.

1.2. Eugenia, modernidade e capitalismo

1.2.1. Eugenia e capitalismo segundo György Lukács e João Bernardo

A crítica da razão para a compreensão do racismo científico não foi, contudo, exclusividade dos teóricos-críticos frankfurtianos. Discorreremos sobre dois livros que partem de contextos e pressupostos distintos no interior do marxismo, mas cujas análises nos permitirão aprofundar o diagnóstico sobre a razão eugênica que propomos nesta tese: *A destruição da razão* (1954/2000) de György Lukács (1885-1971) e *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta* (2003/2015) de João Bernardo (n.1946). Lukács (2020) elaborou uma crítica marxista considerando o irracionalismo como uma das principais tendências da filosofia reacionária burguesa. Investigando os autores que, mesmo distantes do nazismo ou subjetivamente afastados das intenções do Terceiro Reich (1933-1945),

prepararam terreno para o desenvolvimento da visão de mundo do nacional-socialismo, Lukács (2020) ponderou que a razão não paira acima do desenvolvimento social de modo partidário ou neutro. Ela reflete a racionalidade ou irracionalidade concreta de uma determinada situação social e da direção do desenvolvimento histórico, promovendo ou retardando esse desenvolvimento ao lhe fornecer clareza conceitual. As diferentes manifestações do irracionalismo representariam, para Lukács (2020), respostas reacionárias aos problemas decorrentes da luta de classes.

Lukács (2020) postulou que as teorias raciais recrudesceram no contexto da Revolução Francesa no final século XVIII, mas que seus primórdios se encontram nas tentativas de justificativa da nobreza feudal decadente perante seus privilégios estamentais. Diante das perdas das funções sociais que desempenhara na Idade Média, essa nobreza passou a elaborar teoricamente a defesa ideológica de seus privilégios, adquirindo um caráter ainda mais parasitário. Em um processo de elaboração teórica que vai de Gobineau ao escritor alemão e teórico do nazismo Alfred (Ernst) Rosenberg (1893-1946), tendo o escritor britânico Houston (Stewart) Chamberlain (1855-1927) como ponto de transição para o racismo científico, a desigualdade estamental entre os homens se tornou a expressão jurídica da desigualdade natural entre as raças. No contexto moderno, essa perspectiva foi inicialmente difundida nos círculos da opinião pública a partir do pessimismo fatalista de Gobineau, que criticou ferrenhamente a democracia por considerar a ideia de igualdade entre os homens como anticientífica e antinatural (LUKÁCS, 2020).

A partir de Gobineau, a velha teoria feudal das raças foi renovada a partir da defesa biológica dos privilégios de classe. Esse processo, que culminou na cientificização do racismo, representou uma mudança decisiva no caráter de classe dessas teorias: da justificativa dos privilégios de classe da nobreza histórica para a justificativa dos povos brancos europeus sobre os povos não-brancos, e dos povos germânicos sobre os demais povos europeus no século XIX. Esse “recoo tático” das teorias raciais foi necessário para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, uma vez que o argumento de diferenciação não poderia mais ser baseado na moral, mas sim na ciência, para que pudesse ser amplamente aceito e difundido entre os intelectuais modernos (LUKÁCS, 2020).

A perspectiva de Lukács (2020) nos permite compreender, a partir de um olhar para a estrutura econômica, os mecanismos que viabilizaram as teorias raciais no contexto da modernidade. Sua obra nos oferece elementos importantes para a discussão proposta nesta

tese, mas não sem aspectos problemáticos passíveis de questionamento, sobretudo se considerarmos o avanço das pesquisas sobre a eugenia desde a publicação de *A destruição da razão* em 1954. Poderíamos classificar a eugenia anarquista (CLEMINSON, 2008) e comunista (KREMENTSOV, 2018) como uma ciência fruto de uma filosofia reacionária burguesa, mesmo que seus pressupostos tenham se desenvolvido a partir de bases anticapitalistas e, no caso do anarquismo, amparado por posições revolucionárias e críticas até mesmo aos aspectos autoritários do marxismo-leninismo?

Resumir a eugenia à filosofia reacionária burguesa não seria uma crítica generalizante a um movimento social e científico de caráter transnacional, que contou com adeptos no seio dos movimentos de esquerda reformistas e revolucionários na primeira metade do século XX? Neste caso, seria a “eugenia proletária” praticada pelos médicos anarquistas da Revolução Espanhola (1936-1939) (CLEMINSON, 2008) ou pelos pesquisadores comunistas da União Soviética (KREMENTSOV, 2018) uma eugenia “racional” e “moralmente aceitável”, ou ela também seria, mesmo no interior dos movimentos orientados a partir de uma práxis revolucionária e anticapitalista, uma expressão do reacionarismo burguês? Vejamos o que a própria obra de Lukács (2020) pode nos dizer a respeito.

O livro *A destruição da razão* (2020) não nos oferece uma resposta definitiva para essas perguntas, mas nos fornece elementos suficientes para elaborar um diagnóstico crítico sobre o tema. Um dos indícios de que Lukács (2020) esboçou uma análise autocrítica sobre a influência das teorias raciais sobre os movimentos de esquerda se deu ao postular que o ponto intermediário entre as teorias raciais “pré-científicas” da nobreza feudal e as teorias raciais científicas modernas, que tiveram seu ápice na *Rassenhygiene* nazista, foi o darwinismo social, cuja influência se estendeu até mesmo a Karl Marx e Friedrich Engels (1820-1895). Ao investigar as correspondências trocadas entre os autores do *Manifesto do Partido Comunista* (1848) entre os anos de 1859 e 1860, Lukács (2020, pp. 591-592) ponderou:

Como fase intermediária entre essas duas etapas da teoria das raças, o chamado darwinismo social desempenha um papel decisivo. A teoria de Darwin exerce uma influência extraordinária sobre todos os desenvolvimentos da ciência e da concepção de mundo na segunda metade do século XIX. As obras de Darwin fecundaram e estimularam extraordinariamente a ciência progressista. Sempre que cientistas e filósofos autênticos deram-se ao trabalho de assimilar e desenvolver o conteúdo real da obra de Darwin, foram feitos grandes progressos científicos. Eis o que Engels escreve a Marx: “Ademais, te direi que Darwin, que estou lendo no momento, é verdadeiramente magnífico. A teleologia, que ainda não havia sido abalada em um de seus pilares, cai agora por terra. Fora isso, jamais havíamos assistido a uma tentativa tão grandiosa de demonstrar o

desenvolvimento histórico da natureza, quanto mais não seja, com tanto êxito”. E Marx, por sua vez, em termos parecidos se expressa em carta a Engels: “Embora escrito em inglês tosco, este é o livro em que se encontram os fundamentos de nossa concepção no terreno da história natural” (LUKÁCS, 2020, pp. 591-592).

Marx e Engels criticaram, no entanto, a redução da história a uma lei natural única, resumida em torno do conceito de *struggle for life*, instrumentalizado pelo neomalthusianismo e outras vertentes científicas que converteram os resultados das ciências da natureza em lógicas abstratas. Essa nova apologética do modo de produção capitalista desenvolvida no final do século XIX fundamentou, frente ao fracasso das teorias sobre a harmonia da economia, o recrudescimento das contradições sociais e da luta de classes, justificando o capitalismo como o melhor sistema econômico e social possível. Transplantada pelos intelectuais burgueses para o campo da sociologia, a apologética do darwinismo social suprimiu a história e negou os aspectos atrozés do sistema, tornando as contradições de classe em dados imutáveis, naturais e eternos. A moral da resignação natural social-darwinista substituiu a luta de classes pela luta biológica entre as raças, persuadindo o homem a se submeter resignadamente às leis naturais que governam a história. Essa teoria se apresentou como objetiva, imparcial e suprapartidária, quando seus ataques eram claramente dirigidos contra o socialismo e os movimentos sociais organizados pela classe trabalhadora (LUKÁCS, 2020).

O fundamento epistemológico do método científico-natural social-darwinista consistiu na eliminação dos fatores econômicos e sociais na compreensão das relações capitalistas, não admitindo qualquer tipo transformação social de natureza progressista ou revolucionária. Essa distorção entre as relações entre Estado e economia foi não apenas uma das marcas do darwinismo social, como também o terreno preparatório para a interpretação fascista da história. Substituindo a classe pela raça, a sociologia reacionária repudiou a base econômica da luta de classes, tentando eliminar, a partir do ponto de vista biológico, toda diferenciação social. Essa sociologia buscou dar mais cientificidade à filosofia reacionária, transformando conceitos marxianos, como a mais-valia, em conceitos biológicos. A divisão social do trabalho se tornou fruto da desigualdade natural entre as raças, assim como o antagonismo de classes se transformou em antagonismo de raças (LUKÁCS, 2020).

O filósofo prussiano Friedrich (Wilhelm) Nietzsche (1844-1900) se aproximou do darwinismo social, mas rejeitou a teoria das raças por carecer de uma generalização filosófica, ou, posto de outra maneira, a unificação de suas teses em uma “visão de mundo”

(*Weltanschauung*). Essa unidade às teorias raciais foi desenvolvida por Chamberlain, considerado por Lukács (2020, p. 265) como “[...] o único representante característico da teoria das raças no período do pré-guerra”. O escritor britânico ofereceu o nexos ideológico entre a velha reação e o fascismo posterior, assumindo tanto as tendências antigas quanto modernas de reação extrema. Radicalizando a teoria das raças de Gobineau, Chamberlain desenvolveu uma interpretação social-darwinista instrumental e oportunista, mobilizando o conceito de raça de forma reacionária e, a partir de um naturalismo extremo, eliminando toda teoria social. Para Chamberlain, não existiria humanidade, apenas raças, sendo a germânica, criadora da civilização e da cultura, a raça superior. Assim como Gobineau, Chamberlain considerou que tanto o progresso quanto a decadência só poderiam ocorrer no interior de raças específicas (LUKÁCS, 2020).

Segundo Lukács (2020), a concepção reacionária de Chamberlain elevou tudo o que era germânico, do mesmo modo que condenou tudo aquilo que não o era. Em sua teoria racial, o verdadeiro conhecimento só poderia ser apreendido pela raça germânica, motivo pelo qual os princípios civilizados só teriam valor para ela, não sendo compreensíveis entre os povos “bestializados” e “inferiores”. Seu racionalismo considerava que a verdade e a teoria do conhecimento só poderiam ser apreendidas pela raça “eleita”, excluindo toda a humanidade não-germânica do direito à vida e negando sua capacidade de produzir cultura. O pertencimento à raça “pura” seria, para Chamberlain, o critério biológico-aristocrático de seleção. Assim, os germânicos representariam a superioridade definitiva, enquanto a miscigenação estaria associada à decadência e à morte da cultura. De acordo com Lukács (2020, pp. 618-619):

O conceito mais importante que Chamberlain introduz na construção das forças contrárias ao domínio dos povos arianos é o do “caos dos povos” que se produz por consequência do domínio mundial romano. Aqui ocorreu uma mistura geral de raças e com isso o perigo da morte da cultura. Os povos germânicos salvaram o mundo da catástrofe. Tudo o que existe de grande e de bom, tudo o que representa a alta cultura, quer na Itália, quer na Espanha, é obra dos descendentes daqueles conquistadores germânicos. Ao contrário, o mau, o perigoso, o inculto, se apresenta nessa luta como produto do judaísmo e do caos dos povos, cuja coesão orgânica e cuja plataforma ideológica, segundo Chamberlain, é a Igreja Católica Romana. De modo que toda a história, desde a queda do Império Romano, é a luta dos luminares germânicos contra as forças das trevas, contra Jerusalém e Roma. Essa luta determina a vinculação da religião com a teoria das raças na concepção de Chamberlain. Cristo não era judeu, conforme “demonstrou” Chamberlain. A religião por ele fundada é a estrita negação da religião judaica, que, por sua vez, não passa de um “materialismo abstrato”, uma “idolatria”. O grande mérito de Kant consiste em ter eliminado para sempre o Nus-Javé. Com isso, Chamberlain consegue estabelecer a fusão perfeita das duas orientações da

reação imperialista até então dissociadas entre si: a do irracionalismo da filosofia da vida e a da teoria das raças (LUKÁCS, 2020, pp. 618-619).

A teoria das raças de Chamberlain baseada na ideia de “caos dos povos” permitiu que a destruição do pensamento e da razão deixasse de ser algo abstrato, ultrapassando o ambiente dos catedráticos e se tornando uma doutrina apropriada às massas. A partir dessa renovação teórica, o racismo rompeu com sua passividade científico-positivista e proporcionou a atmosfera espiritual e moral na qual se converteu em uma visão de mundo universal e uma religião destinada a fanáticos e desesperados. As teorias raciais se transformaram, a partir de Chamberlain, em um instrumento ideológico do imperialismo germânico, a base na qual se desenvolveu a *Rassenhygiene* nazista. Com Adolf Hitler (1889-1945) e Alfred Rosenberg, essas teorias foram radicalizadas e transfiguradas em pretexto ideológico “[...] para tornar atraente e plausível aos olhos das massas a conquista e a subjugação de toda a Europa, a aniquilação nacional dos povos europeus” (LUKÁCS, 2020, p. 630).

Rosenberg apropriou de Chamberlain o conceito de “caos dos povos”, atribuindo todas as transformações como corrupções decorrentes da mistura racial. Desse modo, ele transformou e radicalizou a fraseologia reacionária em um programa de ação da demagogia nacional e social, no qual a teoria das raças se tornou a substituta da religião. Hitler seguiu os teóricos raciais de vertente otimista, que consideravam a possibilidade de regeneração racial e eliminação gradual das “contaminações”. Seu método para a salvação da raça “pura”, no entanto, era mais radical do que as medidas de higiene racial, pois transformou a fiscalização, a proibição de matrimônios, a esterilização e a eutanásia em instrumentos de tirania. A determinação de quem era considerado ou não racialmente “puro” dependia inteiramente da vontade subjetiva e arbitrária dos dirigentes fascistas, apesar de se afirmarem a partir de critérios supostamente objetivos e cientificamente embasados (LUKÁCS, 2020).

Os oprimidos eram considerados, segundo a lógica subjetiva herdada do darwinismo social e radicalizada pelo nazismo, como seres vivos de natureza distinta, biologicamente destinados à exploração e à escravidão. Assim, a educação nazista explorou a inumanidade como um princípio, expulsando da “comunidade do povo” (*Volksgemeinschaft*) quem se comportava humanamente. Destarte, o nazismo representou, segundo Lukács (2020), o marco simbólico da destruição da razão, sendo Hitler o realizador prático do irracionalismo. Conforme Adorno e Horkheimer (2006) e Bauman (1998), os fascistas não consideravam os judeus como uma minoria, mas sim como uma “anti-raça”. A partir dessa lógica, o discurso que conclamava pela “purificação racial” mediante o extermínio encontrou terreno fértil tanto

entre os nazistas alemães quanto entre os fascistas em potencial espalhados ao redor do mundo. Quanto mais animalizadas, ponderou Adorno (1951/1993) em sua *Minima Moralia*, menos as vítimas se pareciam com seres humanos; quanto menos parecidas com seres humanos, menor a indignação da opinião pública perante as crueldades. “O que não foi visto como ser humano, e, no entanto, é um ser humano, torna-se uma coisa, para que não possa mais refutar por nenhum impulso o olhar maníaco” (ADORNO, 1993, p. 91).

De acordo com Friedlander (1995), a confluência entre o fascismo e o racismo antisemita ocorreu por intermédio das teorias racistas de evolução social que, com a aceitação da comunidade acadêmica e a chancela das autoridades científicas alemãs, naturalizaram a competição social e a exploração capitalista. Essa estrutura teórica desenvolvida desde o final do século XIX promulgou, em nome do progresso e da razão, os mais cruéis preconceitos contra grupos racializados em diferentes países ocidentais. A partir da sistematização da eugenia, os intelectuais europeus associaram o progresso de determinados grupos humanos ao processo de evolução biológica, transpondo as noções do darwinismo para o terreno político-social. Conforme discorreremos ao longo do presente capítulo, essa lógica foi exposta, a partir de perspectivas distintas, tanto por Horkheimer (1941, 2015), Adorno e Horkheimer (2006) quanto por Lukács (2020). Todavia, ambas as interpretações foram consideradas por Bernardo (2015) como insuficientes para a compreensão do racismo científico. Vejamos o que o intelectual português constatou em seu livro *Labirintos do Fascismo* e quais as contribuições de sua obra para a crítica da razão eugênica.

Apontando os limites das perspectivas de Lukács (2020) e de Horkheimer e Adorno (2006), Bernardo (2015) considerou que o marxismo foi incapaz de explicar o racismo, descrito pelo intelectual português como a transposição do nacionalismo para o plano biológico ou, em outras palavras, a forma extrema do nacionalismo que atribui fundamento biológico a características que decorrem dos planos cultural e político. Mesmo reconhecendo *A destruição da razão* de Lukács (2020) como um dos “monumentos” da filosofia marxista, Bernardo (2015) afirmou que o tema foi abordado pelo filósofo húngaro de forma insatisfatória, ou seja, sem detectar no mito racial a função de catalisador. Para Bernardo (2015, p. 308), ignorando o desenvolvimento do racismo na linguística romântica alemã e analisando o problema somente a partir dos autores que transferiram para a história e para a sociologia os preceitos biológicos do darwinismo, Lukács “[...] perdeu o fio condutor daquela

evolução ideológica e, afinal, não conseguiu expor a estrutura interna do racismo nacional-socialista nem discriminar as suas consequências práticas”.

O suposto déficit do debate racial na tradição marxista denunciado por Bernardo (2015) ignora a contribuição de intelectuais como Angela (Yvonne) Davis (n.1944), Frantz (Omar) Fanon (1925-1961), Clóvis (Steiger de Assis) Moura (1925-2003), Florestan Fernandes (1920-1995), Lélia Gonzalez (1935-1994), dentre outros. No que se refere aos teóricos-críticos frankfurtianos, o intelectual português considerou a *Dialética do Esclarecimento* como uma obra especulativa demais para uma análise histórica do fascismo, e que o Esclarecimento nunca chegou a penetrar completamente na sociedade alemã. Ponderou, ainda, que seus autores ignoraram o estatuto de sub-humanidade ao qual os povos eslavos foram submetidos pelo racismo nacional-socialista, e que essa “miopia” foi reproduzida pelos demais intelectuais que deram continuidade ao trabalho de Adorno e Horkheimer (2006). Neste momento, é mister compreendermos até que ponto as críticas de Bernardo (2015) sobre as teses teórico-críticas e lukacsianas são válidas e necessárias, e em que aspectos ela também é passível de novas críticas, contextualizações e atualizações.

Concordamos com a crítica de Bernardo (2015) à *Dialética do Esclarecimento* no que se refere ao déficit de uma análise sobre o racismo praticado contra os povos eslavos e outros povos não-judeus. É nessa lacuna que situamos nossa tese, que longe de ser um mero complemento ou releitura do texto clássico de Adorno e Horkheimer (2006), busca as potencialidades da Teoria Crítica delineada por esses autores para a compreensão da razão eugênica, que fora do contexto europeu teve como alvos outros povos e grupos racializados. Em segundo lugar, ao apontar as insuficiências do marxismo em analisar o racismo no campo econômico, o qual classifica como a área privilegiada do materialismo histórico dialético, Bernardo (2015) ignorou que a Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer se desenvolveu justamente a partir da crítica ao determinismo econômico dominante no marxismo ortodoxo. Essa foi, aliás, uma das principais questões abordadas por Horkheimer (1980) em *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, texto que marcou o início dessa vertente do marxismo (genérica e erroneamente) denominada “Escola de Frankfurt”.

Conforme apresentamos no início desse capítulo, Horkheimer (1980) postulou que as teses marxianas continuavam atuais, sobretudo no tocante ao *comportamento crítico* e à *orientação para a emancipação*, mas que careciam de atualizações. O materialismo interdisciplinar delineado por Horkheimer propôs debater autores estranhos ao marxismo

ortodoxo, como Friedrich Nietzsche e Max Weber (1864-1920), além disciplinas ainda não desenvolvidas na época de Karl Marx, em especial a psicanálise. Isso não significa que a Teoria Crítica ignorou a economia, bastando retomar os textos do “jovem” Horkheimer, profundamente influenciadas pelas análises econômicas de Friedrich Pollock (1894-1970) (ABROMEIT, 2011; 2017). Essa contextualização é necessária para situar as explicações para o fenômeno do racismo antissemita delineadas na *Dialética do Esclarecimento*, que não tiveram como base a economia, mas sobretudo a filosofia e a psicanálise. Além disso, não consideramos que o historicismo crítico de Horkheimer, também presente no livro redigido com Adorno, seja especulativo, conforme apontamos a partir da obra de Abromeit (2011; 2017). Feita essa observação, vejamos agora quais elementos da obra bernardiana podem contribuir para o debate proposto por Horkheimer (1941; 2015) em sua crítica à razão instrumental.

Assim como Lukács (2020), Bernardo (2015) considerou Nietzsche como um dos precursores do nacional-socialismo, cuja fama foi construída a partir de textos sobre questões sociais e políticas, mas desprezando os fundamentos básicos da economia. Entretanto, mesmo reconhecendo que o ideólogo do nazismo Alfred Rosenberg considerou Richard Wagner (1813-1883), Paul Anton de Lagarde (1827-1891), Houston Stewart Chamberlain e Nietzsche como os quatro precursores do nazismo, Bernardo (2015) ponderou que existe uma diferença entre o que Nietzsche e Wagner produziram e a forma como suas produções foram recebidas. Ele lembrou, ainda, que o polêmico filósofo alemão escreveu de maneira fragmentária, metafórica, parabólica, terminologicamente imprecisa, apresentando opiniões contraditórias que poderiam ser - e foram - facilmente aproveitadas para qualquer fim. Isso explicaria sua recepção em um espectro que engloba do anarquismo ao fascismo, bem como a existência de interpretações como a do filósofo do salazarismo português João Ameal (1902-1982), que acreditava na influência de Nietzsche sobre a obra de Marx (BERNARDO, 2015).

Remetendo ao romantismo germânico ignorado por Lukács (2020), Bernardo (2015) considerou o filósofo Johann Gottfried von Herder (1744-1803) como o primeiro intelectual a conceber que a noção de linguagem sustentava a possibilidade de uma unidade social orgânica, podendo unificar um povo, as classes sociais e formar uma nação por meio da inserção em um quadro preestabelecido de tradições culturais mediados pela mesma língua. Foi Herder quem atribuiu o sentido de “comunidade racial” a uma comunidade linguística e, mesmo criticando o colonialismo e negando que os europeus possuíam a exclusividade da cultura, admitiu a “inferioridade” intelectual dos negros. O racismo linguístico também esteve

presente na obra de Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), antissemita confesso que buscou o renascimento do patriotismo germânico e considerou que aqueles que se exprimiam em alemão compartilhavam de uma “alma comum”, um *Volksgeist* ou “gênio coletivo” de um povo, concebido em termos de raça, sendo a língua o meio de sua expressão e conservação frente à mestiçagem (BERNARDO, 2015).

O *Volksgeist* ganhou, a partir de Fichte, um cérebro e um corpo, convertendo definitivamente a nação em raça. Com Karl Wilhelm Friedrich von Schlegel (1772-1829) foi dado o passo decisivo no processo de biologização da linguagem. A prioridade do pensamento e da razão foram negadas em relação a linguagem, e o romantismo, mesmo em sua forma política, assumiu um caráter irracional, que passou a servir de justificativa às hierarquias sociais, legitimando o domínio das classes dominantes a partir de uma suposta superioridade natural. Na concepção de Bernardo (2015), esse elemento racial que estruturou o romantismo e a vocação totalitária do liberalismo germânico foram menosprezados pela esquerda marxista, sobretudo a de inspiração hegeliana. A versão racista do fascismo deu continuidade à concepção de povo como “raça” do racismo romântico, defendida originariamente por intelectuais de inspiração emancipadora. Foi com o advento do darwinismo social no final do século XIX que essa perspectiva pautada na associação de características culturais e psicológicas à constituição biológica encontrou a base teórica para se configurar enquanto instrumento de seleção racial (BERNARDO, 2015).

Publicada em 1839, a obra *Journal of Researches into the Geology and Natural History of the Various Countries Visited by H.M.S. Beagle, 1832-36* (conhecida como *The Voyage of the Beagle*) de Charles Darwin explicou as sociedades em termos estritamente sociais, não raciais. Todavia, na segunda edição ampliada de *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex*, publicada em 1874, o naturalista britânico constatou a “inferioridade” biológica dos povos organizados em sistemas sem propriedade, estabelecendo uma hierarquia sexual e racial segundo a qual os homens brancos, especialmente os anglo-saxônicos, ocupavam o nível superior. Como possibilidade de verificação de suas teses, Darwin propôs a comparação entre os crânios das “raças civilizadas” e das “raças selvagens”, concebidas como “inferiores”. Sua lógica se desenvolveu na esteira do capitalismo liberal britânico, aplicando ao mundo animal e vegetal o modelo de economia baseado na livre-concorrência, no qual vingariam os indivíduos mais bem-sucedidos. Com Herbert Spencer, criador da expressão “sobrevivência dos mais aptos”, o darwinismo passou a contar com uma ala ideológica, que associou o princípio da seleção natural à lei da oferta e da procura. Na

concepção spenceriana, a concorrência econômica levava ao progresso social, assim como a luta pela vida levava ao progresso na evolução biológica (BERNARDO, 2015).

É importante ressaltar que Darwin foi um abolicionista, condenou a tese da “inferioridade” dos mestiços e reconheceu o papel de seu país, a Inglaterra, no tráfico negreiro. Nas anotações da viagem a bordo do navio Beagle, afirmou ter ficado horrorizado com a violência da escravidão no Brasil, sobretudo por ser praticada por homens autodeclarados cristãos (CARLOS; PRESTES, 2021). Por outro lado, o naturalista não condenou totalmente as teorias raciais de sua época. Em *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex* (1871/1981), Darwin hierarquizou os grupos humanos, defendeu a existência de raças “superiores” e citou dezenas de vezes, de forma elogiosa, sem objeções, as teses de seu primo Galton. Além disso, Darwin recorreu à obra *Hereditary Genius* (1869) para explicar e enaltecer o sucesso da colonização inglesa, empreendida por homens naturalmente “superiores” aos “miseráveis selvagens”.

O diálogo de Darwin com a eugenia não foi apenas indireto. Essa aproximação ficou explícita no trecho no qual o naturalista reproduziu uma das principais teses galtonianas, lamentando que os avanços da medicina moderna garantiam a sobrevivência dos mais “fracos”⁷. Por esse motivo, era preciso impedir a reprodução dos “débeis” e “inferiores”. De acordo com Darwin (1981, pp. 168-169):

The aid which we feel impelled to give to the helpless is mainly an incidental result of the instinct of sympathy, which was originally acquired as part of the social instincts, but subsequently rendered, in the manner previously indicated, more tender and more widely diffused. Nor could we check our sympathy, if so urged by hard reason, without deterioration in the noblest part of our nature. The surgeon may harden himself whilst performing an operation, for he knows that he is acting for the good of his patient; but if we were intentionally to neglect the weak and helpless, it could only be for a contingent benefit, with a certain and great present evil. Hence we must bear without complaining the undoubtedly bad effects of the weak surviving and propagating their kind; but there appears to be at least one check in steady action, namely the weaker and inferior members of society not marrying so freely as the sound; and this check might be indefinitely increased, though this is more to be hoped for than expected, by the weak in body or mind refraining from marriage.

Essa obra revela que Darwin (1981) enalteceu e assimilou preconceitos sistematizados por seu primo e por outros intelectuais de sua época, como Herbert Spencer. Em *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex*, o naturalista não apenas lamentou a “decadência” da civilização e a “degeneração” racial do homem branco europeu, como defendeu abertamente a

⁷ Essa tese foi denominada “filantropia contra-seletiva” pelos eugenistas brasileiros, conforme veremos nos próximos capítulos.

intervenção eugênica no processo reprodutivo. Ao propor a contextualização histórica dessa obra, Carlos e Prestes (2021) ressaltaram a interação entre a ciência e a cultura na construção do conhecimento científico, identificando no trabalho do naturalista os elementos da sociedade vitoriana, da qual Darwin assimilou tanto os vícios quanto as virtudes. Ademais, essa leitura vai ao encontro das críticas de Horkheimer (1980) aos mitos da imparcialidade técnica, da neutralidade científica e dos saberes suprassociais.

A ideia de “degeneração” biológica que sustenta a eugenia foi, segundo Bernardo (2015), um fenômeno moderno tardio. Até o século XIX, a suposta “inferioridade” cultural e social de um povo raramente era interpretada a partir dessa chave explicativa. O preconceito contra negros, indígenas e asiáticos por parte dos iluministas e romancistas franceses e germânicos era justificado na esfera intelectual, sem remeter à globalidade de uma população. A guinada ocorreu com o desenvolvimento do capitalismo industrial no século XIX, quando a justificativa para a opressão neocolonial foi transferida para o campo das ciências naturais. As vítimas desse sistema passaram a ser consideradas pelas classes dominantes locais como mental e fisicamente “inferiores”, o que exigiu a criação de uma versão biológica do racismo para justificar aos colonos europeus a destruição dos modos de produção considerados arcaicos, a desorganização social das populações locais, a escravização e a importação de mão de obra (BERNARDO, 2015).

A biologização das diferenças justificou não somente a competição entre as nações, como também a dominação de classe, agora naturalizada. Bernardo (2015) lembrou que a tese da “degeneração” biológica do proletariado não era necessariamente uma novidade, pois desde a Comuna de Paris (1871) os intelectuais pertencentes às classes dominantes recorreram a essa chave explicativa, atribuindo as revoltas e revoluções sociais a uma “inferioridade patológica” que condenava os trabalhadores pobres ao crime e à miséria. Essas teses serviam, portanto, para justificar a superioridade das elites ao mesmo tempo em que estigmatizavam as lutas pela transformação social (BERNARDO, 2015). Respeitando os diferentes contextos, podemos perceber essa lógica na Primeira República brasileira, uma vez que a eugenia “nasceu” justamente no momento de efervescência do proletariado urbano. Apesar da primeira tese sobre o tema datar em 1914, sua pedra fundamental foi o discurso proferido por Kehl na Associação Cristã de Moços em 1917 e a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, na esteira das greves operárias que se espalharam pelo país.

Analisando as origens ideológicas da eugenia, Bernardo (2015) traçou os antecedentes do modelo formalizado por Galton, baseado na fusão entre hierarquias sociais e raciais que dominava o campo intelectual francês, que desde a segunda metade do século XVII associou a nobreza a uma ascendência franca, a raça de conquistadores que manteve sua “pureza” racial, relegando à plebe a posição de descendente dos povos gauleses, a raça conquistada e “degenerada” a partir da mestiçagem. Bernardo (2015) denotou a naturalidade com qual a síntese entre hierarquias raciais e hierarquias sociais se operou na Europa desde o século XVII até seu auge na transição dos séculos XIX e XX. Essa transposição da diferença entre classes para a diferença entre conquistadores e conquistados foi aceita na cultura germânica, conforme observou Marx ao relatar que o filósofo Bruno Bauer (1809-1882) não acreditava no protagonismo histórico da classe trabalhadora, uma vez que esta não descendia dos conquistadores. A mesma lógica foi reproduzida por Nietzsche trinta anos depois, ao associar classes e raças de forma direta e mecânica (BERNARDO, 2015).

A primeira grande inovação de Galton foi transpassar as concepções raciais elitistas antes sustentadas a partir de conceitos míticos para a estrutura científica fundada por Darwin. A segunda inovação foi a defesa da intervenção dos governos no processo biológico, visando o aperfeiçoamento da raça. Para isso, era necessário orientar e promover os matrimônios das elites, ao mesmo tempo em que se extinguiu as famílias consideradas como moral, social e biologicamente “indesejáveis”. Suas ideias se desenvolveram amplamente em um campo científico no qual os estudos médicos se fundiam com os jurídicos a partir da criminologia de Cesare Lombroso (1835-1909), o qual defendeu a pena capital para os criminosos biologicamente “degenerados”. Foi essa engenharia biológica a qual os eugenistas lançaram mão para fundamentar a futura política racial do Terceiro Reich, reforçando globalmente a autointitulada raça “superior” e consolidando, no interior dela, a supremacia da elite econômica. O preceito básico da eugenia era, portanto, não apenas manter a hierarquia racial, mas também a social, justificada cientificamente (BERNARDO, 2015).

Bernardo (2015) postulou que Darwin e Galton concordaram quanto ao carácter hereditariamente transmissível da genialidade e à supremacia dos intelectualmente “superiores”. O naturalista britânico se mostrou desapontado com os mecanismos criados pelos povos “civilizados” para travar o processo de eliminação dos mais “fracos”, como hospícios e instituições de caridade. Galton se aproveitou dessa leitura pessimista de Darwin, acreditando que a intervenção segura da eugenia poderia solucionar o problema “degenerativo”. As origens dessa ideia remetem, no entanto, à passagem da *República* de

Platão (428-348 a.C.), na qual o Sócrates platônico observou a seleção entre as melhores raças de cães e defendeu a mesma seleção criteriosa para a formação de uma elite dominante. Bernardo (2015) relembrou que os estudos clássicos tiveram muito espaço nas escolas médias e superiores ocidentais nos séculos XVIII e XIX, e afirmou que as medidas introduzidas pela eugenia já faziam parte do horizonte ideológico das classes dominantes, assim como já estavam justificadas por aquele considerado pela cultura burguesa como o “pai” da filosofia ocidental.

A Conferência de Paris (1919) representou, de acordo com Bernardo (2015), o momento de consagração do racismo, contexto em que a proposta japonesa de incluir uma cláusula sobre igualdade racial nos estatutos da Sociedade das Nações foi denegada pelas democracias vencedoras da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Essa se tornou a conjuntura propícia para as sociedades de eugenia que se proliferaram nos meios universitários e científicos, que se dedicaram ainda mais do que Galton à efetivação de seu programa racista. Os Estados Unidos da América foram o país que mais adquiriu destaque nesse contexto. Sob liderança de Charles (Benedict) Davenport (1866-1944), Harry (Hamilton) Laughlin (1880-1943) e Madison Grant, as teses radicais do movimento eugenista estadunidense constituíram uma importante referência até mesmo para os intelectuais que posteriormente elaborariam a política racial do Terceiro Reich (BERNARDO, 2015).

Nessa conjuntura, a pobreza passou a ser concebida como um problema genético e transmissível hereditariamente, e ainda em 1900 a câmara de gás foi cogitada como método para a eliminação do problema “degenerativo”. A morte foi, assim, considerada como ferramenta selecionadora dos mais “fracos” (BERNARDO, 2015), em uma lógica semelhante ao conceito de “filantropia contra-seletiva” compartilhado por eugenistas brasileiros como Renato Kehl e Octavio Domingues, conforme veremos nos próximos capítulos. Segundo Bernardo (2015, p. 859):

Mesmo sem recorrerem às câmaras de gás, que só foram adoptadas nos Estados Unidos em 1921 para a execução de criminosos, algumas instituições públicas norte-americanas destinadas a acolher deficientes mentais, epiléticos e tuberculosos funcionavam de modo deliberadamente mortífero, deixando os internados serem infectados com alimentos em mau estado ou com excrementos ou picadas de insectos, e no Terceiro Congresso Internacional de Eugenia, reunido em 1932 em Nova Iorque, Davenport resumiu a moral da história. “Podemos até encarar com satisfação a elevada taxa de mortalidade numa instituição destinada a atrasados mentais profundos”, disse ele, “enquanto consideramos como um desastre nacional a perda de [...] uma criança gerada por pais de excepção”. Mas foi sobretudo à esterilização sexual que os eugenistas recorreram para exterminar grupos

biológicos e sociais. E se os resultados podem hoje parecer assustadores, não devemos esquecer que para os dirigentes do movimento eugenista eles haviam ficado muitíssimo aquém do desejado (BERNARDO, 2015, p. 859).

A esterilização sexual não era, entretanto, uma novidade nos Estados Unidos da América. A tradição de castração de criminosos sexuais foi iniciada no Kansas em 1855, punindo negros e mestiços culpados por violarem mulheres brancas. No mesmo estado, na década de 1890, 58 crianças foram castradas ilegalmente por um médico superintendente de uma instituição para deficientes mentais. Em 1896, foi promulgada em Connecticut uma lei que proibia o casamento de deficientes mentais, alcoólatras, portadores de doenças venéreas e demais “anormais”. Em 1899, presos que se masturbavam foram castrados ilegalmente por um médico na principal prisão do estado de Indiana. Em 1907, o parlamento estadual de Indiana aprovou uma lei que permitia a esterilização sexual compulsória de deficientes mentais, presidiários e indigentes (BERNARDO, 2015).

O ano de 1909 foi emblemático para o movimento eugenista estadunidense, momento em que outros estados aprovaram a esterilização compulsória de criminosos e estupradores (Washington), a esterilização compulsória de deficientes mentais e “loucos” (Connecticut), a esterilização compulsória de criminosos e crianças com deficiências mentais (Califórnia), a esterilização de criminosos (Nevada) e a esterilização de criminosos, deficientes mentais, alcoólatras, dependentes químicos, epiléticos e “pervertidos” (Iowa). No ano de 1911, o estado de Nova Jersey adotou uma legislação abrangente idêntica a Iowa, seguida pelo estado de Nova Iorque no ano seguinte (BERNARDO, 2015).

Para Bernardo (2015), a grande vitória do movimento eugenista estadunidense ocorreu em 1927. Após quase duas décadas de campanha eugênica, o Supremo Tribunal Federal admitiu a esterilização sexual dos criminosos e dos deficientes mentais. A partir de então, a esterilização passou a constituir uma lei nacional, adotada em 23 estados em 1929. Canadá, Suíça, Dinamarca, Suécia e Noruega encabeçaram a lista das democracias “exemplares” que adotaram legislações eugênicas semelhantes ao longo do século XX. O Canadá legalizou a esterilização em 1928, tornada compulsória em 1937 e só cancelada em 1972 após 60% das 4700 propostas de esterilização terem sido autorizadas. Na Suíça, a esterilização compulsória de deficientes mentais aprovada em 1928 vigorou até 1970 no cantão de Vaud, mas esterilizações ilegais ocorreram em outras partes do país. Na Dinamarca, a esterilização compulsória aprovada em 1929 atingiu cerca de 11 mil pessoas até o ano de 1967. O governo social-democrata sueco promulgou em 1934 a esterilização de deficientes mentais e “antissociais”, atingindo a marca de 63 mil operações (a maioria em mulheres) até o final da

sua vigência em 1976. Aprovada em 1934, a esterilização sexual compulsória perdurou na Noruega até 1977, quando se tornou uma medida voluntária. Cerca de 41 mil operações (em três quartos dos casos em mulheres) foram realizadas (BERNARDO, 2015).

O Reino Unido constituiu um caso singular. Apesar de todos os esforços e do pioneirismo de seu movimento eugenista, o parlamento denegou a esterilização de deficientes no ano de 1931, sofrendo forte oposição das instituições e da opinião pública. Os Estados Unidos da América, para além das esterilizações, adotaram o controle racial da imigração como medida eugênica. Os eugenistas estadunidenses consideravam que não adiantava lutar pela “regeneração” racial no interior das fronteiras se ela continuasse exposta às “contaminações” estrangeiras, portadoras de elementos geneticamente “indesejáveis”. No ano de 1911, o eugenista Charles Davenport se opôs à imigração de judeus e indivíduos advindos do sudeste europeu, considerando que essa entrada alteraria as características raciais da população estadunidense, que se tornaria mais propensa ao crime e às “imoralidades” sexuais. Em 1917, o Congresso proibiu a imigração de deficientes mentais, epiléticos e pessoas portadoras de “inferioridades psicopáticas” (BERNARDO, 2015).

Dois anos depois, intelectuais alinhados a Madison Grant, vice-presidente da Immigration Restriction League, assumiram a direção do Comitê da Câmara de Representantes para a Imigração, ao lado de Harry Laughlin que, com o apoio da Secretaria do Trabalho, pressionou o Congresso a aprovar em 1924 a National Origins Quota Law. Essa lei previa o afastamento de portadores de doenças hereditárias, estabelecia uma cota anual de imigrantes e reduzia a entrada de indivíduos não-nórdicos no país. Hitler elogiou a National Origins Quota Law e a considerou como um exemplo para a política racial do Terceiro Reich. Essas conexões entre o racismo “democrático” nos Estados Unidos da América e o racismo nacional-socialista na Alemanha se intensificaram através dos intelectuais subsidiados pela Fundação Rockefeller, que financiou tanto o movimento eugenista estadunidense quanto as pesquisas desenvolvidas no Terceiro Reich até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A aprovação da lei de esterilização compulsória e massiva no Terceiro Reich em 1933 teve clara influência das leis estadunidenses nas medidas de castração de criminosos sexuais e de esterilização de doentes hereditários (BERNARDO, 2015).

Mesmo após 1933, os eugenistas estadunidenses seguiram elogiando a política racial do Terceiro Reich, apoio só cessado em 1941, e apenas de forma pública e relutante. Foi somente em 1943 que o jornal *Eugenical News* passou a publicar artigos críticos ao nacional-

socialismo. Destarte, a denúncia bernardiana ao nascimento e a ampla difusão das práticas eugenistas nas democracias liberais (incluindo aquelas consideradas como “modelos”) constitui um alerta para que as análises sobre a eugenia não se reduzam ao totalitarismo nazifascista. Tanto o *Führer* quanto seus adeptos realizaram de maneira prática e sistemática aquilo que o movimento eugenista internacional buscava há décadas. A ciência do melhoramento racial se consolidou sobre os alicerces fornecidos pelo modelo de racionalidade desenvolvido na longa tradição intelectual ocidental, a qual Horkheimer (2015) denominou razão instrumental. “Não é uma das menores lições desta história de horrores”, ponderou Bernardo (2015, p. 870), “que a razão científica não tivesse erguido um obstáculo intransponível ao mais completo irracionalismo”.

No que tange à *Rassenhygiene* alemã, Bernardo (2015) considerou que foi Hitler quem deu o passo decisivo para a transformação da luta de classes em uma luta travada no plano racial. Denunciados como elementos anti-nação e agentes do capital internacional, os judeus passaram a representar elementos estranhos ao corpo nacional alemão, concebido em seu aspecto étnico, não geográfico. O problema de ordem econômica se tornou, com a ascensão do nazismo, um problema racial, e as instituições estatais se tornaram apenas um meio de preservar a raça, máxima exaustivamente repetida no *Mein Kampf* (1925). O paradoxo veio à tona conforme o Terceiro Reich passou a enfrentar problemas econômicos em decorrência da diminuição drástica do lucro nas indústrias graças ao extermínio dos operários “indesejáveis”. As fábricas controladas pelo alto escalão da *Schutzstaffel* (SS) decretaram falência em pouco tempo, uma vez que os proprietários tinham exterminado a própria mão de obra em nome da salvação da raça. Essa racionalidade burocrática de Hitler, que mirou no extermínio das raças “inferiores”, mas, concomitantemente, destruiu a própria economia desprezando a necessidade capitalista de exploração de mais-valia, expôs as contradições da “filosofia do canibalismo modernizado” denunciada por Lukács (2020). Segundo Bernardo (2015, pp. 449-450):

Ora, matar ou deixar morrer os operários mais aptos e destruir as habilitações dos outros é comprometer a possibilidade de extrair mais-valia, e aqui a violação dos princípios fundamentais do capitalismo atingiu uma verdadeira perversidade, porque a escravização e o morticínio obedeceram, como em qualquer indústria, a critérios de redução de custos e de processamento em massa. [...] O massacre da força de trabalho, que em termos de tempo gasto se realizou com uma extraordinária eficiência, foi acompanhado por uma contabilidade rigorosa e obedeceu a uma preocupação permanente de comprimir despesas e evitar desperdícios. Ficava-se sem a mais-valia que os judeus poderiam ter proporcionado, mas

nos campos de extermínio roubava-se-lhes tudo, desde as meias até ao ouro dos dentes, registrando-se com minúcia burocrática os artigos pilhados, e mesmo o cabelo servia para fabricar, além de cabeleiras postiças, feltro e peúgas para a equipagem dos submarinos. E sabe-se que pelo menos nos campos de concentração de Majdanek e de Auschwitz os ossos dos mortos eram reduzidos a pó e, misturados nos adubos, serviam para fertilizar a terra. Mas a força de trabalho dos vivos teria sido muito mais rentável do que o esqueleto dos defuntos. Se ao longo da sua história de horrores a humanidade se distingue dos animais é num facto decisivo — explorar os inimigos vencidos em vez de simplesmente os devorar. Na guerra racial, a raça dos senhores mostrou uma estranha propensão para esquecer a economia humana e reduzir-se a uma modalidade de canibalismo animal. Não é num sentido metafórico, mas absolutamente literal, que devemos ler Lukács quando denominou as ideias de Hitler e Rosenberg como “uma filosofia do canibalismo modernizado” (BERNARDO, 2015, pp. 449-450).

O sistema implementado a leste pela expansão nazista foi, de acordo com Bernardo (2015), antagônico ao próprio capitalismo. Ele se sustentou sobre a formação de uma aristocracia de agricultores-guerreiros, núcleo da “ressurreição racial” a ocupar os territórios eslavos. Nessa lógica complexa e contraditória, o argumento racial se sobrepôs ao econômico, ou seja, sacrificou a economia em nome da criação das condições sociais necessárias para o pleno desenvolvimento da raça “dominante”. A partir de 1933, Hitler introduziu uma profunda revolução econômica mediante a execução de seu programa racial. O avanço a leste do Terceiro Reich e a dizimação dos povos eslavos cumpriram o programa, mas atingiram profundamente a economia, uma vez que os nazistas aniquilaram a força de trabalho necessária para a realização das atividades agrícolas, afetando diretamente a expansão territorial. Matar judeus e eslavos para cumprir o plano racial, mas tornar a situação economicamente insustentável em decorrência do extermínio da mão de obra constituiu, portanto, um dos grandes paradoxos que afligiram os nazistas (BERNARDO, 2015).

O principal trunfo do livro *Labirintos do Fascismo* de Bernardo (2015) foi compreender que o irracionalismo das teorias raciais sacrificou o projeto econômico nazista em nome da preservação da raça ariana. Em outras palavras, o regime de Hitler agiu diversas vezes contra os interesses do capital alemão, colocando a utopia racial e o genocídio acima de tudo e de todos. Hitler deu primazia às questões doutrinárias e ideológicas, mais do que às necessidades práticas do nacional-socialismo. A mesma lógica ocorreu durante a invasão à União Soviética em 1941, uma guerra não apenas militar, mas também racial e ideológica. Hitler acreditou que o ataque seguiria ao mesmo padrão da *Blitzkrieg* contra a Polônia (1939), uma vez que considerava os eslavos “inferiores” e, portanto, incapazes de resistir aos ataques do poderoso exército ariano. O *Führer* postulava que a “superioridade” racial e cultural ariana

garantiria sua rápida vitória contra a União Soviética, e mesmo frente ao fulminante avanço do Exército Vermelho sobre Berlim em 1945, repetiu à exaustão que o fanatismo e a convicção arianos assegurariam a vitória (BERNARDO, 2015), questão também observada por Bartolleti (2006) em suas pesquisas sobre a *Hitlerjugend* (Juventude Hitlerista).

Bernardo (2015) demonstrou que Otmar von Verschuer (1896-1969), eugenista, chefe do Instituto de Biologia Hereditária e Higiene Racial da Universidade de Frankfurt (1935) e comandante científico da política racial nazista (1942), considerou Hitler como o primeiro líder a se pautar na hereditariedade e na eugenia para estruturar os princípios norteadores do Estado. Segundo Eugen Fischer (1874-1967), diretor do Kaiser Wilhelm Institute of Anthropology, Human Heredity, and Eugenics e reitor da Universidade de Berlim, o *Führer* foi o primeiro nome da história mundial a implementar as descobertas relacionadas aos fundamentos biológicos dos povos, a dizer, a raça, a hereditariedade e a seleção. Do mesmo modo, para o eugenista e psiquiatra Ernst Rüdin (1874-1952), foi Hitler quem colocou em prática as teorias científicas há tanto tempo estudadas nas universidades e institutos de pesquisa (BERNARDO, 2015).

Um quarto dos médicos do Terceiro Reich pertencia, de acordo com Bernardo (2015), às tropas paramilitares da *Sturmabteilung* (SA), um décimo à *Schutzstaffel* (SS), e quase metade era filiada ao *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou apenas Partido Nazista). Em um congresso ocorrido em setembro de 1938, o próprio Hitler definiu o nacional-socialismo como uma “doutrina da realidade” alicerçada no conhecimento científico mais incisivo. Para Bernardo (2015, p. 867), essa ampla adesão dos médicos ao nazismo indicou que o *Führer* “[...] dispunha de uma infraestrutura científica suficientemente vasta para prosseguir o seu programa biológico”, denotando também a difusão das preocupações eugenistas entre os cientistas alemães e austríacos.

Em 1935 o Tribunal de Saúde Genética do Terceiro Reich estabeleceu a Lei da Proteção do Sangue e da Honra Alemães (segunda Lei de Nuremberg), que promulgou a esterilização de judeus, ciganos, dissidentes políticos do nazismo e portadores de doenças genéticas (OLIVEIRA, 2004). Em uma lógica diversas vezes elogiada por Renato Kehl (1935), os soldados só poderiam se casar mediante o aval das autoridades, que só seria emitido caso a futura esposa pertencesse à “pura” e “superior” raça ariana. Na mesma época, foram construídas as *Lebensborn*, a dizer, creches e maternidades para filhos e mulheres dos

soldados da *Schutzstaffel* (SS), além de mães solteiras de bebês “legitimamente arianos”. Muitas mulheres se tornaram profissionais em parir para a pátria, ou, nas palavras de Oliveira (2004), “prostitutas reprodutoras”. Liderado por intelectuais que se correspondiam com os eugenistas brasileiros desde a segunda metade da década de 1920 (SOUZA, 2016), o Kaiser Wilhelm Institute of Anthropology, Human Heredity, and Eugenics se tornou, a partir de 1934, o local de especialização obrigatória dos médicos nazistas. O curso durava um ano, e permitiu com que os psiquiatras se tornassem autoridades oficiais no encaminhamento de pacientes para a eutanásia e esterilização (OLIVEIRA, 2004).

Conforme Bernardo (2015), dois modelos de racismo dominaram a ciência no contexto de promulgação das Leis de Nuremberg. A concepção abrangente almejava a construção da raça “superior” por intermédio da fusão ou miscigenação, versão duramente criticada no *Mein Kampf* de Adolf Hitler. A concepção excludente visava a construção da raça “superior” através da segregação, modelo diversas vezes elogiado por Hitler e Rosenberg. Era somente por meio de uma política de exclusão que os melhores caracteres das raças germânicas, especialmente a nórdica, seriam preservados. Essa interpretação pessimista era partilhada pelo célebre médico e antropólogo Eugen Fischer (BERNARDO, 2015), nome recorrente no *Boletim de Eugenia* (1929-1933). Conforme demonstraremos nos próximos capítulos, tanto Fischer quanto Kehl consideraram que o cruzamento entre indivíduos de raças “inferiores” e raças “superiores” não melhoraria a qualidade biológica das raças “elevadas”, mas arrastaria os “melhores” em direção ao declínio.

Partindo da linhagem romântico-germânica do racismo hitleriano e encerrando com a eugenia do Terceiro Reich, o denso *Labirintos do Facismo* de Bernardo (2015) expôs o racismo científico como um movimento amplo iniciado pelas democracias, alertando que não se pode ignorar as ideias e práticas eugenistas desenvolvidas nos Estados Unidos da América ao analisar as Leis de Nuremberg. Essa perspectiva que considerou as conexões, rupturas e continuidades na história do racismo científico, bem como sua íntima relação com o movimento eugenista, será fundamental na crítica da razão eugênica que apresentaremos no capítulo 6. A partir dela, aprofundaremos e apontaremos os limites do diagnóstico sobre a lógica tecnocrático-gestorial da eugenia, que viabilizou a construção da “ponte entre o passado e o futuro”, ou seja, a articulação científica entre o racismo “romântico” e a *Rassenhygiene*.

1.2.2. Zygmunt Bauman e o paradoxo da racionalidade burocrática

Apresentaremos, a partir de agora, as contribuições do livro *Modernidade e Holocausto* (1989) de Zygmunt Bauman para o debate em questão. A escolha de uma obra cujo objeto é o Holocausto se justifica na medida em que o sociólogo polonês identificou os elementos basilares da racionalidade burocrática que fundamentou epistemologicamente a eugenia. Em primeiro lugar, advertiu Bauman (1989/1998), o Holocausto não foi um “acidente de percurso”, uma interrupção do curso normal da história, uma “loucura” momentânea num contexto de sanidade ou um “câncer” no corpo da sociedade civilizada. Para o Bauman (1998), essa leitura complacente se deve, em partes, pela forma como a memória do Holocausto foi apropriada, exibida e instrumentalizada.

Bauman (1998, pp. 12-14) também pontuou que o Holocausto não foi simplesmente um “problema judeu”, apesar de ter sido uma “tragédia judaica”. Ele nasceu e foi consumado “[...] na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura”. Do mesmo modo, o discurso que tenta explicar o crime por sua germanidade absolve os demais envolvidos. Tudo teria acontecido em um “lá” muito distante, em outra época, em outro país, de modo que “[...] quanto mais culpáveis forem “eles”, mais seguros estaremos “nós” e menos teremos que fazer para defender essa segurança” (BAUMAN, 1998, pp. 12-14). A isenção da responsabilidade e o esquecimento compreendem não somente uma indiferença às vítimas, como um sinal da cegueira perigosa e potencialmente suicida que assola nossa sociedade (BAUMAN, 1998).

Para Bauman (1998), o Holocausto consistiu em um choque entre as velhas tensões que a modernidade negligenciou e os poderosos instrumentos de ação racional que o próprio desenvolvimento moderno proporcionou. Ao contrário do que pregam as interpretações reducionistas, ele não foi uma anomia ou uma suspensão temporária do controle civilizatório. Nessa lógica, a organização social é considerada como um fator humanizador e racionalizador dos impulsos desumanos. A moderna civilização, a partir da regulação social, seria capaz de impor restrições morais ao egoísmo e à selvageria inata do animal homem. No limite, esse entendimento é o de que o Holocausto foi um *fracasso* e não um *produto* da modernidade. Para Bauman (1998), tanto a interpretação do Holocausto como disfunção (a modernidade foi incapaz de suprimir a irracionalidade) quanto a do Holocausto como um paradigma da

civilização moderna (um produto “natural” e tendência histórica da modernidade) são limitadas e problemáticas.

Em diálogo com os textos *Holocaust Business* (1980) de John K. Roth e *The Cunning of History* (1978) de Richard (Lowell) Rubenstein (1924-2021), Bauman (1998) considerou o Holocausto como uma engenharia social de massa, uma extensão mundana do moderno sistema fabril que, em vez de produzir bens, tornou os seres humanos a matéria-prima e a morte como o produto final. Ele foi marcado por símbolos do moderno sistema fabril, como chaminés e ferrovias, além de tecnologias avançadas, como os gases letais produzidos pela indústria química. Dessa maneira, o sistema burocrático garantiu a eficiência fabril do extermínio, refletindo o moderno espírito científico que movia essa engenharia social de massa (BAUMAN, 1998).

Bauman (1998) postulou que a lição máxima do Holocausto foi explicitar o duplo sentido do avanço da civilização, ou seja, a Solução Final (*Endlösung*) só pôde ser consumada graças ao aparato industrial e tecnológico criado e elevado à sua potência máxima pela civilização racional e moderna. O Holocausto ensinou que “civilização” significa higiene, medicina, belas artes, assim como escravidão, guerras, exploração e campos da morte. Nessa perspectiva dialética, criação e destruição seriam aspectos inseparáveis da civilização, assim como não existiria qualquer contradição entre civilização e crueldade. Conforme Bauman (1998, p. 32, grifos do autor): “A civilização moderna não foi a condição *suficiente* do Holocausto; foi, no entanto, com toda a certeza, sua condição *necessária*. Sem ela, o Holocausto seria impensável. Foi o mundo racional da civilização moderna que tornou viável o Holocausto”.

Para Bauman (1998), a explicação para o Holocausto se enquadra na definição weberiana de administração burocrática moderna, que torna tudo mais rápido, preciso, otimizado, subordinado, medido e quantificado, em detrimento da consideração com os seres humanos. Demonstrando o quão formal e eticamente cega é a busca burocrática da eficiência, o Holocausto não apenas não se chocou com os princípios da racionalidade, como “[...] *resultou de uma preocupação autenticamente racional e foi gerada pela burocracia fiel a sua forma e propósito*” (BAUMAN, 1998, p. 37, grifos do autor). Ademais, a Solução Final só foi possível, ponderou Bauman (1998) em diálogo com o texto *Eichmann em Jerusalem* (1963) de Hannah Arendt (1906-1975), graças à produção social da indiferença e da invisibilidade moral.

Na concepção arendtiana, afirmou Bauman (1998), as instituições responsáveis pela Solução Final eram criminosas, mas não “patológicas” ou “anormais”. O maior desafio que seus executores encontraram (e resolveram) foi o de superar a piedade animal que os homens sentem perante o sofrimento. A três bases para alcançar essa indiferença eram autorizar a violência, desumanizar as vítimas e ministrar as “pílulas de entorpecimento moral”, tornando a humanidade da vítima invisível aos olhos daquele que executa ou compactua com a barbárie. Neste ponto, relembremos o diagnóstico teórico-crítico de que o processo de desumanização ocorreu simultaneamente ao progresso técnico (HORKHEIMER, 2015), e de que a indignação da opinião pública perante a barbárie era menor quando as vítimas eram menos parecidas com seres humanos (ADORNO, 1993).

O racismo científico, como instrumento de prática política, consistiu, segundo Bauman (1998), em um produto da ciência, da técnica e da política modernas. O naturalista sueco Carl Linnæus (Carlos Lineu) (1707-1778) e Arthur de Gobineau foram figuras-chave em sua história. “Pai” da taxonomia científica, Lineu descreveu as diferenças entre europeus e africanos da mesma forma que descreveu a distinção entre crustáceos e peixes. A raça branca foi descrita como “inventiva”, “organizada”, “engenhosa” e “naturalmente inclinada às leis”, em contraste com os negros, definidos como “desonestos”, “preguiçosos”, e “incapazes de se autogovernarem”. Gobineau, considerado por Bauman (1998, p. 92), assim como por Lukács (2020) e Bernardo (2015), como o “pai” do racismo científico, definiu os negros como “pouco inteligentes”, “hiperssexualizados” e “brutos”, em contraste com a raça branca, classificada como amante da liberdade e da honra.

Entretanto, pontuou Bauman (1998), o racismo científico não é um mero ressentimento ou preconceito entre grupos, dissociado de outros sentimentos e crenças mais gerais. Ele parte da necessidade da eliminação da diferença, vista como anomalia, combinando estratégias da arquitetura, jardinagem e medicina, objetivando a construção de uma ordem social artificial livre de elementos considerados como danosos ao corpo coletivo. Essa ordem social pautada no racismo exige a exclusão daquele que não pode ser nem melhorado nem adequado à realidade almejada. Na lógica do racismo científico, aquilo que não pode ser removido ou ao menos modificado pela manipulação científica é visto como endemia, um “tumor cancerígeno” a ser extirpado. Para Bauman (1998, pp. 87-88):

Num mundo que se gaba de uma capacidade sem precedentes de melhorar as condições humanas com a reorganização das atividades em bases racionais, o racismo expressa a convicção de que certa categoria de seres humanos não pode ser

incorporada à ordem racional, seja qual for o esforço que se faça. Num mundo que se notabiliza pela contínua redução dos limites à manipulação científica, tecnológica e cultural, o racismo proclama que certas falhas de determinada categoria de pessoas não podem ser removidas ou retificadas — que elas estão para além das fronteiras das práticas reformatórias e assim permanecerão para sempre. Num mundo que proclama a formidável capacidade de treinamento e conversão cultural, o racismo isola certa categoria de pessoas que não pode ser alcançada (e portanto não pode ser efetivamente cultivada) pela argumentação ou qualquer outro instrumental de treinamento, devendo pois continuar perpetuamente estranha. Resumindo: no mundo moderno, caracterizado pela ambição do autocontrole e da autogestão, o racismo declara certa categoria de pessoas endêmica e irremediavelmente resistente ao controle e imune a todos os esforços de melhoria. Para usar a metáfora médica, podem-se exercitar e modelar partes “saudáveis” do corpo, mas não um tumor cancerígeno. Este só pode “melhorar” sendo eliminado. A consequência é que se associa inevitavelmente o racismo à estratégia de isolamento. Se as condições permitem, o racismo exige que a categoria ofensora deve ser removida para além do território ocupado pelo grupo que ela ofende. Se tais condições não existem, o racismo exige que a categoria ofensora seja fisicamente exterminada. A expulsão e a destruição são métodos intercambiáveis de isolamento (BAUMAN, 1998, pp. 87-88).

O racismo científico, de acordo com Bauman (1998), refletiu a visão de mundo e a prática da modernidade. O Esclarecimento entronou a Natureza como uma nova divindade: a ciência se tornou seu único culto ortodoxo e os cientistas assumiram a posição de profetas e sacerdotes. Foi o Esclarecimento que promulgou uma nova era científica, na qual todos os aspectos psicológicos, sociais e culturais do homem passaram a ser considerados como determinados pela natureza. A partir do Esclarecimento, a ciência se tornou um instrumento de poder, utilizado para moldar a realidade de acordo com os projetos e interesses humanos, tendo como fim o aperfeiçoamento. Em sua metáfora da jardinagem, Bauman (1998, p. 93, grifos do autor) postulou que, assim como o jardineiro não permitiria que as plantas de um jardim fossem abandonadas à própria sorte e, conseqüentemente, infestadas de ervas daninhas, o médico não poderia permitir que um organismo vivo fosse destruído por um tecido cancerígeno: “A jardinagem e a medicina são formas funcionalmente distintas da mesma atividade de *separar elementos úteis destinados a viver e prosperar, isolando-os de elementos perigosos e mórbidos que devem ser exterminados*”.

O genocídio moderno se diferencia, segundo Bauman (1998), por ser um genocídio com um propósito. Segundo a lógica da razão instrumental exposta por Horkheimer (2015), não sendo um fim em si, mas um meio para alcançar um fim, o Holocausto foi obra de uma poderosa engenharia social. Os intelectuais que o planejaram e executaram, na posição de “jardineiros”, precisaram exterminar as “ervas daninhas” em nome da saúde, da beleza e da organização do “jardim”. Para tanto, era necessário definir *a priori* quais eram as plantas “belas” e “saudáveis” a serem cultivadas e quais eram as “ervas daninhas” a serem eliminadas

em prol da manutenção do “jardim”. No “jardim do genocídio”, o trabalho de eliminação não foi uma tarefa de *destruição*, mas de *criação* racional e cientificamente concebida. Uma vez que não era possível alterar a natureza, melhorar ou reeducar “ervas daninhas”, elas precisaram ser eliminadas por razões ideológicas ou hereditárias (BAUMAN, 1998).

A pesquisa histórica demonstrou que o racismo antissemita alemão era menor em comparação a outros países ocidentais. Mesmo antes da República de Weimar (1919-1933), a Alemanha era vista pela comunidade judaica internacional como um espaço de igualdade e tolerância, possuindo mais acadêmicos e profissionais judeus do que em países como Estados Unidos da América e do Reino Unido. A transformação do judeu em um “estranho dentro” constituiu a auto-identidade do grupo hospedeiro, permitindo a coexistência pacífica do grupo em um situação de conflito contra o inimigo interno. A institucionalização do antissemitismo transformou o conflito em ferramenta de coesão social e sociabilização. Por sua vez, a modernidade equiparou as diferenças, o que levou as classes dominantes à busca de novas justificativas para as desigualdades (BAUMAN, 1998).

Desde então, o racismo antissemita foi prontamente associado ao discurso médico de extirpar doenças. Segundo Bauman (1998), a linguagem de Hitler era carregada de metáforas relacionadas à saúde, associando os judeus a termos como “pragas”, “parasitas”, “putrefação”, “infecção” e “doenças”. Essa lógica, como veremos nos próximos capítulos, também foi aplicada a toda parcela da população considerada “disgênica” na ótica do movimento eugenista brasileiro. No dia 5 de novembro de 1941, o ministro da propaganda do Terceiro Reich (Paul) Joseph Goebbels (1897-1945) classificou a adoção da estrela de Davi para marcar os judeus como uma medida de higiene profilática. Assim, o isolamento dos judeus em guetos e seu afastamento da comunidade racialmente “pura” se tornou uma regra básica de higiene racial, política e social. Para Goebbels, assim como uma mosca não poderia ser adotada como um animal doméstico por viver dentro das casas, um judeu não pertenceria ao meio simplesmente pelo fato de viver entre os racialmente “superiores” (BAUMAN, 1998).

Conforme Bauman (1998), a interpretação da “guerra santa” da razão contra a barbárie foi a principal marca da civilização ocidental. Ela alimentou o mito de que a civilização moderna possuía um caráter não-violento, diametralmente oposto à barbárie dos povos não-civilizados. A retórica da não-violência foi seu mito legitimador. A violência foi transformada em técnica, e como todas as técnicas, ela se apresentou como puramente racional e livre de emoções. O uso da violência se tornou mais eficiente e menos dispendioso quando os meios

foram submetidos a critérios instrumentais e racionais e, portanto, dissociados da avaliação moral dos fins. A organização burocrática desumanizou e tornou os objetos dessa ação puramente técnicos, ou seja, eticamente “neutros”. Destarte, a responsabilidade moral foi substituída pela técnica e o distanciamento do objeto permitiu que os mesmos fossem reduzidos a meras operações quantitativas. Para os burocratas, não importava se o peso máximo que um determinado vagão de trem comportava fosse preenchido por sacas de carvão, rebanhos de ovelhas ou seres humanos em direção a um campo de extermínio. O importante, para o gerenciamento burocrático, era que o vagão transportasse a carga de forma barata, rápida e eficiente (BAUMAN, 1998).

A desumanização decorrente do processo civilizador constituiu o elemento essencial e racionalizante da burocracia moderna, que produziu o Holocausto à sua própria imagem. A burocracia possuía todos os requisitos para o genocídio; contudo, para consumá-lo, precisou de um projeto social amplo e racional, como a utopia de uma sociedade racialmente uniforme. O Holocausto marcou o fracasso moral das “salvaguardas” até então mais confiáveis, sobretudo a ciência, cujo papel na consumação da barbárie foi decisivo. Em diálogo com a obra *Racial Hygiene: Medicine under the Nazis* (1988) do historiador Robert Proctor (n.1954), Bauman (1988) expôs a contribuição de renomados intelectuais no campo da biologia e da medicina para a *Rassenhygiene* alemã, desconstruindo o mito de que a ciência foi uma mera vítima nas mãos do nazismo. Pelo contrário, a emancipação da razão sobre as emoções e pressões normativas a transformou no instrumento de poder que viabilizou o Holocausto. Conforme Bauman (1998, p. 133):

Talvez o fracasso mais espetacular tenha sido o da ciência — como corpo de idéias e o questionamento da força aglutinadora de todo o pensamento normativo, particularmente o da religião e o da ética. A ciência faz o balanço da sua história como a da longa e vitoriosa batalha da razão contra a superstição e a irracionalidade. Na medida em que a religião e a ética não podiam racionalmente legitimar as exigências que faziam de comportamento humano, foram condenadas e viram sua autoridade negada. Como os valores e as normas foram proclamados imanente e irremediavelmente subjetivos, a instrumentalidade ficou sendo o único campo em que a busca da excelência era factível. A ciência queria ser livre de valoração e tinha orgulho disso. Por pressão institucional e ridicularização, ela silenciou os pregadores de moralidade. No processo, tornou-se moralmente cega e muda. Desmantelou todas as barreiras que a podiam impedir de cooperar com entusiasmo e entrega total no desenvolvimento dos métodos mais eficientes e rápidos de esterilização em massa e de assassinato em massa; ou de conceber a escravidão nos campos de concentração como uma oportunidade única e maravilhosa para conduzir pesquisas médicas com vistas ao avanço do conhecimento e — claro — da humanidade.

Sucintamente, o Holocausto representou, segundo Bauman (1998), o paradigma da racionalidade burocrática moderna. Seguindo à risca a cartilha da administração científica,

tudo foi planejado de modo a alcançar os máximos resultados com o mínimo de custos e esforços, e neutralizar as pressões adversas. A ciência foi concebida como um dogma, autorizado pela opinião pública, e o cientista elevado ao status de autoridade inquestionável. Assim, a barbárie não resultou da ruptura com a ordem, mas de um impecável império da ordem, empreendido não por uma multidão desgovernada, mas por homens uniformizados, obedientes e disciplinados buscando desempenhar suas tarefas diárias. “A notícia mais assustadora trazida pelo Holocausto e pelo que sabemos acerca dos seus executores”, concluiu Bauman (1998, pp. 178-179), “não foi a probabilidade de que ‘isso’ pudesse acontecer a nós, mas a ideia de que nós poderíamos perpetrá-lo”.

1.3. A eugenia entre a generalização e a particularização

Ao final deste primeiro capítulo, podemos nos questionar se a eugenia foi um subproduto da filosofia reacionária burguesa (LUKÁCS, 2020), da lógica tecnocrático-gestorial do capitalismo (BERNARDO, 2015), da lógica manipuladora do Esclarecimento (HORKHEIMER, 1941), uma expressão da razão instrumental (HORKHEIMER, 2015) ou da racionalidade burocrática moderna (BAUMAN, 1998). A partir da obra de Weiss (2010), Bernardo (2015) postulou que a eugenia obedece a uma lógica tecnocrático-gestorial, e que a *Rassenhygiene* praticada no Terceiro Reich só se diferencia da eugenia praticada nas democracias liberais pelo caráter centralizado e sistemático que lhe permitiu resultados mais radicais e amplos. No entanto, a lógica tecnocrático-gestorial a qual a eugenia obedece, seja ela democrática ou totalitária, é a mesma. O controle e a manipulação do sexo pela ciência, tal qual denunciado por Horkheimer (1941), constitui o elemento central dessa lógica. Por conseguinte, mesmo criticando não apenas a *Dialética do Esclarecimento*, como toda tradição teórico-crítica, a análise da lógica que sustenta a eugenia apresentada por Bernardo (2015) constitui, em nosso entendimento, uma importante referência teórica para a compreensão da razão eugênica.

Com base no diálogo entre as teses de Horkheimer (1941, 2015), Adorno e Horkheimer (2006), Lukács (2020), Bernardo (2015) e Bauman (1998), consideramos que a lógica tecnocrático-gestorial da eugenia, enraizada no Esclarecimento e na racionalidade burocrática moderna, constituiu a aplicação prática das teses de Gregor (Johann) Mendel (1822-1884), Darwin, Spencer, Thomas (Robert) Malthus (1766-1834) e Galton, assimiladas de maneira própria e muitas vezes descoladas do sentido original elaborado por esses autores.

O que importa, para a razão eugênica, é a consumação da própria eugenia, seja sob a roupagem “humanista” das democracias liberais, seja sob a forma explícita da barbárie nazifascista. Ao contrário do que postulou Lukács (2020), a lógica esclarecida (HORKHEIMER, 1941), moderna e burocrática (BAUMAN, 1998) e tecnocrático-gestorial (BERNARDO, 2015) da eugenia não se restringiu ao pensamento conservador e reacionário, sendo até os dias atuais reproduzida no seio de movimentos ditos progressistas e anticapitalistas (CLEMINSON, 2008; KREMENTSOV, 2018). Isso não significa, no entanto, que ela esteja dissociada da lógica de reprodução do capital ou que suas bases não se encontrem, conforme ponderou corretamente o filósofo húngaro, na filosofia burguesa.

Bernardo (2015) compreendeu a eugenia como ciência biológica aplicada, definição corrente entre os nazistas e anseio do movimento eugenista internacional. O extermínio da força de trabalho e do próprio exército pelos nazistas denotou o primado do projeto racial sobre a economia. O autor considerou que as análises marxistas sobre as teorias raciais foram incapazes de compreender essa lógica, marcada pelo prevalecimento da ideologia sobre a economia. Não repetiremos a ampla gama de autores marxistas ignorados por Bernardo (2015), cujas perspectivas antirracistas não podem ser desconsideradas. O que nos interessa, aqui, é compreender os pontos contundentes da crítica bernardiana que nos permitem verificar tanto os acertos quanto os limites da interpretação de Lukács (2020) sobre a eugenia. Do mesmo modo, conforme explanamos ao longo deste capítulo, as questões apontadas pelo intelectual português não nos parecem contraditórias ao diagnóstico sobre eugenia, Esclarecimento e razão instrumental elaborado por Horkheimer (1941; 2015).

Retomando a tese de Horkheimer em *The end of reason* (1941), identificamos a escolha matrimonial eugenicamente orientada como um dos carros-chefes não apenas da *Rassenhygiene* nazista, como também dos eugenistas radicais brasileiros organizados em torno do *Boletim de Eugenia*, conforme discutiremos nos capítulos 3, 4 e 5. A objetificação do sexo pela ciência, tal qual denunciado por Horkheimer (1941), constituiu não um mero detalhe ou desdobramento, mas a estrutura da razão eugênica. A escolha matrimonial alicerçou também uma das principais bandeiras de Hitler em seu *Mein Kampf*, segundo o qual o casamento deveria servir única e exclusivamente à preservação da espécie e ao melhoramento da raça. Selecionar o cônjuge significava, para o nacional-socialismo, um ato irremissível, capaz de moldar o destino biológico da população. Nessa lógica, o povo poderia se reerguer das crises econômicas e políticas, mas nunca da “poluição” racial (BERNARDO, 2015).

Epistemologicamente alicerçada na lógica tecnocrático-gestorial, a eugenia erigiu, segundo Bernardo (2015, p. 1101), a “ponte entre o passado e o futuro”. Dito de outro modo, foi a ciência do melhoramento racial que possibilitou a fusão do racismo romântico, de caráter idealista, com o racismo científico, que viabilizou a intervenção sobre o processo reprodutivo. Nesse aspecto, por mais crítico que o escritor português seja à tradição teórico-crítica, seu argumento se assemelha à crítica da razão de Horkheimer (1941; 2015), ao compreender a eugenia a partir da chave de leitura da manipulação e da intervenção cientificamente orientada sobre o sexo. Ressaltamos, também, que apesar de se basear em uma interpretação reducionista sobre a eugenia, Lukács (2020) identificou corretamente os mecanismos criados pelo darwinismo social na substituição da luta de classes pela luta de raças, naturalizando as desigualdades sociais no contexto de ascensão do movimento operário internacional. Essa relação dialética entre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a naturalização das desigualdades não pode ser menosprezada na compreensão da razão eugênica.

A análise sobre racismo científico e capitalismo elaborada por Lukács (2020) desvelou a base epistemológica desenvolvida pelos intelectuais racialistas e social-darwinistas, na qual a eugenia assentou seus alicerces. Todavia, tanto Bernardo (2015) quanto Horkheimer (1941; 2015) atentaram para os elementos de ordem subjetiva que constituem a razão eugênica que não foram considerados no livro *A destruição da razão*. Em linhas semelhantes, o sociólogo e filósofo franco-brasileiro Michel Löwy (n.1938) também teceu críticas à perspectiva lukácsiana a partir de uma análise marxista, considerando que resumir a filosofia alemã a variantes do irracionalismo, de Friedrich (Wilhelm Joseph) Schelling (1775-1854) a Friedrich Nietzsche, de Georg Simmel (1858-1918) a Max Weber, configura uma interpretação reducionista (LÖWY, 1996).

Contrariando a simplificação da eugenia ao reacionarismo burguês delineada pelo filósofo húngaro, Bernardo (2015) demonstrou que a ciência que viabilizou essa “ponte” foi criada e desenvolvida no seio das democracias liberais e dos círculos intelectuais progressistas, sobretudo ingleses e estadunidenses, e só depois incorporada pelo discurso nacional-socialista. Suas bases “pré-científicas” se encontram no romantismo germânico, compartilhado até mesmo por intelectuais orientados segundo o ideal de emancipação. De acordo com Bernardo (2015, p. 1101):

Antes da fundação do Terceiro Reich já as democracias haviam criado, aperfeiçoado e aplicado um programa que não só supunha a existência de uma hierarquia de capacidades mentais e físicas consoante os estratos sociais e as cores da pele, como propunha também conduzir uma actividade

selectiva de modo a orientar a evolução biológica. E se é certo que os nacionais-socialistas pretenderam produzir a raça superior num quadro predominantemente centralizado, enquanto as democracias empregaram meios mais descentralizados para chegar aos mesmos fins, a discrepância não se restringiu ao racismo e resultou das formas de organização a que, neste campo como em todos os outros, obedecia cada um dos sistemas políticos. No que dizia respeito aos objectivos, o projecto racial dos SS dispunha da mais perfeita legitimidade democrática (BERNARDO, 2015, p. 1101).

Ainda que discordando dos estudos sobre a personalidade autoritária empreendidos por Adorno (2019), Bauman (1998) se aproximou das teses teórico-críticas ao escrutinar a relação dialética entre o progresso técnico da modernidade e a barbárie. Na concepção baumaniana, a eugenia foi fruto da administração racional da sociedade e do esforço sistemático em mobilizar a serviço do projeto racial a filosofia e os preceitos da ciência aplicada. Conforme Black (2012), as diversas formas de preconceito não são historicamente novas, tampouco constituem produtos exclusivos da sociedade moderna. Entretanto, foram necessários séculos para que os ressentimentos, hostilidades e manifestações de ódio fossem assimilados pela ciência, que forneceu as armas mais potentes para destruição do homem pelo homem. Mesmo que seus alvos fossem explicitamente definidos a partir de preconceitos de raça, gênero e classe, a eugenia se cobriu com o manto da ciência para camuflar a sua verdadeira forma (BLACK, 2012).

De acordo com Bauman (1998), foi somente a partir do racismo científico moderno que a antiga repulsa aos judeus se transformou em um procedimento médico e de “jardinagem”, no qual as doenças e as “ervas daninhas” deveriam ser extirpadas. Assim, as técnicas eugênicas que viabilizaram a Solução Final não apenas se revelaram plenamente compatíveis com a civilização moderna, como foram criadas e fornecidas por ela. Foram as normas, instituições e conquistas científicas da modernidade que tornaram a *Rassenhygiene* factível. Apenas a raiva e a fúria foram ineficazes para a realização de um extermínio em massa por se dissiparem antes da conclusão da tarefa. Logo, os métodos científicos modernos de administração e coordenação foram necessários para a consumação do genocídio frio e sistemático (BAUMAN, 1998).

No que se refere a Horkheimer, é verdade que o filósofo frankfurtiano desenvolveu a sua Teoria Crítica em oposição ao determinismo econômico do marxismo ortodoxo e à suposta neutralidade científica da teoria tradicional. A identificação das raízes da eugenia no Esclarecimento foi elaborada com base em um materialismo interdisciplinar, que mobilizou

elementos da psicanálise e da filosofia da história, mas sem desconsiderar as relações materiais de produção. Entretanto, é necessário pontuar que agregar mecanicamente a perspectiva teórico-crítica ao “marxismo ocidental” de Lukács, ao “marxismo libertário” de João Bernardo ou ao “marxismo humanista” de Bauman seria ignorar, a partir do rótulo generalizante de “marxismo heterodoxo”, as divergências conceituais inconciliáveis entre estes autores, algumas das quais apresentadas por Bernardo (2015) e Bauman (1998). O que almejamos demonstrar baseados nesse diálogo são as contribuições desses quatro autores para a crítica da razão eugênica que será aprofundada no capítulo 6. Nesse sentido, esperamos que nossa tese possa gerar novos debates a partir dos argumentos elaborados por Horkheimer (1941; 2015), Adorno e Horkheimer (2006), Lukács (2020), Bernardo (2015) e Bauman (1998), que não podem ser desconsiderados na compreensão dos fundamentos epistemológicos da eugenia.

Nobre (2013a) postulou que o diagnóstico crítico elaborado por Horkheimer e Adorno na *Dialética do Esclarecimento* não pode ser concebido apenas como uma denúncia ao bloqueio da práxis transformadora ou na simples ausência de potencial crítico. Em oposição à crítica de Bernardo (2015), que considerou a obra demasiadamente “ensaística”, Nobre (2013a) ressaltou que ela não é um mero modelo aporético, mas uma teoria fundamental para compreender o fenômeno da razão instrumental. Conforme vimos, a crítica a esse modelo totalitário de razão não foi exclusividade da *Dialética do Esclarecimento*, mas esteve presente nos principais textos de Horkheimer na década de 1940, sobretudo *The end of reason* (1941) e *Eclipse da Razão* (1947/2015). É preciso ressaltar que quando reafirmamos a contribuição do diagnóstico crítico horkheimeriano para a compreensão da razão eugênica, não almejamos ocultar ou diminuir a importância de Adorno, sobretudo se considerarmos sua influência sobre a obra de Horkheimer a partir da década de 1940 (ABROMEIT, 2011) e a sua coautoria no clássico *Dialética do Esclarecimento*. Em contrapartida, não ignoramos que, tanto histórica quanto teoricamente, foi Horkheimer (1941; 2015), e não Adorno, quem identificou a relação intrínseca entre eugenia, Esclarecimento e razão instrumental.

Enfatizamos que, apesar de Lukács (2020), Bernardo (2015) e Bauman (1998) terem abordado o tema da eugenia de forma geral (e, no limite, genérica), associada ao racismo científico e, em sua expressão máxima, ao Holocausto, não pretendemos tratar eugenia e racismo científico como sinônimos, tampouco resumir essa ciência à *Rassenhygiene* alemã. Conforme Turda e Weidling (2007), os programas eugênicos surgidos nos países ocidentais foram influenciados pelas diferentes realidades nacionais, mas também possuíram agendas

semelhantes em um contexto global, como o controle de natalidade e a regulamentação dos casamentos. As particularidades e vicissitudes de cada contexto estavam inseridas em maior ou menor intensidade em um movimento eugenista internacional, que compartilhava de pautas globais e promovia o intercâmbio entre intelectuais e instituições (TURDA; WEIDLING, 2007).

Por outro lado, Wegner (2017) e Souza (2016) postularam que conceber os movimentos eugenistas nacionais como meros importadores ou receptores passivos de um movimento global e ignorar a maneira específica como cada intelectual incorporou as teorias da hereditariedade também constitui um erro. Enquanto Stepan (2014) expôs a maneira generalizante e imprecisa como o movimento eugenista latino-americano foi usualmente retratado na historiografia, Turda e Weindling (2007) denotaram que os próprios eugenistas austríacos criticaram, ainda no ano de 1935, a leitura que indicava uma possível homogeneidade entre a eugenia na Alemanha e na Áustria. No entendimento desses intelectuais, a associação com a *Rassenhygiene* alemã era perigosa e estigmatizante para a eugenia austríaca (TURDA; WEINDLING, 2007).

Assentados nessa discussão, consideramos que tanto a generalização que nega as especificidades quanto a particularização absoluta que isola os intelectuais de cada país do movimento eugenista em um plano internacional constituem interpretações superficiais de um fenômeno desafiadoramente complexo. Além disso, a opção pela investigação sobre a ala mais radical do movimento eugenista não significa admitir que a eugenia foi um mero subproduto do reacionarismo burguês, do antissemitismo ou do racismo científico. Stepan (2014) demonstrou que o sentido de “raça” variou na história da eugenia, ora significando “raça humana” ou “povo”, visando sua melhoria genética, ora significando uma parcela específica da população humana, dividida entre “raças” distintas e desiguais. Por outro lado, não podemos negar a pertinência do debate mais amplo sobre a racionalidade que viabilizou o racismo científico, a eugenia e, em sua forma mais extrema, o Holocausto. Por esse motivo, reiteramos que as obras apresentadas ao longo desse primeiro capítulo continuam atuais para o debate em questão.

Ao analisar a *Rassenhygiene* alemã, Weiss (1990) pontuou que, apesar de diferirem em seus métodos e objetivos, existe uma conexão ideológica e epistemológica entre a eugenia dita “branda”, praticada por intelectuais não alinhados ao racismo científico, e a eugenia mais extrema, que viabilizou a Solução Final. Sem intentar equiparar mecanicamente os eugenistas

que conceberam a eugenia como sinônimo de higiene com aqueles que elaboraram cientificamente a engenharia social do extermínio, o movimento eugenista, em linhas gerais, concebeu os seres humanos como objetos administrados e manipulados em nome de um “bem maior”. Fosse por meio da eliminação das doenças ou da eliminação dos próprios seres humanos, ambas as vertentes se basearam na estratégia de promover a eficiência nacional a partir da administração racional da população. Em diálogo com Weiss (1990), consideramos que, se por um lado não é correto nem desejável analisar o movimento eugenista como um bloco único e homogêneo, por outro, a investigação microscópica sobre suas particularidades não pode ignorar, em um plano mais amplo, o modelo de razão instrumental no qual esses intelectuais assentaram suas práticas e teorias.

Finalmente, destacamos que, sem ignorar essas diferentes acepções, o foco da nossa tese é o setor do movimento eugenista brasileiro que concebeu a eugenia como um programa normalizador, que visou a racionalização e a purificação da sexualidade, tornou essa ciência como parte constitutiva das relações sociopolíticas entre as nações e redefiniu os debates sobre raça e identidade nacional (STEPAN, 2014). Nos próximos capítulos, remeteremos à pesquisa histórica para identificar as particularidades, vicissitudes, rupturas, continuidades, aproximações e distanciamentos que marcaram a ciência do melhoramento racial no Brasil. Antes de propormos o modelo teórico-crítico da razão eugênica no último capítulo, ponderamos que é na História que ancoraremos nosso olhar sobre esse movimento, identificando a ascensão da razão eugênica no campo intelectual brasileiro e latino-americano, com destaque para a campanha dos três diretores do *Boletim de Eugenia*.

Capítulo 2. Educação eugênica: fundamentos históricos e epistemológicos

Teacher don't teach me nonsense.

Fela Kuti (1986)

2.1. A educação eugênica segundo Francis Galton

Publicado por Francis Galton em 1909, o texto *Eugenics: it's definition, scope and aims* derivou de uma palestra proferida no dia 16 de maio de 1904 na London University, que contou com a presença do professor Karl Pearson (1857-1936) na banca avaliadora. Nesta obra, o polímata inglês definiu a eugenia como “[...] the science which deals with all influences that improve the inborn qualities of a race; also with those that develop them to the utmost advantage” (GALTON, 1909, p. 35). Conforme vimos no capítulo anterior, sua primeira preocupação foi delimitar seu campo científico, ponderando que a eugenia era uma ciência fundamentada na razão esclarecida e que os juízos morais deveriam ficar fora dessa discussão. Dentre os procedimentos e metas da ciência do melhoramento racial estabelecidos por Galton (1909), o primeiro era a educação, concebida de forma ampla, no sentido de criação de uma consciência racial, disseminando o conhecimento sobre as leis da hereditariedade, estendendo suas fronteiras e promovendo seu estudo.

A partir desse célebre ensaio de Galton (1909), observamos que a educação eugênica *lato sensu* foi forjada como um conceito abrangente, ou seja, não se restringia à escolarização ou educação formal, mas acompanhou a preocupação de seu criador em estruturar o campo científico da eugenia como uma ciência-religião largamente aceita no meio acadêmico e compreendida não como um posicionamento político-ideológico, mas como um fato cientificamente comprovado. O sentido amplo de educação eugênica constituiu a base da fundação da Eugenics Education Society em 1907 que, tendo Galton como o primeiro presidente, objetivava delinear as bases do ensino da eugenia não apenas nas escolas, como também nos lares e demais setores da sociedade inglesa (CHITTY, 2007).

A mesma lógica já havia sido apresentada por Galton em seu clássico *Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences*, cuja primeira edição foi publicada em 1869 e a segunda em 1892. Nesse texto, Galton (1869/2000) defendeu a “superioridade” racial dos brancos europeus em relação aos demais povos do mundo, sobretudo os negros africanos, cuja “estupidez típica” o fazia sentir vergonha de sua própria espécie. Nessa perspectiva abertamente racista, o fundador da eugenia postulou que os eugenistas estavam no controle, mesmo que indireto, do processo de melhoramento racial em voga na Europa. A efetivação da sociedade melhorada estava cada dia mais próxima, graças à ação dos

eugenistas que assumiram o papel de guias, sendo as únicas referências intelectuais e autoridades científicas capazes de deliberar sobre o tema. Na busca pelo aperfeiçoamento da raça, Galton (2000) postulou que a educação era importante, pois permitia o desenvolvimento das aptidões dos indivíduos. Contudo, seu alcance era limitado, uma vez que os homens eram desiguais por natureza, de modo que, por mais que um negro se esforçasse, ele não conseguiria alcançar o nível médio do homem branco europeu, dada a sua “inferioridade” determinada pela natureza (GALTON, 2000).

A partir dos originais de Galton (1909; 2000), constatamos que desde a fundação das bases da eugenia e sua estruturação como um campo científico na Inglaterra, o conceito de educação eugênica nasceu de forma ambígua. *Stricto sensu*, a educação eugênica compreendia a educação formal, sinônimo de instrução ou educação escolar, cujos limites eram impostos *a priori* pelas desigualdades naturais entre os indivíduos e, mais profundamente, entre as raças. *Lato sensu*, a educação eugênica abrangia a formação da consciência racial entre a elite intelectual, que contribuiria para o desenvolvimento, disseminação e institucionalização da eugenia nos países civilizados assolados pela ameaça “degenerativa”. *Stricto sensu*, a educação eugênica não era menosprezada por Galton, mas suas limitações eram amplamente exploradas em seus textos. Era na seleção dos melhores indivíduos, e não na educação, que se encontrava a solução para o problema da “degeneração”. *Lato sensu*, a educação eugênica constituía a base imprescindível para a disseminação da eugenia enquanto uma ciência socialmente aceita, segundo a qual o movimento eugenista internacional deveria se orientar (GALTON, 1909; 2000).

Ao lado da acepção ampla de educação eugênica, o conceito de Esclarecimento constituiu uma das maiores preocupações de Galton e seus prosélitos. A dicotomia entre razão (*reason*) e desrazão (*unreason*) foi a chave explicativa para a defesa da eugenia como uma ciência racionalmente estruturada, frente às críticas que ela recebeu enquanto Galton ainda estava vivo ou nos anos subsequentes ao seu falecimento, dentre as quais se destacou o artigo *Eugenics* de Boas (1916), que será abordado no último capítulo. Essa associação intrínseca entre eugenia e Esclarecimento constituiu um dos principais elementos discursivos de Galton (1909; 2000) e foi largamente reproduzida no seio do movimento eugenista internacional que, mesmo amplo, heterogêneo e se desenvolvendo de formas distintas de acordo com cada realidade nacional, não renunciou às bases fundamentais delineadas por seu pioneiro.

De acordo com Galton (2000), os “gênios” da civilização moderna não comportavam a natureza “irracional”, “impulsiva” e “descontrolada” dos “selvagens”. Mesmo que esse comportamento instintivo se desenvolvesse em decorrência da necessidade de sobrevivência e adaptação ao meio, ele era inadequado à vida civilizada e esclarecida. A mesma lógica se aplicaria ao “meio-selvagem” (mestiço), cuja natureza o tornava incapaz de lidar com problemas mais complexos impostos pela civilização. Para Galton (2000), mesmo frente à “degeneração” advinda do cruzamento com raças “inferiores” – sobretudo a raça negra dominada pela “irracionalidade” e “impulsividade” - a humanidade encontrou na razão esclarecida o seu caminho para reconstruir a civilização. Como era comum em seus textos, estratégia também utilizada por seus prosélitos brasileiros como Kehl (1935) e Domingues (1929a; 1936b; 1942), Galton (2000) ressaltou que a sua explanação não possuía embasamento na moral, mas sim na ciência.

2.2. A ascensão da eugenia no Brasil e na América Latina.

Nas últimas décadas do século XIX, diversos intelectuais europeus visitaram o Brasil buscando compreender sua formação étnica, cenário em que se destacaram o naturalista e botânico bávaro Karl Von Martius (1794-1868), o zoólogo suíço Louis Agassiz (1807-1873) e Arthur de Gobineau. Esses teóricos contribuíram para os estudos sobre a composição étnica do “laboratório racial” brasileiro na segunda metade do século XIX, fundando as bases do racismo através de teorias científicas que foram bem aceitas pelos intelectuais brasileiros, incluindo o ilustrado imperador Dom Pedro II (KERN, 2016). Acreditando na existência de raças “puras”, esses intelectuais criticaram a miscigenação, atribuindo aos mestiços a explicação para a “degeneração” biológica e, com isso, o atraso intelectual e sociopolítico do Brasil enquanto nação (SCHWARCZ, 2017).

Em 1869, Louis Agassiz publicou na França o livro *Voyage au Brésil*, no qual afirmou, a partir de suas viagens durante os anos de 1865 e 1866, que os naturalistas divergiam em diversos pontos, sobretudo com relação à origem das espécies, mas que concordavam que o produto de duas espécies diferentes era sempre um ser “híbrido” e “intermediário”⁸. Concebendo a mestiçagem como “degeneração”, afirmou que no Brasil as “três raças” conviviam em uma relação constante de promiscuidade, pois os “híbridos”

⁸ Leitura semelhante foi reproduzida pelo professor Piza Júnior (1933a), cuja obra será analisada no capítulo 4.

(“mulatos”, “cafuzos” e “mamelucos”), naturalmente “inferiores”, se misturavam mais com as raças “puras” do que entre eles. Para Agassis (2000, pp. 287-288):

O resultado de ininterruptas alianças entre pessoas de sangue misturado é uma classe de indivíduos em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando cruzados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado.

Diversos intelectuais influentes encamparam a cruzada racista no Brasil, com destaque para o polímata Sílvio (Vasconcelos da Silveira Ramos) Romero (1851-1914), o médico Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), o escritor e jornalista Euclides (Rodrigues Pimenta) da Cunha (1866-1909) e o médico e antropólogo João Batista de Lacerda (1846-1915). Sem desconsiderar os diferentes contextos, estilos, abordagens e perspectivas teóricas, podemos afirmar que, em linhas gerais, os defensores das teses racistas ponderaram que a seleção natural e social trabalhava contra os tipos “inferiores” e “indesejáveis”, ao passo que os imigrantes aumentavam a proporção de brancos no país⁹.

Segundo Stepan (2014), João Batista de Lacerda escreveu em 1911 um ensaio sobre o branqueamento do país, estimando que por volta do ano de 2012 a população negra seria reduzida a zero e os “mulatos” não seriam mais que 3% do total da população do país. Anos mais tarde, na obra *Populações meridionais do Brasil* (1920), o sociólogo (Francisco José de) Oliveira Vianna (1883-1951) elogiou as teses de Gobineau e Lapouge, postulando que a linhagem “mulata” seria gradualmente “filtrada” a partir da miscigenação, que garantiria a predominância biológica dos brancos sobre os negros e mestiços. Conforme Stepan (2014, p. 167):

O mito do branqueamento repousava claramente em uma idealização da branquidade; ele representava a racionalização de um desejo de uma elite que controlava uma sociedade multirracial dominada pelo racismo – uma ânsia por um sentimento real de brasilidade em um país dividido por e classe. Era a reafirmação de que a “arianização” (para adotar uma palavra usada no Brasil por Oliveira Vianna) poderia ser uma realidade no Brasil, e que o histórico racial do país não seria impedimento a um sólido futuro.

Em *Os Sertões* (1902), obra oriunda do trabalho de Euclides da Cunha como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na Guerra de Canudos (1896-1897), o escritor carioca considerou que a mestiçagem, fruto do comportamento “impulsivo” das raças

⁹ Conforme Nalli (2005), essa ideia foi posteriormente questionada por eugenistas radicais como Renato Kehl, que considerou que a miscigenação promovia a “mulatização”, ou seja, o predomínio da raça negra, e não o branqueamento da população brasileira.

“inferiores”, era prejudicial à civilização, pois o mestiço era um produto “decaído”, “desequilibrado” e racialmente “inferior” ao branco europeu. Essa perspectiva racista foi criticada décadas mais tarde pelo antropólogo e eugenista Edgar Roquette-Pinto, criador da *Revista de Educação* e pioneiro na radiodifusão no país. Para Roquette-Pinto (1927), as teses de Euclides da Cunha constituíam heresias antropológicas ultrapassadas, repetições dos conceitos errôneos, distorcidos e sem embasamento científico de Louis Agassiz sobre a mestiçagem brasileira.

A partir do caminho aberto pelos teóricos racistas, se originou um novo movimento social, formado por uma reduzida elite intelectual, que nas primeiras décadas do período republicano defenderam a materialização dos ensinamentos da ciência do melhoramento racial no país: o movimento eugenista, cujo discurso se amparava na ideia de “regeneração” racial da população brasileira. Sob a égide do cientificismo positivista, o discurso eugenista se legitimou sobre a autoridade do conhecimento científico para encampar a luta contra a “degenerescência” biológica da nação. Segundo Stepan (2014), para além de constatar a “inferioridade” racial da população, o movimento eugenista incentivou uma administração científica e racional da hereditariedade, introduzindo novas políticas sociais de intervenção que incluíam uma deliberada seleção social. Assim, conforme Schwarcz (2017) o termo “degeneração” tomou aos poucos o lugar do conceito de “evolução”, postulando que o desenvolvimento adequado das nações seria fruto de sua “pureza” racial.

De acordo com Wegner e Souza (2013), a divulgação da eugenia no Brasil se iniciou no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial, momento marcado pela urbanização, industrialização, imigração, expansão do nacionalismo e ascensão das ideias reformistas que concebiam que a modernização do país só ocorreria mediante transformações na educação, na saúde pública e na composição racial da população. Nesse período, a eugenia se desenvolveu no seio das elites brasileiras como sinônimo de evolução, progresso e civilização, a “nova religião da humanidade” ou a “ciência do futuro” que poderia viabilizar a “regeneração” física e mental da população nacional a partir da lógica do branqueamento (WEGNER; SOUZA, 2013).

De acordo com Souza (2016), o Brasil foi, no contexto latino-americano, o primeiro país a desenvolver um movimento eugênico, o que teve mais adeptos e o que mais teve sucesso na institucionalização da eugenia. Apesar do desenvolvimento simultâneo do movimento eugenista em diversos países da América Latina nas primeiras décadas do século

XX, o argumento de Souza (2016) está consonância com a obra de Stepan (2004), que definiu o Brasil como o primeiro país latino-americano a ter um movimento eugênico organizado, e com a obra de López-Guazo (2005), que considerou a Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) como a primeira sociedade eugenista latino-americana, antecipando o Instituto de Medicina Social de Perú (1927), a Sociedad Mexicana de Eugenesia para el Mejoramiento de la Raza (1931) e a Asociación Argentina de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social (1932).

Inicialmente, o movimento eugenista apresentou uma interpretação otimista da realidade brasileira, estruturada a partir da tradição neolamarckista que, sob a lógica “sanear é eugenizar”, viabilizou a aproximação entre higienismo, sanitarismo e eugenia (HABIB; WEGNER, 2014). Schwarcz (2017) considerou que, desde o final do século XIX, a morte passou a ser vista não mais como um temor, mas como um desafio a ser superado. Os médicos deixaram de depender da remuneração individual e se tornaram cientistas e pesquisadores financiados pelo Estado, atuando como interventores no combate às epidemias e visando alcançar a cura para uma nação doente. Assim, a eugenia se desenvolveu no interior das faculdades de medicina brasileiras nas primeiras décadas do século XX, conjuntura marcada pela emergência do saber médico no combate às doenças tropicais como a febre amarela e a tripanossomíase americana (doença de Chagas) através dos programas de saúde e higiene (SCHWARCZ, 2017).

Stepan (2014) destacou que a *intelligentsia* latino-americana promoveu o saneamento como “panaceia universal” para os problemas sociais, contexto em que a eugenia foi concebida como uma ampliação e modernização científica da cruzada sanitaria de médicos como Oswaldo (Gonçalves) Cruz (1872-1917) e Carlos (Ribeiro Justiniano das) Chagas (1879-1934), se tornando uma metáfora para a própria saúde pública. Souza (2006) ressaltou as expedições científicas empreendidas pelos pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, que denunciaram as condições de miséria e o abandono da população em diversos Estados brasileiros, especialmente as expedições do médico sanitaria Belisário (Augusto de Oliveira) Penna (1868-1939) e do etnógrafo Arthur Neiva (1880-1943) em 1912. A eugenia foi, nesse primeiro momento, assimilada pelo discurso médico-sanitaria, que contrapôs a interpretação determinista sobre os problemas sociais decorrentes da miscigenação com a possibilidade de “regeneração” da população nacional a partir do conhecimento científico e da promoção da saúde pública (SOUZA, 2006).

Nas décadas de 1910 e 1920, o movimento eugenista brasileiro promoveu a interação da ciência com a ideologia social em uma sociedade hierarquizada e racialmente estratificada, encampando o debate sobre raça e nação no Brasil. Mesmo sem uma segregação legal racialmente estruturada como nos Estados Unidos da América, a elite branca controlava a mobilidade social mediante mecanismos informais, como o clientelismo que comandou a máquina política ao longo da Primeira República (STEPAN, 2014). O discurso do “homem cordial”, supostamente avesso à intolerância racial, estava em voga, ao mesmo tempo em que a classe média se expandia e os mestiços educados ascendiam, como o médico psiquiatra Juliano Moreira (1872-1933), diretor do Hospital Geral dos Alienados e presidente honorário da Liga Brasileira de Higiene Mental¹⁰ e o escritor (Joaquim Maria) Machado de Assis (1839-1908). Nesse período, pontuou Stepan (2014, p. 165), “[...] a classe educada estava cada vez mais ‘assimilacionista’ no discurso público, ainda que privadamente e em suas relações sociais fosse racista e discriminadora”. O discurso da “miscigenação construtiva” compunha a ideologia nacionalista, e a tese do branqueamento ganhava cada vez mais espaço, promovendo a ideia de que os indígenas e negros “puros” estavam gradualmente desaparecendo em decorrência da mestiçagem (STEPAN, 2014).

A partir do personagem Jeca Tatu, o escritor (José Bento Renato) Monteiro Lobato (1882-1948)¹¹ representou no conto *Urupês* (1914) o “atraso” da população brasileira nas primeiras décadas do século XX: um povo “pobre”, “ignorante”, “sujo” e “mestiço”. Todavia, na obra *O problema vital* (1918), o caipira do Vale do Paraíba passou a ser retratado de outra maneira, qual seja, uma vítima de problemas de higiene, saneamento e epidemias – a “panaceia universal” da época -, e não mais do “hibridismo” racial. Na segunda versão, Lobato considerou que Jeca Tatu não *era* assim, mas *estava* assim, e que a melhoria nas condições de alimentação e saúde poderia convertê-lo em um “Jeca Bravo”, como afirmou Renato Kehl (STEPAN, 2014). Para Souza (2019), essa guinada teórica assumida por Lobato

¹⁰ De acordo com Seixas, Mota e Zilbreman (2009), a Liga Brasileira de Higiene Mental foi criada em 1923 pelo médico psiquiatra Gustavo (Kohler) Riedel (1887-1934) e tinha como objetivo inicial a modernização do atendimento psiquiátrico no país. A partir de 1926, seus diretores reorientaram suas práticas em uma perspectiva eugênica, visando a “normalização” da população. Conforme Souza (2019), sob o comando de Ernani Lopes (1885-1969), os psiquiatras cunharam o termo “eufrenia” (aprimoramento mental da raça) e buscaram consolidar a relação entre eugenia e higiene mental. Essa entidade promoveu debates sobre higiene mental, eugenia, imigração, alcoolismo, higiene, doenças venéreas, controle matrimonial e esterilização, e teve como membros influentes intelectuais, como Miguel (de Oliveira) Couto (1865-1934), Júlio Pires Porto-Carrero (1887-1957), Carlos Chagas e Edgar Roquette-Pinto (SOUZA, 2019).

¹¹ Entusiasta da eugenia, colega, admirador e correspondente de Renato Kehl, Monteiro Lobato publicou em 1926 o livro *O presidente negro*, romance no qual concebeu a eugenia como ferramenta científica para a efetivação do progresso civilizatório, capaz de eliminar um “problema” ao mesmo tempo biológico-racial e socioeconômico (LOBATO, 1926/2020). Escolhemos como epígrafe desta tese o trecho que consideramos melhor explicitar a estreita relação entre eugenia e razão instrumental, elaborada por um escritor racista e defensor das teses mais radicais do movimento eugenista brasileiro.

refletiu o movimento de mudança ocorrido no Brasil durante a década de 1910, na qual a interpretação médico-sanitarista contrapôs a interpretação determinista dos problemas sociais.

Entretanto, conforme Stepan (2014), sob influência da *Rassenhygiene* alemã e da eugenia estadunidense liderada por Charles Davenport, fundador do Eugenics Record Office em 1910, a eugenia racista circulou com mais intensidade na América Latina no final da década de 1920 e início da década de 1930, contexto marcado pela crise política, pelo declínio do liberalismo e pela depressão econômica. Essa vertente radical e racista da eugenia, foco de nossa tese, teve no médico e farmacêutico Renato Ferraz Kehl seu principal representante. Nascido na cidade de Limeira no interior de São Paulo no ano de 1889 e formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1909, Kehl se tornou a partir da década de 1920 o principal líder do movimento eugenista e o maior representante do racismo científico no Brasil.

Kehl foi o criador e diretor do *Boletim de Eugenia*, publicou mais de vinte livros, com destaque para *Lições de Eugenia* (1929/1935) e *Sexo e civilização: aparas eugênicas* (1933). Como dirigente da Indústria Química e Farmacêutica Bayer do Brasil, viajou três vezes para a Alemanha e outros países do norte da Europa, aderindo às medidas mais radicais e racistas da eugenia negativa inspirada no arianismo e na *Rassenhygiene* desenvolvida na Alemanha pelos intelectuais do Kaiser Wilhelm Institute of Anthropology, Human Heredity, and Eugenics. Na segunda metade da década de 1920, Kehl se afastou do sanitarismo-higienismo e dos eugenistas neolamarckistas, que consideravam que as reformas sanitárias e a melhoria nas condições de vida poderiam influenciar no processo de melhoramento dos indivíduos, se aproximando de Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues, professores e geneticistas da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), cujo modelo de eugenia se orientava a partir da genética mendeliana, conforme veremos nos capítulos 4 e 5.

Considerado como o “pai” e o “campeão” da eugenia no país, Kehl foi o idealizador do Instituto Brasileiro de Eugenia (IBE) e fundador da Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE). Foi também um dos fundadores da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), a primeira do gênero na América Latina, que ainda em seu primeiro ano de fundação em 1918 contabilizou 140 membros, a maioria formada pela elite médica do país. A partir da segunda metade da década de 1920, Kehl se tornou uma das maiores referências intelectuais para os eugenistas latino-americanos, como os argentinos Victor Delfino (1883-1941) e Alfredo (Fernández) Verano, o peruano Carlos Enrique Paz Soldán (1885-1972) (SOUZA,

2006) e os mexicanos Eugênio Echeverría Arnoux, Miguel López Esnaurrizar e Alfredo M. Saavedra (M.). Kehl também era respeitado por intelectuais dos principais institutos de eugenia europeus, como Hermann Muckermann (1877-1962) e Eugen Fischer (cf. MUCKERMANN, 1929a) e estadunidenses, como Ezra Seymour Gosney (1855-1942) (cf. GOSNEY, 1929).

A literatura especializada apontou que a eugenia também foi profícua em outros países da América Latina, como Bolívia, Cuba, México, Chile, Peru, Paraguai, Uruguai e Venezuela (STEPAN, 2014). Para Silva (2008), o vínculo estabelecido entre Renato Kehl e Alfredo Verano evidenciou que a eugenia pode ser compreendida como o ponto de união de uma comunidade científica latino-americana, em uma cruzada pelo melhoramento racial que ultrapassou os limites nacionais, permitindo a compreensão das influências intercontinentais, mas também a elaboração de teorias próprias. As investigações de Kinoshita e Rocha (2013) demonstraram que apesar das diferentes configurações nacionais, a eugenia foi concebida como um dos pontos de conexão entre Brasil e Argentina, permitindo o estreitamento das relações sociais e políticas através da atuação dos médicos eugenistas, que vislumbraram a criação de canais para a circulação e divulgação das ideias sobre higienismo e educação eugênica em escala latino-americana.

Victor Delfino estudou ciências naturais, física, matemática, posteriormente migrando para a área da medicina social, higiene pública e eugenia. Foi membro de diversas comunidades científicas e diretor da revista *La Semana Médica*. Buscou fortalecer a ciência do melhoramento racial não apenas na Argentina, mas apoiando e mantendo correspondências com intelectuais de outros países (SILVA, 2008). Delfino se tornou o maior nome da eugenia na Argentina, sobretudo durante as décadas de 1920 e 1930, momento marcado pela crescente preocupação dos médicos sanitaristas e higienistas com problemas sociais, de saneamento e saúde pública advindos do fluxo de imigrantes. Defensor de ideias racistas e conservadoras, militou pela “purificação nacional” argentina e pelo controle qualitativo e quantitativo dos imigrantes no país (STEPAN, 2014). Participou, também, do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia realizado em Londres no ano 1912, onde conheceu Renato Kehl, marcando o início de uma longa e profusa parceria (KINOSHITA; ROCHA, 2013).

Delfino fundou em 1918 a Sociedad Argentina de Eugenesia, meses após a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo por Renato Kehl, da qual também era integrante. Ambas as sociedades tinham como objetivo máximo a divulgação das ideias eugênicas e o fortalecimento da ciência do melhoramento racial no campo médico e entre as elites

intelectuais locais (KINOSHITA; ROCHA, 2013). Kehl publicou um artigo nas revistas bonaerenses *La Republica* e *La Semana Médica* e nos *Annaes de Eugenia*, elogiando a iniciativa do colega argentino e desejando que outros países do continente sul-americano seguissem o mesmo exemplo (SOUZA, 2006). Destarte, a década de 1920 marcou o fortalecimento do laço entre os eugenistas brasileiros e argentinos, permitindo uma ampla divulgação dos trabalhos de Kehl na Argentina.

Preocupado com a vulgarização da eugenia entre o público leigo, Kehl publicou em 1923 o livro *Fada Hygia, primeiro livro de higiene*, adotado como material didático a partir do ano de 1924 por escolas primárias em São Paulo, Distrito Federal, Pará e Pernambuco (SOUZA, 2006). Kinoshita e Rocha (2013) evidenciaram que no dia 15 de janeiro de 1925, Delfino publicou uma resenha sobre esse livro no periódico *La Semana Médica*, exaltando sua admiração pela obra do eugenista brasileiro, definindo-o como pioneiro na educação eugênica latino-americana, incentivando a criação de uma obra parecida na Argentina e desejando a tradução da obra para o espanhol. Em carta datada em 12 de março do mesmo ano, Delfino indicou que Kehl havia agradecido pela resenha de sua obra no periódico, como também reforçado seu desejo pela tradução para a língua espanhola, aumentando, assim, o alcance de seu livro sobre educação higiênica e eugênica. Nessa mesma carta, Delfino se prontificou não apenas a divulgar a obra de seu colega no *La Semana Médica*, como convidou Kehl para publicar seus próprios artigos no periódico (KINOSHITA; ROCHA, 2013)

Para Kinoshita e Rocha (2013, p. 6), “[...] as frentes de atuação de Kehl evidenciam que não bastava criar uma sociedade científica”, mas escrever obras destinadas ao público leigo, “cuja circulação não se restringisse somente às fronteiras nacionais”. A tradução não ocorreu, mas Kehl publicou entre 1918 e 1926 cinco artigos no *La Semana* e outros textos no periódico *La Medicina Argentina* e nas revistas *Hijo Mio* e *Viva Cien Años*. Até a primeira metade da década de 1920, os discursos de Kehl e Delfino estavam em consonância, uma vez que ambos defendiam até esse momento a matriz “preventiva” e “positiva” da eugenia, baseada na profilaxia e na puericultura. Ambos se preocuparam com a educação infantil, buscando institucionalizar o ensino de higiene nas escolas. Para Delfino, era na fase escolar onde seria possível identificar as crianças “anormais” e “atrasadas”, ou seja, a escola não seria apenas o espaço para a divulgação da eugenia, mas também um laboratório de pesquisas ou centro de investigação de crianças “degeneradas” e com pré-disposição a psicopatias (KINOSHITA; ROCHA, 2013).

Posteriormente, inspirado pelos intelectuais alemães que organizaram a política de extermínio nazifascista, Kehl se tornou partidário dos métodos radicais da eugenia “negativa”,

incluindo a esterilização compulsória dos indivíduos “degenerados” que ameaçavam o desenvolvimento social e biológico da nação (SOUZA, 2006). Conforme Wegner e Souza (2013), até o início dos anos 1920, Kehl foi defensor da chamada eugenia “suave” ou eugenia “latina”, ou seja, a eugenia “positiva”, baseada na higienização social e no estímulo à reprodução dos indivíduos “superiores”. Após esse período “otimista” em sua trajetória intelectual, Kehl passou a se inclinar para o modelo eugênico anglo-saxônico e germânico, mais radical, baseado na esterilização e na proibição da reprodução dos indivíduos “inferiores” ou “inaptos”. No entanto, a pesquisa de Carvalho (2018) demonstrou que a defesa pontual da esterilização esteve presente na obra de Kehl ainda na primeira metade da década de 1920, e não apenas no final dessa década, como aponta a historiografia.

Para Wegner e Souza (2013), a guinada para o modelo radical de eugenia ocorreu a partir do desligamento de Kehl do Departamento Nacional de Saúde Pública, quando passou a se dedicar à função de diretor da Indústria Química e Farmacêutica Bayer do Brasil, o que incluiu uma viagem à Europa entre abril e setembro de 1928, momento de efervescência do movimento eugênico na Alemanha e nos países do norte do continente europeu. Essa radicalização do pensamento kehliano se concretizou no final da década de 1920, contexto no qual publicou a primeira edição do livro *Lições de Eugenia* e iniciou as publicações do *Boletim de Eugenia*, documentos que serão analisados no capítulo 3. Segundo Stepan (2014), o livro *Sexo e civilização: aparas eugênicas* (1933) marcou o afastamento definitivo de Kehl com a ideia de “miscigenação racial construtiva”.

Nessa obra, Kehl (1933) considerou a urgência de uma clara distinção entre saneamento e eugenia, afirmando que o Brasil tinha menos necessidade de exercícios físicos, educação e higiene geral do que da esterilização dos “degenerados” e criminosos, da imposição de exames pré-nupciais obrigatórios e de uma legislação específica sobre controle de natalidade. Essa radicalização também se refletiu no *Boletim de Eugenia*, periódico no qual Kehl registrou sua aproximação com os movimentos eugenistas alemão e estadunidense, mudando o tom de seus textos para uma linguagem voltada para a seleção a partir dos pressupostos racistas da *Rassenhygiene* nazista. Nas páginas de seu periódico, Kehl manifestou sua preocupação com as taxas de fertilidade entre as classes e os custos sociais dos “mediócras”. Marca dessa transição foi substituição das expressões “nossa raça” ou “raça brasileira” pela distinção entre “raça branca”, “raça negra”, e a intensificação no volume de textos alertando sobre os perigos da miscigenação (STEPAN, 2014).

Apesar da radicalização operada em sua trajetória intelectual no final da década de 1920 e início da década de 1930, Kehl não conseguiu emplacar suas teorias dentro do

movimento eugenista de sua época, motivo pelo qual concebeu a educação como o caminho para a vulgarização e ampliação da campanha eugênica no Brasil. O eugenista esclareceu a diferença entre a educação higiênica, voltada a instrução das crianças desde a primeira infância, e a educação eugênica, voltada para auxiliar os jovens a realizarem suas escolhas matrimoniais segundo os princípios da eugenia. Assim, publicou em 1923 o livro *Como escolher um bom marido*, o qual recebeu a resenha de Delfino publicada no *La Semana Médica* no dia 3 de abril de 1924. Um ano mais tarde, Kehl publicou *Como escolher uma boa esposa* (KINOSHITA; ROCHA, 2013).

Souza (2006) ponderou que o final da década de 1930 marcou a arrefecimento da eugenia radical no Brasil, após um período de sucesso da *Fada Hygia* entre os profissionais da educação, em um contexto de luta pela melhoria nas condições de higiene no país. Hochman, Lima e Maio (2010) postularam que a obra *Casa Grande e Senzala* (1933) do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) constituiu um marco na mudança de perspectiva sobre a formação histórica do Brasil, apresentando uma visão positiva sobre a miscigenação com ênfase nas explicações culturais da sociedade brasileira, em detrimento dos argumentos fundamentados no determinismo biológico. Conforme mencionamos anteriormente, dentro do próprio movimento eugenista, intelectuais como Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca combateram as teses racistas da eugenia promulgadas por Kehl, especialmente durante o Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929¹². Nesse evento, conforme Wegner (2017, p. 88):

Renato Kehl passava a pregar que “sanear não é eugenzar” e que o movimento sanitarista promovia um trabalho de Sísifo, posto que a melhoria das condições da população a cada geração não significava um efetivo melhoramento da constituição biológica da população brasileira. Uma vez que, aos seus olhos, tratava-se de uma população degenerada especialmente pelos efeitos da miscigenação, este tipo de política em nada a melhorava. Ao contrário, a população necessitava de remédios fortes, como o impedimento da procriação de criminosos e doentes mentais, o incentivo da procriação dos mais aptos e o combate à miscigenação, especialmente entre negros e indígenas.

Segundo a ala “moderada” do movimento eugenista, o Brasil não era um país de população biologicamente “degenerada”, mas padecia de problemas de ordem social, como a pobreza e as condições sanitárias. A “linha-dura” capitaneada por Kehl foi publicamente criticada no congresso, que marcou, segundo Hochman, Lima e Maio (2010), a derrota, mas não o desaparecimento da vertente radical do movimento no país. Kinoshita e Rocha (2013) indicaram que nesse período os resultados da aplicação das práticas eugênicas na Europa já

¹² Todavia, Souza (2019) denotou a ambiguidade da questão racial na obra de Roquette-Pinto e a necessidade de um olhar crítico sobre sua teoria. Apesar de não acreditar ser possível hierarquizar as raças, o antropólogo não negava completamente a desigualdade entre elas.

percorriam o mundo, intensificando o isolamento do discurso racista empreendido por Kehl e demais partidários da eugenia “negativa”. Por outro lado, nossa pesquisa documental com foco no *Boletim de Eugenia* (1929-1933) demonstrou que foi justamente nesse contexto de isolamento intelectual que Kehl consolidou sua rede de apoio entre os professores da ESALQ e os eugenistas latino-americanos.

Constatamos que, na década de 1920 e no início da década 1930, a razão eugênica não apenas vislumbrou uma sociedade racialmente “pura”, como buscou se institucionalizar, justificar-se no discurso científico e educacional, para então tornar-se política pública: uma utopia racial transformada em práxis eugênica. Diversos fatores denunciam a disseminação da razão eugênica no Brasil, como também o empenho dos eugenistas alinhados a Kehl na tentativa de institucionalização da ciência do melhoramento racial: a criação de leis restringindo a entrada de imigrantes “degenerados” em nome do melhoramento racial; o estímulo à educação eugênica na Constituição Brasileira de 1934 promulgada pelo presidente e futuro ditador Getúlio (Dornelles) Vargas (1882-1954) (ROCHA, 2018); o engajamento dos pioneiros da Escola Nova com a causa da vulgarização da educação eugênica através do sistema de ensino e, com isso, a influência do movimento eugênico na organização da educação pública (SCHNEIDER; MEGLHIORATTI, 2012); a criação de manuais escolares para o ensino dos pressupostos eugênicos para crianças através da educação física e da higienização (KINOSHITA, 2013).

As pesquisas de Kinoshita e Rocha (2013) apontaram que as contracapas dos livros de Renato Kehl encontrados na Biblioteca Nacional de la República Argentina possuem marcas de carimbos datados da década de 1940, conjuntura marcada pela ascensão da eugenia no país. As autoras elucidaram que a tradução da obra de Kehl indica o sucesso de suas ideias dentre o movimento eugenista argentino, justificando o interesse de seus apoiadores em ter suas obras lidas e publicadas nesse país. Os livros de Kehl localizados na biblioteca boanaerense englobam originais e traduções, como *A eugenia: ciencia do aperfeiçoamento moral e physico dos seres humanos* (1917), *Sexo e civilização: novas diretrizes* (1933), *Conduta: livro guia para a formação de caráter* (1939), *Tipos vulgares: contribuição à psicologia pratica* (1940), *Psicologia da personalidade* (1941), *Medicina e bio-perspectivismo* (1942), *Pensamentos* (1942), *Catecismo para adultos* (1942), *A cura do espírito* (1946), *Envelheça Sorrindo* (1949), *Por que sou eugenista* (s/d), *Genialidade e degeneração* (s/d), *Educação moral* (s/d) e *Tipos vulgares: contribución a la psicología práctica* (1938), enquanto o livro *Conducta: guía para la formación del carácter* (1940) foi localizado pelas autoras na biblioteca da Universidad Nacional de San Juan (KINOSHITA;

ROCHA, 2013).

Conforme Kinoshita e Rocha (2013), o movimento eugênico argentino se fortaleceu com o golpe de estado de 1930 liderado pelo general José Félix Benito Uriburu (1868-1932), período em que os médicos intensificaram o contato com os cientistas da Itália. Entusiasta do fascismo italiano, Uriburu encomendou uma missão até a Europa, levando os médicos Arturo R. Rossi e Octavio López para os centros de biotipologia do país. Ao retornar, eles criaram a Associação Argentina de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social (1932-1943), reunindo os intelectuais eugenistas e contribuindo para a circulação dos livros e ideias de Kehl. Para Kinoshita e Rocha (2013, p. 11):

[...] os trabalhos publicados por Renato Kehl no Brasil dialogavam com o contexto de ascensão da ciência eugênica na Argentina, servindo, em muitos casos, como apoio ao movimento, e também como base teórica para o desenvolvimento de tais ideias no país. O entusiasmo argentino em relação às obras de Renato Kehl era tão intenso, que algumas obras chegaram a ser traduzidas e adaptadas para a língua espanhola, como é o caso dos livros *Tipos vulgares: contribución a la psicología práctica* (1938) e *Conducta: guía para la formación del carácter* (1940).

Nessa conjuntura, Kehl trocou diversas correspondências com Alfredo (Fernandez) Verano, fundador da Liga Argentina de Profilaxia Social (1921) e grande apoiador do trabalho de Victor Delfino, falecido em 1941. Sua liga almejava divulgar os ideais eugênicos após o fechamento da Sociedade Eugênica Argentina e produzir materiais de campanha contra o alcoolismo e doenças venéreas, que se tornariam obrigatórios para os educadores do país. Em 1942, Verano traduziu a obra *Conducta: libro guia para a formação do carácter*, afirmando na seção destinada ao leitor o alcance e a importância da tradução das obras de Kehl para o público argentino, sobretudo para os jovens leigos e como material de apoio para pais e professores no ensino da educação eugênica. Assim como Kehl e Delfino, Verano, defendeu a institucionalização da educação eugênica direcionada às crianças e aos jovens, visando “[...] formar cidadãos compatíveis com os anseios dos médicos eugenistas, anseios esses partilhados por diferentes segmentos da intelectualidade” (KINOSHITA; ROCHA, 2013, p. 14).

A pesquisa documental de Souza (2006; 2019) demonstrou que o círculo eugenista latino-americano não se restringiu ao eixo Brasil-Argentina. O eugenista peruano Carlos Henrique de Paz Soldán também almejava ampliar o movimento na América Latina, facilitando a publicação de alguns trabalhos de Kehl na imprensa peruana. Em carta enviada a Kehl no dia 9 de agosto de 1918, o peruano afirmou que a eugenia seria o meio mais eficiente para o saneamento da raça na região. Por sua vez, o eugenista paraguaio Luis Zanotti

Cavaziani enviou uma carta a Kehl no 5 de abril de 1919, informando que estava tentando construir junto a outros intelectuais a Sociedade Eugênica do Paraguai, e que desejava utilizar os estatutos da Sociedade Eugênica de São Paulo como modelo (SOUZA, 2019).

Conforme Souza (2019), esse intercâmbio intelectual permitiu a circulação dos trabalhos de Kehl na Argentina e dos trabalhos de Soldán e Delfino no Brasil. Esses três intelectuais não conseguiram fundar uma sociedade eugênica continental na década de 1910, mas viram um “novo fôlego” do movimento em 1920 e a fundação de novas sociedades científicas ao final dessa década. A Primeira Conferência Pan-Americana de Eugenia (1927), a Segunda Conferência Pan-Americana de Eugenia (1934) e a fundação da *Fédération Internationale Latine de Sociétés d'Éugénique* (1935) denotaram os esforços e as conquistas desse movimento em escala latino-americana e internacional (SOUZA, 2019). Assim, em diálogo com Paul, Stenhouse e Spencer (2018), consideramos que a análise comparativa e transnacional permite superar os limites geográficos e, sem ignorar as especificidades de cada contexto e as divergências entre seus protagonistas, compreender a eugenia enquanto um movimento intelectual de escala latino-americana que criou suas instituições e elaborou uma leitura própria da ciência galtoniana e sua concepção de educação *lato sensu* a partir da realidade local.

2.3. Elitismo e exclusão: as origens burguesas da educação eugênica

Em linhas gerais, os projetos educacionais eugenistas emergiram entre as décadas de 1920 e 1940, mas com raízes que remetem às campanhas sanitaristas do início do século XX. Esses projetos se basearam na ideia de “degeneração”, que combinou o racismo científico europeu com o temor da elite branca brasileira sobre a população negra escravizada. Esse ideário da virada do século era repleto de mitos inferiorizantes sobre a população negra e mestiça, como o medo das amas-de-leite transmitirem doenças e “degenerações” às crianças brancas e a “instabilidade psicológica” e “tendência natural” à criminalidade dos “mulatos”. O principal representante dessa perspectiva foi o antropólogo Raimundo Nina Rodrigues. Intelectual da virada do século, Rodrigues defendeu a inferioridade dos não-brancos e propôs legislações diferentes para cada raça (DÁVILA, 2003).

Como demonstramos na primeira parte deste capítulo, o Brasil chegou ao século XX condenado pelo racismo científico e com o estigma de uma nação miscigenada. Essa perspectiva, no entanto, gradualmente deu lugar a novas interpretações que atribuíram a degeneração ao meio, e não à raça. Intelectuais como Miguel Pereira, que em 1916 classificou

o Brasil como um “vasto hospital”, e Artur Neiva e Belisário Penna, que em 1917, após as expedições pelo interior do país, sugeriram a criação não de um Ministério da Saúde, mas de um Ministério da Educação e Saúde. No clássico *Diploma of whiteness: race and social policy in Brazil, 1917-1945*, livro indispensável para a compreensão da capilaridade do ideário da eugenia na educação brasileira, Dávila (2003) creditou esse contraponto às perspectivas críticas ao racismo científico que surgiram nos Estados Unidos da América e na Europa, e ao pragmatismo das elites locais, que consideraram a interpretação da “degeneração” como fruto do meio mais útil a seus interesses do que as antigas teorias raciais.

Assim como Stepan (2014) e Souza (2019), Dávila (2003) considerou o escritor Monteiro Lobato como uma representação dessa mudança de perspectiva. O Jeca Tatu de 1914 foi descrito como um mestiço racialmente “degenerado” e imune ao progresso, imagem semelhante à estátua do *Homem Brasileiro* que causaria conflitos 25 anos depois, conforme discutiremos a seguir. A versão do Jeca Tatu de 1918, exposta em *O Problema Vital*, incluiu o texto intitulado *A ressurreição do Jeca Tatu*, no qual o caipira foi curado através das medidas de educação e higiene. A moral dessa história, que circulou no interior do país como uma fábula infantil, era a de que o Jeca não *era* assim, mas *estava* assim (DÁVILA, 2003).

O contexto histórico abordado ao longo de nossa tese tem como cerne as décadas de 1920 a 1940. No tocante às ideias pedagógicas desenvolvidas nesse recorte, Saviani (2019) considerou o período de 1827 a 1932 como o momento de desenvolvimento da “pedagogia leiga”, com destaque para as correntes ecléticas, liberais e positivistas, e o período entre 1932 e 1969 como o momento de predominância da “pedagogia nova”, sendo os anos de 1932 a 1947 marcados pelo equilíbrio entre a “pedagogia tradicional” e a “pedagogia nova”. Entretanto, uma vez que a relação entre Esclarecimento e eugenia constitui o foco de nosso trabalho, faremos um breve comentário sobre o período anterior, de 1759 a 1827, contexto no qual a educação brasileira viveu sob a hegemonia das ideias pedagógicas do despotismo esclarecido.

Cambi (1999) denotou que o século XVIII teve como marcas o Esclarecimento e as “três revoluções”, quais sejam, a independência americana (1776), a revolução burguesa na França (1789) e a Revolução Industrial na Inglaterra (1760), que completaram o processo de laicização que estruturou as bases do mundo moderno. Todos os processos de emancipação, seja dos poderes ou da burguesia, foram acompanhados pela difusão do livro, pela expansão da alfabetização, pela difusão em massa das ideias, pela cultura laicizada, e pela ascensão do

homem-indivíduo como novo sujeito social. A nova imagem de Estado e economia passou a contrastar com a sociedade de ordens do Antigo Regime (CAMBI, 1999).

Nesse contexto, se consolidou a figura do intelectual, mais autônomo, com maior reconhecimento social, e não mais representante do poder político e religioso. François-Marie Arouet (Voltaire) (1694-1778) e Denis Diderot (1713-1784) constituíram modelos explícitos do novo tipo de intelectual, que utilizava a pena como arma e denunciava as intolerâncias, injustiças, preconceitos e privilégios, ao mesmo tempo em que estruturava um novo saber baseado na ciência, difundindo suas ideias do panfleto ao romance, passando por poemas, dicionários, enciclopédias e obras teatrais (CAMBI, 1999). Uma vez que já discutimos as raízes esclarecidas da eugenia no capítulo 1, é desnecessário repetirmos que influentes intelectuais desse movimento, como Kant, Voltaire e Hume, reproduziram teses racistas, eurocêntricas e outras formas de preconceito em suas obras (BETHENCOURT, 2018; GÓES, 2018).

Conforme demonstrou Cambi (1999), a partir do Século das Luzes, a educação adquiriu função de homologar as classes sociais, educar os cidadãos para a produtividade e imprimir a consciência cidadã. Uma vez que a promoção da emancipação passou a ser cada vez mais universal, a educação paulatinamente se tornou a chave mestra da vida social. A pedagogia crítico-racionalista ou “pedagogia do Esclarecimento” imprimiu uma nova imagem para a pedagogia moderna, que adquiriu um caráter civil, racional, laico, científico, socialmente ativo, articulado e orientado para fins sociais. O saber pedagógico se emancipou da metafísica e passou a se organizar a partir de conhecimentos científicos e saberes plurais e políticos (CAMBI, 1999).

Via de regra, o século XVIII em Portugal foi marcado pelo contraste entre religião e ciência, fé e razão. Dito de outro modo, os ideais do Esclarecimento penetraram em uma atmosfera ainda predominada pela tradição religiosa. Intelectuais que residiam no exterior, em especial Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), defenderam ideias de base empirista, utilitarista, e um modelo de educação de inspiração iluminista dissociado do monopólio jesuítico. Essa tendência pressionou por reformas ao final do reinado de D. João V (1689-1750), consumadas a partir de 1750 com a nomeação de Carvalho e Melo como ministro, que em 1769 receberia o título de Marquês de Pombal. Ao longo da segunda metade desse século, Pombal centralizou o poder, investiu no comércio, retirou os indígenas do controle eclesial, expulsou os jesuítas, reformou os estudos maiores (ensino superior), os

estudos menores (primário e secundário), e secularizou a Inquisição, tornando-a instrumento do Estado (SAVIANI, 2019).

As reformas pombalinas incorporaram o ideário iluminista apreendido pelos “estrangeirados”, nome dado aos portugueses que residiam em outros países europeus e que entraram em contato com as ideias do Esclarecimento. Destacamos, dentre esses intelectuais, o polímata Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). Sanches estudou na Universidade de Coimbra, completou os estudos em medicina e filosofia pela Universidade de Salamanca e aperfeiçoou-se em Gênova, Londres, Montpellier e Leiden. Foi influente na elaboração das reformas pombalinas e se destacou pelo livro *Método para aprender a estudar a medicina* (1763). Sanches associou sua concepção estrangeirada, iluminista e burguesa às ideias elitistas de Bernard Mandeville (1670-1733), filósofo holandês que melhor expressou a visão burguesa sobre a educação popular (SAVIANI, 2019).

Sanches considerava socialmente perigoso e economicamente oneroso ensinar os pobres e trabalhadores braçais a ler e escrever. Sua concepção educacional elitista e burguesa contrastava com as ideias de (Iohannes Amos) Comenius (1592-1670), para o qual a educação deveria ensinar tudo a todos, o que incluía o acesso universal à escola. Conforme Saviani (2019), tanto Sanches quanto Mandeville defendiam a supressão das escolas populares, com o argumento de que a multidão de pobres laboriosos e ignorantes era uma condição necessária para a estabilidade social. Mandeville considerou que um camponês alheio ao conhecimento era capaz de suportar com mais alegria a dureza de seu ofício. Sanches, por sua vez, afirmou que, caso fosse ensinado a ler e escrever, um filho de pastor jamais almejaria exercer o mesmo ofício que seu pai. Assim, para evitar a diminuição da mão de obra nas lavouras, era imprescindível, segundo Sanches, a abolição de todas as escolas populares (SAVIANI, 2019).

A mudança de foco da ideologia política e da pedagogia para a economia política operada por Sanches e Mandeville denotou como a sociedade burguesa compreendeu o problema educativo. Essa interpretação crítica proposta por Saviani (2019) permite ultrapassar os modelos idealizados pelos filósofos do Esclarecimento, desvelando uma visão mais realista sobre como os porta-vozes da ordem burguesa conceberam, na prática, a questão escolar. Mais de um século após as proposições de Sanches em Portugal, intelectuais brasileiros assimilaram essa concepção burguesa de educação, negando à classe trabalhadora o acesso à instrução básica com o intuito de evitar revoltas sociais e perpetuar a exploração de mão de obra. Respeitando os diferentes contextos, podemos afirmar que essa mesma premissa elitista

e burguesa alicerçou os projetos da “Escola rural bem-intencionada” de Octavio Domingues (ANTONIL, 1928) e da “Escola-lar-eugênica” de Renato Kehl (1933c), tal qual apresentaremos nos capítulos 3 e 5.

Conforme Aranha (2006), o século XIX foi um período marcado pelo impacto das mudanças engendradas pela Revolução Industrial no século anterior. As relações de produção foram alteradas a partir das novas máquinas, desenvolvendo o sistema fabril em grande escala e impondo uma nova divisão social do trabalho. Na agricultura, a produtividade foi ampliada a partir da introdução de novas técnicas e conhecimentos. Novos meios de transporte e novas fontes de energia contribuíram para o processo de deslocamento da população do campo para as cidades, onde se concentraram as grandes massas de trabalhadores. Com a ascensão do capitalismo liberal, a livre concorrência foi gradualmente substituída pelo modelo monopolista. O capitalismo se expandiu na Europa, exigindo novas fontes de matérias primas e novos mercados para absorver os excedentes industriais, originando o imperialismo colonialista (ARANHA, 2006).

No Brasil, desde o período imperial se discutia o papel da educação na formação do trabalhador livre que substituiria a mão de obra escrava, visando evitar os eventuais prejuízos aos latifundiários e proprietários de escravos que dominavam a economia. Os debates sobre educação no processo de transição gradual e segura (1868-1888) tiveram como foco a transformação da “infância abandonada”, sobretudo os “ingênuos” (nome dado às crianças libertas pela Lei do Ventre Livre de 1871), em trabalhadores “úteis” e “produtivos”. Uma das propostas foi a criação das escolas agrícolas, visando evitar o ócio e a ignorância através da instrução, transformando os “ingênuos” em futuros trabalhadores submetidos às regras do capital. Esse projeto educacional, no entanto, nunca se efetivou, principalmente porque a vinda dos imigrantes europeus e sua integração às lavouras de café trouxe um “alívio” ao quadro de escassez de mão de obra. Outrossim, também fracassaram os projetos de construção de um sistema nacional de ensino (SAVIANI, 2019).

Com a Proclamação da República em 1889, o poder foi descentralizado, permitindo à elite política o atrelamento da máquina político-administrativa à economia cafeeira. Essa tendência se manifestou mais claramente na “política dos governadores” instituída a partir das reformas instauradas em 1898 pelo presidente (Manoel Ferraz de) Campos Salles (1841-1913). Essa política mitigou as tentativas de reforma no sistema de ensino, mantendo na mão dos estados as diretrizes para a educação. Foi apenas com as reformas estaduais da instrução

pública, ocorridas ao final da Primeira República, que foi retomado o problema do sistema de ensino, que passou a ser tratado como uma questão nacional após a Revolução de 1930 (SAVIANI, 2019).

Romanelli (1986) pontuou que as reformas educacionais no início da Primeira República foram tentativas frustradas que representaram ações isoladas de cada governante. A República não buscou uma mudança no sistema de ensino capaz de promover a renovação intelectual necessária às novas instituições democráticas. As elites que passaram a controlar o poder correspondiam à junção entre as oligarquias do café e as oligarquias tradicionais com atuação política, que não tinham interesse em modificar a educação literária e humanística da Colônia e do Império. Ademais, as classes médias emergentes reproduziram o modelo educacional das oligarquias, considerado como um eficaz instrumento de ascensão social, perpetuando a estrutura social aristocrática e conservadora. Destarte, a demanda por escolarização só foi impulsionada após a Primeira Guerra Mundial, momento em que se acelerou a industrialização e a urbanização no país (ROMANELLI, 1986).

Conforme Souza (2019), no sistema republicano instaurado, predominou o modelo oligárquico, baseado no coronelismo, clientelismo, corrupção e exclusão social, econômica e política. A ideia de “povo” permaneceu abstrata, os direitos sociais não foram garantidos e grande parte da população se manteve indiferente ao sistema. Em suma, não houve esforço, até o final da Primeira Guerra Mundial, para incorporar a maioria da população. Por sua vez, Saviani (2019) considerou que o sistema educacional não foi implementado na Primeira República por questões materiais e pela própria mentalidade pedagógica do país. A primeira se relaciona à falta de orçamento aplicado à educação ou, dito de outra forma, pela falta de vontade política de nossas elites. A segunda, à mentalidade pedagógica, dominada pelas correntes liberal e positivista¹³, que renunciaram a elaborar um sistema de ensino universal. Destarte, o Brasil seguiu na contramão dos principais países ocidentais que implementaram sistemas nacionais de ensino e, conseqüentemente, lograram a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo (SAVIANI, 2019).

¹³ Essa afirmação não implica menosprezar as ideias pedagógicas não-institucionais e contra-hegemônicas desenvolvidas nesse período. Conforme Saviani (2019), importantes projetos e práticas educacionais foram elaborados no seio do movimento operário brasileiro, com destaque para as ideias pedagógicas socialistas (década de 1890), anarquistas (décadas de 1900 e 1910) e comunistas (década de 1920). No que se refere ao período subsequente, Domingues (2008) escrutinou as ações educacionais da Frente Negra Brasileira visando o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no início da Era Vargas. Para uma análise específica sobre o tema, ver Saviani (2019), Gallo (2015) e Domingues (2008).

No modelo de República Federativa instaurado, a instrução popular permaneceu descentralizada e, na prática, o novo regime não assumiu a educação pública como uma responsabilidade do governo central, tal qual legitimado na primeira Constituição republicana (SAVIANI, 2019). Para Romanelli (1986), até a década de 1920, a economia agrária não fazia exigências à escola, e o modelo vigente fora criado a partir da importação de modelos europeus. Esse quadro só se alterou com o crescimento e a diversificação das classes médias e populares, que pressionaram pela expansão do sistema escolar. As classes dominantes, todavia, não conseguiram reorganizar o sistema educacional de modo a atender tanto às demandas sociais quanto às novas necessidades de formação de recursos humanos da economia em transformação (ROMANELLI, 1986).

O desinteresse pela instrução ocorria tanto nos setores ligados à economia de subsistência, quanto no setor cafeeiro. Segundo Romanelli (1986), além do trabalho nesses locais se basear na produção intensiva, com métodos rudimentares, a população ligada a esse tipo de economia não via interesse na educação formal ministrada nas escolas. Em locais com economia de mercado ascendente, maior densidade populacional e maior diferenciação do trabalho, a leitura e a escrita passam a ser consideradas como benéficas, aumentando a oferta e a demanda pelo ensino formal. A expansão da demanda escolar foi maior nas regiões onde se intensificaram as relações de produção capitalistas, gerando uma das maiores contradições do sistema educacional brasileiro: o dualismo educacional marcado por grandes taxas de analfabetismo, decorrentes da ausência de educação primária gratuita e universal e, paralelamente, uma profunda e sofisticada preocupação pedagogizante (ROMANELLI, 1986).

Em sua análise sobre o Censo de 1920, Carvalho (2003) apontou que os estados com mais pessoas alfabetizadas, com exceção do Distrito Federal (61,3%), eram Santa Catarina (29,5%), São Paulo (29,8%) e o Rio Grande do Sul (38,8%), grande parte devido à presença de imigrantes europeus, cuja taxa de alfabetização (52%) era mais do que o dobro dos brasileiros (23%). Apenas São Paulo, com 35% da população composta por imigrantes, abrigava 53% do total de estrangeiros no país. Na maior parte dos estados, como Minas Gerais (20,7%), Bahia (18,4%), Pernambuco (17,8%), Alagoas (14,8%), Piauí (12%) e mesmo a capital Rio de Janeiro (24,7%), que não atingiam um quarto de sua população alfabetizada, o analfabetismo constituía uma das mais terríveis heranças da escravidão (CARVALHO, 2003).

A comparação com os níveis de alfabetização de países como França (89%), Estados Unidos da América (94%), a ex-metrópole Portugal (53%) ou mesmo a vizinha Argentina (62%) denunciava, segundo Carvalho (2003), a situação calamitosa da educação popular no Brasil e seus impactos na vida política. Considerando que a Constituição Federal de 1891 excluía mulheres, analfabetos, estrangeiros e menores de 21 anos, pouco mais de 2,4 milhões de brasileiros, ou cerca de 10% da população, tinha direito ao voto no Brasil. Outrossim, nem todos os considerados aptos a votar se utilizavam desse direito. A participação eleitoral nesse contexto variou entre 1,4% e 3,4% da população, ou seja, cerca de 550 mil votantes em cada eleição. Além disso, as fraudes em todo o processo eleitoral, o controle político por pessoas ligadas às elites locais, estaduais e nacionais, o voto de cabresto e as eleições a bico de pena (abertas e sujeitas a fraudes) complexificavam o quadro da participação política no país. Em contrapartida, tanto no campo quanto nos grandes centros urbanos, as organizações operárias e as revoltas populares se fizeram presentes ao longo de toda Primeira República (CARVALHO, 2003).

Romanelli (1986) atribuiu a ausência de uma educação popular à permanência da estrutura socioeconômica que sobreviveu com a República, na qual prevaleceu o setor agrícola, as formas arcaicas de produção, a baixa densidade demográfica e a lenta urbanização. Conforme Dávila (2003), as primeiras medidas para fortalecer a formação profissional dos docentes foram encabeçadas apenas em 1917 pelo eugenista Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947) durante seu período como diretor do Departamento de Instrução Pública do Rio de Janeiro. Peixoto foi um dos principais expoentes da medicina legal, da antropologia criminal e dos estudos raciais no Brasil. Para Dávila (2003), é revelador que, em um momento em que a “degeneração” racial passou a ser vista como uma condição remediável, um eugenista desse os primeiros passos significativos para a profissionalização do ensino no país. Além disso, Peixoto foi o pioneiro na separação entre educação secundária e formação docente, modelo posteriormente adotado por (Antônio de) Sampaio Dória (1883-1964) em São Paulo (DÁVILA, 2003).

2.4. Os grupos escolares e o saneamento da raça

Aranha (2006) denotou que, desde as últimas décadas do Império, o interesse pela educação aumentou entre os intelectuais brasileiros, que ampliaram o debate a partir da organização conferências pedagógicas e da criação de bibliotecas, museus, livros e jornais

especializados. Entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX, o Estado brasileiro esboçou um modelo de seriado de escolarização com a criação dos grupos escolares, que também denotaram o esforço de configurar esses espaços como meios de implementação da ordem, da disciplina, da higiene e do controle. Os espaços escolares facilitaram a inspeção, a introdução do método intuitivo e a disseminação da ideologia republicana (ARANHA, 2006).

Finda a monarquia, os estados assumiram a responsabilidade sobre a instrução mediante a criação das escolas primárias, sendo São Paulo quem assumiu a dianteira com a ampla reforma na educação pública ainda no século XIX. A reforma geral da instrução pública paulista (1892) foi capitaneada por (Antônio) Caetano de Campos (1844-1891), diretor da Escola Normal de São Paulo. Com foco na escola primária, a reforma instituiu os grupos escolares. Ao contrário dos modelos anteriores onde as escolas primárias eram classes isoladas e unidocentes, os grupos escolares reuniam no mesmo espaço físico de 4 a 10 escolas, instituindo um modelo seriado, graduado e progressivo. As antigas escolas isoladas não-seriadas constituíram as novas classes, que corresponderam às séries anuais (SAVIANI, 2019).

Os princípios dos grupos escolares eram tradicionais, baseados no formalismo (lógica e dedução), na memorização (conhecimento medido pela capacidade de repetir), na autoridade (prêmios e castigos) e na emulação (dever e mérito), gerando refinados mecanismos controle e seleção voltados à formação das elites (SAVIANI, 2019). Conforme Bertucci (2013), esses mecanismos cumpriam com o objetivo de dar uma forma homogênea, racional e orgânica à escolarização primária, em um contexto de ascensão de um “nacionalismo étnico” que, considerando “nação” como sinônimo de “raça”, concebeu a mestiçagem como obstáculo para transformação do Brasil em um país civilizado.

De acordo com Ferreira Jr. (2010), desde a Lei de Terras de 1850, os imigrantes foram transformados em mão de obra assalariada. Isso permitiu com que a aristocracia agrária, obrigada a renunciar à mão de obra escrava pela imposição da lógica capitalista mundial, preservasse a propriedade privada da terra. Operou-se, assim, uma descontinuidade (abolição da escravatura) sem uma ruptura (manutenção da propriedade latifundiária). Anos mais tarde, regidos pelo princípio da laicidade da Constituição Federal de 1891, o modelo dos grupos escolares objetivou ofertar o ensino elementar aos cidadãos da República. Entretanto, eram grupos eminentemente urbanos, excluindo a população rural e os filhos dos imigrantes que

trabalhavam nas lavouras de café. Ademais, apesar de ter como base o método intuitivo defendido por Caetano de Campos, na prática, prevaleceu o velho processo de ensino-aprendizagem baseado na memorização. Assim como a lógica político-econômica, a educação adotada pela República também configurou uma descontinuidade sem ruptura, se mantendo elitista e mnemônica (FERREIRA Jr., 2010).

Aranha (2006) denotou que o projeto político republicano objetivava implantar a educação escolarizada para todos. O ensino secundário, restrito às elites, tinha um caráter acadêmico e propedêutico. Longe de configurar a democratização da educação, as poucas vagas oferecidas pelas escolas eram disputadas pela classe média, enquanto os mais pobres permaneceram sem acesso ao ensino elementar. Prevaleceu a lógica dualista da educação burguesa, segundo a qual a elite tinha acesso à continuidade dos estudos científicos, enquanto a massa de trabalhadores estava restrita ao ensino elementar e profissional. Apesar da retórica da democracia e do progresso associados à República, o dualismo, o elitismo e o tradicionalismo seguiram em marcha (ARANHA, 2006).

Nesse contexto, conforme Dávila (2003), a ideia de “raça brasileira” era vista como um processo em andamento, concebida como uma etnicidade comum que aglutinaria todos os brasileiros mediante o melhoramento das condições culturais e de higiene. Nas escolas, os professores ensinavam que fazer parte da raça era a chave para a cidadania e para o sucesso, o que implicava, na prática, no embranquecimento do comportamento e na rejeição às ideias e práticas de matriz africana e indígena. Enquanto a saúde, por pressão dos sanitaristas, se tornou um assunto de responsabilidade federal, a educação continuou organizada a partir dos poderes locais, mas administrada pela elite nacional (DÁVILA, 2003).

A partir da lógica branqueadora, diversos intelectuais defenderam a formação de uma raça saneada por intermédio da educação, que poderia e deveria ser ofertada pela escola. Assim, os espaços escolares se tornaram locais privilegiados para irradiação de ideias e práticas que objetivavam a promoção da saúde do brasileiro e a transformação da nação. Fundado em 1894, o grupo escolar paulista constituiu um modelo para instituições de ensino primário em todo país nas duas primeiras décadas do século XX. Esse novo modelo de escola primária foi objeto de estudos médicos, originando teses defendidas nas primeiras faculdades de medicina do país, como a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (BERTUCCI, 2013).

Na tese *Inspecção medica escolar* (1920), Pedro Basile considerou a escola, a partir da ação conjunta entre médicos e professores, como o espaço privilegiado para a formação de crianças sadias. De forma didática, explicou a urgência da inspeção médica nas escolas. Conforme Bertucci (2013, p. 228), a Inspeção Médica Escolar de São Paulo, assim como a da capital da República, “[...] estava então equipada com o que existia de mais moderno para a realização de exames, medições e classificações de alunos, algo que muitos consideravam fundamental para ‘sanear’ a raça”. Basile também enalteceu iniciativas como o Curso de Higiene Pública para diretores de escolas realizado no Butantã (1918), o curso teórico-prático de Higiene e Puericultura para professores ministrado no Instituto de Higiene (1920), e a proposta de criação de um Curso de Higiene Escolar anexo à disciplina de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1920) (BERTUCCI, 2013).

A tese de Basile também destacou o livro *Registro das Fichas Escolares e Respectivas Estatísticas* idealizado pelo doutor Balthazar Viera de Mello (1857-?). O médico organizava os registros dos alunos em fichas individuais, que possibilitariam “deduções científicas” como a influência do fator étnico sobre o desenvolvimento da raça. Conforme apontou Bertucci (2013), ao enaltecer a obra de Mello, Basile reproduziu a ideia de que o brasileiro resultava do encontro das raças europeia, africana e indígena (concepção racialista sustentada pelo professor Piza Júnior até pelo menos o final da década de 1950, conforme explanaremos no capítulo 4), e que o mestiço compreendia a genuína formação histórica do Brasil.

A tese *O saneamento pela educação* (1922) foi defendida por Antônio Ferreira de Almeida Júnior (1892-1971), signatário do Manifesto de 1932, professor de Biologia e Higiene da Escola Normal do Braz e assistente do Instituto de Higiene da Faculdade. Para Bertucci (2013), ao considerar que as doenças estavam minando a vitalidade dos brasileiros e impossibilitando a constituição de uma raça nacional, Almeida Júnior propôs uma reforma da escola primária que, segundo seu entendimento, não combatia os males e não ensinava às crianças os preceitos básicos da higiene. De acordo com Almeida Júnior, a escola primária deveria ter como função a formação da consciência sanitária entre o povo brasileiro. Citando Gustave Le Bon, o professor considerou a educação como a arte de tornar inconsciente o consciente, ou seja, criar bons hábitos a partir da instrução e evitar os desvios desde a infância. Ponderou, ainda, que a sociedade ocidental estava vivendo a “Era da Higiene” (BERTUCCI, 2013).

Para Almeida Júnior, a criança educada se tornaria um adulto bem formado, saneado, e que posteriormente transmitiria os bons hábitos à sua prole. Essa concepção se baseava na proposta de “regeneração” progressiva da humanidade através da educação eugênica, exposta por Renato Kehl em *Eugenia e Medicina social* (1920). Conforme Bertucci (2013), a Reforma Sampaio Dória (1922) respaldou as mudanças curriculares das Escolas Normais propostas por Almeida Júnior em seu *Programa de Higiene*, baseado em medidas de profilaxia, alimentação, exercícios físicos, saneamento, puericultura, e cuidados higiênicos desde a primeira infância. As noções de higiene eram divididas em higiene escolar, higiene pessoal, higiene na primeira infância, higiene domiciliar, urbana e rural (BERTUCCI, 2013).

As propostas de Almeida Júnior se assemelhavam ao Curso de Higiene Pública (1918) coordenado pelo médico Vital Brasil (Mineiro da Campanha) (1865-1950) e ministrado pelo educador Sampaio Dória no Butantã. Todavia, contrariamente a esse curso que tinha como público-alvo os diretores escolares, o *Programa de Higiene* de Almeida Júnior, norteado pelas ideias veiculadas no Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, constituía o currículo da Escola Normal, objetivando a instrução dos estudantes normalistas nos aspectos considerados cruciais para a formação de hábitos sadios nos alunos. Ademais, sua *Cartilha de Higiene* (1923) foi distribuída nas escolas primárias pelo governo do estado de São Paulo e posteriormente difundida por todo o país (BERTUCCI, 2013).

Consideramos, neste ponto da tese, que os conceitos de “consciência eugênica” e “Era da Eugenia”, elaborados pelos eugenistas nas décadas de 1920 e 1930, constituem uma atualização, ampliação e/ou ressignificação da ideia de “consciência sanitária”, “consciência higiênica” e “Era da Higiene” presente no movimento sanitarista desde o início do século XX. Sem intentar analisar a eugenia e o higienismo de forma homogênea, mencionaremos brevemente como esse conceito foi incorporado por um intelectual próximo a Renato Kehl, qual seja, o médico sanitarista Belisário Penna. Conforme Carvalho (2021, p. 4), Penna vislumbrava “[...] um projeto nacional de saneamento, vigiado por um Estado centralizado politicamente e administrativamente, que poderia recuperar um Brasil que considerava abandonado”. O médico criticou o determinismo racial e considerou que medidas profiláticas e sanitárias “regenerariam” e integrariam a população brasileira. Ponderou, no entanto, que faltava às classes dirigentes uma “consciência sanitária” (CARVALHO, 2021).

De acordo com Carvalho (2021), o projeto de “consciência sanitária” de Belisário Penna foi exposto na obra *Saneamento do Brasil* (1918), na qual o médico propôs a criação de

uma Liga Pró-Saneamento brasileira. A linguagem o livro era acessível, visando alcançar os professores e estudantes das Escolas Normais. Essas escolas tiveram o estado de São Paulo como referência entre os anos de 1890 e 1932 e visaram a preparação profissional para o magistério. Apesar de não ter sido publicado, o livro *Higiene Brasileira* de Penna foi pensado como um manual voltado para os normalistas e estava em consonância com os objetivos do movimento reformador (CARVALHO, 2021).

Carvalho (2021) demonstrou que, para Penna, a higiene possuía caráter social e era a ferramenta necessária para alcançar o estágio de civilização. Para tanto, era necessário desenvolver a “consciência higiênica” ou “consciência sanitária” entre a classe dirigente e a população, algo que já existia nos países civilizados. Os alicerces da formação dessa consciência seriam, no entendimento de Penna, as Escolas Normais. Essa preocupação com a educação esteve presente na trajetória do médico, que construiu vínculos com a Associação Brasileira de Educação, se correspondeu com o líder escolanovista Anísio (Spínola) Teixeira (1900-1971) e atuou como interino no Ministério da Educação e Saúde Pública durante o governo Vargas em 1931. Para Carvalho (2011, p. 11), em seu contexto de ação, Penna compreendeu a educação como “[...] a instrução da população a partir das normas e práticas higiênicas. Instruída, a população automaticamente replicaria os ensinamentos e ampliaria as concepções de higiene e saneamento”.

Penna considerou Washington Luís (Pereira de Sousa) (1869-1957), então presidente do estado de São Paulo, como um político comprometido com a ideologia do saneamento e um membro da classe dirigente que tinha desenvolvido a “consciência sanitária”, enaltecendo sua preocupação com a saúde pública como um sinônimo de patriotismo. Entretanto, essa retórica da saúde e da educação não se restringiu à trajetória de Penna, tendo ganhado espaço na década de 1920 através de livros, cartilhas e obras voltadas para o público geral (CARVALHO, 2021). Destarte, considerando a simbiose entre higienismo e eugenia ocorrido nas primeiras décadas do século XX, é possível traçar paralelos entre o conceito de “consciência sanitária” e seu posterior desdobramento como “consciência eugênica”. Dentre essas semelhanças, destacamos a ideia de educação como sinônimo de esclarecimento e como meio imprescindível para alcançar o estágio de civilização.

2.5. As reformas educacionais e a Escola Nova

Cambi (1999) considerou o século XX como o século das transformações educativas. Os comportamentos foram modificados com a exacerbação do individualismo burguês, levando o homem a cortar as “pontes” com o passado. Ansioso por progresso e segurança, inebriou-se de futuro, mas sobretudo de presente, do “aqui-agora” concebido como o vértice da história e o melhor dos mundos possíveis. Esse quadro deu origem a um novo modelo antropológico, guiado pela ideia de felicidade, medida pelo consumo. A educação não ficou alheia a essas transformações, sobretudo a massificação. Novas práticas educativas precisaram surgir para atender a novos protagonistas (como a criança e a mulher) e novos sujeitos (ao mesmo tempo homem-indivíduo e homem-massa) (CAMBI, 1999).

Para Cambi (1999), o movimento renovador operou transformações profundas e radicais na escola tradicional, engendrando uma “revolução copernicana” na educação. Dentre essas transformações, se destacaram a abertura às massas, a ideologização, o reposicionamento da escola como instituição fundamental na sociedade democrática, a criança colocada no centro do processo formativo e a sofisticação dos métodos de ensino tendo como base as ciências humanas. Na transição do século XIX para o XX, as “Escolas Novas” rejeitaram o aspecto elitista da escola tradicional, assimilando elementos da psicologia infantil e captando o movimento de emancipação das massas populares. Nesse novo quadro, a criança passou a ser vista como sujeito ativo e dinâmico, enquanto a formação passou a ser percebida como uma questão social e política (CAMBI, 1999).

O filósofo e pedagogo estadunidense John Dewey (1859-1952) elaborou, segundo Cambi (1999), o modelo mais maduro desse movimento, captando o curso das transformações sociais, relacionadas sobretudo à industrialização, ao desenvolvimento da democracia, ao advento da sociedade de massas e à difusão da ciência. Dewey considerou que a escola não poderia ficar alheia ao progresso e às transformações sociais, especialmente a consolidação da democracia. Arrogando seu potencial de transformação política, a escola deveria se consolidar como um espaço didática e administrativamente democrático, impulsionador da participação docente e discente. Nessa nova escola, o professor não deveria assumir um papel autoritário, mas o de mediador, facilitador, viabilizador, um guia que organiza os processos de pesquisa e acompanha o desenvolvimento de crianças ativas e imaginativas (CAMBI, 1999).

Saviani (2019) denotou que, no contexto brasileiro, apesar das alterações decorrentes da implementação dos grupos escolares, as mudanças mais profundas na educação brasileira

durante a Primeira República ocorreram somente a partir das reformas estaduais da década de 1920¹⁴. Esse processo alterou a instrução pública através da ampliação da rede de escolas, do aparelhamento técnico-administrativo, da melhoria das condições de funcionamento, da reformulação curricular, das primeiras ações de profissionalização do magistério, da reorientação das práticas de ensino e, ao final dessa década, da penetração do ideário escolanovista (SAVIANI, 2019).

Segundo Carvalho e Corrêa (2016), no Brasil, a Escola Nova foi um movimento por reformas educacionais que se fortaleceu nas décadas de 1920 e 1930, cujos pioneiros conceberam a educação como elemento fundamental para o desenvolvimento nacional. Schneider e Meglioratti (2012) consideraram que sua principal bandeira foi a educação pública, laica, universal e gratuita, capaz de formar cidadãos livres e conscientes. Até então, o sistema de ensino brasileiro possuía a seleção, e não a formação, como característica fundamental. Era dividido entre o ensino primário gratuito, mas de acesso reduzido; o ensino secundário privado, restrito a quem tinha boas condições econômicas; e o ensino superior público gratuito, mas ineficiente. Na prática, era um sistema organizado para a manutenção dos privilégios sociais e que promovia a imobilidade social (SAVIANI, 2019).

A situação exigia um plano nacional para a educação, ideia materializada no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932. Segundo Saviani (2019), a premissa do manifesto era a urgência de reconstruir a educação em nível nacional, uma vez que a República não logrou instituir um sistema escolar, realizando apenas reformas parciais esvaziadas de cientificidade e de um entendimento global sobre o problema. O texto foi redigido por Fernando de Azevedo (1894-1974) e assinado por 26 intelectuais, alguns dos quais atuantes no movimento eugenista desde as décadas de 1910 e 1920, como Júlio Afrânio Peixoto (professor de Higiene e História da Educação), Edgar Roquette-Pinto (diretor da Rádio Municipal do Distrito Federal), Manuel Lourenço Filho (chefe de gabinete do ministro Francisco Campos), José Paranhos Fontenelle (especialista em Saúde Pública, professor na Universidade do Rio de Janeiro e membro da equipe de Anísio Teixeira no Distrito Federal) e Antônio Ferreira de Almeida Júnior (professor no Instituto de Higiene, atual USP) (SAVIANI, 2019).

¹⁴ Saviani (2019) dividiu essas reformas em dois ciclos: o primeiro compreende as reformas Sampaio Dória (São Paulo, 1920), Lourenço Filho (1922, Ceará), Lysimaco Ferreira da Costa e Prieto Martinez (Paraná, 1923), José Augusto (Rio Grande do Norte, 1924) e Anísio Teixeira (Bahia, 1925); o segundo, que marcou a introdução sistemática das ideias renovadoras, compreende as reformas Francisco Campos e Mário Casasanta (Minas Gerais, 1927), Fernando de Azevedo (Rio de Janeiro, 1928) e Carneiro Leão (Pernambuco, 1929).

Saviani (2019) denotou que o movimento renovador se apresentou no Manifesto de 1932 como sendo de dimensão internacional e contrário à educação tradicional. Defendeu a autonomia do aluno, o caráter social da educação, a cooperação e a solidariedade entre os homens. Instituiu como princípios a gratuidade, a laicidade, a escola única, a obrigatoriedade e a coeducação. Refletiu a transferência da responsabilidade, típica da modernidade, da família para o Estado e a ideia da educação como função essencialmente e primordialmente estatal. Considerou, também, a educação como um problema nacional e o dever mais alto em uma democracia, ao mesmo tempo em que criticou os posicionamentos nacionalistas que ignoravam a importância das ideias educacionais internacionalmente difundidas (SAVIANI, 2019).

Os reformadores propuseram no Manifesto de 1932 uma divisão em escola infantil ou pré-primária (4 a 6 anos); escola primária (7 a 12 anos); escola secundária (12 a 18 anos); e escola superior ou universitária. O ensino secundário se baseava no respeito à diversidade de gostos e aptidões, com foco mais na aquisição da cultura geral do que nos conteúdos. O ensino superior se propunha a oferecer mais cursos para além das tradicionais profissões liberais (engenharia, medicina e direito), criando faculdades de filosofia e letras, ciências sociais e econômicas, ciências matemáticas, físicas e naturais. Os reformadores ressaltaram, ainda, o caráter público e gratuito do ensino superior, cujo foco deveria ser a pesquisa científica, mas sem renunciar ao ensino e à extensão (SAVIANI, 2019).

Saviani (2019) ponderou que o Manifesto de 1932 foi um documento doutrinário, mas também um instrumento político que expressou a posição do grupo de educadores organizado na década de 1920, que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de adquirir o controle da educação nacional. Constituiu um texto heterogêneo e contraditório, que reuniu princípios elitistas e igualitaristas. Algumas passagens denotam a concepção socialista de escola, sobretudo a relação da educação com o trabalho produtivo, enquanto outras desvelam influências de (David) Émile Durkheim (1858-1917), Johann (Gottlieb) Fichte (1762-1814), Vilfredo (Federico Damaso) Pareto (1848-1923), Karl Mannheim (1893-1947) e John Dewey. Apesar de ter reunido em seu texto teorias incompatíveis, a originalidade do Manifesto foi a defesa da escola pública a partir de um sistema amplo e abrangente, do ensino infantil ao universitário (SAVIANI, 2019).

Saviani (2019) demonstrou que o movimento reformador gerou uma forte reação da Igreja Católica, com destaque para os textos de Tristão de Ataíde, pseudônimo de Alceu

Amoroso Lima (1893-1983), que classificou o Manifesto de 1932 como um texto anti-cristão, anti-liberal e anti-nacional. A base da doutrina católica era a encíclica *Divini illius magistri* (1929), segundo a qual a família e a Igreja precediam o Estado. Para Amoroso Lima, a gratuidade e a obrigatoriedade constituíam interferências indevidas do Estado na educação, que se chocava com a primazia dos pais. Ademais, considerava que os pobres não deveriam se alfabetizar, pois assim se conservariam “puros” e afastados das influências laicizantes. Conforme Saviani (2019), a reação católica foi vitoriosa, uma vez que muitas de suas teses foram aprovadas no texto da Constituição Federal de 1934, como a colaboração entre Estado e Igreja, o primado da autoridade, a rejeição à democracia liberal, o anticomunismo e a defesa da ordem, da segurança e do corporativismo.

Para além da reação conservadora, o Manifesto de 1932 recebeu críticas internas do próprio movimento renovador. Signatário do documento, Paschoal Lemme (1904-1997) foi um intelectual próximo ao Partido Comunista do Brasil (PCB), que aderiu à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e desenvolveu uma concepção escolanovista de base marxista expressa no *Manifesto dos Inspectores de Ensino do Estado do Rio de Janeiro ao Magistério e à Sociedade Fluminense* (1934). O documento apontou que a “tábua de salvação” jogada pelos renovadores sequer chegou aos pobres, que continuavam excluídos social e economicamente. Considerou, também, que a renovação escolar não triunfaria sem uma renovação na estrutura econômica capitalista, e ironizou o “belíssimo programa” exposto no Manifesto de 1932, afirmando que ele era inviável em uma democracia liberal por definição e capitalista de fato (SAVIANI, 2019).

Por fim, Aranha (2006) destacou que, com exceção de Paschoal Lemme e Hermes Lima (1902-1978), de orientação comunista, os reformadores eram intelectuais representantes do liberalismo democrático e da ascendente burguesia capitalista urbana. Questionaram os valores das velhas oligarquias, mas não o modo de produção capitalista. Defenderam um Estado, ciência e técnica “neutros”, disseminando a “ilusão liberal” da escola como redentora da humanidade e da educação como mola propulsora da democratização da sociedade (ARANHA, 2006). Por identificar as origens, métodos e objetivos burgueses da Escola Nova, não nos surpreende, pois, que muitos dos reformadores tenham aderido ao movimento eugenista, conforme demonstraremos a seguir.

2.5.1. A educação eugênica de Manuel Lourenço Filho e Fernando de Azevedo

Saviani (2019, p. 265) considerou Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira como a “trindade cardinalícia do movimento brasileiro da Escola Nova”. Natural de Porto Ferreira – SP, Manuel (Bergström) Lourenço Filho (1897-1970) foi o intelectual que estabeleceu as bases psicológicas do movimento renovador no país. Formado pela Escola Normal Secundária da Praça da República (1916), foi nomeado como professor de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal de Piracicaba (1921), dirigiu a reforma da instrução pública cearense (1922-1923) e lecionou na Escola Normal de Fortaleza. Reassumiu o cargo na Escola Normal de Piracicaba (1924), lecionou Psicologia e Pedagogia na Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo (1925-1930) e, a pedido do presidente Washington Luiz, dirigiu o Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937) (SAVIANI, 2019).

Lourenço Filho publicou *Introdução ao estudo da Escola Nova* (1930), fruto de um curso ministrado na Escola Normal da Praça da República, que se tornou o primeiro livro a sistematizar os trabalhos alinhados ao ideário renovador no Brasil. Organizou, ainda, a coleção *Bibliotheca de Educação* da Editora Melhoramentos, pioneira na divulgação de textos pedagógicos no Brasil (SAVIANI, 2019). Conforme discutiremos no capítulo 5, foi nessa coleção em que Domingues publicou o livro *A hereditariedade em face da educação* (1929), prefaciado pelo próprio Lourenço Filho (1929a). Nesse texto, o reformador não apenas enalteceu a obra e a trajetória intelectual do esalqueano, como defendeu a intervenção eugênica na hereditariedade e delineou o papel da educação no processo de regeneração racial. Em carta a Domingues, reproduzida na *Gazeta de Piracicaba*, Lourenço Filho (1929b) considerou o livro como uma obra “magistral” e “um trabalho dos mais sérios da educação”.

Lourenço Filho (1929a) explicou que a *Bibliotheca de Educação* era mais do que uma seleção de obras voltadas a pais e educadores, mas formava um conjunto mais amplo e aprofundado sobre as reflexões pedagógicas. Para o educador, o caráter poderia ser aperfeiçoado pela educação, assim como a genética apontava o caminho para o melhoramento humano através da eugenia. O pioneiro da Escola Nova justificou a escolha de Domingues devido à sua postura científica supostamente “neutra” e dissociada de posicionamentos pré-concebidos sobre o assunto, definindo o esalqueano como “um geneticista não contaminado das tendências philosophicas apriorísticas da educação, contra que urge lutar” (LOURENÇO FILHO, 1929a, p. 9). Retomando a crítica de Horkheimer (1980) apresentada no primeiro capítulo, a lógica exposta por Lourenço Filho se insere no escopo da teoria tradicional,

promotora da ideia da ciência como um saber independente e do cientista desatrelado da estrutura social.

Conforme Dávila (2003), em 1922, quando ainda ocupava a posição de professor de psicologia educacional na Escola Normal de São Paulo, o jovem Lourenço Filho foi enviado ao estado do Ceará no intuito de reformar o sistema de ensino. O educador se tornou, nas décadas posteriores, um pioneiro e referência nacional em psicologia infantil, dirigiu o Instituto de Educação do Rio de Janeiro e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Sua experiência no Ceará refletiu a nacionalização da educação local e a também a forma como os reformadores enxergavam o caipira Jeca Tatu, buscando sua redenção (DÁVILA, 2003).

Segundo Dávila (2003), após conflitos com o Padre Cícero (Romão Batista) (1844-1934) em Juazeiro, Lourenço Filho entrou em acordo com o líder religioso para promover reformas no ensino da cidade. No livro *Juazeiro de Padre Cícero* (1928), o professor reformulou o modelo de “degeneração” cultural e ambiental de Lobato, atribuindo a ignorância, o atraso civilizacional e a resistência do povo sertanejo à modernidade à mentalidade religiosa promovida pela Igreja Católica. Frente a essa realidade, as escolas seculares poderiam promover os meios técnicos e culturais para superar os séculos de atraso da população rural (DÁVILA, 2003).

Em sua análise sobre a educação cearense escrutinada por Dávila (2003), Lourenço Filho considerou a população litorânea como preponderantemente branca e avançada, enquanto no interior a população sofria com os resultados de uma violenta e descontrolada miscigenação entre três raças “primitivas”. Frente ao estado de calamidade da população juazeirense, definida como “doente”, “louca”, “fraca” e “ignorante”, a solução residia na educação. Em suma, na concepção do reformador, a redenção dos brasileiros “degenerados” ocorreria a partir da construção de escolas e da reorientação das prioridades das elites nacionais (DÁVILA, 2003).

Saviani (2019) denotou que Fernando de Azevedo foi colega de Lourenço Filho na Escola Normal de São Paulo (1925-1926) e professor catedrático de Sociologia do Instituto de Educação Caetano de Campos (1931), do qual também foi diretor (1933-1938). Criou a *Biblioteca Pedagógica Brasileira* na Companhia Editora Nacional (1931), foi membro da Sociedade de Educação de São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Educação (1938). Participou da fundação e redigiu o projeto da Universidade de São Paulo (USP) em

quatro dias, cujo centro era a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da qual foi professor de Sociologia (SAVIANI, 2019).

Para Saviani (2019), Azevedo foi o principal apologista e divulgador da Escola Nova no país. Considerou que o movimento brasileiro não era uma cópia do modelo estadunidense de Dewey, mas que possuía sua própria concepção educacional baseada em três aspectos: 1. escola única (escola primária com duração de 5 anos); 2. escola do trabalho (escola como espaço de estímulo ao prazer e à curiosidade); 3. escola-comunidade (escola como uma “colméia laboriosa” baseada no trabalho coletivo). A partir de uma educação integral (física, moral e cívica) e higienista-sanitarista (inspeções médicas e instrução sanitária), elaborou um projeto educacional que previa mais liberdade para a criança, metodologias ativas e respeito às bases científicas da educação. Concebendo a criança como um ser em formação vivendo em uma civilização já feita, Azevedo defendeu uma educação cidadã baseada em direitos e deveres, que respeitasse os interesses individuais, mas se orientasse para a vida em sociedade (SAVIANI, 2019).

Por outro lado, apesar de defender uma educação democrática, de se considerar como socialista por inspiração de Marx e Engels e de ter declinado o convite de Vargas para participar da Comissão Censitária Nacional visando a realização do Censo de 1940, Saviani (2019) qualificou o reformador como um intelectual profundamente contraditório. Apesar dos seus discursos, Azevedo, na prática, desconfiou do movimento socialista e se inclinou ao autoritarismo da ditadura do Estado Novo, da qual foi apoiador e entusiasta. Mesmo recusando o convite do ditador, Azevedo redigiu uma obra sociológica de 800 páginas tratando sobre a cultura e a educação nacional, na qual enalteceu a nova política educacional do Estado Novo pela unificação do sistema educacional brasileiro (SAVIANI, 2019).

Conforme Dávila (2003), a reforma da Escola Normal do Rio de Janeiro (1927-1934) organizada por Azevedo e Teixeira foi pensada para estabelecer um modelo de formação de professores para todo o país. Azevedo consolidou a formação de professores como um estudo pós-secundário e implementou um currículo de Sociologia baseado em Dewey, Durkheim e Édouard Claparède (1873-1940). O modelo, no entanto, era notadamente excludente. Os três anos de estudo adicionais inviabilizavam a carreira para os aspirantes mais pobres; os exames admissionais eram rígidos e incluíam aspectos estéticos e psicológicos, para além dos acadêmicos; ademais, poucos estudantes da escola secundária eram admitidos na Escola de Professores, estreitando as possibilidades para a população não-branca (DÁVILA, 2003).

Por fim, destacamos que Azevedo atuou diretamente nas fileiras do movimento eugenista. Durante a década de 1920, orientado pela tradição neolamarckista, o reformador considerou a mestiçagem como “degeneração” e concebeu a educação física como meio de “regeneração” racial (VECHIA; LORENZ, 2009). Conforme exposto por Kehl (1933c), Azevedo secretariou a segunda sessão extraordinária da Sociedade Eugênica de São Paulo, realizada no dia 26 de junho de 1919, e foi figura de destaque nos debates sobre casamentos consanguíneos e profilaxia matrimonial durante a terceira sessão, realizada em 10 de julho de 1919. Ademais, Azevedo esteve presente nas diversas conferências organizadas por essa sociedade, nas quais apresentou trabalhos como *O segredo da Marathona* (1918) (KEHL, 1933c), além de ter participado efetivamente dos debates sobre educação no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929). Segundo Souza (2019), conjuntamente ao incentivo à educação moral, esportes, higiene e boa alimentação, Azevedo defendeu o controle matrimonial, a restrição aos casamentos consanguíneos e a restrição da entrada de “indesejáveis”, como os japoneses, os quais acreditava não contribuir para a formação da nossa nacionalidade.

Em contrapartida, Rosa e Nunes (2022) ponderaram que, no decorrer da década de 1930, a obra de Azevedo sofreu uma inflexão, se aproximando das teses culturalistas de Gilberto Freyre sobre o caráter positivo da miscigenação na formação do povo brasileiro. Assim como outros intelectuais que revisaram suas posições relacionadas ao tema da “degeneração” racial, o reformador passou a considerar que o problema do Jeca Tatu era de ordem sanitária e higiênica, não racial, e a acreditar na capacidade do povo brasileiro prosperar (SOUZA, 2019). O papel da eugenia, para Azevedo, não era o de eliminar as pessoas, mas combater os “venenos sociais” como a miséria, as doenças, o alcoolismo, a falta de educação e saneamento básico que assolavam o país e impediam o melhoramento da raça (STEPAN, 2014). Conforme Rosa e Nunes (2022), é necessário analisar a evolução do pensamento de Azevedo após a década de 1920, de modo a evitar interpretações anacrônicas e estanques, sobretudo no se refere ao debate sobre raça, miscigenação e educação.

2.5.2. A educação eugênica de Antônio Carneiro Leão e Anísio Teixeira

Bezerra (2013) demonstrou que Antônio Carneiro Leão (1887-1966) foi outro importante educador ligado ao movimento reformador da década de 1920 que participou ativamente do movimento eugenista. Filho da elite pernambucana, estudou Direito na

Faculdade do Recife, permeada por ideias positivistas e darwinistas. Durante o governo de Arthur Bernardes (1922-1926), foi nomeado para o cargo de diretor-geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro, onde realizou uma reforma da educação de inspiração eugênica que deveria servir de modelo para a República. Dentre as mudanças operadas por essa reforma, se destacaram os exames médicos, biométricos, campanhas de vacinação infantil, a criação de fichas sanitárias e os Pelotões da Saúde, que reproduziram um modelo militarista de vigilância, inspeção e controle (BEZERRA, 2013).

Durante a reforma capitaneada por Carneiro Leão no Rio de Janeiro, o sistema de ensino visou a homogeneização e a segregação entre as crianças consideradas “normais” e “anormais”, estas últimas classificadas como “débeis”, motivo pelo qual eram educadas separadamente. Paralelamente às escolas segregadas, Carneiro Leão propôs um projeto de Colônia de Férias que, no entanto, não chegou a ser implementado. A reforma também atribuiu uma importância primordial à Educação Física, concebida como eixo do modelo de “educação total” que seria capaz de proporcionar “[...] a melhoria do aspecto físico e do estado mental, moral e social” das crianças brasileiras (BEZERRA, 2013, pp. 269-270).

Em 1928, a convite do governador Estácio (de Albuquerque) Coimbra (1872-1937), Carneiro Leão implementou um conjunto de reformas modernizadoras na educação pernambucana, posteriormente conhecida como Reforma Carneiro Leão. Ampliando ações colocadas em prática no Rio de Janeiro nos anos anteriores, o currículo oficial foi dividido do primeiro ao sétimo ano e teve como base o método ativo, que visava romper com o ensino baseado em memorizações e repetições. Partindo de princípios eugênicos, a reforma institucionalizou a estratificação de alunos “normais” e “anormais”, e dividiu o ensino em pré-escolar, primário, normal, técnico-profissional, doméstico, para “débeis orgânicos”, especial (direcionado aos “supernormais” e “débeis mentais”), secundário e superior. Conforme Bezerra (2013, pp. 272-273):

A exemplo do que havia no Rio de Janeiro, ele impôs a realização de exames que foram aplicados pela Psicologia Experimental, pela Fisiologia, pela Anatomia e pelo Instituto Profissionalizante. Acrescente-se a isto a análise da ficha médica e da ficha pedagógica. Após o diagnóstico, o médico da Inspeção Escolar determinava a segregação das crianças. Feito isto, começava o processo de agrupá-las, segundo cada caso. Primeiramente foram identificadas aquelas consideradas débeis orgânicos. Dentre estas, ainda havia nova classificação: as “educáveis” e as “não educáveis”. As primeiras eram assim chamadas porque a debilidade física não impedia a frequência à aula. Nesse caso seriam mandadas para as Escolas ao Ar Livre, para que, além do estudo, elas pudessem receber cuidados médicos e pudessem fazer exercícios. No segundo grupo estavam aquelas crianças consideradas pré-tuberculosas ou que fossem muito fracas de saúde (Estado de Pernambuco, 1928). Elas seriam encaminhadas para Colônias de Férias. Nesse caso,

não havia atividade regular, somente os cuidados médicos diários e necessários à recuperação delas e uma alimentação especial. [...] Por sua vez, as crianças classificadas como “especial” ocupavam três categorias: “supernormais”, “débeis mentais” e “atrasados pedagógicos”. A partir de então eram encaminhadas para seus destinos dentro do sistema escolar: a Escola de Aplicação (anexa à Escola Normal). Eram colocadas em salas especiais e separadas dos demais alunos considerados, oficialmente normais, a fim de não atrapalhar o rendimento deles e nem fatigar o professor (BEZERRA, 2013, pp. 272-273).

A disciplina de Higiene era oferecida do primeiro ao sétimo ano do ensino básico, iniciando com os princípios elementares e aprofundando conforme os anos. Por sua vez, a disciplina de Eugenia se iniciava especificamente no quinto ano através das noções de puericultura, e era ampliada e radicalizada no sétimo ano através de temas que partiam da higiene e da profilaxia mental, até chegar nas propostas de controle matrimonial e segregação de indivíduos “degenerados” (BEZERRA, 2013).

Segundo Bezerra (2013), mesmo as matérias complementares instituídas pela Reforma Carneiro Leão, como o Escotismo, incluíam em seu programa elementos eugênicos voltados para a conscientização das novas gerações. A educação cívica, de forte caráter nacionalista, era outro elemento marcante, assim como a educação moral, que visava disciplinar as crianças e enquadrá-las em padrões comportamentais de orientação eugenista. Para além das crianças, Carneiro Leão também considerou a necessidade de disseminar entre o professorado brasileiro o “valor indiscutível” da eugenia no meio escolar. Finalmente, em sua obra *Educação*, o reformador defendeu diretamente o aprimoramento da raça, estruturando as bases eugênicas que se fizeram presentes no sistema de ensino de Pernambuco a partir de 1928 (BEZERRA, 2013).

Dávila (2003) denotou que Carneiro Leão dirigiu o sistema de ensino do Rio de Janeiro (1922-1926) e retornou a Pernambuco em 1928 para reformar as escolas públicas. Sua reforma no Rio de Janeiro introduziu os Pelotões de Saúde, quais sejam, brigadas de estudantes responsáveis por supervisionar em cada sala de aula o estado de saúde e higiene de seus colegas. Seus membros eram autorizados a executar inspeções diárias e registrar os resultados em cartazes pregados nas portas das salas de aula. O Pelotão checava as condições de asseio geral, incluindo dentes, unhas e cabelos, identificando com cruces amarelas e verdes os alunos adequados aos padrões higiênicos; por sua vez, os “inadequados” eram marcados com cruces vermelhas e encaminhados para a diretoria para receber orientações dos diretores e, caso necessário, a repreensão dos pais. Para Dávila (2003), a escolha das cores da bandeira para representar os alunos higienizados ilustra a amálgama entre eugenia e nacionalismo no cotidiano das escolas brasileiras.

Segundo Dávila (2003), Carneiro Leão também foi pioneiro na implementação da educação física nas escolas primárias, concebendo essas práticas como formas de eficazes de combater vícios, evitar doenças e elevar a raça. Ao retornar a Pernambuco, o educador dirigiu o Departamento de Educação Pública, transformou a Escola Normal na primeira instituição de ensino brasileira a oferecer cursos regulares de Sociologia, e selecionou Gilberto Freyre como primeiro professor dessa cadeira no país. Sua experiência demonstrou que, mesmo após a criação do Ministério da Educação e da Saúde, os reformadores continuaram a trabalhar no âmbito local e as reformas educacionais continuaram a depender de iniciativas individuais (DÁVILA, 2003).

Por sua vez, as bases filosóficas e políticas do movimento renovador ficaram por conta do educador Anísio Teixeira. Conforme Saviani (2019), Teixeira era filho de uma tradicional família na política baiana, se formou em Direito, foi diretor de Instrução Pública do Estado da Bahia (1924) e viajou para Europa e para os Estados Unidos da América nessa posição. Posteriormente, assumiu o cargo de diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1931), onde colocou em prática suas ideias pedagógicas renovadoras influenciadas por John Dewey e Walter Lippmann (1889-1974). Teixeira se demitiu do cargo em 1935 por questões políticas, que posteriormente desembocariam na ditadura do Estado Novo (SAVIANI, 2019).

Conforme Saviani (2019), as ideias pedagógicas de Teixeira foram expostas em livros como *Educação para a democracia: introdução à administração educacional* (1936), *Educação não é privilégio* (1957) e *Educação é um direito* (1968), nos quais considerou a educação como elemento-chave para a construção da nacionalidade brasileira, para a inovação e modernização social. O educador denunciou os obstáculos às transformações sociais no país, sobretudo as classes dominantes contrárias às ideias pautadas na superação das desigualdades e no combate aos privilégios das elites. Outrossim, ao analisar o processo político brasileiro, Teixeira desvelou a utilização do poder público pelos políticos profissionais na defesa de interesses privados, fortalecendo e perpetuando o clientelismo e o personalismo (SAVIANI, 2019).

Por outro lado, Dávila (2003) denotou que a Reforma Anísio Teixeira (1931-1935) no Rio de Janeiro aglutinou paradigmas do nacionalismo eugênico, análise estatística, profissionalização e racionalismo científico (inspirado no modelo aplicado nas indústrias) na busca pela construção de um programa universal de educação elementar. A reforma expandiu o número de escolas, levando programas de educação e saúde para as periferias e combatendo

o cerne daquilo que era visto como a deficiência da nação: o estado de “degeneração” moral e eugênica da população pobre. Enquanto a arquitetura das escolas evocava um Brasil do futuro, eficiente, centralizado e sistematicamente controlado, os testes e medições aplicados a partir de 1932 selecionaram e dividiram os alunos nas salas de aula segundo seu potencial, atendendo às novas necessidades da educação de massa (DÁVILA, 2003).

Segundo Dávila (2003), foi Anísio Teixeira quem inaugurou a era de medições e testes no Brasil, utilizando avaliações físicas e psicológicas pautadas em critérios de classe e raça, similares às utilizadas nas clínicas para classificar criminosos, “insanos” e “degenerados”. Esses critérios, que se consolidaram e se sofisticaram mesmo após a saída do reformador, denotaram o prevaletimento do ideário da eugenia na educação brasileira. Por sua vez, os Testes de ABC aplicados por Lourenço Filho se tornaram o principal instrumento de admissão e classificação dos estudantes. Estes testes privilegiavam os estudantes que advinham de famílias ricas e letradas, enquanto classificavam como “inferiores” os estudantes sem acesso às letras, em sua maioria negros e mestiços (DÁVILA, 2003).

Para Dávila (2003), o maior experimento de medição de inteligência do país foi capitaneado por Teixeira, que recrutou Lourenço Filho para a direção do Instituto de Educação e Isaías Alves (1898-1968) para dirigir o novo Serviço de Testes e Medidas. Alves defendeu a criação de uma nova ordem social baseada na ciência, na qual a escola, através da psicologia diferencial, teria o papel de mitigar o “igualitarismo exagerado” das sociedades democráticas. Em vez de promover a “mediocridade”, a escola deveria, segundo Alves, valorizar os “mais capazes”, que assumiriam as posições de liderança. Esses testes reforçaram a ideia de diferenças inerentes e hereditárias entre os indivíduos, contribuindo para a segregação e para a institucionalização das desigualdades sociais a partir de critérios econômicos e raciais. Assim, mesmo que movidas por ideais progressistas, as políticas educacionais instituídas pelo movimento reformador simultaneamente integraram e segregaram os estudantes (DÁVILA, 2003).

A partir de 1934, conforme Dávila (2003), José Paranhos Fontenelle, médico atuante no movimento sanitarista nos anos 1920 e signatário do Manifesto de 1932, se tornou o novo diretor de testes, passando a aplicá-los a todos os estudantes ingressantes na primeira série. Relatórios do ano de 1935 demonstraram que testes foram aplicados na Escola General Trompowsky, e que os estudantes foram divididos em salas a partir de critérios de classe. Os alunos “prósperos” eram classificados como modelos, alocados em duas classes avançadas

onde aprendiam a ler e escrever. Os classificados como “muito pobres” eram repetentes, descritos como indivíduos de “QI baixo-mediano” e com comportamento “instável” e “agressivo” (DÁVILA, 2003).

Dávila (2003) denotou que, em vez de serem alfabetizados, como ocorria com os alunos considerados como “prósperos”, o primeiro ano dos alunos “muito pobres” era destinado à conformação às normas disciplinares. A idade que entravam na escola era a mesma que os alunos “prósperos” (6 a 7 anos de idade), mas o tratamento recebido pelos professores era totalmente distinto. Dito de outro modo, seguindo à risca a lógica elitista e excludente da educação burguesa (FERREIRA Jr., 2010), enquanto as crianças de classes mais abastadas eram alfabetizadas, as pobres eram severamente punidas e disciplinadas. Conseqüentemente, as taxas de evasão dessas últimas eram altas, dada a falta de suporte pedagógico e a estigmatização como “problemáticas” e “atrasadas” (DÁVILA, 2003).

Conforme Dávila (2003), foi Monteiro Lobato quem assegurou a indicação de Anísio Teixeira à direção da reforma do sistema de ensino no Rio de Janeiro em 1931. Nesse momento, os eugenistas já se dedicavam completamente ao nacionalismo eugênico, concordando que a “degeneração” decorria da falta de cultura e higiene, e que as reformas na educação e na saúde pública poderiam reverter o problema. Nessa esteira, Teixeira transformou o sistema de ensino da capital em um laboratório para identificar como os fatores do meio produziam “degenerações” e, assim, criar mecanismos para mitigar o problema. Seu laboratório atraiu a atenção de eugenistas como Roquette-Pinto, Arthur Ramos, Lourenço Filho e Afrânio Peixoto, que se dirigiram à capital para investigar as “degenerações”, criar programas de saúde e educação, bem como aplicar esses programas nas escolas municipais (DÁVILA, 2003).

2.5.3. O sistema escolar como laboratório de pesquisas eugênicas

A pesquisa empreendida por Dávila (2003) desvelou que o sistema de ensino do Rio de Janeiro ofereceu aos eugenistas um ambiente perfeito, que abarcava milhares alunos de todas as “raças” e condições sociais, enquanto era dirigido por um Departamento de Educação que deu aos eugenistas “carta branca” para atuar. Ademais, Teixeira criou o Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), inspirado no Institute for Education Research do Columbia University Teachers College de Nova Iorque, no qual fora aluno de John Dewey. Conforme Dávila (2003, p. 37):

The resource base used by the IPE's researchers were the records, or *fichas*, that were gathered concerning the city's schoolchildren. In some cases, these records were confidential and were collected without the knowledge of the student or their parents. A *ficha antropométrica* kept a record of the student's phenotypic and physical development, while a *ficha de higiene mental* tracked them psychologically. These records followed students throughout their studies and were used by school system officials to classify children into different classrooms or programs. The *fichas* also provided the basis of further psychological and anthropometric research. Researchers used this data both to finetune the school system's eugenic programs and to further a national science of eugenics that applied foreign theories to Brazil's particular mix of races and conditions (DÁVILA, 2003, p. 37).

O antropólogo e biometrista José Bastos de Ávila (1888-?) se baseou nas fichas antropométricas para identificar a existência de resquícios de características africanas em indivíduos de aparência branca. Em carta a Lourenço Filho, denotou a necessidade de cefalômetros para medir o crânio das crianças e classificá-las a partir de índices de cefalização. A pesquisa de Ávila se materializou no artigo *Ensaio de raciologia brasileira: populações do Distrito Federal*, publicado na *Revista de Educação Pública*, periódico trimestral que circulava entre os professores da capital e em outros sistemas de ensino do país (DÁVILA, 2003).

Em 1943, a psicóloga Ofélia Boisson Cardoso (?-1994), diretora do Serviço de Ortofrenologia, declarou que os Testes de ABC deveriam ser compreendidos à luz da igualdade dos homens perante a lei, mas que os alunos com dificuldades sofriam com a herança hereditária mais ou menos influenciada por fatores ambientais. Ademais, a psicóloga considerava que as crianças pobres sofriam com exposição à promiscuidade, má nutrição, falta de higiene e doenças. Para Dávila (2003), o entendimento de Cardoso refletia o pensamento eugênico de que a “degeneração” era ao mesmo tempo hereditária e adquirida.

Ao longo da ditadura do Estado Novo, os ensaios publicados na *Revista de Educação Pública* denotaram a tendência em equiparar, com base nos resultados dos testes estabelecidos por Teixeira e Lourenço Filho, baixo rendimento escolar à pobreza, desnutrição, inadequação social e “raça”. Dessa forma, pontuou Dávila (2003), o sistema escolar garantiu, com uma roupagem científica, a manutenção da estratificação social. Esse diagnóstico se amparou na lógica eugênica, que correlacionava saúde e capacidade intelectual dos estudantes. Conforme sugerido na Conferência Médico-Pedagógica de 1941, o baixo desempenho escolar e os altos índices de retenção não eram reflexos das desigualdades educacionais, mas sim sintomas de “degenerações” raciais e doenças (DÁVILA, 2003).

O médico Arthur Ramos (de Araújo Pereira) (1903-1949) utilizou o sistema de ensino do Rio de Janeiro como laboratório para suas pesquisas sobre melhoramento racial, baseadas em uma combinação entre psicologia e antropologia. Segundo Dávila (2003), apesar de se pautar nos estudos empíricos de Nina Rodrigues, um dos grandes expoentes do racismo científico no país, Ramos não acreditava em raças “superiores” e “inferiores”, mas em grupos sociais culturalmente mais “avançados” ou “retardados”. Contrariamente às teses de Nina Rodrigues, Ramos afirmou que a miscigenação não resultava em indivíduos híbridos “inferiores”, e que essa suposta inferioridade poderia desaparecer mediante medidas de higiene física e mental (DÁVILA, 2003). Ao final da década de 1930, Ramos ponderou que a obra de Rodrigues apresentava ideias inaceitáveis em uma época em que já se reconhecia que a mestiçagem era um “mal” mais social que orgânico (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 2018). Esse entendimento positivo sobre a miscigenação nos permite compreender a aproximação entre Ramos e Domingues, conforme discutiremos no capítulo 5.

Por outro lado, Dávila (2003) demonstrou que Ramos acreditava em diferentes níveis de desenvolvimento cultural, considerando a cultura afro-brasileira como “pré-lógica” e “mítica”. Para Ramos, as escolas poderiam combater os efeitos negativos do fetichismo e das práticas religiosas como a “macumba”, contrárias aos “verdadeiros” valores científicos. Em contrapartida, o médico denunciou as condições de pobreza que afetavam o desempenho escolar, além de considerar o vício e o alcoolismo não como causas, mas como sintomas de problemas sociais mais amplos (DÁVILA, 2003).

Ramos e outros pesquisadores do Departamento de Educação consideraram a escola como o meio para diagnosticar os problemas sociais e romper o ciclo da pobreza, atingindo não apenas a criança, como toda a família. Conforme demonstrou Dávila (2003, p. 41), “[...] This was a common aim of school programs: nutritionists, hygienists, psychologists, and teachers tied to the school system knew that the nation’s problems were not rooted in its children, and that to remedy these social ills meant using the children to teach the society”. Essa ideia está intimamente relacionada à busca pela formação consciência eugênica defendida pelos eugenistas nas décadas de 1920 e 1930. Desde Galton aos reformadores brasileiros, a educação eugênica *lato sensu* ultrapassava a acepção de instrução formal, devendo ser apreendida como uma consciência naturalizada na prática cotidiana, das crianças aos adultos.

2.5.4. A eugenia nas reformas de Francisco Campos e Gustavo Capanema

Conforme Saviani (2019), as décadas de 1930 e 1940 tiveram como característica o equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova. A criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública em 1930 foi uma das primeiras medidas do governo provisório instituído após o golpe de Estado capitaneado por Getúlio Vargas. Foi ocupado por Francisco (Luís da Silva) Campos (1891-1968), integrante da Escola Nova e responsável pela reforma na instrução pública em Minas Gerais (1927-1928). A Reforma Francisco Campos (1931) revelou a orientação do novo governo de tratar a educação como uma questão nacional: instituiu o Conselho Nacional de Educação, organizou o ensino superior e adotou o regime universitário, organizou a Universidade do Rio de Janeiro, organizou o ensino secundário e o ensino comercial, e reestabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas (SAVIANI, 2019).

Para Ferreira Jr. (2010), a Revolução de 1930 impôs um estado autocrático que colocou fim à hegemonia das oligarquias do “café com leite”. Consistiu em uma revolução burguesa tardia, autoritária e baseada em uma aliança com as oligarquias agrárias para a execução de um projeto de modernização das relações capitalistas de produção. No campo da Educação, a Reforma Francisco Campos não alterou a estrutura das escolas primárias e dos cursos normais. Uma das principais mudanças a partir de 1931 foi a organização do ensino secundário como meio exclusivo de acesso ao ensino superior, especificamente aos cursos de Direito, Medicina e Engenharia. Todavia, a institucionalização desse nível de ensino não representou uma democratização. Sua organização em dois ciclos, fundamental e complementar, reforçou a velha tradição bacharelesca e tornou o ensino secundário ainda mais elitista, restrito aos filhos das classes dominantes (FERREIRA Jr., 2010).

De acordo com Romanelli (1986), a década de 1930 inaugurou uma nova ordem político-econômica, com maior mobilidade social e mais dinâmica em comparação ao rígido sistema social que existira até aquele momento. O sistema educacional, que até então se baseava na reprodução do modelo dualista e mantenedor da estratificação social - que relegava aos pobres o ensino primário das escolas profissionais e aos ricos o ensino secundário articulado ao ensino superior - passou por modificações mais ou menos profundas. A nova educação refletiu as incoerências do novo regime implantado: não rompeu completamente com o passado, nem se comprometeu efetivamente com o futuro. Conforme Romanelli (1986, pp. 68-69): “[...] o sistema educacional brasileiro oscilou entre as novas

exigências educacionais emergentes e a velha estrutura da escola, fazendo expandir aceleradamente o ensino, mas o mesmo ensino vigente até 1930”.

A inserção do ensino religioso nas escolas se explica pela aliança entre a burguesia e a Igreja Católica na contenção dos movimentos operários nas décadas de 1920 e 1930. Sua doutrina conciliadora escamoteou a luta de classes sob o discurso da solidariedade social, enquanto respaldou o projeto de hegemonia burguesa. Além disso, ela se relaciona com a postura de colaboração entre o movimento escolanovista e o autoritarismo na Era Vargas. Francisco Campos redigiu a Constituição Federal de 1937, que instituiu a ditadura do Estado Novo (1937-1945), da qual também foi ministro da justiça. Por sua vez, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo foram entusiastas e colaboradores da ditadura varguista; Azevedo, aliás, chegou a considerar a Constituição Federal de 1937 como a mais “revolucionária” e “democrática” no campo da educação brasileira (SAVIANI, 2019).

A inauguração do Ministério da Educação e da Saúde Pública por Vargas em 1930 ocorreu sob o discurso do saneamento físico e moral do país. Seu primeiro diretor foi Francisco Campos, intelectual nacionalista inspirado no fascismo europeu, que durante os anos de 1931 e 1932 voltou as atenções para o ensino secundário e o superior em detrimento do ensino primário (DÁVILA, 2003). Além disso, conforme demonstraremos no capítulo 3, Campos (1931) defendeu abertamente o aperfeiçoamento racial através de medidas eugênicas. Conjuntamente ao Serviço de Estatística da Educação e Saúde (SEES), o monitoramento dos sistemas de ensino municipais era feito pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Sob o comando de Anísio Teixeira, o órgão analisou os efeitos positivos e negativos dos programas educacionais na década de 1930. Ademais, ele ampliou o ciclo de reformas da década de 1920, que mesmo mais evidente na região sudeste, se espalhou pelas regiões norte e nordeste (DÁVILA, 2003).

Enquanto a saúde pública teve especial atenção nas décadas de 1910 e 1920, em decorrência das epidemias, o mesmo ocorreu com a educação nos anos de 1920 e 1930. As motivações para a expansão do ensino público foram variadas – da projeção da imagem de um Brasil “civilizado” e de uma raça “aperfeiçoada” à qualificação da mão de obra e ao combate à miséria -, mas impulsionaram as reformas na educação no período entreguerras. Essa expansão ocorreu de forma descentralizada, sustentada pelas elites locais que, mesmo gravitando em torno do Ministério da Educação e da Saúde durante a Era Vargas, mantiveram suas raízes nos planos municipal e estadual (DÁVILA, 2003).

Para Ferreira Jr. (2010), as Reformas Capanema (1942-1946) implementadas durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) não romperam com a tradição do ensino secundário propedêutico, acadêmico e aristocrático, perpetuando o elitismo por constituir o pré-requisito para os cursos universitários. O dualismo entre a educação propedêutica para as elites e a instrução técnica para os mais pobres refletiu a estrutura de classes da sociedade brasileira e a divisão social entre as elites econômicas e as massas subalternas. Ademais, conforme Dávila (2003), concomitantemente a esse processo de exclusão, a composição racial da população permaneceu sob os holofotes. Como seria o futuro homem brasileiro? “Vulgar” e “inferior”? Ou o melhor exemplo de sua raça? Essas perguntas foram feitas por Gustavo Capanema (Filho) (1900-1985) quando, na posição de ministro, encomendou uma estátua do *Homem Brasileiro* para decorar a entrada do novo Ministério da Educação e Saúde (DÁVILA, 2003).

Dávila (2003) afirmou que Capanema considerou a estátua racialmente “degenerada”, em vez de “viril” e “ariana”, como ele imaginava que deveria ser a evolução dos brasileiros. Para o ministro, a modernidade do prédio projetado por Lúcio (Marçal Ferreira Ribeiro de Lima) Costa (1902-1998) e Oscar (Ribeiro de Almeida) Niemeyer (Soares Filho) (1907-2012) não condizia com a “inferioridade ultrapassada” da estátua do “caboclo” elaborada pelo artista Celso Antônio. O ministro não escondeu seu descontentamento com a estátua do *Homem Brasileiro*, acusando-a de representar o passado “degenerado” que o Brasil deveria superar. A imagem se chocava com o imponente prédio, que materializava o desejo de tornar a população brasileira branca e forte a partir da educação pública. Após a recusa em modificar sua obra, Celso Antônio perdeu a comissão pela escultura. Na sequência, Capanema buscou outro artista, e o atrito com Celso Antônio repercutiu nos jornais, que tomaram partido do ministro e criticaram a escolha do “caboclo” como arquétipo do homem brasileiro. A estátua do *Homem Brasileiro*, por fim, nunca foi completada (DÁVILA, 2003).

O polimorfismo da eugenia denotado por Souza (2019) veio à tona quando o então diretor do Museu Nacional de Antropologia, Edgar Roquette-Pinto, afirmou que a estátua não deveria representar “tipos raciais” que cedo ou tarde desapareceriam, mas sim o homem branco e mediterrâneo, fenótipo da evolução morfológica dos “tipos raciais”. Dávila (2003) ressaltou o consenso existente entre intelectuais como Roquette-Pinto, orientado a partir do anti-racialismo de Franz Boas; Oliveira Vianna, jurista reacionário, racalista e conselheiro de Vargas; e Juvenil Rocha Vaz, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e defensor do racialismo. A despeito de suas diferenças, sobretudo no tocante ao papel da

miscigenação, os três concordaram que a escultura do *Homem Brasileiro* deveria refletir um homem branco (DÁVILA, 2003).

A polêmica em torno do *Homem Brasileiro* desvelou que, apesar de a eugenia não ter tido uma agenda consensual no Brasil, existiram diversas convergências acerca do significado e do valor da branquidão, com grandes repercussões no campo da Educação. Mesmo partindo de diferentes interpretações sobre a ciência do melhoramento racial, o sociólogo Fernando de Azevedo, responsável pela reforma do sistema escolar do Rio de Janeiro (1926-1930) e de São Paulo (1933-1934), o antropólogo Roquette-Pinto, que participou da administração do sistema escolar no Rio de Janeiro (1931-1935) e o médico Afrânio Peixoto, que dirigiu o sistema escolar do Rio de Janeiro (1917-1922), concordaram que as escolas deveriam ser a linha de frente na batalha contra a “degeneração”. Alinhados a essa perspectiva, os educadores transformaram as escolas em laboratórios, ou seja, locais onde as ideias sobre raça e nação foram testadas e aplicadas às crianças. Esse alinhamento refletiu nas práticas curriculares, extracurriculares e seus desdobramentos ressoam até os dias atuais (DÁVILA, 2003).

Dávila (2003) apontou que o ideário eugenista também esteve presente no processo de embranquecimento do corpo docente carioca nos anos 1930 e 1940, assim como na concepção elitista dos reformadores da educação. Mesmo não existindo uma política oficial de segregação, a implementação dos programas de formação de professores no Brasil criou condições hostis para as pessoas afrodescendentes e pobres que buscavam seguir essa profissão. As reformas da década de 1920 operadas por Afrânio Peixoto, Antônio Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira reformularam e expandiram os programas de formação de professores, mas também colocaram em prática valores que contribuíram para a definição da docência como uma profissão branca e de classe média. Em suma, a transformação do sistema de ensino público racional e cientificamente organizado iniciada pelos reformadores contribuiu diretamente para a marginalização dos professores não-brancos (DÁVILA, 2003).

Segundo Dávila (2003), o movimento reformador considerava que faltava capacidade técnica e qualidades morais entre os professores brasileiros. Para eles, os professores que existiam no país simbolizavam o retrocesso, o clientelismo, a falta de profissionalismo e de formação básica. Para consumir a vislumbrada educação moderna com seus novos métodos de ensino, era necessário renovar o corpo docente. Fernando de Azevedo considerou que a

ordem social dependia da formação de uma elite intelectual bem treinada capaz de guiar a educação das massas; Anísio Teixeira postulou que a educação moderna não deveria ser confiada a docentes sem o devido preparo técnico e moral, e afirmou que a situação no Rio de Janeiro era melhor que a do resto do país devido a uma seleção mais rigorosa do corpo docente; por seu turno, Lourenço Filho lamentou que o título de professor era concedido indiscriminadamente no Brasil a qualquer um que soubesse ler, mesmo sem formação pedagógica (DÁVILA, 2003).

Conforme Dávila (2003), Lourenço Filho e Anísio Teixeira concluíram a reformulação do Instituto de Educação em 1932, mesmo ano de lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que levou a um movimento nacional de reformas na educação pública. Junto com Fernando de Azevedo, formaram uma equipe que influenciou os artigos sobre educação na Constituição Federal de 1934 e aprimorou o processo de profissionalização docente no país, cujas demandas se arrastavam desde o final do século XIX. Teixeira concebeu os professores como potenciais salvadores da nação, capazes de garantir a redenção dos brasileiros “degenerados”. Frente a uma tarefa tão decisiva para o desenvolvimento nacional, era necessário que a formação de professores fosse baseada em teorias e recursos modernos. Destarte, no início dos anos 1920, os cursos passaram a contar com disciplinas especializadas, como psicologia, sociologia, higiene e puericultura, esses dois últimos diretamente ligados à eugenia (DÁVILA, 2003).

Conforme resumiu Stepan (1990), a eugenia se manteve viva no Brasil durante a Era Vargas a partir do combate ao alcoolismo e da defesa dos exames pré-nupciais, dos projetos “eufrênicos” da Liga Brasileira de Higiene Mental e dos projetos eugênicos da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Com o fortalecimento da Igreja Católica, os esforços do movimento eugenista pela implementação de medidas impopulares como esterilização e o *birth control* foram frustrados. Por outro lado, o estímulo à educação eugênica constitucionalmente previsto e os exames pré-nupciais que visavam identificar a saúde física e mental dos nubentes denotaram importantes avanços do movimento no país. Nas escolas as medidas de puericultura, educação física e higiene, tradicionalmente associadas à eugenia “preventiva”, foram amplamente disseminadas. Finalmente, a restrição de imigrantes com base em princípios eugênicos se popularizou no meio político ao longo da década de 1930 (STEPAN, 1990).

2.6. Eugenia e educação física

Os projetos educacionais eugenistas aglutinaram da educação moral e educação física ao aprendizado das leis da hereditariedade. Schneider e Meglioratti (2012) demonstraram que na Constituição Federal de 1937, que instituiu a ditadura do Estado Novo, a educação física foi inserida no currículo escolar como um ideal eugênico baseado na formação moral e disciplinar. Assim, as duas Constituições promulgadas por Getúlio Vargas foram permeadas por propostas diretamente associadas ao ideário eugênico para a educação. Enquanto a Constituição de 1934 mencionou explicitamente o estímulo à educação eugênica e a promoção da higiene social, a Constituição de 1937 instituiu a obrigatoriedade da educação física em todos os níveis de ensino, orientada a partir de princípios higienistas e eugenistas. Conforme Rocha (2011, p. 171):

Pode-se dizer que as reformas educativas criadas neste período tiveram no ideal de formação eugênica uma proposta moral, de bons costumes e melhorias no condicionamento físico, visto este fator ser de ordem significativa para a formação de uma raça fisicamente forte, com padrões estéticos que definiriam segundo os parâmetros eugenistas, a nobreza de uma raça. A política educacional desenvolvida em meados das décadas de 30 e 40 tinha por objetivo formar o cidadão brasileiro segundo os moldes desenvolvidos em países europeus, tendo como proposta para o desenvolvimento físico, a contribuição efetiva para a formação moral e disciplinar do indivíduo. Os ideais de uma educação eugênica estão presentes na Constituição de 1937 que foi outorgada por Getúlio Vargas no dia 10 de novembro de 1937, no mesmo dia em que foi implantada a ditadura do Estado Novo. É importante mencionar que a educação física, considerada integrante da educação eugênica, tinha caráter obrigatório.

Para além da já mencionada atuação de Fernando de Azevedo na aproximação entre eugenia e educação física, a grande repercussão dessa ciência nesse campo foi exposta por Góis Jr. e Garcia (2011), que analisaram dois periódicos especializados: a *Revista Educação Física* (1932-1945) e a *Revista de Educação Física do Exército* (1932-atual). Essas publicações acompanharam o momento de efervescência dos debates eugênicos e da sistematização do campo da educação física com a criação de escolas superiores, periódicos especializados e aumento da carga horária dessa disciplina nas escolas do país. Entretanto, muitos intelectuais do início do século XX conceberam a eugenia como “higiene da raça”, sinônimo de higienismo, o que levou à utilização equivocada do termo nas publicações desse campo, permeadas tanto por conflitos quanto por combinações entre teorias diferentes e divergentes.

Conforme Góis Jr. e Garcia (2011), as revistas de educação física explicitaram projetos educacionais que pretendiam difundir entre a população hábitos higiênicos e cuidados com o corpo, visando o aprimoramento da saúde e a promoção da “regeneração”

racial, elementos indispensáveis à formação da civilidade e da identidade nacional. Fundada em 1932 sob financiamento da Companhia Brasil Editora, a *Revista Educação Física* foi um dos principais veículos de divulgação do país nesse campo, apresentando 88 edições ao longo de seus 13 anos de existência. Foi administrada por Oswaldo Rezende e Paulo Lotufo, e contou com a colaboração de Américo Netto, professor da Escola de Educação Física do Governo do Estado de São Paulo; Henry Sims, diretor da Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro; Fred Brow, técnico da Confederação Brasileira de Desportos; e Georges Summers, membro da Associação Cristã de Moços da América do Sul (GÓIS Jr.; GARCIA, 2011).

Professor de Anatomia, Fisiologia e Higiene Aplicada da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, Waldermar Areno foi, segundo Góis Jr. e Garcia (2011), o principal defensor da eugenia no campo da educação física. No texto *Higiene e Saúde* (1941), publicado na *Revista de Educação Física*, considerou que o objetivo da educação física era formar organismos sadios e, ao lado da higiene, prevenir doenças. Defendeu a seleção biológica dos seres humanos a partir da eugenia, a regulamentação dos casamentos, a proibição da reprodução dos “tarados” e dos casamentos consanguíneos, a segregação dos deficientes e a esterilização. Em *Higiene aplicada à Educação Física* (1949), reconheceu que os caracteres adquiridos não eram transmissíveis, mas destacou o papel da educação física no aprimoramento e na manutenção da saúde coletiva e individual (GÓIS Jr.; GARCIA, 2011).

No artigo *Como evitar a prole doentia* (1943), Reinaldo Kuntz Busch lamentou que os homens não faziam uso dos conhecimentos selecionadores de plantas e animais na sua própria espécie, salientando que essa atitude eugênica traria benefícios reais à descendência (GÓIS Jr.; GARCIA, 2011). Conforme demonstraremos nos capítulos 4 e 5, essa perspectiva se assemelha ao posicionamento dos intelectuais da ESALQ, que insistiam na necessidade da aplicação das técnicas bem-sucedidas da agronomia e da zootecnia na reprodução dos seres humanos. Por sua vez, o artigo *Um povo desfila* (1941), assinado por Hollanda Loyola, considerou que uma “raça forte” estava se formando no país, e que a nação estava adquirindo consciência, coroando os esforços dos professores de educação física (GÓIS Jr.; GARCIA, 2011).

Publicada desde maio de 1932 até os dias atuais, a *Revista de Educação Física do Exército* é um dos periódicos especializados mais antigos da área, contando com 64 edições nas décadas de 1930 e 1940. Segundo Góis Jr. e Garcia (2011), ela foi fundada e dirigida

pelos militares da Escola de Educação Física do Exército, como o coronel Newton Cavalcanti, o major Raul Mendes de Vasconcelos, o tenente-coronel Otavio Saldanha Mazza e o capitão Inácio de Freitas Rolim. A Escola de Educação Física do Exército teve grande influência sobre a formação de professores de educação física e influenciou sobre a criação das duas primeiras escolas de educação física civis do Brasil: a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro e a Escola de Educação Física do Estado de São Paulo. A *Revista de Educação Física do Exército* foi organizada, portanto, como a porta-voz dessa instituição (GÓIS Jr.; GARCIA, 2011).

Em *Da Eugenia* (1933), artigo publicado na *Revista de Educação Física do Exército*, Pacífico Castelo Branco defendeu, com base na obra de Renato Kehl, o aumento do número de indivíduos “normais” e a diminuição ou a eliminação dos “anormais”. Afirmou que para alcançar o objetivo primordial da eugenia, concebida como o melhoramento qualitativo da raça, era fundamental que o ideal eugênico se tornasse parte do sistema educacional do país. Três anos depois, publicações mais radicais vieram à tona nesse periódico. No artigo *Indivíduo, Esporte e Raça* (1936), S. Ramos recorreu ao argumento de que a preocupação eugênica existia desde a Antiguidade, período em que os estadistas não hesitavam em sacrificar indivíduos “doentes” em nome do bem coletivo. Defendeu a esterilização dos “monstregos” e “tarados” que enfraqueciam a raça e criticou, por fim, os “sentimentalismos” dos que se opunham a essas necessárias medidas (GÓIS Jr.; GARCIA, 2011).

A pesquisa de Góis Jr. e Garcia (2011) demonstrou que os periódicos especializados das décadas de 1930 e 1940 visavam valorizar a educação física, provando sua utilidade social e legitimando a sua prática. Para tanto, os *homens de ciencia* desse campo em construção se associaram aos discursos científicos da época, incluindo a discussão nacional em torno da eugenia. Rocha (2011) pontuou que intelectuais como Paulo de Godoy, médico assistente do Departamento de Educação Física de São Paulo, consideraram a educação física como o meio para modelar eugenicamente o Brasil, viabilizando formação homens sadios, inteligentes, bons e fortes o suficiente para a defesa da nação. Esses estudos explicitaram que, para além de difundir hábitos de higiene e de cuidados com o corpo, o campo da educação física foi instrumentalizado para a disseminação dos ideais mais radicais e racistas da eugenia, tendo como fim a solução do problema da “degeneração” racial.

2.7. A educação eugênica nas cartilhas e manuais escolares

A investigação de Verzolla (2013) denotou que, nas décadas de 1920 e 1930, tanto as propostas pedagógicas quanto os livros didáticos foram permeados pela concepção eugênica de “degeneração” racial. Em meio à busca pela higienização do país, a figura da criança foi concebida como a esperança da “regeneração” nacional. Os eugenistas estabeleceram um padrão de criança “higienizada” por intermédio da educação física e da promoção de hábitos saudáveis, que possibilitariam a formação de uma raça forte e sadia. Desse modo, os jovens constituíram o centro das práticas educativas por sua potência como geradores de uma descendência eugenizada e como barreiras à “degeneração” física e moral que ameaçava o progresso da nação.

Nesse quadro, a puericultura se desdobrou como um ramo da eugenia “positiva”, cujas ações educativas e higiênicas eram consideradas como aliadas do melhoramento racial. A escola primária, concebida desde o final do século XIX como espaço privilegiado das políticas sanitárias, se tornou o meio de efetivação da higienização dos costumes pela política sanitária paulista na década de 1920. Para os eugenistas, a escola seria um espaço de excelência para a disciplinarização e o controle da população através da higiene, da educação sexual e do incentivo ao casamento eugênico. Por seu turno, o Instituto de Hygiene garantiu a propaganda da higiene nas instituições escolares através de materiais destinados a crianças e professores, bem como a formação de professores primários e agentes de saúde pública (VERZOLLA, 2013).

Conforme Verzolla (2013), o poder normativo das práticas eugênicas nas escolas comparava, classificava e hierarquizava os “melhores”, moldando os comportamentos necessários para formação da força de trabalho das indústrias que surgiam nos grandes centros urbanos. Fundamentados na ideia de “corpo-máquina”, os preceitos eugênicos e higienistas ensinados nas escolas visavam normatizar os comportamentos cotidianos, erradicar hábitos tradicionais das classes mais pobres e garantir a formação de corpos robustos, saudáveis e, consequentemente, aptos ao processo produtivo. Por conseguinte, a educação das crianças cumpria a função de formar seres moralizados a partir da lógica do progresso nacional e domesticados segundo as necessidades do capital (VERZOLLA, 2013).

O manual *Noções de Higiene* (1921) de Afrânio Peixoto era voltado aos alunos e professores das Escolas Normais, Escolas Profissionais, Colégios, Liceus e cursos de Farmácia e Odontologia. Nele, como demonstrou Verzolla (2013), a eugenia foi concebida

como uma ciência que compunha a área da Higiene, visando a obtenção de uma prole sadia. Para tanto, era mister a erradicação dos diferentes tipos de doenças a partir de práticas de saneamento e hábitos saudáveis. O livro *Sciencias physicas e naturaes, hygiene: de accôrdo com o programma oficial* (1922) de Miguel Milano era destinado aos alunos do segundo ano do nível médio, aprovado pela Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo. Permeada por elementos eugênicos e medidas de segregação entre as classes sociais, a obra concebia a ignorância e a miséria como os maiores inimigos da higiene, e a educação como um meio profícuo para a “regeneração” nacional (VERZOLLA, 2013).

No livro *História Natural ou o Brasil e suas riquezas e algumas noções de hygiene: para uso das escolas* (4ª edição publicada em 1923), Waldemiro Potsch considerou que, frente ao estado de “calamidade”, a medicina era a esperança de regeneração do povo e salvação da nação. De acordo com Verzolla (2013), o autor culpabilizou a população pobre que contraía doenças como a varíola e a tuberculose, afirmando que, frente a existência de vacinas, ficar doente era uma questão de escolha. Condenou os “leprosos” à marginalização, afirmou que as vítimas da varíola não mereciam compaixão e ponderou que os que recusavam o tratamento da sífilis eram diretamente responsáveis pelos altos índices de mortalidade infantil (VERZOLLA, 2013). Desconsiderando as desigualdades sociais e a falta de acesso à educação que levavam a população pobre a negligenciar os cuidados com a higiene, a perspectiva elitista de Potsch transformou o problema sanitário do país em um problema de classe.

Verzolla (2013) denotou que no *Album Infantil: o livro das crianças* (1929), Augusto Wanderley Filho escreveu em linguagem simples para o público infantil diferentes noções de higiene, moral e civismo. Retratou, por um lado, crianças brancas como “saudáveis”, “limpas” e “bem-vestidas”; por outro, crianças negras e mestiças como “sujas”, “feias”, “doentes” e “malvestidas”. Desse modo, o autor reproduziu em uma obra direcionada às crianças o modelo racialista e dualista de classificação social utilizado pela medicina desde o século XIX, pautado na contraposição bem *versus* mal, limpeza *versus* sujeira, saúde *versus* doença (VERZOLLA, 2013).

O livro *Brasil Eugénico* (1933) de João Toledo e Ulysses Freire constitui, conforme Verzolla (2013), uma obra emblemática sobre noções de moral, eugenia e higiene para crianças. O livro possui transcrições das falas de um diretor escolar aos seus alunos, informando que seria realizada uma inspeção, a partir da qual os dez alunos mais adequados

às normas eugênicas e higiênicas seriam premiados com uma viagem a São Paulo. A aplicação dessa inspeção eugênica no ambiente escolar foi justificada pelo diretor da seguinte forma:

[...] Nós brasileiros pertencemos a uma raça ainda em formação e que tem sido taxada com feios qualificativos pelos críticos impiedosos. Na verdade, a nossa raça precisa melhorar. Os meios para isso são muito complexos. Compreendem desde o saneamento das infundáveis zonas rurais do país, até o preparo da criança, desde o berço, para que tenha uma mocidade robusta. Temos sido um povo que vive alheio á mór parte dos hábitos de higiene mais elementares e por esse erro temos pago as mais duras provações. [...] Por toda parte se incentivam campanhas em prol da saúde e do bem estar da criança e só assim poderemos fazer do Brasil uma nação forte e vitoriosa” (TOLEDO; FREIRE, 1933, p. 29, apud VERZOLLA, 2013, p. 66).

Finalmente, mencionamos as cartilhas e manuais escolares elaborados por Renato Kehl. Conforme Souza (2019), entre 1917 e 1927, a eugenia defendida por Kehl era a de matriz “preventiva”, apesar da defesa circunstancial de medidas mais extremadas como a esterilização dos criminosos. As orientações sexuais e matrimoniais estavam ligadas a questões de saúde e higiene e ainda não se vinculavam às visões radicais e controladoras sobre a sexualidade. O modelo de eugenia preventiva kehliano concebeu a educação como uma prática eugênica fundamental para a melhoria das condições sanitárias. Para Kehl, por intermédio da conscientização, seria possível elevar o grau de civilização do país. Destarte, aglutinando a medicina social e a educação como um só projeto de reforma nacional, o eugenista organizou campanhas contra o analfabetismo, barreira que impedia a construção do senso cívico e da nacionalidade (SOUZA, 2019).

Na década de 1920, segundo Souza (2019), Kehl se consolidou como autoridade intelectual no campo da eugenia brasileira. Conciliou seu trabalho no Departamento Nacional de Saúde Pública com a publicação de obras sobre eugenia, higiene e educação, como *A cura da fealdade* (1922), *Como escolher um bom marido* (1923), *Fada Hygia* (1923), *Como escolher uma boa esposa* (1924), *Bíblia da Saúde* (1926) e *Formulário de Beleza* (1927). As obras *Como escolher um bom marido* (1923) e *Como escolher uma boa esposa* (1924) circularam entre o público letrado e se baseavam em conselhos morais voltados aos jovens, sobretudo no que se refere à educação sexual e à proteção eugênica do matrimônio (SOUZA, 2019).

As cartilhas de higiene *Bíblia da Saúde* e *Fada Hygia* foram bem-aceitas pelo público (SOUZA, 2019). Conforme discutido neste capítulo, esta última foi adotada como material didático pelas escolas primárias brasileiras (SOUZA, 2006), e rendeu a Renato Kehl convites

para uma tradução espanhola (KINOSHITA; ROCHA, 2013). Ela consistia em uma cartilha amplamente ilustrada e apresentava, através de uma linguagem simples voltada para as crianças, diversos ensinamentos sobre hábitos de higiene. Ao longo dos capítulos, a “fada da saúde” dava conselhos sobre a qualidade do ar, tratamento da água, limpeza da casa, alimentação saudável, exercícios físicos, vestimentas, vícios, além de salientar o papel da família na educação infantil, visando a formação de cidadãos fortes, belos e disciplinados (ZAMARCHI, 2020).

No entendimento de Zamarchi (2020), a segunda parte do livro *Fada Hygia*, escrita em tópicos, revela que a obra também foi pensada para ser lida pelos pais, e que seu público-alvo era a população rural, considerada como ignorante e alheia aos conhecimentos eugênicos. Assim, em um contexto marcado pelo analfabetismo, epidemias e péssimas condições sanitárias, a *Fada Hygia* demonstrou “[...] como a elite brasileira via as populações excluídas da sociedade enquanto ignorantes degenerados que dependeriam dela para serem salvos, evitando, ao mesmo tempo, que o país afundasse em suas mazelas” (ZAMARCHI, 2020, p. 93).

2.8. A brancura como parâmetro de exclusão

Antes do encerramento deste capítulo, retomaremos à obra de Dávila (2003), que identificou os elementos mais “sutis” e difusos da eugenia na educação brasileira, terreno no qual deixou marcas que permanecem até os dias atuais. Ao longo da discussão empreendida até aqui, demonstramos que o ensino público assimilou diversos elementos do projeto de aperfeiçoamento da raça, em especial o estabelecimento da brancura como parâmetro. Conforme denunciado por Paschoal Lemme, o modelo escolanovista privilegiou a concepção de mundo da burguesia e da classe média, negligenciando o histórico de violência contra os povos indígenas, negros, imigrantes e trabalhadores (SAVIANI, 2019). As reformas que visaram instituir um sistema de ensino público e universal não apenas mantiveram inalterados os privilégios, como reforçaram, através dos processos seletivos e testes de inteligência, as hierarquias raciais e sociais. Assim, conforme Dávila (2003, pp. 241-242), “Guided by science and confident of their country’s future, these educators offered Brazil a diploma of whiteness, giving new shape to enduring inequalities”.

Apesar se não existirem evidências sobre a existência de critérios de exclusão racial, o objetivo de preparar as elites e a estrutura excludente que se iniciava desde o processo de

admissão denotavam a dificuldade que professores não-brancos tinham para adentrar e se manterem na profissão. Ademais, os exames médicos admissionais reproduziam princípios eugênicos, que estabeleciam padrões ideais aos quais os candidatos deveriam obrigatoriamente se ajustar. Muitos dos critérios utilizados pela equipe médica eram estritamente estéticos, levando à configuração de um corpo de estudantes esmagadoramente branco e feminino. Conseqüentemente, mesmo sem diretrizes oficiais de cunho racista, as políticas educacionais da primeira metade do século XX normalizaram as hierarquias sociais e cristalizaram as desigualdades de gênero, raça e classe. Ao invés de uma linguagem abertamente racista, a marginalização dos negros ocorreu escamoteada sob o véu da profissionalização (DÁVILA, 2003).

Para Dávila (2003), no campo da Educação, a brancura foi associada à modernidade, e os professores não-brancos e pobres foram considerados “inapropriados”, “indesejáveis” e “inaptos” a exercer a profissão docente. Por sua vez, os estudantes negros foram relegados às classes para alunos com dificuldades de aprendizagem, que se tornavam provas “científicas” do atraso e da “degeneração” dos afrodescendentes. Outrossim, os professores negros perderam espaço com a modernização do ensino, que se tornou mais hierarquizado, racional e sistemático. Enquanto isso, nos centros urbanos, uma reduzida e geograficamente concentrada elite branca monopolizava o poder e o acesso aos recursos sociais. A maior parte da população, majoritariamente não-branca, vivia às margens dessa elite, ocupando os subúrbios e favelas sem as mínimas condições de educação, saúde e higiene, e sendo retratada como uma “ameaça social” (DÁVILA, 2003).

As condições precárias e a falta de profissionais demonstram que os objetivos dos sistemas de ensino não foram acompanhados da estrutura necessária para sua implementação. Essa dificuldade ficou nítida com a questão da educação física e da nutrição, dois elementos caros ao ideário da eugenia. Além da carência de professores e de espaços adequados para as práticas, poucas escolas possuíam condições de oferecer refeições gratuitas e balanceadas. Para muitas crianças, essa era a única refeição do dia. Assim, Dávila (2003, pp. 50-51) apontou a dialética da educação eugênica, cujos programas vislumbraram direitos fundamentais às crianças no espaço escolar, ao mesmo tempo em que reproduziram a lógica autoritária, racista e elitista da eugenia:

The results of these programs benefited children in some ways. They were provided with free meals, some degree of medical and dental care, and a large dose of hygienic and nutritional education. On the other hand, they were reduced to objects of science, subjects of experiments whose

conclusions were used as scientific proofs to sustain a system of assumptions about class and race that discriminated against the majority of public schoolchildren. The science of eugenics provided a bridge between racial ideology and popular culture, defining a culture of poverty. By the waning years of the Vargas era, this connection had become so strong that it could endure beyond the administrative endorsement of the science that guided it. Although eugenics lost legitimacy in the aftermath of the Second World War, the institutions, practices, and assumptions it gave rise to endured (DÁVILA, 2003, pp. 50-51).

No período entreguerras, os reformadores brasileiros intentaram construir um sistema de ensino universal, ao menos na educação elementar, visando a inclusão de grupos historicamente excluídos do sistema de ensino. No entanto, enquanto os educadores almejavam aperfeiçoar a “raça brasileira” e criar uma nação saudável e inspirada na cultura europeia, uma parcela da elite intelectual postulava que os pobres e não-brancos eram “degenerados” e, portanto, não deveriam ser educados. Desse modo, as escolas brasileiras foram concebidas como clínicas capazes de atenuar os problemas nacionais, em especial os males associados à miscigenação (DÁVILA, 2003).

Todavia, conforme ponderou Dávila (2003), a “raça”, para a maioria dos intelectuais do início do século XX, não era uma categoria biológica, mas uma categoria social, uma metáfora para descrever o passado, o presente e o futuro da nação brasileira. A negritude foi associada ao “passado”, ao “primitivismo”, à “irracionalidade”, à “doença”, à “preguiça” e à “criminalidade”, entendimento advindo das teorias raciais elaboradas e reproduzidas por muitos dos intelectuais responsáveis pela implementação da educação pública universal no Brasil. Para as elites brasileiras, a nação miscigenada carecia da brancura necessária para seu desenvolvimento, noção eurocêntrica que equiparava modernidade com embranquecimento (DÁVILA, 2003).

O principal desafio posto à elite intelectual era o de encontrar novas formas de alcançar esse embranquecimento. Conforme Dávila (2003), influenciadas pela posição do debate racial dentro desse ideário, as políticas educacionais se basearam em uma imagem idealizada de um país democrático, moderno e desenvolvido. Essa imagem não era, contudo, uma novidade do século XX. Os séculos de dominação colonial foram capitaneados por uma elite de brancos europeus e seus descendentes, que importou da Europa os ideais de cultura e civilização e subjugou negros, indígenas e mestiços. Apesar de criticar o legado colonial e até mesmo celebrar a miscigenação ao final do século XIX, a maioria desses intelectuais continuou reproduzindo valores sociais de uma elite que, após séculos de colonialismo e

escravidão, continuou associando a brancura à “força”, “saúde” e “virtude”, ao mesmo tempo em que depreciava outros grupos não-brancos (DÁVILA, 2003).

Os mecanismos e estratégias de discriminação mais “sutis” presentes no ideário da eugenia também se disseminaram nos espaços informais de educação. Picelli (2020) identificou alguns desses mecanismos em sua análise sobre os “tipos médios” de Rio Claro, município do interior paulista. Definindo como “tipos médios” o grupo social heterogêneo fruto do processo de urbanização, o autor buscou recuperar as formas de racialização que se operaram na sociedade rioclareense através dos clubes sociais, estabelecendo como recorte os anos de 1879 a 1940. Para Picelli (2020), a ideia de “raça”, concebida ao mesmo tempo como uma construção ideológica e como um produto histórico, se articulou ao desmonte do escravismo na cidade pela perspectiva da branquitude média em sua busca por prestígio e integração à nação.

Estabelecendo como recorte social a Sociedade Philarmônica Rio Clareense, o Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e o Grupo Gymnástico Rio Clareense, e partindo de fontes como atas de reunião, cadernos de fotografias, periódicos e entrevistas com associados, Picelli (2020) demonstrou que os membros desse grupo social ocupavam posições no comércio e na prestação de serviços nascentes na República. Não pertenciam nem às elites político-econômicas, nem aos grupos subalternos. Sem terem herdado signos de poder e riqueza acumulada, foram sequelados pelos de cima, ao mesmo tempo em que buscavam se diferenciar dos de baixo. Em decorrência desse sentimento de busca por distinção, ansiaram por serviços como empregadas domésticas, símbolo do horror à submissão e ao trabalho manual (PICELLI, 2020).

Segundo Picelli (2020, p. 106), com o advento do darwinismo social e da eugenia ao final do século XIX, a noção de “raça”

[...] passa a organizar grandes sistemas classificatórios de relações mutáveis entre os marcadores da diferença, articulando-os por meio das combinações entre natureza e cultura. Nestas condições, foi possível mobilizar a metafísica com o discurso científico, desfrutando de seu máximo poder em conectar as raciologias modernas com percepções do senso comum.

No início do século XX, a sociedade rio-clareense incorporou esses modelos raciais de análise, que penetraram na vida cotidiana. Por conseguinte, a discriminação cultural e o racismo biológico se consolidaram como duas lógicas complementares de racismo. Em 1913, a Câmara Municipal regulamentou os passeios públicos, transformando locais de convivência comum, como parques e praças, em locais de acesso exclusivo aos brancos “bem-

apessoados”. Pessoas negras foram excluídas dos locais da sociabilidade republicana em formação. Em vista disso, os cidadãos médios brancos passaram a se portar como agentes marcadores de fronteiras, “professores de moral” e fiscalizadores da ordem. Apesar de não fazer parte da elite, esse grupo heterogêneo, composto por comerciantes, jornalistas, funcionários públicos, advogados, médicos e engenheiros, ocupou também os quadros políticos da cidade, defendendo e almejando os lugares ocupados pelas elites agrárias e industriais (PICELLI, 2020).

Por meio das páginas dos jornais, os “tipos médios” elaboraram fabulações raciais e afirmaram sua brancura para proteger suas frágeis posições na sociedade rio-clarense. Se alimentando de pretensas capacidades morais de orientação patriarcal e burguesa, os “tipos médios” construíram na cidade um regime racializado de representação. Anedotas, comentários e charges racistas se tornaram frequentes nos periódicos locais, nos quais homens e mulheres negros eram caracterizados como seres “hiperssexualizados”, “exóticos”, “não confiáveis”, “irracionais” e “propensos à criminalidade”. Situados no limbo social, os “tipos médios” articularam narrativas raciais e morais para forjar um mundo em que pudessem existir. Em suma, eles buscaram proteger e salvar a raça não para assegurar sua pureza, mas para afirmar sua brancura (PICELLI, 2020).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1934, os clubes sociais e recreativos passaram a ser vistos como locais privilegiados para o aperfeiçoamento da raça. Em Rio Claro, esses clubes intensificaram o monitoramento da saúde dos sócios por intermédio de fichas a serem enviadas para o Ministério da Saúde e Educação Pública, criado em novembro de 1930, e para o Departamento de Educação Physica do Estado de São Paulo. Dessa maneira, a eugenia se disseminou na sociedade rio-clarense a partir da racionalização dos comportamentos, traduzindo preconceitos sociais e raciais sob o discurso do aprimoramento físico e moral. Caberia, pois, aos jovens, a responsabilidade de evitar os males hereditários através da seleção das “boas sementes” (PICELLI, 2020) (ver anexo B).

Ao lado da obra de Dávila (2003), a pesquisa de Picelli (2020) desvelou que a eugenia forneceu uma “ponte” entre a cultura popular e a ideologia racial, definindo uma cultura de pobreza. Denotou, também, a importância dos clubes sociais como espaços informais de educação no qual o ideário da eugenia penetrou de forma direta, com a premissa de promover a saúde dos jovens e aperfeiçoar a raça, ou indireta, como espaços de distinção social e reafirmação da brancura. Esses estudos vão ao encontro da tese de Schucman (2012), segundo

a qual a construção da identidade racial da branquitude ocorre em sociedades estruturadas pelo racismo, delimitando fronteiras hierarquizadas e proporcionando privilégios materiais e simbólicos aos sujeitos considerados brancos. Essa identidade também possui suas distinções internas, nas quais os próprios brancos são hierarquizados por intermédio de outros marcadores sociais, como gênero, regionalidade e classe social.

No capítulo 4, demonstraremos que os clubes sociais do interior paulista, como o Rotary Club de Piracicaba, o Rotary Club de Santa Bárbara d'Oeste e o Esporte Clube Barbarense, constituíram espaços nos quais Piza Júnior atuou como divulgador científico a partir da década de 1940. Outrossim, textos como *Felicidade do viver social: finalidade do Rotary Clube* (FELICIDADE, 1981), publicado e assinado pelo Rotary Club em plenos anos 1980, apresentaram elogios explícitos à eugenia e aos membros da ala mais radical desse movimento. Em nosso entendimento, esses vestígios revelam três elementos: 1. a permanência do ideário da eugenia após a Segunda Guerra Mundial; 2. a relevância dos “clubes de brancura” na manutenção das hierarquias sociais e raciais; 3. a capilaridade e a particularidade da “eugenia paulista”, com seu discurso supremacista que se estende do mito bandeirante aos grupos neonazistas, passando pela imagem da “locomotiva do Brasil”. Consideramos, portanto, que o tema da disseminação da eugenia nesses clubes, sobretudo no contexto pós-1945, pode constituir um promissor programa de pesquisa.

Ao longo deste segundo capítulo, explicitamos que, no período entreguerras, os eugenistas lograram a transformação dos preconceitos de classe e raça em políticas educacionais amparadas pelo discurso científico, negando à população pobre e não-branca a igualdade de acesso às instituições de ensino. Consequentemente, essas políticas impuseram novos obstáculos à integração social dos grupos marginalizados, limitando, assim, as possibilidades de enfrentamento às desigualdades. Muitos educadores e industriais paulistas compartilharam dessa idealização do Brasil como uma sociedade moderna racionalizada pela ciência. Posteriormente, até mesmo a ideia de que o Brasil era uma “democracia racial” foi assimilada pelos industriais; entretanto, estes mantiveram a visão da inferioridade moral e cultural das classes trabalhadoras (DÁVILA, 2003).

Conforme apontou Ferreira Jr. (2010), no período republicano, o binômio *elitismo e exclusão*, característica básica da educação brasileira, da colônia aos dias atuais, permaneceu inalterado. No texto *Educação e sociedade no Brasil* (1966), o sociólogo Florestan Fernandes considerou que a exigência da instrução primária obrigatória, universal e gratuita virou letra

morta no Brasil, e que os problemas da educação popular não foram resolvidos através das escolas primárias. Para Fernandes, o período republicano produziu uma contradição: se por um lado ocorreram esforços para ampliar a rede de ensino primário no país, por outro, a República falhou em suas tarefas educacionais, não conseguindo equacionar o maior problema no campo da Educação, a dizer, o sistema de ensino excludente (FERREIRA Jr., 2010).

Fernandes denunciou, também, que as classes dirigentes do período republicano fizeram uso do sistema de ensino segundo seus interesses sociopolíticos e mantiveram a tradição educacional fundada na velha escola de elite. Na concepção de Fernandes, ao falhar em suas tarefas educacionais, a República não se converteu em um Estado-educador, ou seja, não produziu modelos de educação sistemática exigidos pela sociedade de classes e pela economia capitalista (ROMANELLI, 1986). De acordo com Carvalho (2003), os “reformistas ilustrados” que encamparam o discurso da salvação da nação via educação, na prática, desprezaram o povo, que precisava ser conduzido e tutelado pela elite intelectual. Apesar das convicções democráticas de alguns membros dessa elite, o povo permaneceu sendo concebido como uma massa “amorfa”, “doente” e “analfabeta”, que só poderia ser tratada de forma paternalista, quando não autoritária e tecnocrática. Consideramos, pois, que as origens burguesas desse modelo elitista e excludente contribuiu diretamente para a aderência do ideário da eugenia na educação brasileira.

Nos próximos capítulos demonstraremos que a educação eugênica *lato sensu* visou a formação da consciência eugênica, da educação infantil à vida adulta. Ela foi projetada para se iniciar pelas crianças em idade escolar, que deveriam ser instruídas a identificar as plantas e animais mais “sadios” e “belos”, chegando à promoção do matrimônio consciente (ou seja, o casamento eugenicamente orientado) entre os jovens em idade reprodutiva. Partindo da primeira infância, ela deveria extrapolar os limites das elites letradas, abrangendo, em um estágio mais avançado, todas as classes sociais. De acordo com Schneider e Meglioratti (2012), o matrimônio consciente envolvia instruir os jovens a não constituir matrimônio entre raças e classes sociais diferentes, além de promover apenas a reprodução dos casais considerados eugenicamente “sadios” e “aptos” a contribuir para o aperfeiçoamento da raça. É essa concepção de educação *lato sensu* que exploraremos minuciosamente a partir de agora, tomando como base as obras dos três diretores do *Boletim de Eugenia*.

Capítulo 3. O apóstolo esclarecido da ciência-religião: a educação para a consciência eugênica em Renato Kehl.

We're just a biological speculation
Funkadelic (1972)

3.1. Da consciência sanitária à consciência eugênica

Conforme escrutinado nos capítulos 1 e 2, o reducionismo biológico transformou o homem em um mero elemento da natureza, cuja constituição hereditária poderia e deveria ser compreendida e manipulada. Assim, concebendo a eugenia como o meio científico para alcançar o progresso nacional, os *homens de ciencia* estruturaram teorias que negaram as contradições sociais, ao mesmo tempo em que justificaram as diferenças de classe no contexto de ascensão do movimento operário nos grandes centros urbanos. Nessa lógica, a família e a escola foram concebidas como instituições aliadas do projeto de melhoramento da raça e, conseqüentemente, do progresso da nação. Contudo, dada a ênfase no paradigma biológico, os eugenistas também apontaram para os limites da função transformadora da educação (MAI; BOARINI, 2002).

Segundo Rocha (2011), a educação para a consciência eugênica vislumbrada pelos eugenistas objetivava que os jovens não contráissem matrimônio entre raças e classes sociais diferentes, tornando maior o número de filhos eugenizados em detrimento dos “degenerados” e formando, assim, uma elite nacional. O inciso que previa estimular a educação eugênica exposto na Constituição Federal de 1934 se baseava em uma concepção de educação como um fator de conscientização. Isso significa que, para além do conhecimento dos princípios da hereditariedade, a educação era concebida pela elite intelectual brasileira como o meio para alcançar mudanças comportamentais entre jovens e adultos, visando o matrimônio eugenicamente orientado (ROCHA, 2011).

Ao analisar as edições de 1929 a 1931, Schneider e Meglioratti (2012) apontaram que a educação foi uma das temáticas de maior discussão no *Boletim de Eugenia*. Através desse periódico, que se configurou como uma ferramenta de propaganda e de educação eugênica, os eugenistas se dedicaram a propagar seus ideais, tentando determinar os rumos da nação. Ao lado de um rigoroso controle da imigração e da hereditariedade, a educação poderia estimular e amplificar as habilidades dos eugenizados. Para os elementos “disgênicos”, por outro lado, tal investimento seria dispendioso, dada a impossibilidade de atingir progressos ante a falta de habilidades provenientes de fatores hereditários. Sendo assim, conforme Schneider e

Meglioratti (2012) em diálogo com as investigações de Mai e Boarini (2002), a educação eugênica jamais representaria a função transformadora da sociedade; contudo, era através dela se propagariam os ideais eugênicos.

Neste terceiro capítulo, aprofundaremos nosso olhar para os fundamentos epistemológicos da educação eugênica a partir de uma análise documental sobre a obra de Renato Kehl. Iniciaremos pela segunda edição do livro *Lições de Eugenia*, reeditada em 1935 com correções sugeridas por Piza Júnior em 1930. Ao contrário da primeira edição de 1929, a segunda foi lançada durante o domínio do Terceiro Reich na Alemanha, com elogios explícitos a Adolf Hitler e à *Rassenhygiene* nazista. Não seria exagero considerar *Lições de Eugenia* como uma das obras mais racistas e radicais já produzidas por um intelectual brasileiro. Ponderamos, ainda, que não pretendemos resumir a eugenia de Renato Kehl ou a sua concepção de educação eugênica a essa única obra. Seria difícil, mesmo que desejável, tratar na totalidade a produção intelectual de um autor que produziu ativa e intensamente sobre eugenia do final da década de 1910 até sua morte nos anos 1970.

Segundo Souza (2019), no final dos anos 1920, o movimento eugenista se dividiu entre um setor que continuou seguindo ao modelo “suave” voltado para o saneamento, miscigenação e educação, e uma ala mais radical e autoritária que não concebia as reformas nas condições sociais e ambientais como força regeneradora. Kehl transitou entre esses dois modelos. Entre 1917 e 1927, o eugenista se aproximou do primeiro grupo, ligado ao movimento sanitarista, apresentando uma interpretação otimista com relação à miscigenação e defensor de reformas na saúde pública. A partir de 1928, Kehl se alinhou ao segundo grupo, se aproximando ao modelo radical europeu e estadunidense, defensor da eugenia “negativa” (SOUZA, 2019). Além do *Boletim de Eugenia* (1929-1933), as duas obras de Kehl (1933; 1935) que serão analisadas ao longo deste capítulo correspondem, portanto à fase mais radical de sua produção intelectual.

Diversas pesquisas no Brasil se debruçaram especificamente sobre a obra desse eugenista, seja em uma perspectiva mais generalista, seja em aspectos específicos de sua obra. O que justifica, pois, mantê-lo em nosso trabalho, reservando um capítulo inteiro à sua produção? E o que justifica a opção por *Lições de Eugenia* (1929/1935) e *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* (1933) e não obras com caráter explicitamente pedagógico, como o livro *Fada Hygia* (1923) ou o panfleto *Educação eugênica* (1929)? Em primeiro lugar, ponderamos que não nos restringiremos as essas obras. Esses dois livros serão contrapostos e

complementados com os textos publicados no *Boletim de Eugenia* (1929-1933), correspondências e jornais de pequeno porte até então inexplorados na historiografia da eugenia. Acreditamos que, frente à vasta literatura sobre Renato Kehl, esta pode ser uma importante e inédita contribuição ao nosso campo de pesquisa.

Conforme Souza (2019), Kehl nasceu e cursou os primeiros anos de estudo em Limeira - SP e concluiu a formação colegial em 1904 em Jacareí - SP. Filho de Joaquin Maynert Kehl (1860-1931) e Rita Cássia Ferraz Kehl, ele foi criado a partir de uma tradição católica e de valores sociais ligados à classe média emergente no estado de São Paulo. Formado em medicina em 1883 pela Escola de Medicina de São Paulo, mas atuando como farmacêutico e empresário do ramo, seu pai era filho de imigrantes alemães que chegaram ao Brasil na primeira metade do século XIX. Na década de 1920, Joaquin Kehl foi eleito presidente da Sociedade União Farmacêutica de São Paulo (SOUZA, 2019).

Renato Kehl se formou como farmacêutico pela Faculdade de Farmácia de São Paulo (1905) e chegou a assumir por alguns meses a direção da farmácia de seu pai em Limeira. Em 1910, ele se mudou com seu irmão mais novo Vladimir Ferraz Kehl para a capital federal, onde ambos iniciaram a faculdade de medicina. Os irmãos Kehl se formaram em 1915 e voltaram para São Paulo como “doutores” no mesmo ano. A tese de Renato Kehl foi intitulada *Blastomicose*, situada no campo da medicina dermatológica. Ele começou a atuar como médico na cidade de São Paulo em 1916, se especializando em clínica cirúrgica e “doenças de idoso” (atual geriatria) (SOUZA, 2019).

Segundo Souza (2019), ao longo dos 6 anos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Kehl conheceu Belisário Penna, Afrânio Peixoto, Miguel Pereira, Miguel Couto, Eduardo Rabelo, Agostinho de Souza Lima, além de ter entrado em contato com a obra de biólogos e naturalistas como Lapouge, Broca, Dechambre, Lamarck, Spencer, Darwin, Weismann e Galton. Esses intelectuais constituíram a base científica de Renato Kehl e apareceram em seus primeiros trabalhos sobre os temas da raça, hereditariedade, evolução e “degeneração”. Considerando Galton como um “verdadeiro humanista” e de inteligência compartilhada em família (afinal, era primo de Charles Darwin), Kehl assumiu o polímata inglês como sua principal referência intelectual (SOUZA, 2019).

O início dos estudos de Kehl sobre hereditariedade e “regeneração” humana se iniciaram na esteira dos “ecos” do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, realizado em Londres em 1912. Seu primeiro trabalho sobre eugenia foi a já mencionada conferência na

Associação Cristã de Moços (1917), publicada na íntegra no *Jornal do Comércio*. No artigo *Darwinismo social e eugenia* (1918), Kehl considerou a eugenia como a “religião da humanidade”, delineando o caráter científico-religioso de seus pressupostos eugênicos, que serão analisados no decorrer desse capítulo. Conforme Souza (2019), Kehl também caracterizou a eugenia como a “religião do futuro”, para a qual era necessário angariar mais adeptos. Partindo da árvore interdisciplinar que simbolizou o Segundo Congresso Internacional de Eugenia (1921) (ver anexo A), Souza (2019, p. 140) denotou que

[...] Renato Kehl pensava a ciência eugênica do mesmo modo que os eugenistas norte-americanos associados à Eugenics Record Office haviam pensado a árvore genealógica da ciência. Para esses eugenistas, o conhecimento eugênico era concebido como o próprio tronco exuberante da árvore da ciência, enquanto as raízes se constituíam de diversos ramos do saber científico, como medicina, antropologia, biologia, estatística, psiquiatria, economia, sociologia, genealogia, etc. Na concepção de Renato Kehl, a eugenia poderia não apenas se associar a esses saberes e se infiltrar entre eles, mas, acima de tudo, liderar e organizar o próprio campo científico como um todo. Desse modo, pensava patrioticamente Renato Kehl, seria possível empregar a eugenia tendo como objetivo a regeneração biossocial e o progresso da nação brasileira.

Em 1918, Kehl começou a publicar na revista *Chácaras e Quintais* na sessão *Higiene Rural* e na coluna *O médico grátis*, na qual tirava dúvidas relacionadas à saúde. Para Souza (2019), Kehl intentava despertar a “consciência sanitária” da população rural, considerada como “miserável”, “suja” e “doente”. Em 1919, Kehl ingressou no Serviço de Profilaxia Rural e, a pedido de Belisário Penna, foi trabalhar como chefe do posto de profilaxia de Merity e Raiz da Serra na baixada Fluminense, onde ficou durante 10 meses coordenando trabalhos de atendimento médico, campanhas de educação e combate às endemias rurais. Após colher dados antropométricos e constatar a precariedade das condições de saúde da população local, Kehl considerou que sanear correspondia a praticar a eugenia “preventiva”. Isso significa que, no início da trajetória de Kehl no movimento eugênico, eugenia significava, antes de tudo, higiene profilática (SOUZA, 2019).

Em 1920, Kehl publicou seu primeiro livro intitulado *Eugenia e Medicina Social*. O próprio título demonstrou o quanto a conjugação entre eugenia e saneamento esteve presente até mesmo na obra de Kehl, que somente no final da década de 1920 iria radicalizar seu pensamento e se alinhar em definitivo à *Rassenhygiene* alemã. Em 1923, o médico publicou *A cura da fealdade*, apontando sinais de “degeneração” física e mental entre a população brasileira. Em 1930, Kehl passou a organizar o serviço de propaganda e educação higiênica da Inspeção de Leprosia e das Doenças Venéreas, articulando campanhas de higiene e combate aos

“venenos raciais”, como a sífilis e o alcoolismo, diretamente relacionados à “degeneração” segundo muitos intelectuais da época. Kehl também organizou campanhas contra o analfabetismo, problema grave que impedia a construção do senso cívico e da nacionalidade. Segundo Souza (2019), no início dos anos 1920, o modelo de eugenia defendido por Kehl concebia a educação como prática eugênica fundamental para a melhoria das condições sanitárias via conscientização e para elevar o grau de civilização do país. Até o final dos anos 1920, Kehl defendeu um modelo de eugenia preventiva que englobava medicina social e educação como um só projeto de reforma nacional (SOUZA, 2019).

Os anos de 1922 a 1927 marcaram a consolidação de Kehl como autoridade intelectual no campo da eugenia brasileira. O eugenista conciliou seu trabalho no Departamento Nacional de Saúde Pública com a publicação de obras sobre eugenia, higiene e educação, como *A cura da fealdade* (1922), *Como escolher um bom marido* (1923), *Fada Hygia* (1923), *Como escolher uma boa esposa* (1924), *Bíblia da Saúde* (1926) e *Formulário de Beleza* (1927). Souza (2019) considerou que, até 1927, a eugenia defendida por Kehl era a de matriz “preventiva”, apesar da defesa circunstancial de medidas mais extremadas como a esterilização dos criminosos. As orientações sexuais e matrimoniais estavam ligadas a questões de saúde e higiene e ainda não estavam vinculadas às visões radicais e controladoras sobre a sexualidade.

A viagem de 5 meses para a Europa em 1928 influenciou a compreensão de Kehl sobre a eugenia, se aproximando de intelectuais e instituições da Alemanha, Suécia, Noruega, Inglaterra, Áustria e também dos Estados Unidos da América. Logo após seu retorno ao Brasil, Kehl publicou a primeira edição de *Lições de Eugenia* (1929), livro que marcou sua aproximação com as ideias radicais da eugenia “negativa” e com a *Rassenhygiene* alemã. De acordo com Souza (2019, p. 194):

Durante a viagem, Renato Kehl visitou várias universidades e institutos de antropologia e eugenia, tanto na Alemanha quanto em países do norte da Europa. Na Alemanha, visitou e realizou pesquisas no Instituto de Eugenia de Berlin, travando contato com seu diretor, o eugenista Hermann Muckermann e com o eugenista e antropólogo Hans Hausteine; conheceu, também, o já renomado eugenista e antropólogo Eugen Fischer, diretor do Instituto de Antropologia, Genética Humana e Eugenia, da Universidade Kaiser Wilhelm de Berlin; visitou, ainda, outras universidades e museus de antropologia e eugenia, como o Museu de Higiene Racial da cidade de Dresden, dirigido pelo médico e eugenista Dr. Vogel Wissenschaftl.

Antes de adentrar a obra de Renato Kehl, faremos duas ressalvas com relação a essa afirmação de Souza (2019), mais relacionadas a questões de terminologia e de tradução do

que ao mérito de sua pesquisa documental. Primeiramente, conforme Heim, Sachse e Walker (2009), o Kaiser Wilhelm Institute of Anthropology, Human Heredity, and Eugenics (KWI-A), fundado em 1927 como unidade integrante da Kaiser Wilhelm Society (*Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft*, KWS), não era uma universidade. Financiada a partir da parceria público-privada entre o governo da Prússia e a indústria local e organizada como um instituto de ciências aplicadas, a KWS foi criada em 1911 externamente ao sistema universitário alemão, justamente para que seus membros fossem liberados das obrigações docentes e se dedicassem exclusivamente à pesquisa científica. O KWI-A existiu de 1927 a 1945, foi incorporado pela Max Planck Society (*Max-Planck-Gesellschaft*) no pós-guerra e seu prédio em Berlin-Dahlem atualmente abriga parte do Otto Suhr Institute for Political Science da Freie Universität Berlin (HEIM; SACHSE; WALKER, 2009).

Em segundo lugar, identificamos um equívoco com relação ao nome do diretor do Museu de Higiene Racial de Dresden (*Deutsche Hygiene-Museum Dresden*), grafado como “Dr. Vogel Wissenschaftl”. Além de “Vogel” não ser um nome próprio e de não existirem registros relacionados ao sobrenome “Wissenschaftl”, a grafia é praticamente idêntica ao termo germânico *Wissenschaft*, cuja tradução se aproxima do conceito de “Ciência” em seu sentido amplo e interdisciplinar. Questionamos se esse sobrenome poderia ter sido registrado equivocadamente pelo próprio Kehl¹⁵ como “Dr. Vogel, *Wissenschaftler*” (“Dr. Vogel, *cientista*”, em tradução literal), levando à interpretação registrada na dissertação de mestrado de Souza (2006) e reproduzida nos trabalhos que se basearam em sua pesquisa documental, como os de Kinoshita (2013) e Wegner (2017). Para além destes trabalhos, não existem registros em artigos científicos ou livros acerca do nome “Vogel Wissenschaftl”. A partir do texto de Klaus Vogel (1999), descobrimos que o verdadeiro nome do diretor científico do *Deutsche Hygiene-Museum Dresden* era “Martin Vogel”, confirmando o equívoco na grafia nos textos em língua portuguesa. Deixamos aqui nossa sugestão para correções nos futuros trabalhos baseados na pesquisa documental de Souza (2006), a qual consideramos como uma das maiores referências na historiografia da eugenia brasileira.

Retomando a trajetória de Kehl, Souza (2019) denotou que, após o retorno ao Brasil e inclinado à eugenia alemã, o eugenista passou a se referir com mais frequência às teorias desenvolvidas no final do XIX por (Friedrich Leopold) August Weismann (1834-1914).

¹⁵ Essa hipótese nos parece factível, uma vez que erros ortográficos, abreviações e problemas de tradução eram comuns no *Boletim de Eugenia* e nos livros de seus três diretores. Conforme demonstraremos adiante (ver página 173), Kehl (1933c) registrou em *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* o nome “Hans Krauss”, quando na verdade se tratava de “Wilhelm Wolfgang Krauss”, que atuava como assistente do famoso eugenista Herman (Bernhard) Lundborg (1868-1943) no Instituto de Eugenia de Upsala (*Statens institut för rasbiologi*).

Weismann criticava a interpretação ambientalista do lamarckismo e considerava que o plasma germinativo era transmitido hereditariamente e era inviolável, ou seja, não sofria alterações exercidas pelo meio externo. Ao lado da redescoberta das leis de Mendel, suas ideias constituíram a base da compreensão dos biólogos e eugenistas sobre o funcionamento da hereditariedade humana no início do século XX. A hereditariedade, na perspectiva weismanniana e mendeliana, era constituída eminentemente pela linhagem biológica dos indivíduos e não pelas relações sociais. Conforme Souza (2019), essa aproximação das teses de Weismann e o afastamento do neolamarckismo foram registrados em *Lições de Eugenia*.

No que se refere especificamente ao livro, Nalli (2005) postulou que *Lições de Eugenia* é o texto mais denso no que tange aos fundamentos epistemológicos da eugenia brasileira, no qual Kehl explicitou sua concepção racista, autoritária e manipuladora. Este seria, dentre as tantas obras de Kehl, o livro no qual o conceito de educação eugênica *lato sensu* foi melhor delineado. Em outras palavras, a concepção de educação para a consciência racial consistiu em um dos elementos centrais em *Lições de Eugenia*, o que talvez explique a opção pelo título *Pedagogia Sexual* em sua tradução espanhola. Este é o principal motivo que nos levou a abordar inicialmente neste livro para, mais adiante, passarmos à discussão exposta em *Sexo e Civilização: aparas eugênicas*. Nossa escolha se explica, finalmente, não somente pelo argumento de Nalli (2005), como pela grande influência que a obra teve entre os intelectuais brasileiros, sobretudo Piza Júnior e Domingues, como veremos nos próximos capítulos.

3.2. A educação para a consciência eugênica em *Lições de Eugenia* (1929/1935)

No prefácio da primeira edição publicada em 1929 (mantido na edição de 1935), Kehl (1935) afirmou que 15 anos se passaram desde os primeiros esforços em prol da eugenia no país. Ou seja, para Kehl (1935), a apresentação da tese *Eugenia* de Alexandre Tepedino na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sob a orientação do médico Miguel Couto, representou o nascimento da campanha eugênica no Brasil. Segundo o eugenista, os objetivos da propaganda eugênica eram enfrentar a ignorância, a incredulidade e a indiferença que impediam a disseminação dessa ciência no país. Kehl (1935, pp. 11-12) lamentou que em seus primeiros anos de atuação os eugenistas foram chamados de “utopistas” e “semeadores de quimeras”, mas considerou que em 1929 essa ciência já era reconhecida, bem como a “[...]”

imperiosa necessidade da defesa eugênica da família e da nacionalidade” (KEHL, 1935, pp. 11-12).

Ainda no prefácio da primeira edição de 1929, Kehl (1935) justificou outro importante motivo para a publicação de seu livro: apesar de a eugenia já ser conhecida no Brasil, existia uma confusão quanto aos seus significados, fundamentos e propósitos, mesmo entre médicos e especialistas. Como veremos adiante, essa a crítica apareceu diversas vezes no *Boletim de Eugenia* e nas obras de Domingues (1929a; 1936b; 1942), direcionada especialmente aos intelectuais que confundiam eugenia com higienismo, sanitarismo ou educação física. No prefácio da segunda edição, Kehl (1935) afirmou que a eugenia já tinha adentrado na mentalidade política de vários governos na última década, considerando que no Brasil, a despeito da resistência, a inserção da educação eugênica na Constituição Federal de 1934 representou um inegável e importante avanço para a campanha no país (KEHL, 1935).

Traçando um histórico no qual a Grécia constituiu o ponto de partida e “berço” do movimento eugênico, Kehl (1935) postulou que a civilização indiana, marcada pelo espiritualismo e ascetismo, desprezou o corpo ao se concentrar na vida espiritual. Os gregos, pelo contrário, sem descuidar da religião, valorizaram a robustez e a beleza corpórea. A Lacônia teria sido a pedra fundamental da eugenia “histórica” graças à preocupação dos espartanos com a melhoria progressiva da raça, visando a formação de uma “elite homogênea” de homens “robustos”, “belos” e “inteligentes”. A estratégia discursiva de Kehl (1935) era acompanhada da defesa às críticas que consideravam a eugenia como uma ciência cruel e racista.

Para Kehl (1935, p. 16, grifos do autor), similarmente a Galton (1909), a eugenia era uma ciência suprassocial que diferenciava os homens “[...] sómente de acordo com a *higidez* ou *morbidez* das suas disposições hereditarias e não segundo as classes e raças a que pertençam”. A despeito das críticas sobre a crueldade das Leis de Licurgo, Kehl (1935) elogiou explicitamente a política de extermínio dos bebês considerados “fracos” em Esparta. Assim, o livro *Lições de Eugenia* expôs a admiração do eugenista brasileiro por Licurgo, definido como o “campeão da obra selecionadora” que, “sábio e precavido”, soube lidar racionalmente com o problema das crianças “raquíticas e degeneradas”, classificadas como “pobres e infelizes” (KEHL, 1935, p. 19).

Para defender esse polêmico argumento, Kehl lançou mão da retórica “humanista”, afirmando que lutar contra a “degeneração” consistia em um ato heroico, pautado nos mais

nobres valores “humanistas” que tinham como fim a felicidade dos homens. “O Eurotas era o remédio radical contra a degeneração, - o tumulto da anormalidade”, ponderou Kehl (1935, p. 19). Conforme discorreremos adiante, o médico concebeu algumas doenças, especialmente a tuberculose, como o “Eurotas moderno”, capaz de eliminar os naturalmente “fracos” e “inferiores”. Por sua vez, o assistencialismo era um “anti-Eurotas”, pois garantia a sobrevivência dos mais “fracos” que não paravam de se multiplicar. Destarte, o legislador Licurgo foi, segundo Kehl (1935), o primeiro “eugenista prático” do mundo. Todavia, o autor de *Lições de Eugenia* afirmou concordar com a política de Licurgo, mas não com os seus métodos, os quais considerava como um “radicalismo desumano”.

Kehl foi um eugenista radical defensor da esterilização, mas argumentou que essas cirurgias deveriam ser realizadas de forma “humana”, ou seja, com base nos avanços da medicina, e não na brutalidade. Esse argumento “humanista” de Kehl, como sabemos, não passava de retórica, como ficou registrado nas páginas subsequentes de seu livro. Kehl (1935, p. 23) afirmou que apesar do “radicalismo desumano”, Licurgo conseguiu com seu rigoroso processo seletivo formar em Esparta uma pátria de homens “fortes” e “valentes”. Concluiu que, ao eliminar as “criaturas debeis e invalidas”, orientando os pais a valorizarem não a riqueza material, mas a saúde e a robustez, o primeiro “eugenista prático” do mundo foi vitorioso ao alcançar a perfeição de seus guerreiros espartanos. Além de Licurgo, outras obras precursoras da doutrina eugênica foram elogiadas por Kehl (1935), como *Elegias* de Teognis de Megara (séc. VI a.C.), *As Euménides* e *As Suplicantes* de Ésquilo (525-456 a.C.), *A República* e *As Leis* de Platão e *A Política* de Aristóteles (384-322 a.C.).

Dando continuidade à reconstituição histórica da ciência do melhoramento racial, Kehl (1935) apontou dois defeitos na civilização espartana. Primeiro, criticou os espartanos por terem sido um povo guerreiro e aristocrata, mas que não era trabalhador, recorrendo à escravidão. Segundo, pela valorização exacerbada da força muscular em detrimento das atividades intelectuais, em uma clara comparação com Atenas. Kehl (1935) elogiou a seleção humana vislumbrada por Platão na *República*, pautada na escolha dos mais “vigorosos” e “inteligentes” e no impedimento à reprodução dos “piores”. Considerando a Idade Média como a “idade das trevas”, lamentou que os cristãos exaltaram a alma em detrimento do corpo, levando à “decadência” do ideal de perfectibilidade humana dos antigos gregos. Na Idade Moderna, mesmo no “luminoso reinado” de Luiz XIV (1638-1715), o “Rei Sol”, tanto a higiene quanto a “apuração” do gênero humano foram negligenciados. Nessa passagem, Kehl (1935) não relacionou a eugenia ao Esclarecimento, afirmando a ocorrência de um “salto

eugênico” da Antiguidade à Contemporaneidade, de Licurgo a Galton, sem menções honrosas às Idades Média e Moderna.

Chegando à Idade Contemporânea, Kehl (1935) afirmou que, com Francis Galton, os ideais regeneradores já existentes na Antiguidade foram reestruturados. Entretanto, em sua forma científica, a eugenia seria uma “legítima filha” do polímata inglês. Mencionou a criação do Eugenics Record Office (1905), anexo à Universidade de Londres, cuja principal preocupação era averiguar os processos de seleção anteriormente empregados pelos espartanos, adaptando-os à contemporaneidade. Citou a publicação de *Essays in Eugenics* (1909), livro no qual Galton estabeleceu os métodos eugênicos de forma clara e acessível, combatendo a alcunha de “utópica” que a eugenia recebera desde seu surgimento (KEHL, 1935). Esse trecho evidenciou que a crítica à eugenia que já existia nos tempos de Galton e nos anos subsequentes à sua morte também chegara ao Brasil na década de 1920. Denotou, ainda, que Kehl (1935) assimilou a estratégia defensiva de Galton (1909), visando ampliar o alcance da eugenia e promover a difusão da consciência eugênica.

Kehl (1935) mencionou o artigo publicado por Galton em 1865 na *Macmillans Magazine*, no qual foram expostas as concepções básicas e originais da eugenia, posteriormente codificadas e vulgarizadas. Nos anos de 1904 e 1905, Galton apresentou à Sociedade de Sociologia de Londres suas ideias definitivas e, de 1905 até 1911, ano de sua morte, continuou seus esforços em prol da ciência do melhoramento racial. Kehl (1935) relembrou que o polímata inglês não encampou essa cruzada sozinho, citando o periódico sobre eugenia assinado por três grandes colaboradores: Karl Pearson da Universidade de Londres, Walter (Frank Raphael) Weldon (1860-1906) da Universidade de Oxford, e Charles Davenport de Cold Spring Harbor, nos Estados Unidos da América (KEHL, 1935).

De acordo com Kehl (1935), a partir da criação da Eugenics Education Society, foi formado um comitê internacional composto por intelectuais de vários campos, que empreenderam pesquisas com o intuito de estruturar cientificamente a doutrina galtoniana. O eugenista brasileiro afirmou que esse apelo foi atendido com a organização do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia realizado em Londres (1912) e do Segundo Congresso Internacional de Eugenia realizado em Nova Iorque (1921) (ver anexo A). Em suma, para Kehl (1935), Galton iniciou o processo de “cientifização” da eugenia, mas quem concluiu as bases de sua ciência foram seus prosélitos, dentre os quais ele se incluía.

Na sequência, Kehl (1935) destacou as associações eugênicas que se difundiram em diversos países do globo: a Eugenics Society em Londres, dirigida por Leonard Darwin (1850-1943), filho de Charles Darwin; a Société Française d'Eugénique, com sede em Paris; a Sociedade Polonesa de Eugénia; a Sociedade Italiana de Eugénia; La Société Belge d'Eugénique; o Winderen Laboratorium na Noruega, dirigido por John (Alfred Hansen) Mjøen (1860-1939) e responsável pela revista *Den Nordiske Race*; o Instituto Eugénico de Upsala na Suécia, dirigido por Herman Lundborg; a Sociedade Eugênica Russa; o Instituto de Eugénia de Berlim; e o Eugenics Record Office, seção da Carnegie Institution de Washington. Mencionou, por fim, as medidas eugênicas adotadas no México, como o Código Sanitário, que determinava a obrigatoriedade do exame médico pré-nupcial e a apresentação do certificado garantindo a não existência de doenças hereditárias (KEHL, 1935).

O contato inicial dos brasileiros com a eugénia ocorreu no Primeiro Congresso Internacional de Eugénia realizado em Londres no ano de 1912, de acordo com Kehl (1935). Foi nesse momento que os intelectuais do nosso país deram seus primeiros passos em direção à doutrina de Galton. Para o autor, a questão da hereditariedade já era estudada e debatida no Brasil por meio dos trabalhos de Gallardo, Sergi, Apert e Hirsch. Todavia, ponderou Kehl (1935, p. 26), “[...] foram, pois, os ecos do primeiro Congresso de Londres [...] que nos impeliram ao estudo da Eugénia”. Kehl (1935) registrou que os primeiros trabalhos sobre o tema redigidos em português a circular no Brasil foram os textos de Erasmo Braga, João Ribeiro, Horácio de Carvalho, um folheto pró-eugenismo (1914) assinado pelo professor Magalhães na Bahia, a tese *Eugénia* (1914) de Alexandre Tepedino, o folheto *Eugénia* (1917) e os *Anais de Eugénia* (1919), publicados pela Sociedade Eugênica de São Paulo, além de matérias em jornais e artigos em revistas nacionais e no exterior (KEHL, 1935).

A conferência na Associação Cristã de Moços em 1917, ministrada a convite dos empresários norte-americanos que dirigiam a associação (SOUZA, 2019), e a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918 foram marcos simbólicos da cruzada eugênica de Renato Kehl no Brasil. De acordo com Kehl (1935), a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, que contou com um evento inaugural na Santa Casa de Misericórdia, com a presença de médicos da capital e do interior de São Paulo, repercutiu e despertou interesse em intelectuais no Brasil, América Latina e Europa. Segundo Kehl (1935), a Sociedade era formada pelas figuras “mais representativas” do meio científico paulista. Em suas sessões, foram debatidas questões como a reforma do artigo 183 §IV do Código Civil, que versava

sobre casamentos entre irmãos, na qual participou o professor Oscar Freire (de Carvalho) (1882-1923) (KEHL, 1935).

Na primeira das treze *Lições de Eugenia*, expostas por meio de uma linguagem didática e objetiva, Kehl (1935) apresentou como finalidade da eugenia a melhoria progressiva da espécie, através do fomento da “boa geração” e da “procriação hígida”, visando “enobrecer” o homem física e mentalmente. Citando o eugenista espanhol Luiz (Ramón) Huerta (Naves) (1889-1976), Kehl (1935) considerou a eugenia ao mesmo tempo como ciência e arte: ciência, como pesquisa ininterrupta sobre a hereditariedade biológica, e arte, pelas suas aplicações visando a “boa procriação”. Se associarmos essa dupla definição à representação da árvore interdisciplinar da eugenia elaborada para o Segundo Congresso Internacional de Eugenia (1921) (ver anexo A), podemos considerar que o estudo da hereditariedade seria, na razão eugênica de Kehl (1935), uma atividade científica, enquanto sua aplicação em termos práticos, ou seja, semear as “boas” sementes nos “melhores” solos (ver anexo B) e podar as “ervas daninhas” (ver anexo C), consistia em uma arte.

Kehl (1935, p. 15) diferenciou “eugenia” de “eugenismo”, afirmando que a ciência de Galton se subdividia entre teoria e prática. Enquanto o termo “eugenia” remeteria à “[...] ciência que investiga, que recolhe, comprova e coordena fatos, com eles constituindo os princípios”, o termo “eugenismo” corresponderia “[...] ao culto e à ação eugénica, representando, pois, a sua aplicação sociológica”. Concebida como “higiene da raça” (em uma tradução literal do termo *Rassenhygiene* que serviu de modelo para Kehl), o autor de *Lições de Eugenia* considerou que a eugenia se baseava nos estudos dos fatores suscetíveis de serem regulados pelos homens, fatores estes que poderiam melhorar ou piorar as qualidades das gerações futuras nos aspectos físicos e psíquicos. Ela visava favorecer a procriação dos “bem-dotados” e “promover a eliminação progressiva dos tarados¹⁶”, ou seja, “impedir a aquisição dos caracteres degenerativos e transmissíveis hereditariamente” (KEHL, 1935, pp. 15-17). Essa promoção, que constituiu um dos principais objetivos da campanha eugênica kehliana, envolvia *controlar* os casamentos através dos conhecimentos científicos, palavra grafada em itálico por Kehl (1935), explicitando a relação entre eugenia, Esclarecimento e razão instrumental (HORKHEIMER, 1941) discutida no primeiro capítulo.

A mitificação da ciência e da razão exposta por Horkheimer (1941; 2015) e Adorno e Horkheimer (2006) pode ser percebida em *Lições de Eugenia* no trecho em que Kehl (1935)

¹⁶ O termo “tarado” na obra de Renato Kehl se referia aos indivíduos que possuíam “taras”, a dizer, doenças em um sentido amplo, não necessariamente de ordem sexual.

definiu a eugenia ao mesmo tempo como uma religião e uma ciência, assimilando o conceito de ciência-religião estruturado por Galton (1909). De acordo com Kehl (1935, p. 15), a eugenia se configurava como a “verdadeira religião do futuro” e “[...] a ciência da felicidade, porque se esforça pela elevação moral e física do homem, afim de dota-lo de qualidades otimas, de fornecer-lhe elementos de paz na família, na sociedade, na humanidade”. Assim como a mitificação da razão, a educação para a consciência eugênica foi explicitada em diversos capítulos dessa obra. “Do ponto de vista individual”, ponderou Kehl (1935, p. 16), a eugenia “visa atingir o seu escopo instruindo e educando os indivíduos em assuntos eugênicos, afim de estabelecer a consciência eugênica”. Este trecho denota que, mesmo considerando em um sentido mendeliano que a educação *stricto sensu* seria uma medida limitada diante da impossibilidade de alterar as características hereditárias melhorando as condições externas ao indivíduo, a educação *lato sensu* seria, para Kehl (1935), o principal meio de difusão da consciência eugênica.

Assim como seu colega Octavio Domingues (1929a; 1936b; 1942), Kehl (1935) considerou que a higiene geral, a medicina social, o assistencialismo e a educação física não se enquadravam na eugenia, pois, apesar de buscarem melhoras no meio, oferecendo uma melhor qualidade de vida aos indivíduos, elas eram superficiais, uma vez que não agiam sobre o plasma germinativo. Para dar mais credibilidade à sua argumentação, Kehl (1935, p. 17, grifos do autor) registrou que a Universidade de Londres nomeou em 1904 uma comissão para estabelecer, de forma definitiva, o conceito de eugenia: “O termo eugenia deve ser definido como o estudo dos fatores que, sob *contrôle* social, possam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, quer física, quer mentalmente”.

A segunda das treze lições é importante para compreendermos a aproximação de Renato Kehl no final da década de 1920 com Octavio Domingues, “pai” da Zootecnia no Brasil, e Salvador de Toledo Piza Júnior, renomado pesquisador no campo da Entomologia. Kehl (1935) buscou exemplificar os avanços da Zootecnia, afirmando que submeter os animais a uma seleção biológica já era uma realidade no país, e que seus resultados já eram vistos através da diminuição das raças “decaídas” e da melhoria das raças “puras”. Adaptando o argumento utilizado por Platão em *A República*, Kehl (1935, pp. 29-30) foi enfático ao afirmar que “É estranho, pois, que se cuide com tanto interesse da seleção de raças animais, com mais evidentes resultados, e não cuidemos, igualmente, da espécie humana”.

As palavras “seleção” e “hereditariedade” utilizadas no campo da Zootecnia são importantes para a compreensão da razão eugênica de Renato Kehl. O autor ressaltou em *Lições de Eugenia* que a Zootecnia não era uma “ciência-arte banal”, baseada na lógica tentativa-erro, mas se amparava sobre princípios fundamentais, estudando o *pedigree*, ou seja, a árvore genealógica dos animais. Citando o escritor português (José Valentim) Fialho de Almeida (1857-1911), Kehl (1935) postulou que não bastava a cura dos doentes, a profilaxia e a puericultura; era indispensável chegar na “hominicultura”. Para tanto, o eugenista defendeu a seleção artificial dos seres humanos, utilizando exemplos de cães a frutas, de tulipas a animais domesticados, ponderando que a mesma preocupação restauradora não era, infelizmente, pensada com o mesmo afinco no tocante aos seres humanos “decrépitos”, como outrora ocorrera na Grécia, habitada pela raça “mais bela” (KEHL, 1935).

Para Kehl (1935), frente aos avançados recursos fornecidos pela ciência moderna, não era mais possível cogitar deixar o futuro da humanidade ao léu. Frente à “ameaça degenerativa” que assolava o país, era imperativo a aplicação da hominicultura, ou seja, a seleção artificial dos seres humanos. As resistências de ordem sentimental, religiosas e morais que impediam a efetivação dessa política biológica deveriam ser superados para que a hominicultura, fruto dos avanços da civilização, se tornasse realidade (KEHL, 1935). Nessa segunda lição, observamos que tanto a ideia de “civilização” quanto o conceito de “razão” na obra de Kehl (1935) se relacionavam ao ideal de uma sociedade rigorosamente administrada por uma política eugênica.

De acordo com Kehl (1935, p. 32), era questão de tempo para que o Estado assumisse o controle do “crescei e multiplica-vos”, organizando a genealogia de toda população brasileira. Em nota de rodapé, o autor afirmou que a Alemanha já realizava esse “trabalho de proteção eugênica dos bem-dotados”. Conforme mencionamos anteriormente, a edição ampliada de *Lições de Eugenia* publicada em 1935 apresentou elogios abertos a Adolf Hitler e à *Rassenhygiene* nazista, inexistentes na edição de 1929. Vejamos, a seguir, uma das passagens acrescentadas por Kehl (1935, pp. 25-26) na segunda edição:

Em Berlim fundou-se, recentemente, o Instituto de Eugenia, destinado a propagar e aplicar os metodos eugenicos. Existem ainda nesse país outros institutos que se destinam a ministrar conselhos e fazer a propaganda eugênica, outros que se ocupam do exame pré-nupcial dos nubentes e outros, ainda, dedicados, exclusivamente a estudos científicos relacionados com a defesa e melhoria do povo alemão. Logo após a ascensão de Hitler ao poder foi estabelecido na Alemanha um Tribunal Eugênico e instituído um verdadeiro Código de proteção racial. É neste país onde se pratica, atualmente, a eugenia com mais amplitude e decidida coragem. O sistema

eugenico alemão de proteção racial impressionou os cientistas e governantes de varios países, especialmente do norte europeu que, aos poucos, estão adotando os mesmos dispositivos regulamentares, apenas com algumas variantes (KEHL, 1935, pp. 25-26).

Para Kehl (1935, p. 32), mesmo dentre a nobreza, com seu suposto “sangue azul”, poderia correr o “sangue chilo” (insípido, sem valor) da “degeneração”. Por esse motivo, era necessário criar um registro genealógico oficial das famílias, uma das principais bandeiras levantadas por Kehl em sua campanha (ver anexo D), conforme verificaremos em nossa análise sobre o *Boletim de Eugenia*. Para o eugenista, somente a partir do controle sexual se poderia identificar a verdadeira “elite eugênica” do país. Em sua proposta, os indivíduos só poderiam se casar após o atestado de saúde emitido pelas autoridades médicas. Somente poderiam se reproduzir aqueles que possuíssem essa autorização, enquanto “[...] os indivíduos considerados inaptos á procriação terão apenas direito aos prazeres do himeneu, quando préviamente submetidos á esterilização” (KEHL, 1935, p. 33).

Conclamando os intelectuais à ação, Kehl (1935) reafirmou o papel dos homens na luta para que se assegurasse a descendência dos “bons”, visando a constituição de uma “elite eugênica” privilegiada. O autor citou o livro *A decadência do Ocidente* (1918) de Oswald (Arnold Gottfried) Spengler (1880-1936), elogiando sua análise “cientificamente embasada”, na qual considerou que o Ocidente atingiu o ápice da civilização, e que agora caminhava para a sua “decadência”, cuja etapa final se concretizaria no ano 2000. Poderíamos afirmar, a partir desse diálogo com a teoria de Spengler, que a interpretação kehliana seria eminentemente pessimista, no sentido de compreender o período em que vivia como um período de “decadência” da civilização graças à “degeneração” racial. Todavia, nas páginas subsequentes, Kehl (1935) mencionou o geneticista alemão Erwin Baur (1875-1933), afirmando que as crises eram comuns e passageiras, e que não era possível afirmar que a civilização estava em “decadência”.

Remetendo a Gottfried (Wilhelm) Leibniz (1646-1716) quanto ao otimismo com relação à impossibilidade de desaparecimento dos povos, Kehl (1935, p. 37) constatou a existência de uma “fase regressiva espiral”, ou um período de crise, mas não a “decadência” da civilização ocidental. Para Kehl (1935), a civilização se transferiria e se estabilizaria em outros lugares para além da Europa, culminando em uma homogeneização da humanidade que, então, floresceria. Entretanto, citando o psiquiatra suíço Auguste-Henri Forel (1848-1931), Kehl (1935) afirmou que os “inválidos” de corpo e espírito não apenas não geravam valor social, como representavam um déficit econômico. Como era comum nos textos

kehlianos, uma afirmação tão categórica e radical era sucedida pela retórica “humanista”, apresentada no parágrafo seguinte. Kehl (1935) afirmou que as altas taxas de mortalidade estavam relacionadas às questões de higiene e sanitarismo, mas considerou que a política eugênica, ao lado de políticas sanitárias e educativas, seria a política “salvadora” da civilização. É interessante denotar que Kehl (1935) criticava a alta mortalidade pois considerava, mesmo que implicitamente, que dentre os mortos existiam indivíduos “bem-dotados”. Todavia, Kehl (1935) também era contrário à política assistencialista, duramente criticada em seus textos, uma vez que ela garantia a sobrevivência dos “degenerados” que, em sua lógica, sempre se reproduziam mais rapidamente do que os tipos “elevados”.

Ainda na segunda lição, Kehl (1935) afirmou que a sociedade dava muita importância aos títulos nobiliárquicos e brasões de família, mas que tais títulos não condiziam com a real condição biológica dos indivíduos. Mesmo na linhagem de príncipes seria possível encontrar diversos exemplos de indivíduos com “defeitos” físicos e morais. Para exemplificar, mencionou o rei Carlos V (1500-1558), que mesmo realizando grandes feitos, sofreu de epilepsia, gota, depressão e “taras psicopáticas” herdadas de sua mãe Joana I, “a Louca” (1479-1555). Para Kehl (1935), a verdadeira nobreza era a “nobreza eugênica”, constituída a partir de uma conjunção entre robustez, moralidade e equilíbrio somato-psíquico. Em suma, uma integridade física, mas também moral. Para Kehl (1935), a moralidade era também uma das provas do sucesso da eugenia, mesmo que a questão físico-biológica fosse preponderante. Concluiu defendendo a criação de um novo padrão de fidalguia ou um “Colégio Eugênico Brasileiro”, capaz de estabelecer a “verdadeira aristocracia nacional”.

A aproximação entre eugenia e religião foi outra estratégia argumentativa de Kehl (1935) que, assim como Domingues (1929a; 1936b; 1942), se preocupou com as dificuldades de disseminação da eugenia em um país dominado pelo catolicismo. Para Kehl (1935), a eugenia era uma “nova religião” que, ao contrário das predecessoras, não se preocupava apenas com a perfeição moral, negligenciando a corporeidade. Ela unificaria, pelo contrário, ambas. Neste aspecto, sua concepção de eugenia era herdeira do conceito de ciência-religião galtoniano. Todavia, em um contexto em que a causa eugênica precisava se afirmar como ciência, Kehl (1935) colocou a si mesmo em um complexo “jogo de xadrez”. Se a eugenia era uma ciência, ela possuiria um método que poderia e deveria ser comprovado, verificado, discutido entre pares e criticado. Se ela era uma religião, ela possuía um caráter dogmático, mitificado e, portanto, inquestionável. Qual seria, afinal, a base epistemológica da eugenia

segundo o autor de *Lições de Eugenia*? Vejamos o que o próprio Kehl (1935, pp. 44-46) ponderou em sua obra:

Sem contradizer os mandamentos de qualquer das religiões, estabelece a fé na vida terrestre, cada vez mais adequada pelo aperfeiçoamento somato-psíquico dos homens. A Eugénia pretende que a alma se enobreça, tendo, porém, como “residência”, na sua passagem por este planeta, uma moradia condigna, por não convir o contraste chocante de uma alma pura, de um espírito divino, habitando um corpo monstruoso e abominável. A ciência-religião de Galton atrai, pois, a solidariedade simpática de todos os credos que evoluíram e acompanham os progressos da ciência, sem preconceitos intolerantes [...]. A Eugénia é a ciência-religião do aperfeiçoamento. [...] A Eugénia é uma religião do entendimento ou, melhor exprimindo, é a ciência-religião da perfeição moral, intelectual e física. Os seus propositos não consistem apenas no estabelecimento de regras matrimoniais, como geralmente se supõe, nem os seus fins se confundem com os de outras ciências correlatas.

Na sequência, citando o escritor português (José Maria) Latino Coelho (1825-1891), Kehl (1935, p. 45) estruturou sua concepção de eugenia, assimilando e aprofundando o conceito galtoniano de ciência-religião:

Ha na terra duas religiões igualmente espirituais, igualmente necessarias: a religião da fé e a religião do entendimento. No meio das atribuições a que as pompas da vida servem apenas de decoração e de teatro, ha duas grandes e providentes consolações: crer e saber. Por isso os dois maiores tesouros da humanidade têm sido e sempre serão a religião e a ciencia. Não penseis que são adversarias e incompatíveis, porque o fanatismo ou a impiedade rompam, ás vezes, por algum tempo, os laços com que intimamente se encadeiam a fé e a razão, o dogma e a ciencia, Deus e o Universo, o divino Amor e o livro imenso, em que exemplifica nas formosas harmonias da natureza os sinais indeleveis da sua criadora onipotencia.

O termo “religião do entendimento” nos remete à crítica de Horkheimer (1941) em *The end of reason* e Horkheimer e Adorno (2006) na *Dialética do Esclarecimento*. A eugenia seria, na lógica kehliana, fruto de uma razão esclarecida, uma ciência teórica e racionalmente embasada, cujos adeptos, descobridores e guardiões de uma verdade incontestável, seriam os apóstolos. Ao reafirmar o dualismo entre a razão esclarecida da eugenia e a ignorância obscura daqueles que a criticavam, Kehl (1935, p. 45) levou a mitificação da razão ao seu ápice: “São contrários á Eugénia os ignorantes e os rotineiros, que têm horror ao progresso”. Destarte, a eugenia compreenderia, para Kehl (1935), a verdade manifesta a partir da ciência-religião criada por Galton, da qual ele seria um aplicado apóstolo. Sua razão eugênica obedecia, pois, a uma lógica que se deslocava do sagrado ao profano em poucas linhas. Em última instância, não havia, para Kehl (1935), qualquer contradição entre essas duas esferas.

Em seu aspecto religioso, a ciência do melhoramento racial exigia o sacrifício individual em prol do progresso coletivo. Para Kehl (1935), a eugenia era a intermediária entre a higiene social e a medicina prática, selecionando os melhores indivíduos na busca incessante pelo aperfeiçoamento. Entretanto, ela não objetivava transformar a sociedade em um haras, segregando socialmente os “doentes” e “tarados”. Conforme Kehl (1935), a eugenia estaria de acordo com os preceitos “humanitários” e sociais contemporâneos, promulgando uma nova orientação médico-social, fundamentada na “solidariedade individual” e visando o proveito coletivo da espécie. A preocupação “humanista” da ciência-religião galtoniana assimilada por Kehl (1935) almejava, sobretudo, a “regeneração” dos indivíduos para melhorar a sociedade.

Kehl (1935) finalizou sua segunda lição definindo a eugenia como a razão absoluta que, movida por um ideal “humano” e “humanista”, se preocupava com a defesa da espécie diante da maior ameaça existente: a “degeneração”. Quem se colocasse contra esse ideal “regenerador”, estaria, pois, atentando não apenas contra a ciência, o progresso e a razão, mas contra a própria sobrevivência da civilização frente ao incontestável “processo degenerativo”. Ser defensor da eugenia seria, na razão eugênica de Kehl (1935), ser defensor da verdade, da ciência e da vida humana. Por conseguinte, toda crítica à eugenia seria, segundo a lógica dualista kehliana, a representação máxima da irracionalidade, uma atitude anticientífica, obscura, de ordem moral e, portanto, inadmissível em um contexto em que os “apóstolos” de Galton já haviam revelado a verdade por intermédio da ciência. Para Kehl (1935, p. 47):

A multidão que se agita, que se esforça, que trabalha, tem sobre si, o peso morto de uma massa formidável de debeis mentais, de degenerados, de monstruosos, que parasitam e aniquilam. Torna-se, pois, indispensável, restabelecer o equilíbrio para a eliminação gradual da parte doente do organismo social, recorrendo a processos lentos e humanos de depuração, até conseguir a cicatrização de suas soluções de continuidade, que seria alcançada facilmente pela lei inexorável da luta pela vida, se os ditados do coração não os tivessem quasi sempre revogado. Com os processos galtonianos, e apesar do que acabamos de mencionar, poderá conseguir-se esse ideal.

Na terceira lição, Kehl (1935) explanou o conceito de “degeneração”, caracterizando-a como um “desvio” das boas qualidades de origem hereditária ou um afastamento do “tipo médio” da raça. Isso incluiria “deformações” de ordem física, mas também de ordem moral e intelectual, como o “retardamento mental”, a “imbecilidade” e o “cretinismo”. Ele ressaltou que defeitos físicos não-hereditários não poderiam ser considerados como “degeneração”; por exemplo, uma pessoa que perdeu um braço possuía um defeito que não foi adquirido e nem

seria hereditariamente transmitido. Ademais, além de alertar para a péssima situação sanitária que se encontrava o país, sobretudo na zona rural, agravando a miséria e a degradação, Kehl (1935) considerou que a maioria da população brasileira sofria com doenças, “taras” e “degenerações”. Concisamente, o Brasil, aos olhos do “pai” da eugenia no país, era uma nação doente que precisava ser curada.

Kehl (1935) apresentou na terceira lição de seu livro um dos conceitos mais radicais da eugenia brasileira, a despeito da retórica “humanista”: a “filantropia contra-seletiva”. Para o eugenista, a filantropia não deveria parar de ajudar os doentes e “degenerados”, mas não poderia auxiliar *apenas* estes e se esquecer dos “normais”. Para Kehl (1935), a filantropia deveria ser reorientada, pois, mal direcionada, compreenderia um fator gerador de “vícios”, “indigências” e “degradação social”. Dito de outro modo, a filantropia não deveria ser encerrada, mas eugenicamente orientada, no intuito de não agravar aquilo que Kehl (1935, pp. 51-52) considerou como a “mediocrinização do ser humano”. Os filhos sadios das famílias pobres precisavam, segundo Kehl (1935), de amparo e educação, para que tivessem sucesso e constituíssem núcleos familiares sadios e felizes. A educação deveria incentivar os “normais” a se casarem mais cedo, se reproduzindo de forma mais numerosa do que os “degenerados”. Destarte, a filantropia se tornaria seletiva, e não contra-seletiva, tal qual ocorria no país. Nas palavras de Kehl (1935, pp. 51-53):

A sociedade esforça-se para defender a vida dos mediocres, dos deveis e degenerados; descuida-se, entretanto, de amparar e de estimular os indivíduos normais e capazes, aos quais falta, muitas vezes, um modesto apoio para progredirem e se tornarem elementos benéficos para a coletividade. [...] Infelizmente, via de regra, procura-se tudo favorecer aos mediocres, aos doentes, aos incapazes, que por isso conseguem vencer em prejuízo da parte boa, sacrificada pela concorrência desleal “filantropicamente” estabelecida pela sociedade. Pode-se calcular que cada homem válido arca com o peso morto de quatro indigentes, tal a sua contribuição pessoal, direta ou indireta, por meio de impostos e de outros recursos que sustentam os elementos inúteis ou quase inúteis. [...] Resulta daí que, enquanto a parte boa e culta de um país reduz a sua prole, a parte residual aumenta-a, no mesmo tempo, em mais de 20% anualmente.

O argumento da filantropia contra-seletiva, que partia de uma análise socioeconômica elitista e autoritária não era, contudo, novidade ou exclusividade da obra de Renato Kehl. A pauta já estava presente na razão eugênica de Galton, foi amplamente exposta no *Boletim de Eugenia*, assim como foi compartilhada por Domingues (1929a; 1936b; 1942), equivocadamente considerado na historiografia como um eugenista “brando” ou “moderado” por não compartilhar do racismo científico de Kehl e Piza Júnior¹⁷, conforme explanaremos

¹⁷ Ver, por exemplo, Stefano (2009) e Hochman, Lima e Maio (2010).

no capítulo 5. Do mesmo modo, a ideia de que os indivíduos pobres poderiam ser saudáveis do ponto de vista hereditário variava constantemente na obra de Kehl, que hora afirmava poder haver nas classes sociais subjugadas indivíduos capazes de compor o “núcleo aristogênico” da sociedade (NALLI, 2005), hora explicitava que seu preconceito racial constituía, também, em um preconceito de classe, conforme registrado nos artigos do *Boletim de Eugenia*.

Um dos motivos que levaram o controle sexual a ser uma das principais bandeiras de Kehl (1935) foi a constatação de que o “núcleo cacogênico” da sociedade, ou seja, os indivíduos “disgênicos”, “indesejáveis”, “degenerados” ou “tarados” apresentavam taxas de reprodução muito superiores ao “núcleo aristogênico”. Além disso, Kehl (1935) foi um crítico voraz da democracia, afirmando que um governo das massas compreenderia a vitória da “mediocridade”. Sua defesa se assemelha a uma espécie de releitura de base eugenista da sofocracia platônica, na qual a elite intelectual deveria governar as massas (cf. PLATÃO, 2012). Segundo Kehl (1935, p. 55):

A vitória da mediocridade parece, pois, em vias de consumir-se. Eis a razão dos prosélitos de Galton duvidarem do sufrágio universal e da democracia, tendentes a nivelar os indivíduos, abatendo a influência das elites. [...] Que seria do mundo, se esses milhões de plebeus e muitos outros milhões de mediocres existentes no planeta tomassem as rédeas do carro e o impelisses ao sabor da idéia democrática niveladora, que é o governo pela massa ou duma tal maioria no seu próprio interesse?

O preconceito de classe kehliano é evidenciado nesta passagem, demolindo a suposta “neutralidade” de sua ciência-religião ao reproduzir uma concepção elitista, reacionária e antidemocrática ainda presente nos discursos das classes dominantes brasileiras.

Ao lado da filantropia contra-seletiva, Kehl (1935) considerou a guerra como um fator “disgênico”, afirmando que a verdadeira guerra que a humanidade deveria encampar era contra a “degeneração”. As guerras totais, tal qual a Primeira Guerra Mundial (chamada à época de Grande Guerra), consistiriam em um fatores “disgênicos”, pois os “melhores” morriam nas frentes de batalha enquanto, na retaguarda, os “incapazes” e “doentes” continuavam se reproduzindo. Desse modo, a guerra levava à morte dos “bons”, ao retardamento dos casamentos entre os “melhores” e à baixa na natalidade “hígida”. Kehl (1935) também lamentou que a guerra matava as melhores raças, como ocorreu com os alemães brancos na Grande Guerra. Em um argumento anti-bélico e ao mesmo tempo carregado de preconceitos de classe e raça, Kehl (1935) ponderou que ao invés de guerras que

matam os “bons”, as nações deveriam cuidar de melhorar os próprios “jardins”, que há tempos sofriam com a proliferação de “ervas daninhas” (ver anexo C).

Na quarta lição, Kehl (1935) adentrou o campo da Educação, postulando que a eugenia se relacionava intimamente com outros ramos do conhecimento humano, especialmente a Pedagogia, a filosofia moral, a higiene e a medicina social. Suas preocupações englobariam tanto as questões do meio físico e a profilaxia, quanto a hereditariedade, mesmo que, enquanto ciência, sua base se restringisse a essa última. Por esse motivo, as práticas eugênicas deveriam ser complementadas com medidas como a restrição à imigração e o malthusianismo, baseado no controle dos nascimentos. Kehl (1935, p. 66) reforçou, porém, que o campo da eugenia possuía bases sólidas e fronteiras bem delimitadas, definindo-a como *Rassenhygiene*, ou seja, a “higiene da raça” ou a “higiene da semente germinal”, que não deveria ser confundida com medidas auxiliares como higiene, sanitarismo e educação, tal qual faziam os eugenistas de orientação neolamarckista. Apesar dessa ressalva, a educação *lato sensu* estava longe de ser desprezível na razão eugênica de Kehl (1935).

Sem o conhecimento da anatomia, histologia, fisiologia e embriologia, dos fenômenos da reprodução, hereditariedade, bem como das doutrinas de Darwin, Weismann e Mendel, seria difícil, afirmou Kehl (1935), compreender a eugenia. Consequentemente, sem compreendê-la, a tarefa de vulgarizá-la seria praticamente impossível. Aqui temos um dos primeiros indícios de que a educação eugênica, para Kehl (1935), não apenas seguia a acepção *lato sensu* de Galton, como era um fator de extrema relevância na campanha pelo melhoramento racial. Por esse motivo, Kehl (1935) deu ao seu livro um caráter didático, indicando obras especializadas e orientando o leitor leigo segundo os preceitos básicos dessa ciência. Conforme pontuamos no início do presente capítulo, foi na obra *Lições de Eugenia* que o eugenista brasileiro melhor delineou as bases epistemológicas e as largas fronteiras do seu conceito de educação para a consciência eugênica.

Na quinta lição, (Kehl, 1935, pp. 97-98) discorreu sobre conceitos fundamentais presentes no vocabulário eugenista. Tais definições, longe de serem meras observações, denotavam a preocupação de Kehl em demarcar a sua posição no campo científico e em delinear as bases dessa ciência-religião a partir de seus próprios critérios. O termo “gênero” foi definido como um conjunto de espécies que compartilhavam caracteres comuns. “Raça” foi definida como um grupo de indivíduos que mesmo apresentando características distintas, repetiam-nas nas gerações sucessivas, mesmo que em circunstâncias diferentes. “Povo”

remetia a um aglomerado que compartilhava da mesma língua, elementos culturais e ambições coletivas, enquanto “população” significava um aglomerado amorfo, sem alma e sem ideia de soberania. “Nação” remetia a um povo constituído historicamente e que compartilhava do mesmo sentimento de pátria. “Etnia” se referia à identidade psicológica de uma coletividade e, por fim, “tipo antropológico” definia os caracteres morfológicos, como os celtas, eslavos, nórdicos, dentre outros (KEHL, 1935, p. 98).

Essa explanação foi sucedida por uma crítica aos cientistas que tratavam tais termos como sinônimos, bem como aos intelectuais que negavam a superioridade de uma raça sobre a outra. Em uma afirmação repleta de ambiguidades, Kehl (1935) considerou ao mesmo tempo que era impossível uma classificação “firme” sobre “raças”, mas que alguns publicistas que não admitiam a existência de raças “superiores” não poderiam negar a “superioridade” dos alemães, franceses, italianos, ingleses sobre os hotentotes, zulus e papuios. Questionamo-nos que, se a classificação “firme” era impossível para Kehl (1935), seria nessa classificação subjetiva e racista que a política biológica das nações deveria se orientar?

O eugenista finalizou sua quinta lição fazendo uma nova crítica às leituras de sua época, afirmando não existir uma raça alemã ou francesa, mas sim um povo (língua e identidade coletiva), uma etnia (psicologia da coletividade) e uma nacionalidade (organizada em torno da ideia de pátria) alemã ou francesa (KEHL, 1935). Essa lógica se aplicava à sua leitura sobre a sociedade brasileira, segundo a qual não existiria uma “raça brasileira”, mas sim um povo composto por distintas raças, sendo umas (as brancas) superiores às outras (negras, indígenas e mestiças). Mesmo que apenas no plano retórico, Kehl (1935) era contra a política de extermínio das raças “inferiores”, como se fazia em Esparta, apesar de diversas vezes elogiar a *Rassenhygiene* nazista, que na época da publicação da segunda edição de *Lições de Eugenia* já caminhava em direção à legalização do extermínio, concretizada em 1938 (HOBSBAWM, 2008). Conforme Kehl (1935, p. 241), “Ninguém poderá negar que no correr dos anos desaparecerão os negros e os índios das nossas plagas assim como os produtos resultantes desta mestiçagem. A nacionalidade embranquecerá á custa de muito sabão de côco ariano!”.

Retomando os elogios à Zootecnia, Kehl (1935) ponderou em sua sétima lição que os seres vivos seriam como matérias plásticas ao capricho dos selecionadores, citando cabras, pombos, cães e cavalos como conquistas alcançadas neste campo. As raízes esclarecidas (HORKHEIMER, 1941) vieram à tona e de forma explícita, acompanhada pelo dualismo

razão/desrazão, marca de sua razão eugênica: “Será que ainda e por muito tempo mais, por injunções sentimentais e sociais, deixaremos de empregar pelo menos alguns recursos selecionadores de que dispomos, em bem da espécie humana?” (KEHL, 1935, p. 108). Para Kehl (1935), parte do problema poderia ser mitigado através da educação, motivo pelo qual ressaltou em diversas passagens de sua obra a importância das pesquisas e da divulgação das noções sobre hereditariedade, cujos resultados práticos seriam o despertar de uma consciência sobre a responsabilidade matrimonial, resumida nas expressões “consciência eugênica” ou “consciência racial”.

Discutindo a teoria de Galton, que dividiu a população entre “ótima” e “péssima”, Kehl (1935) afirmou que a maioria da população estava mais próxima à “mediocridade”, e que a “estupidez”, infelizmente, era muito mais comum do que o talento. A partir da lei galtoniana do desvio da média, ponderou que o melhor indivíduo da raça negra equivaleria a um indivíduo mediano da raça branca. Entretanto, mesmo compartilhando e aprofundando o racismo científico de Galton, Kehl (1935) criticou o criador da eugenia por não ter distinguido os caracteres hereditários dos caracteres advindos do meio, o que diminuía o valor de seus argumentos estatísticos. Essa passagem é crucial pois demonstra que apesar de se considerar como um “apóstolo” ou “prosélito” da ciência-religião galtoniana, o médico se portava como um leitor questionador e defensor da genética mendeliana, e não apenas como um fanático sacerdote. O instrumento para o combate à “degeneração” racial era, para Kehl (1935), a hominicultura, sendo a hereditariedade eugenicamente orientada a verdadeira chave para a “regeneração” humana.

Na nona lição, em uma das passagens mais controversas de sua obra, Kehl (1935, pp. 158-159) apresentou o “paradoxo da tuberculose”, segundo o qual essa seria uma doença “selecionadora” e “misericordiosa”, pois abreviaria a vida sofrida dos “incapazes” e evitaria o aumento das “monstruosidades”. Eliminando os “fracos” de forma implacável, ela seria paradoxalmente uma “praga selecionadora”, que precisava ser combatida, mas que inegavelmente era uma doença “útil” para a causa eugênica. Segundo Kehl (1935, p. 159), a tuberculose resistiu aos esforços das instituições humanitárias que, com sua filantropia contra-seletiva, prejudicavam diretamente a seleção natural. O paradoxo residia naquilo que o eugenista concebia como “problema”, a dizer, a necessidade de a humanidade eliminar, pela força das circunstâncias, um dos “auxiliares selecionadores” que a espécie tanto necessitava.

A penúltima das *Lições de Eugenia* versou sobre os métodos eugênicos, na qual a educação *lato sensu* foi retomada e aprofundada. Ao mencionar os estatutos e o programa de ação da Sociedade Eugênica de São Paulo, observamos que três dos quatro pontos registrados por Kehl (1935) começaram com a palavra “estudo”, o que denota uma aproximação dos intelectuais brasileiros com modelo institucional da Eugenics Education Society, organizada em núcleos de estudos e pesquisas com objetivos previamente estabelecidos: estudos sobre hereditariedade, descendência e evolução; estudos sobre as influências do meio como a educação, a economia e a legislação sobre os seres humanos; estudo de questões científicas relacionadas à eugenia; divulgação dos conhecimentos eugênicos (KEHL, 1935).

Retomando o conceito de ciência-religião, Kehl (1935) defendeu a educação como uma medida de eugenia “positiva”, e afirmou que até as massas “incultas”, fosse via consciência eugênica ou por um “reflexo instintivo” de amor à prole, desejavam o “aperfeiçoamento” racial. Para o autor, o intelectual que não fizesse “profissão de fé” no “melhoramento progressivo e constante” e não admitisse “[...] a possibilidade efetiva e eficiente da educação e da orientação eugênica” para a reprodução consciente não poderia sequer ser considerado como eugenista. “É preciso descrêr, completamente, na consciência humana”, pontuou Kehl (1935, pp. 193-194) “para negar a possibilidade de implantar, paulatinamente, a idéia da responsabilidade procriadora”.

Kehl (1935, pp. 193-194) conclui sua lição defendendo a educação para a consciência eugênica, afirmando que somente os “débeis mentais” não poderiam compreender “[...] o crime que representa a procriação de um degenerado”. A educação eugênica corresponderia à educação científica e racional capaz de resguardar a civilização frente aos comportamentos sexuais instintivos que careciam de “domesticação”. Para Kehl (1935, pp. 194-195, grifos do autor), no que se refere às relações sexuais, ser “civilizado” era sinônimo de ser eugenicamente orientado, justificando o papel fundamental da educação no controle das pulsões irracionais:

A eugenia positiva é a mentora das perfeitas ligações no sentido de evitar que “o amor se deixe arrastar como um inconciente, como um louco, como um criminoso, como acontece muitas vezes”. A Eugenia positiva tem como principal objetivo propagar o dever que cabe aos casais eugênicos de procriarem o maior numero possível de filhos, afim de que uma crescente procriação higida consiga equilibrar a formidavel procriação de indivíduos inferiorizados. É mister demonstrar e propagar o perigo e as ameaças que pesam sobre a humanidade, devido ao malthusianismo insensato que se alastra de modo assustador entre os elementos das classes favorecidas, em

contraste com a procriação desenfreada dos elementos das classes pobres e incultas, no seio das quais se conta o maior contingente de incapazes e de degenerados.

Neste ponto, Kehl (1935) apresentou suas críticas eugenistas ao neomalthusianismo. Para o autor, as teses de Malthus eram aplicadas erroneamente à elite, que tinha mais consciência reprodutiva do que as classes baixas. Segundo a lógica kehliana, o mundo estava “girando ao contrário” pois, enquanto os “piores” (pobres) se reproduziam mais, os “melhores” (elites) se reproduziam menos. Os “melhores”, postulou Kehl (1935), não poderiam limitar sua prole. A aplicação dessas teses precisaria ser mediada pois o problema populacional não era a quantitativo, mas qualitativo. Afirmou, sem mencionar fontes, que “pesquisas” apontavam que os “incapazes” e “anormais” eram mais prolíficos que os “sadios” e “equilibrados”, relação que levaria ao aumento quantitativo e à diminuição qualitativa da humanidade. A crítica anti-malthusiana de Kehl (1935) seguia a uma lógica relativamente simples e, como era característico na obra do “pai” da eugenia brasileira, dualista. Por não se pautar na premissa galtoniana de selecionar os “melhores”, as teses malthusianas constituíam um argumento moral e, portanto, anti-científico. A restrição global da natalidade poderia recair em uma restrição “disgênica”, ou seja, fortalecendo os “piores” e diminuindo os já diminutos “melhores”, uma vez que as famílias eugênicas (classes altas) se reproduziam pouco em termos quantitativos (KEHL, 1935).

Kehl (1935) retomou sua crítica ao altruísmo ou filantropia contra-seletiva, acusando-a de salvar os “resíduos humanos” que a seleção natural rejeitaria em defesa da espécie. Por esse motivo, ele propôs que os casais eugenizados deveriam obrigatoriamente contribuir com uma cota de no mínimo três a quatro filhos, socialmente “úteis”, visando contrabalançar a cota dos “indesejáveis”, considerados “inúteis” e onerosos aos cofres públicos. Para tanto, a educação para a consciência eugênica foi novamente evocada. Conforme Kehl (1935, pp. 196-197):

O melhor recurso para reagir contra este estado de coisas é a propaganda e a educação eugenica. No dia em que, - pela educação adquirida na escola, no lar, na caserna, na sociedade, - os homens compreenderem a importancia da defesa da saude, a alta responsabilidade do casamento, o elevado dever de cuidar da prole, segundo os conselhos da Higiene e da Eugénia, - a situação do homem, individual e socialmente, será incomparavelmente melhor do que no estado atual, em que os bons elementos vivem escravizados e gafados a pagar o pesado tributo exigido para a manutenção da enorme massa de “resíduos da sociedade”.

Ao explicar sobre a eugenia “negativa”, Kehl (1935) postulou que suas medidas eram perfeitamente compatíveis com o cristianismo, mas não com a filantropia. Dentre elas, mencionou a proibição da reprodução dos “degenerados” e “criminosos” e o exame médico pré-nupcial. O autor discordou do argumento de que essas medidas correspondiam a um atentado à liberdade individual, afirmando que toda lei seria, em certo grau, restritiva. Admitir a liberdade de escolha no matrimônio seria, de acordo com Kehl (1935), o mesmo que consentir com a procriação de “monstros” e outras “degenerações” que atentavam contra o progresso da civilização.

Como forma de mitigar o problema da impossibilidade de proibir o nascimento de “aberrações” no Brasil, Kehl (1935) enalteceu a política de esterilização dos “degenerados” e criminosos aplicada nos Estados Unidos da América. Mencionando as pesquisas do eugenista Charles Davenport, afirmou que o país norte-americano gastava anualmente 100 milhões de dólares para internar e asilar “doentes” e criminosos. Seguindo a lógica “prevenir é melhor que remediar”, Kehl (1935) postulou que a investigação das causas das “degenerações” e a aplicação da esterilização poderia garantir a segurança do país e a felicidade do povo que o habitava (KEHL, 1935).

Ao definir a eugenia como “[...] uma escola para a formação do caráter e para a defesa da espécie” e defendendo a implementação de uma educação eugênica de caráter obrigatório nas escolas secundárias e superiores, Kehl (1935, pp. 202-203) assinalou a responsabilidade que cada indivíduo tinha para consigo mesmo e para com os outros, em particular para com a família. Citando Nietzsche e Tolouse, Kehl (1935, p. 202) sintetizou o propósito galtoniano e a base de sua razão eugênica, segundo a qual o comportamento sexual “civilizado” deveria se orientar pela razão, e não pelo instinto: “Não debes apenas reproduzir-te, porém superar-te! Serve-te para isso do jardim do matrimônio! Matrimônio: assim denomino a vontade de dois para criar um que seja superior aos que o criaram”.

Na perspectiva dualista de Kehl (1935), o casamento não deveria se orientar pelo amor “instintivo” e “primitivo”, mas a partir de sua finalidade reprodutiva, de caráter “racional” e “civilizado”. Para Kehl (1935, p. 211): “Que é o casamento senão um contrato feito entre dois indivíduos de sexo diferente, com o fim da propagação da espécie?”. Não apenas a proposta de regulamentação do matrimônio, como também a própria definição kehliana de casamento era restrita aos seus aspectos biológicos e jurídicos, mas nunca sociais: “[...] um contrato bilateral, *sui-generis*, que para ser concluído requer o consentimento de ambas as partes”

(KEHL, 1935, p. 211). Essa naturalização absoluta das relações sexuais denota que Horkheimer (1941) não recorreu a qualquer exagero ao afirmar que a eugenia matou o amor em nome da ciência, e que essa ciência, enraizada no Esclarecimento, promulgou a dominação do homem a partir da objetivação e manipulação do sexo. Publicado apenas seis anos após o lançamento da segunda edição de *Lições de Eugenia*, o artigo *The end of reason* permanece, portanto, profundamente atual para a compreensão da razão eugênica.

Na parte final de suas *Lições de Eugenia*, Kehl (1935) expôs sua admiração pelas medidas radicais da eugenia nazista e estadunidense, especialmente a esterilização dos “degenerados”. Contudo, o autor ponderou que a esterilização constituía uma excelente medida auxiliar, mas que isoladamente não resolveria o problema da “degeneração”. Mesmo que se criasse um programa “racional”, “moderado” e “praticável”, demoraria muitos anos para que os “bons frutos” fossem colhidos. Em outras palavras, a formação de uma consciência eugênica seria, para Kehl (1935), uma medida mais importante do que a esterilização aplicada de forma isolada. No capítulo 5, veremos que essa primazia da consciência eugênica foi compartilhada e ampliada por Octavio Domingues (1932a; 1936b; 1942).

A classe política teria, para Kehl (1935), um papel fundamental no avanço institucional da eugenia em um país de população heterogênea, aprovando medidas legais visando a promoção da consciência eugênica. A política, no entanto, era entendida estritamente como uma política biológica. Conforme Kehl (1935, pp. 232-233):

Aos proselitos da eugenia que ocupam cargos legislativos compete dar o impulso regenerador, levar avante as medidas legais, indispensáveis para melhorar a constituição somato-psíquica de nossa população heterogênea, em grande parte doente ou inválida. Precisamos constituir um núcleo de *élite*, isto é, uma classe mais numerosa de “elementos de escol”, de tipos normais superiores; ao lado deste, formar um máximo de “bem dotados”, de “bons animais”, de “tipos equilibrados”, - reduzindo concomitantemente, ao mínimo possível, o número dos elementos residuais, que constituem, atualmente, o grande peso morto da nação. [...] A política, em conclusão, almejando o aperfeiçoamento dos homens, estabelece como base a política racional, de vistas largas, política que, respeitando a liberdade individual, tenha por finalidade transformar as Nações em grandes famílias, no seio das quais reinem a saúde, a paz e a felicidade.

Na segunda edição de 1935, Kehl felicitou a nova Constituição Federal do Brasil promulgada por Getúlio Vargas em 1934. Para o autor, apesar de omissões, ela abriria espaço para uma moderna política eugênica. Kehl (1935) elogiou principalmente o item B do artigo

138, segundo o qual caberia à União, aos Estados e aos Municípios promover a educação eugênica. De acordo com o eugenista, a Constituição brasileira talvez fosse a única no mundo a promulgar uma medida tão importante em sua natureza e alcance (KEHL, 1935).

Para Kehl (1935), a aristocracia intelectual, social, política e econômica era minúscula frente a totalidade de habitantes, mas esses grupos reduzidos constituíam os verdadeiros “centros irradiadores” da vitalidade nacional. Na lógica de Kehl (1935), que ignorava propositalmente o passado escravocrata e a cidadania incompleta da população negra e mestiça nas primeiras décadas da República, as desigualdades sociais foram naturalizadas e as relações entre as classes foram reduzidas ao determinismo biológico. Por conseguinte, o abismo social entre as elites e as classes populares majoritariamente negras e mestiças não era uma questão de educação ou de falta de oportunidades, mas uma questão hereditária determinada pela natureza. Nas palavras registradas pelo escritor (Afonso Henriques de) Lima Barreto (1881-1922) em seu diário no início do século XX: “A capacidade mental dos negros é discutida *a priori* e a dos brancos, *a posteriori*” (BARRETO, 2001, p. 1233 apud SCHWARCZ, 2019, p. 142).

Para defender o controle qualitativo da imigração, Kehl (1935) citou os três “troncos” da composição étnica do país: o português, o “índio” (sobretudo o “tipo” guarani) e o negro. Do cruzamento entre eles, surgiram o “mameluco” (cruzamento de branco e “índio”), o “mulato” (cruzamento de branco com negro), o “cafuzo” ou “zambo” (cruzamento de “índio” com negro), o “cariboca” (cruzamento de “índio” com “cafuzo”) e o “xibarro” (cruzamento de “negro” com “cafuzo”), sendo estes dois últimos “tipos secundários”. O autor afirmou que o mestiço tenderia a desaparecer progressivamente graças à “superioridade” da raça branca, que prevalecia naturalmente sobre as demais. Considerou, com pesar, que o mestiço infelizmente não era uma raça infértil, e que possuiria grande tendência a se reproduzir. Entretanto, Kehl (1935) acreditava que, a longo prazo, o embranquecimento da raça seria possível mediante a intervenção eugênica sobre a hereditariedade.

A partir das considerações apresentadas à comissão para a elaboração do anteprojeto do Código de Imigração, Kehl (1935) afirmou que, para a infelicidade do povo brasileiro, eram os “piores” elementos que se empenhavam em povoar o país, criticando a “invasão indesejável” que não era controlada pelos governos. Considerou que a disposição prevista pelo artigo 2º da Constituição Federal de 1934 era incompleta e imperfeita, pois negligenciava a questão racial e permitia a entrada de indivíduos qualitativamente

“inferiores”, a dizer, as raças negra e “amarela”. Evocando a “insuspeição” científica dos eugenistas Alfred Mjøen e Herman Lundborg, Kehl (1935, p. 244) afirmou que ambos comprovaram cientificamente a inviabilidade do cruzamento entre raças diferentes, concluindo com uma resposta aos seus críticos: “São opiniões sérias, insuspeitas, que se contrapõem a dos cientistas suspeitos, apaixonados que fazem ciência apressada e sem critério”. Para Kehl (1935, pp. 242-243):

Comprovado está que os mestiços são inferiores, representando produtos quasi híbridos, faltando-lhes, apenas, a infecundidade, para receberem essa designação integral. O mestiço representa o produto de fusão de duas energias hereditárias diversas, quase antagonicas, fusão de cromossomos quase irreconciliáveis, e que só a benevolencia da natureza permitiu se associarem. Do mesmo modo pensavam Agassiz, Darwin, Spencer, Hellwald e muitos outros. Para que, pois, intravasar nas veias nacionais mais sangue que terá de ser fatalmente eliminado? Para que instabilizar a neo-formação da nossa nacionalidade? Para que perturbar a homogenização desta confusa babel etnica, na qual se representam alemães, italianos, sirios, polacos, japoneses, russos, etc., com a adição de outros fatores heterogeneos? Pelos motivos acima, sumariamente expostos, devemos apenas abrir os nossos portos e as nossas fronteiras a todos os que quizerem vir colaborar na obra nacional de paz e de trabalho, nunca, porém, fomentar a imigração de individuos de raças como a negra e amarela. Bastam-nos os que aqui aportam espontaneamente... e que não são poucos!

Os imigrantes “desejáveis”, segundo a regulamentação e seleção qualitativa proposta por Kehl (1935, p. 250), eram “[...] os individuos de côr branca, sadios, honestos, de qualquer nacionalidade”, pertencentes às classes de agricultores, professores, técnicos, estudantes e empregados domésticos. Analfabetos eram proibidos, exceto mediante apresentação de um certificado de comprovação de sua utilidade para o país. A condenação do eugenista à miscigenação se dava não somente pelo impacto hereditário, mas também estético. Explicitando os aspectos subjetivos de seu preconceito racial, mas escamoteado sob o manto de uma ciência supostamente neutra e objetiva, Kehl (1935, p. 250) considerou que os mestiços eram híbridos “desarmônicos”, “desequilibrados” e “fracos”, concluindo: “O mulato, o mameluco e o cafuso são tipos plasticamente feios na sua generalidade. Conhecem-se belas mulatas e mulatos bonitos, mas como exceção e não como regra”.

Assim como o preconceito racial, o preconceito de classe de Kehl (1935) ficou explícito em sua obra. Ao propagar as vantagens do casamento dentro da mesma raça, o autor afirmou que estava cientificamente comprovada a “repulsa sexual” interracial, e que apenas alguns cientistas suspeitos ainda ousavam discordar do papel “degradante” da mestiçagem. Este argumento também foi compartilhado por Piza Júnior (1933a), como veremos no

capítulo 4. Além da questão racial, o programa de política eugênica de Kehl (1935) previa que os casamentos deveriam ocorrer não apenas dentro da mesma raça, como preferencialmente dentro da mesma classe. Ao contrário da condenação interracial, o eugenista não apresentou quaisquer justificativas para este preconceito de classe. Diferentemente da retórica mobilizada para transformar o racismo em uma ciência epistemologicamente verdadeira, humana e eficaz, o autor não se preocupou em justificar seu elitismo, registrado apenas como um desprezo às classes subalternas.

O último ponto do programa de política eugênica registrado por Kehl (1935, p. 280) nos capítulos finais de *Lições de Eugenia* propunha “[...] estabelecer, desde já, uma forte campanha de educação para a criação da consciencia eugenica”. Neste trecho, o conceito de educação *lato sensu* não se apresentou nas entrelinhas de sua obra, mas foi exposto de forma direta e objetiva. Se por um lado não era possível melhorar um “degenerado” via educação, por outro, era a educação o caminho mais profícuo para desenvolver a consciência eugênica entre os indivíduos aptos a se reproduzirem. Educar para evitar futuras esterilizações era um dos principais fundamentos de seu “humanismo”. Além disso, Kehl (1935) recorreu à máxima kantiana ao lembrar que o homem não poderia se tornar homem senão pela educação. Aqui, também, ficou exposto o seu olhar para o Esclarecimento, emulado em seus aspectos autoritários e manipuladores (HORKHEIMER, 1941).

A educação para a consciência eugênica não era, entretanto, papel exclusivo dos educadores. Mencionando a campanha dos médicos sanitaristas, Kehl (1935) postulou que um seletivo grupo de intelectuais há anos se preocupou com a “miséria” física da população, e que tal campanha despertou a atenção do poder público e da classe letrada do país. O eugenista definiu os médicos, farmacêuticos e demais envolvidos na campanha higienista como “cruzados”, que contribuíram diretamente para combater males epidêmicos e doenças como a sífilis, o impaludismo e a ancilostomose. Entretanto, Kehl (1935) reforçou que a responsabilidade pela promoção da consciência eugênica cabia principalmente ao professorado, indivíduos esclarecidos que, em contato com os jovens, seriam os grandes “moleiros” da nacionalidade e guardiões da causa do melhoramento racial. Como expressão do Esclarecimento, a eugenia seria um dever, e educar conforme seus princípios seria, segundo Kehl (1935), promover o desenvolvimento da consciência eugênica.

Existiriam, para Kehl (1935), três “verdades” sobre a questão da consciência eugênica: a verdade “indiscutível”, a verdade “incontroversa” e a verdade “incontestável”. A verdade

“indiscutível” era que o povo brasileiro sofria com a “degeneração” hereditária; a verdade “incontroversa” era que a educação compreenderia o mais importante recurso para melhorar as suas condições, pois o povo só obedecia às regras as quais compreendia a razão de ser; finalmente, a verdade “incontestável” era que a educação do povo era o fundamento de sua disciplina. Conforme Kehl (1935, p. 286), caberia aos professores estabelecer a consciência sanitária e a consciência eugênica, “[...] criando entre os escolares um novo ideal, uma nova mentalidade – a mentalidade dos equilibrados – cujo designio seja a regeneração eugênica para o bem próprio e coletivo, - no presente e no futuro”. Esse seria o principal fundamento epistemológico da educação eugênica de Renato Kehl: o povo só seria consciente de seu dever no processo de aperfeiçoamento da raça mediante o estudo sistemático e a vulgarização das bases hereditárias da eugenia. Consideramos, portanto, que é especialmente na última das treze *Lições de Eugenia* que Kehl (1935) retomou a definição *lato sensu* de educação para a consciência eugênica estabelecida por Galton (1909).

Kehl (1935) finalizou seu livro reforçando que o objetivo da eugenia não era criar “super-homens”, mas aperfeiçoar a raça a partir de um apuramento. Suas bases pressupunham a eliminação dos “anormais”, o impedimento da reprodução dos “tarados” e “anômalos”, o incentivo à busca pela “nobreza” da estirpe com árvores genealógicas e *pedigrees* e, por fim, o investimento na melhoria do meio e da educação. O autor de *Lições de Eugenia* reconheceu que os eugenistas nunca conseguiriam restringir a reprodução somente aos “superiores”, pontuando que o que era possível fazer, naquele momento, era conservar a humanidade no tipo “médio”. A “eugenia integral” seria de impossível implementação, dado o “espírito dominante” de sua época. Todavia, Kehl (1935) concluiu reforçando que, seguindo os preceitos explicitados em seu livro, a possibilidade de melhoramento paulatino seria absolutamente real e exequível.

3.3. A educação para a consciência eugênica em *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* (1933)

A partir deste momento, investigaremos os argumentos concernentes à educação para a consciência eugênica apresentados no livro *Sexo e Civilização: aparas eugênicas*. Conjuntamente à segunda edição de *Lições de Eugenia* (1935), o livro consiste em uma das obras mais racistas e radicais de Renato Kehl. Uma vez que o prefácio foi assinado em maio de 1933 e Hitler fora eleito chanceler em 30 de janeiro do mesmo ano, este é o segundo livro analisado em nossa tese escrito sob o domínio do Terceiro Reich na Alemanha. Segundo

Souza (2019), Kehl fez uma nova viagem de 6 meses para a Europa entre os anos de 1932 e 1933, radicalizando ainda mais seu pensamento. Publicado poucos meses após seu retorno, o livro *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* explicitou a aproximação de Kehl com o racismo científico colocado em prática por Hitler na Alemanha (SOUZA, 2019).

No prefácio, Kehl (1933c) esclareceu que o contexto era de intensos debates científicos, e que sabia que sua obra causaria controvérsia. No entanto, afirmou que a eugenia era uma ciência destinada às classes cultas e livres dos preconceitos, fossem eles religiosos, ligados a “arcaicas ortodoxias metafísicas” e conservadorismos. Para Kehl (1933c), o sucesso de qualquer doutrina, incluindo a eugenia, dependia diretamente da conquista da opinião das pessoas esclarecidas. A partir dessas premissas, a obra se iniciou com “mandamentos” ou “máximas” da eugenia, transcritos a seguir:

- Não há solução para os males sociais fóra das leis da biologia.
- Não há política racional, independente dos princípios biológicos, capaz de trazer paz e felicidade aos povos.
- Política economica, conservadora, democratica, socialista, fascista, comunista, todas essas politicas e formas de governo *falham* se não se inspirarem nos ditames da ciencia da vida.
- Eis, por que, a politica, por excelência, é a política biológica, a política com base na eugenia (KEHL, 1933c, p. 3, grifos do autor).

Essa abertura denuncia, de imediato, o dualismo da razão eugênica kehliana: só existiria política racional se sua base se assentasse na eugenia; caso contrário, ela seria irracional. A humanidade, segundo Kehl (1933c), estava passando pela “Era da Eugenia”, período de progresso científico capitaneado pelas leis naturais, frente ao qual os “preconceitos milenares”, como a metafísica, estavam prestes a ruir. Para o autor, a “doutrina da boa geração”, também definida como a “doutrina regeneradora” do homem segundo as normas da biologia, ao invés de apelar para os céus, apelava para os sentimentos mais nobres da humanidade, desde que os homens se comprometessem com a responsabilidade da “missão procriadora”. A essa renascença que lenta, mas irresistivelmente, adentrava o mundo civilizado, Kehl (1933c) denominou “doutrina do amor consciente”, termo notadamente derivado do conceito galtoniano de consciência eugênica.

Após a breve introdução, Kehl (1933c) afirmou que o problema da “regeneração” humana era antigo na história. Citou os preceitos morais e higiênicos de Moisés, Abraão, os ditames de Licurgo em Esparta, e a atuação de intelectuais e instituições que, ao longo do processo histórico, se esforçaram para tornar o homem “mais homem” e “menos animal”.

Nessa obra, Kehl (1933c) recorreu à expressão “gênero humano” para se referir à humanidade, afirmando que a sua evolução não se processou de maneira igual. Isso significava que ainda existiam no mundo regiões dominadas pelo “barbarismo”, nas quais as classes baixas e “ignorantes” não acompanhavam os avanços das classes “civilizadas”. Contudo, mesmo no interior das classes superiores, lamentou o eugenista, existiam “desequilibrados” morais, mentais ou físicos (KEHL, 1933c).

Em uma leitura pessimista sobre o período de revoltas e descrédito da população brasileira com a classe política (em uma possível menção à Revolução de 1930 e à Revolução Constitucionalista de 1932), Kehl (1933c) argumentou que os eugenistas eram “neutros” politicamente, ideia que, como vimos no primeiro capítulo, constitui a base da teoria tradicional e da razão instrumental (HORKHEIMER, 1980; 2015). O eugenista insinuou que o cerne da crise que assolava o país era decorrente da “má qualidade” racial da população brasileira, incluindo nossa classe política. Conforme Kehl (1933c, p. 19):

Não somos políticos, nunca nos envolvemos em questões políticas; acompanhamo-la, entretanto, como espectadores interessados pelos destinos do país. Desde nossos tempos academicos vimos presenciando o triste suceder de quadriênios presidenciaes, cada um peor que outro e, como consequencia dos exemplos vindos de cima, uma onda ameaçadora de desmoralização geral. Procuramos observar o ambiente social, compreender a extensão dos males que nos aflingem e investigar as causas da degradação politica. Perguntamos então: “Será isto consequencia da mistura de raças, será isto o que pintou Paulo Prado no ‘retrato do Brasil’”? Será um mal insanavel? Estaremos fadados a viver eternamente sob máus governos, por falta de estadistas, eternamente em crise, por falta de economistas, eternamente sem justiça, por falta de homens de consciencia moral e juridica, eternamente, assim, neste estado caótico de completa desmoralização física, psiquica, moral e econômica? (KEHL, 1933c, p. 19).

Para Kehl (1933c), ao contrário da ideia de que os governos eram formados pela elite de um país, tal qual defendera Oliveira Vianna, essa situação não ocorria no Brasil. Podemos perceber que a lógica argumentativa de Kehl (1933c) era direta e objetiva: a *capacidade política* era diretamente proporcional à *qualidade racial* da elite de um país. O eugenista lamentou que isso não era realidade no Brasil, mas que essa convicção cada vez mais se firmava entre o povo brasileiro: “Cada dia que passa, mais se nos firma a convicção de que só uma política educativa, sanitaria e uma política eugenica, dirigida por administradores de escól, poderá melhorar a situação economica, politica e social do Brasil.” (KEHL, 1933c, p. 20).

Em seguida, Kehl (1933c) denotou seu conhecimento sobre o trabalho dos eugenistas em um plano internacional. A partir das discussões de Ellsworth Huntington (1876-1947) e

Leon (Fradley) Whitney (1894-1973), criticou a situação “calamitosa” nos Estados Unidos da América, clamando pela criação de leis e medidas incisivas para evitar a multiplicação de indivíduos incapazes de gerar proles adequadas ao desenvolvimento social. Citando Karl Pearson e enaltecendo seu trabalho como fundador do Laboratório de Eugenia de Londres, Kehl (1933c) lamentou a situação do Reino Unido, afirmando que no país se multiplicavam geometricamente os “degenerados” e diminuía o número de indivíduos “equilibrados”. A mesma lógica foi aplicada à Alemanha, a partir da obra de “Hans Krauss”¹⁸, lamentando que a Grande Guerra promoveu um “desfalque” racial ao matar milhões de homens “normais” e produtivos na Alemanha, enquanto uma grande massa de “alienados” e “débeis mentais” seguia se reproduzindo no país. Considerando desproporcional a relação entre a população “hígida” e a procriação descontrolada de “degenerados”, Kehl (1933c) retirou de Krauss a máxima de que toda política deveria ser obrigatoriamente uma *política biológica*.

Aplicando ao Brasil as teses sobre a “degeneração” da humanidade, Kehl (1933c) considerou nossa situação também calamitosa. A base dessa leitura pessimista eram os livros *Raças Humanas* de Nina Rodrigues, *Retrato do Brasil* de Paulo (da Silva) Prado (1869-1943) e *Saneamento no Brasil* de Belisário Penna e Arthur Neiva. Para Kehl (1933c), enquanto nos países mais avançados a preocupação com a “regeneração” racial era realidade, o Brasil vivia em um estado de miséria física, moral, mental e política. Especificamente no plano político, Kehl (1933c, p. 18) afirmou que nossos problemas decorriam sobretudo da escassez de homens física e mentalmente “superiores”, a ponto de não existirem nem “meia dúzia” de estadistas capazes de tomarem “as rédeas do carro do Estado” e o levarem “digna e brilhantemente pelo caminho da ‘ordem e do progresso’”.

Kehl (1933c) elaborou um retrato racial brasileiro no qual o sul era mais branco e, portanto, mais europeu, em decorrência da alta mortalidade dos “mulatos”, que possuíam uma “tendência natural” à tuberculose. Para o médico, os mestiços “mulatos” eram “feios”, “fracos”, “instáveis”, hereditariamente “viciados” e “perturbadores” do progresso nacional, tanto do ponto de vista étnico quanto do ponto de vista social. Por sua vez, os mestiços “mamelucos” eram psíquica e fisicamente “superiores” aos mulatos, além de mais “fortes”,

¹⁸ Em diálogo com a obra de Souza (2019) (ver páginas 144 e 145), verificamos um problema referente ao nome “Martin Vogel”, diretor científico do *Deutsche Hygiene-Museum Dresden*, erroneamente grafado como “Vogel Wissenschaftl”. Acreditamos que esse também possa constituir um equívoco de tradução ou anotação por parte de Kehl. Não encontramos nenhuma menção a “Hans Krauss” na história da eugenia, mas sim a “Wilhelm Wolfgang Krauss”. Conforme Rudling (2014), Wilhelm Wolfgang Krauss foi assistente de Herman Lundborg no *Statens institut för rasbiologi* (usualmente traduzido como Instituto de Eugenia de Upsala) da Suécia. Uma vez que tanto esse instituto quanto o próprio Lundborg eram referências frequentemente citadas nas obras de Kehl (1935) e Domingues (1942), incluindo textos especialmente traduzidos para o *Boletim de Eugenia* (cf. LUNDBORG, 1929; 1930; 1931), acreditamos que as menções a “Krauss” se refiram a seu assistente.

mais “inteligentes” e “equilibrados”. Todavia, Kehl (1933c) afirmou na sequência que, assim como os “mulatos”, eles eram “sôfregos”, “impacientes” e “indisciplinados”.

Tomando como base a obra *Raça e Assimilação* de Oliveira Vianna, Kehl (1933c) afirmou que existiam razões biológicas e sociais para evitar a miscigenação, considerando o casamento interracial como uma “aberração”, e que os mestiços no mesmo patamar físico e mental que os brancos constituíam exceções à regra. Citando “autoridades insuspeitas de renome mundial”, como Alfred Mjøen e Herman Lundborg, Kehl (1933c) estabeleceu que, à luz da ciência, os cruzamentos interraciais geravam, com raríssimas exceções, indivíduos “inferiorizados”. Em seguida, o geneticista brasileiro Salvador de Toledo Piza Júnior foi utilizado como referência para condenar a miscigenação, sendo colocado no mesmo patamar que autoridades eugenistas internacionais. Esse ponto é crucial para compreendermos a importância do professor da ESALQ na sustentação do racismo científico de Kehl (1933c), para além do *Boletim de Eugenia*.

Ao defender o controle rigoroso da imigração, Kehl (1933c, p. 206, grifos do autor) lamentou que dos 2 bilhões de habitantes do planeta Terra, apenas 600 milhões pertenciam à “[...] massa de elementos *europizados*, geralmente denominada ‘raça branca’”, concluindo: “[...] As perspectivas futuras não se apresentam, pois, muito favoráveis para a *civilização ocidental*”. Para Kehl (1933c), o ocidente foi governado desde a era cristã pela raça branca, que controlou satisfatoriamente o movimento sociopolítico e econômico do planeta. Todavia, as migrações em grande escala favorecidas pelo avanço nos meios de transporte levaram a um rápido mestiçamento da população mundial, com o predomínio das raças “inferiores”. Por esse motivo, Kehl (1933c) afirmou que o Brasil precisava de imigrantes brancos, preferencialmente suecos, noruegueses, ingleses e alemães. Por outro lado, os “rebotinhos multicolor e multiforme” de origem indiana, japonesa ou chinesa precisavam ser veementemente evitados.

Ampliando o conceito de filantropia contra-seletiva apresentada em textos e livros anteriores, como a primeira edição de *Lições de Eugenia* (1929), Kehl (1933c) retomou o diagnóstico de “degeneração” generalizada no país, afirmando que a “residualha” se reproduzia “clandestinamente”, violando os preceitos da “boa geração”. Sem camuflar ou atenuar uma de suas proposições mais radicais, o eugenista criticou o progresso condescendente e a filantropia contra-seletiva que, contrariando os propósitos da seleção natural, permitiam a multiplicação e a perpetuação dos “resíduos humanos” e “pesos mortos”.

Kehl (1933c) considerou as ações de assistência social e caridade típicas da civilização moderna como “louváveis”; entretanto, lamentou que essa proteção gerava um amontoado de “resíduos humanos” que, por não serem eliminados a seu tempo, atravancavam o progresso social.

Discutindo textos de Spengler e Hermann (Werner) Siemens (1891-1969), Kehl (1933c) denunciou a “decadência” física e psíquica dos povos europeus decorrente da falta de seleção natural. Como resultado, a balança estaria pendendo cada vez mais para o lado dos “mediócras”, “degenerados” e “criminosos”. Para o eugenista, os “mediócras” sempre foram maioria no planeta Terra; entretanto, o número de “inúteis” aumentou com a automação industrial. Como agravante, os seres “inferiores” se reproduziam como ratos, pois a taxa de prolicidade seria diretamente proporcional ao grau “imbecilidade”. Citando o eugenista estadunidense Madison Grant, Kehl (1933c) lastimou a vitória da “massa cacogênica” sobre o “núcleo aristogênico” nas sociedades modernas.

Nessa passagem do livro, é possível perceber que Kehl (1933c) não condenava o assistencialismo; todavia, considerava urgente contrabalancear a anulação ou a proteção da seleção natural. Por esse motivo, o eugenista propôs a “eliminação brutal” dos “resíduos humanos” que impediam o “aperfeiçoamento” progressivo da humanidade. As únicas medidas racionais para essa necessária e urgente ação, concluiu Kehl (1933c), seriam as propostas eugênicas de Galton, pois nem a educação, nem a medicina conseguiram reduzir o número de “alienados” e “débeis mentais” entre as famílias. Levando em consideração o contexto e os argumentos apresentados, é possível afirmar que *Sexo e Civilização: aparas eugênicas*, conjuntamente a *Lições de Eugenia*, representa uma das obras mais radicais e racistas não apenas de Renato Kehl, como do movimento eugenista brasileiro em um plano mais amplo.

Outro ponto que se destaca nessa obra é o elitismo de Kehl (1933c), baseado no desprezo pela democracia e no elogio explícito ao autoritarismo. Para o eugenista, o sufrágio universal e a democracia permitiram o nivelamento dos indivíduos, abatendo a influência das elites e aumentando o nível de “mediocridade”. Tomando como exemplo o caso da Índia, Kehl (1933c, p. 39, grifos do autor) questionou: “Que seria do mundo se esses milhões de plebeus e muitos outros milhões de mediócras, existentes no planeta, tomassem as rédeas do carro e o impelisses ao sabor da idéia *democratica niveladora*, que é o governo pela massa ou duma tal maioria no seu próprio interesse?”. A verdadeira república, pontuou Kehl (1933c), deveria ser governada pelos mais aptos, que consistem em uma parcela reduzida da

população. Neste ponto, o eugenista retomou sua argumentação inicial, de que os homens “inferiores” e “degenerados” eram incapazes de governar adequadamente uma nação. Em suma, na concepção kehliana, a elite política deveria ser, obrigatoriamente, uma elite eugênica.

Ao abordar o tema do casamento eugênico, Kehl (1933c) retomou as discussões sobre a educação para a consciência eugênica expostas na primeira edição de *Lições de Eugenia* (1929). Sem camuflar seu preconceito de classe, baseado na lógica dualista *classes baixas / raças inferiores e classes altas / raças superiores*, o eugenista afirmou que os indivíduos de classes inferiores se reproduziam muito cedo e descontroladamente, enquanto os indivíduos de classes altas se reproduziam tardiamente e em menor escala, graças ao *birth control* comum entre os burgueses. Para Kehl (1933c), a falta de consciência eugênica entre as classes baixas era um dos principais fatores que contribuíam para a vitória dos “mediócrs”, motivo pelo qual a educação eugênica, aqui assumida *lato sensu* pelo eugenista, não deveria se restringir às classes altas.

Dando seguimento aos seus argumentos, Kehl (1933c) apontou as quatro principais causas da “decadência” dos povos, quais sejam, a prolificidade maior dos indivíduos “inferiores”, a mestiçagem, a filantropia contra-seletiva e a educação “insuficiente” e “viciada”. Para o autor, os indivíduos “superiores” se reproduziam menos e, quando o faziam, tardiamente. Kehl (1933c) associou esse problema à falta de consciência reprodutiva, mas também a uma redução natural da prolificidade. Como era típico da razão eugênica de Kehl (1933c, p. 44), seu discurso mesclava argumentos biológicos com o preconceito de classe: “Enquanto o numero medio de filhos, por casal, entre medicos, advogados, engenheiros, é de 2 a 4, sobe de 4 a 8 entre os diaristas e trabalhadores braçaes”.

Kehl (1933c) definiu a educação brasileira como “insuficiente” e “viciada” pois, em vez de promover a consciência eugênica e ensinar os fundamentos da hereditariedade, ela se preocupava com questões metafísicas. Para o autor, a instrução formal até poderia oferecer aos jovens boa instrução, mas, via de regra, nenhuma compreensão dos deveres para com a descendência. Reforçando o argumento mendeliano, o eugenista considerou que a influência do meio e da educação era limitada e não transmissível hereditariamente. Postulou, ainda, que a educação era um “bem efêmero”, que muitas vezes só servia para favorecer a procriação dos “indesejáveis” para a espécie. Para Kehl (1933c), o único meio de gerar mudanças que seriam transmitidas para as futuras gerações era a eugenia, considerando as outras medidas como

subsidiárias ou mesmo inúteis e contraproducentes no processo de melhoramento racial. Além disso, o médico considerou que as medidas externas que beneficiavam os indivíduos eram insuficientes, ao contrário das medidas que incidiam diretamente sobre a hereditariedade.

Por outro lado, dialogando diretamente com o conceito de educação eugênica de Domingues (1929) e com textos de José Veríssimo (1857-1916), Kehl (1933c) ponderou que a educação não era uma panaceia; pelo contrário, ela era um poderoso elemento transformador da sociedade e um valioso auxílio à campanha eugênica. Por esse motivo, era imprescindível pregar a “beleza” das uniões “eugênicas” e o horror da reprodução dos “degenerados” que ameaçavam a descendência. Considerando a eugenia como um “humanismo”, Kehl (1933c) reiterou que a educação não conseguiria persuadir os “cretinos”, “débeis mentais” e todos aqueles que, por “falso sentimentalismo” ou “egoísmo”, deixavam de olhar para a coletividade e, conseqüentemente, para o futuro da nação. Conforme Kehl (1933c, pp. 65-66):

A nossa função, pois, é propagar o ‘nosce te ipsum’ e colaborar com a natureza para alcançar a felicidade almejada, sempre por meio de armas biológicas, sociais e morais. Pela educação racional do corpo e do espírito, sobretudo no período do crescimento e pela implementação da consciência eugênica, multiplicar-se-ão, cada vez mais, o número de indivíduos ‘bem dotados’, em plena posse de si mesmos, portanto adaptados ao meio e felizes com a existência.

A obra *A hereditariedade em face da educação* de Domingues (1929a) foi fundamental para Kehl (1933c), pois o colega de *Boletim de Eugenia* demarcou o campo da eugenia na genética mendeliana e estabeleceu objetivamente o lugar da educação na campanha pelo melhoramento racial, ao mesmo tempo em que condenou as interpretações neolamarckistas sobre o tema. A partir da perspectiva dominguesiana, Kehl (1933c) afirmou que os indivíduos possuíam tendências inatas, e que estas reagiam segundo os fatores do ambiente. A seguir, ampliando a ideia de que a eugenia era um “humanismo” também compartilhada por Domingues (1929a), Kehl (1933c) afirmou que a eugenia compreendia uma doutrina biológica que visava a regeneração integral da humanidade. Para o eugenista, longe de ser draconiana ou radical, como clamavam seus críticos, ela poderia até mesmo ser definida como a “ciência da felicidade”, pois tinha como fim a “paz” no âmbito familiar e social.

Para que essa ciência vingasse no Brasil, ponderou Kehl (1933c), era necessário conquistar a opinião pública, especialmente as pessoas cultas. Ademais, a implementação da eugenia nos currículos escolares era outra medida urgente para a formação da consciência

eugênica. Essa proposta curricular englobava a introdução do ensino de biologia geral voltada para aplicação prática da eugenia, do ensino básico ao superior, além da criação de cadeiras específicas para essa ciência nas universidades (KEHL, 1933c). No entanto, em um esforço semelhante ao de Domingues (1929a; 1936b; 1942), conforme apresentaremos no capítulo 5, o eugenista reiterou a necessidade da demarcação do campo científico da eugenia na genética mendeliana, assim como clamou por uma definição clara do conceito em disputa.

Relatando os esforços da Comissão Central Brasileira de Eugenia para essa demarcação e retomando a argumentação exposta em *Lições de Eugenia* (1929), Kehl (1933c) diferenciou “eugenia” de “eugenismo”, considerando a primeira como a ciência que investiga o patrimônio hereditário visando o melhoramento da espécie, e o segundo como todas práticas que podem favorecer os propósitos da eugenia, como a higiene e a educação. Na sequência, afirmou que, em 1904, a Universidade de Londres nomeou Galton, Pearson e outros intelectuais para estabelecer a definição do termo “eugenia”. Ficou decidido que “eugenia” compreendia o estudo dos fatores que sob o controle social podem melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras. Ele concluiu reforçando que os eugenistas deveriam seguir a definição de Galton e não deturpar o sentido da palavra “eugenia”, pois muitos a confundiam com educação física, plástica, educação sexual, *birth control* ou higiene. Por esse motivo, pontuou Kehl (1933c), a Comissão Central Brasileira de Eugenia reafirmava seu compromisso com a definição oficial de “eugenia” segundo a Federação Internacional das Associações Eugênicas.

Para Souza (2019), a distinção entre “eugenia” e “eugenismo” é um indicativo da reconfiguração do projeto eugênico de Kehl e sua inserção no debate internacional. Para o historiador, Kehl buscou esclarecer que a eugenia não deveria ser confundida com outras ciências e que era uma ciência com fronteiras bem delimitadas no estudo da hereditariedade humana. Assim, Kehl dedicou seus esforços em determinar um conceito menos amplo para a ciência eugênica, definindo um espaço de exclusividade para a eugenia e para si mesmo dentro do campo científico (SOUZA, 2019). Em suma, essa distinção desvelou a tentativa kehliana de delimitar o campo científico da eugenia a partir de seu entendimento particular sobre essa ciência, em um momento em que o próprio conceito de eugenia estava em disputa no meio intelectual.

Apesar de lamentar em seus textos a pobreza teórica dos intelectuais brasileiros em relação aos fundamentos da eugenia e da hereditariedade, Kehl (1933c) apresentou uma

leitura otimista sobre a situação da eugenia em um plano global. Partindo da obra do filósofo alemão Hermann (Alexander Graf) Keyserling (1880-1946) ou apenas “Conde Keyserling”, Kehl (1933c) definiu os tempos em que vivia como a “Era da Eugenia”. Todavia, ponderou que não era admissível que em plena Era da Eugenia se confundissem os princípios dessa ciência, cujo objetivo máximo era fomentar a reprodução dos “melhores” elementos ou “bem-dotados” e restringir a fertilidade dos “inferiores”, “incapazes”, “tarados” e “degenerados”. Na sequência, Kehl (1933c, p. 57) retomou a demarcação de seu campo de forma enfática: eugenia não era sinônimo de antropologia, eutenia, calipedia, medicina social ou higiene. Ela só poderia ser considerada como higiene caso se especificasse se tratar da “higiene das células de reprodução”, “higiene da hereditariedade” ou “higiene das raças”. O que não incidia sobre o coletivo, mas apenas ao indivíduo, deveria ser considerado como “eugenismo” ou processos auxiliares da eugenia.

Kehl (1933c) definiu a “moral eugênica” como o trabalho de resguardar o “legado eterno” do qual os homens eram “efêmeros depositários”. Destarte, a eugenia deveria ter como princípio e finalidade o respeito ao patrimônio vital hereditário, bem como a busca ininterrupta pelo melhoramento progressivo da humanidade. Para o autor, a “moral eugênica” que deveria ser ensinada nas escolas e universidades consistia em uma doutrina simples, sinônimo de Verdade (grafada com “V” maiúsculo), “[...] fundamentada no respeito ao passado, no culto e cultivo do presente e na fé segura de um futuro melhor” (KEHL, 1933c, p. 77). Entretanto, o eugenista retomou os argumentos sobre as interpretações “ingênuas” sobre a educação eugênica *stricto sensu*, reforçando a perspectiva mendeliana e rechaçando a tradição neolamarckista.

Kehl (1931c) classificou como “otimismo infantil” a crença de pedagogos, filósofos e políticos de que era possível estender às futuras gerações os benefícios adquiridos através da assistência social, esportes, higiene e educação. Para o autor, essa crença se relacionava com a “ignorância biológica” e com a completa “falta de raciocínio” de alguns intelectuais brasileiros. Segundo Kehl (1933c), a educação não bastava para moderar as paixões e garantir o melhoramento a humanidade. Dito de outro modo, os métodos educativos, sozinhos, não eram suficientes, sendo necessário recorrer às leis da hereditariedade. A educação até poderia *cultivar* boas qualidades, mas não *criar* qualidades transmissíveis hereditariamente. Conforme Kehl (1933c, pp. 14-15): “A educação é indubitavelmente a alavanca mestra do progresso social, sendo necessario, porém, ter em conta tambem a alavanca mestra do progresso biologico, que é a aplicação das leis da hereditariedade, segundo os preceitos da eugenia”.

Citando Siemens, Kehl (1931c) afirmou que essas modificações paracínéticas não tinham efeito sobre as gerações futuras, opinião compartilhada por biólogos, sociólogos e eugenistas esclarecidos. Sucintamente, a educação *stricto sensu* era importante, mas limitada, por não incidir sobre a hereditariedade. Por outro lado, Kehl (1933c) reiterou que esses fatores não eram desprezíveis. Como auxiliares diretos da eugenia, eles não modificariam o plasma germinativo, mas poderiam alterar os princípios da sociedade, fomentando as paternidades “dignas” e restringindo as “indignas”. Citando o próprio *Lições de Eugenia* (1929) como referência, Kehl (1933c, p. 81) resumiu o papel da educação através da seguinte fórmula: “Bôa base hereditaria + bôa educação = produto equilibrado superior”.

Para Kehl (1933c), a higiene e a eutenia melhoravam fenotipicamente os indivíduos, enquanto a eugenia visa corrigir e melhorar as condições genótípicas. As primeiras cuidavam do corpo, enquanto a eugenia afetava as “sementes” ou o plasma germinal. Novamente, Kehl (1933c) foi enfático ao afirmar que uma vida saudável e higiênica era desejável, mas ela não era, por si só, sinônimo de eugenia. Conforme Kehl (1933c), praticar a eugenia significava evitar comportamentos prejudiciais ao plasma germinal, como o álcool, o tabaco e a cocaína; evitar o casamento de indivíduos com “taras” hereditárias ou, no mínimo, evitar sua reprodução; caso houvesse registros na família de “taras” dominantes ou recessivas, o indivíduo “tarado” deveria se submeter à esterilização; por fim, a escolha criteriosa dos parceiros, visando o matrimônio eugênico. Em perspectiva semelhante à representação da “semeadura eugênica” elaborada pela Eugenics Society na década de 1930 (ver anexo B), Kehl (1933c, pp. 83-84) pontuou: “Não se deve lançar bôas sementes em maus terrenos, ou em terrenos não preparados”.

Estendendo suas recomendações eugênicas sobre o casamento, Kehl (1933c) afirmou que os casais deveriam só casar mediante exames médicos pré-nupciais; evitar o casamento com pessoas muito jovens e sobretudo com maiores de 40 anos, pois a idade “ideal” para o casamento era entre 20 e 35 anos; evitar o casamento com parentes de até terceiro grau ou com não-parentes, mas com caracteres “anormais”; buscar a “procriação consciente”, ou seja, a fecundação deveria ser feita no momento oportuno, quando os dois cônjuges estivessem em boas condições socioeconômicas e de saúde. Além dessas recomendações, Kehl (1933c) retomou seus preconceitos de classe e raça escamoteados sob o manto da ciência, instituindo que os casamentos deveriam ocorrer dentro da mesma classe e preferencialmente entre indivíduos com as mesmas propensões vocacionais. Para Kehl (1933c), era necessário evitar o casamento com pessoas de classes inferiores, com indivíduos de raças diferentes e com

mestiços de primeira geração. O argumento do eugenista era que a ciência já teria provado que os casamentos interracialis e interclasses eram “disgênicos” e originavam indivíduos física, psíquica e moralmente “inferiores”.

Kehl (1933c) considerou que existia uma tendência a limitar a natalidade nas classes médias e superiores, e uma super-natalidade entre as classes inferiores. Citando Emerson, afirmou que no mundo todo existia uma minoria selecionada, que sustentava uma grande massa “improdutiva” e “atrasada”. Considerou que cada brasileiro “útil” carregava o “peso morto” de vinte ou mais “parasitas” que, por sua vez, “[...] continuam a procriar desabaladamente, em contraste com a diminuta progressão natal das classes verdadeiramente produtoras e uteis do país” (KEHL, 1933c, p. 87). Enfatizou, ainda, que frente a esse estado de calamidade, era urgente aumentar a propaganda de limitação de natalidade especialmente entre os indivíduos “inferiores”, a dizer, pobres, mestiços, negros. A afirmação “[...] o número de famílias bem constituídas está na razão direta da maior proporção de habitantes de côr branca” denota que Kehl (1933c, p. 166) não buscou atenuar, em nenhum momento da obra, seus preconceitos de classe e raça.

Kehl (1933c, p. 88) enalteceu a propaganda contraceptiva realizada em países como Alemanha e Japão, e elogiou a política baseada em propagandas e esterilizações organizada pelos eugenistas estadunidenses, segundo os quais “[...] mais vale um povo de bôa qualidade física e moral, do que uma grande massa mal seleccionada”. Ele comemorou a migração de italianos, portugueses, alemães e espanhóis para os estados do sul, que contribuía para melhorar as condições raciais da população do Brasil, classificada como “fraca”, “indisciplinada” e “instável”, traço visível até mesmo entre os mestiços que se destacavam social e politicamente (KEHL, 1933c).

Recorrendo a expressões do materialismo histórico dialético¹⁹, mas lamentando que os brasileiros ignoravam as teses de Malthus, Kehl (1933c) afirmou que a limitação da natalidade era desconhecida justamente por aqueles que deveriam praticá-la (o proletariado), enquanto era livremente praticada por aqueles que menos precisavam (a burguesia e a aristocracia). O eugenista afirmou que era preciso mostrar aos “bem-dotados” seu dever para com as gerações futuras, ameaçada pela reprodução inconstante e descontrolada da “mediocridade”. Kehl (1933c) argumentou, por fim, que não existiam motivos racionais para

¹⁹ A leitura instrumental da teoria marxista por Renato Kehl foi exposta em uma carta enviada a Salvador de Toledo Piza Júnior no ano de 1957, na qual o eugenista propôs ao professor da ESALQ uma “sociologia biológica” pautada no materialismo histórico dialético de Marx e Engels (KEHL, 1957). Esse suposto “marxismo kehliano” será discutido ao final deste capítulo (ver páginas 246 a 248).

que o controle de natalidade fosse criticado por autoridades religiosas, que se guiavam não pela ciência ou pela razão, mas por uma ordem metafísica e interesses políticos descolados da realidade concreta.

A solução para esse desequilíbrio de prolificidade entre as classes sociais residia, para Kehl (1933c), em uma intensa propaganda pela racionalização da procriação. Para o eugenista, os pobres tinham mais filhos que os ricos pois a ascensão social levava a um sentimento de responsabilidade maior para com a procriação. Em todos os países civilizados da Europa, sobretudo a Inglaterra, ponderou Kehl (1933c), formou-se um importante movimento em prol da formação da consciência eugênica ou “consciência do dever da paternidade” no seio da população. Por outro lado, assumindo um olhar otimista, Kehl (1933c) considerou que o proletariado brasileiro era mais esclarecido que o de muitos países europeus, motivo pelo qual as práticas de controle de natalidade paulatinamente se popularizavam entre os mais pobres.

Para além da educação para o matrimônio eugênico, Kehl (1933c) considerou a biografia e a genealogia, sob a forma de registro individuais obrigatórios, como importantes medidas educativas (ver anexo D). Essa “biografia científica” consistia, segundo o autor, em um dos maiores alicerces da eugenia. Ele propôs que as certidões de nascimento fossem modificadas, com anexos de registros genealógicos discriminando dados sociais, biológicos, particularidades físicas e psíquicas de cada membro da família. O foco não deveria ser o passado longínquo, mas sobretudo os pais e avós. Dessa forma, segundo Kehl (1933c), os casais deixariam aos filhos informações sobre duas gerações ancestrais; esses, por sua vez, deixariam três. Destarte, os bisnetos contariam com uma ampla gama de informações necessárias para o aperfeiçoamento progressivo da família (KEHL, 1933c).

Kehl (1933c) citou *O livro do chefe de família* (1930), de sua autoria, como uma obra organizada para fins genealógicos. Em seguida, o eugenista elogiou o trabalho do Eugenics Record Office nos Estados Unidos da América na organização de arquivos genealógicos da população estadunidense, os trabalhos genealógicos do Instituto de Eugenia de Berlim e do Instituto de Eugenia de Upsala, sob direção de Lundborg. A “educação genealógica” proposta por Kehl (1933c) poderia ser resumida da seguinte forma: conhecendo os indivíduos e suas famílias, seria possível conhecer os caracteres biológicos de uma população, bem como prever sua “degeneração” ou aperfeiçoamento. Para Kehl (1933c), a defesa da genealogia e

dos exames pré-nupciais²⁰ já era consenso entre as pessoas cultas, e somente os “ignorantes” que acatavam literal e indiscriminadamente ao “crescei e multiplicai-vos” aceitavam consumir o casamento de forma inconsciente.

Em paralelo aos ensinamentos da agricultura, Kehl (1933c) afirmou que não era por meio de estacas e podas que se obtinham boas espécies de plantas, mas sim pela seleção criteriosa das sementes. Para Kehl (1933c, pp. 163-164, grifos do autor), a prole “forte”, “bela” e “moralizada” não poderia ser obtida a partir de simples meios legais ou educativos, mas sim por intermédio “[...] de uniões matrimoniais entre indivíduos sadios, portadores, portanto, de *sementes* eugenizadas, e, em seguida, pela proteção pre-natal e natal dos mesmos”. As prisões e manicômios só seriam despovoados, conforme Kehl (1933c), quando os homens e mulheres, guiados pela consciência eugênica, compreendessem os mecanismos fundamentais da hereditariedade. Assim, explicitando sua concepção de consciência eugênica como uma decorrência do pensamento esclarecido, Kehl (1933c, p. 167) constatou que:

Se os homens tivessem a consciencia do que representa “casar e multiplicar”, o grande problema da felicidade estaria resolvido. Eis, por que, somos encarnicados propagandistas da eugenia. Tudo faremos para que os nossos semelhantes recebam as luzes esclarecedoras sobre a responsabilidade que representa a procriação, perante eles próprios e á posteridade. Enquanto não se estabelecer a “consciencia eugenica”, o mundo continuará um paraíso perdido pelo genero humano, por ser constituído por um amontoado amorfo de anormais, parasitando um nucleo relativamente pequeno de equilibrados.

Segundo Kehl (1933c), o casamento era uma instituição social que interessava mais à coletividade do que aos indivíduos. Na concepção totalitária do eugenista, o interesse geral sempre deveria prevalecer sobre o interesse particular, afinal, o que estava em jogo era o combate à “degeneração” que ameaçava a humanidade. Ele considerou os casamentos orientados pelos sentimentos, e não pelas leis biológicas, como “descontrolados”, “irracionais” e perpetuadores da “degeneração.” Neste ponto, ficam explícitas as raízes esclarecidas da eugenia denotadas por Horkheimer (1941), nas quais os casamentos deveriam ser rigidamente controlados pelas autoridades médicas, segundo os preceitos da razão instrumental. Fosse em uma sociedade democrática, comunista ou fascista, o que deveria prevalecer, segundo Kehl (1933c), era a *política biológica*.

Kehl (1933c, p. 197, grifos do autor) considerou que, em alguns países europeus, alguns casais já tinham desenvolvido a consciência eugênica, não deixando os instintos

²⁰ Contrariando a interpretação de Domingues (1936b), segundo o qual as leis *não criavam* costumes, Kehl (1933c) reforçou que, no Brasil, as leis *criavam* costumes, motivo pelo qual o exame pré-nupcial deveria ser obrigatório por lei. Essa discussão será retomada no capítulo 5.

“irracionais” e “animalescos” se sobrepõem à luz da razão. Afirmou que em países como a Dinamarca “[...] o *leão do instinto* não ruge, não ataca, não mata”, e que os casamentos “[...] realizam-se sob os mais sérios objetivos e, via de regra, são prolíficos, dentro das normas do senso eugenico”. Em seguida, Kehl (1933c, p. 198) explicitou o conceito de educação *lato sensu*, concebendo a procriação cientificamente orientada como sinônimo de razão e esclarecimento:

Quer queiram, quer não queiram, terão os governos de todos os países de aceitar a procriação racional, como vontade de uns, consciência de muitos e, infelizmente, egoísmo de outros. Em tal situação, os eugenistas proclamam a utilidade da educação, para assim firmar a consciência eugenica, a bem das gerações futuras.

Kehl (1933c) lamuriou que, na Inglaterra, Estados Unidos da América, França e Alemanha, eram numerosos os casais jovens sem filhos, enquanto os africanos e asiáticos se reproduziam indiscriminadamente, constituindo uma grave ameaça à raça branca. Para Kehl (1933c, p. 198), a eugenia não almejava restringir a liberdade de amar, mas sim garantir a “[...] liberdade para *administrar* sensatamente o fruto do amor”. Essa passagem revela o intuito de Kehl (1933c) em biologizar as relações sexuais e administrar racionalmente os casamentos segundo os preceitos da razão instrumental. O trecho denota, ainda, as raízes esclarecidas e a lógica manipuladora da eugenia expostas por Horkheimer (1941), pautadas na submissão do sexo às autoridades científicas.

Ao adentrar no debate sobre a esterilização, Kehl (1933c) argumentou que a eugenia não eliminaria os indivíduos “bons”, pois só era indicada nos casos dos “grandes degenerados” e “criminosos”. Ademais, sua aplicação envolveria a criação de dispositivos contra erros e abusos dessa medida eugênica. Em seguida, o eugenista aproveitou o espaço para fazer uma crítica aos intelectuais resistentes às medidas radicais da eugenia “negativa”. Para Kehl (1933c), a esterilização era uma boa medida eugênica, muito embora fosse considerada como cruel pelos “sentimentais”. O eugenista concluiu sua reflexão alegando a situação de atraso do Brasil em relação a outros países: “Se fosse estatuida por lei, ha mais tempo”, finalizou Kehl (1933c, p. 71), “já hoje se poderiam avaliar os seus benéficos efeitos”.

Kehl (1933c) citou o médico estadunidense Paul (Bowman) Popenoe (1888-1979) para enaltecer as esterilizações realizadas no Estado da Califórnia. Elogiou a esterilização dos milhares de “degenerados” e “criminosos” como um “remédio eficaz” para salvaguardar a sociedade contra o aumento dos “indesejáveis”. Alegou, no entanto, que essa era uma medida de difícil aplicação em larga escala, afirmando que era necessário uma lei que ao menos

incluísse os “grandes criminosos” e “degenerados”. Ademais, Kehl (1933c) ponderou que a eugenia não deveria ser resumida a essa vertente radical, uma vez que ela despertava críticas acentuadas à causa do melhoramento racial. Em seguida, afirmou que a eugenia recebia críticas por ser uma “grande doutrina”, e que essas críticas, além de saudáveis, eram necessárias para o seu fortalecimento enquanto ciência.

A esterilização eugênica, ao evitar a procriação dos “incapazes”, contribuía para a diminuição da miséria social e para a anulação da “cacoplastia”, o que ajudava, segundo Kehl (1933c), a melhorar tanto os indivíduos quanto o Estado. Por outro lado, citando a Central Association for Mental Welfare dos Estados Unidos da América, Kehl (1933c) considerou a segregação como uma medida eugênica superior à esterilização. O eugenista elogiou a segregação dos “débeis mentais” e epiléticos, mas também das crianças ditas “anormais”. Assumindo a lógica elitista e excludente da educação burguesa (FERREIRA Jr., 2010), Kehl (1933c) propôs enviar para “colônias especiais” todas as crianças consideradas como “inferiores”, pois estas prejudicavam o aprendizado das crianças “normais”. Proposta semelhante foi elaborada pelo reformador Carneiro Leão, conforme demonstramos no capítulo 2 em diálogo com as obras de Dávila (2003) e Bezerra (2013).

Lamuriando o descrédito da ciência de Galton em um país de maioria católica, Kehl (1933c), reiterou a importância do ensino da eugenia nas instituições de ensino. Para o autor, não somente o sucesso da campanha eugênica, como o próprio futuro da civilização dependiam da conquista da opinião pública e da vontade do povo em aderir às práticas eugênicas. Essa vontade, fruto da consciência eugênica, não se desenvolveria naturalmente, pois dependia diretamente da educação. Assim, Kehl (1933c) elogiou a aprovação da proposta do ensino obrigatório de eugenia no ensino secundário e superior durante a Primeira Conferência Pan-Americana de Eugenia ocorrida em Havana em dezembro de 1927. Enalteceu, também, a aprovação de uma proposta idêntica no Congresso de Educação realizado no mesmo ano na cidade de Curitiba, no estado do Paraná (KEHL, 1933c).

Conforme Kehl (1933c), o ensino de eugenia fazia parte do curso obrigatório das principais universidades da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América. Instituições como a Universidade de Londres, Universidade de Cambridge, Universidade de Munique e outras grandes universidades estadunidenses possuíam até mesmo cadeiras específicas dessa disciplina. A partir desses exemplos, Kehl (1933c) definiu um programa para o ensino de eugenia nas escolas secundárias e superiores brasileiras. O programa, que previa um

complexo modelo de educação integral direcionado às elites do país, foi dividido através dos itens “Definição”, “Base científica”, “Aspectos teóricos”, “Aspectos sociais”, “Aspectos práticos” e “Aspectos individuais”, sendo este último o *locus* para o desenvolvimento da consciência eugênica.

Kehl (1933c) elaborou um esquema no qual delineou as medidas individuais e coletivas do ensino de eugenia. O primeiro deles, de ordem individual, envolvia a educação *lato sensu*, ou seja, a educação para a consciência eugênica, segundo a qual os indivíduos deveriam ser instruídos sobre sua responsabilidade para com a descendência. Dada a imprescindibilidade da formação da consciência eugênica para o avanço da campanha pelo melhoramento racial no país, o programa de ensino de Kehl (1933c) previa a obrigatoriedade da educação eugênica nas escolas primárias, secundárias e superiores, mas também a educação sexual desde a infância. No projeto educacional de Kehl (1933c), a escola representava o espaço privilegiado para ensinar a criança sobre sua responsabilidade para com a saúde do corpo coletivo e para com o progresso biológico da nação.

Para Kehl (1933c), a educação sexual era indispensável para a causa da eugenia. Por esse motivo, seus conteúdos, divididos de acordo com o sexo e com a idade, deveriam ser meticulosamente planejados. Sua base pedagógica deveria ser os modernos métodos de ensino praticados na Europa, enquanto seus fundamentos epistemológicos se assentariam nas leis da hereditariedade. O autor elogiou a proposta de José Paranhos Fontenelle na Câmara dos Deputados, que previa a realização de oito conferências anuais sobre higiene individual e higiene sexual. Considerou a proposta “louvável” e “aceitável”, mas ponderou que essa educação deveria proceder pedagogicamente em três etapas: a primeira sob os cuidados da mãe, a segunda ao pai ou tutor, e a terceira ao educador ou médico. Kehl (1933c) afirmou que apresentou esta tese no Primeiro Congresso Brasileiro de Educação em Curitiba, e que ela foi prontamente aprovada.

A proposta pedagógica de Kehl (1933c) para a educação sexual, voltada para crianças de 10 a 12 anos, tornava a mãe responsável pelas primeiras instruções e por responder às perguntas curiosas dos filhos pequenos. O pai, por sua vez, deveria prevenir e alertar, resguardando para que os filhos evitassem as “más companhias” e as “perversões sexuais”. Ambos deveriam agir com naturalidade e partir de analogias com a reprodução dos vegetais para ensinar as diferenças sexuais. Desse modo, a fecundação pode ser explicada sem despertar “ideias maliciosas”. Os educadores, conforme Kehl (1933c), também possuíam um

papel fundamental na educação sexual, esclarecendo didaticamente a questão da reprodução em lições separadas conforme o sexo. Nos anos subsequentes, caberia ao médico escolar ou ao médico da família informar sobre doenças venéreas e desenvolver a responsabilidade sobre a vida matrimonial e a descendência, convencendo os jovens sobre seus deveres para com a hereditariedade.

A insistência de Kehl (1933c) em criar uma legislação sobre eugenia se justificava na medida em que, para o eugenista, a liberdade significava obedecer às leis; entretanto, essa compreensão não se desenvolvia nas escolas graças à “indisciplina” e à “índole” do povo brasileiro, incluindo os pedagogos, considerados “despreparados” para imprimir a obediência e a disciplina necessárias para o progresso da nação. O autor considerou o regime de internato como o melhor modelo para a formação das elites do país, uma vez que essas escolas conseguiriam moldar e disciplinar a criança sem interferências externas. Em seguida, Kehl (1933c, pp. 218-219) inseriu em seu livro um relato pessoal sobre como enxergava a precariedade da educação de seus filhos e da educação brasileira em um plano mais amplo:

Com dois filhos em idade escolar, temos conhecimento, em causa própria, do que são os nossos colegas... uma lastima! Os mais acreditados acham-se entregues a um professorado completamente leigo em matéria de pedagogia, a professores improvisados, sem vocação e sem verdadeira abnegação para o ensino. Mal remunerados, cumprem a missão como podem, na maioria desiludidos e se considerando vencidos na vida. Com raras exceções, repito, essa a situação das escolas primárias e mesmo ginásios que constituem em muitos casos mais casas de negócio do que casas de ensino, como declarou o reitor da Universidade do Rio de Janeiro (KEHL, 1933c, pp. 218-219).

Tomando como base o modelo escolar suíço, Kehl (1933c) propôs uma “Escola-lar-eugênica”, baseada no trabalho coletivo, no sacrifício individual em prol do bem coletivo, na disciplina, na higiene, nos cuidados com a saúde e na cooperação entre mestres, alunos e pais, visando a formação das elites eugênicas do país. Kehl (1933c) estruturou um modelo de educação integral, ao mesmo tempo intelectual, moral, físico, social, artístico, profissional e patriótico, associando o crescimento das capacidades individuais ao trabalho coletivo. Nesse modelo, os alunos seriam orientados de acordo com a vocação, com a propensão hereditária, com seus interesses e com suas habilidades (KEHL, 1933c).

Kehl (1933c) ponderou, no entanto, que a “Escola-lar-eugênica” só seria possível mediante a reconfiguração do papel do educador que, a partir da mudança de mentalidade e de um novo modelo de formação de professores, seria preparado para assumir a função de “chefe” da família escolar. Esse novo corpo docente seria cuidadosamente selecionado e bem preparado, preferencialmente nos países do norte da Europa. O autor concluiu, citando José

Veríssimo, afirmando que não existia educação pública no Brasil, mas no máximo uma instrução pública fragilizada e insuficiente para a formação das elites. Apresentando uma concepção burguesa elitista e excludente semelhante à de Octavio Domingues, Kehl (1933c, p. 223) reiterou que o país carecia de uma elite bem formada para controlar a massa, que deveria continuar analfabeta e dirigida:

Não compreendem desse modo os nossos homens de governo, nem mesmo os nossos educadores. Sem descuidar da formação de escolas primárias, devemos cuidar, sobretudo, de multiplicar as escolas secundárias e profissionais. Não é, nem será o *b-a-ba* da massa alfabetizada que impulsionará o carro do progresso, mas núcleos de indivíduos sadios e com bôa cultura de humanidades, com firme dóse de disciplina, com solido conhecimento de sua profissão, seja tanoeiro, marceneiro, ferreiro, seja medico, advogado, farmaceutico, dentista. Com estes o Brasil poderá contar como força consciente e produtiva. Escolas secundárias, profissionais e superiores, eis do que precisamos para a formação de capacidades dirigentes. As massas poderão continuar amorfas ou sem o *b-a-ba*, no seu papel de dirigidos (KEHL, 1933c, p. 223).

Antes de adentrarmos no periódico criado e editado por Kehl, ressaltamos que muitas das ideias expostas pelo eugenista nessa controversa obra se repetem em seus livros e textos no *Boletim de Eugenia*. Por uma questão de espaço, optamos por focar nossa análise no tema da educação para a consciência eugênica. Não menosprezamos, no entanto, a gravidade de seus argumentos elitistas, racistas e capacitistas em temas para além da educação, com destaque para a imigração, esterilização e miscigenação. Acreditamos que as discussões expostas a partir de *Lições de Eugenia* e *Sexo e Civilização: aparas eugênicas*, assim como as que serão apresentadas a partir de agora, são mais que suficientes para o diagnóstico crítico que nos propomos a realizar. Por outro lado, reiteramos que, ao lado do *Boletim de Eugenia*, foram nesses dois livros em que Kehl (1933c; 1935) melhor desenvolveu seu conceito de educação *lato sensu*, tema que será aprofundado no decorrer deste trabalho.

3.4. A educação para a consciência eugênica na primeira fase do *Boletim de Eugenia* (1929-1931).

Inicialmente editado no Rio de Janeiro por Renato Kehl em nome do Instituto Brasileiro de Eugenia, o *Boletim de Eugenia* foi lançado em 1929 com o objetivo de divulgar a ciência do melhoramento racial, angariar adeptos entre os “elementos cultos do nosso país” (KEHL, 1929i, p. 1) e “despertar o interesse, na nossa elite, pelos problemas eugênicos” (KEHL, 1932a, p. 1). Seus 42 números publicados entre janeiro de 1929 e junho de 1933 circulavam principalmente no meio médico; sua publicação mensal com tiragem de mil

exemplares foi ampliada ainda em seu primeiro ano de existência, passando a ser o suplemento da revista *Medicamenta*. Para além da lista fixa de assinantes, o *Boletim de Eugenia* era enviado mensalmente “[...] às principais instituições, órgãos do governo, autoridades públicas e intelectuais brasileiros e estrangeiros” (SOUZA, 2006, p. 134). O conteúdo era composto por artigos escritos por eugenistas brasileiros, traduções de textos de intelectuais de outros países, além dos artigos redigidos por Kehl, Piza Júnior e Domingues.

Souza (2019) afirmou que o modelo de periódico adotado por Kehl no *Boletim de Eugenia* era semelhante ao modelo utilizado na Alemanha, com linguagem clara e direta, visando a divulgação científica e a vulgarização do ideário eugênico. Além disso, os artigos em alemão e a insistência em fundar no Brasil um Instituto de Eugenia aos moldes do alemão denotam a influência da *Rassenhygiene* na trajetória de Kehl. Outrossim, Souza (2019) considerou o *Boletim de Eugenia* como um instrumento de legitimação das concepções científicas dos eugenistas entre as autoridades e a sociedade. Entretanto, assim como o próprio movimento eugenista brasileiro, o periódico apresentou ideias e concepções eugênicas diversas, apesar da predominância da eugenia “negativa”.

Nos anos de existência do *Boletim de Eugenia* (1929-1933), Renato Kehl publicou os livros *Lições de Eugenia* (1929) e *Sexo e civilização: aparas eugênicas* (1933), Domingues publicou *A hereditariedade em face da educação* (1929a), enquanto Piza Júnior publicou *Localização dos fatores na linina nuclear como base de uma nova teoria sobre a hereditariedade* (1930). Os textos de Stefano e Pereira (2019), Bonfim e Kuhlmann Jr. (2014), Bonfim (2019), Rocha (2010) e Mai e Boarini (2002) analisaram direta ou indiretamente a questão da educação no *Boletim de Eugenia*, apontando sua importância para esse setor do movimento, bem como seus limites impostos pela condição biológica dos indivíduos. Bonfim (2017) demonstrou que o periódico acompanhou a inflexão de Kehl no final da década de 1920 em direção à eugenia alemã e estadunidense, na qual a educação passou a ser concebida como uma medida paliativa preparatória para ações eugênicas mais incisivas.

Entretanto, o conceito de educação *lato sensu* apareceu em todas as edições do periódico, que desde seu primeiro volume indicou seu objetivo primordial: educar as elites intelectuais e seus “elementos cultos” segundo as bases da eugenia (KEHL, 1929i, p. 1). Se no *Boletim de Eugenia* a educação *stricto sensu* era limitada e paliativa, ela se tornava fundamental quando apresentada *lato sensu*: viabilizar o desenvolvimento da consciência eugênica entre a elite intelectual do país. Por esse motivo, consideramos fundamental

explicitar, tal qual fizemos com as obras *Lições de Eugenia* e *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* na primeira parte deste capítulo, o conceito *lato sensu* de educação desenvolvido por Kehl no maior periódico sobre eugenia do país. Analisaremos também textos publicados no *Boletim de Eugenia* por outros autores, mas que denunciam o meticuloso processo de seleção e edição operado por Renato Kehl na função de fundador e diretor do periódico até o final do ano de 1931.

3.4.1. Em nome do Instituto Brasileiro de Eugenia: o *Boletim de Eugenia* em 1929

Iniciaremos nosso diagnóstico pelas edições de 1929, mantendo o foco nos artigos que se relacionam com o nosso objeto. No texto *Propósitos*, Kehl (1929k) afirmou que um dos objetivos do periódico era aumentar o número de adeptos à doutrina de Galton no país. Como estratégia de aproximação do leitor e “suavização” da eugenia moderna, Kehl (1929k, p. 1) ponderou que a ciência de Galton não se baseava na “seleção empírica” cruel e desumana dos antigos gregos, mas em uma “[...] selecção científica, fundada em preceitos humanos e acordes com a razão”. Esse texto deixa claro o movimento muitas vezes repetido por Kehl em seus textos: para angariar novos apoiadores à sua causa, a eugenia era apresentada com base em três eixos, quais sejam, o “humanismo”, a razão esclarecida e a ciência. Desse modo, a eliminação da “degeneração” assumia ares progressistas, científicos e humanitários, conforme os ditames racionais da civilização.

No texto *Prophylaxia das doenças mentaes*, Kehl (1929j) definiu a eugenia como uma ciência social-biológica, afirmando que o maior idealismo que poderia existir era o do aperfeiçoamento da espécie. Ao apontar os objetivos da luta “regenerativa”, Kehl (1929j) defendeu a educação psicosssexual desde a segunda infância, evocando Sigmund Freud (1856-1939) para afirmar que essa era a fase propícia para o aparecimento de psiconeuroses e psicoses. As seitas religiosas deveriam ser orientadas segundo os princípios básicos da higiene e profilaxia mental, enquanto as escolas e os lares deveriam realizar uma propaganda constante sobre os “erros” causadores de doenças nervosas e mentais. A educação deveria assumir, segundo Kehl (1929j), uma função civilizadora, amparada na ciência e agindo em benefício do homem.

Na tradução do texto *Eugenia e Patriotismo* de John Edgar (1929), o professor da Universidade de St. Andrews assinalou que em sua “missão regeneradora”, os eugenistas encontrariam pessoas resistentes às suas práticas, mesmo que estas se alicerçassem sobre os

fatos “incontestáveis” da ciência. Expondo as raízes esclarecidas (HORKHEIMER, 1941), Edgar (1929) afirmou que a eugenia libertaria a sociedade ignorante, dominada pelas trevas da irracionalidade, por intermédio das luzes da ciência e da razão. Nessa cruzada esclarecedora, os eugenistas deveriam se portar como estudantes e educadores, cuja paciência e perseverança deveriam sempre prevalecer, uma vez que seriam eles os guias que tomariam as rédeas do processo civilizador via educação (EDGAR, 1929). No texto *Eugenia e Eugenismo*, Kehl (1929d) compartilhou dessa mesma diferenciação, atentando para a necessidade de evitar a confusão entre os dois conceitos, e ressaltando que enquanto a eugenia corresponderia à ciência com fronteiras perfeitamente delimitadas, o eugenismo compreenderia a própria ação eugênica em seu sentido educativo e amplificado.

A imagem do eugenista que se apresentava socialmente como um incansável educador e ao mesmo tempo como um eterno aprendiz é a máxima da educação elevada ao sentido de consciência, que deveria ser cultivada e reproduzida segundo os ditames da razão eugênica. No mesmo artigo, Edgar (1929) utilizou o termo “formação”, assinalando que o povo grego constituiu uma verdadeira sociedade de educação eugênica, comandada por indivíduos socialmente influentes, que conseguiram inculcar a eugenia no senso comum, transformando-a em um código moral aceito e praticado por toda população. Foi dessa maneira que o patriotismo helênico - elogiado por Kehl (1935) pela coragem em eliminar os mais “fracos” em nome da “elevação” racial e por tornar a eugenia parte do dia a dia da população por intermédio da razão - se tornou essencialmente eugênico (EDGAR, 1929).

De acordo com Fiuza (2016), no início do século XX, contexto marcado pela concepção positivista na qual a ciência constituía o símbolo da modernidade, a eugenia foi concebida como uma engenharia social capaz de garantir o progresso. Kehl (1935) a definiu como um “humanismo científico” capaz de enfrentar a moral não-esclarecida resistente às “verdades” fundamentais na razão eugênica. Em diálogo com a crítica aos aspectos totalitários do Esclarecimento delineada por Adorno e Horkheimer (2006), constatamos que a eugenia de Renato Kehl constitui um dos maiores exemplos da razão, em sua faceta subjetiva e instrumental, transformada em mito. Para Kehl (1935, p. 46), a eugenia seria, no limite, o próprio Esclarecimento, conforme registrado na segunda edição do seu livro *Lições de Eugenia* através das expressões “religião do entendimento” e “ciência-religião”. Essa mitificação também foi registrada no texto de Edgar (1929), no qual a eugenia foi descrita como uma ciência suprassocial, cuja inspiração máxima era a “verdade”, supostamente desvinculada de influências de ordem política, econômica ou social.

Essa lógica delineada nos livros *Lições de Eugenia* (1929) e posteriormente em *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* (1933) se repetiu exaustivamente nos textos em que Kehl defendeu a implementação de exames pré-nupciais. Os objetivos eram apresentados de formas distintas de acordo com cada artigo, mas em linhas gerais esses exames tinham como finalidade permitir aos eugenistas identificar na árvore genealógica das famílias as doenças hereditárias, aconselhando os casais e interferindo diretamente na reprodução. Na posição mais extrema do movimento eugenista, representada pelo racismo científico de Kehl, o casamento interracial e a reprodução de indígenas, negros, mestiços e portadores de “taras” hereditárias eram as maiores ameaças, diante das quais a obrigatoriedade dos exames pré-nupciais e a esterilização eugênica eram veementemente recomendadas. Segundo Kehl (1935), a decisão sobre tão delicado assunto só poderia ser emitida pelos eugenistas, autoridades guardiãs da razão esclarecida.

A missão esclarecedora da educação eugênica também foi desenvolvida na tradução do texto *Eugenia e catholicismo* de Hermann Muckermann, padre jesuíta, médico e diretor do Instituto de Eugenia de Berlim. Ao analisar a situação da Alemanha, Muckermann (1929b) postulou a urgência de investir no estudo da hereditariedade, pois era somente através dela que se chegaria ao esclarecimento necessário para a implementação das medidas eugênicas. O eugenista alemão considerou a educação como mais importante do que a esterilização, uma vez que o caráter “humanitário” da educação eugênica possibilitaria aos jovens uma escolha matrimonial que, alicerçada sobre a razão esclarecida e a ciência, promoveria a “boa geração” e evitaria os “males hereditários” (MUCKERMANN, 1929b).

Por ser um sacerdote católico defensor da eugenia, Muckermann se tornou uma importante referência para Kehl e Domingues, que acreditavam que sua teoria permitiria um maior alcance das medidas mais impopulares e incisivas da eugenia em um país com o catolicismo como religião dominante (SOUZA, 2006). Segundo Stepan (2014), a Igreja Católica foi a única das grandes instituições ocidentais a se opor à eugenia reprodutiva extrema, por considerar que essa ciência secular contrariava o direito inalienável e sagrado da reprodução dentro do matrimônio, deformava a função da sexualidade, pervertia a moralidade e retirava da Igreja a autoridade sobre a reprodução humana. Essa posição foi reafirmada no Catholic National Congress realizado na Inglaterra em 1920, no qual a Igreja reiterou a incompatibilidade entre a eugenia e valores católicos, e na Bula papal *Castii Connubii*, encíclica promulgada em 1930 por Pio XI (1857-1939), que reafirmou a autoridade da Igreja

sobre o matrimônio e a sexualidade, considerando como violações dos princípios católicos o controle da natalidade, o aborto, a esterilização e a eugenia (STEPAN, 2014).

As conexões de Renato Kehl com os intelectuais da *Rassenhygiene* alemã foram expostas no artigo *Instituto de Eugenia*, no qual Kehl (1929e) transcreveu trechos da carta que recebeu de Hermann Muckermann. Ao tornar pública essa correspondência pessoal, Kehl (1929e) aparentemente buscou expor seu prestígio como intelectual, que se correspondia e tinha o apoio do diretor de um instituto de eugenia internacionalmente renomado. Nessa carta também foi mencionado o nome de Eugen Fischer, diretor do Kaiser Wilhelm Institute for Anthropology, Human Heredity, and Eugenics e membro oficial do Partido Nazista, cujo racismo científico serviu de base para as Leis de Nuremberg e para o *Mein Kampf* de Adolf Hitler (HEIM; SACHSE; WALKER, 2009). Em um dos trechos transcritos por Kehl (1929e, p. 3), é possível denotar tanto a admiração do diretor do *Boletim de Eugenia* por Muckermann e Fischer, quanto a forma como os textos do eugenista brasileiro foram bem recebidos pelos eugenistas alemães:

Distincto collega. O bello artigo publicado na Revista Therapeutica sobre o nosso Instituto bem assim a remessa de algumas de suas obras e artigos, foi para nós motivo de grande alegria. Entregue tudo, em tempo, ao Professor Fischer. Não deixarei de lêr os seus valiosos trabalhos e de utiliza-los, opportunamente. Espero, muito em breve, poder enviar-lhe um trabalho, que lhe poderá interessar. Pela presente desejo apenas participar o recebimento de seus trabalhos e apresentar os meus agradecimentos. Muito grato, saudações respeitosas de Dr. Hermann Muckermann (KEHL, 1929e, p. 3).

A maneira como Kehl selecionou e organizou os primeiros artigos publicados no periódico denunciam sua estratégia na busca pela difusão da eugenia e pelo fortalecimento de seu campo científico. Podemos denotar que o “pai” da eugenia brasileira estruturou o *Boletim de Eugenia* a partir de uma compilação de pequenos artigos de intelectuais pró-eugenia de diversas partes do mundo, costurando uma roupagem científica para seus posicionamentos político-ideológicos, ao mesmo tempo em que defendia a eugenia como uma ciência suprassocial e alicerçada no método científico. Essa estratégia ficou clara na tradução do texto *Os fundamentos científicos da eugenia* do eugenista espanhol Luiz (Ramón) Huerta (Naves), no qual a eugenia foi descrita como uma ciência que se utiliza das ferramentas oferecidas pela ciência positiva, pela experimentação biológica em animais e plantas, e na observação estatística aplicada diretamente aos seres humanos. Essa investigação minuciosa das características hereditárias compreendia, de acordo com Huerta (1929), a demonstração empírica da ciência de Galton.

No mesmo artigo, a proposta de eliminação dos “incapazes” foi apresentada como um método eugênico. Mesmo categorizada como elemento profilático em alguns artigos do *Boletim de Eugenia*, é possível perceber no texto de Huerta (1929) que a educação eugênica *lato sensu* seria o principal caminho para que as sociedades modernas aceitassem as medidas mais radicais da eugenia “negativa”, como o controle matrimonial e a esterilização. Considerando que, com exceção dos Estados Unidos da América e da Alemanha, as políticas públicas voltadas para essas medidas estavam longe de ser massivamente aceitas nos países ocidentais, era necessário que o ideal eugênico se tornasse parte do sistema de ensino. Quanto mais os ideais fundamentados na seleção dos “melhores” fossem paulatinamente difundidos entre a população, começando pelos intelectuais esclarecidos, maiores as chances da aceitação do impedimento do nascimento dos “degenerados” (HUERTA, 1929).

No texto *Educação e Eugenia*, Kehl (1929c, p. 1) defendeu sua famosa máxima “quem é bom já nasce feito”, afirmando que o maior desafio da Pedagogia moderna era educar as pessoas “doentes” e “indomáveis”, intangíveis aos esforços educativos. Para autor, não adiantava a educação moderna se basear nos pressupostos da Psicologia se ela não considerasse os aspectos de ordem biológica, pois todas as capacidades que se desenvolviam no indivíduo e compunham a sua personalidade derivavam dos caracteres inatos. Nesse artigo, a ambiguidade das duas concepções de educação presentes na eugenia de Kehl veio à tona. Mesmo com todo esforço em demonstrar que a educação não seria profícua perante indivíduos “degenerados”, a multiplicação de famílias eugênicas, capazes de refrear o processo “degenerativo”, só ocorreria por intermédio do desenvolvimento da consciência racial, alicerçada sobre uma educação sexual rigorosamente orientada pela razão eugênica. Segundo Kehl (1929c, p. 1, grifos do autor):

Eis, porque, a educação esbarra, impotente, em muitos casos, não conseguindo domesticar um indocil, cuja constituição é resultante de um processo hereditario irremovível. “Quem é bom já nasce feito!”... SE FOSSE POSSIVEL! O unico recurso certo, radical, para o melhoramento da especie humana, é o recurso eugenico, o melhoramento genetico da humanidade. Este recurso consiste na multiplicação das familias eugenicas e na restricção paulatina e progressiva das não eugenicas. Não existe outro caminho. Tudo o mais, educação, conforto, progresso material, são, apenas, subsidios para a realização do grande ideal (KEHL, 1929c, p. 1, grifos do autor).

O artigo explicitou as raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941) de Kehl ao delinear os motivos que o levavam a permanecer em sua campanha pela consciência eugênica e elaborar a sua própria acepção instrumental do conceito de Esclarecimento. Para Kehl (1929c, p. 2), somente as luzes esclarecedoras dos intelectuais eugenistas viabilizariam a

vulgarização da ciência do melhoramento racial e a conseqüente formação da consciência eugênica no Brasil:

Eis, por que, sou um encarnizado propagandista da eugenia. Tudo farei para que nossos semelhantes recebam as luzes esclarecedoras sobre a responsabilidade que representa a procreação, perante elles proprios e á posteridade. Emquanto não se estabelecer a “consciencia eugenica”, o mundo continuará o mesmo, um paraíso perdido pelo genero humano, constituído por um amontoado amorpho de anormaes, parasitando um nucleo relativamente pequeno de equilibrados (KEHL, 1929c, p. 2).

Ao analisar o texto *Educação e Eugenia* publicado por Kehl (1931c) no *Boletim de Eugenia*, Souza (2019) considerou que o eugenista queria ao mesmo tempo reforçar sua autoridade científica, afastando a eugenia dos campos nos quais não era autoridade hegemônica, e ao mesmo tempo conquistar mais legitimidade dentro do meio intelectual brasileiro, estabelecendo um espaço disciplinar mais específico para essa ciência. Para Souza (2019), Kehl tomou o cuidado de manter a educação e a medicina social no interior da eugenia a partir do conceito de “eugenismo”, ao mesmo tempo em que passou a defender um conceito mais radical de eugenia voltado para a intervenção na reprodução humana a partir da aplicação das leis da hereditariedade. Kehl o fez porque sabia que não podia renunciar ao seu prestígio no interior do campo e ao apoio de seus antigos aliados engajados no movimento sanitaria (SOUZA, 2019).

Na tradução do texto *Eugenia: hereditariedade e meio* do professor Herman Lundborg, diretor do Instituto de Eugenia de Upsala, o caráter ambíguo da educação eugênica foi novamente apresentado. Lundborg (1929) afirmou que os fatores externos tinham pouca influência sobre o indivíduo, se comparados à sua constituição hereditária. Por mais que a educação e a melhoria nas condições sociais não fossem desprezíveis, qualquer ação humana, fosse de médicos ou pedagogos, não faria a menor diferença frente ao determinismo genético. Por outro lado, a educação *lato sensu* também se fez presente nesse mesmo texto. Se por um lado a educação não seria capaz de melhorar um “degenerado”, ela poderia convencer pais “degenerados” a não procriarem, estimulando a reprodução entre os portadores de boas qualidades genéticas. Dessa forma, o texto de Lundborg (1929) explicitou que, no *Boletim de Eugenia*, a concepção de educação para a consciência racial estava intimamente relacionada à instrução sexual ou matrimonial, atrelada à ideia de razão e contraposta aos comportamentos guiados pela moral e pelos instintos “irracionais”.

O texto explicitou o entendimento dos eugenistas sobre o papel nocivo das revoluções sociais para a causa do melhoramento racial. Para Lundborg (1929), a Revolução Francesa

possuiu um caráter ambivalente: por um lado, favoreceu o desenvolvimento da civilização; por outro, trouxe consigo um falso ideal de igualdade entre os homens. Podemos notar no artigo do eugenista sueco o discurso reacionário denunciado por Lukács (2020), que atribuía às classes trabalhadoras e ao proletariado revolucionário os problemas sociais que impediam o avanço do progresso civilizatório. A luta por igualdade constituía em uma atitude equivocada, pois essa suposta igualdade tocava apenas em aspectos “externos” ao indivíduo. Para Lundborg (1929), de nada adiantava clamar por igualdade social, uma vez que as desigualdades eram determinadas biologicamente. Essa naturalização extrema foi marca nos textos dos eugenistas mais radicais e reacionários publicados no *Boletim de Eugenia*, que entendiam as relações sociais exclusivamente pelo prisma das ciências naturais, ignorando completamente a dinâmica socio-político-cultural e as desigualdades econômicas do modo de produção capitalista.

A posição de prestígio de Renato Kehl, a figura do eugenista como autoridade esclarecida, a eugenia como ciência-religião e a educação eugênica como freio ao processo “degenerativo” foram expostas nos textos *Tres Bellos Livros* de Conde de Afonso Celso (1860-1938) e *Concepcionismo inconsciente e mortalidade infantil* do Dr. Geraldo de Andrade, ambos publicados na edição de dezembro de 1929 do *Boletim de Eugenia*. Celso (1929, p. 6) definiu a ciência de Galton como a “religião eugênica”, da qual Kehl seria um apóstolo dedicado e esclarecido. Compartilhando do posicionamento do político, jurista e catedrático de Direito Penal da Universidade de Madrid Luiz Jimenez de Asúa (1889-1970), Andrade (1929, p. 7) estabeleceu uma dicotomia entre o amor “irracional”, “animalesco” e “instintivo” e o matrimônio eugênico cientificamente orientado, ideia que precisava ser disseminada no Brasil.

Criticando a filantropia e o assistencialismo, entendimento compartilhado por Kehl (1933c; 1935) e Domingues (1929a; 1936b; 1942), Andrade (1929) afirmou que desde o naturalista britânico Charles Darwin ficou comprovado que a mortalidade infantil entre os mais “fracos” era uma ferramenta de seleção natural. Ponderou que salvar a vida dos mais “fracos” consistia em um erro, pois atentava contra a seleção natural e prejudicava os mais “fortes”. O combate à mortalidade infantil estaria condicionado, em última instância, à consciência eugênica, concebida como a limitação racional da reprodução, inexistente no Brasil em decorrência da ausência de uma educação eugênica efetiva entre a população (ANDRADE, 1929, p. 7).

Publicado na edição de fevereiro de 1929, o texto *Scenas deprimentes* confirmou que a fusão entre o preconceito de classe e o preconceito racial constituiu um dos fundamentos da razão eugênica de Renato Kehl, conforme vimos em *Lições de Eugenia e Sexo e Civilização: aparas eugênicas*. Kehl (1929m) criticou em nota o quanto o carnaval carioca seria a prova da “feitura” e da “degeneração” biológica da população pobre brasileira:

A fealdade physica e a degradação moral aproveitam a oportunidade para se exibirem com todo seu repugnante e verdadeiro aspecto. [...] A nossa plebe é feia, desengonçada e doente: imagine-se “*caricaturizada*”, pintada com farinha ou cal e borrada com tinta vermelha, vestida andrajosamente de trapos, a tremelicar e saracotear-se pelas nossas ruas! Será isto o carnaval digno de ser conhecido e apreciado pelos estrangeiros? (KEHL, 1929m, p. 3, grifos do autor).

Essa pequena nota denunciou que em diversos momentos Kehl renunciava à “cientificidade” de sua eugenia para direcionar seu ódio à classe trabalhadora e à população negra, indígena e mestiça. O médico não apresentou nenhuma referência aos fundamentos biológicos da eugenia para embasar essa afirmação; apenas sua opinião subjetiva ancorada no preconceito de classe e raça. Em outros termos, os critérios para a definição do que era “feio” e moralmente “degradante” foram retirados única e exclusivamente do modelo racista e elitista pré-concebido por Kehl (1929m).

O texto *Eugenia e procreação* publicado na edição de abril de 1929 versou sobre a história da eugenia desde a Antiguidade, postulando que não poderiam existir espíritos “fortes” em corpos “degenerados”. Por esse motivo, a eugenia deveria ser uma ciência ampla, tratando não somente do aperfeiçoamento físico, mas também moral da humanidade. Esse texto nos impôs uma das grandes dificuldades no trabalho com fontes primárias. Trata-se de um resumo feito pelo professor Luiz Huerta a partir de uma conferência proferida pelo Dr. Sebastián Recasens (Girol) (1863-1933) da Faculdade de Medicina de Madrid. Foi traduzido por “C. C.” e adaptado para o *Boletim de Eugenia* por Kehl. É difícil sabermos o que foi, de fato, dito ou redigido pelos autores originais (Recasens e Huerta), e o que seriam adaptações elaboradas por Kehl a partir de seus próprios interesses, tendo como base a tradução de um terceiro. Quem seria o tradutor “C. C.” que apareceu tantas vezes no *Boletim de Eugenia*? Suas traduções seriam técnicas ou livres? Outra importante constatação é a de que até a transferência da direção do periódico para Domingues e Piza Júnior em 1932, o *Boletim de Eugenia* era uma obra inteiramente organizada e editada por Kehl, como uma materialização da sua razão eugênica sob o formato de periódico.

O texto de Recasens (1929) versou sobre pontos comuns à razão eugênica de Kehl, tais como o sucesso da seleção genética em plantas e animais, sua viabilidade na aplicação à hereditariedade humana e a constatação da “inferioridade” racial dos povos latinos em comparação aos povos anglo-saxões. Seguindo as raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941), criticou os casamentos realizados por interesse ou por amor, sem a preocupação com a hereditariedade, e elogiou os países que adotaram os certificados médicos pré-nupciais e proibiram casamentos “disgênicos”. Contudo, ao contrário de Kehl (1935), Recasens (1929) defendeu que a implementação do certificado médico, elaborado como uma espécie de *pedigree* humano, semelhante aos cavalos e cães, deveria ser uma medida facultativa, e não compulsória.

Para Recasens (1929), a consciência eugênica não seria alcançada a partir de medidas impositivas. Ela deveria ser incentivada por intermédio da educação e da cultura, de modo que cada indivíduo assumisse a responsabilidade do matrimônio no futuro da raça. O médico espanhol considerou que a população deveria aprender que a qualidade dos filhos era melhor que a quantidade, e que mais importante que os sentimentos, o casamento deveria se constituir a partir das orientações eugênicas. A ideia de utilidade social também foi claramente exposta nesse texto. De acordo com Recasens (1929), os “bem-nascidos” eram fisicamente mais “sadios” e, portanto, mais “aptos” a se tornarem, por intermédio da inteligência, socialmente “úteis”, em contraste com o “atraso” social promovido pelos indivíduos “inferiores”.

É interessante constatar nesse texto que Kehl buscou, a partir do *Boletim de Eugenia*, incentivar o debate sobre eugenia no meio intelectual, a ponto de selecionar e publicar textos de autores com concepções distintas. Essa suposta diversidade de ideias era, no entanto, limitada, uma vez que Kehl evitava expor nas páginas de seu periódico ideias radicalmente opostas às suas, a não ser que fosse para criticá-las. O melhor exemplo foi a maneira instrumental como Kehl (1929a) descreveu os debates realizados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929). Publicado na edição de agosto de 1929, o texto *1º Congresso Brasileiro de Eugenia* ignorou propositalmente as críticas que Kehl recebeu de Edgar Roquette-Pinto e Álvaro Fróes da Fonseca durante o evento. Conforme discutido no capítulo anterior, os antropólogos do Museu Nacional e eugenistas críticos ao racismo científico acusaram Kehl de praticar pseudociência sem base racional ao postular a “inferioridade” dos povos mestiços. Essa e outras críticas ao livro *Lições de Eugenia* foram estrategicamente omitidas pelo diretor do periódico (cf. KEHL, 1929a).

Conforme Souza (2019), após ler a conferência de Kehl no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, o escritor Monteiro Lobato enviou uma carta de Nova Iorque para o eugenista datada em 9 de outubro de 1929. Lobato elogiou a coragem de Kehl e o considerou como um “Dom Quixote” científico que pregava para uma legião de “Panças”, incapaz de ouvir e sequer compreender as “verdades” proferidas pelo eugenista. Para Lobato, os intelectuais brasileiros, vivendo na miséria econômica, moral, física e biológica, poderiam linchar um intelectual “superior” como Kehl porque preferiam a “ilusão” à “verdade”. Considerando o modelo radical de eugenia proposto por Kehl como sinônimo de “verdade”, Lobato postulou que, no Brasil, falar a “verdade” passou a ser um crime. Souza (2019) pontuou que, se no final dos anos 1910 Lobato apresentou uma leitura otimista sobre a regeneração do Jeca Tatu a partir da melhoria do meio, no final dos anos 1920 o escritor compartilhou do pessimismo de Kehl, considerando que a política do futuro deveria ser essencialmente uma política biológica.

Em seus primeiros anos de existência, o *Boletim de Eugenia* constituiu um espaço no qual Kehl selecionou textos com ideias radicais das quais compartilhava, de modo a demonstrar que não era um “cavaleiro solitário” na defesa de medidas extremas e impopulares. Assinado pelo pseudônimo “Um Pae”²¹, o texto *Carta de um pae* defendeu os exames pré-nupciais obrigatórios, afirmando que os jovens movidos pela “paixão” eram incapazes de fazer escolhas baseadas na razão. Por esse motivo, os jovens deveriam ser obrigados a ouvir e obedecer aos ensinamentos médicos antes de procriarem, evitando casamentos “disgênicos” que poderiam perpetuar a “degeneração” (UM PAE, 1929, p. 2).

A edição dupla de junho-julho de 1929 foi a primeira como suplemento da revista *Medicamenta*, considerada por Kehl como uma das mais respeitadas e apreciadas revistas médicas do Brasil. Segundo Kehl (1929b), tornar o *Boletim de Eugenia* como separata ou suplemento dessa revista médica foi iniciativa de seu amigo, médico e colega dos tempos de faculdade Theóphilo de Almeida (Torres) (1863-1928). Ele afirmou que o periódico continuaria com a tiragem independente de 1000 exemplares mensais, mas que a incorporação à *Medicamenta* ampliaria o alcance da propaganda em prol da ciência de Galton. Kehl (1929b) agradeceu, por fim, ao seu amigo “Théo”, e assinalou que o *Boletim de Eugenia* continuaria como propriedade e responsabilidade de seu criador.

²¹ O texto apresentou um estilo de escrita e argumentação muito semelhante ao de Renato Kehl. Não nos surpreenderia, pois, se “Um pae” fosse um pseudônimo utilizado pelo próprio eugenista, recurso também empregado por Octavio Domingues na *Revista de Agricultura* através do pseudônimo “João André Antonil” (cf. ANTONIL, 1928) e Gustavo Barroso no *Boletim de Eugenia* através do pseudônimo “João do Norte” (cf. NORTE, 1929). Entretanto, precisamos de novas pesquisas para que essa hipótese se confirme.

Na mesma edição foi publicado o artigo *Aspecto jurídico da maternidade consciente*, assinado pelo espanhol Luiz Jiménez de Asúa. O texto consiste em trechos de uma conferência realizada no Primeiro Curso Eugênico Espanhol organizado pela *Gaceta Medica Española*. Traçando um longo histórico da eugenia no Ocidente e no Oriente, Asúa (1929) defendeu diversas medidas eugênicas, mas atribuiu um papel preponderante à educação. Para Asúa (1929), a educação sexual era fundamental para que se ensinasse ao homem como se tornar mais “viril” e à mulher como se tornar mais “feminina”. A limitação racional da procriação constituiria, segundo o autor, em uma das bases mais elementares da eugenia. Asúa (1929) concluiu postulando que diante da impopularidade das medidas mais radicais e da resistência das populações a essas práticas, a educação sexual se configurava como o melhor meio para superar os convencionalismos e alcançar o melhoramento da raça.

O estilo abertamente racista de Renato Kehl foi exposto no artigo *Questões de raça*, publicado na edição de junho-julho de 1929. Kehl (1929l, p. 3) definiu o Brasil como “[...] um grande e completo laboratório no qual se fundem várias raças: branca, indígena e preta”. Considerou o negro como um tipo psicologicamente “heterogêneo” e “não-somático”, e alegou que o tempo demonstraria os resultados desastrosos dessa “miscelânea racial” ou “mistura étnica”. Utilizando como fonte as fichas antropológicas organizadas por médicos militares sobre indivíduos examinados para o serviço militar, o eugenista dividiu a população brasileira da seguinte maneira: 39% de brancos, 50% de mestiços, 10% de “pretos” e 1% de “caboclos” ou “índios”. Kehl (1929l, p. 3) considerou que a quantidade de “índios” e negros tendia a diminuir progressivamente pela morte e pelo cruzamento, até não ser mais possível encontrá-los em seu estado de “pureza”, e que o elemento branco era cada vez mais preponderante graças à imigração de portugueses, italianos, alemães e polacos.

De acordo com Kehl (1929l), o branqueamento era intensificado pela alta taxa mortalidade de “mulatos” e “caboclos” pela tuberculose e pelo cruzamento com brancos. Essa constatação levou o eugenista a afirmar categoricamente que a população brasileira estava se modificando rapidamente, adquirindo um aspecto acentuadamente branco e europeu. Em contrapartida, a “inferioridade” racial dos povos mestiços também era visivelmente perceptível. Segundo Kehl (1929l, p. 3):

Os mestiços brasileiros de branco e preto (mulatos), são, na maioria, elementos feios e fracos, apresentando, com frequência, os vícios dos seus ancestrais. Apresentam grande instabilidade de caráter e constituem elementos perturbadores do progresso nacional, sob o ponto de vista étnico e social. Os mestiços brasileiros de índio e branco (mamelucos) são

superiores aos mulatos; physicamente mais bem conformados e mais fortes; psychicamente muito inteligentes, vivos e de caracter mais equilibrado. Ambos, porém, são em geral, muito soffregos, impacientes e poucos amigos da disciplina (KEHL, 1929l, p. 3).

Kehl (1929l) não somente expôs o preconceito racial e de classe que lhe era característico, como buscou amparar seu argumento evocando a autoridade de outro renomado intelectual do racismo científico, o sociólogo Oliveira Vianna, que considerava os “mulatos” e os “mamelucos” como “moralmente incoordenados”, “incoerentes” e “assimétricos” moral e fisicamente. Para tanto, o autor trouxe às páginas do *Boletim de Eugenia* uma citação direta da obra *Populações Meridionais* de Vianna (1922, p. 117 apud KEHL, 1929l, p. 3), transcrita a seguir:

[Falta aos mestiços] esse senso de continuidade, essa energia do querer, essa pertinencia da vontade, essa capacidade de espera, todas essas fortes qualidades, que denunciam as naturezas inteiriças, fundidas num só bloco, coesas, infrangiveis, monolithicas. É quebradiça a sua conducta, zig-zagueiante, irregular, descontinua e imprevista.

Em uma leitura aparentemente otimista, Kehl (1929l) alegou que, desde o início da colonização, o Brasil possuía um problema racial complexo devido ao conflito étnico entre a população, mas que o processo de embranquecimento poderia resolver a situação, levando ao advento de uma nacionalidade mestiça com predominância do elemento branco. Kehl (1929l) considerou o mestiço como um grupo social culturalmente valioso, mas biologicamente “degenerado”, recorrendo a uma citação direta de *O retrato do Brasil* (1928), publicado por Paulo Prado, organizador e patrocinador da Semana de Arte Moderna (1922). Segundo Prado (1928, p. 192 apud KEHL, 1929l, p. 4):

O mestiço brasileiro tem fornecido indubitavelmente à comunidade exemplares notaveis de inteligencia, de cultura, de valor moral. Por outro lado as populações offerecem tal fraqueza physica, organismos tão indefesos contra a doença e os vicios, que é uma interrogação natural indagar si esse estado de coisas não provém do intenso cruzamento das raças e sub-raças. Na sua complexidade o problema estadounidense não tem solução, dizem os scientistas americanos, a não ser que se recorra á esterilização do negro. No Brasil si há mal, este está feito, irremediavelmente; esperemos, na lentidão do processo cosmico, a decifração do enigma com a serenidade dos experimentadores de laboratorio. Bastarão 5 ou 6 gerações para estar concluida a experiência.

Kehl (1929l) encerrou seu artigo denotando certo “alívio”, alegando ser otimista com relação ao futuro étnico do Brasil, graças ao processo de cruzamento, seleção natural e branqueamento advindo da imigração europeia, que garantiria às futuras gerações um melhoramento físico e psíquico. Podemos notar que o artigo *Questões de raça* expôs a linha argumentativa de Kehl (1929l), que com o subterfúgio de fazer do *Boletim de Eugenia* um

meio de debates científicos, buscou respaldar cientificamente seu preconceito racial e de classe, mobilizando seus próprios argumentos em diálogo com outros renomados intelectuais.

O conceito de educação *lato sensu* reapareceu no texto *O ensino de biologia para os homens políticos*, extraído da *Folia Medica* do dia 30 de abril de 1929. Kehl (1929h) alegou que a educação dos professores, políticos e intelectuais os transformaria em disseminadores ou agentes vulgarizadores dos pressupostos eugênicos. Por esse motivo, a educação seria o elemento central para a aceitação paulatina da causa do melhoramento racial no país. Considerando que somente educando as elites seria possível ampliar a vulgarização entre a população pobre e analfabeta, o *Boletim de Eugenia* teria sido o primeiro e maior passo dado em direção a esse “progresso”. Kehl (1929h) afirmou que Leonard Darwin enviou em nome da *Eugenics Society* uma carta ao jornal *Times* solicitando a introdução do ensino de biologia nos programas escolares, justificando que os interesses nacionais deveriam estar alinhados à constituição biológica das gerações futuras. Difundido entre as classes cultas, concluiu Kehl (1929h, p. 4), o ensino das bases da hereditariedade seria “[...] a única salvaguarda verdadeira contra os perigos sociais”.

A centralidade da educação para a consciência eugênica também foi explicitada no texto *Fundamentos hereditarios da eugenia* assinado por Hermann Muckermann. Nesse artigo, o diretor do Instituto de Eugenia de Berlim considerou a eugenia como um saber suprassocial, dissociado dos conflitos raciais e das controvérsias de ordem política e religiosa. Muckermann (1929c) apresentou um argumento favorável à esterilização dos “doentes mentais”, mas ressaltou a necessidade de cautela com relação ao entusiasmo dos eugenistas com essas medidas para que elas não ficassem em “máxima evidência”, prejudicando a campanha eugênica. “Muito mais importante”, complementou Muckermann (1929c, pp. 5-6), “é a selecção eugenic que orienta os casamentos, e evite a degeneração para o futuro”. Para o eugenista alemão, um dos principais objetivos da educação eugênica era orientação para o casamento eugênico, instruindo jovens sexualmente ativos e que aspiravam ao casamento a assumir a sua responsabilidade para com as gerações porvindouras.

Muckermann (1929c) defendeu a esterilização nos casos extremos em que o processo “degenerativo” já se encontrava avançado, mas alertou que muitos intelectuais resumiam a eugenia aos métodos radicais da eugenia “negativa”, acabando por evidenciar demais esses aspectos, que não eram os únicos e careciam de complementação por outros métodos. O texto evidenciou, ainda, a preocupação do padre jesuíta e eugenista alemão em não apresentar a

eugenia como uma ciência draconiana baseada apenas em métodos radicais. No entendimento de Muckermann (1929c), a postura dos adeptos à causa do melhoramento racial deveria ser mais moderada e estrategicamente articulada, evitando afastar o público leigo e a opinião pública do movimento.

Na conclusão, Muckermann (1929c, p. 6) defendeu a educação para a consciência eugênica, postulando a necessidade da criação de um conjunto de medidas de ordem educativa, tais como um programa amplo de educação sexual, a instauração de conselhos matrimoniais e a implementação de certificados de saúde pré-nupciais, considerados como “[...] uma exigência que em bôa razão não se póde recusar”. Ele finalizou o artigo apresentando a lógica manipuladora da eugenia, ressaltando que os pais não tinham o direito de impedir a liberdade de escolha dos filhos sobre o matrimônio, mas poderiam “[...] aconselhar discretamente e dar a sua aprovação sómente depois de effectuada a troca de certificados de saúde” (MUCKERMANN, 1929c, p. 6).

Os posicionamentos racistas e autoritários da eugenia foram explicitados no texto *O Brasil e a raça*, publicado na edição de agosto de 1929. A assinatura “João do Norte”, membro da Academia Brasileira de Letras, consistia em um pseudônimo de Gustavo Barroso (1888-1959), líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), primeiro diretor do Museu Histórico Nacional (1922-1930) e maior teórico do antissemitismo no Brasil (MAIO, 1992). Ao lado de João (Batista) Ribeiro (de Andrade Fernandes) (1860-1934), esse foi o segundo texto de um membro da Academia Brasileira de Letras publicado no *Boletim de Eugenia* em 1929. Analisando um relato do Capitão Carl Eduard Siber, oficial na Guerra do Prata (1851-1852) e mercenário alemão que serviu o exército Brasileiro sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias) (1803-1880), João do Norte (1929, p. 4) discorreu sobre a “inferioridade” dos mestiços que compunham as tropas brasileiras envolvidas no conflito:

A observação do germano, em meados do ultimo seculo e em pleno esplendor do segundo reinado, é digna, de nota. Porque, de certo modo, o aspecto das tropas resume o da raça que habita o paiz. Naquelle tempo o brasileiro, sahido duma mescla terrivel de lusos, africanos e indigenas, devia apresentar mesmo aos olhos dum europeu essa physionomia merecedora de reparos criticos. E, não foi a outra coisa, sinão ao pessimo aspecto physico de nossa gente que devemos os appellidos ainda hoje gentilmente applicados aos brasileiros de toda a casta pela amavel população do Prata: “macacos” ou “macaquitos” (NORTE, 1929, p. 4).

Na sequência, João do Norte (1929, p. 4) enalteceu a campanha eugênica de Renato Kehl que, acusada de utopista em seus primeiros anos, teria se tornado “vencedora”, ponderando que “[...] sómente os cegos poderão negar a imperiosa necessidade de defesa

eugenica da família e da nacionalidade”. Ele também afirmou que, quando ocupava o cargo de deputado em 1916, apresentou à Câmara o projeto *Lei dos Indesejáveis*, mas que foi muito criticado por sua proposta de “[...] defender o Brasil da invasão de elementos nocivos a casta que nelle tinham entrada franca”. A despeito das críticas, João do Norte (1929, p. 4) alegou possuir a consciência limpa por ter ajudado a erguer o edifício que, “[...] com tanto esforço, tanto carinho e tanta coragem, o Dr. Renato Kehl está erguendo”.

João do Norte (1929, p. 4) não poupou elogios à primeira edição do livro *Lições de Eugenia*, definindo-a como uma “notável” obra de vulgarização, um livro de “patriotismo” e de “ciência”, desejando que cada leitor se tornasse um aplicado discípulo. O pseudônimo de Gustavo Barroso finalizou o artigo defendendo o posicionamento racista e anti-miscigenação de Kehl, considerando-o como autoridade no assunto e justificando as observações do Capitão Siber que abriram artigo:

[...] não posso deixar de resumir o que diz o Dr. Renato Kehl sobre cruzamentos de raças. Elle é contrario ás mestiçagens de raças differentes, pois os seus productos – mestiços ou hybridos – são typos intermediarios desharmonicos, desequilibrados em consequencia do conflicto dos caractéres incompativeis daquelles que lhes deram origem. Ao seu vêr, o mestiço é fraco, feio, inferior aos individuos puros que o formaram. Baseia-se em Broca para affirmar que o cruzamento de certas raças, branca e negra, por exemplo, não são eugenesicos. E fere, assim, o mais complexo problema que afflige e alongamente afligirá o Brasil. Como resolvel-o? é a pergunta que nos cáe dos labios. O Dr. Renato Kehl, que é, sem favor, nossa maior autoridade em eugenia, deve escrever um outro volume, mostrando como, com o correr dos tempos, seculos talvez, o Brasil, poderá ir trabalhando para se libertar da sua mestiçagem eugenicamente inferior e causa de desequilibrios, suas desharmonias e seus conflictos de caractéres incompativeis (NORTE, 1929, p. 4).

A campanha de Kehl também foi digna de elogios pelo médico sanitário Belisário Penna no texto *Eugenia e Eugenisimo*, publicado na edição de outubro de 1929 do *Boletim de Eugenia*. Penna (1929) enalteceu a campanha pelo saneamento e higiene no país e descreveu o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) como produto e coroamento dessa longa trajetória. Elogiou seu genro Renato Kehl por empreender essa cruzada sem exigir em troca cargos públicos, comissões ou proventos materiais, exaltando suas obras e pregando a obrigatoriedade do livro *Fada Hygia* nas escolas primárias e da *Biblia da Saude* nas escolas secundárias. Penna (1929) ressaltou, por fim, que o saneamento, a higiene, a medicina social e a educação higiênica visando a formação de uma consciência sanitária constituíam o alicerce da eugenia, sendo Kehl a figura de destaque dessa “nobre” cruzada no Brasil.

O texto *O problema migratório e o futuro do Brasil* publicado na edição de novembro de 1929 apresentou um resumo da conferência do Sr. Antônio de Queiroz Tellez²² no Rotary Club de São Paulo²³. O autor postulou que todos os países deveriam incentivar o afluxo do sangue europeu na constituição de sua hereditariedade. Considerou o povo japonês como uma raça culta, trabalhadora e disciplinada, ressaltando que no aspecto moral não haveria problemas com a imigração. Todavia, Tellez (1929) assinalou que os japoneses constituíam uma raça diferente da brasileira, o que poderia acarretar sérias modificações na estrutura étnica do nosso povo. Para o autor, já que a Constituição Federal não impedia a entrada desses povos “estranhos” à “raça brasileira”, não deveria haver, em contrapartida, qualquer tipo de incentivo a essa imigração. Tellez (1929) propôs, por um lado, acabar com os mecanismos facilitadores visando inibir esse afluxo, promovendo e ampliando, por outro, a imigração europeia.

Para Tellez (1929), o Brasil já havia se tornado uma nação mestiça, com o conseqüente desaparecimento do sangue português. O autor elogiou a Sociedade Promotora de Imigração em 1886, criada para promover a imigração europeia e compensar as perdas dos latifundiários com a iminente abolição, que em vez de promulgar a chegada de raças diversas, julgou “[...] ser seu dever sanear e melhorar etnicamente a sua população pela introdução de grandes contingentes de sangue aryano” (TELLEZ, 1929, p. 5). Assim como Kehl (1935), Tellez (1929) evocou o argumento de não ser uma pessoa racista, mas apenas um cidadão preocupado com o bem da nação a partir de pressupostos “científicos”. Em outras palavras, seu apoio à restrição dos imigrantes “indesejáveis” precisava ser apresentado não como uma crítica advinda de um preconceito moral, de ordem subjetiva, mas um posicionamento cientificamente embasado que precisava ser concretizado para um bem maior, qual seja, a salvação da nação. Para Tellez (1929, p. 5):

Julgo oportuno repetir que não tenho preconceito de raças, pois em todas reconheço qualidades dignas de admiração. Na organização, porém, de nossa casa, penso que nos assiste o direito de poder escolher a especie que mais nos convem. [...] A introduccão de raças differentes deformando o typo que deve prevalecer não é aconselhavel sob qualquer aspecto.

²² A publicação não indica a data na qual ocorreu essa conferência. Considerando que o Rotary Club de São Paulo surgiu oficialmente em 1924 (PEREIRA, 2011), supomos se tratar de algum familiar de Antônio de Queirós Teles Júnior (1858-1917), agrônomo e engenheiro civil, filho de Antônio de Queirós Teles (1831-1888), latifundiário, político e primeiro conde de Parnaíba, e neto de Antônio de Queirós Teles (1789-1870), latifundiário, político e primeiro barão de Jundiá.

²³ No capítulo 4 analisaremos a campanha eugênica do professor Piza Júnior nos clubes sociais da região de Piracicaba e Santa Bárbara d’Oeste. Excetuando alguns estudos, como o de Picelli (2020), nossa historiografia carece de pesquisas sobre o papel dos clubes sociais como “clubes de brancura” e espaços de difusão da eugenia no Brasil.

O texto se encerrou com Tellez (1929) enaltecendo a obra dos antigos paulistas, desejando que as próximas gerações de São Paulo pudessem se referir à sua geração com as mesmas frases honrosas com as quais eles se referem aos seus antepassados que tiveram essa preocupação eugênica. No final dessa mesma edição do *Boletim de Eugenia*, duas citações do educador e abolicionista Horace Mann (1796-1859) foram instrumentalizadas por Kehl, explicitando a mitificação da razão denunciada por Adorno e Horkheimer (2006) na *Dialética do Esclarecimento*. A primeira frase foi: “O homem que não desenvolveu sua razão com o auxílio dos conhecimentos que habitam seu recto exercicio, não é homem, na plenitude e dignidade da accepção”; e a segunda: “A ignorancia é quasi um delicto, pois que presuppõe a infracção das leis moraes e sociaes” (MANN, 1929, p. 6). Nesses dois pequenos excertos, podemos denotar o dualismo entre razão e desrazão, um dos principais aspectos da razão eugênica analisados ao longo de nossa tese.

Publicado na edição de dezembro de 1929 e assinado por Kehl (1929g), o texto *Limitação da natalidade* reafirmou a importância da educação matrimonial. O eugenista argumentou, a partir de dados de recenseamentos, que o Brasil estaria dominado por tipos “inferiorizados” (negros), que superavam numericamente os tipos “médios” (mestiços), e sobretudo os tipos “superiores” (brancos), motivo pelo qual seria necessário limitar a natalidade dos “inferiorizados”. Ele argumentou que era preciso divulgar a restrição da natalidade entre as pessoas pobres e incultas, ou seja, a consciência eugênica também deveria se desenvolver no seio dos setores não-esclarecidos da sociedade. Citando o exemplo dos Estados Unidos da América, Kehl (1929g, p. 1) considerou que “[...] mais vale um povo de boa qualidade physica e moral, do que uma grande massa mal seleccionada”, elogiando tanto a campanha pelo controle de natalidade quanto a política de esterilização dos “degenerados”.

Ainda na última edição do ano de 1929 foi publicado o artigo *O attestado medico prenupcial* de Victor Delfino. O eugenista argentino afirmou que a prática com fins eugênicos milenarmente empregada por gregos e hindus atualmente era bem-aceita pelos países mais civilizados como França, Inglaterra, Alemanha, Dinamarca, Estados Unidos da América, Suécia e Noruega. Delfino (1929) lamentou, em contrapartida, que desde a Antiguidade esses povos se preocupavam com a higiene racial, mas que nenhum povo da atualidade compartilhava dessa mesma preocupação. Para Delfino (1929, p. 2), “exímios cultores” da eugenia defenderam a implementação de atestados pré-nupciais, citando como referências Renato Kehl e Charles Darwin. O eugenista argentino postulou ainda que no Brasil, ao

contrário da Argentina, existiam “campeões do eugenismo em sua pátria”, citando Belisário Penna e Renato Kehl (DELFINO, 1929, p. 2).

Delfino (1929) encerrou seu texto explicitando as raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941), afirmando que os casamentos que ocorriam a partir do instinto sexual eram consumados de forma secreta, motivo pelo qual medidas repressivas mais incisivas deveriam ser empregadas pelos Estados, evitando a transmissão das moléstias venéreas. O eugenista argentino considerou que a esterilização não era uma punição, e que ela não deveria ser aplicada em decorrência de crimes cometidos, mas em casos nos quais o indivíduo fosse um “débil mental”, “anormal” ou “alienado”. Delfino (1929) concluiu afirmando que deveriam ocorrer audiências públicas, resguardando todos os direitos do cidadão, em caso da necessidade de esterilização compulsória; e que os hospitais deveriam ser autorizados a realizar esterilizações eugênicas em pessoas que se voluntariassem para o procedimento.

Nessa última edição de 1929, Renato Kehl publicou trechos de uma carta que recebeu de Ezra Seymour Gosney (1855-1942), eugenista estadunidense, fundador e presidente da The Human Betterment Foundation. Intitulado *A proposito de esterilização*, o curto texto demonstrou a relevância de Kehl no campo da eugenia em âmbito internacional, a resistência latina às medidas mais radicais como a esterilização, e apontou para estratégias que visavam tornar a opinião pública mais suscetível à aceitação dessas medidas. Gosney (1929), um dos mais influentes eugenistas dos Estados Unidos da América, declarou ser um grande admirador de Kehl, elogiando o livro *Lições de Eugenia* e destacando as páginas 173 a 176, nas quais o eugenista brasileiro defendeu a esterilização. Gosney (1929) considerou que os países latinos ainda eram muito resistentes às práticas da eugenia “negativa”, mas que uma ampla campanha de conscientização que apresentasse a esterilização eugênica como uma “solução” e não como um “castigo” poderia arrefecer essa resistência. Gosney (1929) finalizou a carta explicitando sua admiração por Kehl, se colocando à disposição para firmar essa parceria e colaborar com seu “vizinho” do hemisfério sul.

3.4.2. Consolidando a rede de apoio intelectual: o *Boletim de Eugenia* em 1930

A transformação dos preconceitos sociais e raciais em ciência continuou sendo uma das maiores preocupações de Kehl nas edições de 1930, ano em que os professores da ESALQ trouxeram suas primeiras contribuições ao periódico, conforme analisaremos nos

capítulos 4 e 5. Publicado em março desse ano, traduzido do original de Willem Schraenen extraído dos *Annales d'Eugenique*, o texto *A eugenia como ciencia e como ideal social* postulou que a eugenia não era somente um ideal social, porque ela se baseava em métodos científicos e objetivos, guiada pela observação e pela experimentação. Suas pesquisas “minuciosas”, que se amparavam em outras ciências como a Biologia, Sociologia e Genética, elevaram-na ao status de conhecimento científico, tornando “inabaláveis” suas bases epistemológicas (SCHRAENEN, 1930). Esse artigo nos permite compreender a reação de Renato Kehl à alcunha de “pseudocientista” recebida no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, evocando a autoridade do intelectual belga para sustentar o entendimento da eugenia como uma ciência epistemologicamente fundamentada em diversos campos do conhecimento.

O artigo sem autoria intitulado *Inquerito Eugénico*, publicado na edição de janeiro de 1930, abordou a questão da consciência eugênica de maneira direta. O texto consistiu em uma adaptação do trabalho de Albert Govaerts e Willem Schraenen publicado originalmente pelo Office Belge d'Eugenique. O artigo afirmou que a preocupação da eugenia era fazer da hereditariedade sadia um objeto de orgulho, despertando no público a preocupação pela higiene racial e superando a ignorância e os preconceitos. Sua missão era induzir a coletividade a se preocupar com o capital humano através de uma educação popular voltada para as questões de higiene e hereditariedade. Este foi um dos diversos textos que explicitaram a preocupação com a educação *lato sensu* nas páginas do *Boletim de Eugenia*, sendo o caminho mais profícuo para que as sociedades alcançassem a consciência racial. A lógica dualista ignorância/preconceito *versus* razão eugênica foi outra marca desse artigo (INQUERITO, 1930).

Assinado pelo Prof. Dr. Herman Lundborg, diretor do Instituto de Eugenia de Upsala e traduzido por “W. F. K.”, o artigo *Biologia Racial: perspectivas e pontos de vistas eugénicos* publicado na edição de fevereiro de 1930 denotou a associação intrínseca entre classe social e qualidade racial. Lundborg (1930) ponderou que as classes baixas eram biologicamente “inferiores” se comparadas às classes altas e médias. Esse ponto de vista, com vimos em *Lições de Eugenia e Sexo e Civilização: aparas eugénicas*, também estruturou a razão eugênica de Kehl (1933c; 1935), em oposição ao que foi exposto por Nalli (2005) ao afirmar que o eugenista brasileiro concebeu em seus textos a possibilidade de existir um “núcleo aristogênico” entre os pobres. Esse ponto denota menos a imprecisão da análise de Nalli (2005) e mais as ambiguidades e contradições teóricas presentes nas mais de duas dezenas de obras publicadas por Renato Kehl ao longo de sua campanha no Brasil.

Para Lundborg (1930), as classes baixas eram “piores” e se proliferavam demais, enquanto as classes altas, detentoras de “melhor” qualidade genética, eram pouco prolíficas. O autor ponderou que povos racialmente “inferiores”, como negros e ciganos, não conseguiriam elevar sua qualidade racial a partir do melhoramento do meio (saúde, educação e higiene). A mesma lógica se aplicava aos mestiços advindos de combinações “desfavoráveis” (LUNDBORG, 1930). O texto se encerrou associando a eugenia ao progresso civilizatório, postulando que a “degeneração” não afetava somente a raça no sentido biológico, mas levava ao retrocesso da civilização. Essa “degeneração” era incentivada por aquilo que Lundborg (1930) denominou “falso humanitarismo”, a dizer, a caridade que interrompia a seleção natural, dando sobrevida aos indivíduos “inferiores” que se reproduziam mais do que as classes médias e altas.

Para Lundborg (1930), esse “falso humanitarismo” - ao qual Kehl (1933c; 1935) diversas vezes criticou a partir do conceito de filantropia contra-seletiva - perpetuava e ampliava a “degeneração” por meio da manutenção de uma hereditariedade “doente” que gerava uma sociedade “doente”. Esses seres “inferiores”, concluiu Lundborg (1930), se tornariam em um futuro breve um “terrível fardo” para a sociedade, caso o processo “degenerativo” não fosse barrado por intermédio da seleção eugênica. O texto do eugenista sueco apresentou pautas compartilhadas por Kehl (1933c; 1935), sobretudo ao denunciar que o problema não era apenas uma ameaça para a raça, mas para os rumos da civilização e do progresso. Como vimos anteriormente, essa foi uma pauta típica da filosofia burguesa denunciada por Lukács (2020), das interpretações evolucionistas do século XIX e da própria eugenia de Galton (1909).

Publicado na edição de abril de 1930, o texto *O animal homem* assinado por “E. R.” apresentou o mesmo quadro de um Brasil doente em decorrência da “degeneração” biológica que assolava sua população. O argumento econômico também foi evocado, afirmando que a parte “sã” da população estava sendo sobrecarregada pela parte “improdutiva”. E. R. (1930b, p. 4) defendeu a eugenia moderna como “científica” e “racional”, cujas medidas “[...] se assentam na ciência e partem da razão para o coração, ao envez de partir do coração para as nuvens”. Parafraseando Renato Kehl, a autora convidou o leitor a se tornar um prosélito dessa nova ciência, definindo-a como “[...] o pedestal da religião que tem por escopo a regeneração integral da humanidade” (E. R., 1930b, p. 4).

O artigo *Concepcionismo inconsciente e mortalidade infantil* do Dr. Geraldo de Andrade, iniciado na edição de dezembro de 1929, retornou como continuação na primeira edição de 1930. Andrade (1930a, p. 4) afirmou que a limitação da maternidade deveria ser

aplicada não apenas em países onde o problema da superpopulação consistia em uma “verdadeira praga nacional”. A razão eugênica deveria ser a base para essa limitação, evocando o argumento “humanista” pautado na preocupação com a falta de condições das famílias na criação e na educação das crianças. De acordo com Andrade (1930a, p. 4):

No Brasil, a limitação revestirá carácter racional, o que vale por dizer que aos casaes que dispuzerem de meios para nutrir e educar doze ou quinze filhos, será declarado licito procrial-os nesse numero. [...] E não se diga que restringindo racionalmente a natalidade teremos dado um largo passo para diminuir a nossa população, de si tão pequena. Ao contrario; tal politica valerá por assegurarmos ás crianças o desejável grão de subsistencia, na pratica da verdadeira Eugénia.

O texto de três partes foi concluído na edição de fevereiro de 1930, afirmando que nada era mais eugênico do que a limitação racional da maternidade. “A hora actual não permite – repetimos – que se mantenham as falsas linhas que dividiam a humanidade em fortes e fracos” (ANDRADE, 1930b, p. 3). A solução, concluiu Andrade (1930b), residia na educação eugênica, pois somente instruindo o povo a somente gerar filhos que pudessem manter e educar, indicando os malefícios dos excessos, é que a situação poderia ser controlada.

Renato Kehl publicou na edição de junho de 1930 o artigo *Crescei e multiplicai-vos!*. Baseando sua argumentação na Bíblia, o eugenista buscou estabelecer um diálogo com o público cristão, maioria no Brasil. Kehl (1930c) alegou que todos conheciam os dez mandamentos bíblicos, mas nem todos os levavam a sério, sobretudo no tocante à passagem “crescei e multiplicai-vos” (GÊNESIS 1:28). O eugenista afirmou que alguns “crentes” seguiam esse ditame à risca, chegando a gerar trinta filhos, com medo de cometer um pecado mortal ao descumprir a ordem registrada nas escrituras. Defendendo a máxima “quantidade não é qualidade” que lhe era característica, Kehl (1930c) explicou que gerar um filho já era se multiplicar, uma vez que a Bíblia não determinava valores para essa multiplicação. Considerou que o sofrimento permaneceria enquanto a natureza dos homens continuasse se submetendo aos “caprichos” espirituais.

Mantendo a lógica dualista, Kehl (1930c) classificou os surdos e mudos como “anormais”, afirmando que filhos “normais” poderiam nascer caso os pais atendessem às orientações da eugenia. Na sequência, a eugenia foi apresentada como uma ampla profilaxia matrimonial, englobando desde elementos da eugenia “negativa” quanto a educação para a consciência racial. Para Kehl (1930c, p. 2), estacas e podas não seriam capazes de melhorar uma planta cuja semente não tivesse sido criteriosamente selecionada (ver anexo B). Afirmou

que meios legais e educativos não seriam suficientes, mas sim uniões matrimoniais com indivíduos portadores das “sementes eugenizadas”. A educação *lato sensu* foi abordada em *Crescei e multiplicai-vos!* sob a expressão “prophylaxia matrimonial” que, fundamentada no terreno sólido da hereditariedade, seria capaz de refrear a “degeneração”. Somente incentivando os casamentos “eugênicos” e “[...] impedindo a reprodução dos typos com taras e degenerações sérias” é que seria possível, segundo Kehl (1930c, p. 2), construir progressivamente a “elite eugênica” do futuro.

No texto *Instituto Brasileiro de Eugenia*, Kehl (1930g) resumiu as diretrizes do futuro instituto, que poderia se tornar realidade, mas que até aquele momento ainda era uma utopia. Dentre seus seis pontos fundamentais, constavam a pesquisa sobre as características hereditárias da população brasileira, a propaganda e o estímulo à procriação eugênica. O sexto e último objetivo do Instituto Brasileiro de Eugenia consistia especificamente na educação *lato sensu*: “Firmar, em summa, no meio nacional, a consciencia eugenica, pela educação galtoniana” (KEHL, 1930g, p. 1). Essa foi primeira vez que apareceu no *Boletim de Eugenia* o termo “educação galtoniana”, explicitando o sentido amplo de educação como formação da consciência eugênica originalmente cunhado por Galton (1909).

Na mesma edição, a sigla “E. R.” reapareceu como autoria do artigo *Causas da desorganização matrimonial. Falhas da educação moderna*, texto que constitui um dos mais autoritários no que se refere à educação eugênica publicados no periódico²⁴. Expondo as raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941), E. R. (1930a) postulou a necessidade de a humanidade superar o “instinto animal” e caminhar em direção à racionalidade, condição para a sobrevivência da civilização. A verdadeira finalidade da humanidade deveria ser a procriação “sã” e “racional”. Por intermédio da educação sexual e por um perfeito conhecimento dos seus deveres perante a raça, os homens um dia aprenderiam a orientar conscientemente os seus instintos em benefício da coletividade (E. R., 1930a).

E. R. (1930a) entendia seu contexto como um momento de “crise”, “anarquia” nos costumes, “desorientação geral” e “depravação sexual” entre a mocidade, mas considerava que mesmo frente a essa “rebeldia generalizada” e “desorientação moral”, existiam espíritos “cultos” e “esclarecidos” que divulgavam a ciência de Galton e militavam para combater o “mal”. As raízes esclarecidas (HORKHEIMER, 1941) foram manifestadas quando E. R. (1930a) traçou semelhanças entre o movimento eugenista do Brasil e dos Estados Unidos da

²⁴ Como era comum no *Boletim de Eugenia*, os artigos mais radicais e racistas eram assinados sob a forma de pseudônimos ou abreviaturas como “E. R.”, “Um pae”, “João do Norte”, “Macrobio”, “Madame João Sem Nome”, assim como Octavio Domingues o fez na *Revista de Agricultura*. Seria o mesmo “E. R.” responsável pelas traduções dos artigos no periódico, ao lado de “W. F. K.” e “C. C.”? Quem seriam, afinal, esses tradutores e autores anônimos?

América, afirmando que ambos sofriam com a resistência da sociedade, se contentando em “jogar pérolas aos porcos”. Afirmou E. R. (1930a, pp. 1-2): “Como entre nós, os espíritos esclarecidos de lá clamam num deserto ou quasi!”. O texto também denotou que os textos selecionados e editados por Renato Kehl corroboravam com a sua noção particular de eugenia como ciência esclarecida.

E. R. (1930a) citou o médico estadunidense Paul Popenoe, autor do artigo *Como podem as universidades orientar seus alunos para o casamento e a paternidade?*, publicado em março de 1930 no *Journal of Home Eugenics*. No artigo, Popenoe apontou as falhas no sistema de ensino dos Estados Unidos da América, sobretudo no que tange à educação sexual, associando diretamente a crise matrimonial à falta de instrução sexual (E. R., 1930). As falhas na educação envolveriam ao mesmo tempo os alunos, “depravados” em decorrência do contexto de crise e da falta de instrução, mas também os professores e as instituições, despreparados para lidar com as exigências desse novo tempo, sendo meros reprodutores de um modelo de educação ineficiente e ultrapassado (E. R., 1930a).

Ainda com base em Popenoe, E. R. (1930a) salientou que o problema da educação não era apenas de natureza didática, mas também curricular. Afirmou que a Pedagogia avançou muito em relação aos métodos de ensino, mas que ainda não existia um equilíbrio, o que poderia ser facilmente notado com matérias ensinadas em excesso, enquanto outras sofriam com a escassez. A partir da tese de Popenoe, E. R. (1930a) concluiu que a desorganização matrimonial era fruto da combinação de vários fatores, especialmente a ignorância das novas gerações sobre o assunto e a má orientação escolar. Seu texto denunciou o entendimento eugenista de que os problemas educacionais que impossibilitavam o desenvolvimento da consciência eugênica aglutinavam tanto os indivíduos quanto as instituições. A consequência dessa desorganização era a “anarquia” e a destruição das instituições familiares. Por esse motivo, E. R. (1930a, p. 2) defendeu “[...] o papel imprescindível exercido pelas escolas primárias e superiores na formação do caráter da mocidade entregue á sua guarda”.

As propostas de Popenoe para mitigar o problema, enaltecidas por E. R. (1930a), incluíam: a promoção do ideal do matrimônio eugênico pelos docentes; o afastamento dos professores solteiros que pregavam contra o casamento nas escolas superiores; e uma educação sexual começando pelos próprios educadores, que no geral não possuíam boa orientação sobre o assunto. As principais falhas que impediam a formação da consciência eugênica eram, segundo Popenoe e transcritas por E. R. (1930a), a “falsa ideia” de igualdade sexual promovida pela educação, da História à Biologia; a falta de conhecimento sobre a regulação racional dos instintos sexuais; o desconhecimento dos jovens sobre o casamento; a

falta de experiência dos estudantes com as relações sexuais; a incompreensão dos mecanismos da reprodução; a falta de importância da família na sociedade e sua conseqüente decadência; o desconhecimento das responsabilidades conjugais dos chefes e mães de família por parte dos estudantes; a primazia do ensino teórico nas escolas, que impedia os estudantes de aprender a lidar com a criação de crianças através de um ensino prático (E. R., 1930a).

A edição de julho de 1930 se encerrou com Kehl (1930e) anunciando a criação de um *Inquerito sobre a educação sexual da infância e da mocidade*. De acordo com o eugenista, apesar de não ser mais necessário justificar a importância da educação sexual, era imprescindível discutir a forma como organizar essa educação. Para isso, Kehl (1930e) afirmou que tinha interesse em saber a opinião dos leitores através de uma pesquisa de opinião, debatendo junto a seu público o papel dos pais, dos professores e do currículo escolar na educação sexual. Para tanto, o eugenista se prontificou a receber contribuições assinadas ou sob pseudônimos endereçadas ao “Dr. Renato Kehl” (KEHL, 1930e). Voltaremos mais adiante a esse debate ao analisarmos a “edição especial” do *Boletim de Eugenia* sobre educação sexual publicada em dezembro de 1930.

No artigo *Galton. Sabio Constructor* publicado em agosto de 1930, Kehl (1930d) se preocupou em delimitar o campo científico da eugenia, rechaçando as interpretações “equivocadas” sobre essa ciência no país. Kehl (1930d, p. 2) definiu a eugenia como a “sciencia do aperfeiçoamento moral e physico da humanidade”, mas alertou que ela não deveria ser confundida, como ocorria no campo intelectual brasileiro, com esporte, ginástica, cosmética, banhos de sol, calípedia, higiene ou medicina social. O texto denunciou o quanto Kehl (1930d), se portando como a maior autoridade no assunto no país, tomou cuidado em delimitar o campo científico da eugenia, determinando o que era e o que não era de seu escopo, em uma clara defesa da eugenia mendeliana contra a eugenia de base neolamarckista. O autor postulou que embora Platão e Licurgo fossem precursores da eugenia, foi somente com Galton que ela se constituiu enquanto ciência. Reafirmou, ainda, que as medidas empregadas na Grécia antiga, sobretudo medicina e higiene, não poderiam ser confundidas com medidas eugênicas (KEHL, 1930d).

Segundo Kehl (1930d), Galton soube escolher criteriosamente seus prosélitos, que àquela altura já estavam espalhados por várias partes do planeta, especialmente no Reino Unido, América do Norte, Alemanha, França e Itália, com destaque para a campanha de Karl Pearson da Universidade de Oxford e Charles Davenport nos Estados Unidos da América. O artigo apontou que Galton morreu aos 89 anos em 1911, mas que devido aos seus esforços, o movimento eugenista já estava mundialmente organizado e fortalecido. Atenderam ao

“chamado” de Galton intelectuais advindos de diversas áreas, que contribuíram para dar os últimos “retoques” às bases científicas delineadas pelo pioneiro. Nesse texto, Kehl (1930d) anunciou que compreendia a eugenia como uma ciência sistematizada por Galton, mas cujas bases só terminaram de ser traçadas a partir de seus prosélitos, dentre os quais ele mesmo estava inserido.

Um ano após a morte de Galton, o movimento eugenista organizou o Primeiro Congresso de Eugenia (1912) realizado na Universidade de Londres, evento que marcou a disseminação dessa ciência em escala internacional. A partir dessa exposição, Kehl (1930d) resgatou a dicotomia entre a ideologia “retrógrada” moldada pelos costumes *versus* a eugenia cientificamente constituída. Sua concepção de eugenia como ciência-religião, manifestamente herdada de Galton (1909), era também alinhada ao discurso positivista, concebendo a eugenia como “a religião dos amigos da Normalidade”, que possuía um único dogma: “[...] o da fé na regeneração dos homens pela seleção de suas sementes” (KEHL, 1930d, p. 3).

A sigla “E. R.” voltou à cena na edição de outubro de 1930 do *Boletim de Eugenia*, assinando o artigo *O lar e a educação sexual das crianças*. A autora considerou que a educação sexual era um tema em evidência e que a preocupação com a questão poderia trazer benefícios para as próximas gerações. Clamando pelo apoio de toda sociedade para a causa eugênica, E. R. (1930c, p. 2) propôs um ensino integrado, amplo e interdisciplinar, capaz de aglutinar do lar às igrejas, das escolas à imprensa:

A educação sexual, incluindo, naturalmente, no programma educativo o ensino sobre o mecanismo da reprodução, a verdadeira significação do casamento, o combate às doenças venereas, o problema da prostituição, hygiene social, etc., exige para ser efficiente a cooperação dos lares, das escolas, das igrejas, da imprensa, das instituições publicas e particulares (E. R., 1930c, p. 2).

E. R. (1930c) considerou que era na infância que a formação do caráter se iniciava, orientando os pais a introduzirem o assunto visando o desenvolvimento da integridade moral das crianças. Afirmou que entre 6 e 8 anos de idade era normal que as crianças tivessem curiosidade sobre de onde vieram e como nasceram, e que essa curiosidade denotava um bom desenvolvimento mental. E. R. (1930c) explicou que, por despreparo e desconhecimento, os pais viam nesse ato um sinal precoce de perversão, recorrendo a respostas evasivas ou fantasiosas, um erro grave com consequências desastrosas. Censurada, a criança passaria a associar a procriação à ideia de indecência e maldade, evitando perguntar sobre o assunto e perdendo, assim, a confiança nos pais. No período da puberdade, os jovens precisariam de respostas mais complexas, científicas e com exemplos, intensificando a relação de confiança

entre pais e adolescentes, que deveriam estar cientes de que essa franqueza não significava que elas pudessem falar com qualquer um sobre o assunto (E. R., 1930c).

Tocando no ponto das relações de gênero, E. R. (1930c, p. 2) delineou o papel da mulher no casamento eugênico, compreendendo a nobreza da “missão maternal” e desenvolvendo a consciência eugênica baseada no ideal elevado da maternidade racional:

Merece especial atenção o modo de inculcar no espírito das meninas as suas futuras obrigações e responsabilidades. Desde que possam compreender a nobreza da missão maternal, mostrar-lhes o crime que representa, perante a humanidade, a perpetuação de filhos doentes e tarados, da necessidade de transmitir-lhes uma herança de bons caracteres, dirigindo-as, criteriosamente, para a escolha acertada de um marido sadio e honesto. Evitar, o mais possível, de desenvolver-lhes o sentimentalismo morbido, próprio das mulheres, ensinando-as a encarar a vida com animo e fortaleza de espírito. Despertar em suas consciências o ideal elevado da maternidade racional e o desejo de cooperarem para a garantia eugênica das proles (E. R., 1930c, p. 2).

E. R. (1930c) continuou sua exposição defendendo a assistência paterna na infância como o melhor remédio contra a “depravação” na juventude. Segundo a autora, as crianças que careciam desse apoio eram mais suscetíveis a serem enganadas no futuro por pessoas mal-intencionadas, se abrindo para as “depravações” sexuais. Todavia, mesmo nos lares onde essa assistência se fazia presente, poderiam ocorrer falhas na educação sexual ministrada pelos pais. A grande maioria dos jovens, ponderou E. R. (1930c), passou por educações sexuais falhas que culminaram em “desregramentos”, por culpa dos próprios pais. Por esse motivo, a autora finalizou seu artigo defendendo uma ampla campanha pela educação eugênica entre todas as classes sociais e desde a primeira infância (E. R., 1930c).

Publicado na mesma edição de outubro de 1930, o texto *Um moderno programa de política eugênica* assinado pelo Dr. Jon Alfred Mjøen do Vinderen Biologiske Laboratorium, sediado em Oslo, na Noruega, permitiu com que Kehl tomasse como exemplo um modelo de eugenia radical, desejando a aplicação dessas medidas no Brasil. Mjøen (1930) considerou que cientistas do mundo todo tinham seus olhos voltados para os problemas eugênicos, e que a Suécia e a Noruega se destacavam na aplicação em larga escala de medidas visando a “proteção racial”. Mjøen (1930) informou que as autoridades médicas de Oslo apresentaram no ano de 1908 um programa para a eugenia que, segundo o eugenista norueguês, estava dando bons resultados.

De acordo com Mjøen (1930, p. 4), esse “formidável plano eugenico de defesa racial” se baseava nas seguintes medidas: segregação de criminosos em colônias de correção; esterilização dos elementos raciais “inferiores”; colonização com caráter seletivo; proteção à

maternidade; ensino de Biologia humana nas escolas; reforma na educação “masculinizadora” das mulheres e incentivo à função maternal; criação de um Centro Cultural de Ciência Eugênica; combate aos “venenos raciais” como o alcoolismo e as doenças venéreas; exame pré-nupcial, incluindo o desaconselhamento ou impedimento do cruzamento com raças “inferiores”; controle biológico da imigração, incluindo uma política de expatriamento. Após o término do texto de Mjøen (1930), Kehl (1930b) redigiu um breve parágrafo compartilhando sua opinião sobre o assunto, elogiando as políticas norueguesas, lamentando a falta de uma preocupação eugênica entre os políticos brasileiros, mas se felicitando pela fundação do Instituto Brasileiro de Eugenia (que nunca chegou a se efetivar), que mesmo possuindo um plano de ação distinto do norueguês, serviria de base para orientar as políticas públicas no país, tendo como fim o aperfeiçoamento da raça (KEHL, 1930b).

Na edição de novembro de 1930, Renato Kehl publicou em língua inglesa um texto sobre condições climáticas intitulado *Brazil's Sun*. Kehl (1930a) alegou que o texto foi traduzido por dois motivos: primeiro, porque o *Boletim de Eugenia* circulava no exterior²⁵; segundo, porque objetivava que os países de língua inglesa tivessem mais conhecimento sobre as condições climáticas brasileiras. Kehl (1930a) ponderou que os brasileiros sofriam com doenças tropicais e verminoses, mas que isso não ocorria por causa da ausência de raios solares. Alegou que conhecia diversos países do norte da Europa e que, apesar da boa educação higiênica, muitos indivíduos dessa região sofriam com doenças relacionadas à falta de sol, tais como o raquitismo, a escrófula e a anemia. Mencionou o “pobre Jeca” de Monteiro

²⁵ Essa é uma importante informação para os pesquisadores da eugenia. Para além dos intelectuais alemães (Fritz Lenz, Eugen Fischer e Hermann Muckermann), latino-americanos (Victor Delfino, Alfredo Verano, Carlos Henrique de Paz Soldán, Luis Zanotti Cavaziani, Eugênio Echeverria Arnoux, Miguel López Esnaurrizar e Alfredo M. Saavedra M.) e estadunidenses (Ezra Seymor Gosney), quem seriam os demais leitores do *Boletim de Eugenia* em línguas estrangeiras, especificamente em inglês? Existiria alguma relação com a posição de Octavio Domingues enquanto membro da American Genetic Association nos Estados Unidos da América (cf. DOMINGUES, 1931d) e da Eugenics Society no Reino Unido (cf. DOMINGUES, 1932c)? Encontramos indícios sobre a circulação do periódico em escala internacional no próprio *Boletim de Eugenia*. Em uma breve nota publicada na edição de fevereiro de 1931 intitulada *O eugenismo na imprensa mundial*, foi registrado que a renomada revista francesa *La race et les mœurs* listou o periódico brasileiro entre as principais publicações mundiais especializadas no tema do melhoramento racial, o colocando ao lado da célebre *Eugenics Review* britânica e da *Eugenical News* estadunidense (O EUGENISMO, 1931). Outro indício foi encontrado no texto *III Congresso Internacional de Eugenia* publicado na edição de outubro-dezembro de 1932. O texto sem autoria descreveu o evento ocorrido em Nova Iorque entre 21 e 23 de agosto de 1931, para o qual foram enviadas publicações dos eugenistas brasileiros, incluindo a coleção completa e encadernada do *Boletim de Eugenia*. Junto ao periódico, Kehl enviou uma tese intitulada *Measures to encourage the fertility of the gifted*, lida e aprovada na sessão geral do dia 22 (III CONGRESSO, 1932). Finalmente, a pesquisa documental de Souza (2006) indicou que Renato Kehl possuía uma lista de intelectuais estrangeiros para os quais remetia exemplares do periódico, informação reproduzida no *Boletim de Eugenia* através do texto *Por que se fundou a C.C.B.E.*, no qual Kehl (1931f) revelou manter correspondência com instituições eugênicas europeias e estadunidenses.

Lobato ao discorrer sobre as doenças que assolavam o homem do campo no Brasil, e encerrou o artigo fazendo elogios ao sol, afirmando que ele será o principal fator para a “nova raça” que se erguerá maravilhosamente desse “heterocromismo” (KEHL, 1930a, p. 8).

Ao final dessa mesma edição, Kehl (1930h) publicou *Malucos e criminosos*, artigo no qual se aproximou das teses sobre criminalidade hereditária do psiquiatra, antropólogo e criminologista italiano Cesare Lombroso. Analisando a ascensão da criminalidade nos Estados Unidos da América, sobretudo em Nova Iorque, Kehl (1930h) postulou que existiam 14 manicômios na cidade e que esses milhares de “loucos” geravam despesas gigantescas aos cofres públicos. Considerou que a maioria desses “delinquentes” eram incuráveis e incorrigíveis por possuírem “tendências inatas” para o crime, afirmando de maneira categórica: “A tara da psychopathia, como tara do crime, é, pois, indiscutivelmente hereditaria” (KEHL, 1930h, p. 8). O artigo não apresentou, em contrapartida, nenhum argumento científico para sustentar essa controversa afirmação.

A incurabilidade dos “loucos” em decorrência de suas predisposições genéticas escancarava, segundo Kehl (1930h), o fracasso das medidas penais. Contudo, apresentando uma leitura otimista sobre o tema, o eugenista afirmou que a ciência penal estava começando a se voltar para medidas de previsão e defesa social em vez de apenas isolar e castigar os delinquentes, e que essa importante mudança estava associada a uma nova geração de criminalistas, conhecedora da eugenia e da “hereditariedade mórbida”. No lugar de somente reclusão, Kehl (1930h) propôs uma “terapêutica regeneradora” baseada na higiene mental e na higiene procriadora, desejando que o tema fosse debatido no Primeiro Congresso de Higiene Mental a partir das bases galtonianas há muito divulgadas, mas que só naquele momento estavam se tornando consenso entre os estudiosos (KEHL, 1930h).

A última edição publicada no ano de 1930 trouxe algumas mudanças em comparação às edições anteriores. No alto da primeira página a palavra “Separata” foi substituída por “Suplemento” da *Revista Medicamenta*. Abaixo dessa linha, pela primeira vez apareceu a informação “Revistas para medicos e pharmaceuticos”, denotando o público-alvo do *Boletim de Eugenia*. Também foi a primeira vez em que o termo “diretor e proprietário” antes do nome de Renato Kehl foi substituído por “dircção e redação” no canto superior direito da página. Seria essa uma indicação de que Kehl já contava ao final do segundo ano de existência do *Boletim de Eugenia* com auxiliares no processo editorial, ou ao menos estaria sinalizando a possibilidade de descentralizar a direção do periódico, como concretizado no final do ano de 1931? Não encontramos informações suficientes para explicar a mudança de status de “proprietário” para “diretor”.

A edição de dezembro de 1930 constituiu uma “edição especial” do *Boletim de Eugenia* sobre o tema da educação sexual, com doze páginas e algumas contribuições dos leitores, que atenderam ao “chamado” de Kehl (1930e) em julho de 1930. Essa edição é crucial para compreendermos a dimensão do conceito de consciência eugênica e da educação *lato sensu* exposta nas páginas do periódico. O debate foi iniciado com o texto *Inquerito sobre Educação Sexual* de Renato Kehl, reproduzindo uma tese aprovada no Congresso de Educação de Curitiba realizado em 1928. Kehl (1930f) afirmou que se enganavam aqueles que pensavam que a educação sexual e a eugenia se situavam em campos diferentes. De acordo com o eugenista, as medidas preventivas eram necessárias no campo do eugenismo para preservar a espécie humana e evitar tanto o abastardamento físico quanto a corrupção moral (KEHL, 1930f).

Kehl (1930f, p. 1) afirmou que a educação sexual consistia em um elemento central da campanha eugênica, “[...] porque ella tem por fim incutir na consciencia popular a responsabilidade de cada individuo para consigo mesmo, para com os outros, em particular para com a família”. Vemos, nesse trecho, que a associação direta entre consciência eugênica e educação sexual era uma das bases da razão eugênica de Renato Kehl, remetendo tanto ao conceito amplo de educação desenvolvido por Galton (1909) quanto às raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941). Comparando a situação do Brasil com outros países, sobretudo os Estados Unidos da América, Kehl (1930f) considerou que ainda havia muito o que se avançar no nosso país a respeito desse assunto.

Explicitando as diferentes realidades nacionais, Kehl (1930f) denotou que sua chamada nas edições anteriores do *Boletim de Eugenia* rendeu poucas respostas, a maioria das quais não foi possível aproveitar. Para ele, a situação seria diferente nos Estados Unidos da América, onde o debate estava muito mais desenvolvido do que no campo intelectual brasileiro. Em contrapartida, Kehl (1930f) afirmou que as suposições de que o país ainda não estava “maduro” para debater um assunto dessa natureza eram errôneas, dado o contexto de grande transformação nos costumes pelo qual estava passando o mundo ocidental, refletindo diretamente na sociedade brasileira, que não poderia ficar para trás.

No texto subsequente intitulado *O problema da educação sexual*, Kehl (1930j) deu segmento ao debate afirmando que a maioria dos educadores, psicólogos e médicos concordava com a importância da educação sexual desde a infância. Quem discordava, postulou o autor, não entendia suficientemente suas finalidades. As vantagens higiênicas e eugênicas da educação sexual eram evidentes, mas seu efeito profilático só poderia ser compreendido a partir de um julgamento “são” e livre de “preconceitos” e “hipocrisias”.

Citando Freud, Kehl (1930j) afirmou que as crianças também possuíam instintos sexuais desde tenra idade, assim como curiosidade sobre a geração, criticando aqueles que plantavam na mente das crianças ideias falsas, cujos efeitos seriam desastrosos e indelévels.

Kehl (1930j) recorreu ao exemplo das crianças indagando aos pais como seus irmãozinhos nasceram. As respostas fantasiosas levavam as crianças, incrédulas, a buscarem se informar com crianças mais velhas, “[...] as quais dão informações quase sempre recheiadas de malícia, incentivando mexericos e, mesmo, intuito de má consequencia futura” (KEHL, 1930j, p. 2). O eugenista também criticou aqueles que se contrapunham à educação sexual alegando pudor ou desconhecimento sobre o assunto, e considerando que as crianças deveriam aprender sozinhas a seu tempo. Citando Lindsey, o autor afirmou que 90% dos casos de perversão ocorriam devido aos descuidos paternos e das más companhias. Tomando como exemplo as prostitutas, afirmou que o desvio ocorria por volta dos 12 anos de idade, ou mesmo antes (KEHL, 1930j).

Para Kehl (1930j), os pais deveriam desenvolver uma “educação persuasiva”, fiscalizando as crianças em idade escolar e evitando que elas, instigadas por seus amigos, se deixassem levar pelas perversões sexuais. O argumento do eugenista, como podemos perceber na citação a seguir, mesclou dados e pesquisas de pedagogos e psicólogos com os seus próprios preconceitos de gênero e classe:

Uma mãe poderá criar uma filha na mais completa innocencia até 15 ou 17 annos. Bastará, porém, uma criada ou uma amiguinha perversa para desfazer toda obra, que foi erroneamente edificada, de modo lamentavel, quando não irreparavel. A aprendizagem clandestina, a companhia de confidentes depravados desfazem o mysterio da geração de modo vicioso, dando margem ás iniciações immoraes. São os amiguinhos e as amiguinhas os principais mestres da dissimulação, da mentira, da masturbação e de outros vicios que se installam, ás vezes, decisivamente, sobretudo em crianças com taras psychopaticas, que não foram sufficientemente educadas pelos paes (KEHL, 1930j, p. 2).

Kehl (1930j) recorreu à autoridade dos pedagogos e médicos favoráveis à educação sexual, ressaltando que o apoio dos educadores como referências no assunto era imprescindível para o avanço desse tema no país e para o progresso biológico da raça. Abordando questões de ordem metodológica e etária, Kehl (1930j) afirmou não haver consenso entre os especialistas sobre o início da educação sexual. Para ele, entre os 4 e 6 anos de idade já era possível dar os primeiros passos na educação sexual, sugerindo que as respostas fossem emitidas de acordo com a curiosidade e as perguntas das crianças, mas sem estender o assunto para além disso. Como exemplo, Kehl (1930j, p. 2) transcreveu um relato

da “Madame Schmidt Jaeger”, que recorreu aos galináceos para lidar com a curiosidade de seus filhos sobre o assunto:

“Meu filho de oito annos e suas irmãs mais velhas discutiam, vivamente, a proposito da criação de gallinhas. As duas meninas achavam o gallo muito máo e perfeitamente inutil, pois que elle não punha ovos, emquanto que o irmão evidentemente ferido no seu orgulho masculino, tomava a defesa do gallo, sustentando que elle era util para alguma coisa, embora não soubesse bem para que. A questão foi posta deante do meu tribunal e meu filho triumphou, visivelmente, quando eu expliquei que sem o gallo, que dá a semente ás galinhas, estas continuam a pôr os ovos, os quaes, porém, não podem desenvolver-se, e que, sem um papae gallo, não haveria nunca filhos pintinhos. Immediatamente, com sua simples e pura logica infantil, meu filho replicou: “não é verdade, mamãe, que entre nós não pôde haver crianças sem papae?” Eu confirmei, naturalmente, o facto, e, lá, em cima, as crianças reiniciaram, satisfeitas, os seus folguedos” (KEHL, 1930j, p. 2, aspas do autor).

A partir desse exemplo, Kehl (1930j) passou a evocar o “sagrado privilégio” das mães, às quais cabiam os primeiros ensinamentos, dados seus conhecimentos nos assuntos domésticos. Para justificar essa divisão, o autor mencionou a reunião da Sociedade Alemã para a Luta contra as Doenças Venéreas ocorrida em Mannheim, na qual ficou estabelecido que eram as mães quem deveriam iniciar as crianças no assunto, mesma opinião compartilhada pelo médico e psicólogo britânico Henry Havelock Ellis (1859-1939), reconhecida autoridade no assunto. Kehl (1930j) estruturou uma lógica etapista sobre como deveria se proceder pedagogicamente com relação à educação sexual, começando pela mãe ou tutora, passando para o pai ou tutor na etapa intermediária, e ficando a cargo do educador e do médico na fase madura, por volta dos 12 anos. Os pais deveriam agir com naturalidade e buscar embasamento científico sobre o assunto, enquanto os educadores deveriam abordar temas relacionados à reprodução no currículo escolar, diferenciando esse ensino segundo o sexo e evitando que este fosse acusado de imoral ou obsceno (KEHL, 1930j).

Na puberdade, a educação sexual deveria, conforme Kehl (1930j, p. 3), ser ministrada pelas autoridades médicas, ensinando os adolescentes que cada indivíduo é um “depositário efêmero de um legado eterno”, motivo pelo qual eles deveriam ser conscientes com relação à descendência, evitando colocá-la em risco. Essa educação para a consciência eugênica deveria ser mantida no casamento, ficando sob responsabilidade do casal o estudo sobre os cuidados com a higiene e sobre o funcionamento dos corpos do homem e da mulher. Kehl (1930j, p. 3) finalizou suas orientações remetendo ao dualismo da razão eugênica:

Impõe-se como medida de preservação individual e collectiva, baseado no mais alto interesse da especie, que se proceda á educação sexual, gradual e paulatina, das crianças, dos jovens e, mesmo dos adultos, afim de que o mais

nobre acto não continue a processar-se apenas sob o impulso instintivo, só compreensível e admissível entre os animaes irracionais (KEHL, 1930j, p. 3).

Na sequência, a “edição especial” do *Boletim de Eugenia* apresentou o texto *Educação sexual* assinado pela uruguaia Paulina Luisi (1875-1950). Segundo Ortega, Beltrán e Mitjavila (2018), Luisi foi a primeira mulher a se graduar em medicina no Uruguai e encampou as fileiras dos movimentos eugenista, feminista e socialista. Sua contribuição com o inquérito de Renato Kehl denotou o quão abrangente foi o ideário eugenista na primeira metade do século XX, que ultrapassou o modelo fascista e genocida da *Rassenhygiene* apreciado por Kehl (1933c; 1935) e aglutinou pautas alinhadas aos movimentos feminista (ORTEGA; BELTRÁN; MITJAVILA, 2018; PAUL; STENHOUSE; SPENCER, 2018), anarquista (CLEMINSON, 2008), social-democrata (CASSATA, 2011), comunista (KREMENTSOV, 2018) e negro (ENGLISH, 2004; NURIDDIN, 2021). Por esse motivo, conforme ressaltamos no primeiro capítulo em diálogo com a literatura especializada, rechaçamos as interpretações monolíticas sobre o fenômeno complexo da eugenia, dentre as quais se insere a tese da filosofia reacionária burguesa de Lukács (2020), cujos limites e potencialidades foram corretamente apontados por Bernardo (2015).

O conteúdo do artigo publicado no *Boletim de Eugenia* parte de teses que Paulina Luisi apresentou no Congresso Internacional de Hygiene Social (Paris - França, 1928), no Primeiro Congresso Americano da Criança (Buenos Aires - Argentina, 1916), no Segundo Congresso de Medicina de Montevideo (Uruguai, 1921), no Terceiro Congresso da Criança (Rio de Janeiro - Brasil, 1922) e no Congresso Internacional de Hygiene Social (Paris - França, 1923), explicitando sua influência e sua atuação no campo da higiene social e da medicina, com foco na pediatria. Ao iniciar seu texto, Luisi (1930) afirmou que a expressão “educação sexual” era muito pronunciada, mas pouco compreendida. Promulgando a submissão dos instintos “irracionais” à razão eugênica, a eugenista uruguaia definiu o conceito da seguinte forma: “A Educação Sexual é a acção pedagogica que pretende submeter o instinto sexual á acção da vontade sob o dominio da intelligencia instruida, consciente e responsavel” (LUISI, 1930, p. 3).

Em seguida, Luisi (1930) descreveu os elementos que deveriam constituir a educação sexual. Em primeiro lugar, a instrução científica, baseada em um ensino integral e interdisciplinar centrado nas matérias de História Natural, Botânica, Zoologia, Anatomia, Psicologia, Higiene e Profilaxia. A autora reforçou que a educação sexual não deveria ser uma matéria à parte nos programas escolares, mas sim o eixo integrador de todas as disciplinas.

Em segundo lugar, a Ética ou moral das questões sexuais, tendo como fim o controle dos instintos e o desenvolvimento da consciência moral. A educação para a consciência moral deveria ser aplicada à responsabilidade individual e social, submetendo os desejos (força executiva) ao domínio da reflexão, da consciência e da responsabilidade (forças deliberativas). Podemos constatar que o programa de educação sexual de Luisi (1930) se organizou em torno de uma noção semelhante ao conceito galtoniano de consciência eugênica (GALTON, 1909), concebendo a “moral eugênica” como sinônimo de razão, em oposição aos instintos irracionais.

A educação sexual deveria, segundo Luisi (1930), ter início na infância, e sua responsabilidade deveria ser compartilhada entre a família e a escola. A autora propôs seu ensino nas escolas primárias, secundárias, noturnas e cursos pós-escolares, como em um modelo de “formação continuada”. Iniciando no despertar da inteligência da criança, a educação sexual seria aprofundada no decorrer da vida escolar e acompanhada de perto pela família. Luisi (1930) rechaçou apresentar a educação sexual nas escolas como algo especial, externo ou extemporâneo ao currículo, optando por um ensino mais “natural” e orgânico inserido no programa de estudos. Dessa forma, ponderou Luisi (1930), a educação sexual seria diluída no currículo geral como uma educação integral, e não como uma matéria isolada e específica. A educação sexual deveria desaparecer como tal, dando lugar a uma Educação Integral, complementada por cursos complementares de pedagogia sexual para os pais de família.

O artigo de Luisi (1930) explicitou não apenas que a educação era uma preocupação especial do movimento eugenista latino-americano na primeira metade do século XX, mas também que seus membros desenvolveram programas educacionais visando a formação da consciência eugênica em cada país. Entretanto, o conceito de consciência eugênica poderia ou não estar associado ao racismo científico. Nesse sentido, é notória a diferença entre o entendimento racista de Kehl (1933c; 1935) sobre o conceito galtoniano de educação *lato sensu* e a forma como a eugenista uruguaia o fez, promulgando a manipulação do sexo pela razão eugênica, mas sem menções à “superioridade” ou “inferioridade” mestiça, tal qual postularam Kehl (1933c; 1935) e Piza Júnior (1933a).

Além de Paulina Luisi, outro renomado intelectual que atendeu ao inquérito sobre educação sexual de Renato Kehl foi Júlio Pires Porto-Carrero, médico psicanalista e futuro membro da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Escrito exclusivamente para o *Boletim de Eugenia*, o texto *Resposta de um especialista* iniciou remetendo à psicanálise freudiana, ponderando que educar sexualmente significava observar e orientar desde o nascimento as

tendências sexuais da criança. Essa educação envolveria evitar a prolongação das funções orgânicas que geravam prazer, tais como chupar o dedo, usar chupeta, sugar o seio e evacuar o intestino, pois essas ações poderiam futuramente se transformar em vícios como o uso de cigarro, álcool e cocaína, além de perversões e neuroses (PORTO-CARRERO, 1930).

Estruturando sua metodologia, Porto-Carrero (1930) postulou que, no contexto doméstico, a educação sexual caberia aos pais, mas na proporção da pergunta das crianças. Caso necessário, os pais poderiam induzir à pergunta de forma discreta, mas nunca forçá-la. Na escola, essa função caberia à professora. Assim como Luisi (1930), o médico rechaçou as aulas específicas de instrução sexual, que poderiam levar à promiscuidade. Essa educação deveria ser diluída no programa de ensino nas matérias de História Natural e nas noções de higiene e de enfermagem. Isso faria com que o ensino fosse confiado à professora, considerada por Porto-Carrero (1930, p. 6) como “[...] a verdadeira mestra, amiga e confidente dos seus pequenos alunos”.

Porto-Carrero (1930) citou visitas a museus, projeções e fitas cinematográficas como meios auxiliares de estudo para mostrar às crianças os órgãos e suas funções reprodutoras. Iniciando no lar e no “jardim de infância”, ministrada como algo natural e não especializado, essa educação sexual acompanharia a curiosidade infantil, se desenvolvendo de forma natural e gradual. A instrução especializada só deveria ocorrer, segundo o médico, na fase da puberdade. Porto-Carrero (1930) encerrou a resposta ao inquérito sobre educação sexual afirmando que sua contribuição consistia em um pequeno resumo enviado ao seu “querido amigo” Renato Kehl.

A sigla “E. R.” apareceu pela quarta vez nas edições de 1930 no texto *Resposta de uma mãe. A educação sexual na infância e da mocidade*, revelando que essa sigla ou pseudônimo se referia a uma mulher apoiadora do movimento eugenista. E. R. (1930d) considerou que a solução para o problema da educação sexual na infância dependia da cooperação espontânea e insubstituível das mulheres. Além da questão de gênero, a autora expôs a concepção positivista da eugenia como sinônimo de modernidade e progresso científico compartilhada por outros membros do movimento eugenista brasileiro, como Kehl (1933c; 1935) e Domingues (1929a; 1936b; 1942).

E. R. (1930d) compartilhou da metodologia proposta pelos médicos que responderam ao inquérito, como Luisi (1930) e Porto-Carrero (1930), especialmente no que tange ao início da educação sexual na infância, estimulando a curiosidade natural, com os pais emitindo respostas corretas, embasadas e não dissimuladas ou fantásticas sobre o assunto. E. R. (1930d) criticou o entendimento do ato de procriação como um crime ou um pecado, preconceito

incutido nos pais devido à educação que receberam, que impedia o ensino da educação sexual como algo natural, uma função fisiológica como as demais. E. R. (1930d) alertou que caso não encontrassem as respostas em casa, a curiosidade natural das crianças as levaria aos colegas que as instruíam erroneamente e as induziriam à “perversão” sexual.

“Se as mães considerassem as consequências nefastas que a ignorância sexual acarreta para a sociedade e a espécie, não hesitariam em se instruir, afim de melhor guiar os filhos”, ponderou E. R. (1930d, p. 7). Todavia, a autora não ignorou que muitas mães não o faziam por terem uma formação defasada, motivo pelo qual tanto as mães quanto os educadores precisariam ter uma boa instrução referente ao assunto. Por esse motivo, E. R. (1930d) considerou que a educação sexual deveria começar pelos pais, com embasamento científico, mas em linguagem acessível. Denunciou a restrita literatura sobre o assunto no país, afirmando que, dentre os escassos volumes, existiam obras que defendiam o amor livre, comportamento contraproducente e perigoso para a causa eugênica. Para E. R. (1930d, p. 7), “Mais vale às mães empregarem na educação dos filhos a simples intuição e o bom senso femininos, do que recorrer a taes livros, cuja leitura só serve para desoriental-as ainda mais”. Esse “bom senso”, no entanto, era raro, dadas as falhas na educação dessas mães e de seus pais (E. R., 1930d).

E. R. (1930d, p. 7) considerou que uma educação sexual bem embasada iniciada no lar facilitaria o trabalho futuro do professorado, “[...] cuja tarefa consistirá em ensinar, didacticamente, nas aulas de historia natural e hygiene, aquillo que a criança já comprehendeu sob o ponto de vista moral”. Assim como Luisi (1930) e Porto-Carrero (1930), E. R. (1930d) criticou a educação sexual ministrada em salas e disciplinas separadas nas escolas primárias, propondo um ensino mais orgânico e integrado ao programa de estudos. No contexto da puberdade, entre os 13 e 16 anos, englobando os cursos ginásial e normal, seria necessário separar essa educação segundo o sexo, ficando os professores responsáveis pelos rapazes e as professoras pelas moças (E. R., 1930d).

E. R. (1930d) concluiu sua resposta ao inquérito com quatro constatações e sugestões: 1. não existiam bons livros em português sobre o assunto, considerando mais profícuo a realização de cursos especializados voltados para mães e educadores. No exterior, mencionou as obras *A questão sexual* do psiquiatra suíço Auguste-Henri Forel e *La educación sexual del niño y del adolescente* do eugenista espanhol Luiz Huerta; 2. caberia às mães ou responsáveis a introdução à educação sexual, realizada de forma natural, de acordo com as dúvidas da própria criança; 3. a educação sexual nas instituições de ensino deveria ser orgânica, interdisciplinar e integrada ao programa de estudos, aconselhando a especialização somente

no período da puberdade; 4. a educação sexual deveria ser obrigatória, bem embasada, didática e seguir uma norma de conduta homogênea entre os professores, preponderando o fator moral e evitando o prejuízo para a infância e a mocidade (E. R., 1930d).

O texto se encerrou com E. R. (1930d, p. 8) assumindo a dificuldade do tema em questão, mas aceitando o desafio como continuação do projeto do Esclarecimento: “Digamos, pois, com Kant: ‘Dormi e sonhei que a vida era beleza; quando despertei vi que ella era dever’. Que sejam despertadas as que ainda dormem, pelas que já se acham de pé”. Assim se encerrou também o inquérito sobre educação sexual do *Boletim de Eugenia*, finalizando as edições do ano de 1930. Os textos que compuseram essa “edição especial” do periódico nos permitem constatar que Kehl selecionou cuidadosamente as respostas ao inquérito, publicando somente aquelas que compartilhavam em maior ou menor grau com o seu próprio entendimento sobre o tema.

É interessante observar que mesmo reproduzindo as raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941), nenhuma das três principais respostas ao inquérito publicadas no periódico – Luisi (1930), Porto-Carrero (1930) e E. R. (1930d) – associaram a eugenia ao racismo científico, tal qual fez Kehl (1933c; 1935) em seus livros e em seus artigos no *Boletim de Eugenia*. Acreditamos que somente um diagnóstico crítico nos permite compreender o caráter dialético dessas propostas, muitas das quais, como a higiene, a educação sexual, a formação de professores e as reformas na educação básica, foram importantes em um contexto de pouca instrução, falta de saneamento, doenças venéreas e profundas desigualdades sociais. Contudo, não podemos ignorar que, no que tange especificamente ao diretor do periódico, essas mesmas pautas foram apresentadas sob a forma de um “humanismo” esclarecido, progressista e científico, que escamoteou um projeto de sociedade autoritário, racista, capacitista, misógino e elitista, cujas bases se assentavam no determinismo biológico e nos métodos radicais da eugenia estadunidense e alemã.

3.4.3. A Comissão Central Brasileira de Eugenia e o *Boletim de Eugenia* em 1931

O ano de 1931 compreende as 12 últimas edições do *Boletim de Eugenia* tendo Renato Kehl como diretor e redator. A primeira edição de janeiro contou com o texto *Um inquerito interessante* assinado pela jornalista e escritora Sylvia Serafim (Thibau) (1902-1936), que elogiou o inquérito sobre educação sexual publicado por Kehl na edição anterior. A escritora afirmou conhecer livros sobre educação sexual, indicando *A inquietação sexual* do Dr. Pierre Vachet (1892-198?) como “[...] um ótimo trabalho, aconselhavel, sem duvida, ás mães e

professores” (SERAFIM, 1931, p. 8). Discorrendo sobre a metodologia da educação sexual, a autora afirmou que ela deveria ser ministrada primeiramente pelas mães antes mesmo da idade escolar, uma vez que a curiosidade sobre o sexo se iniciava antes. Ponderou que as perguntas infantis deveriam ser respondidas sobriamente, o que nem sempre ocorria graças à falta de instrução de mães de “mentalidade vulgar e inferior” (SERAFIM, 1931, p. 8).

Para Serafim (1931), os adultos não deveriam fugir das perguntas das crianças, mas evitar respostas diretas e explícitas. De acordo com a escritora, não existia uma idade certa, devendo a educação sexual se iniciar naturalmente junto com a curiosidade. Seu texto se encerrou dividindo didaticamente a educação sexual em três fases: 1. iniciação com a mãe; 2. mediação das professoras, cujo “instinto feminil e maternal” saberia suavizar as respostas “ante a pureza dos pequeninos”; 3. aprofundamento com um médico ou professor “muito competente no assunto” (SERAFIM, 1931, p. 8). Além da naturalização da maternidade, representada pelo suposto “instinto maternal” manifesto nas mulheres, a proposta de Serafim (1931) estava em consonância com as respostas dos médicos publicadas na “edição especial” do *Boletim de Eugenia*, tanto no que tange à centralidade da educação sexual e sua obrigatoriedade no programa de ensino dos professores, quanto ao “método natural” baseado em direcionar os questionamentos, mas sem estimular a curiosidade das crianças.

Outras propostas para a educação sexual foram expostas nas edições subsequentes do *Boletim de Eugenia*, não nos sendo possível trazer todas ao debate. A maioria delas concordava, com poucas variações, no que se refere aos objetivos e à metodologia. Destacamos o texto *Resposta de uma mãe ao inquerito sobre educação sexual*, assinado pelo curioso pseudônimo “Madame João Sem Nome”. Publicada na edição de fevereiro de 1931, essa resposta ao inquérito explicitou profundos preconceitos de classe, mas sob a proteção do anonimato, como era comum no periódico. Se apresentando como mãe de um menino e leiga no assunto, Madame João Sem Nome (1931) definiu Kehl como “vossa excelência” no tema da educação sexual. Repetiu os argumentos expostos nas respostas anteriores baseadas na naturalização da maternidade e no papel social da mulher, afirmando que a educação sexual das crianças deveria “emanar naturalmente das mães”, mas que como elas infelizmente nem sempre o faziam, essa se tornava a “sagrada missão” das professoras (JOÃO SEM NOME, 1931, p. 5).

A mãe correspondente do *Boletim de Eugenia* afirmou em sua resposta, carregada de preconceitos de classe e sem qualquer embasamento científico, que parte do problema da

educação sexual residia nas babás, culpadas pela “degeneração” sexual graças ao seu comportamento “promíscuo”. Segundo a Madame João Sem Nome (1931, p. 5):

[...] posso garantir que 85% dos males de uma pessima direcção sexual ou germes perniciosos que fazem victimas de degenerescencias sexuaeas, se acham ligados directamente á companhia de suas amas secas. Eu tenho e sempre tive um terror quasi morbido ás “babás” e poderia citar observações que solidificam de modo completo meu modo de apreciação, o que não faço para não estender-me muito.

A partir dessa afirmação, João Sem Nome (1931) explicou como procedeu com a própria prole através do “método natural” anteriormente exposto nas respostas ao *Boletim de Eugenia*. Partindo da curiosidade de seu filho sobre como ele havia nascido, a “Madame” fez analogias com o mundo animal, associando pintos nascendo de ovos a crianças sendo geradas em ventres. O texto se encerrou postulando que o ensino sobre sexualidade nas escolas nunca deveria ser explícito; precisava ser dividido segundo o sexo; e que as professoras nos cursos normais deveriam ser instruídas por professores especializados em educação sexual (JOÃO SEM NOME, 1931). Ao final dessa edição, pudemos identificar três pontos comuns em praticamente todas as respostas ao inquérito sobre educação sexual: 1. a formação dos professores brasileiros era considerada como insuficiente para uma garantir uma abordagem adequada; 2. a tradição resistente ao progresso científico e o modelo de ensino “arcaico” levavam a distorções prejudiciais ao desenvolvimento das crianças; 3. a ciência deveria prevalecer sobre as explicações fantasiosas em todas as etapas da educação sexual.

A edição de março de 1931 é de extrema relevância para compreendermos as mudanças ocorridas no *Boletim de Eugenia*. O subtítulo do periódico sofreu uma significativa alteração: no lugar de “editado em propaganda do Instituto Brasileiro de Eugenia”, como nas edições de 1929, 1930 e no primeiro bimestre de 1931, Kehl optou por “Publicação Oficial da Com. Centr. Bras. de Eugénia”. A mudança foi explicada no primeiro artigo dessa edição intitulado *Uma nova entidade científica que aparece: a Comissão Central Brasileira de Eugenia*, assinado pela própria CCBE. O texto afirmou que o movimento eugenista brasileiro contava com muitos apoiadores, mas que ainda carecia de uma organização científica de caráter permanente visando a disseminação dos ideais do melhoramento racial. Afirmou que a comissão foi fundada no Rio de Janeiro com estrutura organizacional centralizada em dez

renomados eugenistas²⁶, sob a presidência de Renato Kehl e tendo sua esposa Eunice Penna Kehl, filha de Belisário Penna, como secretária (C.C.B.E., 1931).

O texto de apresentação afirmou que a comissão seria posteriormente incorporada à Federação Internacional de Associações Eugênicas de Londres, e que se destinava ao estudo, à propaganda da eugenia e ao apoio a medidas eugênicas e para-eugênicas. O termo “estudo” foi empregado seguindo conceito de educação *lato sensu* elaborado pela Eugenics Education Society de Francis Galton. No estatuto, foi registrada a criação da “Comissão Central Brasileira para o Estudo e Propaganda da Eugenia” no dia 1º de abril de 1931 como uma organização de caráter privado, que se propunha a fomentar o interesse pelo estudo das questões eugênicas e promover a criação de instituições de pesquisa (C.C.B.E., 1931, p. 1). Mais detalhes sobre a criação da CCBE foram expostos na entrevista de Renato Kehl ao *Jornal do Brasil*, reproduzida na mesma edição do *Boletim de Eugenia* com o título *Por que se fundou a C.C.B.E.*

Kehl (1931f) afirmou que há tempos almejava organizar um centro de estudos e de irradiação para a propaganda da eugenia, e que mantinha correspondência com as principais associações eugênicas europeias e estadunidenses. Ponderou que a CCBE tinha como fim manter no país o interesse pelos estudos das questões de hereditariedade e eugenia, bem como apoiar empreendimentos “humanitários” e científicos de caráter eugênico. Kehl (1931f) associou a propagação da eugenia ao cultivo do coco babaçu, que leva um século para dar frutos, mas cuja espera é gratificante. Ressaltou, no entanto, que desejava que a solução para os problemas da eugenia no país não levasse tanto tempo. Uma pequena nota intitulada *Brasilianisches Zentralkomitee Fuer Eugenik* foi publicada em alemão, visando notificar o público germanófono sobre a criação da CCBE (BRASILIANISCHES, 1931).

O artigo *O problema da tuberculose do ponto de vista da eugenia* denotou a continuidade do trabalho do *Boletim de Eugenia* em apresentar preconceitos de raça, gênero e classe escamoteados como ciência. Assinado pelo Dr. Giuliano Perondi, docente de Eugénica da Universidade de Florença, na Itália, e traduzido por “C. C.”, o texto diferenciou eugenia (melhoramento coletivo da raça através da intervenção no material genético) de

²⁶ Os demais membros efetivos da CCBE eram Belisário Penna, médico sanitário e diretor-geral do Departamento Nacional de Saúde Pública; Gustavo Lessa, assistente do Departamento Nacional de Saúde Pública; Ernani Lopes, médico psiquiatra e presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental; Júlio Pires Porto-Carrero, psicanalista, eugenista e professor de Medicina Pública da Universidade do Rio de Janeiro; Ignácio da Cunha Lopes (1891-1973), médico psiquiatra e genealogista da Assistência Nacional de Alienados; Achilles Lisbôa, higienista e eugenista; Caetano Coutinho, eugenista e farmacêutico do Departamento Nacional de Saúde Pública; além dos professores e geneticistas da ESALQ Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues (C.C.B.E., 1931; KEHL, 1931f; BRASILIANISCHES, 1931).

eutenia (melhoramento na qualidade e nas condições de vida de um indivíduo em sua singularidade), seguindo a linha mendeliana crítica ao neolamarckismo. Perondi (1931a) afirmou que enquanto a primeira visava as futuras gerações, a segunda se restringia às gerações existentes. De forma semelhante ao conceito de filantropia contra-seletiva de Kehl (1933c; 1935), o professor italiano criticou a contra-seleção promovida pelo melhoramento do meio, considerando que a eutenia possibilitava a sobrevivência de elementos “fracos” ou com “taras” hereditárias, se perpetuando nas gerações futuras.

Perondi (1931a) apontou que a eugenia, pelo contrário, propunha fortalecer a seleção natural, contribuindo para o melhoramento da estirpe. Criticou também a caridade, afirmando que ela era contra-seletiva, assim como as leis e direitos trabalhistas que estendiam o tempo de vida dos trabalhadores, contrariando as leis da seleção natural. De acordo com Perondi (1931a, p. 3):

Todas as providencias que regulamentam as horas de trabalho ou o limite minimo de salario; que garantem a classe operaria com os seguros obrigatorios, as previdencias a favor das operarias gestantes e puerperas... vêm diminuir automaticamente dos individuos melhores a vantagem que lhes proporcionam, na luta pela existencia, a maior laboriosidade, as melhores attitudes, a maior previdencia e o maior tratamento individual proprio e de sua prole.

O artigo de Perondi (1931a) demonstrou que a razão eugênica não se restringiu às ciências biológicas, mas recorreu a argumentos extraídos da Sociologia, da Antropologia, da História, da Filosofia e da Economia, tornando a eugenia uma ciência epistemologicamente mais embasada e, conseqüentemente, mais perigosa do ponto de vista social. Consideramos que foi justamente essa hibridez, flexibilidade e interdisciplinaridade de seu campo (ver anexo A) que permitiu a sua consolidação no meio intelectual como sinônimo de razão e verdade, possibilitando justificar cientificamente posicionamentos político-ideológicos racistas, elitistas, capacitistas, misóginos e autoritários. Ademais, o desprezo de Perondi (1931a) pela classe trabalhadora escancarou o processo de formalização da razão que, perdendo sua dimensão objetiva, se tornou subjetiva e instrumento da dominação capitalista (HORKHEIMER, 2015).

O artigo *O problema da tuberculose do ponto de vista da eugenia* do professor italiano foi concluído na edição de abril de 1931, tomando contornos ainda mais autoritários. Perondi (1931b) argumentou que a sociedade deveria cuidar dos filhos dos tuberculosos, mas como essa atividade era social e economicamente onerosa, o Estado, guiado pela eugenia, não deveria favorecer seu nascimento. Perondi (1931b) postulou que os médicos deveriam

aconselhar os tuberculosos a amar, mas sem se reproduzir. Afirmou que a civilização moderna possuía meios para enfrentar a *Mycobacterium tuberculosis* (Bacilo de Koch), mas que os esforços seriam sempre limitados enquanto não se eliminasse o fator primordial, a dizer, a procriação dos indivíduos “tarados” (PERONDI, 1931b).

Perondi (1931b) apresentou, para ratificar sua tese, o argumento de que as cidades modernas tinham o privilégio de hospedar dentro das paredes dos edifícios as fórmulas “inumanas” e “degradantes” da miséria física e moral, onde o vírus se alastrava rapidamente entre os moradores. Em uma lógica semelhante à política de extermínio nazista, Perondi (1931b) afirmou que a tuberculose tinha um efeito “disgênico”, mas que era socialmente “útil”, pois eliminava gradativamente os grupos sociais “inferiores” que compartilham do mesmo ambiente:

Os doentes e os suspeitos de tuberculose não devem casar; se casam e um dos conjuges adoece, não devem procriar! [...] O tuberculoso não é somente um peso morto, do ponto de vista economico-social, mas sobretudo **uma fonte conspicua de renovação heritaria**; nós devemos ter para estes pobres doentes piedade, respeito, cuidados que alliviem o mal e o impeçam de se difundir. Mas devemos também aconselhar, rogar, exortar que renunciem a constituir família e propagar o mal, e ainda mais com uma pessoa sã e constitucionalmente robusta, para não ficar excluída também a progenitura (PERONDI, 1931b, p. 3, grifos do autor).

No último parágrafo do texto, o editor ou o tradutor resumiu as ideias de Perondi (1931b), reforçando a máxima “amar mas não procriar” que deveria, segundo ele, ser aplicada aos tuberculosos.

A recorrente sigla “E. R.” reapareceu na edição de março de 1931 no texto *O exame prenupcial e o voto da Sociedade Franceza de Eugenia*, denotando o conceito *lato sensu* de educação para a consciência eugênica compartilhado nos diversos artigos e edições do *Boletim de Eugenia*. E. R. (1931) citou a sessão presidida pelo Dr. Eugène Charles Apert (1868-1940), médico pediatra e fundador da Sociedade Francesa de Eugenia, na qual foram aprovadas as seguintes medidas: o exame pré-nupcial e as recomendações para torná-lo obrigatório por lei; a criação de folhetos educativos sobre o tema para os nubentes; o modelo de certificado de saúde dos noivos; os registros de saúde individuais, com um parágrafo específico referente aos exames médicos para fins matrimoniais (E. R., 1931).

E. R. (1931) esclareceu que o exame não significava autorização ou interdição para o casamento, uma vez que a lei estaria em consonância com a legislação do país, de modo a não cercear a liberdade individual. Essa não-obrigatoriedade tornava os nubentes os juízes dessa

crucial decisão. Colocados frente a um problema de ordem moral, eles resolveriam de acordo com as próprias consciências. Todavia, ponderou E. R. (1931), como a ignorância e o egoísmo prevaleciam sobre as sociedades ocidentais, era necessária uma educação continuada, que permitiria o gradual desenvolvimento da consciência eugênica. No capítulo 5, veremos que essa interpretação era compartilhada por Octavio Domingues (1929a; 1936b; 1942), que considerava a educação para a consciência eugênica como um meio mais viável para a implementação das medidas da eugenia do que a criação de leis que, em uma sociedade não-esclarecida, se tornariam letra morta e não se configurariam como práxis eugênica.

A campanha pela formação da consciência eugênica também foi exposta no texto *Os bôbos das aldeias* do eugenista português Júlio Dantas (1876-1962), extraído do *Correio da Manhã* e publicado em março de 1931 no *Boletim de Eugenia*. Dantas (1931) compartilhou anotações de seu caderno de viagem, na qual visitou o norte de Portugal na fronteira com a Espanha. Alegou ter encontrado nesses povoados diversos “degenerados” e “loucos”, os quais considerava como “infelizes” que usavam e abusavam da caridade pública. Dantas (1931, p. 7) afirmou que a população da região do Minho, sobretudo o Minho Litoral, era inteligente e sadia; no extremo norte rural, no entanto, o número de “idiotas”, epiléticos, “aleijados hereditários” e “tarados” era imenso. Mencionou “anões” e outros tipos de “idiotas” como “[...] expressões variadas de degenerescencia, de dissolução da hereditariedade” (DANTAS, 1931, p. 7).

Ao investigar as populações do Alto Minho, Dantas (1931) constatou que a causa da “degeneração” era o entrecruzamento de poucas famílias que residiam nas aldeias isoladas, levando à sucessiva consanguinidade. Somava-se isso ao alcoolismo, à tuberculose e outros tipos de intoxicações. Afirmou que, ao contrário do que ocorria nas cidades, onde os “degenerados” sucumbiam na infância, no campo eles cresciam livremente e “infelizmente” sobreviviam. O eugenista português considerou, em contrapartida, que o progresso civilizatório se consumaria como fator eugênico capaz de modificar a situação marcada por uma “degenerescência” generalizada. De acordo com Dantas (1931, p. 8, grifos do autor):

Todos esses bôbos e monstros, que por aqui enxameiam, são, pois, quanto a mim, a triste consequencia do isolamento em que ha muito tempo se encontram, mercê da falta de communicações, muitos pequenos povos do Alto Minho. E quem diz falta de communicações diz falta de civilização. Quando o estado de quasi barbarie destas populações ruraes se modificar; quando a estrada de ferro rasgar estes campos; quando a luz electrica illuminar estas aldeias; quando, emfim, estabelecido o convívio e a permuta entre as populações proximas, essas populações deixarem de ser familias fechadas que se cruzam constantemente entre si, - a **cour des miracles**

desaparecerá e, com ella, um dos mais impressionantes espetaculos que nos offerece esta formosa região minhota, rica de homens fortes e de bellezas naturaes (DANTAS, 1931, p. 8, grifos do autor).

As raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941) de Dantas (1931) também foram compartilhadas por Renato Kehl (1933c; 1935) ao analisar a composição racial do Brasil, um suposto “paraíso tropical” que “infelizmente” era habitado por uma população “degenerada” pela mestiçagem ou em vias de “degeneração”, cujo processo só as luzes da razão – ou seja, a própria ciência eugênica concebida enquanto progresso civilizatório – seria capaz de refrear. Como elemento comum na razão eugênica dos intelectuais mais radicais do movimento eugenista, a preocupação de ordem “humanista” – a dizer, a denúncia às doenças hereditárias derivadas de casamentos consanguíneos – estava associada a um projeto autoritário de sociedade e propostas de intervenção biológica de ordem elitista, racista ou ainda, como no caso de Dantas (1931), capacitista.

O preconceito de classe e o projeto autoritário de sociedade de Renato Kehl voltou às páginas do periódico no texto *A victoria da mediocridade*, publicado na edição de abril de 1931. O eugenista afirmou que a “mediocridade” sempre existiu na humanidade, mas que os “mediócras” se tornaram mais numerosos e mais “inúteis” com a industrialização e automatização dos processos. De forma direta, o autor constatou que “[...] os mediócras, os vadios e os de senso moral baixo se reproduzem como ratos”. Além de se reproduzir mais do que os elementos racialmente “superiores”, “[...] elles não dão á humanidade senão parte mínima do que tomam a seu proveito” (KEHL, 1931b, p. 1). O texto denotou que o intelectual que se autointitulava “humanista” e livre de preconceitos morais era o mesmo que comparava seres humanos a ratos e clamava por sua eliminação.

Tomando como base o advogado e eugenista estadunidense Madison Grant, Kehl (1931b) considerou que a massa “cacogênica” era vitoriosa sobre o núcleo “aristogênico” da sociedade. A partir desta constatação, o eugenista passou a criticar a democracia, afirmando que ela empoderava os “mediócras”, nivelando-os e abatendo a influência das elites. Para Kehl (1931c), a igualdade social representava um perigo, pois significava também o avanço da “degeneração” moral e biológica. Sua lógica se baseava em uma associação direta e maniqueísta entre “socialmente inferior” e “racialmente inferior”, denotando um preconceito compartilhado entre as elites intelectuais brasileiras frente a ascensão do movimento operário no início do século XX. Para Kehl (1931c, p. 2):

Que seria do mundo, se esses milhões de plebeus e muitos outros milhões de mediócras, existentes no planeta, tomassem as redeas do carro e o

impellissem ao sabor da idéa democratica niveladora, que é o governo pela massa ou duma tal maioria no seu proprio interesse? (KEHL, 1931c, p. 2).

A centralidade da educação para a eugenia foi exposta no curto texto *A eugenia e a reforma do ensino* publicado na edição de abril de 1931. Esse texto é essencial para compreendermos o sucesso da campanha eugênica no país e sua influência sobre o campo da Educação, uma vez que seu autor é o professor e advogado Francisco Campos, recém-empossado Ministro da Educação do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e articulador da Reforma Francisco Campos, conforme discutimos no capítulo 2. O texto foi apresentado como o “Trecho da exposição de motivos apresentada ao Chefe do Governo Provisorio pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco de Campos, illustre Ministro da Educação e Saude Publica”. A partir dessa informação, todo o trecho foi redigido entre aspas, ou seja, seu conteúdo corresponde às falas do próprio ministro.

Campos (1931, p. 5) justificou a reorganização das faculdades de medicina, afirmando que o Estado deveria zelar pela vida do povo, promovendo o aperfeiçoamento progressivo da raça. Afirmou que a medicina era o carro-chefe desse processo, e que era “[...] acima de tudo, na eugenia pela selecção progressiva da especie humana, que se effectivam as possibilidades bemfazejas da sciencia”. Selecionado provavelmente por Kehl, que em 1931 ainda era o editor e redator do *Boletim de Eugenia*, esse curto trecho denotou que os intelectuais eugenistas viam avanços na campanha eugênica nos primeiros anos do governo autoritário de Getúlio Vargas, avanços que se concretizariam com a promoção da educação eugênica na Constituição Federal de 1934. Paulatinamente, a eugenia avançava institucionalmente no Brasil.

A edição de abril de 1931 contou com cinco textos redigidos em língua inglesa, exprimindo o desejo de Renato Kehl de expor internacionalmente as conquistas e avanços do movimento eugenista brasileiro. Em *The first eugenics movements in Brazil*, Kehl (1931h) traçou o histórico do movimento eugenista no país, dos primeiros contatos dos intelectuais brasileiros com o movimento eugenista internacional durante o International Eugenics Congress em Londres (1912), à criação da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) e à realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), no qual Kehl foi o primeiro-secretário e Roquette-Pinto o presidente. Publicado sem menção à autoria, o artigo *Brazilian Institute of Eugenics* explicou em inglês os objetivos e atribuições do futuro Instituto Brasileiro de Eugenia, mencionando no último item que o objetivo final do Instituto era “[...]”

to awaken and strengthen amongst our people, through the Galtonian education, the eugenical conscience” (BRAZILIAN INSTITUTE, 1931, p. 6).

O sociólogo Oliveira Vianna voltou às páginas do *Boletim de Eugenia* na edição de maio de 1931, em um artigo que denunciou sua visão acerca da relação entre classe e raça no que concerne à distribuição dos indivíduos “eugênicos”. No texto *O eugenismo das elites (fragmento de capítulo)*, Vianna (1931) considerou que a grandeza de um povo era medida não pelo volume de sua massa social, mas por sua elite de indivíduos “eugênicos”. Por esse motivo, era a qualidade da elite que deveria ser medida, e não a sua quantidade. O autor alegou que esse recorte não poderia ser confundido: a “elite eugênica” poderia ser formada a partir de indivíduos das mais diversas classes, mas existia uma tendência dos “eugênicos” a ascenderem às classes superiores. Vianna (1931) ponderou que os indivíduos “eugênicos” existiam nas classes médias e inferiores, mesmo que esse último fosse raro. Afirmou, todavia, que isso não era uma regra, existindo indivíduos “disgênicos” nas classes superiores por motivos de herança ou mesmo por uma questão de “sorte”.

Vianna (1931) utilizou como exemplo a classe política brasileira, que estava, segundo o sociólogo, repleta de indivíduos “disgênicos”, assim como tipos “eugênicos” poderiam ser encontrados nas classes sociais mais baixas, apartadas do meio político. Para o autor, o número de indivíduos “eugênicos” estava tradicionalmente distribuído de forma ascendente: classes baixas (raros), classes médias (poucos), classes altas (maioria). Segundo Vianna (1931), todos eles ou ascendiam ou estavam em vias de ascender socialmente dada sua natureza “superior”. Entretanto, considerava a classe média como o campo mais fértil de possibilidades eugênicas, mais até do que a aristocracia, graças à baixa fertilidade das classes altas. Destarte, podemos denotar no texto de Vianna (1931) uma interpretação distinta da concepção de Kehl (1933c; 1935), que tanto nos livros *Lições de Eugenia* e *Sexo e Civilização: aparas eugênicas*, quanto em seus artigos no *Boletim de Eugenia*, associava a “nobreza eugênica” às elites do país, notoriamente desprezando as classes trabalhadoras como “raças inferiores”.

A relação entre eugenia e política também foi apresentada no texto *A educação dos sentimentos políticos e a Eugenia*, assinado pelo pseudônimo “Macrobio”, que versou sobre o papel da educação na campanha eugênica. Macrobio (1931) postulou que a República, em seus quarenta anos de existência, fracassou em termos educativos. Suas falhas eram de ordem cívica, filosófica, técnica e científica, mas também no que se refere à divulgação científica,

denotada pelo desinteresse das elites pela instrução. Para Macrobio (1931), o Brasil possuía bons cientistas em diversas áreas do conhecimento, mas não existiam bons professores, tanto no ensino básico quanto no superior. O autor assinalou que os docentes do país apenas ensinavam “apanhados” ou resumos das matérias de seus cursos, sem aprofundamentos e sem adentrar os fundamentos científicos de cada matéria (MACROBIO, 1931).

Macrobio (1931) considerou que o brasileiro lia pouco os grandes cientistas de sua época, reclamando que as obras de Sigmund Freud e Albert Einstein (1879-1955) eram frequentemente traduzidas para o espanhol, mas não contavam com traduções para o português. Além do problema educacional, o autor criticou a falta de homogeneidade cultural e racial brasileira, considerando-a como uma grande barreira para o desenvolvimento da nação. Por esse motivo, Macrobio (1931) criticou a defesa de Oliveira Vianna pela centralização dos poderes, afirmando que a autonomia dos Estados e a busca pela costura dessa “colcha de retalhos” só seria alcançada por meio de uma educação política capaz de promover a “homogeneização racial”, considerada como fundamental para o desenvolvimento do país.

Podemos perceber que o termo “educação política” promulgado por Macrobio (1931) possui sentido semelhante ao conceito de consciência eugênica, uma vez que tinha como fim a intervenção sobre o processo reprodutivo visando o fim do “hibridismo” via mestiçagem. O autor concluiu seu texto afirmando que São Paulo era o estado racialmente mais homogêneo e, conseqüentemente, o mais culto da nação. Citando o sociólogo chileno Luís Lagarrige (1864-1949), Macrobio (1931) também defendeu uma ação educativa capaz de fortalecer a ordem social por meio da instrução primária. Graças ao “hibridismo”, não existia, segundo o autor, uma “mentalidade brasileira”, o que contribuía para a falta de unidade nacional. Ele considerou que existiam somente identidades regionais - amazônica, paulista, gaúcha, nordestina, mineira -, mas todas “egoístas” e “inconciliáveis”, que só poderiam ser futuramente fundidas mediante a ação educativa (MACROBIO, 1931).

Publicado na edição de junho de 1931, o artigo *Cruzamento do branco com o preto* constitui um dos maiores exemplos da diversidade de disciplinas que configuraram as bases epistemológicas da eugenia e do racismo científico no Brasil. Assinado por Luiz Lustosa da Silva (1897-1974), docente da Faculdade de Pharmacia e de Odontologia de Santos e pioneiro na odontologia forense no país (SILVA; MIAMOTO; SILVA, 2017), o artigo mobilizou os saberes da odontologia e da frenologia para sustentar as teses racistas da eugenia. Silva (1931)

iniciou sua argumentação de forma direta, afirmando que o casamento do branco com o “preto” não era nem “razoável”, nem “decente”, podendo gerar a “degradação” da humanidade. A partir disso, o odontologista buscou justificar cientificamente a “superioridade” racial do branco partindo do ângulo facial e do índice cefálico (SILVA, 1931), elementos típicos da frenologia.

Continuando sua argumentação, Silva (1931) ponderou que mesmo tendo apurado sua sensibilidade artística, o negro era naturalmente “animalesco” e muito semelhante aos símios. Explicitando as raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941), o autor considerou a união interracial como sinônimo de “decadência”, fruto de “instintos animais” e não de sentimentos racionalmente orientados. O odontologista postulou, ainda, que mesmo com sua “superioridade”, o branco abdicou do “direito racial” pelo “direito erótico-convulsivo” típico dos seres “bestializados” e “inferiores”. A mestiçagem seria, portanto, uma “depravação moral” que afetava a base orgânica da sociedade (SILVA, 1931).

Frente às críticas que a ciência do melhoramento racial vinha sofrendo, em especial as acusações de pseudociência e utopia, Silva (1931) defendeu a eugenia como uma ciência, considerando que seu idealismo não lhe retirava o status científico, uma vez que não existia objetividade científica sem a precedência de uma ideia abstrata. Seu artigo se encerrou com um dos exemplos mais didaticamente racistas de todas as 42 edições do *Boletim de Eugenia*, utilizando o exemplo do padre Luiz Francisco de Sales Pessoa (Monsenhor Sales) (1847-1927) reprovando um casamento interracial como arquétipo da manifestação da consciência eugênica:

Grave e profunda compreensão das leis eugenicás, teve o Revmo. Monsenhor Salles, parochy de Campina Grande, Estado de Parahyba. Certa vez, esse illustre sacerdote fôra procurado para celebrar dois casamentos. Chegando á Igreja, qual não foi o espanto de Mons. Salles quando viu que os nubentes, dois brancos e dois pretos, iam fazer um verdadeiro cruzamento: preto com branca e branco com preta. Tomado de uma natural revolta, gesto evidente de sua superioridade physica e moral, o illustre prelado, antes de applicar aos dois casaes as leis da Igreja, applicou, talvez inconscientemente, as leis eugenicás. E, como num tablado de jogo das Damas, separa os brancos e os pretos e diz com solemnidade: branco com branco, preto com preto (SILVA, 1931, p. 4).

Na mesma edição de junho de 1931, Renato Kehl publicou o artigo *O ensino de Eugenia nas escolas secundárias*, versando sobre a organização dos programas escolares visando a formação da consciência eugênica. Kehl (1931d) iniciou seu texto com uma epígrafe de Francis Galton, afirmando que o homem poderia fazer de forma rápida, suave e

precavidamente (seleção artificial) aquilo que a natureza realizava às cegas (seleção natural). O objetivo do texto, segundo Kehl (1931d), era esboçar um programa de ensino de eugenia nas escolas, ressaltando sua importância social e racial ao lado da higiene. O eugenista apresentou a definição literal de eugenia como a “sciencia-religião” (escrito com hífen) que “[...] harmoniza e concretiza idéas e intuitos regeneradores, esforçando-se para a formação de caracteres optimos, transmissíveis por herança, e concorrendo, ao mesmo tempo, para a eliminação das taras e degenerações”. Essa ciência-religião tinha como fim “[...] a elevação physica e moral dos homens, de modo a que se constituam e se multipliquem os elementos de paz na familia, na sociedade e na humanidade” (KEHL, 1931d, p. 5).

Kehl (1931d) afirmou que o programa de ensino de eugenia deveria ser didático e exequível, sendo parte da cadeira de história natural ou disciplina isolada na última ou penúltima série do ensino ginásial. Podemos resumir a ementa proposta pelo eugenista a partir dos seguintes tópicos: fundamentos e história da eugenia; relações da eugenia com a higiene e a medicina social; metodologia e propaganda contra a “degeneração”; e regulamentação dos casamentos e deveres individuais em face da espécie. Após apresentar sua ementa, Kehl (1931d) postulou que os preconceitos e a resistência contra a eugenia fariam parte dessa cruzada, mas que eles poderiam ser superados por um professorado preparado e identificado com a causa. O eugenista conclui seu artigo defendendo a imprescindibilidade e a obrigatoriedade da educação eugênica nos programas de ensino para o progresso biológico, moral e social da humanidade (KEHL, 1931d).

Na edição de julho de 1931, Kehl (1931g) apresentou uma nova discussão sobre educação no artigo *Só ha um caminho...*, mas desta vez remetendo ao conceito de educação eugênica *lato sensu*, para além do âmbito escolar. No início do texto, o eugenista afirmou que o único caminho para melhorar as propriedades genótípicas de uma coletividade era a seleção matrimonial. Kehl (1931g, p. 1) considerou que a educação poderia abrir caminho para essa seleção, mas lembrando que ela por si só não bastava:

Enquanto não se estabelecer a proibição matrimonial para os inaptos para a procreação higida ou a sua esterilização, a educação e a higiene não conseguirão diminuir as anomalias, os vícios e os crimes, em suma, não levantarão o nível médio da coletividade.

Considerando o Brasil como uma sociedade “preconceituosa”, resistente à eugenia e cada vez mais destruída pela “degeneração” racial, Kehl (1931g) propôs a “paternidade digna”, definida como o estímulo à reprodução dos “não-degenerados”. Assumindo a lógica de “cortar o mal pela raiz”, um dos principais símbolos da Eugenics Society na década de

1930 (ver anexo C), Kehl (1931g) afirmou que o único caminho a ser seguido era o combate à “degeneração” através da seleção da semente germinal. Verificamos que Kehl repetiu os mesmos argumentos pautados no racismo científico e na crítica à filantropia contra-seletiva em outros artigos publicados nas edições de 1931, como *Os erros da filantropia contra-seletiva* (KEHL, 1931e) e *A campanha eugênica no Brasil* (KEHL, 1931a).

Publicado em julho de 1931, o texto *A eugenia no futuro* extraído do livro *What is Eugenics?* de Leonard Darwin e traduzido por E. R. também propôs medidas radicais da eugenia “negativa”, como a proibição da reprodução dos “tarados mentais” e das raças “inferiores”, bem como o fim das medidas assistencialistas que perpetuavam a “miséria racial” e disseminavam “dependentes do Estado” que viviam “incivilizadamente” em uma sociedade civilizada (DARWIN, 1931, pp. 1-2). Em linhas semelhantes, publicado na edição de outubro de 1931, o artigo *Cruzamento de raças* do eugenista sueco Herman Lundborg afirmou, seguindo a lógica dualista da razão eugênica, que as medidas da eugenia “negativa” só eram impopulares pois a opinião pública, movida por interesses morais e, portanto, “irracionais” e “anti-científicos”, insistia em não aceitar a tese da “mestiçagem contra-seletiva” (LUNDBORG, 1931).

A eugenia “negativa” também foi defendida pelo médico Alberto Farani no artigo *Como evitar as proles degeneradas?*, publicado no *Boletim de Eugenia* em outubro de 1931. A partir do conceito de “profilaxia anticoncepcional”, que envolvia impedir o nascimento dos “degenerados”, Farani (1931a) afirmou que o indivíduo poderia e deveria ser sacrificado em favor da raça, uma vez que somente uma “raça sadia” alcançaria o progresso social. Para a formação dessa “raça sadia”, era necessário aumentar o número de indivíduos “sãos” e excluir os “indesejáveis”. Uma vez que não se podia eliminar os “degenerados” tal qual se fazia na Esparta de Licurgo, a solução era a promover a “profilaxia anticoncepcional” através da limitação da prole e da esterilização (FARANI, 1931a). Dada a impossibilidade de implementação dessas medidas radicais, a “regeneração racial” só poderia ser alcançada por intermédio da educação eugênica:

O remedio, repito, está na educação eugenica, que permitirá ao individuo reproduzir-se em boas condições. Quando assim acontecer não haverá mais razão para discussões, e ninguém mais exigirá a limitação ou abolição da prole nos tarados de qualquer especie. Mas enquanto perdurar o estado de cousas atual é preciso, **pelo menos**, impedir a multiplicação dos degenerados, até que se consiga modificar o meio. É preciso agir no sentido de uma fecundidade mais generosa por parte dos que têm boas qualidades e, por outro lado, uma reforma social e moral para todos, uma reforma geral.

Assim é que se conseguirá a regeneração racial (FARANI, 1931a, p. 5, grifos do autor).

Farani (1931a) reforçou que, ao contrário da resistência cristã às medidas eugênicas, referindo-se à encíclica *Casti Connubii*, a eugenia “negativa” era “verdadeiramente moral”, pois visava a defesa social. Citando o exemplo dos Estados Unidos da América, Farani (1931a, p. 6) afirmou que os “inferiores” geravam pesados encargos ao Estado, concluindo que cuidados médicos, higiene e educação poderiam corrigir alguns “inconvenientes”, mas apenas a proibição dos nascimentos seria, de fato, uma medida efetiva: “Não será preferível impedir que nasçam para evitar sobrecarga onerada, além de sua inutilidade pessoal?” (FARANI, 1931a, p. 6).

O artigo foi concluído somente na edição de novembro de 1931, no qual Farani (1931b, p. 5) argumentou que um pequeno corte de dois centímetros no canal deferente ou nas trompas não poderia ser considerado como uma mutilação, e que “[...] o benefício para a humanidade compensa grandemente operação tão benigna”. Para Farani (1931b), defender esterilização não compreendia uma atitude individualista, pois o fim era justamente o benefício da raça. Pelo contrário, a esterilização seria um ato “humanista”, preocupado com a felicidade e a qualidade de vida dos “degenerados” segregados do convívio humano. Remetendo às raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941), Farani (1931b, p. 6) encerrou seu artigo afirmando: “O homem distingue-se dos animais, dizem, pela razão e deve empregar-a para disciplinar e enquadrar dentro de sua finalidade os impulsos, que perigosamente tendem a emancipar-se”.

A edição final do ano de 1931 foi a última sob a direção de Renato Kehl e se encerrou com três citações na coluna *Saibam todos...*, impressa na última página, ao lado do índice anual do *Boletim de Eugenia*. É interessante observar o quanto essas três pequenas menções explicitam os fundamentos epistemológicos da educação eugênica de Renato Kehl. A primeira remeteu a Cunha Lopes, que criticou os “sentimentalismos” que impediam o avanço da ciência defensora da raça. A segunda citação remeteu a Miguel Couto, afirmando que humanidade vivia em um estado de “decadência” pois a eugenia ainda não havia penetrado na consciência dos homens. Por fim, uma citação remetendo a Francis Galton e seu conceito de ciência-religião, também empregado por Renato Kehl: “O credo dos eugenistas é um credo viril, cheio de esperanças, que apela para os sentimentos mais nobres da nossa natureza” (SAIBAM TODOS, 1931, p. 8).

No próximo capítulo mencionaremos as publicações de Kehl nas edições de 1932 e 1933 do *Boletim de Eugenia*, momento em que já não publicava com a mesma frequência e não era mais o diretor do periódico. Consideramos que os artigos publicados de 1929 a 1931, junto com os livros *Lições de Eugenia* e *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* foram suficientes para compreendermos o sentido amplo da educação elaborado por Kehl, mas ressaltando que não pretendemos resumir seu pensamento a esses textos. O eugenista brasileiro publicou diversas obras antes de 1929 (data da primeira edição de *Lições de Eugenia* e da criação do *Boletim de Eugenia*) e após 1935 (data da segunda edição de *Lições de Eugenia*, dois anos após o término do *Boletim de Eugenia*). Todavia, salientamos que os livros e o periódico analisados correspondem a três das principais produções de Kehl no que tange aos fundamentos epistemológicos de sua educação para a consciência eugênica.

3.5. Indícios da campanha pela consciência eugênica no interior paulista

Ao longo de sua longa campanha pela eugenia no Brasil, Renato Kehl publicou dezenas de livros, panfletos, cartilhas e artigos em jornais de grande circulação, muitos dos quais já analisados na historiografia da eugenia (cf. SOUZA, 2007; FAGGION; SOUZA, 2019). Entretanto, em nossa pesquisa documental no acervo do Centro de Documentação Histórica (CEDOC) da Fundação Romi, encontramos publicações de e sobre Renato Kehl e Salvador de Toledo Piza Júnior em jornais dos municípios de Santa Bárbara d'Oeste e Piracicaba. Até então inexploradas nas pesquisas sobre eugenia, essas publicações “menores” denotam os esforços dos dois diretores do *Boletim de Eugenia* na disseminação da consciência eugênica entre o público leigo no interior paulista. Também encontramos na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior na ESALQ correspondências de Kehl a Piza Júnior que desvelam importantes informações acerca dos fundamentos epistemológicos da razão eugênica kehliana.

Do ponto de vista geográfico, a cidade de Santa Bárbara d'Oeste se localiza entre a cidade de Campinas, sede do Instituto Agrônomo com o qual Piza Júnior mantinha contatos regulares, e a cidade de Piracicaba, sede da ESALQ, instituição na qual estudaram e trabalharam Domingues e Piza Júnior. Com a transferência de direção do *Boletim de Eugenia* entre os anos de 1932 e 1933, Piracicaba se tornou o “polo irradiador” da campanha pelo melhoramento racial no Brasil, como veremos nos capítulos 4 e 5. Além disso, as publicações que encontramos denotam que a ala radical do movimento eugenista foi muito atuante nessa

região, especialmente a partir da campanha de Piza Júnior em prol da divulgação evolucionista até o final da década de 1980.

Consideramos que esses documentos são fundamentais para o nosso campo de pesquisa, uma vez que denunciam não apenas os esforços de dois dos intelectuais mais racistas do movimento eugenista brasileiro, como constituem vestígios das tentativas de disseminação da consciência eugênica para além das universidades e dos círculos intelectuais de maior expressão. Ademais, essas fontes denotam a possível existência de uma eugenia “tardia” no final do século XX, contexto no qual a ciência do melhoramento racial não havia desaparecido, mas já não possuía o mesmo poder enquanto movimento social em comparação ao seu período “áureo” no final da década de 1920 e início da década de 1930.

No dia 2 de outubro de 1932, o jornal barbarenses *Cidade de Santa Bárbara* publicou uma pequena propaganda de um tônico fortificante chamado Vanadiol. A curiosa nota reivindicava a autoridade do médico eugenista Miguel Couto, descrito como um “grande Mestre” (grafado com M maiúsculo) e notabilidade mundial (FRACOS, 1932, p. 1). Apesar da menção a Couto, a pequena propaganda não abordou a questão da eugenia. Menos de um ano depois, no dia 30 de julho de 1933, o jornal conterrâneo *A Metralha* publicou o texto *Eugenia e Patriotismo* de autoria de Renato Kehl, lançado originalmente no *Diário de São Paulo* no dia 16 de julho do mesmo ano. Kehl (1933a, p. 1) assinou o artigo como “Presidente da Comissão Central Brasileira de Eugenia” e logo na abertura citou o *Boletim de Eugenia* como publicação referência na área.

Definindo a eugenia como sinônimo de patriotismo, amor pela nação e progressismo, Kehl (1933a, p. 1) ponderou que não bastava declarar amor pelo país se esse amor não fosse colocado em prática. Esse amor só poderia ocorrer efetivamente caso o indivíduo se dedicasse a estudar e propagar os pressupostos da eugenia. “De que modo poderá cada um dos meus ouvintes prestar assim o seu culto á patria estremecida? Estudando, propagando e praticando os preceitos da doutrina da ‘bôa geração’ ou eugenia” (KEHL, 1933a, p. 1). Neste artigo, observamos a lógica dualista da razão eugênica de Kehl, semelhante à apresentada em seus livros e artigos, mas apelando, neste caso, para a moral e o patriotismo. Para Kehl (1933a), amar o Brasil significava amar a única ciência capaz de salvá-lo da “degeneração” que o assolava; caso contrário, esse amor não passava de retórica.

Em seguida, Kehl (1933a, p. 1) elogiou a *Rassenhygiene* nazista, admitindo seus “excessos doutrinários” e afirmando que a ciência de Galton não era uma ciência racista. Aparentemente, o autor pretendia aproximar o público leigo à eugenia em pleno contexto de ascensão do Terceiro Reich e de críticas na imprensa ao radicalismo nazista. Outrossim, a busca pela formação da consciência eugênica também esteve presente neste artigo. Conforme Kehl (1933a, p. 1):

Na Allemanha o programma de Hitler é um vasto desdobramento da doutrina eugênica para a preservação racial, em certo ponto levado ao maximo de não admittir mesclas com certos povos europeus, mesmo de alta categoria. A eugenia, porém, é responsavel por excessos doutrinarios. Ella não semeia preconceitos nem odios de raça, não crêa melindres nem sujeições. O seu espirito é beneficiar os homens de todas as raças, elevar todos os povos, tendo em conta o papel primacial da hereditariedade no desenvolvimento geral: “nada, no indivíduo, pôde substituir as qualidades innatas, isto é, as herdadas, sendo futil pretender desenvolver taes traços do character, quando elles faltam nas cellulas germinaes que lhe deram origem”. Em palavras bem simples: “quem é bom já nasce feito” – ou “de tal pae, tal filho se espera. Nestas condições, para melhorar um povo, torna-se necessário, entre outras medidas, infundir no espirito publico a consciencia eugenica da reprodução, ou seja, “a consciencia da responsabilidade na procriação”. Só deve ter filhos quem está apto para dar nascimento a sêres “bem dotados”.

Seu tom supostamente “ameno”, a dizer, a retórica “humanista” da qual lançava mão em seus escritos, foi rapidamente abandonado nas linhas seguintes. Constatando que a maior parte da população não possuía a consciência eugênica, Kehl (1933a) defendeu a obrigatoriedade dos exames pré-nupciais e a proibição do casamento de “doentes” e “degenerados”. Diferenciando eugenia “positiva” e eugenia “negativa” para o público leigo, Kehl (1933a) ressaltou que a eugenia não era apenas a proibição das uniões “condenáveis” (eugenia negativa), mas o incentivo das boas uniões (eugenia positiva). De forma didática, o autor sintetizou os objetivos da eugenia a partir de três pontos. O primeiro era fazer os “bem-dotados”, ou seja, as pessoas “fortes, equilibradas, inteligentes e bonitas” se reproduzirem mais para se tornarem a maioria (KEHL, 1933a, p. 1). O termo “bonitas” expôs a estética racista da razão eugênica de Renato Kehl, a despeito de suas tentativas de configurar epistemologicamente a eugenia como uma “verdade biológica” livre de juízos de valor. O segundo ponto seria impedir a reprodução dos “inferiormente apresentáveis”, ou seja, pessoas “doentes, taradas e miseráveis”. Por fim, o último objetivo consistia em diminuir a quantidade de filhos dos pobres (KEHL, 1933a, p. 1), recorrendo ao argumento “humanista” e progressista baseado no combate à miséria.

As autoridades competentes seriam responsáveis por aplicar e fiscalizar as medidas eugênicas de caráter obrigatório, ponderou Kehl (1933a), mas insistindo que a opinião pública precisava começar a conhecer e se acostumar para, enfim, aceitar a implementação das práticas eugênicas, a exemplo dos Estados Unidos da América, Inglaterra, Alemanha, Suécia, Noruega e Dinamarca. O Brasil estaria “atrasado” nesse aspecto, pois a não-aceitação da eugenia era, segundo Kehl (1933a), fruto da falta de consciência eugênica e do excesso de individualismo entre a população brasileira. Nesse ponto, podemos perceber os motivos que levaram o autor a elaborar o argumento de que a eugenia compreenderia um ato de cidadania e amor à pátria. Que tipo de cidadão renunciaria a defender a sua pátria de uma ameaça tão perigosa como a “degeneração” da raça? Esse artigo também evidenciou a similaridade entre a argumentação de Kehl (1933a) e a de Galton (1909b) no que tange à tentativa de disseminar a eugenia entre o público leigo como um dever cívico, uma responsabilidade patriota em defesa da nação.

Duas décadas depois, no dia 8 de março de 1953, o jornal barbarenses *Jornal d'Oeste* publicou o artigo *A mania de ser importante* de Renato Kehl. O texto versava, a partir de uma leitura psicológica, sobre o problema do egocentrismo e a necessidade de exposição, sem menções à eugenia (KEHL, 1953). O texto exprimiu a amplitude dos escritos de Kehl, que não restringiu suas publicações à ciência-religião de Galton, mesmo que esta fosse indubitavelmente o seu carro-chefe. Denotou, também, que as ideias Kehl continuaram circulando na imprensa paulista no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial e sua longa influência no campo intelectual brasileiro. Três anos depois, no dia 10 de junho de 1956, o mesmo *Jornal d'Oeste* publicou o artigo intitulado *Educação*, no qual Renato Kehl e seus livros foram elogiados por um autor que assinou apenas como “U. P.”²⁷ (U. P., 1956, p. 1).

U. P. (1956) iniciou o artigo afirmando que, antes de tudo, os educadores e pais deveriam ser os guias de conduta e mestres da moral da juventude, tomando como base a obra *Tipos Vulgares* (1938) de Renato Kehl. U. P. (1956, p. 1) elogiou a vasta produção intelectual de Kehl, definindo suas obras como “maravilhosas”, “escritas para qualquer estudante”, que possuíam “grande valor prático” e cujo conteúdo era capaz de “educar e instruir simultaneamente”, evitando “muitos dissabores futuros”. Na conclusão do curto artigo, U. P. (1956, p. 4) postulou que a educação moral não deveria se restringir ao ensino básico, mas se estender até o ensino superior. Ela deveria ser obrigatória no meio político e administrativo,

²⁷ Seria uma sigla para “Um pae”, pseudônimo que também apareceu no *Boletim de Eugenia* e cujo estilo de argumentação se assemelhava ao de Renato Kehl?

de modo a evitar a corrupção e o prejuízo da coletividade, “o que temos visto politicamente de 1930 para cá”.

Apesar de não mencionar diretamente a eugenia, o artigo de U. P. (1956) explicitou que, mesmo após o auge do movimento eugenista no Brasil, Kehl ainda era um intelectual influente, cuja vasta produção continuava sendo uma referência para pais e educadores que se propunham a pensar e discutir os problemas da educação. Todavia, apesar de explicitar a influência de Kehl, o texto assinado por U. P. (1956) não nos permitiu verificar se seus admiradores que se manifestavam nas páginas dos jornais regionais, fossem eles de restrita ou ampla circulação, compartilhavam do caráter autoritário e racista da eugenia de Kehl.

No ano de 1956, outro importante indício da campanha kehliana no interior paulista no contexto pós-1945 foi registrado no artigo *O problema eugênico no Brasil (pequena resenha histórica)* publicado na revista *Acta Geneticae Medicae et Gemellologiae*. Assinado com o nome completo “Dr. Renato Ferraz Kehl, da Academia Nacional de Medicina e da Academia Nacional de Farmacia, antigo presidente da Comissão Central Brasileira de Eugenesia, Rio de Janeiro”, o texto estabeleceu que o país embranqueceu graças à prolificidade dos imigrantes europeus, sobretudo nos estados do centro e do sul. Kehl (1956) também elogiou os avanços nas áreas de higiene, obtidos através dos intensos esforços do movimento sanitário.

Ao contrário de outros textos, Kehl (1956) afirmou que sua campanha pela eugenia no Brasil não começou em 1917, mas sim em 1913, sob inspiração do 1º Congresso Internacional de Eugenia de Londres (1911). Reiterou, no entanto, que a propaganda doutrinária começou de fato em 1917 com a conferência *Eugenia, suas bases e suas finalidades* na Associação Cristã de Moços, e se consolidou com a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 15 de janeiro de 1918, que fomentou conferências científicas e campanhas que viabilizaram o surgimento de novos adeptos para a causa do melhoramento da raça, sobretudo no meio médico. A partir dela, apontou Kehl (1956), diversas “teses médicas” surgiram nas faculdades de medicina do país, além de livros e panfletos de divulgação da campanha eugênica.

Na sequência, Kehl (1956) afirmou que, após décadas de esforços do movimento, a consciência eugênica havia se formado de forma efetiva no Brasil, e que esse interesse pela eugenia em escala latino-americana teve sua gênese com a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, da qual foi fundador. Essa passagem explicitou uma interpretação otimista de Kehl (1956), que mesmo após as críticas que o movimento eugenista recebeu após a Segunda

Guerra Mundial, considerava que a formação da consciência eugênica no Brasil não somente se efetivou, como constituiu um de seus maiores legados. Segundo Kehl (1956), a campanha eugênica envolveu educação, propaganda, mas também aglutinou leis que instituíram facultativamente o exame pré-nupcial nos centros de saúde, sobretudo nas capitais.

O eugenista afirmou, ainda, que apresentou um “plano de eugenização nacional” no Congresso Municipalista realizado em 1949 na cidade de Campinas – SP, e que o mesmo fora publicado no mesmo ano no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, no *Boletim do Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância* de Montevideu e em diversos órgãos científicos e da imprensa leiga de outros países sul-americanos. Em seguida, ao avaliar os novos estudos sobre genética, Kehl (1956) considerou, por um lado, que esse campo de estudos estava se desenvolvendo rapidamente no Brasil; por outro, criticou a falta de interesse dos geneticistas brasileiros pelos trabalhos desenvolvidos no *Institut für Humangenetik* de Münster pelo Prof. Otmar Freiherr von Verschuer²⁸ e seus colaboradores. Finalmente, o eugenista lamentou a falta de vontade política dos homens públicos do Brasil na criação de um Instituto de Genética Humana, orientador das atividades eugênicas (KEHL, 1956).

Apesar das dificuldades apontadas, a conclusão do artigo de Kehl (1956, p. 320) foi bastante positiva, retomando a leitura otimista sobre a disseminação da eugenia no Brasil apresentada em *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* (1933): “Podemos, contudo, afirmar que também no Brasil se inaugura, promissoramente, a ‘Era da Eugenia’ a qual nos oferece as melhores perspectivas para o futuro”. Apesar de breve, o texto de Kehl (1956) apresentou três importantes informações para esse campo de estudos. Primeiramente, o balanço positivo que o “pai” da eugenia fez sobre as conquistas do movimento, sobretudo o seu entendimento de que a formação da consciência eugênica ocorreu, de fato, no país. Em segundo lugar, o plano de eugenização nacional apresentado no congresso campineiro no final dos anos 1940, explicitando a importância política e geográfica do estado de São Paulo na campanha eugênica dos três diretores do *Boletim de Eugenia*. Finalmente, o texto desvelou que, mais de uma década após a Segunda Guerra Mundial, Kehl (1956) continuou considerando os eugenistas que estruturaram a política de extermínio do Terceiro Reich como referências na área da genética.

Encontramos na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior uma correspondência enviada por Renato Kehl ao professor Piza Júnior no dia 1º de setembro de 1957.

²⁸ Conforme apresentado no capítulo 1, Verschuer dirigiu o Instituto de Biologia Hereditária e Higiene Racial da Universidade de Frankfurt (1935) e foi o comandante científico da *Rassenhygiene* nazista (1942).

Consideramos essa carta manuscrita de 5 páginas, inexplorada nas pesquisas sobre eugenia no país, como um dos documentos mais intrigantes no que concerne à razão eugênica kehliana. Kehl (1957) discutiu questões de ordem filosófica, apresentando sem reservas seu ponto de vista pessoal sobre diversos assuntos que nunca chegaram a ser tratados em seus livros. Contrariando a crítica do geneticista alemão Friedrich Gustav Brieger (1900-1985), que sugeriu a Piza Júnior que se dedicasse mais à pesquisa experimental do que à filosofia da ciência (HABIB, 2010), o “pai” da eugenia brasileira elogiou a “veia filosófica” de Piza Júnior para pensar os problemas científicos. O primeiro trecho desta carta expôs informações cruciais acerca da base epistemológica de Kehl (1957, p. 1):

Realmente, não se pode progredir em segurança, em qualquer ramo da ciência, sem uma compreensão filosófica capaz de simplificar, colocando em termos conceitos que, a primeira vista, se apresentam de forma vaga, imprecisa, confusa. Aos poucos podemos eliminar o superfluo do fundamental, em um esclarecimento progressivo para o espírito, desde a Grécia antiga, até nossos dias, sem falar nos pensadores Judeus, Chineses ou Egípcios. E, nesse edifício do saber humano cada qual coloca a sua pedra, dentro dos limites de suas possibilidades, aproveitando tudo aquilo que a ciência experimental nos traz, de acordo com a época. Daí o grande interesse e a importância de seu estudo, atualizando no sentido científico, sem desprezar, entretanto, o que sobrou de [ilegível] no pensamento anterior.

Kehl (1957) deu sequência aos argumentos, discutindo seu ponto de vista sobre questões relacionadas ao criacionismo e à origem do universo. Em um trecho tão paradoxal quanto surpreendente, Kehl (1957, p. 2) explicitou que sua epistemologia era pouco aberta à metafísica por se basear no materialismo histórico dialético, que ia de Heráclito (540-470 a.C.) a Karl Marx e Friedrich Engels:

Como o Sr. sabe, minha tendência é para o materialismo dialético, que tem suas raízes mais primitivas em filósofos, desde Heraclito e que, no mundo moderno, foi desenvolvido por Hegel, ainda no plano idealista, passando por Feuerbach até chegar ao materialismo de Marx e Engels. Por outro lado compreendo que estamos apenas no início de uma nova era do pensamento humano e que o marxismo, com o seu método dialético terá que sofrer constantes modificações, em seus conceitos mais profundos, na tentativa de explicar as modificações das super-estruturas, na base material, econômica, desde as primeiras trocas econômicas do homem mais primitivo. É que todas as atividades humanas começaram sempre dependendo das condições do meio que, por sua vez, determinam a evolução biológica mais rudimentar, até o aparecimento da inteligência superior do homem. A questão se complica toda vez que pensarmos no fato do “Homo sapiens” ter sido precedido por “Homos” menos “Sapiens” (KEHL, 1957, p. 2).

Em seguida, Kehl (1957) explicou a Piza Júnior que o melhor meio para a compreensão da inteligência humana era a “sociologia biológica”, ou seja, aplicar o “método marxista” à história evolutiva. Entretanto, Kehl (1957, p. 4, grifos do autor) riscou em sua

carta a expressão “~~sociologia biológica~~”, optando, na sequência da rasura, pela expressão “darwinismo social”:

Mas, voltando ao início, as primeiras trocas de utilidades e a divisão do trabalho desde as primeiras e mais primitivas sociedades pré-humanas implica o correspondente desenvolvimento da inteligência. [Ilegível], o marxismo desenvolve o estudo dessas primitivas trocas, das mais rudimentares utilidades, esse estudo, deve estar, necessariamente, ligado à biologia, na fonte que toca do desenvolvimento de todo sistema nervoso e do cérebro etc. Dessa forma, a base econômica do marxismo deveria remontar a um passado ainda mais longínquo, no estudo da evolução biológica, na passagem do animal superior ao homem, numa espécie de ~~sociologia biológica~~ darwinismo social. Matéria é movimento. A vida seria uma forma de movimento da matéria, segundo os materialistas dialéticos.

Kehl (1957, p. 4) aprofundou, na sequência, sua proposta de “sociologia biológica”, exemplificando a Piza Júnior como um estudo que abarcaria das primeiras trocas primitivas à formação das sociedades modernas poderia se desenvolver a partir do materialismo histórico dialético:

O pensamento é: A inteligência como produto também da troca de sinais e finalmente a palavra articulada. A sociedade primitiva em consequência de utilidades formando as super-estruturas (as leis, a moral, a religião, as artes, etc.), a ciência etc. A troca de conhecimentos e de ideias formando as culturas e a troca de culturas formando as sociedades modernas.

O eugenista encerrou sua argumentação perguntando a opinião do “caro e amigo ilustre Prof. Piza” sobre o assunto e encaminhando, junto à carta, uma publicação de 1897 sobre a concepção materialista da história (KEHL, 1957, pp. 4-5), a qual infelizmente não conseguimos localizar no acervo consultado.

Antes de encerrar esse capítulo, faremos um breve comentário sobre esse suposto “marxismo kehliano”. Podemos observar nesta carta a Piza Júnior que Kehl (1957) se apropriou do materialismo histórico-dialético para analisar o processo evolutivo da humanidade. Sua leitura “marxista” era, no entanto, instrumental e oportunista, esvaziada dos elementos críticos, emancipatórios, revolucionários e anticapitalistas da teoria de Marx e Engels. Conforme vimos ao longo deste capítulo, Kehl naturalizava as relações sociais, reduzindo a intersubjetividade ao determinismo biológico e compreendendo as desigualdades sociais a partir de um viés racista, elitista e autoritário, ignorando as relações materiais de produção. O ápice dessa interpretação instrumentalizada consistiu nos elogios a Adolf Hitler e à *Rassenhygiene* nazista na segunda edição de seu livro *Lições de Eugenia* (1935), posicionamentos opostos à concepção marxiana e marxista de sociedade.

Em contrapartida, as pesquisas sobre eugenia comunista (KREMENTSOV, 2018), eugenia anarquista (CLEMINSON, 2008) e a obra de Lukács (2020), que desvelou a influência do darwinismo social sobre o marxismo, nos permitem constatar que, mesmo que em uma aparente contradição em termos, a amálgama entre eugenia e anticapitalismo não apenas não foi impossível, como se efetivou durante a primeira metade do século XX. Isto posto, avaliamos que o conceito de razão instrumental pode contribuir significativamente para esse debate crucial, mas ainda incipiente. Ademais, novas pesquisas sobre este suposto “marxismo kehliano” seriam de grande valor para o nosso campo de estudos, especialmente se considerarmos que Kehl assentou as suas bases epistemológicas em referenciais conservadores, reacionários e fascistas, refletindo em seus textos elementos típicos do pensamento esclarecido burguês, incluindo o modelo elitista e excludente de educação. Deixaremos aqui o seguinte questionamento: considerando a vasta produção intelectual de Renato Kehl, como foi tecida e quais foram as implicações teóricas dessa “colcha de retalhos” que aglutinou de Karl Marx a Adolf Hitler?

Finalmente, consideramos essas fontes “menores” como documentos fundamentais para os estudos sobre a eugenia no país. A correspondência de Kehl (1957) a Piza Júnior nos permitiu trazer ao debate uma importante informação sobre o “pai” da eugenia brasileira, admirador confesso das medidas radicais da *Rassenhygiene* colocadas em prática pelo Terceiro Reich, mas que no final dos anos 1950 reconheceu se apropriar do materialismo histórico dialético para compreender a história evolutiva. Verificamos, a partir das publicações de e sobre Kehl nos jornais regionais, o esforço e o alcance desse intelectual na difusão da consciência eugênica entre um público letrado considerado leigo no que tange às bases da eugenia e da hereditariedade, mas um alvo em potencial para a formação da consciência racial fora dos muros da academia. Essa discussão prolífica, mas ainda embrionária, será aprofundada no próximo capítulo em nossa análise documental sobre Salvador de Toledo Piza Júnior.

Capítulo 4. “Homem, não sejas macaco”: a educação para a consciência eugênica em Salvador de Toledo Piza Júnior.

*Homem primata,
capitalismo selvagem.*
Titãs (1986)

4.1. “Sob nova direção”: a educação para a consciência eugênica na segunda fase do *Boletim de Eugenia* (1932-1933).

Encontramos no Acervo Digital da Biblioteca Nacional um cartão de Renato Kehl ao médico Arthur Ramos com data provável em 1932 ou 1933. O documento se assemelha a um pequeno cartão de visitas, no qual está impresso “Dr. Renato Kehl” acima da palavra “médico”. Provavelmente visando um tom informal, Kehl riscou à caneta termo “Dr.” antes de seu nome, assim como a palavra “médico”, deixando apenas “Renato Kehl”. Escreveu à mão “ao ilustre colega”, agradecendo o envio “dos valiosos trabalhos, cuja leitura iniciou com especial interesse” e indicando que havia concluído a leitura do livro *Os horizontes místicos do negro da Bahia* (1932) de Ramos. Kehl finalizou a mensagem comunicando que o *Boletim de Eugenia* estava sendo publicado no interior de São Paulo por Piza Júnior e Domingues, registrando o endereço do periódico para correspondência: Rua São José, nº 141, Piracicaba – SP (KEHL, 1932 ou 1933). Que motivos levaram o “pai” da eugenia brasileira a transferir a direção do maior periódico de divulgação da ciência do melhoramento racial no país?

Os anos de 1932 e 1933 correspondem à viagem de Kehl para os institutos de eugenia da Europa, resultando na transferência da direção do *Boletim de Eugenia* para Piza Júnior e Domingues, que passaram a editar o periódico na cidade de Piracicaba – SP. Os esforços dos geneticistas da ESALQ na continuidade do trabalho de “vulgarização” da eugenia iniciado por Kehl ficaram claros tanto em suas correspondências (SOUZA, 2006; HABIB, 2010) quanto nas páginas do periódico (KEHL, 1932a). Ademais, a experiência dos esalqueanos no campo da genética²⁹, bem como o prestígio dos professores à frente de uma reconhecida instituição de pesquisa e ensino no país permitiram que a publicação perdesse a característica de panfleto, se aproximando do formato de um periódico científico, mais amplo em número de páginas e mais aprofundado em seus conteúdos (HABIB, 2010).

De acordo com Wegner (2017), foi a genética dos intelectuais esalqueanos - os primeiros adeptos do mendelismo no país - que permitiu o *aggiornamento* da eugenia com as

²⁹ Conforme Habib (2010), o debate historiográfico sobre a genética no Brasil se concentrou entre o fim da década de 1930 e o início da década de 1940. Dois fatos que marcaram o início da genética moderna no Brasil foram a criação da cadeira de biologia geral sob a direção do médico André Dreyfus (1897-1952) na Universidade de São Paulo (USP) em 1938 e a vinda do biólogo evolucionista e geneticista ucraniano Theodosius Dobzhansky (1900-1975) para o Brasil em 1943, ministrando um curso sobre evolução na mesma instituição.

leis da hereditariedade de Mendel. A partir dessa rede de apoio, Kehl garantiu uma sustentação científica mais sólida ao seu projeto, radicalizando seu posicionamento e fazendo frente às críticas recebidas pela ala “moderada” do movimento eugenista, capitaneada por Roquette-Pinto. Inicialmente, Piza Júnior e Domingues trocaram correspondências com Kehl (HABIB, 2010), escreveram resenhas elogiosas ao seu livro *Lições de Eugenia* na *Revista de Agricultura*, e atuaram como colaboradores, publicando artigos avulsos no *Boletim de Eugenia*. A partir de 1931, Piza Júnior e Domingues se tornaram membros da Comissão Central Brasileira de Eugenia e, em 1932, em decorrência da segunda viagem de Kehl para a Europa (FIUZA, 2016), assumiram a direção e edição do periódico na cidade de Piracicaba (HABIB, 2010).

Além de garantir a ampla divulgação dos posicionamentos alinhados à perspectiva mais radical do movimento, o periódico representou a consumação de uma parceria intelectual que fortaleceu a posição de Kehl em seu campo. De 1929 em diante, sua eugenia mendeliana passou a ter o respaldo científico de dois renomados geneticistas e professores de uma das mais tradicionais instituições de ensino e pesquisa do país, que defendiam a aplicação dos conhecimentos da genética aos seres humanos, uma vez que ela já era bem-sucedida no melhoramento de plantas e animais (HABIB; WEGNER, 2014). De acordo com Habib (2010), os esalqueanos tinham amplo alcance no campo da genética mendeliana, mas não repercutiam no meio médico, enquanto Kehl era reconhecido como autoridade médica mas não tinha adesão entre os geneticistas. Destarte, a parceria firmada por intermédio do *Boletim de Eugenia* constituiu, também, uma importante troca de influências entre estes três intelectuais.

Ao se afastar do campo da antropologia e da medicina sanitaria após as críticas às suas teses mais radicais no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929, Kehl encontrou na genética a base epistemológica para sustentar o seu racismo científico, o que reafirma a relevância desses dois geneticistas ainda pouco estudados na historiografia da eugenia. Em diálogo com os trabalhos já existentes acerca do *Boletim de Eugenia* (cf. MAI, 1999; ROCHA, 2010; SANTOS, 2005), consideramos que Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues, mais do que meros auxiliares ou receptores passivos da obra de Renato Kehl, foram intelectuais protagonistas do movimento eugenista brasileiro. A pesquisa documental sobre a obra desses intelectuais pode nos auxiliar a compreender a assimilação da eugenia a partir da genética mendeliana e, de forma específica, a maneira particular como os esalqueanos conceberam a educação para a consciência eugênica.

Analisaremos inicialmente os artigos publicados pelos esalqueanos no *Boletim de Eugenia*, desde os primeiros trabalhos como colaboradores em 1930 até a fase final na posição de diretores do periódico, continuando a obra iniciada por Renato Kehl. Por fim, investigaremos as publicações de Piza Júnior e Domingues na *Revista de Agricultura*, além de livros e correspondências, no intuito de verificar de que maneira a educação para a consciência eugênica foi concebida por esses professores. Visando uma melhor organização, dividimos essa análise em dois capítulos, sendo o quarto capítulo específico sobre a trajetória de Piza Júnior e o quinto capítulo referente à campanha de Octavio Domingues.

De acordo com Habib (2010), a correspondência entre Renato Kehl e Salvador de Toledo Piza Júnior se iniciou no dia 10 de março de 1930, quando o esalqueano enviou a Kehl seu artigo publicado na *Revista de Agricultura*, no qual enalteceu e propôs correções para a obra *Lições de Eugenia*. Renato Kehl escreveu uma resposta no dia 14 de março de 1930, se desculpando pela demora e afirmando que seu livro *Lições de Eugenia* fora escrito de forma apressada durante seu retorno da Europa para ser lançado no Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929. Kehl agradeceu às correções de Piza Júnior e afirmou que iria inseri-las na segunda edição de seu livro (HABIB, 2010).

No dia 19 de agosto de 1930, Piza Júnior enviou mais duas correções técnicas a Kehl, além de encaminhar seu livro *Localização dos fatores na linina nuclear como base de uma nova teoria sobre a hereditariedade*, solicitando a Kehl a leitura e uma apreciação pública. Em 16 de outubro Piza Júnior agradeceu à Kehl por ter explicado o mecanismo da hereditariedade por meio da Teoria do Plastinema³⁰ no artigo *Porque os filhos nem sempre se parecem com os pais*, publicado no dia 10 de outubro de 1930 na coluna *Aparas médicas* do jornal carioca *Correio da Manhã*. O esalqueano registrou sua gratidão pela publicação, afirmando que o artigo de Kehl era a melhor prova do acolhimento de sua “despretensiosa teoria”. Piza Júnior indicou nessa mesma carta que em breve contribuiria com o *Boletim de Eugenia* com um artigo, cujo resumo em francês encaminhara junto à carta (HABIB, 2010).

A primeira menção ao professor Piza Júnior no *Boletim de Eugenia* ocorreu na edição de novembro de 1930 no texto *Nova teoria sobre a hereditariedade*, assinado por Renato Kehl. O eugenista elogiou a Teoria do Plastinema, a qual considerou promissora para o desvelamento dos mecanismos ainda desconhecidos da hereditariedade. Kehl (1930i)

³⁰ Teoria proposta por Piza Júnior (1930b) na monografia *Localização dos factores na linina nuclear como base de uma nova teoria sobre a hereditariedade*, na qual o professor contestou a teoria cromossômica da herança de Thomas Hunt Morgan (1866-1945). Para uma análise mais específica e aprofundada sobre o tema, ver Araújo e Martins (2008).

transcreveu o resumo e as conclusões de Piza Júnior em francês, visando uma divulgação mais ampla no exterior. A primeira contribuição do esalqueano como autor ocorreu um ano depois com o artigo *Uma nova explicação para a recombinação factorial na Drosophila Melanogaster*, publicado na edição de junho de 1931. Assinando como professor de Zoologia e Anatomia da ESALQ, Piza Júnior (1931b) recorreu a tabelas, gráficos e esquemas para explicar as leis da hereditariedade, apresentando um estilo mais técnico e acadêmico se comparado aos textos de Kehl e Domingues, que adotavam um estilo mais didático e acessível ao público leigo visando a vulgarização.

A partir de 1932, o “novo” *Boletim de Eugenia* passou a ser impresso em papel semelhante à da *Revista de Agricultura*, com páginas mais escuras e espessas como as de um livro, diferentes das edições de 1929 a 1931, mais claras e afinadas, semelhantes a um jornal. Segundo as informações dos próprios editores, o periódico passou a ser composto e impresso nas oficinas de obras do *Jornal de Piracicaba*, periódico que discutiremos ao final do presente capítulo, que contou com publicações de Piza Júnior até o seu último mês de vida. As edições passaram a ser maiores, com textos mais extensos e teoricamente densos, com o nome dos artigos discriminados na capa, semelhante ao modelo de revista científica utilizado atualmente. Ademais, as edições deixaram de ser mensais e passaram a ser publicadas trimestralmente, sendo encerradas com propagandas de obras sobre o tema e mensagens solicitando aos leitores contribuições financeiras para a manutenção do periódico e fortalecimento da campanha no Brasil.

A nova fase do Boletim de Eugenia foi o texto que abriu a primeira edição de 1932, no qual Kehl (1932a) explicou os motivos que o levaram a “passar o bastão” para os esalqueanos. Apesar de termos analisado esse eugenista no capítulo anterior, respeitamos o recorte cronológico, mantendo os artigos publicados por Kehl nos anos de 1932 e 1933 junto com a análise específica dessa nova fase do periódico. Essa escolha se justifica posto que mesmo contando com artigos de Kehl, as edições de 1932 e 1933 são mais representativas da visão de Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Júnior sobre a eugenia do que da visão de Renato Kehl. Em 1933, momento em que Kehl já tinha se afastado da direção do periódico e Octavio Domingues passava por um processo de mudança em definitivo para o Rio de Janeiro, o *Boletim de Eugenia* ficou inteiramente sob responsabilidade de Piza Júnior, não mais representando uma obra individual de Renato Kehl, tal qual ocorreu entre 1929 e 1931.

A nova fase do Boletim de Eugenia explicitou o entendimento de Kehl (1932a) sobre o periódico, que precisava continuar existindo como meio de promover consciência eugênica no Brasil. O eugenista afirmou que após três anos de existência, o periódico precisava receber uma nova orientação para assegurar sua continuidade na campanha de difusão dos ensinamentos galtonianos, “[...] firmando no país a ‘consciência eugenica’ ou ‘consciência da responsabilidade geradora’, único recurso para a melhoria genética, somato-psíquica e conseqüente elevação da estrutura média do contingente humano” (KEHL, 1932a, p. 3). A partir dessa apresentação, Kehl (1932a, p. 3) delineou sua concepção ampla de educação como esclarecimento das elites e defendeu a causa do melhoramento como um dever cidadão para com as gerações futuras:

“Estamos na era da eugenia”, no dizer de Keyserling, grande filósofo alemão; em toda parte se empenham os reformadores em prol do progresso da espécie, que tem a ignorância e a rotina entre os seus piores inimigos. Enquanto ambas não forem vencidas por meio de uma propaganda clara, persuasiva e intensa, *no tocante aos deveres da atual geração para com as gerações vindouras*, continuaremos a contar no seio da população uma proporção formidável de *infrahomens*, de degenerados, de fracos e abastardados, que constituem o peso morto sobre a parte sadia e produtiva da humanidade. A educação eugenica atingiu presentemente as elites. Não há estudioso das ciências médicas, jurídicas, sociais, pedagógicas, que não se interesse pelas questões galtonianas. O grande caminho está, pois, aberto. Impõe-se, porém, alarga-lo, instruindo as pessoas incultas e descuidosas de tudo o que diz respeito aos seus deveres para com as proles futuras (KEHL, 1932a, p. 3, grifos do autor).

Kehl (1932a, p. 3) citou a grande circulação do periódico entre intelectuais de quase todos os estados do país, considerando que dentre os diversos “centros de irradiação do ideal regenerador”, se destacou o núcleo de Piracicaba, liderado pelos professores Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues. Alegando que a vida era uma constante renovação, o eugenista se felicitou pela mudança do centro de irradiação da publicação mais antiga e uma das mais conhecidas do gênero em toda América do Sul. Kehl (1932a, p. 3) encerrou explicando que a campanha iniciada há mais de dez anos em São Paulo e depois transferida para o Rio de Janeiro voltava a se concentrar em seu Estado natal, graças à iniciativa “elevada e patriótica” de seus dois ilustres amigos. “Entrego-lhes, pois, com satisfação o ‘Boletim de Eugenia’”, concluiu Kehl (1932a, p. 3).

A investigação sobre as correspondências trocadas entre Kehl, Domingues e Piza Júnior empreendida por Habib (2010) nos oferece importantes informações para compreendermos o processo de transferência de direção do *Boletim de Eugenia*. Kehl sugeriu a transferência a Piza Júnior no dia 18 de dezembro de 1931. Em resposta, os esalqueanos

sugeriram transferir a edição da revista *Medicamenta* para a cidade de Piracicaba, onde ambos trabalhavam como professores e pesquisadores. Domingues ressaltou que o mais importante naquele momento era não permitir que uma obra tão importante quanto *Boletim de Eugenia* se extinguisse. Em 5 de março de 1932, Domingues enviou uma nova carta a Kehl aceitando a transferência e explicando que ele e Piza Júnior preferiam manter a direção somente entre os três, convidando os membros da Comissão Central Brasileira de Eugenia para colaborarem com textos (HABIB, 2010).

No dia 1º de abril de 1932, Domingues enviou a Kehl a primeira edição do “novo” *Boletim de Eugenia* e agradeceu pelas palavras generosas do eugenista no artigo de abertura. Kehl iria para o exterior apenas em julho, ou seja, ele recebeu essa carta e transferiu a direção do *Boletim de Eugenia* quando ainda estava no Brasil. Em resposta, Kehl solicitou a Domingues que ficasse claro no próximo número que eram eles os novos diretores do periódico. Afirmou que, por motivos de saúde, não sabia se poderia reassumir a direção quando voltasse da Europa, mas tinha certeza de que o periódico estava em boas mãos. Em carta enviada a Kehl em 3 de maio de 1932, Domingues reclamou da “preguiça” do meio intelectual brasileiro, agradecendo ao seu amigo pelas assinaturas conseguidas no Rio de Janeiro (HABIB, 2010).

A correspondência de Domingues a Kehl denotou o empenho dos esalqueanos em conseguir mais assinantes em um meio desinteressado por uma publicação especializada. Mesmo frente a essa “preguiça” intelectual, Domingues afirmou na mesma carta que os 250 exemplares do primeiro número no “novo” *Boletim de Eugenia* tinham se esgotado. Em carta enviada a Kehl no dia 9 de maio de 1932, Domingues confirmou que a tiragem de 250 exemplares era pouca frente aos diversos pedidos de assinatura que estavam recebendo, alguns vindos de outros estados fora do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, como Minas Gerais (HABIB, 2010).

O texto *O “Boletim”* publicado na edição de abril-junho de 1932 e assinado pela CCBE explicou em detalhes porque os nomes de Piza Júnior e Domingues passaram a constar como diretores na capa do *Boletim de Eugenia* e porque o órgão se deslocou do Rio de Janeiro para Piracicaba. O texto explicitou a posição de admiradores e seguidores dos esalqueanos com relação a Renato Kehl, afirmando que eles aceitaram a “missão” de continuar o trabalho do “pai” da eugenia brasileira movidos pelo ideal de servir ao ideal eugênico e obedecer ao seu “grande mestre” no Brasil. O texto se encerrou postulando que o periódico continuava

aberto ao debate científico, objetivo que eles buscam promover a partir do novo formato de revista científica, tendo como fim máximo “o aperfeiçoamento desta humanidade sofredora”. Essa alteração se justificava porquanto, para Piza Júnior e Domingues, nem o povo nem a elite letrada brasileira conhecia os fundamentos biológicos da eugenia, o que retardava o avanço da campanha eugênica no país (C.C.B.E., 1932, p. 21).

O médico psiquiatra e membro da CCBE Ignácio da Cunha Lopes publicou na edição de janeiro-março o artigo *Consulta matrimonial*, no qual a relação entre eugenia e Esclarecimento reapareceu nas páginas do periódico. Cunha Lopes (1932) afirmou que a eugenia tinha uma preocupação especial com o casamento, pois era das proles “sadias” que se originaria a “regeneração racial” e o aperfeiçoamento das futuras gerações. Por esse motivo, o exame médico pré-nupcial deveria se tornar medida obrigatória, pois seria através dele que a nação asseguraria uma investigação cientificamente embasada não apenas dos indivíduos, mas de suas árvores genealógicas. Para além das iniciativas individuais, Cunha Lopes (1932) sugeriu transformar esse exame em uma política de Estado, pois em um país “conservador” como o Brasil, as pessoas não se submetiam espontaneamente devido ao pudor e aos costumes arraigados.

O projeto proposto por Cunha Lopes (1932) envolvia institucionalizar o controle do sexo, elemento constituinte das raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941). Analisando o contexto nacional, o autor postulou que somente as pessoas “dotadas de esclarecida cultura” se submetiam voluntariamente aos especialistas no assunto, destacando as consultas realizadas pela CCBE. Seus membros, movidos pela “filantropia”, atendiam a todos que solicitavam uma consulta matrimonial, desde que lhes fossem remetidas as informações necessárias. Todavia, Cunha Lopes (1932) afirmou que esse exame ainda era pouco popular, motivo pelo qual sua propaganda deveria se intensificar, tal qual ocorria nos países desenvolvidos, nos quais esse exame já era obrigatório para a realização da cerimônia contratual do casamento.

A mesma preocupação em manipular as relações sexuais colocando-as sob a tutela da eugenia foi exposta no artigo *Noivado eugenico*, assinado pelo Dr. Edgard Braga, da Clínica de Partos da Faculdade de Medicina de São Paulo. Braga (1932) elogiou a regulamentação eugênica do casamento através da Lei do Casamento Civil de 24 de janeiro de 1890, mas lamentou que ela foi suprimida no Código Civil promulgado pelo governo Wenceslau Braz (1914-1918). Facultativa, a lei versava sobre vacinas e exames médicos para atestar que os

nubentes não possuíam doenças transmissíveis ou hereditárias. Braga (1932) postulou que a lei, em vez de suprimida, deveria ter sido generalizada para todas as idades, além de se tornar obrigatória. Citou países em que esse exame existia e era colocado em prática, como Rússia, Turquia, Estados Unidos da América e Áustria.

Braga (1932) afirmou que esse exame poderia ser aplicado de forma espontânea no Brasil, como vinha se fazendo nos Centros de Saúde. Todavia, temendo a repulsa da população a esse exame, citou o médico Afrânio Peixoto ao considerar a necessidade de adaptar a aplicação do exame pré-nupcial aos hábitos que compunham a cultura brasileira, que eram diferentes da cultura esclarecida dos países “civilizados”. A saída seria, portanto, educar para conscientizar eugenicamente. Para além da questão do casamento, Braga (1932) expôs sua preocupação com a qualidade racial da população brasileira. Clamando por uma ação incisiva por parte das autoridades, o médico defendeu a urgência de “sanear” os casamentos visando construir uma “raça homogênea” capaz de ocupar três quartos do território do país. Outrossim, Braga (1932) delineou um projeto de repovoamento do Brasil, baseado na substituição racial para a criação de uma “raça forte”.

O anonimato como meio de exacerbação do racismo voltou às páginas do periódico no artigo *A humanidade cresce em quantidade mas decai em qualidade. Alarmantes conclusões de dois eugenistas norte-americanos*. Publicado na seção *Notas*, o texto analisou o livro *Os construtores da América* (1927) de Ellsworth Buntington, professor da Universidade de Yale, e Leon Fradley Whitney, da Sociedade Eugênica dos Estados Unidos da América. Como era comum nos artigos anônimos no *Boletim de Eugenia*, o texto evocou uma base científica para reafirmar preconceitos sociais e raciais. De acordo com o texto, a investigação de Buntington e Whitney demonstrou que eram exatamente os “indesejáveis”, ou seja, “[...] os delinquentes, os imbecis, os atrasados mentais e os fisicamente inferiores, que constituem a escoria humana, que mais proliferam, aumentando a sua fecundidade numa proporção extraordinária”. Em contrapartida a essa “[...] progressão multiplicadora de indesejáveis físicos e morais”, diminuía cada vez mais “a descendência dos mais competentes, abnegados e moralizados” (A HUMANIDADE, 1932, p. 12).

Como vimos no capítulo 3, essa lógica foi frequentemente repetida pelos eugenistas radicais na primeira fase do *Boletim de Eugenia*, que consideravam que os “bons” pouco se reproduziam, enquanto os “degenerados” que ameaçam as nações cresciam exponencialmente. Para o autor anônimo, “[...] as famílias melhores (não por mais ricas ou de

mais relêvo social) produzem tão poucos filhos que estão desaparecendo como elementos de influencia social”. A culpada por essa “degeneração” era a ciência não-esclarecida: “[...] são os progressos da medicina” que “salvam a vida de tantos incapazes, física e mentalmente, seres esses que antes nunca alcançavam a idade madura” (A HUMANIDADE, 1932, p. 12). Essa crítica vai ao encontro da razão eugênica de Kehl (1933c; 1935) em sua crítica à filantropia contra-seletiva. Segundo essa lógica, a ciência não-esclarecida estaria a serviço da “degeneração”, promovendo a multiplicação dos “inferiores” através do assistencialismo e da medicina. A ciência anti-eugênica era, nessa perspectiva, uma ciência contrária ao progresso, à razão e à própria seleção natural.

O “freio” à “degeneração” seria a reprodução eugênica, ou seja, o sexo orientado segundo os ditames da razão esclarecida. Continuando a resenha do livro *Os construtores da América*, o autor anônimo afirmou que somente 1 a cada 22 crianças nascidas nos Estados Unidos da América estava capacitada a se tornar um indivíduo “útil”, um “fator de aperfeiçoamento” ou, nas palavras de Buntington e Whitney, um “elemento ‘construtor’ da sociedade”. Para combater esse processo, cada homem “mentalmente são”, ou seja, “indivíduos de perfeita higidez intelectual e moral”, deveria gerar ao menos quatro filhos (A HUMANIDADE, 1932, pp. 12-13). Essa constituiu a lógica da educação para a consciência eugênica no *Boletim de Eugenia*, fosse sob a direção de Kehl, fosse “sob nova direção”: os que nasceram “bons” - pois “quem é bom já nasce feito” (KEHL, 1929c) - precisavam equilibrar a “balança” biológica e fazê-la pender para o lado oposto, isto é, para o lado eugênico. Essa seria a única forma de manter um “standard” da humanidade frente a “fecundidade ameaçadora dos indesejáveis”. Todavia, o autor anônimo ressaltou que o número quatro era apenas uma média, sendo desejável números ainda maiores, capazes de “anular a ação das gerações indesejáveis” (A HUMANIDADE, 1932, pp. 12-13).

Apesar de expor propostas concretas para refrear o processo “degenerativo”, o artigo apresentou uma interpretação pessimista quanto à relação qualidade/quantidade nas taxas de natalidade. Considerou que, apesar da promoção dos “desejáveis” por intermédio da educação eugênica ser a solução, ela estaria longe da realidade concreta, pois os registros das pessoas de alto nível social nos Estados Unidos da América demonstravam que a elite se reproduzia muito pouco. Em outras palavras, “[...] os mais aptos para educar são os menos aptos para procriar”. Na lógica inversa, os menos aptos para educar eram os mais aptos para procriar, se multiplicando “quase como os peixes” (A HUMANIDADE, 1932, p. 13).

A solução proposta pelos autores estadunidenses e resenhada no *Boletim de Eugenia* foi a propaganda educativa, incentivando a reprodução das pessoas eugenicamente “aptas” e desestimulando a reprodução dos seres humanos “inferiores”. Entretanto, o autor anônimo de *Os construtores da América* ponderou que no futuro seria necessário, para além das medidas educativas, a criação de leis proibindo “[...] a produção de prole abundante entre os manifestamente incapazes” (A HUMANIDADE, 1932, p. 13). Novamente, a ciência não-esclarecida foi culpada pelo estado de calamidade pública no qual se encontravam as sociedades ocidentais, uma vez que a “degeneração” não só atentava contra a seleção natural e a própria civilização, como era onerosa aos cofres públicos. O autor anônimo elogiou a proposta de regulamentação da natalidade de Buntington e Whitney que, visando reduzir os seres “inferiores” e “indesejados”, criticaram tanto a caridade quanto a ciência não-esclarecida pelas luzes da eugenia:

Não acreditam, igualmente, esses investigadores, na eficiencia dos progressos científicos e sociais, como remedio ao mal. Até agora, dizem eles, os progressos científicos e sociais têm militado exatamente contra os medíocres, os inúteis e os depravados. É bem certo, concordam, que os admiráveis recursos novos da medicina hão concorrido para diminuir entre o escol humano, mas também o reduziram, e em maior proporção e maior extensão, entre os componentes das baixas camadas da sociedade onde maior era a derrubada, outrora, por ocasião das epidemias devastadoras. [...] Outra responsável inesperada pelo fenomeno é [...] a caridade pública [...] um dos fatores de desvantagem biologica da raça. É graças a ela, contando com o amparo e o socorro das obras de assistência social filantrópica que segundo esses investigadores, os atrasados, os debeis mentais e os viciosos se reproduzem, confiando em que a sociedade tomará a seu cuidado os filhos, que tão prodigamente fornecem ao mundo, e os quais eles não poderiam manter. A sociedade, por suas instituições de caridade, não só custeia o nascimento desses filhos de pais indesejáveis, como os mantém durante toda a vida, sem receber nada em troca. [...] **Eis toda a crueza de uma verdade que não se quer vêr** (A HUMANIDADE, 1932, p. 14, grifos do autor).

A última frase em destaque foi separada do restante do artigo, provavelmente denotando a opinião do autor sobre o assunto, o qual supomos ser um dos professores da ESALQ. Esse texto publicado na primeira edição “sob nova direção” do *Boletim de Eugenia* é importante para nossa tese pois demonstrou que mesmo sem Renato Kehl, Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues continuaram promovendo as medidas radicais da eugenia “negativa” nas páginas do periódico, muitas das quais compartilhadas e defendidas por eles próprios, conforme veremos adiante.

Traduzido da edição nº 35 da *Deutsche Medizinische Wochenschrift* publicada em 29 agosto de 1930 e transcrita no *Boletim de Eugenia* sob o título *Lições de Eugenia do dr.*

Renato Kehl, o artigo anônimo denotou a relevância de Kehl no movimento eugenista em escala internacional, não se restringindo apenas à sua influência no cenário latino-americano. O texto afirmou que Kehl era um líder no campo da eugenia no Brasil, país que constituía um “laboratório de raças”, mas que precisava ficar atento às leis da eugenia, pois, dos 40 milhões de habitantes, apenas uma pequena parte pertencia à “raça pura”. Por outro lado, o texto afirmou com entusiasmo que, dada essa realidade, o país oferecia uma verdadeira oportunidade para os estudos, na prática, dos problemas eugênicos. Por esse motivo, acreditava que os resultados da aplicação da eugenia “[...] poderão ser avaliados praticamente muito antes de que seria possível em outros países” (LIÇÕES DE EUGENIA, 1932, p. 16).

O artigo também ressaltou a importância do livro *Lições de Eugenia* frente a “decadência racial” e elogiou a campanha de Kehl pela institucionalização da eugenia visando o branqueamento da população. Por fim, o artigo lamentou que o livro de Kehl fora escrito em português, restringindo aos países lusófonos uma obra com tamanho valor na campanha pela eugenia em escala global (LIÇÕES DE EUGENIA, 1932). Após esse texto, a primeira edição da nova fase do periódico se encerrou com os seguintes dizeres: “Envie dez mil reis ao Boletim de Eugenia, aderindo e auxiliando seu movimento de cultura eugenica no Brasil”.

A diferenciação entre as teses da eugenia e do neomalthusianismo compartilhada por Kehl (1935) foi apresentada no artigo *A limitação da natalidade e seu efeito destrutivo sobre as gerações futuras*, assinado por J. G. Lewis, médico cirurgião do Hospital de Santo Tomás no Panamá. O autor apontou que o catolicismo e a “hiper-sexualidade de nossa raça”, que possuía uma “indole extraordinariamente multiplicadora”, eram fatores decisivos que impediam uma política de limitação dos nascimentos na América Latina (LEWIS, 1932, p. 37). A defesa neomalthusiana da contracepção se sustentava, segundo o médico, na falsa ideia de excesso populacional. Em sentido contrário, a proposta de limitação eugênica, considerou Lewis (1932), tinha como foco a qualidade, e não a quantidade da população. Seu fim era não uma população menor, mas mais “forte” e “robusta” por intermédio da restrição dos nascimentos dos “anormais”.

Lewis (1932) concluiu seu artigo afirmando que o *birth control* neomalthusiano não era racional pois, ao limitar a natalidade, ele impedia também o nascimento dos indivíduos “sadios”, uma proposta inaceitável em termos eugênicos. A solução seria, portanto, não diminuir o quantitativo geral da população, mas “vigiar e restringir os nascimentos dos seres anormais” a partir dos preceitos da eugenia (LEWIS, 1932, p. 38). Esse curto texto denotou

que o dualismo da razão eugênica mantido no “novo” *Boletim de Eugenia* poderia se voltar contra qualquer perspectiva contrária aos princípios galtonianos. Esse argumento poderia avançar, retroceder ou se adaptar de acordo com os objetivos de cada autor, tal qual fez o sociólogo Oliveira Vianna no artigo *O japonês e o seu problema*, publicado nessa mesma edição.

Extraído do livro *Raça e Assimilação* (1932), o texto considerou que o mestiço latino-americano era mais “degenerado” que o mestiço europeu, pois a região era um campo de convergência de múltiplas raças distintas, como os brancos europeus, os mongóis asiáticos, os negros africanos, os malaios e polinésios oceânicos. Para Vianna (1932), os estadunidenses eram excelência no assunto da psicologia diferencial racial, citando como referência a obra *Temperament and Race* (1926) dos “psico-antropologistas” Stanley David Porteus (1883-1972) e Marjorie E. Babcock (1889-?), considerada como base para os estudos sobre as diferenças psicológicas entre as raças.

De acordo com Vianna (1932, p. 43), Porteus e Babcock analisaram a situação racial no Hawaii, local “[...] onde a primitiva população de raça malaio-polinesia se encontra ainda ao lado dos modernos colonos, uns de origem ariana (portugueses, espanhóis, anglo-saxões), outros de origem asiática (japoneses e chineses)”. Isso tornaria a região em “um dos mais admiráveis centros de estudos de psicologia étnica comparada existentes no mundo”. Vianna (1932, p. 44) afirmou que os resultados dos testes aplicados pelos estadunidenses eram surpreendentes, pois constataram que os “amarelos” não eram biologicamente “inferiores”, mas iguais ou até mesmo “superiores” aos arianos. Por esse motivo, eles devem ser excluídos, para evitar os ressentimentos e o sentimento de superioridade.

Aplicando as teses de Porteus e Babcock para analisar a imigração japonesa no Brasil, Vianna (1932) concluiu que em nosso país os “amarelos” também não eram “inferiores”, mas tinham dificuldade de se integrar nacionalmente por serem “insolúveis” como “enxofre”. Esse texto é interessante para percebermos a versatilidade dos intelectuais eugenistas em modificar seus argumentos em prol de seus preconceitos sociais e raciais particulares. No caso de Vianna (1932), a retórica nipofóbica precisou ser justificada não a partir de uma suposta “inferioridade” dos “amarelos”, mas, pelo contrário, por uma suposta “superioridade” que traria problemas de integração e ressentimentos sociais nocivos à nação. Versátil e flexível, a razão eugênica não hesitou em reconfigurar seus fundamentos quando se fez necessário resguardar a sua própria razão.

A mitificação da razão e o conceito de ciência-religião apareceram na edição de abril-junho de 1932 no artigo *O apostolado do Dr. Kehl*, assinado pelo jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras Humberto de Campos (1886-1934). Extraído do *Diário Carioca* do dia 12 de maio de 1932, o texto definiu Renato Kehl como o “campeão da eugenia”, que transformou o aperfeiçoamento da raça no seu apostolado, e elogiou o recém-lançado livreto intitulado *Educação Eugênica*, o qual considerou como “[...] mais um grito no deserto da consciencia brasileira, lançado pelo ilustre e douto eugenista” (CAMPOS, 1932, p. 45). O jornalista reproduziu as máximas kehlianas, como a necessidade de esterilização e restrição à maternidade “indesejada”, baseadas na leitura de que as classes médias possuíam mais senso de responsabilidade reprodutiva, tendo proles mais tardias e menos numerosas, ao contrário das classes pobres e miseráveis que, por falta de consciência eugênica, se reproduziam mais cedo e desenfreadamente, gerando “[...] um oceano de enfermos, de criminosos, de famintos e de revoltados, cuja maré acabará alagando tudo e destruindo a parte estavel da sociedade” (CAMPOS, 1932, pp. 45-46).

Remetendo à Constituinte de 1933-1934, Campos (1932) afirmou que os argumentos de Kehl em *Educação Eugênica* não serviam apenas para os “homens de ciência”, mas sobretudo para os “homens de Estado”. Para o autor, não bastava somente criar leis, pois a população brasileira era uma população doente, que deveria ser submetida a exames para que assim se buscasse a sua cura. No final da mesma edição em que foi publicado esse artigo, o *Boletim de Eugenia* fez uma propaganda deste livreto de Renato Kehl. Vendido a 1000 réis pela livraria carioca Francisco Alves, o objetivo de *Educação Eugênica* era educar para a “formação de uma mentalidade nova”, para “a constituição de uma sociedade sã e moralizada” e “para a composição de uma humanidade de indivíduos integralmente fortes e belos — elementos de paz e de trabalho” (EDUCAÇÃO EUGÊNICA, 1932, p. 47). Infelizmente não encontramos essa obra nos acervos consultados, mas sua descrição nos oferece indícios de que o panfleto foi redigido versando sobre a educação para a consciência eugênica reproduzida por Kehl em seus artigos e livros.

Um pequeno texto sobre o concurso de Sociologia da Educação da Escola Normal Pernambucana publicado nessa mesma edição do *Boletim de Eugenia* desvelou a preocupação dos intelectuais do movimento eugenista com a formação de quadros disseminadores da eugenia no ensino superior. O texto sem autoria elogiou a prova de arguição do candidato Geraldo de Andrade, primeiro colocado no concurso. Nome conhecido no *Boletim de Eugenia*, Andrade demonstrou, segundo a nota, ser grande conhecedor da eugenia, do

conceito moderno de “normalidade”, dos “traços hereditários” da criminalidade, além de ser um crítico da ideia de melhorar os indivíduos “inferiores” através da educação. O papel da educação eugênica era, segundo essa perspectiva, convencer as elites do país de que os esforços educativos deveriam ser direcionados aos “melhores”, não aos “piores”, cuja natureza “inferior” não poderia ser alterada (UM CONCURSO, 1932, p. 48).

A edição de julho-setembro de 1932 iniciou com uma citação de Hermann Muckermann afirmando que o caminho para construir um “dique” para conter as fontes de “degeneração” racial era a educação dos jovens para uma escolha matrimonial consciente (MUCKERMANN, 1932). A pequena nota explicitou que os novos diretores Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues também liam e consideravam o eugenista e padre jesuíta alemão como uma referência no campo, além de compartilhar da concepção de educação *lato sensu* desse autor. Essa influência também foi registrada nos livros de Domingues (1929a; 1936b; 1942), conforme discutiremos no capítulo 5.

Renato Kehl retornou às páginas do *Boletim de Eugenia* no texto *Segregação dos deficientes, dos criminosos e dos socialmente inadaptados*, assinado como presidente da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Kehl (1932b, p. 54) considerou que os esforços do movimento eugênico não deveriam visar o ideal de um homem “máximo”, mas de um homem “ótimo”. Além disso, postulou que o papel da eugenia não era criar uma grande massa de indivíduos aptos, mas sim reduzir ao mínimo os “[...] resíduos humanos, compostos de inaptos, degenerados e criminosos”. O autor elogiou o modelo estadunidense, cujos eugenistas eram partidários da segregação, medida considerada como “vantajosa” na preservação da sociedade contra os elementos “mais nocivos”, indivíduos “fracos de espírito” que geravam ao Estado inadmissíveis gastos anuais (KEHL, 1932b, p. 54).

De acordo com Kehl (1932b, p. 54), o modelo segregador da eugenia estadunidense permitiria o paulatino desaparecimento dos elementos “mediócras” e o aproveitamento da mão de obra dos “inferiores” socialmente “menos perigosos”. O eugenista brasileiro enalteceu as medidas adotadas em diversas regiões estadunidenses, em especial “[...] o internamento, com separação de sexos, de todos os atrasados mentais e de todos os que se tornam criminosos devido á sua inferioridade mental”. Afirmou, ainda, que na Inglaterra a segregação e o internamento dos “indesejáveis” eram preconizados mesmo entre os eugenistas “moderados”, que compreendiam a necessidade de impedir sua reprodução e os prejuízos causados à sociedade. Analisando a situação do Brasil, Kehl (1932b) postulou que mesmo

sendo de difícil implementação, a segregação compreendia uma medida necessária que deveria começar desde a educação infantil. Para Kehl (1932b, p. 55):

Só em paizes bem organizados e de população concentrada torna-se possível bôa execução de leis de segregação, como as que acabamos de citar. Não obstante a dificuldade de aplicação, seria para desejar que, no nosso país, fossem ensaiadas medidas capazes de concorrer para os mesmos fins, sobretudo no tocante á obrigatoriedade do exame e registro de todas as crianças anormais, que freqüentam as escolas, afastando-as do convívio das normais, dando-lhes ensino adequado e asilando, em colonias especiais, pelo tempo que fôr necessário, as que se mostrarem perigosas ou incompatíveis para a vida em completa liberdade. Desse modo seria restringida, progressivamente, a procriação dos elementos de perturbação social e de degradação da sociedade e, por conseguinte, prevenidos crimes e desgraças que se registram todos os dias.

Para endossar os argumentos segregacionistas de Kehl (1932b), os diretores publicaram na mesma edição a tradução do texto *Eugenia e Educação*, publicado originalmente na *Eugenics Review* em janeiro de 1932 pelo geneticista e antropólogo estadunidense Reginald Ruggles Gates (1882-1962). Traçando um histórico da eugenia da antiguidade à contemporaneidade, Gates (1932) considerou diversas práticas gregas como eugênicas. O século de Péricles (V a.C.), marcado por um intenso desenvolvimento da filosofia, ciências e artes, só teria ocorrido após séculos de seleção eugênica. O geneticista ponderou que nesse período a seleção dos indivíduos física e mentalmente “superiores” da raça grega viabilizou uma concentração de “gênios” inédita na história. Em contrapartida, quando esse processo seletivo cessou, “[...] a decadência e a ruína da raça foi tão rápida como sua ascensão” (GATES, 1932, pp. 55-56).

De acordo com Gates (1932, p. 56), as crianças “defeituosas” nascidas em povos “primitivos” eram sacrificadas pois representavam “[...] uma carga adicional de bocas improdutivas para alimentar”. Explicitando a crítica à filantropia contra-seletiva compartilhada por Kehl (1933c; 1935), o autor considerou que os povos “primitivos” eram inconscientemente mais eugênicos que os modernos, que utilizam os avanços tecnocientíficos para perpetuar os “indesejáveis” em nome do “humanitarismo”. Para Gates (1932, p. 56):

O que quer dizer que eles, com essa conduta, mostravam-se mais sábios do que nós, que vamos ao extremo oposto e, em nome do humanitarismo, não somente empregamos todos os recursos da ciência para conservar vivos aqueles cuja existencia inteira poderá ser somente um sofrimento, porém ainda criamos condições nas quais muitos dos incapazes, mental ou fisicamente, podem casar e perpetuar sua linhagem a expensas do povo. É inegável que os povos antigos eram a muitos respeitos mais eugênicos do que nós. Porque justamente com sua alta natalidade e sua alta mortalidade eles criavam inconscientemente condições nas quais os mais vigorosos e

robustos é que sobreviviam e se multiplicavam, enquanto os mazelosos e defeituosos eram geralmente eliminados, antes que tivessem uma oportunidade para perpetuar sua linhagem (GATES, 1932, p. 56).

Ao investigar a educação na Idade Média, Gates (1932) considerou que muitas instituições de ensino e corporações medievais eram claramente eugênicas, mas que a sociedade moderna retirou todos os empecilhos à procriação dos “inferiores” e “menos dotados”, trazendo como consequência a “degeneração” biológica da raça e a bancarrota econômica das nações. O autor ponderou que aquilo que os eugenistas consideravam como educação eugênica começou cedo na espécie humana, não sendo uma criação exclusiva da modernidade. Para Gates (1932, p. 58): “O progresso da espécie só pode verificar-se quando as condições, resultantes da seleção eugenica, são acompanhadas por adequadas facilidades educacionais, para os que estejam mais aptos a aproveitá-las”.

Aprofundando o debate sobre a educação eugênica, o geneticista estadunidense diferenciou o papel do educador e do eugenista, delimitando suas áreas de atuação e postulando uma relação de cooperação: enquanto os eugenistas se preocupariam com a qualidades inatas, os educadores auxiliariam no desenvolvimento das aptidões hereditárias. Contudo, Gates (1932) esclareceu que os eugenistas seriam mais importantes do que os educadores, pois estes últimos muitas vezes apresentavam um “otimismo exagerado”, ignorando as limitações naturais determinadas pela herança biológica (GATES, 1932). Este texto é importante para refletirmos sobre a posição de eugenistas-educadores assumida por Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues no seio do movimento eugenista brasileiro.

Assim como o texto *Segregação dos deficientes, dos criminosos e dos socialmente inadaptados* de Kehl (1932b), Gates (1932) criticou o sistema de ensino universal, ponderando que este não valorizava as diferentes capacidades e reduzia todos os indivíduos ao mesmo nível, ignorando as “discrepâncias mentais” biologicamente determinadas. Um bom sistema educacional, pontuou Gates (1932), proporcionaria a cada indivíduo a oportunidade de desenvolver suas potencialidades máximas graças ao seu esforço próprio, tornando-o um homem melhor e mais apto a contribuir socialmente. Em uma lógica oposta, a educação “homogênea” que desconsiderava o valor de cada raça conduziria a humanidade pelo caminho da “decadência” (GATES, 1932).

Retomando o argumento da filantropia contra-seletiva, Gates (1932) considerou que o aumento de escolas e serviços de assistência médica era uma medida de caráter “disgênico”.

Ele também criticou os efeitos “disgênicos” da guerra sobre a raça, matando os “melhores” enquanto os “piores” ficavam seguros se reproduzindo em suas casas. Ademais, de modo semelhante à Domingues (1929a; 1936b; 1942), Gates (1932) ponderou que faltavam fundamentos básicos sobre Biologia e hereditariedade no sistema de ensino moderno. Somente aprimorando a educação eugênica, concluiu Gates (1932), seria possível às populações compreenderem o funcionamento das leis genéticas e os “perigos degenerativos” decorrentes dos cruzamentos com as raças “inferiores”.

A eugenia como sinônimo de progresso civilizatório foi outro tema que retornou às páginas do *Boletim de Eugenia* em 1932. Assinado pelo médico e professor argentino Leopold Bard (1883-1973), o artigo *A proposito do certificado pre-nupcial* ponderou que não era possível combater um mal sem conhecê-lo ou ocultando-o por falso preconceito. Para Bard (1932), os países que aspiravam a assumir uma posição internacional de destaque deveriam ter como carro-chefe a eugenia ou saneamento da raça. O médico citou Suécia, Dinamarca, Noruega, México, Turquia e Panamá como países que promulgaram importantes leis relacionadas ao tema, e que ao longo de seus dois mandatos como deputado na Argentina (1922-1926 e 1926-1930) submetera um projeto de lei ao Congresso Nacional que exigia dos nubentes um exame sobre doenças venéreas 15 dias antes do casamento.

O projeto de Bard (1932) previa criar em Buenos Aires o Departamento Nacional de Higiene, que ficaria responsável pela emissão dos certificados pré-nupciais, a cargo dos médicos municipais e Departamentos de Salubridade nas cidades do interior. Instituíam, ainda, a pena de três anos de prisão, a perda do emprego para funcionários públicos que se casassem sem terem realizado o exame e a perda do direito de exercer a profissão por três anos aos médicos que burlassem as regras, falsificando conscientemente os atestados. Bard (1932) citou o médico eugenista brasileiro Miguel Couto como a grande referência intelectual nos estudos sobre esse tipo de exame. O artigo se encerrou com o dualismo da razão eugênica, considerando por um lado o matrimônio submetido à autoridade da eugenia como uma preocupação racional e movida por interesses coletivos e, por outro, o matrimônio realizado livremente e sem exames médicos como fruto de uma “paixão irrefletida”, de natureza “irracional” e individualista (BARD, 1932).

A última edição do ano de 1932 contou com uma frase de abertura que denotou a maneira como os eugenistas concebiam a educação *stricto sensu*: se por um lado ela poderia desenvolver as aptidões inatas, por outro ela não tinha o poder de criar novas aptidões. A frase

explicitou também uma clara demarcação mendeliana do campo científico da eugenia, contrapondo as interpretações neolamarckistas que superestimavam o papel da educação. Assinada pelo antropólogo e eugenista alemão Günther Just (1892-1950), o trecho afirmou que as aptidões inatas de um indivíduo poderiam se desenvolver plenamente em um meio favorável, mas esse meio jamais poderia criar novas aptidões. Citando Jean Paul, o trecho de Just (1932, p. 79) se encerrou com a seguinte sentença: “Toda a educação é capaz de fazer germinar, porem nunca fará uma sementeira...”.

No artigo *A eugenia na pratica individual*, Renato Kehl também retomou a demarcação do campo da eugenia na genética mendeliana, ponderando que a higiene (eutecnia) se relacionava com o fenótipo/corpo, enquanto a eugenia tinha como objeto o genótipo/sementes/plasma germinal, sendo assim uma ciência mais ampla e “exigente” que a higiene. Para Kehl (1932c), a higiene tinha por finalidade o melhoramento das condições suscetíveis às influências do meio no indivíduo (fenotípicas), enquanto eugenia tinha por objeto melhorar e corrigir as condições hereditárias (genotípicas) tanto dos indivíduos quanto das coletividades. A eugenia, segundo Kehl (1932c), sempre englobava uma preocupação e uma missão de ordem coletiva, motivo pelo qual não poderia ser contraposta por interesses meramente individuais.

Após a demarcação mendeliana do campo, Kehl (1932c) explicitou sua concepção de matrimônio eugênico, semelhante à de Domingues (1929a; 1936b; 1942), segundo a qual os indivíduos com “taras” hereditárias não deveriam se casar e, caso se casassem, não deveriam procriar. Para que essa consciência eugênica se desenvolvesse, ponderou Kehl (1932c), era fundamental conhecer a genealogia, uma vez que muitas doenças poderiam ser transmitidas silenciosamente por possuírem caráter recessivo. Para o eugenista, a melhor maneira de evitar o problema seria a sociedade “cortar o mal pela raiz”, proibindo o casamento dos “tarados” e esterilizando aqueles que já haviam contraído o matrimônio. Como em outros textos, visando mitigar a resistência dos “ignorantes” no assunto, Kehl (1932c) reforçou que tanto no homem quanto na mulher a esterilização era uma operação “banal”, “simples” e “inofensiva”, não afetando o prazer sexual e contribuindo para evitar a proliferação do “mal” hereditário.

Kehl (1932c, p. 81) afirmou que os indivíduos sadios deveriam escolher seus cônjuges de forma criteriosa, remetendo novamente à imagem da “semeadura eugênica” (ver anexo B): “Não se deve lançar boas sementes em máus terrenos, ou em terrenos não preparados”. Para o eugenista, casais não deveriam ser autorizados a casar sem a realização de um exame médico;

a idade ideal para o matrimônio deveria ser entre 20 e 35 anos; o casamento com parentes de até terceiro grau deveria ser proibido e pessoas sem condições de criar a sua prole deveriam evitar a procriação. No entanto, Kehl (1932c) não restringiu seu argumento ao determinismo biológico, trazendo à tona o preconceito de classe presente desde seus primeiros textos no *Boletim de Eugenia*.

Para Kehl (1932c), eram considerados “disgênicos” todos os casamentos entre indivíduos de raças diferentes e com mestiços das primeiras gerações. Ademais, era fundamental evitar o casamento com pessoas de classes inferiores, pois assim como as uniões interracialias, os casamentos entre classes distintas seriam “disgênicos”, “[...] dando origem a tipos inferiores física, psíquica e moralmente” (KEHL, 1932c, p. 81). Esse trecho explicitou que, ao contrário do que ponderou Nalli (2005), Renato Kehl manteve a associação direta entre classes sociais baixas e raças “inferiores”. O texto não abre margem para dúvidas: o preconceito de Renato Kehl era também um preconceito de classe, fruto de sua concepção elitista de sociedade³¹. Kehl (1932c) encerrou seu artigo discorrendo sobre a concepção ampla de educação para a consciência eugênica, ponderando que não adiantava apenas criar políticas públicas ou manter a eugenia restrita ao meio intelectual; a população precisava fazer a sua parte e evitar a “má geração”. Para Kehl (1932c, p. 81):

No dia em que a “geração se tornar consciente”, em que os jovens entrarem para o matrimônio, perfeitamente informados da responsabilidade que representa a procriação — o mundo tornar-se-á, gradativamente, composto de melhores elementos e a humanidade gradativamente mais feliz. Ainda não se generalizou a idéia de que cabe, a cada indivíduo o dever de superar-se na descendência e que o mundo, em realidade, só pertence aos normais, isto é, aos bem nascidos, eugenicamente. Impõe-se a cada indivíduo colaborar para esse grande ideal.

A autoridade do filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860) foi evocada no texto *Amor e eugenia. Notas de um precursor da ciência da boa geração*, traduzido por “E. R.” e publicado na edição de outubro-dezembro de 1932. Trata-se de um diálogo imaginário entre dois jovens amantes detentores da consciência eugênica, decidindo sobre a procriação, tendo como guia os ditames da razão esclarecida, e não os instintos sexuais. Em um plano mais amplo, o texto expôs o ideal almejado pelos três eugenistas analisados em nossa tese: jovens saudáveis e sexualmente ativos, planejando racionalmente o matrimônio e assumindo a hereditariedade como um compromisso social. De forma direta e didática, como em um

³¹ Reforçamos que em nenhum dos textos de Renato Kehl analisados ao longo de nossa pesquisa identificamos a utilização do termo “classe” como sinônimo de “raça”. A terminologia kehliana variava entre as expressões “raças”, “tipos”, “grupos”, “povos” e “populações”, mas o termo “classe” sempre esteve associado a um recorte econômico que, paradoxalmente, advinha do materialismo histórico dialético, conforme confessado pelo próprio Kehl (1957) em carta enviada a Piza Júnior (ver páginas 245 a 247).

romance literário, Schopenhauer (1932) encarnou o ideal eugênico nos personagens Daphnis e Chloé, que comentaram quais “presentes” dariam às gerações futuras caso se reproduzissem. Analisemos o trecho na íntegra:

Si o espirito da especie que dirige dois amantes, pudesse falar, á sua revelia, e exprimir idéias claras, em vez de manifestar-se por sentimentos instintivos, a elevada poesia deste dialogo amoroso, que na linguagem atual se revela por imagens romanescas e parabolias ideais de aspirações infinitas, de presentimentos de uma volúpia sem limites, de inefável felicidade, de fidelidade eterna, etc ... poderia ser traduzida da seguinte forma:

Daphnis - Eu gostaria de fazer presente de um individuo á geração futura, e penso tu lhe poderias dar aquilo que me falta.

Chloé - Tenho a mesma intenção e creio que tu lhe poderias dar o que não possuo. Vejamos!

Daphnis - Dar-lhe-ei uma alta estatura e a força muscular que tu não possúes.

Chloé - Eu lhe darei belas formas e pés delicados. Tu não tens nem uma nem outra cousa.

Daphnis - Dar-lhe-ei uma pele fina e branca que tu não tens.

Chloé - E eu cabelos e olhos negros: tu és loiro.

Daphnis - Tenho o nariz aquilino.

Chloé - E eu a boca pequena.

Daphnis - Dar-lhe-ei a coragem e a bondade que te faltam.

Chloé - E eu o presentearéi com uma bela frente, espirito e inteligência que não poderia receber de ti.

Daphnis - Porte altivo, belos dentes, saúde solida, eis o que ele receberá de ambos: realmente nós dois juntos temos capacidade para gerar um individuo perfeito. Por isso eu te desejo mais do que a qualquer outra mulher.

Chloé — Eu igualmente te desejo (SCHOPENHAUER, 1932, p. 84).

Ao contrário do estilo “duro” dos eugenistas radicais, o trecho de Schopenhauer (1932) evidenciou a tentativa de conciliar sob a forma de narrativa a razão e as paixões, sugerindo que um equilíbrio entre os dois polos era plenamente possível. Sua proposta, como podemos observar no trecho acima, é a antítese de Horkheimer (1941), o qual considerou que as raízes esclarecidas da eugenia aniquilavam a liberdade de escolha e o amor ao objetificar as relações sexuais e reduzi-las a um contrato jurídico-biológico. A partir do amor eugenicamente orientado de Daphnis e Chloé de Schopenhauer (1932), os novos diretores do *Boletim de Eugenia* trouxeram às páginas do periódico uma defesa da razão eugênica a partir da própria razão eugênica, promovida por um intelectual que faleceu em 1860, poucos anos antes da publicação dos primeiros textos eugênicos de Galton como *Hereditary Talent and Character* (1865) e *Hereditary Genius* (1869).

A publicação do texto de Schopenhauer (1932) exprimiu a tentativa dos novos diretores do *Boletim de Eugenia* em comprovar a existência de uma preocupação com o matrimônio eugenicamente orientado antes mesmo da sistematização científica da eugenia por

Galton. Tal estratégia se assemelha às inúmeras menções a Platão e Licurgo para justificar a antiguidade clássica como o “berço” da eugenia e a civilização grega como a primeira a colocar em prática os pressupostos do melhoramento da raça. O texto de Schopenhauer (1932) é crucial para compreendermos também os mecanismos de persuasão altamente flexíveis e adaptáveis da razão eugênica. Sob a forma de um curto diálogo, os novos diretores do *Boletim de Eugenia* reproduziram didaticamente a consciência eugênica, que não seria, segundo os mesmos, contraditória à liberdade de escolha e ao amor.

Na mesma edição de outubro-dezembro de 1932 foram publicadas as *Principais conclusões aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Eugenia*. A justificativa para a divulgação extemporânea foi a não-publicação dos volumes 2 e 3 dos trabalhos do evento ocorrido em 1929, cujas teses eram fundamentais em um contexto de reformas políticas e sociais (PRINCIPAIS CONCLUSÕES, 1932). Relembremos que, ao final de 1932, o Brasil foi abalado pela Revolução Constitucionalista, pelo autoritarismo do Governo Provisório (1930-1934) do presidente e futuro ditador Getúlio Vargas, pelos efeitos da Grande Depressão na economia cafeeira, além dos impactos da ascensão do nazifascismo na Alemanha com seu projeto da *Rassenhygiene* altamente influente sobre os eugenistas radicais brasileiros. Observamos, também, que no texto publicado no “novo” *Boletim de Eugenia* dirigido por Piza Júnior e Domingues, foram omitidas, assim como Kehl (1929a) havia feito em 1929, as críticas ao racismo científico proferidas por Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca.

Dos 31 pontos apresentados na relação, destacamos a solicitação ao Congresso Nacional de uma legislação institucionalizando a campanha pelo aperfeiçoamento da raça e regulamentando o casamento eugênico; a recomendação ao Congresso da implementação de um sistema de ensino especializado em eugenia, incluindo o ensino primário e secundário eugenicamente orientado; a regulamentação da imigração visando a defesa da raça; a seleção rigorosa dos imigrantes, dividindo-os entre “muito desejáveis”, “desejáveis” e “indesejáveis”; a aplicação de testes e exclusão dos imigrantes com antecedentes criminais; o incentivo à imigração branca europeia na região nordeste; a exigência de registros genealógicos no momento de registrar os recém-nascidos (PRINCIPAIS CONCLUSÕES, 1932). Algumas dessas demandas, especialmente a educação eugênica e a política de imigração com viés racista e branqueador, foram incorporadas na Constituição Federal de 1934.

Extraído do jornal português *O Comercio do Porto* de 28 de outubro de 1932, o artigo *Uma brilhante conferencia pelo Dr. Renato Kehl na Universidade do Porto* foi publicado no

Boletim de Eugenia de outubro-dezembro de 1930. O artigo faz elogios a Kehl, considerando-o como um distinto eugenista sul-americano, trazendo, na sequência, citações diretas dessa conferência. Kehl (1932d) protegeu a eugenia dos ataques que a consideravam como cruel e desumana, recorrendo pela segunda vez à expressão “educação galtoniana” para se referir à educação para a consciência eugênica. Em uma menção direta ao Esclarecimento e à necessidade de superá-lo pelo “novo humanismo” promovido pela eugenia, Kehl (1932d, p. 92) concluiu sua conferência de forma otimista, afirmando que o “século do homem” sucederia o “século da luz”:

Erram, pois, os que supõem, ingenuamente, serem tais as únicas medidas propostas pelos eugenistas, e erram ainda mais, os ignorantes que a combatem em nome de uma pseudo-moral, dizendo que ela pretende fazer do homem o que este pratica com os animais irracionais. A eugenia é uma doutrina cujos preceitos são da mais pura e elevada moral; é uma doutrina que, por meio da educação galtoniana paulatina e perseverante, fará aumentar, progressivamente, o número dos indivíduos conscientes de suas responsabilidades perante a família e a sociedade; é uma doutrina, em suma, que combate o egoísmo, procurando elevar os homens ao verdadeiro nível de seres racionais, pela compreensão exata dos seus deveres em relação à espécie. O credo dos eugenistas, frisa o conferente, é um “credo viril” cheio de esperanças, que apela para os sentimentos mais nobres de nossa natureza. Ele fará o seu caminho, impondo-se como credo do “seculo do homem” que sucederá ao “século da luz”, porque é incompreensível e inadmissível que o homem continue por mais tempo a descuidar a sua própria melhoria genética (KEHL, 1932d, p. 92).

Repetindo o argumento “humanista”, Kehl (1932d) postulou que a eugenia não visava perseguir os “doentes” ou “degenerados”, mas sim evitar o aparecimento desses “infelizes” que nasciam para sofrer e morrer. A partir do dualismo da razão eugênica, o artigo detalhou o projeto de política biológica de Kehl através de dois pontos. Primeiro, a crítica à proteção indiscriminada às famílias “inferiores” promovida pelo assistencialismo e pela filantropia contra-seletiva como uma medida “irracional” e perigosa para a raça. Em segundo lugar, o estabelecimento de uma política racional de natalidade, amparando financeiramente as famílias “bem-dotadas”, incentivando e favorecendo o casamento entre os indivíduos “superiores”. Em suma, Kehl (1932d) defendeu em sua conferência na Universidade do Porto - pela qual foi, segundo jornal português, ovacionado - que o Estado deveria cortar os gastos com as famílias “disgênicas” e direcionar essa verba para fomentar a reprodução das famílias “superiores” e “desejáveis”. O problema, para Kehl, como podemos observar ao longo desse texto, não era o assistencialismo em si, mas a quem essa assistência era direcionada.

Na edição de janeiro-março de 1933 foi publicada a resenha *O perigo amarelo*, assinada por João Ribeiro e extraída do jornal *O Estado de São Paulo*. Ribeiro (1933) tomou

como base o eugenista Miguel Couto, o qual considerou como grande médico e escritor, que já havia sido citado nas edições anteriores do *Boletim de Eugenia* como uma referência na luta contra a “invasão amarela”. Compartilhando do posicionamento nipofóbico, Ribeiro (1933) afirmou que a política imigratória no Brasil era falha e sem critérios de seleção social, defendendo, assim como Couto, que o país deveria “[...] combater essa invasão amarela dos nipônicos que ultimamente se têm proposto a ‘orientalisar o ocidente’”. Ribeiro (1933) ponderou que os “amarelos” já tinham invadido a Amazônia, mas que via com bons olhos o posicionamento “defensivo” dos Estados Unidos da América frente a esse espólio. O autor finalizou o curto artigo elogiando o médico eugenista em sua crítica à “invasão amarela”, clamando pela defesa nacional (que se concretizaria na política imigratória do governo Vargas): “Miguel Couto, segundo a sua nobre arte, quando não cura sabe aliviar” (RIBEIRO, 1933, p. 13).

A última edição do *Boletim de Eugenia* de abril-junho de 1933 foi editada apenas por Piza Júnior. Renato Kehl estava afastado da direção do periódico desde 1932 e Octavio Domingues iniciara sua mudança para o Rio de Janeiro para trabalhar no Ministério da Agricultura. Em carta a Renato Kehl, Domingues solicitou que todo material referente ao periódico deveria ser endereçado a Piza Júnior, que sozinho estava encarregado das edições em Piracicaba (HABIB, 2010). Nessa edição foi publicado o texto *A redenção*, extraído do livro *Sexo e Cultura* do médico psicanalista e membro da Comissão Central Brasileira de Eugenia Júlio Pires Porto-Carrero. Inicialmente apresentando uma proposta de educação “progressista”, baseada na Pedagogia e não em castigos físicos, seu texto logo tomou contornos conservadores, especialmente que concerne ao papel social da mulher.

Assim como nas edições anteriores, Porto-Carrero (1933) discorreu sobre o tema da educação sexual. Inicialmente, o médico elogiou a Pedagogia por ajudar a destruir a “penalogia”, ou seja, a sociedade brasileira estava educando em vez de punir. Essa mesma lógica deveria, segundo o autor, ser aplicada no processo de readaptação social dos criminosos, que precisavam ser educados e não castigados no sistema prisional. Na sequência, Porto-Carrero (1933) afirmou que o feminismo moderno estava conduzindo uma marcha progressiva em direção a um novo matriarcado, no qual a “esposa-serva” ou a “esposa-prostituta” perderiam espaço para figura central da “esposa-mãe” (PORTO-CARRERO, 1933).

No modelo feminino idealizado por Porto-Carrero (1933), a mulher não seria um mero objeto, mas uma colaboradora ativa no casamento e elemento central da educação eugênica. Uma nova sociedade exigiria um novo modelo familiar, e um novo modelo familiar só se consumaria a partir de um novo modelo de mulher. Para que essa transformação ocorresse, era mister uma educação sexual que permitisse aos jovens casais a escolha dos parceiros adequados. Guiada pelas normas da eugenia, a Pedagogia habilitaria tanto o homem quanto a mulher na escolha correta do parceiro, e a mulher, como “esposa-mãe”, se tornaria a guardiã da família, com o poder de “esmagar a cabeça” da “serpente do Éden” (PORTO-CARRERO, 1933).

A última publicação de Renato Kehl no *Boletim de Eugenia* foi o artigo *Irmãos Gêmeos*, na qual o eugenista expôs um de seus principais temas de pesquisa, interesse compartilhado pelos intelectuais nazistas, em especial o “Anjo da Morte” Joseph Mengele (1911-1979) (POSNER; WARE, 2019). Kehl (1933b) considerou que Galton havia estudado o tema dos gêmeos desde 1876, mas que mesmo com sua qualidade e magnitude, esses estudos não despertaram interesse nos estudiosos brasileiros, a ponto de o autor afirmar desconhecer qualquer tese ou livro sobre a gemelidade na área da hereditariedade e da patologia. Citando a obra *Verbrechen as Schicksal* (1930) de Johannes von Lange (1891-1938), que investigou gêmeos “delinquentes”, Kehl (1933b) defendeu a influência da hereditariedade sobre a criminalidade, mesmo ponderando que ela não era o único fator que levava à delinquência.

Com base na obra de Lange, Kehl (1933b) observou que fatores como alcoolismo, educação, sífilis, tuberculose e traumatismos poderiam levar apenas um dos gêmeos a cometer crimes. Todavia, o eugenista brasileiro ressaltou que esses eram casos raros, sendo a maioria deles uma “delinquência hereditária”, manifestada em ambos os irmãos. Nessa perspectiva, a força indelével da hereditariedade teria influência direta nos desvios sociais. Kehl (1933b) afirmou que, uma vez que quem era bom já nascia feito, a eugenia deveria cuidar para que só os “bons” pudessem nascer. Para tanto, o casal deveria ser educado para a consciência eugênica, pois não existiria qualquer justificativa racional para permitir ou mesmo incentivar o nascimento de tipos “inferiores”. Segundo Kehl (1933b, p. 20):

O estudo dos gêmeos univitelinos apresenta pois o máximo interesse para a elucidação de varias questões importantes da patologia, sobretudo porque vem demonstrar o papel que o plasma germinal desempenha na transmissão hereditaria da disposição individual para certas doenças, da disposição constitucional para certas vocações, aptidões, assim como para certas

anomalias e para o crime. Eis por que, cada vez se torna mais necessário divulgar que o homem pode dirigir o seu proprio destino, tendo em conta a orientação dada pela bússola da genetica. Quem é bom já nasce feito. Concorramos, pois, eugenicamente, para que só nasçam individuos bons, capacitando-se cada casal da responsabilidade que representa o ato da perpetuação da especie (KEHL, 1933b, p. 20).

Essa defesa da eugenia “negativa” de Kehl (1933b, p. 20) foi sucedida por um texto ainda mais radical intitulado *O controle de natalidade na Alemanha*, transcrito do jornal *Correio da Manhã* publicado no dia 7 de maio de 1933. O texto sem assinatura elogiou a *Rassenhygiene* empreendida na Alemanha nazista, onde Adolf Hitler estava no poder desde janeiro. Segundo o texto, a população alemã seria dividida em dois grandes grupos: as famílias cuja descendência era “útil” ao Terceiro Reich e as famílias cuja prole consistia em um “encargo” nacional. Através de um recenseamento em andamento que abrangia cerca de 80 mil crianças em idade escolar, já era possível examinar as qualidades físicas e raciais de cada indivíduo. Posteriormente, essa classificação seria aplicada ao ensino superior, aos funcionários públicos, abrangendo, finalmente, toda a população alemã. O texto se encerrou afirmando que segundo as leis eugênicas, visando a preservação da “pureza” da “raça ariana”, o casamento interracial passaria a ser proibido (O CONTROLE, 1933).

O *Boletim de Eugenia* se encerrou nesta edição, constando nas últimas páginas as propagandas dos livros especializados no tema da eugenia, com destaque para *A hereditariedade em face da educação* de Octavio Domingues, além de uma ficha de recenseamento elaborada por Renato Kehl, no intuito de levantar a partir da contribuição espontânea dos leitores informações relacionadas à genealogia das famílias brasileiras (ver anexo D). Vejamos, agora, a maneira específica como o professor Salvador de Toledo Piza Júnior concebeu a educação para a consciência eugênica em seus artigos, ementas de cursos, registros de palestras e correspondências.

4.2. A educação para a consciência eugênica de Piza Júnior no *Boletim de Eugenia* (1930-1933)

Piza Júnior foi o intelectual mais “técnico” nas discussões sobre genética em comparação aos seus colegas de *Boletim de Eugenia*. Se aproximando da tradição de pesquisa alemã, país no qual estudou Biologia e Zoologia nas Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária de Berlim, Piza Júnior abarcou em sua longa trajetória acadêmica diversas áreas de interesse, com especial dedicação aos temas da evolução e hereditariedade. Acadêmico renomado e reconhecido por sua dedicação à ciência e à ESALQ, Piza Júnior se destacou no

campo da entomologia, mas escreveu sobre temas variados no campo da biologia, genética, agricultura, política, teologia e eugenia. Ele escreveu tanto em jornais de grande circulação como *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã*, como em periódicos de menor circulação como o *Jornal de Piracicaba* e o *Diário de Piracicaba* (HABIB, 2010).

Nascido em Capivari – SP em 1898, Piza Júnior se formou em 1921 pela ESALQ, ingressou no quadro de funcionários no ano seguinte como ajudante de gabinete interino da 5ª cadeira (Zootecnia) e em 1931 se tornou professor catedrático da 9ª cadeira (Zoologia Geral e Especial, Anatomia e Fisiologia Comparada dos Animais Domésticos). Desenvolveu toda sua carreira como docente e pesquisador na ESALQ, da graduação à aposentadoria (HABIB, 2010). Conforme a pesquisa documental de Habib (2010), no concurso em que foi aprovado para o ingresso na ESALQ em 1931, Piza Júnior foi considerado habilitado para a cadeira. Entretanto, a banca composta por Juvenal Meyer, Oliveira Castro e José Reis, todos pesquisadores do Instituto Biológico, discordou radicalmente de seu trabalho teórico, a qual considerou incipiente e sem comprovação científica, além de ter apontado erros graves em sua prova prática. Segundo Habib (2010, p. 155):

A descrição dos erros cometidos por Salvador de Toledo Piza Jr. é detalhada e sugere erros básicos, desconhecimentos científicos incompatíveis com a profissão, tanto no exercício dela no laboratório quanto em sala de aula. [...] Em duas páginas datilografadas foi registrada a insatisfação da Banca em aprovar Piza Jr., visto que a quinta conclusão apresentada na justificativa deixou claro que se houvesse a possibilidade de inabilitar o candidato por cada prova realizada e não no geral, provavelmente essa teria isso a opção. Piza Jr. foi aprovado, mas não por unanimidade.

De acordo com Habib (2010, pp. 202-203), apesar da marginalização no campo da genética que será apresentada ao longo do capítulo, Piza Júnior “[...] foi e ainda é reconhecido como um dos maiores nomes da Entomologia no Brasil e pelos trabalhos em citogenética”, com destaque para suas descobertas sobre o gênero *Insecta*. Sua postura acadêmica era questionadora e filosófica, fomentando a pesquisa e o debate científico, “[...] com novas hipóteses, novos problemas, novas formulações de teorias, mas principalmente num posicionamento acerca das questões evolutivas e hereditárias” (HABIB, 2010, p. 203). Essa postura lhe rendeu os apelidos de “polêmico”, “briguento” e “excêntrico”. Ademais, o professor foi diretor do *Boletim de Eugenia* entre 1932 e 1933, tendo editado sozinho o periódico em Piracicaba em 1933 devido a sobrecarga de trabalho de Domingues no Ministério da Agricultura. Piza Júnior também foi o criador da *Revista de Agricultura* ao lado do professor búlgaro Nicolau Athanassof (1878-1955) e de Domingues (HABIB, 2010).

Segundo Habib (2010), a *Revista de Agricultura* foi criada no ano de 1926 como um periódico científico e revista de divulgação científica por um grupo de pesquisadores ligados diretamente à ESALQ. Acompanhou o processo de transformação da escola em uma instituição de ensino e pesquisa, criada como Escola Prática “Luiz de Queiroz” (1905-1911), passando a Escola Agrícola “Luiz de Queiroz” (1911-1931) e finalmente incorporada como unidade fundadora da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Segundo Habib (2010, pp. 31-33), a *Revista de Agricultura*

[...] foi o veículo de divulgação desse grupo, o “ponto de encontro” para os principais personagens da história da genética animal e vegetal, para a história da agricultura e, de forma mais geral, para a institucionalização das ciências no Brasil. [...] A revista, de publicação ininterrupta até os dias atuais [...] deve ser entendida como uma clara estratégia, de um grupo científico, de uma comunidade científica restrita, de fazer ciência, de divulgar o conhecimento científico, e, mais importante, de se fazer notar para uma comunidade científica maior.

A partir da segunda fase do *Boletim de Eugenia* dirigido e editado em Piracicaba pelos professores da ESALQ, Piza Júnior passou a publicar séries de artigos diretamente relacionados ao tema da eugenia, defendendo as teses do racismo científico, se aproximando ideologicamente de Renato Kehl e se afastando do posicionamento pró-miscigenação de seu colega de instituição Octavio Domingues. O primeiro indício do racismo científico do professor foi registrado no artigo *O que pode resultar do casamento entre o branco e o preto*, publicado na edição de janeiro-março de 1932, assinado como membro da Comissão Central Brasileira de Eugenia.

Piza Júnior (1932b) iniciou seu texto explicando de forma didática os princípios básicos da genética mendeliana, discorrendo sobre “gens”, espermatozoides, óvulos e traçando paralelos com o estudo dos animais e das plantas. Após a explanação inicial sobre a aplicação das leis genéticas na fauna e na flora, afirmou que objetivava explicar à luz dos conhecimentos biológicos as consequências do casamento entre brancos e “pretos”. O professor supôs um casamento entre um homem branco, descendente de uma “estirpe” em que só existiam brancos, com uma mulher “preta”, pertencente a uma linhagem de “pretos”. A primeira informação exposta nesse artigo foi a de que Piza Júnior acreditava na “pureza” das raças, considerando brancos e negros como “puros” e os mestiços como a “degradação” dessa “pureza”: “Os cônjuges, sob o ponto de vista da cor da pele, são indivíduos puros, isto é, cuja ascendência nunca foi mestiçada com indivíduos de outra cor” (PIZA JÚNIOR, 1932b, p. 11).

Piza Júnior (1932b, p. 11) deu sequência à sua argumentação postulando que os filhos dessa união nasceriam “mulatos” por terem recebido do pai os “gens” da cor branca e da mãe os “gens” da cor preta. O filho “mulato”, por sua vez, poderia dar origem a indivíduos “mulatos” ou “pretos” caso se unisse com um “preto”; caso se unisse com indivíduos brancos, poderia ter filhos “mulatos” ou brancos. “Daí se vê, que um individuo preto retinto e puro, póde ter um neto perfeitamente branco e um individuo branco puro, pode ter um neto preto retinto” (PIZA JÚNIOR, 1932b, p. 11). Já da união entre “mulatos”, poderiam resultar “mulatos”, “pretos” ou brancos. Dentre os mestiços, conforme Piza Júnior (1932b, p. 11), existiria uma amplitude de tonalidades que poderiam se manifestar de forma recessiva ou dominante ao longo das gerações:

Ha mulatos de todas as tonalidades. Os quasi pretos confundem-se com os pretos puros, bem como os quasi brancos com os brancos puros. Qualquer que seja, porém, a côr aparente do mestiço, ele possui na sua estrutura intima os gens para a outra côr, os quais, em ocasião oportuna, poderão manifestar-se. Um casal de individuos na aparencia perfeitamente brancos, desconhecendo a arvore genealogica da sua familia, não deverão assustar-se si vierem a conceber, um dia, um bêbêzinho preto.

O artigo de Piza Júnior (1932b) se encerrou lamentando a limitação do espaço, mas ponderando que estes exemplos representavam casos da “verdadeira segregação mendeliana”, que seria comentada posteriormente. A continuação foi publicada na edição seguinte de abril-junho de 1932 no artigo *O casamento do branco com o preto à luz da Biologia*. Piza Júnior (1932c) afirmou que seu texto dava continuidade ao artigo *O que pode resultar do casamento entre o branco e o preto*, publicado na edição anterior, mas no qual a questão fora somente apresentada, sem comentários do autor. O professor retomou sua explanação afirmando que do cruzamento hipotético resultou o “mulato”, que não era nem um “branco puro” nem um “preto puro”, e ponderando que os filhos de “mulatos” poderiam variar, nascendo mais ou menos “mulatos” (PIZA JÚNIOR, 1932c, p. 31). Ao contrário do artigo anterior, o vocabulário utilizado nessa continuação foi extremamente técnico, explicando os fatores que levavam à “hibridização” e afirmando que suas observações sobre o tema seriam feitas em outra ocasião.

Os comentários prometidos vieram em dois artigos intitulados *A hereditariedade da cor da pele no casamento branco-preto*, publicados na edição de julho-setembro de 1932 e concluídos na edição de janeiro-março de 1933, nos quais Piza Júnior (1932a; 1933a) explicitou os fundamentos de sua razão eugênica. Diferentemente de Kehl (1933c; 1935) e até mesmo de Galton (1909), o esalqueano não considerava os negros “puros” (não-mestiços)

como seres “inferiores”. O problema, para Piza Júnior (1933a), residia na mestiçagem, pois o branco e o negro pertenciam a “espécies” diferentes, sendo tipos “puros” que não deveriam, mas por deixarem o instinto/desrazão se sobreporem à inteligência/razão, acabavam por se misturar (PIZA JÚNIOR, 1933a).

Piza Júnior (1933a) lamentou que a genética mendeliana e os conceitos referentes à hereditariedade como genes recessivos e dominantes não poderiam ser experimentados no homem, ao contrário que se fazia com plantas em animais. Afirmou que era possível elaborar algumas suposições, mas nunca se comparar de forma idêntica o organismo de uma planta ou animal, como uma mosca drosófila, por exemplo, com o organismo de um ser humano. Todavia, ponderou Piza Júnior (1933a), mesmo não sendo possível realizar estudos experimentais, era possível fazer observações gerais e indagações. Na primeira delas, segundo seus próprios critérios de diferenciação racial, o professor afirmou que os indivíduos albinos pertenciam a uma raça diferente das demais. A diferenciação já teria sido “cientificamente comprovada” a partir dos estudos mais modernos da hereditariedade, apesar de não se conhecer, ainda, sua origem (PIZA JÚNIOR, 1933a).

Embora adepto ao racismo científico de Kehl (1933c; 1935) e contrário à viabilidade da mestiçagem defendida por Domingues (1929a; 1936b; 1942), a concepção racial de Piza Júnior era original e distinta das de seus colegas de *Boletim de Eugenia*. Para Piza Júnior (1933a, pp. 8-10), era possível a existência de indivíduos “perfeitamente brancos”, assim como indivíduos “perfeitamente pretos”. Essa passagem é fundamental pois denota que a razão eugênica do professor esalqueano não se baseava na ideia de que os negros “puros” eram sinônimo de “degeneração”, uma vez que esta somente ocorria a partir da mistura entre a “espécie branca” e a “espécie negra”. Dito de outro modo, Piza Júnior (1933a) considerava que um negro “puro” poderia ser um indivíduo perfeito do ponto de vista eugênico, assim como um indivíduo branco “puro”.

O racismo científico de Piza Júnior (1933a) se alicerçava na compreensão de que brancos e negros pertenciam a “espécies” distintas. Esse entendimento rechaçava a miscigenação, pois esta gerava indivíduos “mulatos”, “híbridos” e “inferiores” por advirem de uniões interespecíficas. Segundo Piza Júnior (1933a, pp. 10-11):

O branco e o preto são tão diferentes sob tão variados aspétos, que bem poderiam ser considerados como pertencendo a especies distintas. Em verdade, para um grande numero de outros animais, temos sido bem menos rigorosos incluindo em especies diferentes seres muito mais afins. Assim sendo, o casamento do branco com o preto e dos mulatos entre si, é como um

cruzamento inter-específico, ou seja, um verdadeiro polihybridismo complicado por um elevado grau de heterozigose de um grande número de fatores de cada uma das fontes iniciais. De fato, tanto o branco como o preto vem, há milênios, reproduzindo-se numa verdadeira promiscuidade de raças, tribus, famílias ou clans, de modo que na prole dos mestiços pôde verificar-se o encontro fortuito de gens recessivos, determinando o reaparecimento brusco de traços característicos dos mais antigos povos de permeio a caracteres atuais. Resultados os mais imprevistos e inexplicáveis podem aparecer em consequência disso (PIZA JÚNIOR, 1933a, pp. 10-11).

No decorrer do artigo, Piza Júnior (1933a) mencionou a existência de eugenistas negros, considerando que o negro poderia se adaptar com sucesso a determinados meios, como por exemplo a África, mas não vingaria em outros locais, como o hemisfério norte. Do mesmo modo, o branco poderia ser um elemento “inferiorizante” em um ambiente onde os negros se adaptaram com facilidade. O professor afirmou, ainda, que caso os progressos da genética comprovassem que as qualidades dos negros viessem a melhorar o patrimônio hereditário dos brancos “civilizados”, essa união poderia ser reconsiderada. Segundo Piza Júnior (1933a, p. 11):

A Eugenia visa melhorar. O conceito do melhor é, entretanto, um conceito relativo e variável: o melhor cavalo de corrida, não é o melhor para o carro; o melhor gado leiteiro, não é o melhor para o açougue. Assim também, o melhor homem para os trópicos não é o homem polar. Para as condições africanas o branco não é certamente o melhor. Para os “eugenistas” negros do Congo ou do Sudão, da Austrália ou das Guinéas, o branco deve ser considerado como um elemento inferiorizante e por conseguinte condenáveis as uniões com essa casta franzina. De modo idêntico pensam, relativamente ao preto, os eugenistas brancos dos países civilizados. Entretanto, si nós, homens civilizados e brancos, pelos progressos crescentes da genética, viermos a descobrir um dia a possibilidade de inscrever de maneira definitiva no nosso patrimônio hereditário certas qualidades que o preto por ventura possua em grau mais elevado e que sejam evidentemente vantajosas para nós, a Eugenia, penso, só tem que aplaudir a nossa união matrimonial com aquele, orientando essa união conforme um plano de melhoramento traçado pela genética.

Na sequência, Piza Júnior (1933a) adentrou o tema da consciência eugênica a partir do conceito de “repulsa biológica”. Para o professor, o “instinto de aversão” era uma característica comum entre todos os animais. Essa “repulsa” garantia que espécies distintas não se reproduzissem, mas se vissem como concorrentes na luta pela sobrevivência. O homem teria o poder de dominar seus instintos por meio da inteligência, mas esse domínio era limitado. Para Piza Júnior (1933a), essa “repulsa” ou “aversão biológica” existia no inconsciente dos homens, apesar de geralmente estar adormecida. Não existiria qualquer atração espontânea, afinidade histórica ou aproximação filogenética entre as “espécies” branca e negra. Segundo Piza Júnior (1933a), tanto do ponto de vista poligênico quanto do

ponto de vista monogênico, a união entre o branco e o negro era biologicamente “antinatural” e socialmente “repugnante”, motivo pelo qual deveria ser evitada. Para Piza Júnior (1933a, p. 12):

É por isso que entre o branco e o preto parece não haver a mesma repulsa natural que se verifica nos outros animais. Mas lá no amago de cada um, nas trevas do inconciente, essa aversão biologica deve forçosamente existir. Ademais, acresce juntar, que entre essas duas categorias de homens, nada ha que indique uma atração expontanea, uma afinidade histórica e nem mesmo uma aproximação filogenetica tendente a reuni-las. Si considerarmos para elas uma origem monofiletica, tudo nos indicará que evoluíram segundo linhas divergentes e que por conseguinte qualquer cruzamento entre as mesmas irá de encontro ás tendencias naturais. Si dermos a cada uma uma origem distinta, devemos convir que tendo cada qual mantido através de milênios os seus traços étnicos inconfundiveis, é porque os dois grandes grupos raciais que representam vêm seguindo, desde o inicio, uma evolução parareia, sem a mínima propensão para se encontrarem. Por essas poucas razões pensamos poder concluir, que debaixo do ponto de vista antropológico, as uniões de branco com preto não são naturais. Finalmente, consideremos a questão, do ponto de vista social. É exatamente aqui, onde o assunto se presta para os mais longos debates, que vamos gastar o menor numero de palavras. Limitar-nos-emos simplesmente a dizer, que através do prisma social, o casamento do branco com o preto, quaisquer que sejam as vantagens que disso advenham para o individuo ou para a comunidade, deve ser considerado, na situação presente, como uma união repugnante.

Nesse artigo, Piza Junior (1933a) explicitou as raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941), advogando pelo controle e pela manipulação do sexo pela ciência. Ao considerar brancos e negros como “espécies” diferentes, o professor buscou sustentar cientificamente o argumento racista de que a miscigenação representava uma grave ameaça biológica, que só ocorria graças a vitória do comportamento irracional, animalizado e instintivo sobre a razão esclarecida. Na razão eugênica de Piza Júnior (1933a), educar para a consciência eugênica significava resgatar a aversão/repulsa biológica entre as “espécies”. Esse resgate compreendia ao mesmo tempo uma necessidade e uma obrigação do homem “civilizado” e esclarecido, que dispunha dos conhecimentos conquistados pelo progresso científico, sobretudo no campo da hereditariedade. Promover a consciência eugênica era, acima de tudo, tornar o homem “mais homem” e “menos animal”.

O último texto de Piza Júnior no *Boletim de Eugenia* foi publicado na última edição de abril-junho de 1933, contexto em que o professor da ESALQ dirigia e editava sozinho o periódico em Piracicaba. O artigo *Um programa para a eugenia* foi a única publicação do professor esalqueano no periódico a versar especificamente sobre a questão da educação. Piza Júnior (1933b) iniciou seu artigo afirmando que a eugenia não era genética humana, pois a sociedade proibia a intervenção sobre as relações sexuais. Como ciência aplicada, ela estava

mais próxima a uma espécie de “Zootecnia humana” que, orientada pela genética, visava a melhoria social do homem.

Ao delinear seu programa para a eugenia, Piza Júnior (1933b) postulou que, mesmo com as semelhanças, a Zootecnia progredia a passos largos, enquanto a ciência de Galton só havia conseguido resultados teóricos, sem nenhum progresso enquanto ciência prática. Os motivos alegados pelo professor denunciaram seu entendimento baseado na razão instrumental: com o progresso científico, o homem conseguiu dominar todos os animais, aplicando rigorosamente os preceitos melhoradores; contudo, o mesmo homem não possuía o domínio sobre si próprio, se negando a se autoconhecer e a se submeter às leis que ele mesmo criou, acreditando enganar aos outros e a si mesmo (PIZA JÚNIOR, 1933b).

Para Piza Júnior (1933b), a eugenia carecia de um plano de ação, uma norma de conduta, um programa unificado que pudesse nortear os trabalhos de seus prosélitos. Discutindo o conceito de melhoramento, o professor foi além de sua concepção de “degeneração” via mestiçagem, defendendo explicitamente a esterilização dos “degenerados” e criminosos, medidas radicais da eugenia “negativa” que poderiam, segundo Piza Júnior (1933b), destruir o “berço” das “sementes” que geravam os problemas sociais. Ao lado da campanha pela consciência eugênica, a defesa da eugenia “negativa” constituiu um ponto de convergência entre os três diretores do *Boletim de Eugenia*. Segundo Piza Júnior (1933b, pp. 16-17):

Que significa, pois, melhorar? Certamente que a Eugenia não visa fazer homens mais inteligentes, mais altos ou mais vigorosos do que os que mais o sejam dentre os atuais, pois que para tanto seria preciso ultrapassar os extremos positivos das curvas de flutuação, com o que não pode ela contar. A Eugenia não pôde igualmente cogitar de inscrever qualquer coisa nova ao patrimônio hereditário do homem. Por conseguinte, quando se fala que a Eugenia pretende modificar biologicamente o homem, isso apenas significa que ela, opondo-se a determinadas uniões visa impedir o encontro de certos gens recessivos responsáveis por um sem numero de taras somato-psíquicas, os quais, afogados numa heterozigose indefinida, acabarão, seguramente, por desaparecer; esterilizando os degenerados e criminosos pertencentes a famílias em que os mesmos vícios e degenerações se repetem, intenta a Eugenia destruir nas entranhas de cada um, milhões e milhões de sementes férteis que virião disseminar a miséria, a doença e o delito; favorecendo as uniões dos sadios e bem dotados, almeja a Eugenia a melhoria social do homem. Melhorar o homem para a sociedade, significa melhorar a sociedade para o homem. Eis ahi o verdadeiro objetivo da ciência de Galton.

Para justificar a necessidade da adoção das medidas radicais no país, Piza Júnior (1933b) ponderou que, em comparação aos movimentos de outros países, sequer era possível

afirmar que existia eugenia no Brasil³². Na visão do professor, existiam poucos prosélitos e livros especializados, e nem mesmo a Comissão Central Brasileira de Eugenia podia ser colocada em plena atividade devido às condições adversas do cenário brasileiro. Além disso, Piza Júnior (1933b) afirmou que a população brasileira era majoritariamente analfabeta e os poucos letrados não tinham interesse em leitura, entendimento compartilhado por seu colega Octavio Domingues (1929a; 1936b; 1942). Nessas condições, não havia a menor possibilidade de a eugenia vingar no país.

Para Piza Júnior (1933b), nenhuma semente poderia se desenvolver em solo infértil (ver anexo B). Isto posto, a “preparação do solo” para a eugenia abrangeria o investimento na educação básica em todos os níveis, visando uma sólida formação genética e cidadã. Até mesmo a esterilização voluntária poderia ser amplamente difundida caso a população fosse esclarecida nas questões eugênicas, assumindo a “responsabilidade cidadã” em defesa de sua pátria. Para tanto, era necessário educar tanto os cidadãos quanto os educadores. A consciência eugênica desenvolvida na mente dos cidadãos seria capaz até mesmo de tornar consciente a necessidade da aplicação voluntária das cirurgias esterilizantes em nome do melhoramento da composição racial da nação. Para Piza Júnior (1933b, p. 17):

O futuro da Eugenia está em grande parte na cartilha da escola primaria. Si é bem verdade que as escolas secundarias e superiores formam técnicos, profissionais, cientistas, a escola primaria forma o cidadão. E o cidadão, isto é, o indivíduo de cultura ou não, que aprendeu a conhecer a grandeza e as possibilidades de sua terra, que se habituou a respeitar os seus concidadãos, que se acostumou a crer na palavra do mestre, e sobretudo, do indivíduo que aprendeu na escola a cumprir as leis que vigoram no seu paiz e amar a patria e a família, depende em primeira linha o sucesso de qualquer medida eugenic. Ao mesmo tempo que se prepara a creança para a vida social, pode-se preparar o preceptor da creança. O ensino da genetica e da Eugenia nas escolas secundarias e superiores teria por objetivo preparar um mestre melhor para o adolescente e médicos e juriscultos mais habilitados para organizar a segunda parte de um programa. Nesta então é qne [sic] se iria cogitar da aplicação, entre nós, das medidas eugenic adotadas noutros paizes. Sendo possível ao individuo encobrir muitas de suas taras e moléstias, os melhores resultados colherá a Eugenia, quando cada qual, em pleno conhecimento de si proprio, procurar livre e espontaneamente os

³² Façamos aqui uma breve digressão. Como vimos no capítulo 3, Kehl (1933c) afirmou no livro *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* que o mundo vivia a “Era da Eugenia”. Essa mesma máxima foi reproduzida no texto *O problema eugênico* de 1956. Isso significa que, do início da década de 1930 até (pelo menos) a segunda metade da década de 1950, Kehl (1956) permaneceu classificando a sua época como a “Era da Eugenia”. Por outro lado, demonstramos ao longo dessa tese que o “pai” da eugenia no Brasil frequentemente lamentava a resistência e a ignorância dos intelectuais brasileiros nesse campo. Indagamos se Kehl realmente acreditava viver nessa Era, ou se essa leitura dos tempos não passava de um exercício de retórica. Especulações à parte e retornando à obra do professor da ESALQ, o que nos chama atenção nessa comparação é menos a defesa aberta e ufanista da eugenia que Kehl sustentou após a Segunda Guerra Mundial, e mais a constatação de Piza Júnior (1933b) de que *não existia eugenia no Brasil*, posicionamento que diferia radicalmente do entendimento de seu colega de *Boletim de Eugenia*.

encarregados da aplicação das medidas eugenizantes e a elas submeter-se desapeadamente. Deste estado nos achamos evidentemente longe. Não sabemos até si atingiremos a um tal gráo de perfeição. Urge, porém, instruir, educar, escrever, falar, ensinar, divulgar... Disso só bem advirá. O resto de um programa para a Eugenia virá oportunamente (PIZA JÚNIOR, 1933b, p. 17).

A partir dos artigos publicados no *Boletim de Eugenia*, constatamos que a educação eugênica de Piza Júnior se desenvolveu em linhas semelhantes às de Kehl e Domingues, superando as divergências teóricas com seus colegas em direção ao sentido amplo estruturado por Galton. Se as intervenções mais radicais como a esterilização ou a proibição dos casamentos disgênicos não eram desejáveis ou possíveis, era por intermédio da formação da consciência eugênica, cujo primeiro passo constituía na educação sexual promulgada pelos intelectuais esclarecidos do ensino básico ao superior, que o problema da “degeneração” hereditária poderia ser mitigado.

4.3. Rupturas e permanências na trajetória intelectual de Piza Júnior

4.3.1. A educação para a “repulsa biológica” nas décadas de 1920 e 1930

Para além do *Boletim de Eugenia*, nossa pesquisa documental sobre Piza Júnior se concentra nas fontes que localizamos na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior e no Protocolo, Seção de Expedientes, Assistência Administrativa e Financeira na ESALQ em Piracicaba, e no acervo do Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi na cidade de Santa Bárbara d’Oeste. Essas duas cidades do interior paulista, como mencionamos no capítulo 3, constituíram “palcos” nos quais Piza Júnior atuou em sua longa campanha pela disseminação dos conhecimentos sobre o evolucionismo, na posição de professor, pesquisador, divulgador científico e membro “ilustre” de clubes recreativos. Ademais, encontramos pequenas notas sobre Piza Júnior nos jornais disponíveis no Acervo Digital da Biblioteca Nacional, além dos artigos do professor esalqueano na *Revista de Agricultura*, da qual foi fundador, diretor e colaborador.

Os documentos encontrados na ESALQ consistem em correspondências, recortes de jornais, anotações, dedicatórias, programas de estudo e documentos oficiais da instituição na qual Piza Júnior trabalhou por quase meio século. Os documentos encontrados no acervo da Fundação Romi consistem em publicações sobre Piza Júnior nos jornais de menor circulação das cidades de Santa Bárbara d’Oeste e Piracicaba, que denotam uma campanha tardia do professor esalqueano escamoteada sob o véu da divulgação dos princípios da evolução. Assim

como nos capítulos anteriores, nosso recorte será temático, apontando especificamente para a campanha pela consciência eugênica, sem ignorar as diferenças nos contextos históricos nos quais cada documento foi produzido.

Verificamos anteriormente que os textos publicados por Piza Júnior no *Boletim de Eugenia* se estruturaram na genética mendeliana para a explicação dos fenômenos da hereditariedade. A análise pormenorizada de seus artigos nos permite afirmar que a figura de Mendel foi mais preponderante em sua concepção eugênica do que propriamente a de Galton, o que não significa que o esalqueano ignorasse as contribuições e o pioneirismo do polímata britânico na estruturação científica da eugenia, conforme exposto no artigo *Um programa para a eugenia* (PIZA JÚNIOR, 1933b). A eugenia de Piza Júnior (1932a; 1932b; 1932c; 1933a) também se orientava a partir de outros autores baseados em Mendel, como o geneticista norte-americano e pioneiro nos estudos sobre a mosca drosófila William Ernest Castle (1867-1962), o naturalista suíço Arnold Lang (1855-1914) e o geneticista sueco Nils Herman Nilsson-Ehle (1873-1949).

Ao lado de uma gravura de Piza Júnior e de seu título de doutor *honoris causa* concedido pelo Instituto de Zoologia de Berlim (1923), a Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior na ESALQ possui três quadros emoldurados, que denotam os principais referenciais teóricos do professor: o biólogo austríaco Gregor Mendel, o biólogo e naturalista alemão Ernst (Heinrich Philipp August) Haeckel (1834-1919) e o biólogo e naturalista britânico Charles Darwin. Conjuntamente à ampla coleção de livros, muitos dos quais escritos pelo esalqueano no decorrer de sua carreira como professor e geneticista da ESALQ, seu acervo possui um catálogo com mais de mil trabalhos publicados em seu nome. Somente na *Revista de Agricultura* foram registrados mais de 200 textos de sua autoria, publicados entre 1926, ano de fundação do periódico piracicabano, e 1987, poucos meses antes de seu falecimento. Isto posto, consideramos preliminarmente não ser possível resumir a esses três autores os fundamentos epistemológicos da ciência produzida por um intelectual que atuou em diversos campos – da teologia à zoologia – ao longo de seus 89 anos de vida.

O documento mais antigo que encontramos em nossa pesquisa de campo foi o certificado de apresentação ao Serviço Militar, localizado na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior, no qual o jovem Piza Júnior fora designado para servir no 6º Regime de Infantaria na cidade de Caçapava – SP no Vale do Paraíba. Datado em 1922, o documento registrou que Piza Júnior tinha 24 anos, já possuía vínculo empregatício com a ESALQ, seu estado civil era solteiro e sua profissão era agrônomo. Possuía estatura mediana, olhos

castanhos, cabelos pretos lisos, nariz reto, boca “regular” e sem marcas aparentes no corpo. O item “côr” foi preenchido com a palavra “branca” (CERTIFICADO, 1922), informação importante na trajetória de um intelectual que menos de uma década depois advogaria pela “pureza” racial e criticaria a mestiçagem em seus artigos.

No dia 28 de julho de 1922, o jornal carioca *O Paiz* publicou uma pequena nota indicando que o ministro interino da Agricultura, Dr. Pires, cumprindo o decreto nº 13.028 de 18 de maio de 1918, designou alguns alunos para aperfeiçoamento no estrangeiro, subsidiados pelo governo federal. Dentre os alunos da ESALQ, foram escolhidos Fernando Lacombe, Júlio Pinto de Figueiredo e Salvador de Toledo Piza Júnior (VÃO APERFEIÇOAR, 1922). Em 29 de julho de 1922, o *Jornal de Piracicaba* replicou a mesma nota em suas páginas (ESCOLA AGRÍCOLA, 1922) e, um ano depois, em 19 de julho de 1923, o jornal carioca *O Paiz* mencionou, além da diplomação de treze agrônomos, o prêmio de viagem ao estrangeiro concedido a Piza Júnior (AGRONOMOS DIPLOMADOS, 1923).

Em 1929, a *Revista de Agricultura* publicou a nota *Uma honrosa distinção*, na qual Piza Júnior foi chamado de “companheiro de redação” e “agrônomo”. A revista comemorou que Piza Júnior recebeu o título de doutor *honoris causa* em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura da Universidade de Berlim. Afirmou que o professor recebeu o comunicado pelo Consul da Alemanha em São Paulo, o qual ressaltou que a escolha unânime de Piza Júnior fora chancelada pelo reitor da instituição alemã, Dr. Opitz (UMA HONROSA, 1929). Não encontramos em nenhum acervo consultado documentos com data anterior a 1930 que constem qualquer menção ou referência à eugenia por Piza Júnior.

O primeiro registro da campanha eugênica do professor Piza Júnior consiste no artigo *Anotações á margem das ‘Lições de Eugenia’ do Dr. Renato Kehl*, publicado em 1930 na *Revista de Agricultura*. Piza Júnior (1930a, p. 46) postulou que no livro *Lições de Eugenia* “[...] o ilustrado autor, que ha muitos annos se vem preocupando com essas portentosas questões, e que, com pena infatigavel tem procurado difundir entre nós os principios fundamentaes da chamada Sciencia de Galton”, procurou demonstrar as bases científicas nas quais repousava a eugenia. Ele pontuou que o público-alvo eram os médicos e professores, e definiu a obra de Kehl como “esplêndida”, pois preenchia uma enorme lacuna na educação do povo brasileiro. Para Piza Júnior (1930a, p. 46), em um contexto em que se buscava “[...] orientar o ensino de acordo com os solidos ensinamentos da Psychologia, da Pedagogia, da Hygiene e da Hereditareidade, um livro sobre Eugenia, fazia-se esperar”.

Piza Júnior (1930a, p. 46) ponderou que o livro de Kehl era muito mais que uma simples propaganda popular, definindo-o como “[...] uma exposição methodica das diversas questões fundamentaes da Eugénica e sobretudo das suas relações com a reprodução e com a hereditariedade”, voltada para pessoas que possuíam “certa cultura biológica”. Considerou a leitura como “agradável”, a escrita “clara” e “elegante”, a argumentação “sólida” e “inteligente”, e que o livro se destinava a grande disseminação pelo Brasil. Feitos os elogios, o professor propôs elaborar alguns pequenos reparos para que o livro se tornasse “perfeito”, denotando sua crença no potencial da obra a ponto de dedicar seu tempo livre a sugerir melhoramentos: “Si aos meus afazeres quotidianos, que não são poucos, roubo o tempo necessario á redacção destas annotações, é porque sinceramente julgo que a obra merece” (PIZA JÚNIOR, 1930a, p. 46).

O professor esclareceu que não pretendia discutir o conteúdo da obra, mas somente “[...] apontar as leves falhas que foram encontradas, para que o autor, reparando-as, numa edição proxima, colloque a sua obra no lugar que bem merece ocupar” (PIZA JÚNIOR, 1930a, p. 47). Após essa “homenagem ao mestre”, Piza Júnior (1930a) apresentou uma embasada revisão dos conceitos da biologia abordados na obra de Kehl, chegando até mesmo a propor a troca de algumas expressões mal-empregadas, como “neomalthusianismo” ao invés de “neodarwinismo”. Finalizou suas observações afirmando que não se tratava de erros, mas pequenas confusões e indefinições imprecisas de um autor que dominava o assunto (PIZA JÚNIOR, 1930a). Conforme vimos anteriormente, essas observações publicadas por Piza Júnior na *Revista de Agricultura* foram muito bem recebidas por Kehl, que as inseriu na segunda edição de *Lições de Eugénia* publicada em 1935.

Na edição 3-4 de 1931 da *Revista de Agricultura*, o professor publicou o artigo *A genética e a evolução da agricultura em S. Paulo*, assinando como Professor Doutor catedrático de Zoologia da ESALQ. Piza Júnior (1931a) se propôs a refletir sobre o campo da Educação, especificamente o ensino de Genética e Agronomia. O professor afirmou que a agricultura do tempo de seus pais e avós era empírica, mas que ela foi substituída por um modelo racional, que selecionava as melhores sementes para germiná-las nos melhores solos. Discorreu sobre a resistência dos lavradores paulistas em ouvir os agrônomos com relação a adubar a terra e aguardar que se torne novamente fértil antes do plantio, mas se felicitou por notar o arrefecimento dessa resistência graças ao trabalho árduo dos agrônomos (PIZA JÚNIOR, 1931a).

Para o professor da ESALQ, a fase seguinte do processo evolutivo da agricultura - a fase da genética - ainda não tinha sido implementada no Brasil. Ele afirmou que era hora de selecionar as melhores sementes para que se gerasse as melhores plantas (PIZA JÚNIOR, 1931a), demonstrando a linha tênue que dividia o seu entendimento sobre a Agronomia e a Eugenia, compreendida pelo professor como uma espécie de “Zootecnia humana” fundamentada na genética. Piza Júnior (1931a) lamentou que faltavam técnicos no Brasil e sobretudo intelectuais conhecedores da genética de plantas e animais. Mesmo na ESALQ, instituição de excelência e referência nesse campo, a preparação dos alunos estaria aquém do necessário.

De acordo com Piza Júnior (1931a), os problemas do ensino de genética seriam principalmente a falta de uma cultura biofilosófica da população e as fragilidades do estudo da hereditariedade no Brasil, afirmando que faltava no país uma cadeira de genética e um instituto experimental para essa ciência. Ponderou que não adiantava contratar genéticos estrangeiros, mesmo os mais renomados, pois estes não conseguiriam resolver os problemas práticos da agricultura brasileira. Para o professor, o país precisava parar de se importar com “mediocridades estrangeiras” e começar a valorizar os intelectuais nacionais (PIZA JÚNIOR, 1931a).

Piza Júnior (1931a) finalizou seu artigo elogiando a parceria entre a Escola Agrícola de Piracicaba e o Instituto Agrônomo de Campinas, desejando que ao lado das duas fosse criado futuramente um Instituto de Genética Experimental. Enquanto isso não ocorria, concluiu Piza Júnior (1931a), era urgente que fosse criada uma cadeira de genética na ESALQ. Essa defesa nacionalista de Piza Júnior antecipou, de certa maneira, a resistência do professor esalqueano à contratação do geneticista alemão Friedrich Gustav Brieger em 1937 para a Cadeira de Citologia e Genética que, segundo Habib (2010), aumentou a visibilidade, o status e impulsionou as pesquisas genéticas tanto na ESALQ quanto no Brasil.

De acordo com a pesquisa documental de Habib (2010), Piza Júnior tentou ser contratado para a cadeira de Genética e Citologia em 1935, mas a ESALQ preferiu a contratação de um professor estrangeiro. Piza Júnior respondeu por vários processos internos em decorrência de suas divergências com seu colega de ESALQ, muitas das quais foram expostas por Piza Júnior em artigos nos jornais regionais, que por sua vez eram reportados por Brieger à reitoria da USP. Habib (2010) elucidou que, apesar de ter incluído a Teoria do Plastinema em suas aulas, Brieger não reconhecia Piza Júnior como geneticista, chegando a

aconselhar seu colega de instituição a se dedicar mais à pesquisa experimental do que à filosofia da ciência. Em resposta, Piza Júnior afirmou que se Brieger não se interessava por questões filosóficas, não poderia sequer ser considerado como pesquisador. Para Piza Júnior, o trabalho experimental sem filosofia não bastava para o avanço da ciência, ponderando que com sua perspectiva filosófica ele era reconhecido por pesquisadores do mundo todo, enquanto Brieger, restrito à ciência experimental, era pouco citado no meio acadêmico e fazia apenas “turismo científico” (HABIB, 2010).

No ano de 1934, Piza Júnior publicou na *Revista de Agricultura* o artigo *A Universidade e o Ensino Agronomico em São Paulo*. O professor comemorou a criação da Universidade de São Paulo (USP), que unificou as escolas de ensino superior do estado de São Paulo, mas mantendo a autonomia entre elas. Piza Júnior (1934) afirmou que essa era uma antiga e legítima aspiração do campo intelectual brasileiro. Ponderou que os cientistas paulistas eram conhecidos dentro e fora do país, mas ainda se mantinham “sufocados” entre as quatro paredes do estado, levando as escolas a ignorarem completamente o conhecimento produzido entre as diferentes unidades. Criticou a rivalidade acadêmica entre intelectuais que competiam ao invés de colaborar, agindo como “proprietários da sciencia” defendendo seus feudos (PIZA JÚNIOR, 1934, pp. 1-2), crítica curiosamente publicada por um intelectual que anos mais tarde seria acusado de falta de ética e de profissionalismo acadêmico em decorrência do seu conflito com Brieger (HABIB, 2010).

Piza Júnior (1934) defendeu a ciência como um patrimônio coletivo, reafirmando a necessidade de um intercâmbio maior entre os intelectuais e o conhecimento produzido nas escolas incorporadas pela Universidade de São Paulo. Finalizou seu artigo desejando que os professores do interior acessassem as palestras e eventos na capital, e que os colegas da capital visitassem os centros de ensino e pesquisa no interior paulista. Concluiu dando boas-vindas à Universidade de São Paulo, explicitando sua felicidade em acompanhar o processo de transformação da Escola de Agronomia da qual fazia parte em uma universidade, bem como suas expectativas com relação à melhoria do intercâmbio intelectual e das condições de ensino e pesquisa.

Em 1935, a *Revista de Agricultura* publicou o texto *Viagem á Africa Oriental Ingleza*, informando sobre a apresentação dos resultados das pesquisas na África Oriental Inglesa e nas Ilhas Neerlandesas realizadas por Salvador de Toledo Piza Júnior e José Pinto da Fonseca ao secretário da agricultura Dr. Luiz de Toledo Piza Sobrinho. Piza Júnior (1935b) descreveu os

tipos de café encontrados nesses locais e finalizou agradecendo ao secretário da agricultura (que provavelmente era seu parente), ao estado de São Paulo e ao governo federal pela confiança investida. No mesmo ano, Piza Júnior (1935a) publicou *Como pronunciar vocabulos technicos. Termos usados em Cytologia e Genetica*, afirmando que os cientistas não se preocupavam com a norma culta no momento de pronunciar termos técnicos, afetando diretamente a formação dos alunos. Por esse motivo, Piza Júnior (1935a) ofereceu aos professores e estudantes uma longa lista de termos e suas respectivas pronúncias.

De acordo com Habib (2010), Piza Júnior publicou na separata do *Jornal de Agronomia* da ESALQ no ano de 1938 o artigo *Em torno da Antropologia*, no qual o professor propôs que o estudo da espécie humana deveria seguir as mesmas metodologias e regras do estudo zoológico de cavalos e macacos, aplicando a mesma divisão entre espécies da Zoologia aos seres humanos. Essa proposta se embasava na crença de Piza Júnior de que dentro da divisão *Homo sapiens* coexistiam “espécies” diferentes, como a branca e a negra. Para Piza Júnior (1938, p. 273 apud HABIB, 2010, pp. 275-276):

O meu intuito é simplesmente mostrar àqueles especialistas [antropólogos e etnólogos], que sob o ponto de vista da zoologia pura, nada há que impeça a repartição da humanidade por um certo número de espécies distintas. Muito pelo contrário, tudo parece indicar que autênticas espécies se confundem debaixo da denominação comum de *Homo sapiens*. E até a análise genética dos cruzamentos vem em apoio da tese da pluralidade específica do gênero, pois, conforme sabemos, os mestiços humanos se comportam exatamente como verdadeiros híbridos da espécie.

Habib (2010) ressaltou que apesar de o artigo publicado em 1938 não possuir relação aparente com a eugenia, ele explicitou as ideias defendidas por Piza Júnior nos anos 1920 e 1930. A principal delas foi a tese da “aversão” e “atração” entre as “espécies” delineada na conclusão do artigo *A hereditariedade da cor da pele no casamento branco-preto*, publicado na penúltima edição do *Boletim de Eugenia*. Como demonstramos na primeira parte deste capítulo, Piza Júnior (1933a) desvelou nesse artigo as raízes esclarecidas (HORKHEIMER, 1941) de sua concepção eugênica, propondo o controle e a manipulação dos instintos sexuais, resgatando a “repulsa” biológica entre as “espécies” branca e negra a partir da consciência eugênica. Em outras palavras, a publicação de Piza Júnior em 1938 compreendeu, mesmo que indiretamente, um artigo sobre eugenia.

Segundo Habib (2010, pp. 276-277), o esalqueano considerou que “[...] o princípio da aversão seria um dos principais fatores da evolução” e criticou o conceito de “espécie”, que não explicava de forma satisfatória a evolução humana em suas várias novas “sub-espécies”

ou “ramificações”. Considerando a união interracial como um comportamento “irracional” e “irrefletido”, o professor postulou que o cruzamento “interespecífico” entre brancos e negros estava no mesmo patamar de “desrazão” e “anormalidade” que a zoofilia, definindo a coexistência entre as duas “espécies” como uma “coabitação psicótica” (HABIB, 2010). De acordo com Habib (2010), Piza Júnior postulou que os mesmos métodos utilizados para estudar os animais deveriam ser utilizados para a compreensão da espécie humana. Para o professor, os intelectuais, em nome de um princípio de fraternidade humana sem fundamento científico, não compreendiam o problema das raças, resistindo à subdivisão do gênero em “espécies”, negando, assim, a “verdade biológica”. Para Piza Júnior (1938, pp. 321-322 apud HABIB, 2010, p. 279):

A zebra da montanha é incontestavelmente uma espécie diferente do asno selvagem. Contudo, a sua divisão baseia-se em caracteres morfológicos de valor insignificante. Entre uma negra hotentote [...] e uma mulher branca [...] as divergências são muito mais acusadas do que entre a zebra e o asno. Apesar disso, os naturalistas, que sem maiores cuidados, distinguem aquelas duas espécies de *Equus* só pelos caracteres da pele e de suas produções, mostram-se excessivamente escrupulosos ao tratarem do *Homo*, achando, que aqui, aqueles caracteres não bastam para a separação específica. Dois pesos e duas medidas. E no entanto, o certo é, que entre as chamadas raças humanas se encontram bons elementos anatômicos que permitem a sua distinção, ao passo que entre o asno e a zebra esses elementos são insuficientes. Mesmo que destituídos da pele, o antropólogo saberia distinguir o negro do branco, enquanto que, nessas mesmas condições, o zoólogo seria incapaz de separar a zebra do asno.

A ideia apresentada no artigo *Em torno da Antropologia* (1938) a partir do conceito de “instinto de aversão” representou uma continuidade ou complementação do conceito de “repulsa biológica” desenvolvido no artigo *A hereditariedade da cor da pele no casamento branco-preto* (1933a), argumento central na razão eugênica de Piza Júnior. Assim como no artigo de 1933, o resgate da “repulsa” entre as “espécies” branca e negra constituía o objetivo principal da educação para a consciência eugênica. O artigo denotou que Piza Júnior manteve pelo menos até o final da década de 1930 mais continuidades do que rupturas no tocante à sua leitura racista e contrária à miscigenação. Veremos agora, a partir de outros documentos, indícios de permanências ao longo de sua trajetória intelectual.

Encontramos na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior diversos livros de Renato Kehl com dedicatórias ao professor da ESALQ, as quais são repletas de palavras de afeto como “amigo”, “admiração” “amizade”, “meu caro”, “ilustre”, “prezado”, “estima” e “apreço”. Destacamos a dedicatória do livro *Por que sou eugenista: 20 anos da campanha eugenica (1917-1937)*, cuja capa estampa um retrato de Francis Galton e o nome de Renato

Kehl, seguido dos dizeres “Presidente da Comissão Central Brasileira de Eugenia”. Kehl (1937) registrou na primeira página de seu livro: “Ao caro amigo e ilustre companheiro de cruzada eugenica, S. de Toledo Piza Jr., oferece R. Kehl. 16/III/37”, revelando que mesmo após o fim do *Boletim de Eugenia*, Kehl continuava considerando Piza Júnior como um aliado da campanha eugenista no Brasil.

Outro livro que nos chamou atenção na Biblioteca de Piza Júnior foi *Catecismo para adultos (Ciência e Moral Eugênicas)*, publicado por Renato Kehl em 1942. No “prefácio” do livro, Kehl escreveu “Mais um pouco de luz e as trevas que amedrontam se dissiparão”, expondo as raízes esclarecidas (HORKHEIMER, 1941) de sua concepção eugênica. Ao final do livro, no item *O que se diz da eugenia*, Kehl reuniu frases de diversos intelectuais, em sua maioria aliados da campanha eugênica, como Miguel Couto, Belisario Penna, Luiz Huerta, além de Domingues e Piza Júnior. Encontramos na página 145 uma citação de Piza Júnior com um grifo à caneta azul provavelmente feito pelo próprio professor. Na citação, a eugenia foi descrita como o mais novo ramo da ciência da hereditariedade, uma ciência aplicada cuja eficácia já tinha sido comprovada em plantas e animais. Nas páginas 153 e 159, Kehl (1942) apresentou a definição dualista de Octavio Domingues, inserindo duas citações nas quais o esalqueano considerou a eugenia como uma “verdade biológica”, embasada cientificamente em um campo cujo maior inimigo era a “ignorância”.

Na página 152 de sua obra publicada em plena Segunda Guerra Mundial, Kehl (1942, p. 152) inseriu duas frases de Adolf Hitler. A primeira afirmava que “Todos os demais problemas vitais, examinados e comparados ao eugênico, parecerão ridiculamente mesquinhos”. A segunda, tocando diretamente no ponto da consciência eugênica e recorrendo à retórica “humanista”, o *Führer* ponderou que “É prova de grande nobreza de sentimentos, do mais admirável espírito de humanidade, que o doente renuncie a ter filhos...”. Três páginas adiante, Kehl (1942, p. 155) inseriu uma frase atribuída aos três intelectuais do Kaiser Wilhelm Institute of Anthropology, Human Heredity, and Eugenics: Erwin Baur, Eugen Fischer e Fritz Lenz, elogiando explicitamente o racismo científico do Terceiro Reich: “Sabemos hoje que a vida de um povo só é garantida quando se conservam o caráter étnico e a saúde hereditaria da unidade nacional. A máxima da politica do povo no Terceiro Reich é: Higiene racial e eugenia”.

4.3.2. Evolucionismo e racialismo nas décadas de 1940 e 1950

Em 1944, o jornal *Cidade de Santa Bárbara* publicou uma nota informando sobre a visita dos membros do Rotary Club de Piracicaba à Santa Bárbara d'Oeste para uma reunião-jantar no Clube Barbarense. O jantar também contou com a presença de uma caravana de rotarianos de Americana, cidade vizinha de Santa Bárbara d'Oeste. A nota informou que discursou nessa reunião o presidente do Rotary Club de Piracicaba, Dr. Salvador de Toledo Piza Júnior, que agradeceu a calorosa recepção dos seus coirmãos barbarense e afirmou que aquele era o início de uma cordial relação entre as cidades vizinhas e amigas. O texto não apresentou nenhuma menção à eugenia, mas foi o primeiro a revelar a influência do professor esalqueano sobre os clubes sociais da região e sua posição de prestígio como professor da Universidade de São Paulo e presidente dos rotarianos de Piracicaba (ROTARY CLUB, 1944).

Em 28 janeiro de 1945, o jornal *Cidade de Santa Bárbara* informou que o “ilustre” professor Piza Júnior esteve presente na entrega da Carta Constitucional ao Rotary Club Local (A ENTREGA, 1945). Em setembro do mesmo ano, o jornal publicou uma nota informativa sobre uma reunião realizada no Rotary Club de Santa Bárbara d'Oeste na qual foi discutida o “problema da Educação”. A reunião contou com a presença de diversos educadores e empreendedores paulistas e mineiros, dentre os quais o industrial Américo Emílio Romi (1896-1959) e Alfredo Maluf (1903-1951), industrial e ex-prefeito da cidade de Santo André - SP. Dentre os palestrantes da reunião, consta o nome do professor Salvador de Toledo Piza Júnior (UMA BRILHANTE, 1945). Não encontramos, no entanto, nenhuma informação sobre a qual “problema da Educação” a palestra se referia.

Paralelamente às palestras nos clubes sociais do interior paulista, o professor Piza Júnior solicitava à vice-reitoria da Universidade de São Paulo (USP) o regime de dedicação exclusiva. Encontramos no Protocolo, Seção de Expedientes, Assistência Administrativa e Financeira da ESALQ uma correspondência datada em 13 de fevereiro de 1946, na qual o professor Piza Júnior afirmou já atuar em regime de tempo integral voluntário na instituição desde o início de sua carreira em 1922. Encaminhou em anexo seu currículo com publicações de 1922 a 1946, assinando o documento como professor catedrático da ESALQ (PIZA JÚNIOR, 1946). Dois dias depois, o diretor da ESALQ José de Mello Moraes (1891-1956) encaminhou um ofício à Comissão Especial de Estudos de Tempo Integral do Conselho Universitário, solicitando ao professor Benedicto Montenegro (1888-1979), vice-reitor da USP, que aceitasse o pedido de Piza Júnior, denominando o professor como um “estudioso

incansável” e “elemento de destacado valor”, ressaltando sua dedicação à pesquisa e ao ensino (MORAES, 1946). A Comissão aprovou o pedido em 3 de julho de 1946, classificando o esalqueano como “um incansável trabalhador da ciência” e citando seus “188 trabalhos originais e de divulgação” (PARECER, 1946).

Em 1949, o nome do professor Piza Júnior apareceu na coluna de notícias do periódico barbarenses *Jornal D'Oeste*. Em nota, o jornal informou que o professor esalqueano estava entre os “ilustres” convidados de uma reunião-jantar no Rotary Club local, e que sua palestra intitulada *Inteligência dos animais* foi aclamada entre os rotarianos (ROTARY CLUB, 1949). No dia 14 de dezembro de 1952, o periódico barbarenses *O Jornal do Povo* publicou uma nota mencionando que no dia 16 de dezembro daquele ano, às 20 horas, o professor catedrático da ESALQ “[...] realizará uma importante conferência litero-científica abordando interessante tema”, sem mencionar, todavia, qual seria o assunto tratado (NOTÍCIAS LOCAIS, 1952, p. 1). Essas duas notas explicitam que, no final da década de 1940 e início dos anos 1950, Piza Júnior continuava palestrando sobre temas relacionados à Biologia, mantendo seu compromisso com a divulgação científica entre o público leigo.

Localizamos uma correspondência enviada a Piza Júnior pelo biólogo e geneticista Ademar Freire-Maia (n.1932)³³. Na carta datilografada em papel timbrado da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná e datada em 12 de outubro de 1952, Freire-Maia (1952) informou que o Centro de Estudos de História Natural de sua instituição realizara há poucos dias a Semana Evolucionista, na qual diversos cientistas discutiram temas relacionados à origem das espécies. Dado o sucesso do evento, novas conferências seriam realizadas, nas quais Piza Júnior estava convidado a participar como conferencista. Freire-Maia (1952) justificou o convite elogiando a “cultura invulgar” da qual Piza Júnior era possuidor e seu interesse permanente pelas questões da Ciência, da qual era “especialista brilhante”.

Dois anos depois, Renato Kehl enviou a Piza Júnior uma carta manuscrita na qual relatou ter lido seu artigo intitulado *Em tórno da vida dos peixes*, o qual considerou interessante e instrutivo. Kehl (1954) também acusou o recebimento de uma carta de Piza Júnior, na qual o esalqueano afirmou que o “livrinho” de Renato Kehl foi bem recebido e

³³ Segundo informações obtidas nos sites da Academia de Ciências do Estado de São Paulo e do Departamento de Genética do Instituto de Biociências da UNESP Botucatu, Freire-Maia é graduado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutor em ciências pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), foi membro da Academia de Ciências do Estado de São Paulo (ACIESP), secretário-geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), primeiro professor de Genética Humana e primeiro chefe do Departamento de Genética da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, atual UNESP (cf. ADEMAR, 201-?; HISTÓRICO, 2020).

estava sendo lido por seus familiares. Kehl (1954, p. 1) agradeceu a consideração e se felicitou por ter a família do amigo como admiradora de seus trabalhos. Na sequência, o eugenista relatou ter relido as aulas de Piza Júnior, com as quais rememorava e aprendia, descrevendo seu colega como um “didata admirável”, que sabia dosar os assuntos e prender a atenção de seus discípulos. Antes de encerrar a carta mandando um abraço ao seu “velho amigo”, Kehl (1954, p. 1, grifos do autor) explicitou que via Piza Júnior, assim como Octavio Domingues, como um intelectual capaz de convencer o público religioso em um país majoritariamente católico: “Com malícia digo: você dourou bem a pílula quando se referiu às relações entre Ciência e Religião! Conseguiu, assim, agradar a maioria, que é composta de crentes”.

Identificamos no Protocolo, Seção de Expedientes, Assistência Administrativa e Financeira da ESALQ uma correspondência datada em 2 de abril de 1955, enviada por Piza Júnior ao então diretor da ESALQ Érico da Rocha Nobre (1908-?). O professor informou que, a pedidos do Departamento Cultural do Centro Acadêmico, decidiu promover uma série de palestras intitulada *A origem das espécies*. Segundo Piza Júnior (1955), as palestras ocorreriam todas as quartas-feiras, das 16h às 17h, a partir do dia 20 de abril daquele ano. À caneta, o diretor anotou na carta que estava ciente e que considerou louvável a atitude do ilustre professor. Quatro dias depois, Nobre (1955) enviou uma resposta a Piza Júnior, acusando o recebimento, louvando a atitude e fazendo votos para que as palestras alcançassem brilhantes resultados.

Em 20 de outubro de 1957, Piza Júnior enviou uma carta datilografada a Alberto Amaral, agradecendo por uma carta recebida no dia 1º de setembro. Piza Júnior (1957) explicitou nessa correspondência que compreendia a ciência como um processo contínuo, expondo o “espírito filosófico” criticado por seu colega de ESALQ Gustav Brieger (HABIB, 2010). Para Piza Júnior (1957, p. 1, grifos do autor):

A ciência, ao procurar a verdade, tem chegado a resultados, que embora incontestáveis, nem sempre podem ser explicados de maneira plenamente satisfatória. O fato de não sabermos com certeza o que se passou, não diminui o valor do resultado a que se chegou. Por exemplo, temos a convicção de que os seres vivos provieram da matéria bruta. Isso é tão importante para a ciência, para a filosofia e para a teologia, que o modus operandi pode ter sido qualquer. O mesmo diremos acerca da origem do homem. Uma coisa é certa: o homem proveio do “não homem”. Qual tenha sido o artropode que deu origem ao homem e quais os processos biológicos que deram êsse resultado, interessam muito menos (PIZA JÚNIOR, 1957, p. 1, grifos do autor).

O professor explanou, no trecho a seguir, que continuava interessado no tema da evolução humana, carro-chefe de suas preocupações no campo da filosofia da ciência. Segundo Piza Júnior (1957, p. 1):

Se tôdas as teorias de evolução se revelarem insuficientes, a evolução com isso nada perde. Quer-me, mesmo, parecer, que estamos longe ainda de uma teoria geral. E isso, porque pouco sabemos ainda acêrca de muito dos fatôres que influíram na evolução: as glaciações, por exemplo. Quando tudo se tornar mais bem conhecido, melhor se poderá compreender a evolução.

A carta de Piza Júnior (1957) se encerrou mandando abraços ao seu amigo Amaral, trazendo provocações com relação ao tema da hereditariedade, sem mencionar, no entanto, as teses da eugenia. Em contrapartida, nossa pesquisa documental revelou que o professor manteve ao longo dos anos 1950 sua compreensão eugênica e racialisista sobre a população brasileira. Publicado em 1950 na *Revista de Agricultura* na ocasião do falecimento do pioneiro no ensino de genética no Brasil, Carlos Teixeira Mendes (1888-1950), o texto *Carlos Teixeira Mendes nasceu para a agricultura, viveu pela agricultura e morreu na agricultura* apresentou argumentos explicitamente eugênicos em uma homenagem sem relação aparente com a ciência do melhoramento racial. Conforme Piza Júnior (1950, p. 206):

Se o homem do campo aprendesse que as plantas têm pai e mãe como êle próprio, e como êle procriam, e que há uma cousa chamada hereditariedade, segundo a qual os atributos, bons ou maus, vão passando de pais a filhos e que existem meios de orientar os acasalamentos no sentido de propagar as boas qualidades e impedir o desenvolvimento das qualidades indesejáveis! Como tudo seria diferente!

O trecho não deixa dúvidas: Piza Júnior continuou defendendo a eugenia na segunda metade do século XX, mesmo sem mencionar diretamente o termo cunhado por Galton. Seis anos depois dessa homenagem, Piza Júnior (1956) publicou o texto *Inteligência*, no qual desvelou em uma discussão sobre evolucionismo uma das principais teses da eugenia, a dizer, o entendimento de que a humanidade se dividia em uma escala que ia da “mediocridade” à genialidade, e que um “mediocre” jamais poderia alcançar o patamar de um gênio, pois nenhum esforço seria capaz de transpor os limites impostos pelas características inatas (PIZA JÚNIOR, 1956). Em junho de 1958, a mesma revista publicou o texto *A participação do índio, do branco e do negro na etnia brasileira*, transcrição do discurso proferido por Piza Júnior na sessão de colação de grau da turma dos engenheiros-agrônomo da ESALQ, realizada no dia 8 de março de 1957 no salão nobre da instituição piracicabana.

No que se refere a esse evento, o professor havia sido escolhido para proferir o discurso aos formandos. Piza Júnior (1958) iniciou sua fala homenageando os alunos,

agradecendo por sua relação de gratidão tanto com o corpo docente quanto com a instituição. Congratulou o convite dos alunos e afirmou que contaria uma pequena história a partir de seu “lirismo inato”, que nem as ciências “duras” foram capazes de sufocar. Curiosamente, o tema da curta história escolhida por Piza Júnior (1958) foi a participação do “índio”, do branco e do negro na constituição étnica do país. O texto não informou os motivos que levaram o professor a inserir um assunto desta natureza no discurso de formatura de uma turma de engenharia agrônoma.

Em seu discurso, Piza Júnior (1958, p. 68) explicou a formação étnica brasileira, descrevendo o “índio” como “guerreiro”, o branco como “invasor”, e denunciou a violência e a escravização da população nativa. Na sequência, o professor expôs que, no final dos anos 1950, mesmo sem mencionar a questão da “degeneração” via mestiçagem, ainda sustentava o entendimento racializado sobre a população brasileira que defendera em seus artigos ao longo dos anos 1930. Em uma interpretação reducionista e caricatural, Piza Júnior (1958, p. 68) considerou o miscigenado como um produto “híbrido” que, não sendo nem branco, nem indígena, herdou as características de cada uma dessas distintas raças: “Do abraço amoroso, sob o céu tropical, nasceu uma gente que índia não era, e sem ser portuguesa, tinha do luso a fôrça e a destreza; dos filhos da selva, o amor e a pureza” (PIZA JÚNIOR, 1958, p. 68).

O professor descreveu a conversão do indígena ao cristianismo a partir da ação dos jesuítas e, na sequência, a chegada do negro, retratado como um elemento trabalhador e honrado, apesar de escravizado e violentado. Na parte final de seu discurso, Piza Júnior (1958) retratou de forma poética uma negra que “se entregou” sexualmente ao seu “sinhô” em troca de presentes; uma forma “descontraída” de suavizar e inserir em um discurso de formatura de uma das principais universidades do país a violência sexual cometida contra as mulheres negras. O estupro e a violência do sistema escravista se tornaram, no discurso de Piza Júnior (1958), uma corriqueira e caricatural “troca de favores”. Abaixo, a última frase do discurso transcrito na *Revista de Agricultura*:

E dêsse amor clandestino, que Deus sei lá se abençoou, nasce um ente misterioso, feito de branco e de preto, e que sem ser preto nem branco era branco e era preto: o mulato, côr trigueira, veio a todos demonstrar, que na terra brasileira duas raças se juntaram para não mais separar (PIZA JÚNIOR, 1958, p. 68).

O texto se encerrou nesse trecho, aparentemente inacabado. Na página seguinte dessa edição da *Revista de Agricultura* se iniciou um texto de outro autor. Teria Piza Júnior (1958) encerrado dessa forma seu discurso aos alunos em pleno salão nobre da ESALQ? Em caso

negativo, qual teria sido o desfecho dessa fala e por que ela não foi transcrita? Que motivos levaram Piza Júnior, na posição de diretor da *Revista de Agricultura*, a inserir esse discurso nas páginas de um periódico científico? O discurso demonstrou que Piza Júnior (1958) manteve sua crença no “mulato” como um “híbrido” formado a partir da mistura entre duas raças “puras”, de origens distintas. Indagamos, finalmente, se em 1958, cerca de duas décadas após a publicação dos textos mais racistas de Piza Júnior, o professor ainda considerava o mestiço como um “degenerado” e o casamento do negro com o branco como uma união interespecífica “abominável”, “repugnante” e “irracional” a ponto de ser equiparada à zoofilia.

Meses após o “intrigante” discurso de formatura, o professor Piza Júnior continuou suas atividades como divulgador científico, proferindo um discurso intitulado *A vida é uma luta: viver é lutar* no Rotary Club de Santa Bárbara d’Oeste no dia 1º de julho de 1958 (RECORDANDO, 2017). O conteúdo do discurso nos é desconhecido. Entre 1959 e 1960, Piza Júnior analisou na *Revista de Agricultura* o livro *Evolução* (1941), escrito pelo padre Alejandro Roldán, professor de antropologia e psicologia na Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus na Espanha, com tradução para o português (1958) e notas elaboradas pelo padre Emanuel C. Rondon do Amarante, professor de biologia na Pontifícia Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus no Brasil. A série de cinco artigos intitulada *Evolução, do padre Roldán, S.J.* é primordial para compreendermos os fundamentos epistemológicos do evolucionismo de Piza Jr., bem como a maneira particular como o esalqueano buscou associar a teologia cristã ao darwinismo, elemento que marcou suas atividades como divulgador científico e esteve presente em suas publicações até o final dos anos 1980.

O professor elaborou uma resenha crítica, discordando em diversos pontos tanto do autor quanto das notas do tradutor, mas recomendando a obra por constituir um indicativo de que a Igreja católica aceitou a evolução como uma verdade científica. Piza Júnior (1959b) afirmou que, apesar dos teólogos católicos serem apenas parcialmente evolucionistas, a aceitação dos fatos cientificamente comprovados da evolução representava um enorme progresso. Ao longo de sua análise, Piza Júnior (1959a) explicitou sua inspiração em Haeckel, considerando-o como o cientista que mais se esforçou na vulgarização do evolucionismo de Darwin, publicando obras acessíveis ao público leigo e desconstruindo preconceitos historicamente promulgados pelo fundamentalismo religioso. De acordo com Piza Júnior (1959a), o principal erro do cristianismo foi ter combatido as teses evolucionistas sem compreender que a evolução ocorreu pela vontade expressa de Deus.

Segundo Piza Júnior (1959a), a Igreja católica deveria ter acatado a perspectiva do filósofo Santo Agostinho (354-430), segundo o qual Deus criou um mundo material que evoluiu de acordo com regras de sua própria autoria, ou seja, as leis que regem a transformação de todos os corpos do universo estavam contidas no ato da Criação. O que Deus criou, conforme Piza Júnior (1959b, p. 82), não foram espécies, mas indivíduos que se uniram sexualmente para povoar a Terra, que só então deram origem às espécies zoológicas: “Somente depois de Lamarck e Darwin é que se ficou sabendo que no pensamento de Deus achava-se condensado todo o processo de evolução pelo qual se formaram e continuaram a se formar as espécies que a Sistemática Zoológica vai cada vez mais catalogando”.

Piza Júnior (1959b) criticou os criacionistas que, por colocarem o dogma acima da ciência, consideravam a evolução como um pecado e as origens primatas do homem como uma heresia. Concatenando teologia cristã e darwinismo, o professor defendeu um “cristianismo esclarecido” que, sem renunciar às suas tradições, deveria aceitar integralmente a evolução como um fato, substituindo a interpretação literal de “criação” pela concepção biológica de “transformação”. Piza Júnior (1959b) foi enfático ao afirmar que não existia lugar para criacionismo e geração espontânea no campo da biologia, explicando que, em vez da criação espontânea delineada no Gênesis, o que comprovadamente ocorreu foi a transformação de seres microscópicos nas mais diversas espécies. Outrossim, Deus não teria criado as espécies em sua forma final, mas sim as condições para que elas evoluíssem a partir de um processo lento e progressivo de transformações.

Para Piza Júnior (1960), após Darwin, a evolução deixou de ser um problema para a ciência, tornando-se um fato histórico e uma verdade científica, sendo um impasse apenas para os religiosos não esclarecidos. A partir do arquétipo do padre Roldán, o esalqueano buscou demonstrar aos leitores da *Revista de Agricultura* que era cientificamente possível conciliar as teses da evolução com o cristianismo que não se fechava para os avanços da ciência e da tecnologia (PIZA JÚNIOR, 1959c). O professor encerrou sua apreciação sobre o livro *Evolução* enaltecendo o centenário da *Origem das espécies* (1859) de Darwin e minimizando as críticas dos criacionistas a Haeckel por ter falsificado imagens de embriões para comprovar as teses evolucionistas em 1868³⁴, considerando que o erro do biólogo alemão em nada diminuía o valor científico de sua obra e do darwinismo (PIZA JÚNIOR, 1960).

Renato Kehl enviou a Piza Júnior uma carta no dia 21 de julho do mesmo ano, elogiando o artigo publicado na *Revista de Agricultura*. A correspondência desvelou que a

³⁴ Sobre a falsificação das imagens dos embriões por Haeckel, ver Hopwood (2015).

busca pela aproximação entre ciência e catolicismo, conforme analisado por Wegner e Souza (2013), continuava sendo uma preocupação entre os ex-diretores do *Boletim de Eugenia*. Afirmou Kehl (1960, p. 1, grifos do autor) ao seu amigo: “Você encerrou muito bem a crítica que vinha fazendo. Conclusão lapidar! Pobre do crente que conseguir lê-la! É arrasadora! Será lida pelo Padre Roldán, e por outros Padres?”. A correspondência indicou que Kehl (1960, p. 1, grifos do autor) residia no bairro do Botafogo no Rio de Janeiro - RJ, e que passava por problemas de saúde, reclamando da idade avançada e de seus recorrentes problemas de memória: “Vim ao Rio em tratamento de saúde. Estou velho, Piza. A carcaça ainda é apresentável, mas o miolo está fraco. Cada vez mais desmemoriado”.

4.3.3. *Nosce te ipsum* e “filosofia humanista” na década de 1960

Duas correspondências denotaram a influência de Piza Júnior como docente e pesquisador. O professor recebeu uma correspondência datada no dia 2 de maio de 1961 e assinada pelo engenheiro agrônomo, biólogo e geneticista Warwick Estevam Kerr (1922-2018)³⁵, renomado pesquisador e ex-aluno do professor esalqueano. Kerr (1961) agradeceu o telegrama enviado por Piza Júnior, no qual o mestre informou acompanhar atentamente os passos de seu aluno. Kerr (1961) informou passar por problemas com a polícia em decorrência das críticas aos espancamentos que estavam ocorrendo na cidade de Rio Claro – SP, mas, recorrendo a uma metáfora criada por um de seus alunos, afirmou que as autoridades policiais tinham mexido numa colmeia de abelhas-africanas (KERR, 1961).

No dia 13 de julho do mesmo ano, o aluno Murilo Graner³⁶ enviou a Piza Júnior uma correspondência em papel timbrado do Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz”, organizado pelos discentes do curso de Agronomia. Assinando como diretor do departamento científico, Graner (1961) informou ao professor que os departamentos Científico, Cultural e Artístico do Centro Acadêmico pretendiam realizar no segundo semestre um ciclo de palestras culturais e científicas, indagando se Piza Júnior, na posição de criador de uma “revolucionária” teoria

³⁵ Segundo os sites da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Kerr se graduou em engenharia agrônoma pela ESALQ, onde cursou o doutorado e a livre-docência. Lecionou genética na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, unidade precursora da UNESP, e organizou o Departamento de Biologia Geral da faculdade. Presidiu a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e foi membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Foi professor na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), fundador do Departamento de Biologia da Universidade Federal do Maranhão (UFM) e primeiro diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). É considerado como o maior especialista em genética de abelhas do mundo, tendo trazido a abelha-africana para o país em 1956 (cf. WARWICK, 2018?; 2021?).

³⁶ Discente do departamento de Tecnologia Rural da ESALQ e pesquisador no campo da microbiologia (cf. GRANER; MARTINELLI FILHO; CRUZ, 1971).

cromossômica, poderia realizar em agosto ou setembro um curso sobre Evolução e Genética. A carta de Graner (1961) denotou que Piza Júnior era considerado como uma referência no campo da genética por seus alunos. Entretanto, como já mencionamos, a pesquisa documental de Habib (2010) desvelou uma acirrada disputa acadêmica entre Piza Júnior e o geneticista Gustav Brieger, que rechaçava o estilo “filosófico” do primeiro, não o reconhecendo como um geneticista.

A despeito dos elogios de Kehl (1930i) no *Boletim de Eugenia*, a Teoria do Plastinema proposta por Piza Júnior (1930b) foi mal recebida entre os geneticistas brasileiros, o que lhe rendeu o isolamento entre os pesquisadores. Conforme Araújo e Martins (2008, pp. 6-7), apesar de ser respeitado em vários campos científicos, com destaque para a citogenética de artrópodes, especialmente escorpiões, gafanhotos e coleópteros, Piza Júnior foi muito criticado no campo da genética:

Um outro aspecto do pensamento de Toledo Piza que chamou a atenção dos geneticistas brasileiros foi sua resistência e até mesmo negação, quanto à teoria da localização dos genes e distribuição linear destes ao longo dos cromossomos. Devido a essa atitude foi visto como um excêntrico e ridículo defensor da hipótese de funcionalidade dos cromossomos como um todo. Apesar da qualidade de seus trabalhos sobre citogenética, ele se tornou um personagem marginalizado pela maior parte da comunidade dos geneticistas, que chegou mesmo a não o reconhecê-lo como um de seus pares (ARAÚJO; MARTINS, 2008, pp. 6-7).

Em 1964, ano em que foi imposta a ditadura militar no Brasil, o “polêmico”³⁷ professor publicou a *Revista de Agricultura* o artigo *O medo das idéias*, no qual explicitou suas críticas à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que, segundo Piza Júnior (1964), rejeitou um artigo sem avaliar seu conteúdo simplesmente por ser de sua autoria. Por esse motivo, Piza Júnior (1964, p. 102) sugeriu a mudança de nome da SBPC para “SBIPC”: “Sociedade Brasileira para o Impedimento do Progresso da Ciência”. Essa publicação na *Revista de Agricultura* denunciou a marginalização de Piza Júnior no campo intelectual, tal qual denotado por Habib (2010) e Araújo e Martins (2008). Encontramos na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior duas correspondências que nos oferecem mais informações sobre esse atrito do professor com a SBPC.

³⁷ No dia 23 de novembro de 2000, o *Diário de Santa Bárbara d’Oeste* publicou um curioso texto intitulado *Turismo no cemitério! Será possível?*, assinado por Hermas Amaral Germek, Secretário Municipal de Turismo de Piracicaba. Germek (2000, p. 7) discorreu sobre as possibilidades de realização de um turismo fúnebre na cidade, citando como possível “atração” a sepultura do “polêmico pesquisador Salvador de Toledo Piza [sic], que fazia seus debates pela imprensa local”. Esse texto nos chamou a atenção não pela inserção de uma consoante adicional no sobrenome do professor, mas por consistir em um registro na imprensa leiga sobre o perfil “excêntrico” e “polêmico” de Piza Júnior no meio acadêmico.

No dia 9 de junho de 1967, Wolfgang Bücherl (1911-1985)³⁸ enviou uma carta em papel timbrado informando que o professor Piza Júnior fora eleito, com 83 votos, para o cargo honorífico de Conselheiro da SBPC para o quadriênio 1967-1971 (BÜCHERL, 1967). O esalqueano respondeu em carta datilografada destinada ao “Bücherl amigo”, e não ao secretário-geral da SBPC. Piza Júnior (1967a) afirmou ter ficado desvanecido com a nomeação, mas que precisaria denegá-la pois a SBPC recusou, sem qualquer motivo justificável, seu trabalho *Papel dos cromossômios na hereditariedade*, publicado na *Revista de Agricultura* em 1964. Por esse motivo, o esalqueano sugeriu renomear a SBPC para “Sociedade Brasileira para o Impedimento do Progresso da Ciência”, concluindo que não poderia fazer parte do Conselho de uma sociedade cuja revista não aceitava artigos contrários à opinião de seus redatores (PIZA JÚNIOR, 1967a, p. 1).

Localizamos diversos documentos na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior que revelam que, se por um lado esse estilo “polêmico” levou à marginalização de Piza Júnior no campo da genética, por outro, ajudou a projetá-lo como divulgador científico entre a comunidade leiga. O professor guardou em seu acervo um recorte do jornal *Folha de Piracicaba* do dia 4 de agosto de 1961, cujo título era *Detentor do Prêmio Nobel de Medicina será refutado pelo Prof. Toledo Piza*. A matéria informou que entre os dias 9 e 15 de julho Piza Júnior participou da XIII Reunião da SBPC realizada em Poços de Caldas - MG, na qual apresentou o trabalho *Evolução do Conceito de Gen*. Informou também que Piza Júnior promoveria no mês de agosto uma palestra com o tema *Evolução da espécie*, na qual discutiria e refutaria a opinião de Hermann Joseph Muller (1890-1967), vencedor do Prêmio Nobel de Medicina (DETENTOR, 1961).

No dia 24 de agosto de 1961, o *Jornal de Piracicaba* anunciou o Curso de Evolução que Piza Júnior ministraria na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba a partir do dia 29. Os documentos sobre esse curso encontrados na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior são de fundamental importância para compreendermos as continuidades na campanha pela consciência eugênica do professor da ESALQ nos anos 1960. Os promotores do curso eram o Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz” e o Centro Acadêmico XXI de Abril da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba. O jornal descreveu o professor como um cientista “renomado internacionalmente”, “brilhante conferencista”, e defensor da teoria do cromossomo-unidade na transmissão dos caracteres hereditários, descrita como a “[...] teoria

³⁸ Nascido na Alemanha, foi professor da primeira cátedra de Biologia Educacional na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisador do Instituto Butantan e secretário-geral da SBPC (LUCAS, 1983/1984).

que nega a existencia do gen, corpusculo que seria responsavel pela determinação e transmissão de um ou mais caracteres, e que estaria localizada no cromossomo” (NA FACULDADE, 1961, n. p).

Um ponto que nos chamou atenção na matéria publicada no *Jornal de Piracicaba* foi um dos últimos itens do programa do Curso de Evolução de Piza Júnior, denominado “instinto e inteligência” (NA FACULDADE, 1961). Consideramos que este documento pode ser um indicativo de que o professor manteve, mesmo após o cessar de suas publicações mais explícitas sobre a eugenia e camuflada nas entrelinhas de suas atividades como divulgador do evolucionismo, sua concepção esclarecida (HORKHEIMER, 1941) pautada no controle dos instintos sexuais por intermédio da consciência eugênica. Nossa hipótese sobre essa permanência se confirmou no documento intitulado *Temas do II Curso de Evolução*. Trata-se do programa do curso ministrado por Piza Júnior na Faculdade de Odontologia de Piracicaba durante os meses de setembro a outubro de 1961.

O documento foi datilografado em duas páginas. Na primeira, consta na íntegra o programa do curso; na segunda, abaixo da palavra “Aprende” grafada em caixa-alta, Piza Júnior (1961) redigiu as máximas a serem ensinadas ou os objetivos a serem alcançados ao longo do curso. Na primeira página, Piza Júnior (1961) registrou que o curso seria realizado no Salão Nobre da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, dividido em dez aulas, ministradas todas as terças e quintas-feiras às 20h, a partir do dia 17 de setembro de 1961. O certificado seria emitido pela Secretaria da Faculdade de Odontologia e o telefone de contato foi disponibilizado para quem quisesse obter mais informações (PIZA JÚNIOR, 1961).

O professor registrou que o curso era uma promoção conjunta do Departamento de Morfologia da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, da Coordenadoria de Assuntos Sociais e Educação da Prefeitura Municipal de Piracicaba e do Departamento de Zoologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Após as informações iniciais, Piza Júnior (1961, p. 1, grifos do autor) apresentou em seis tópicos o programa do seu Curso de Evolução:

1 – Generalidades. A ciência moderna, verdadeira Torre de Babel: dificuldades impostas pelo progresso. O conceito de criação. No Universo tudo é corpo e o que não fôr corpo exige corpo para existir. O Universo finito. O Universo Eterno. Origens da Terra.

2 – Conceito da vida. Origem de ser vivo. Virus não é ser vivo. A luta pela sobrevivência: matar ou morrer. A insciência da vida: reflexos, tropismos, taxias e instintos. Inteligência. A Mente Universal.

- 3 – A Evolução. Pretensões [sic]. Provas, Teorias, explicações.
- 4 – Origem das espécies animais. Sistemática.
- 5 – Ernesto Haeckel, Padre Teilhard do Chardin e Padre Vittorio Marcosi.
- 6 – Ciência e fé entrelaçadas (PIZA JÚNIOR, 1961, p. 1, grifos do autor).

Na página 2, após a palavra “Aprende”, Piza Júnior (1961) registrou as quatro principais lições de seu Curso de Evolução. Primeiramente, a ideia de evolução como esclarecimento dos enigmas do Universo e da vida; em segundo lugar, a evolução como caminho para encontrar Deus; em terceiro lugar, a concepção de evolução como a criação do corpo e da alma, ambas dependentes do corpo animal, sendo o espírito subordinado à natureza biológica; finalmente, a necessidade do autoconhecimento mediante o estudo da evolução, um *nosce te ipsum* (“conhece-te a ti mesmo”) a partir das bases evolutivas (PIZA JÚNIOR, 1961).

O professor explicitou os objetivos pedagógicos do Curso de Evolução em cinco pontos que, conjuntamente, denunciam a manutenção da defesa da educação para a consciência eugênica apresentada no artigo *A hereditariedade da cor da pele no casamento branco-preto (conclusão)* de 1933, no artigo *Em torno da Antropologia* de 1938 e na homenagem a Carlos Teixeira Mendes de 1950. Mesmo sem qualquer menção à questão racial, sabemos a partir do discurso de formatura dos engenheiros agrônomos da ESALQ proferido em 1957 e transcrito na *Revista de Agricultura* no ano seguinte que o professor mantinha sua concepção racialista sobre a população brasileira, considerando a mestiçagem como “hibridismo” (cf. PIZA JÚNIOR, 1958). Vejamos, na íntegra, os cinco ensinamentos para o autoconhecimento redigidos no programa de Piza Júnior (1961, p. 2):

- “Homem, conhece-te a ti mesmo” e só depois procura conhecer teu Deus:
- 1 - Orgulhoso, não te esqueças que trazes ainda dentro de ti o antropóide que te deu origem.
 - 2 - Homem, não sejas macaco. Domina os anseios animais que te pressionam, ergue a fronte e caminha com dignidade.
 - 3 - Quando te ofenderem, não deixes que o macaco tome a tua defesa. Defende-te a ti mesmo como a pessoa humana em que te constituíste.
 - 4 - Quando abraçares a tua companheira, faze-o como gente. Domina com tôdas as fôrças o bruto que se debate dentro de ti, no ímpeto de exteriorizar os seus instintos bestiais.
 - 5 - Educa-te pela “Evolução”. Ela saberá indica-te o caminho da verdade.

Analisemos atentamente as orientações para o autoconhecimento apresentados no Curso de Evolução. Para Piza Júnior (1961), o homem não poderia esquecer de suas origens evolutivas e não poderia ser um macaco, ou seja, precisava se portar como a espécie que ocupa o topo escala evolutiva, orientando suas ações através da razão. Esses dois primeiros

ensinamentos foram aprofundados na terceira orientação, segundo a qual o homem, enquanto detentor da razão, não poderia deixar que o comportamento instintivo do macaco o dominasse. No penúltimo item, o qual consideramos como um indicativo da permanência das raízes esclarecidas (HORKHEIMER, 1941) da concepção eugênica de Piza Júnior, o homem deveria dominar suas forças sexuais e interiorizar seus “instintos bestiais” quando em contato com a mulher. Por fim, o homem deveria educar-se pela Evolução, grafada com “E” maiúsculo, que o guiaria pelo caminho da verdade (PIZA JÚNIOR, 1961).

A partir da análise sobre o programa do Curso de Evolução, podemos afirmar que o controle dos instintos sexuais pela razão, elemento central na concepção de educação para a consciência eugênica de Piza Júnior (1933a; 1938; 1950) se manteve presente, mesmo que atenuada, em sua campanha pela divulgação das bases do evolucionismo nos anos 1960. A inserção desses cinco passos para o autoconhecimento como objetivos de seu curso, registrados em seu programa após a palavra “Aprende”, explicita que o entendimento de Piza Júnior (1961) sobre a necessidade do controle dos impulsos sexuais e “animalescos” a partir da razão cientificamente orientada permaneceu em sua trajetória intelectual, mesmo após a reconfiguração do movimento eugenista no país após a Segunda Guerra Mundial.

Não pretendemos que nossas hipóteses recaiam em uma análise a-histórica, afirmando que as ideias do professor esalqueano permaneceram inalteradas 31 anos após a publicação de *Anotações á margem das ‘Lições de Eugenia’ do Dr. Renato Kehl na Revista de Agricultura*, seu primeiro artigo sobre eugenia e a primeira contribuição de Piza Júnior (1930a) para a campanha eugênica no Brasil. Qualquer análise que sugira uma continuidade sem rupturas, ignorando os diferentes contextos nos quais os documentos foram produzidos, poderia pecar pela imprecisão e pela generalização, algo que não almejamos em nossa tese. Entretanto, mesmo não defendendo explicitamente a eugenia, o programa do Curso de Evolução nos permite afirmar que o controle do sexo pela razão que constitui as raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941) permaneceu na trajetória de Piza Júnior. Essa permanência, no entanto, não é explícita, conforme verificamos na opção pela palavra Evolução grafada com “E” maiúsculo ao invés da palavra Eugenia utilizada em seus textos da década de 1930.

O programa do Curso de Evolução de Piza Júnior (1961) não nos oferece nenhum indício da permanência da ideia de “aversão” ou “repulsa” biológica, que garantiria, segundo Piza Júnior (1933a), a vitória da razão eugênica sobre os instintos que levavam à união interespecífica “repugnante” entre brancos e negros. O controle dos impulsos sexuais sugerido

por Piza Júnior (1961) se referia à postura de autocontrole do homem na presença da mulher, sem remeter à questão racial. Contudo, a ideia da ciência como guia-mestre, sinônimo de verdade e razão esclarecida, capaz de atenuar o instinto “animalesco” e “irracional”, se manteve presente em seu programa. Contraposto com os documentos que apresentaremos adiante, o programa desse curso nos permite afirmar que Piza Júnior não se desvinculou totalmente de algumas concepções defendidas na década de 1930, momento em que compôs o movimento eugenista e dirigiu o maior periódico especializado no país. Precisamos de novas pesquisas para compreendermos se Piza Júnior empreendeu aquilo que denominamos “cruzada tardia”, qual seja, uma campanha velada, mas ainda presente, pela formação da consciência eugênica no Brasil na segunda metade do século XX.

Encontramos na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior o certificado de frequência do Curso de Evolução, impresso em papel cartão pelo Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz” da ESALQ e pelo Centro Acadêmico XXI de Abril da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba. O documento possui espaço para a assinatura com os nomes de Piza Júnior, Murilo Graner (diretor do departamento científico do centro acadêmico esalqueano), Roberto Cano de Arruda (presidente), Antranik Mekhitarian (presidente) e José do Carmo Battistuzzo (diretor do departamento científico do centro acadêmico da instituição sede). A data que consta no documento é 31 de outubro de 1961, provavelmente a data do último encontro do curso realizado na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba (CERTIFICADO, 1961).

As atividades de Piza Júnior como divulgador do evolucionismo continuaram ao longo da década de 1960 através de palestras nos clubes sociais e instituições de ensino no interior paulista. Em 13 de outubro de 1963, um ano após Piza Júnior receber o título de Cidadão Piracicabano (MUNICÍPIO, 1962), o periódico barbarenses *Jornal d'Oeste* publicou um texto sobre as festas do Jubileu de Ouro do Grupo Escolar José Gabriel de Oliveira, descrevendo a programação do evento que contou com diversas atividades para crianças, pais e educadores, com destaque para uma palestra de Piza Júnior no dia 25 de outubro sobre o tema *Acêrca da conduta animal* (GRUPO ESCOLAR, 1963). Essa mesma palestra foi mencionada na coluna *Recordando* do *Diário de Santa Bárbara d'Oeste* nos dias 3 de novembro de 2018, 22 de novembro de 2019 e 12 de novembro de 2021 (RECORDANDO, 2018; 2019; 2021).

Além de ser presidente do Rotary Club de Piracicaba e palestrante assíduo no Rotary Club de Santa Bárbara d'Oeste, conforme os registros na imprensa local, o professor era

conhecido em outros clubes sociais da região. Encontramos uma correspondência enviada a Piza Júnior por Francisco Cervone (1937-2019), empresário têxtil e presidente do Esporte Clube Barbarense. Datilografada em papel timbrado e datada em 13 de setembro de 1965, Cervone (1965) redigiu a carta em nome da diretoria do Esporte Clube Barbarense, que convidou Piza Júnior para a conferência de abertura de uma série de eventos que se iniciariam no dia 23 do mesmo mês, marcando o início das atividades do Departamento Cultural do clube. “Tratando-se da primeira realização desse Departamento, a Vossa ilustre presença, já tão conhecida nos nossos meios culturais, seria um motivo a mais de satisfação, a esta Diretoria e aos associados deste Clube” (CERVONE, 1965, p. 1).

Outros documentos nos indicam que os artigos dos ex-diretores do *Boletim de Eugenia* continuavam circulando nos jornais regionais e que seus livros estavam presentes até mesmo nas bibliotecas das pequenas cidades do interior paulista. No dia 14 de setembro de 1967, o *Boletim da Associação Comercial e Industrial de Santa Bárbara d’Oeste* publicou uma nota registrando o sucesso da Campanha da Biblioteca Pública da Associação Comercial e Industrial da cidade. Na lista de livros recebidos, constavam *Filosofia e Bio-Perspectivismo* de Renato Kehl e *Ciência e Fé entrelaçados* de Salvador de Toledo Piza Júnior (BOLETIM, 1967). Ao lado de Kehl e Piza Júnior, o nome do “pai” da eugenia Francis Galton também esteve presente nas páginas dos jornais da cidade de Santa Bárbara d’Oeste. No dia 7 de julho de 1968, o *Correio Barbarense* publicou a nota *Impressões digitais* em na coluna de curiosidades *Você sabia?* Apesar de não mencionar a eugenia, a nota enalteceu Galton como o criador do sistema de classificação de impressões digitais até hoje utilizado no mundo (IMPRESSÕES, 1968).

Se as palestras nos clubes sociais e as publicações de Salvador de Toledo Piza Júnior na *Revista de Agricultura* não nos permitem afirmar com precisão que o professor continuou defendendo as teses racistas da eugenia como o fez em seus artigos na década de 1930, não nos restam dúvidas no que se refere ao envolvimento do professor com intelectuais e instituições eugenistas internacionais ao longo da década de 1960. A primeira correspondência que identificamos na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior enviada em nome da Sociedad Mexicana de Eugenesia³⁹ possui envelope carimbado com a data de 11 de

³⁹ De acordo com Melo (2016), a Sociedad Mexicana de Eugenesia para el Mejoramiento de la Raza foi fundada em 1931 na capital do país. Aglutinando intelectuais de diversas áreas em torno do ideal de regeneração racial, objetivava estudar os fatores de “degeneração” que ameaçavam a humanidade, além de aplicar e divulgar as medidas eugênicas para o melhoramento racial. Possuía um boletim oficial intitulado *Eugenesia*, no qual publicaram intelectuais de diversos países latino-americanos, incluindo Renato Kehl. Sobre essa sociedade, ver López-Guazo (2009), Fröde (2013), Melo (2016) e Bautista (2018).

outubro de 1960. Datilografada e assinada pelos doutores Miguel López Esnaurrizar (presidente) e Alfredo M. Saavedra (M.) (secretário), a carta aparenta ser a primeira enviada pelos eugenistas mexicanos a Piza Júnior. Foi escrita em linguagem formal, apresentando ao colega brasileiro os anseios e objetivos da Sociedad Mexicana de Eugenesia (ESNAURRÍZAR; SAAVREDRA, 1960).

Esnaurrizar e Saavedra (1960, p. 1) afirmaram que o lema da Sociedad Mexicana de Eugenesia era “Por una humanidad mejor”, frase que se repete em outras correspondências, sempre grafada em caixa-alta. Segundo os autores, captando a essência das correntes filosóficas hodiernas, a sociedade se orientava pelo “humanismo”, em oposição à concepção dominante entre as instituições científicas que não destacavam as características “tipicamente humanas” da eugenia. Consideraram que o homem deveria ser distinguido do reino animal, em uma posição de destaque condizente com a dignidade humana. Na sequência, os mexicanos pediram a colaboração dos eugenistas brasileiros na promoção dessa concepção “humanista” de eugenia, segundo a qual o termo “espécie humana” deveria desaparecer por pertencer ao campo da Zoologia (ESNAURRÍZAR; SAAVREDRA, 1960).

Os eugenistas mexicanos sugeriram que essa “nova” concepção de eugenia fosse disseminada por meio das organizações científicas e da educação, englobando da literatura pedagógica especializada às instituições universitárias. Somente assim, afirmaram Esnaurrizar e Saavedra (1960), o homem poderia se aproximar do seu mais elevado ideal. Os eugenistas se colocaram à disposição para estudar essa proposição “neo-eugenista” em diálogo com as instituições às quais Piza Júnior pertencia. Essa correspondência evidenciou que os eugenistas mexicanos não abandonaram nos anos 1960 a campanha eugênica, mesmo após a reorientação global da eugenia após 1945. O documento também expôs as estratégias criadas pela Sociedad Mexicana de Eugenesia para tornar a eugenia menos “dura” ou “técnica”, no sentido de genética aplicada, e mais “humana”, no sentido de uma filosofia “humanista”. Para tanto, era necessário que os colegas eugenistas brasileiros, representados por Piza Júnior, estivessem em sintonia com seus colegas do México.

A segunda correspondência da Sociedad Mexicana de Eugenesia enviada para Piza Júnior data em 7 de julho 1966, com assinatura do Dr. Eugenio Echeverría Arnoux (novo presidente) e Dr. Alfredo M. Saavedra (M.) (secretário perpétuo). Os eugenistas afirmaram enviar a carta para saudar Piza Júnior, mas registraram que apesar da semelhança dos ideais “humanísticos” que compartilhavam, não tinham recebido notícias de Piza Júnior havia muito

tempo. Arnoux e Saavedra (1966, p. 1) postularam que esperavam do professor brasileiro uma colaboração amistosa na construção da eugenia “humanista” e em favor dos princípios que a Sociedad Mexicana de Eugenesia sustentava, orientada em torno do lema “Por una humanidad mejor”.

Considerando que a sociedade foi criada em setembro de 1931, conforme consta no papel timbrado da instituição, questionamo-nos sobre como e quando Piza Júnior estabeleceu o primeiro contato com os eugenistas mexicanos. Ao afirmarem na carta de 1966 que não tinham recebido notícias de Piza Júnior há tempos, podemos concluir que o professor brasileiro respondeu à correspondência inicial enviada em 1960. Qual teria sido a natureza dessa resposta? Teria o professor acatado ao chamado da Sociedad Mexicana de Eugenesia para reconfigurar a eugenia a partir de uma filosofia “humanista”? Teria Piza Júnior participado ativamente na reconstrução do movimento eugenista na segunda metade do século XX? Teria o professor “renovado” sua campanha pela consciência eugênica a partir dessa cooperação Brasil-México? Infelizmente não encontramos em nossa pesquisa documental os originais das respostas de Piza Júnior que nos permitam responder a esses questionamentos.

Em anexo à carta, Arnoux e Saavedra (1966) enviaram panfletos educativos da Sociedad Mexicana de Eugenesia voltados para a educação sexual dos jovens visando a formação da consciência eugênica. Na primeira página do panfleto consta o texto intitulado *Para las jovenes*, orientando as jovens sexualmente ativas a se afastarem do alcoolismo, das drogas e se protegerem da violência sexual e das doenças venéreas (PARA LAS, 1966). Na página 3 do panfleto, consta o texto *Responsabilidad Procreacional*, no qual os eugenistas apresentaram o conceito-chave que se repetiu em outras cartas e panfletos enviados a Piza Júnior: “responsabilidad procreacional” ou “responsabilidad eugenica” (RESPONSABILIDAD, 1966), versão mexicana para o termo “consciência eugênica” compreendido como regulação racional das relações sexuais.

Os eugenistas mexicanos retomaram no texto *Responsabilidad procreacional* o argumento “clássico” da eugenia de que o problema da humanidade não era malthusiano (quantitativo), mas sim eugênico (qualitativo), cabendo ao jovem sexualmente ativo zelar pela herança que deixaria à sua prole. Afirmaram que milhões de crianças nasciam em péssimas condições em decorrência de heranças físicas e mentais “defeituosas”, e que elas possuíam o direito de viver uma vida saudável de acordo com os avanços oferecidos pela ciência. Esse direito, entretanto, só poderia ser garantido antes do nascimento. Frente a esse problema, os

mexicanos defenderam a “regulação consciente” da natalidade pelas autoridades médicas, afirmando que a “maternidade consciente” era uma necessidade que se impunha. O texto se encerrou com a frase em destacada em negrito: “La calidad salubre del material humano es indice de prosperidad de una nacion” (RESPONSABILIDAD, 1966, p. 3).

Na quarta página do panfleto, os eugenistas mexicanos apresentaram o texto *La moral eugenica*, constituído por lemas do movimento eugenista. A primeira, sublinhada e assinada por Alfredo M. Saavedra (M.), indicou a razão eugênica do eugenista mexicano: “No es racional aceptar que el amor ha de ser ciego” (LA MORAL, 1966, p. 4, grifos do autor). Podemos perceber que Saavedra compartilhava da concepção de consciência eugênica de Kehl, Piza Júnior e Domingues, baseada em educar os instintos pela razão e controlar o sexo por intermédio da ciência. O texto se encerrou propondo que os pais tivessem a “consciência da responsabilidade procriadora” sobre seus descendentes; que os pais doentes se abstivessem de ter filhos; e que os exames médicos pré-nupciais fossem larga e efetivamente implementados (LA MORAL, 1966).

Em maio de 1969, Arnoux e Saavedra enviaram outra correspondência a Piza Júnior, convidando o professor brasileiro para o Ciclo de Conferências organizado em homenagem às educadoras mexicanas, que seria realizado nos dias 12 a 16 de maio de 1969 às 19h no auditório da Dirección General de Salubridad no Distrito Federal mexicano. A programação do evento era composta por palestras de professoras e professores especialistas em educação maternal, educação pré-escolar e educação infantil, abordando temas diversos no campo da Educação (ARNOUX; SAAVEDRA, 1969). Na mesma carta, os membros da Sociedad Mexicana de Eugenesia enviaram a Piza Júnior uma cópia de um recorte do jornal *Editorial Hoy*, assinado com a sigla “A. M. S. M.”, a qual acreditamos corresponder às iniciais de Alfredo M. Saavedra (M.), secretário-perpétuo da Sociedad Mexicana de Eugenesia.

O artigo intitulado *Responsabilidad Procreacional o Eugénica* foi redigido em primeira pessoa do plural, em nome da Sociedad Mexicana de Eugenesia, apesar da assinatura de A. M. S. M (1969). O autor iniciou o texto se dirigindo ao diretor do periódico, justificando que era necessário definir o que era a eugenia frente a tantas explicações errôneas disseminadas entre o público leigo. Definiu *Eugenesia* ou *Eugénica* como uma disciplina educativa, que envolvia todas as atividades que visassem proteger as gerações vindouras e melhorar a descendência. Para que essa proteção se efetivasse, era necessário formar a consciência eugênica, chamada por A. M. S. M. (1969, p. 4) de “consciencia de

responsabilidad procreacional”. O eugenista concluiu afirmando que a Sociedad Mexicana de Eugenesia era constituída por um grupo de cientistas que buscavam o melhoramento da humanidade, organizados em torno de um “centro de estudios humanísticos, de consulta y difusión científica” (A. M. S. M., 1969, p. 4).

Em carta datada em 12 de junho de 1969, Alfredo Saavedra solicitou a Piza Júnior seu currículo e o novo endereço do sócio-honorário Renato Kehl para o envio de futuras correspondências. Nessa carta, Saavedra (1969, p. 1) definiu Kehl como um “[...] eminente humanista que como hombre de ciencia siempre lo hemos considerado como nuestro pionero en América”, ressaltando a importância e o prestígio do médico brasileiro frente ao movimento eugenista latino-americano. No dia 22 de agosto de 1969, Arnoux e Saavedra enviaram outra correspondência ao esalqueano, mas direcionada a Renato Kehl, do qual não possuíam o novo endereço no Rio de Janeiro. Desejaram parabéns a Kehl, que comemorava aniversário naquela data, e o destacaram como uma referência na campanha pela consciência eugênica ou “responsabilidad procreacional”:

Lo trascendental labor de usted que marca con precisión el inicio de la gran obra iniciada como un gran ideal por la generosa inteligencia de usted, señalando el [ilegível] responsabilidad procreacional. Que la obra de usted y la doctrina de sus libros marquen un luminoso sendero a la América y al mundo que tanto han [ilegível] de salud básica. Que sea usted recordado por el mundo con el honor merecido, como nosotros los hacemos desde aquí (ARNOUX; SAAVEDRA, 1969, p. 1).

Essa foi a última correspondência da Sociedad Mexicana de Eugenesia que encontramos na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Seria de grande importância para esse campo de pesquisa a localização das respostas do professor aos eugenistas mexicanos, sobretudo para confirmarmos se o esalqueano acatou ou não ao chamado pela reconfiguração da eugenia como uma filosofia “humanista”, de modo a dar continuidade à campanha pela consciência eugênica reorientada no contexto pós-1945. O conteúdo e a frequências das cartas nos permite inferir que o professor da ESALQ manteve ao longo dos anos 1960 uma intensa troca de correspondências com o Esnaurrizar, Arnoux e Saavedra. Além disso, o *Curriculum Vitae* de Piza Júnior (1967b) e a homenagem de Vasconcellos (1969) publicada na *Revista de Agricultura* confirmaram que o professor não apenas se correspondeu, como foi um membro ativo da Sociedad Mexicana de Eugenesia.

4.3.4. Da aposentadoria ao *Cogito, ergo sum*

Encontramos no acervo um recorte de jornal que pode indicar o entendimento de Piza Júnior com relação à ideia de degeneração nesse contexto tardio. O professor recortou apenas a foto de um chimpanzé, deixando de fora do recorte até mesmo o nome do jornal, constando somente a data “quinta-feira, 21 de agosto de 1969” e, abaixo da foto, a legenda: “Jama, o primeiro chimpanzé identificado como mongolóide, possibilitará a pesquisadores estudar defeitos de nascimento”. A partir da busca por essa data nos acervos de jornais disponíveis online, junto com os termos “chimpanzé” e “Jama”, descobrimos que o recorte se trata de uma matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* intitulada *O primeiro chimpanzé mongolóide*, assinada por Marjorie Scarlet.

Na matéria, Scarlet (1969, p. 38) comemorou a descoberta de um chimpanzé “mongolóide” ou “retardado”, a partir do qual se poderia “[...] criar toda uma linhagem de animais assim defeituosos na crença de poder usá-los em experiências capazes de lançar nova luz sobre os defeitos de nascimento e o próprio mongolismo”. O que nos chamou atenção nesse recorte não foi a escolha do conteúdo, uma vez que a temática cromossômica esteve presente nos textos do “jovem” Piza Junior ainda na década de 1920. No topo do recorte, na própria folha do jornal, o professor anotou à lápis a comparação entre o número de cromossomos de homens e chimpanzés definidos como “normais” e “mongóis”.

Esse simples detalhe pode nos oferecer indícios sobre a posição de Piza Júnior com relação ao tema da “degenerescência” no ano de 1969. O professor anotou os 48 cromossomos de um chimpanzé “normal” em comparação aos 49 de um chimpanzé “mongol”. Ao lado, como era típico do seu estilo de análise zoológica, escreveu a mesma relação aplicada aos humanos: 46 cromossomos no homem “normal” e 47 para o “mongol”. Não sabemos se o professor sustentou a sua posição racista dos anos 1930, mas a questão da “degeneração” discutida em seus textos sobre eugenia estava ali assinalada em suas marcações à lápis, que provavelmente serão apagadas pela ação do tempo.

Essas anotações podem significar apenas o interesse de Piza Júnior sobre o tema da Síndrome de Down, sem uma conotação racista ou capacitista, assim como podem ser indícios da permanência de sua defesa pela seleção eugênica como modo de evitar esse tipo de “degeneração”. Seu alinhamento à ala mais radical do movimento eugenista na década de 1930, o conteúdo da matéria de Scarlet (1969) e as cartas da Sociedad Mexicana de Eugenesia enviadas no mesmo ano e armazenadas pelo professor em seu acervo pessoal nos fazem

tender para a segunda opção. Entretanto, ressaltamos a necessidade de mais pesquisas sobre esse importante intelectual na história da eugenia brasileira, para que esses questionamentos ultrapassem o plano da especulação.

As cartas de 1969 correspondem ao primeiro ano de Piza Júnior como professor aposentado da ESALQ. Sua aposentadoria compulsória foi publicada pelo Governo do Estado de São Paulo no dia 29 de dezembro de 1968, ocasião em que completou 70 anos de idade. Na primeira edição da *Revista de Agricultura* do ano de 1969, Walter Radamés Accorsi (1912-2006)⁴⁰ publicou o texto *Prof. Salvador de Toledo Piza Jr. (decano dos decanos)*. Accorsi (1969) definiu Piza Júnior como um “ilustre pedagogo”, citando sua brilhante carreira universitária, os 48 anos dedicados ao ensino, à pesquisa e à divulgação científica, sua capacidade de prender a atenção do público nas palestras e a diversidade de temas aos quais se dedicou.

Após enaltecer o currículo de Piza Júnior, Accorsi (1969) descreveu sua trajetória e mencionou sua participação em eventos de diversas áreas, sendo a Genética a primeira delas. Ao citar os prêmios do professor da ESALQ, o autor revelou que Piza Júnior ganhou a Medalha de Sócio Fundador do Rotary Club de Piracicaba, informação que retomaremos a seguir. Accorsi (1969, p. 9) encerrou sua homenagem afirmando que foi entregue ao “decano dos decanos” um cartão de ouro com os dizeres: “Ao mestre Piza oferece a Escola Agrícola de ontem, hoje e amanhã”. Nenhuma menção foi feita à trajetória de Piza Júnior no campo da Eugenia, seja como autor de artigos, diretor do *Boletim de Eugenia*, membro da Comissão Central Brasileira de Eugenia ou divulgador científico.

No dia 20 de março de 1977, o jornal *O Correio* de Piracicaba publicou uma matéria intitulada *Programas de planejamento familiar crescem em vários países*. O texto indicou a existência de 25 milhões de menores desassistidos no Brasil, postulando a urgente necessidade da implementação de uma política de planejamento familiar. Concluiu elogiando a Constituição do Estado do Rio de Janeiro por dar atenção ao tema e por promover a formação de uma “consciência eugênica” entre as famílias (PROGRAMAS, 1977, p. 7). Apesar de não tocar na questão racial, o argumento apresentado na matéria seguiu à lógica “humanista” da razão eugênica, além de evocar em sua forma literal o conceito galtoniano assimilado e reproduzido pelos três diretores do *Boletim de Eugenia*. Apesar de ter sido

⁴⁰ Ex-aluno e professor emérito da ESALQ, referência nos estudos sobre fitoterapia (cf. PARRA, 2006).

publicado por um jornal conhecido por Piza Júnior e localizado no epicentro de sua “zona de influência”, o texto não possui indicação de autoria.

Cruzando as informações apresentadas no texto de Accorsi (1969) com as publicações sobre o trabalho de divulgação científica de Piza Júnior nas instituições de ensino e clubes sociais de Piracicaba e Santa Bárbara d’Oeste, denotamos que o professor não somente era frequentador desses locais, como também sócio, membro ilustre e assíduo palestrante. Qual foi o alcance de Piza Júnior como autoridade científica e referência intelectual nesses meios? Existiram outros membros que apoiaram suas ideias e aderiram à campanha pela consciência eugênica? Encontramos uma publicação sobre eugenia assinada em nome do Rotary Club de Santa Bárbara d’Oeste, clube social no qual Piza Júnior era frequentemente convidado para palestrar, além de ter sido sócio-fundador da unidade piracicabana.

O texto *Felicidade do viver social: finalidade do Rotary Clube* foi publicado no dia 1º de fevereiro de 1981 na *Coluna do Rotary* do jornal *Edição Barbarense*. A publicação foi assinada em nome da instituição e, segundo informação no final do texto, foi transcrita do jornal *O comércio* de Descalvado, pequeno município do interior paulista. No primeiro parágrafo, o texto informou que o Rotary Club defendia a democracia e a “[...] miscigenação de todas as raças, na unidade de uma civilização superior” (FELICIDADE, 1981, p. 4). No tópico *Pensamentos sobre eugenia*, o texto mencionou frases de renomados intelectuais eugenistas, como Renato Kehl, Carlos Enrique Paz Soldán, Afrânio Peixoto e Alexandre Tepedino. A frase mais radical, atribuída ao professor Hélio Garcia, dizia: “A Eugênia não diz ao homem: não tens direito de ser feliz, mas sim não tem o direito de fazer desgraçados” (FELICIDADE, 1981, p. 4).

Citando M. C. Doménech, o texto do Rotary Club definiu a eugenia como uma “escola da formação de caráter” e, a partir de R. C. Calderon, postulou que era preciso cuidar eugenicamente das gerações porvindouras, pois, enquanto isso não ocorresse, “[...] viveremos num eterno circulo vicioso a perpetuar os crimes, as doenças, os roubos, as taras, as velhacarias e todos os problemas menores” (FELICIDADE, 1981, p. 4), em uma associação entre violência social e criminalidade hereditária. A mesma lógica pôde ser observada nas frases selecionadas de Chester Harvey Rowell (1867-1948), que ponderou não existir nenhuma esperança para a humanidade caso continuássemos cruzando indivíduos de “má qualidade”, e do professor Afrânio Peixoto, que postulou que a preocupação quantitativa e

não qualitativa com o material humano estava gerando indivíduos “inferiores” destinados às cadeias, hospitais e hospícios (FELICIDADE, 1981, p. 4).

Citando novamente R. C. Calderon, o texto rotariano concluiu que se a seleção de sementes para a agricultura e a seleção de animais de raça era uma atitude sábia, “[...] praticar a Eugênia, que é a seleção da semente humana, é prova de maior inteligência, altruísmo e patriotismo” (FELICIDADE, 1981, p. 4). Verificamos que os autores mobilizados nesse texto se alinhavam à vertente radical do movimento eugenista, defensora das medidas da eugenia “negativa”, como a proibição da reprodução dos “degenerados” e a ideia de “propensão hereditária” à criminalidade. Além disso, o texto explicitou a manutenção do ideal eugênico de regeneração da humanidade em plenos anos 1980. Em contrapartida, apesar de Piza Júnior ter sido palestrante assíduo no Rotary Club de Santa Bárbara d’Oeste, unidade detentora da *Coluna do Rotary* na qual esse texto foi publicado, e sócio-fundador do Rotary Club de Piracicaba, não possuímos informações suficientes para atribuir ao esalqueano a autoria do texto. Outrossim, contrariamente ao que Piza Júnior defendeu na década de 1930, o discurso pró-eugenia rotariano não condenou a mestiçagem como “degeneração”.

Presumindo que a autoria de *Felicidade do viver social: finalidade do Rotary Clube* não seja de Piza Júnior, três questões precisam ser consideradas. Primeiro: se o professor da ESALQ não foi uma voz isolada na campanha pela consciência eugênica dentro do Rotary Club, quais seriam os demais adeptos? Segundo: qual teria sido a influência de Piza Júnior como divulgador científico nesses clubes sociais e, por conseguinte, seu papel na formação de “quadros” pró-eugenia na segunda metade do século XX? Terceiro: de que maneira os clubes sociais permaneceram como espaços de brancura, elitismo e reprodução do ideário da eugenia? O que sabemos é que mesmo após a aposentadoria compulsória, Piza Júnior continuou ativo e influente não apenas entre os frequentadores dos clubes que aclamavam suas palestras, como entre os profissionais de diversas áreas. Prova disso foi sua escolha como Engenheiro Agrônomo do ano de 1984 pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, que no *Jornal do Engenheiro Agrônomo* o definiu como um professor que “lapida consciências para a agronomia nacional” (O AGRÔNOMO, 1984, p. 3).

No dia 5 de agosto de 1987, Piza Júnior assinou o termo no qual registrou a doação de sua coleção de obras científicas à USP de Piracicaba, composta por 68 trabalhos de eventos, 78 teses, 146 separatas, 185 periódicos, 2814 livros, totalizando 3291 itens. O termo registrou que o acervo englobava áreas como Biologia, Genética, Embriologia, Fisiologia,

Entomologia, Zoologia, Filosofia, Religião, História, Filologia, Literatura, Ficção Científica, dicionários gerais e enciclopédias (PIZA JÚNIOR, 1987b) sem qualquer menção às dezenas de obras sobre o tema da eugenia, incluindo livros raros de Renato Kehl, em sua maioria com dedicatórias afetuosas ao amigo esalqueano e companheiro da cruzada eugênica no Brasil. Proposital ou não, essa omissão que também se fez presente na nota de falecimento de Octavio Domingues (1972) se repetiu nos três textos publicados *Revista de Agricultura* em virtude da morte de Piza Júnior em 1988.

Frederico Pimentel Gomes (1921-2004)⁴¹ (1988) confirmou a dedicação de Piza Júnior à ciência mesmo após sua aposentadoria compulsória. Elogiou o conhecimento em línguas do professor, sua didática, sua relação de respeito e amizade com seus alunos, mas também o estilo “polêmico”, “agressivo” e os posicionamentos “heterodoxos” que incomodavam as sessões da Sociedade Brasileira de Genética e que lhe renderam a denegação de um artigo inédito. No texto *Lembrando mestre Piza*, Eurípedes Malavolta (1926-2008)⁴², afirmou ter conhecido Piza Júnior em 1945 no vestibular para a Escola Agrícola, e se considerou como um discípulo do professor, apesar de seu temperamento “briguento”. Dentre o legado de Piza Júnior, ressaltou seus ensinamentos sobre como produzir ciência com poucos recursos (MALAVOLTA, 1988).

No texto *In memoriam ao Dr. Piza*, Luiz Gonzaga (Engelberg) Lordello (1926-2002)⁴³, sucessor de Piza Júnior no departamento de Zoologia após a sua aposentadoria, informou a morte do professor ocorrida na madrugada do dia 22 de janeiro de 1988. Lordello (1988, p. 5) considerou o professor como um amante da Ciência, do Ensino e da Pátria, e ponderou que “Toda a atividade científica do Prof. Piza se desenvolveu sob as luzes evolucionistas”. Afirmou, ainda, que Piza Júnior frequentemente era visto na cidade em direção ao *Jornal de Piracicaba* para entregar seus artigos destinados à imprensa leiga, mesmo sofrendo com problemas de vista, que exigiam a utilização de uma forte lente para continuar estudando em seus últimos anos de vida (LORDELLO, 1988). Essa questão já havia sido mencionada quatro anos antes nas páginas do *Jornal do Engenheiro Agrônomo*, que afirmou que o professor

⁴¹ Graduado em engenharia agrônoma e livre-docente pela ESALQ, foi professor aposentado da instituição, diretor da *Revista de Agricultura*, diretor da Escola de Engenharia de Piracicaba e reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (cf. DEMÉTRIO, 2002).

⁴² Ex-diretor da ESALQ, primeiro pró-reitor da USP (1970) e responsável pela implementação dos primeiros programas de mestrado (1964) e doutorado (1970) na ESALQ (cf. EX-DIRETOR, 2008).

⁴³ Graduado em engenharia agrônoma, doutor e livre-docente pela ESALQ, foi professor e chefe do Departamento de Zoologia da instituição, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, nematologista no Instituto Agrônomo de Campinas e primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Nematologia (MONTEIRO; BERTI FILHO, 2002).

seguia escrevendo sobre filosofia no *Jornal de Piracicaba* a despeito de seu problema de vista (O AGRÔNOMO, 1984).

Destacamos duas informações publicadas na homenagem de Lordello (1987): a dedicação de Piza Júnior à divulgação científica entre o público leigo e a sua longa trajetória no evolucionismo. Ambas nos ajudam a elucidar possíveis rupturas e permanências na campanha do professor pela formação da consciência eugênica através de palestras, cursos e artigos publicados em jornais regionais. Encontramos no acervo de Piza Júnior um recorte de seu último texto publicado no *Jornal de Piracicaba*. Intitulado *Cogito, ergo sum*, o artigo é datado em 6 de outubro de 1987, pouco mais de três meses antes de seu falecimento em 22 de janeiro de 1988. Pela data, acreditamos que este artigo tenha sido sua última publicação, a qual consideramos como a mais filosófica do professor da ESALQ dentre as que analisamos ao longo desta tese.

Partindo do *cogito* cartesiano, Piza Júnior (1987) postulou que o homem foi o animal que mais e melhor desenvolveu a faculdade do pensar. Outros animais também pensavam, mas o homem já comprovou a partir de seus feitos a sua superioridade enquanto espécie detentora da razão. O professor afirmou que nem mesmo os antepassados do homem, como o Pitecantropo, seriam capazes de pensar como o homem moderno. O Pitecantropo teria originado, segundo Piza Júnior (1987), diferentes “tipos étnicos” que povoaram as regiões do planeta e deram origem às diferentes “raças humanas”. Dentre os homens mais “civilizados”, Piza Júnior (1987) considerou existir um grupo seleta com inteligência acima do “normal”, capaz de filosofar sobre as origens do mundo e a relação entre os seres que o povoam. Nesse processo intelectual, a mente humana criou Deus, considerado pelo professor como a suprema criação da mente universal. Assim, associando elementos da teologia cristã ao evolucionismo, tal qual fizera em sua resenha sobre o livro *Evolução* na *Revista de Agricultura* (1959-1960) e em seu Curso de Evolução (1961), Piza Júnior (1987) encerrou sua vasta produção científica iniciada na década de 1920.

As publicações tardias de Piza Júnior nos permitem constatar que suas ações como divulgador científico se estenderam das décadas de 1940 a 1980, contexto em que renunciou à defesa pública da eugenia e reorientou sua prática a partir da vulgarização do evolucionismo darwinista, manifestamente inspirado em Haeckel. Se no início deste capítulo afirmamos não ser factível delinear um quadro monolítico sobre os fundamentos epistemológicos de um intelectual com uma obra profusa, multitemática e que dialogou com os referenciais

específicos de cada campo, os documentos analisados evidenciam que a extensa produção do esalqueano foi alicerçada sobre uma base eminentemente mendeliana, darwinista e haeckeliana. Por conseguinte, os três quadros emoldurados expostos na parede de sua biblioteca, mais do que meros ornamentos, constituem um indicativo do sustentáculo teórico no qual o professor da ESALQ organizou a sua produção científica no transcorrer do século XX.

Os documentos analisados nos permitem concluir que, na segunda metade do século XX, Piza Júnior se manteve relevante no meio intelectual brasileiro, a despeito de sua marginalização no campo da genética. Confirmaram ainda a reconfiguração da eugenia no contexto pós-1945, tal qual apontado por Stepan (2014) e discutido por Carvalho e Souza (2017). Entretanto, nossa pesquisa documental nos possibilitou identificar apenas vestígios ou “ecos” da eugenia na longa trajetória intelectual de Piza Júnior, redefinida a partir da posição de divulgador do evolucionismo entre o público leigo. Se por um lado a reconfiguração liberal e “humanista” da ciência do melhoramento racial não culminou no desaparecimento das práticas autoritárias, misóginas, elitistas e racistas da eugenia na sociedade brasileira após a Segunda Guerra Mundial, por outro, mais estudos serão necessários para identificar e confirmar permanências mais significativas na vasta obra do professor da ESALQ. Esperamos, por fim, que nossa pesquisa se configure como um convite a novas investigações sobre o tema.

Capítulo 5. “Que fiquem analfabetos”: a educação para a consciência eugênica em Octavio Domingues

*Vitor nasceu no Jardim das Margaridas
Erva daninha, nunca teve primavera.*
Sérgio Vaz (2021)

5.1. A educação para a consciência eugênica de Domingues no *Boletim de Eugenia* (1929-1932)

Enquanto Kehl (1935) e Piza Júnior (1933a; 1938) reproduziram em seus livros e artigos um posicionamento abertamente racista, crítico à “hibridização” e defensor de raças “puras”, Octavio Domingues (1929a; 1936b; 1942) se aproximou da eugenia mendeliana do antropólogo Edgar Roquette-Pinto, não considerando a miscigenação como um fator “degenerativo”. Todavia, considerar a eugenia de Domingues como “moderada” ou “branda” é uma leitura problemática, uma vez que o professor esalqueano também defendeu posicionamentos radicais alinhados à eugenia negativa, como a proibição da reprodução de indivíduos portadores de doenças degenerativas e a esterilização compulsória, conforme discutiremos ao longo deste quinto capítulo.

Essa diversidade de ideias presentes entre Kehl, Piza Júnior e Domingues reforça a importância da pesquisa documental crítica e comparativa sobre seus textos que empreendemos ao longo desta tese, permitindo a elucidação dos consensos, dissensos, bem como os mecanismos criados por cada um desses intelectuais na fundamentação das bases epistemológicas da educação para a consciência eugênica. Isto posto, iniciaremos este capítulo investigando as publicações de Domingues no *Boletim de Eugenia*, passando posteriormente para a sua trilogia de livros sobre o tema publicados entre 1929 e 1942 e, por fim, suas publicações na *Revista de Agricultura* e correspondências localizadas no Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

Habib (2010) denotou que o primeiro contato estabelecido por carta entre Renato Kehl e Octavio Domingues ocorreu no dia 19 de julho de 1929. Conforme Habib (2010, p. 285), “Esse foi início de uma relação de trocas não apenas de livros e artigos, agradecimentos e respeito, mas também, o início de trocas acadêmicas e ideológicas baseadas na eugenia e tendo como objetivo principal a ‘melhoria física e moral da população brasileira’”. A partir desse momento, Domingues passou a receber exemplares do *Boletim de Eugenia* e enviar a Renato Kehl informações sobre suas palestras realizadas em Piracicaba e textos para serem publicados no periódico dirigido por Kehl, o que ocorreu na edição de janeiro de 1930

(HABIB, 2010), conforme veremos adiante.

Octavio Domingues nasceu em Xapuri – AC no ano de 1897, se formou como engenheiro agrônomo pela ESALQ em 1917 com pós-graduação nos Estados Unidos da América. Voltou para o Acre para trabalhar na Divisão de Fomento do Ministério da Agricultura, lecionou na Escola de Agronomia da Amazônia e em 1918 se tornou o primeiro professor de Zootecnia da Escola Superior de Agricultura do Pará. Retornou à ESALQ em 1924 na posição de ajudante da 5ª cátedra (Zootecnia General, Zootecnia Especial, Exterior e Raças, Bromatologia Animal, Laticínios, Noções de Higiene e Veterinaria), sob supervisão do professor Nicolau Athanassof. Em 1925, substituiu Odilon Ribeiro Nogueira como professor auxiliar, compondo também o quadro docente na Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Piracicaba. Pioneiro no ensino de genética no Brasil ao lado de Carlos Teixeira Mendes, lecionou no interior paulista até 1935, quando se transferiu para o Rio de Janeiro para trabalhar como professor catedrático na Escola Nacional de Agronomia, atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde ficou até a sua aposentadoria (HABIB, 2010; PRÊMIO, 2018; CONFERENCIA, 1929).

Segundo Habib (2010, pp. 33-34), Domingues “[...] entendia a zootecnia como uma ciência aplicada da genética e, sem fazer debates extensos sobre a teoria, procurou aplicar as Leis de Mendel para o melhoramento do rebanho nacional”. Em comparação a Piza Júnior, seus textos eram mais simples e diretos, e sua abordagem científica mais “combativa”, discutindo questões políticas e sociais. Ao longo deste capítulo, demonstraremos que o professor foi um nome de destaque no campo da Educação, tendo publicado em coleções especializadas, e sendo considerado como referência na área por intelectuais renomados como Manuel Lourenço Filho, educador e pioneiro da Escola Nova, conforme apresentado no capítulo 2. Ao contrário dos quase cinquenta anos em que Piza Júnior trabalhou na ESALQ, Domingues ficou pouco tempo em Piracicaba devido à opção pela instituição carioca na década de 1930. Assim como Habib (2010), não encontramos nenhum arquivo pessoal ou institucional sobre o professor, o que nos leva a concentrar nossa análise em sua produção acadêmica e correspondências encontradas no Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

A primeira menção a Octavio Domingues no *Boletim de Eugenia* ocorreu ainda no ano de 1929, no texto *A eugenia no Brasil* publicado por Renato Kehl na edição de novembro. Ao relatar o crescimento exponencial do movimento no Brasil, Kehl (1929n, p. 1) ponderou que, em Piracicaba, o professor Domingues realizaria uma conferência sobre eugenia “[...] perante uma assistencia numerosa, constituída na sua maioria de estudantes das Escolas de Agricultura, de Pharmacia, de Odontologia e Normal dessa progressista cidade”. Ao definir

Piracicaba como uma cidade “progressista”, Kehl (1929n) explicitou sua compreensão de eugenia como sinônimo de modernidade e progresso científico, além de registrar nas páginas de seu periódico a adesão de um professor de uma das principais faculdades do país à campanha eugênica.

Novas informações sobre essa conferência foram expostas no texto *Conferencia sobre a eugenia, pelo Prof. Domingues*, publicado na edição de dezembro de 1929. De acordo com Kehl (1929o), o evento ocorreu no dia 22 de outubro na ESALQ, tendo como público-alvo os estudantes das Escolas de Agricultura, de Pharmacia, de Odontologia e Normal. Os principais tópicos da conferência foram: eugenia e agronomia; história das ideias eugênicas na humanidade; Galton, “o pae espiritual da Eugenia”; Renato Kehl e a eugenia no Brasil; fundamentos da eugenia; eugenia e catolicismo e eugenia e materialismo” (KEHL, 1929o, p. 5). Na edição de abril de 1931, o texto sem autoria intitulado *Eugenics in Brazil* informou aos leitores anglófonos que o movimento eugenista brasileiro, nascido em São Paulo, era promissor e já havia ganhado espaço entre as classes “cultivadas” do país. A nota citou as conferências sobre eugenia proferidas por Domingues em Piracicaba, considerada como uma das cidades mais importantes do Estado de São Paulo (EUGENICS, 1931).

O diagnóstico que denunciava a ausência de uma intelectualidade esclarecida no Brasil foi apresentado por Octavio Domingues (1930c, p. 2) no texto *Os programmas de ensino e a genetica*, publicado em janeiro de 1930, constituindo a primeira contribuição do geneticista para o *Boletim de Eugenia*. Nesse artigo, o professor da ESALQ afirmou que não era possível disseminar a eugenia e convencer a população das vantagens da aplicação das medidas regeneradoras em uma sociedade cuja maioria dos membros sequer conhecia as bases científicas da hereditariedade. Para fazer frente a essa situação, propôs a obrigatoriedade do ensino de genética em todos os níveis da educação, estratégia considerada fundamental para a vulgarização da ciência do melhoramento racial. Seria essa, segundo Domingues (1930c, pp. 2-3), a única forma de “[...] tirar da nossa população essas credices, verdadeiros dogmas que a tradição oral conserva e solidifica”. Para isso, o primeiro passo seria desenvolver a consciência eugênica entre a elite intelectual do país, elevando seu nível e a tornando mais receptiva às ideias fundamentais da eugenia (DOMINGUES, 1930c).

O texto denunciou que Domingues não compartilhava apenas a noção de Esclarecimento, como também a concepção de educação eugênica de Galton (1909) e Kehl (1933c; 1935) que, mesmo ambígua - hora significando instrução formal (*stricto sensu*), hora significando formação de consciência (*lato sensu*) –, não se reduzia apenas ao seu sentido

restrito, mas constituía o elemento fundamental para a disseminação do “matrimônio consciente”. Conforme apresentaremos no decorrer deste capítulo, Domingues não compartilhou do posicionamento racista de Kehl e Piza Júnior, que consideravam a mestiçagem como um sinônimo de “degeneração” (KEHL, 1933c; 1935) e uma união interespecífica e “repugnante” (PIZA JÚNIOR, 1933a). Entretanto, os textos publicados no *Boletim de Eugenia* demonstram que os três diretores do periódico concordavam quanto ao papel da consciência eugênica no processo de melhoramento da raça.

Publicado na edição de abril de 1930, o artigo *O meio revela...* denotou preocupação do esalqueano em demarcar o campo da eugenia na genética mendeliana e criticar a vertente neolamarckista. Essa questão foi recorrente nas obras de Domingues e configura um dos grandes pontos de convergência entre o professor da ESALQ e Renato Kehl. De forma didática, Domingues (1930b) explicou que o meio apenas *revelava*, mas não *criava*: revelava o que existia no genótipo humano, mas não era capaz de criar ou alterar a constituição biológica dos seres vivos. Defendendo a genética como fundamento da eugenia, Domingues (1930b, p. 1) sugeriu o estudo do problema a partir de um “[...] espírito inteligente e philosophico, com uma compreensão não apenas superficial dos phenomenos naturaes”.

Em abril de 1930, Domingues publicou *Transmissão congênita da tuberculose*, trecho extraído de seu livro *A hereditariedade em face da educação*. No texto, Domingues (1930e) afirmou que a tuberculose ou “peste branca” não era uma doença hereditária, mas sim congênita. A lógica “mais Mendel, menos Lamarck” ficou explícita no decorrer do artigo, no qual o autor ponderou que, à luz da genética, a interpretação de Jean Baptiste (Pierre Antoine de Monet) Lamarck (1744-1829) era extremamente simplista e destoante dos fenômenos hereditários da ciência de Gregor Mendel. O texto denotou o estilo de escrita do professor Domingues, com uma linguagem clara, mais embasada na genética em comparação à Kehl, mas com uma abertura maior à literatura. Do mesmo modo, seu estilo didático voltado para a vulgarização de uma ciência complexa era menos “duro” se comparado aos textos técnicos de Piza Júnior.

Os ataques de Domingues ao neolamarckismo e a defesa da genética mendeliana como base epistemológica da eugenia se repetiram em diversos textos no *Boletim de Eugenia*. Publicado em junho de 1930, o artigo *Saúde, Hygiene e Eugenia* foi extraído de uma palestra proferida na Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Piracicaba, denotando o engajamento do professor na formação da consciência eugênica entre os estudantes de outra instituição de

ensino superior piracicabana, extrapolando os muros da ESALQ. Domingues (1930d) atribuiu o número elevado de “parasitas sociais” – definidas pelo professor como pessoas “inferiores” que não produziam nada e só geravam custos ao Estado - à falta de saúde física, moral e intelectual. Essa “seleção regressiva” que permitia a reprodução desse “peso-morto” era, segundo Domingues (1930d), um processo em voga e uma das maiores ameaças à humanidade.

Domingues (1930d) considerou que a higiene era fundamental para tornar os indivíduos mais saudáveis; todavia, essas conquistas eram efêmeras, pois os caracteres adquiridos não eram hereditários. O professor explicou que o homem não transmitia sexualmente o que lhe foi conquistado pela higiene, mas sim aquilo que lhe foi transmitido hereditariamente. Domingues (1930d) associou a seleção natural de Darwin às Leis de Licurgo, considerando que a seleção natural eliminava os seres “fracos” e “inferiores” e permitia que os “fortes” e “bem-adaptados” prosperassem e se multiplicassem. Os homens realizavam uma “seleção às avessas”, permitindo, por meio dos avanços da ciência e da higiene, a multiplicação dos indivíduos “mediócras” e barrando o processo da seleção natural. Seu argumento, como podemos observar, era muito semelhante à ideia radical de filantropia contra-seletiva de Kehl (1933c; 1935). Contudo, se antecipando às críticas, Domingues (1930d) ressaltou que não era contra a higiene. Pelo contrário: considerava-a como uma ação humana por defender a vida de todos independentemente de sua constituição biológica.

Para Domingues (1930d), a eugenia consistia em um trabalho de aperfeiçoamento humano, visando o melhoramento físico, intelectual e moral, e a multiplicação de humanos sadios de corpo e alma. Como era comum entre os intelectuais do movimento eugenista, o professor diferenciou a eugenia “positiva” e a eugenia “negativa”. A “positiva” envolvia o incentivo à reprodução entre indivíduos belos e sadios, geneticamente “bem-dotados”, livres de doenças hereditárias e “taras” sexualmente transmissíveis. Afirmou, entretanto, que essa escolha deveria ser racionalmente orientada a partir de recomendações para uniões “eugenicamente” bem constituídas. Citando Kehl, Domingues (1930d) afirmou que além propagar o otimismo, a propaganda eugênica também deveria incentivar a uma reprodução mais intensa por parte dos “melhores” indivíduos, visando a maior fecundidade entre os elementos “normais”, ou seja, livre de “degenerações” (DOMINGUES, 1930d). Esse seria o esboço da concepção dominguesiana de educação para a consciência eugênica, aprofundada e ampliada na sua trilogia de livros.

De acordo com Domingues (1930d, p. 4), o homem bem-educado se absteria de se reproduzir em prol da humanidade. Por isso, a eugenia deveria ser disseminada em todos os níveis do ensino, visando a proibição do matrimônio dos portadores de “taras” hereditárias. O professor citou as pesquisas de Kehl sobre a Alemanha, lamentando a existência de 30 mil “loucos” e 300 mil “débeis mentais” se reproduzindo livremente, gerando e multiplicando “infelizes tarados e degenerados”. Seu artigo foi encerrado de forma “poética”, associando a preocupação eugênica para com as gerações porvindouras a um homem idoso semeando e cultivando uma pequena planta. Mesmo sabendo que não veria a árvore crescer, o homem possuía a consciência de sua importância no futuro: “Não o planto para mim, bem sei. Planto-o porque me lembro de que a sombra a que me acolhi muitas vezes foi de arvores que outros plantaram antes de mim, sem me conhecerem” (DOMINGUES, 1930d, p. 5) (ver anexo B).

Na edição de janeiro de 1931, foi publicado o texto *Da eugenia*, assinado pelo naturalista francês Henry Crosnier de Varigny (1855-1934), com tradução e comentários críticos de Octavio Domingues. Traçando um paralelo entre plantas e animais, como batatas e galinhas, Varigny (1931) defendeu a existência de raças “superiores” que já eram comprovadamente melhoradas em diversos aspectos, e que essa mesma lógica poderia ser aplicada ao homem visando melhorar tanto a sua saúde quanto o seu intelecto. Afirmou que os eugenistas não objetivavam produzir uma raça de “super-homens”, e que a humanidade não era um haras no qual os especialistas preconizavam certas uniões e condenavam outras. Para Varigny (1931), o mais importante para a eugenia era saber o que se deseja e, mais ainda, o que *não* se deseja. Em uma defesa aberta à eugenia “negativa”, o naturalista francês afirmou que “certos tipos” de humanos não deveriam ser autorizados a se reproduzir por gerar proles “decaídas”, indivíduos “mal-nascidos”, “tarados”, deficientes físicos e mentais.

Varigny (1931) afirmou que a eugenia não almejava a criação de “super-homens” porque isso seria radical demais, mas que era aceitável e desejável saber que “tipos” de indivíduos não deveriam nascer. Para exemplificar sua tese, o autor descreveu as categorias “inferiores” de seres humanos, também chamadas de “resíduos humanos”, que eram, segundo o naturalista, diversas e numerosas. Os “alienados” não deveriam ser autorizados a se casarem. O mesmo valia para os epiléticos, mesmo existindo alguns gênios deste “tipo”. No caso dos tuberculosos, seus descendentes poderiam ser sãos, mas seu lar era insalubre por possuir bacilos, sendo, portanto, um local de propagação de um “mal” que deveria ser evitado para o bem da sociedade (VARIGNY, 1931).

Varigny (1931) definiu como “fracos de espírito” os “débeis mentais”, “imbecis” ou “idiotas”, que também deveriam ser impedidos de se reproduzir. Para o autor, o “gérmen” do “idiota” era resistente e hereditário, o que poderia ser notado no rendimento escolar das crianças. O naturalista afirmou que não se poderia eliminá-los, mas era possível impedir a sua formação biológica evitando o nascimento. Com relação aos criminosos, Varigny (1931) postulou que um criminoso poderia ter um filho não-delinquente, “[...] mas seu crime pôde ter sido commettido por via da sua herança biologica”. Citando Leonard Darwin, o naturalista afirmou que “[...] o filho de um criminoso tem dez vezes mais de probabilidades de ser um delinquente que um filho de uma pessoa honesta”, lógica que escapava ao alcance da educação. Por esse motivo, os criminosos deveriam ser proibidos de se reproduzir por oferecerem às crianças um ambiente propício à criminalidade (VARIGNY, 1931, p. 2).

Os “resíduos sociais” físicos e psíquicos também deveriam ser impedidos de se reproduzir pois colocavam em xeque a segurança da sociedade e levavam ao “abastardamento” da raça. Além do argumento biológico, a questão econômica também foi evocada por Varigny (1931, p. 2) através da expressão “Who pays the bills?” de Leonard Darwin, afirmando que esses tipos “degenerados” custavam muito caro ao Estado. Retomando o argumento inicial, o naturalista postulou que não era possível criar um “super-homem”, mas era possível e desejável abolir as causas da “degeneração”, a dizer, a disseminação das linhagens “inferiores”. Varigny (1931) ressaltou que, nesses casos, a educação era “insuficiente” para mitigar o verdadeiro problema, qual seja, a má hereditariedade.

Mesclando o preconceito de classe com o preconceito racial, o naturalista considerou, em perspectiva semelhante a Kehl (1933c; 1935), que a filantropia era contra-seletiva, pois as classes baixas eram mais férteis, mas possuíam “menos qualidade” biológica. Os pobres, para Varigny (1931), se multiplicavam em quantidade, mas não em qualidade, ao contrário das classes altas, que se reproduziam pouco, mas com “mais qualidade”. Para o autor, nos locais onde a educação era pouca, surgiam poucos “gênios” e muitos “mediócre”, e era justamente nesses locais onde a sociedade futura era recrutada. Frente a esse problema social latente, Varigny (1931) considerou que a propaganda e a persuasão seriam insuficientes, defendendo as 5 mil esterilizações aplicadas no Estado da Califórnia entre os anos de 1908 e 1926, e ressaltando que “[...] em nenhum caso parece ter a operação prejudicado a saude do operado, houve casos mesmo em que ella foi favoravel” (VARIGNY, 1931, p. 3).

Considerando os “resíduos humanos” como “[...] inuteis, embaraçosos, onerosos e nocivos” à sociedade, Varigny (1931, p. 3) pontuou: “É o que se lhes pede apenas, não se perpetuarem”. O autor concluiu afirmando que sua preocupação era a defesa da civilização frente a “degradação” progressiva, propondo, para tanto, a redução dos “typos inferiores” impedindo-os de se propagarem (VARIGNY, 1931). A seleção, tradução e adaptação do texto por Domingues nos oferece indícios de sua concepção acerca da eugenia e do papel primordial da educação na formação da consciência eugênica em um mundo no qual os “resíduos humanos” sucessivamente mais prolíficos. Tal posicionamento também esteve presente nos textos de sua autoria, como veremos adiante. Ademais, o artigo foi acompanhado de notas e comentários críticos fundamentais para compreendermos de forma mais aprofundada o entendimento dominguesiano sobre o tema.

Domingues (1931a) acrescentou notas explicativas ao texto de Varigny (1931), oferecendo ao leitor uma densa explicação embasada na genética mendeliana, aprofundando o caráter científico do *Boletim de Eugenia*. Suas notas foram críticas e técnicas, mas didáticas, estilo que lhe era característico. O professor esalqueano chegou a contrariar o naturalista francês em diversos momentos, apresentando fontes e demonstrando as atualizações na literatura no campo das ciências biológicas que refutavam suas afirmações. Na nota nº 2, por exemplo, Domingues (1931a) afirmou que a tuberculose era cientificamente comprovada como uma doença congênita (infecção intrauterina do feto), e não hereditária. Na nota nº 6, o professor afirmou que, ao contrário do que ponderou Varigny (1931), a hereditariedade dos caracteres adquiridos não era “fraca”, mas sim “inexistente”, postulando que os biólogos eram autoridades no assunto e citando o professor Herman Lundborg como referência na área (DOMINGUES, 1931a).

A passagem mais significativa para a compreensão do posicionamento radical de Domingues foi a nota nº 4, na qual o professor definiu as 5 mil esterilizações realizadas na Califórnia como “realizações magníficas” (DOMINGUES, 1931a, p. 5). Esse ponto explicitou que, mesmo não sendo adepto ao racismo científico de Kehl (1933c; 1935) e Piza Júnior (1933a), Domingues estava longe de ser um eugenista “brando” ou “moderado”, defendendo de forma aberta as medidas mais radicais da eugenia “negativa”. Suas notas se encerraram com a sua usual crítica ao neolamarckismo em defesa da genética mendeliana como base epistemológica da eugenia, e com a defesa da ciência do melhoramento racial como uma ciência que visava a normalidade, e não a criação de “super-homens”: “O que a Eugenia

promette é a multiplicação de homens sadios de corpo, sadios de espirito em multidão, nem debeis mentais, nem tambem só genios” (DOMINGUES, 1931a, p. 5).

No artigo *Poderemos ser melhores?* publicado em fevereiro de 1931, Domingues (1931b, p. 1) defendeu a eugenia “negativa”, citando Julio Dantas: “Reconheço ao amor o direito esplendido de perpetuar a força, a beleza e a inteligencia, mas não lhe reconheço o direito funesto de gerar deliberadamente a miséria, o aleijão, a dor”. O trecho nos remete à tese de Horkheimer (1941) em *The end of reason*, segundo a qual a eugenia, ao reduzir as relações sexuais à biologia, era uma ciência manipuladora que negava a liberdade e o amor. Citando o filósofo e pedagogo estadunidense John Dewey, Domingues (1931b) considerou que as duas falhas da sociedade moderna eram a concepção biológica da criança e os erros na educação, postulando que a construção de uma sociedade melhor passaria necessariamente por essas duas frentes. Conforme veremos na análise sobre os livros publicados por Domingues (1929a; 1936b; 1942), o professor relegava a educação a um patamar superior na campanha eugênica, dedicando uma parcela considerável de seus estudos a esse campo em específico.

Aproximando eugenia e educação, Domingues (1931b) postulou a importância tanto do estudo da hereditariedade, quanto da educação como adaptação social, tomando como base a Sociologia da Educação de Émile Durkheim. O professor reiterou que existia uma má compreensão da eugenia, alegando que sua finalidade não era transformar a humanidade em “super-homens”, um ideal o qual considerava distorcido, inalcançável e prejudicial. O progresso, segundo Domingues (1931b) consistia na “moderação” e na “normalização”, não na exacerbação do “super-homem” ou do “sub-homem”. Entre esses dois extremos, ponderou Domingues (1931b, p. 1), a eugenia buscava justamente a média:

A humanidade para ser feliz não precisa de super-homens. Precisa, ou melhor, carece de homens normaes, equilibrados physica, intellectual e moralmente. [...] O fim da humanidade não é correr acceleradamente atraz do progresso. Si este fosse mais lento e mais equilibrado, a humanidade hoje talvez usufruisse um bem-estar de que ella está longe de alcançar pelo caminho que vae. Super-homens, de um lado, e sub-homens do outro, só provocaram o desequilibrio funesto em que vivemos: excesso de conquistas materiaes, miseria de conquistas moraes. Nada de super-homens. Homens normaes é o que precisa a humanidade para viver melhor. Esse o objetivo da Eugenia. Objectivo sensato, modesto e realizavel.

O texto mais radical do professor esalqueano foi publicado na edição de junho de 1931 do *Boletim de Eugenia*, no qual Domingues (1931c) assinou como professor e membro da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Intitulado *Birth-Control, esterilização e pena de*

morte, o esalqueano considerou a pena de morte dos “tarados mentais” como uma demonstração do “instinto conservação” do homem. Todavia, ponderou que a pena de morte não era uma medida eugênica, ao contrário do *birth control* e da esterilização (DOMINGUES, 1931c).

Domingues (1931c) afirmou que as três medidas que davam título ao artigo poderiam contribuir para a “desanimalização” do homem e para preparar melhor a humanidade para a vida “civilizada”. Ou seja, para o professor, o processo inconcluso de civilização ainda deixava a humanidade mais próxima ao animal do que ao homem. Nem a filosofia, nem a religião, e nem ciência teriam impedido, conforme Domingues (1931c, p. 4), o despertar da “maldade”, “[...] coberta por uma capa de puritanismo, moralidade, espírito caridoso” que os homens modernos vestiam ao sair à rua. Como possibilidade de mitigação do problema, o esalqueano discorreu sobre a natureza, os limites e a viabilidade de cada uma das três medidas, bem como as aproximações e distanciamentos dessas medidas com as bases epistemológicas da eugenia (DOMINGUES, 1931c).

O *birth control* consistia na regulação do nascimento para evitar o foco de famílias numerosas, sem condições de subsistência e sem acesso à educação. Compartilhando do preconceito de classe de Kehl (1933c; 1935), Domingues (1931c) considerou os pobres e miseráveis como “peso morto” para a sociedade, alegando que a origem do problema era a falta de controle reprodutivo. O texto denotou que, na razão eugênica dominguesiana, o problema da pobreza era reduzido à falta de consciência eugênica dos indivíduos, desvinculado das desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista. A esterilização obrigatória deveria ser aplicada aos “delinquentes” e “tarados mentais”, enquanto a esterilização não-compulsória era indicada aos portadores de “taras” hereditárias. Para Domingues (1931c, p. 4), a esterilização eugênica poderia diminuir os “[...] criminosos natos, da casta dos tarados mentaes, da casta dos transmissores das más heranças e dos males fataes que o homem recebe do berço e dissemina por outros berços indefinidamente”.

Ao considerar a pena de morte dos “tarados mentais” como uma demonstração do “instinto conservação” do homem, Domingues (1931c) explicitou a lógica regressiva do Esclarecimento, que em sua forma burguesa e positivista confundiu liberdade com autoconservação (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), e transformou a razão em um instrumento embrutecido em nome da autopreservação (HORKHEIMER, 2015). Contudo, na sequência de seu texto, Domingues (1931c, p. 4) afirmou que, apesar de ser “desejável” por

proporcionar o extermínio imediato dos “agentes de perturbação da vida social” e a extinção dos disseminadores do “mal hereditário”, a pena de morte não era uma medida eugênica e nem “humanista”, ao contrário do *birth control* e da esterilização.

O “humanismo” dessas medidas foi apresentado por Domingues (1931c) nos parágrafos subsequentes. Para o professor, o *birth control* possibilitava a diminuição da pobreza, enquanto a esterilização evitava a disseminação das “taras” hereditárias. Eugenizar era, na razão eugênica dominguesiana, viabilizar a humanização do homem “civilizado” por intermédio do melhoramento biológico de uma raça sofredora. Domingues (1931c) concluiu seu artigo afirmando que o “bom-senso” e a “razão” apontavam para a defesa do *birth control* e da esterilização, mas rechaçavam a pena de morte. Não permitir a concepção de um “tarado” seria, de acordo com Domingues (1931c), um ato mais “humano” do que matar aquele que nasceu assim, sem o direito de escolha e sem o poder de alterar sua própria natureza.

No artigo *Em torno dos problemas eugênicos*, publicado na edição de setembro de 1931, o *Boletim de Eugenia* reproduziu um texto de Domingues (1931d) publicado no jornal paulistano *Folha da Manhã* no dia 14 de agosto de 1931. O artigo foi assinado como professor de Genética e Zootecnia da Escola Agrícola Superior de Piracicaba, membro efetivo da CCBE e, desde então, membro da American Genetic Association nos Estados Unidos da América. Demonstrando a centralidade do campo da Educação e da pesquisa científica em sua razão eugênica, Domingues (1931d, pp. 2-3) afirmou que o primeiro objetivo da CCBE era “[...] manter no paiz o interesse pelo estudo das questões de hereditariedade e eugenia”, ampliando a divulgação para a aceitação social e aprofundando as pesquisas sobre a ciência de Galton, de modo que aquilo que já era aplicado a animais e plantas pudesse ser aplicado à humanidade (DOMINGUES, 1931d, p. 3).

Domingues (1931d, p. 3) postulou que o melhoramento do gado era a prova da importância e do poder da genética. Assim, “[...] passar a aplicação desses conhecimentos, do mundo animal para o Homem, é medida que se impõe por si mesma”. Desse modo, ela poderia aperfeiçoar os “filhos de Adão” em seu aspecto físico, intelectual e moral. Remetendo aos conhecimentos dos antigos povos gregos e hebreus e lamentando que o progresso civilizatório não se preocupou com o melhoramento da raça, Domingues (1931d, p. 3, grifos do autor) explicitou seu apreço pelas medidas mais radicais da eugenia “negativa” frente à falta de consciência eugênica, clamando pela eliminação dos indivíduos “disgênicos” e associando essa medida à “necessária” separação entre joio e trigo:

Conhece o latim que traduz a inscrição, que se deparava na fachada do tempo de Delfos, tantas vezes repetido, mas vagamente: **Nosce te ipsum! Conhece-te a ti mesmo**, deve ser o lema do homem de hoje. Conhece-te a ti mesmo, geneticamente, pois que só se conhecendo assim, por esse modo, é que o Homem melhorará sua espécie. Os melhoramentos que êle ha operado – melhoramentos extraordinarios de ousadia, esforço e inteligencia, que constituem o que chamamos Civilização – nada fizeram pelo melhoramento intrinseco de nós mesmos. E continuamos uma mescla de imperfeições, tão admiravelmente simbolizada na historia biblica de Caim e Abel... Por que não eliminarmos Caim da geração? E por que não multiplicar apenas Abel? O lavrador só planta o trigo, e põe fóra o joio. Só nós humanos é que vivemos misturados – Joio e trigo – a nos multiplicarmos inconscientemente – na mais completa negação de inteligencia (DOMINGUES, 1931d, p. 3, grifos do autor).

Domingues (1931d, p. 3) encerrou seu texto solicitando ao jornal *Folha da Manhã* que ajudasse a fomentar entre o povo brasileiro a preocupação com os problemas eugênicos, considerando que, no Brasil, “[...] a Eugenia é tão mal compreendida e tão mal interpretada entre nós, que causa dó...”. Este foi o último texto do professor esalqueano no periódico na posição de colaborador. A partir de 1932, Domingues passou a publicar como professor da ESALQ, membro da CCBE, além de diretor e editor do *Boletim de Eugenia* em Piracicaba. Acompanhando a mudança de formato do periódico, que deixou de ser um jornal de divulgação e se tornou uma revista científica, o professor passou a aprofundar sua discussão sobre eugenia com base na genética mendeliana, mas ainda mantendo seu estilo didático visando a vulgarização da ciência do melhoramento racial no campo intelectual brasileiro.

Publicado na edição de janeiro-março de 1932, a primeira editada nas prensas do *Jornal de Piracicaba* e dirigida pelos professores esalqueanos, o texto *A eugenia e os esportes* reforçou nas páginas do periódico a demarcação do campo científico da eugenia sobre as bases da genética de Mendel. O esalqueano iniciou o texto rerepresentando o conceito de galtoniano de eugenia, ressaltando que a CCBE redigiu um comunicado à imprensa explicando que o conceito de eugenia era o mesmo estabelecido em 1904 por Karl Pearson e Francis Galton. Domingues (1932a) transcreveu os principais trechos desse comunicado, intentando esclarecer a confusão em torno do termo, que Renato Kehl acusara já nas primeiras edições do *Boletim de Eugenia*. Para Domingues (1932a, p. 6), o termo *Eugenia* deveria ser definido como “[...] o estudo dos fatores que, sob o controlo social, possam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, quer fisica, quer mentalmente”, não devendo ser confundido com educação física, plástica, educação sexual, *birth control* ou higiene.

Domingues (1932a) compartilhou do mesmo determinismo biológico que Renato Kehl e de seu posicionamento autoritário favorável à esterilização de “retardados” e “tarados mentais”, indivíduos incapazes de serem “curados” ou “regenerados” pela medicina, esportes ou educação. Ponderou que os esportes eram importantes para a manutenção da saúde, mas que eles apenas desenvolviam e não criavam as características necessárias à prática esportiva. Assim, reproduzindo a máxima kehliana “quem é bom já nasce feito” (KEHL, 1929c, p. 1), Domingues (1931a, p. 6) postulou que “o atleta já nasce feito”, definindo como “irracional” a vertente neolamarckista que ignorava que as características como o vigor e a robustez eram inatas, podendo ser manifestadas, mas nunca criadas, a partir das atividades físicas.

Domingues (1932a) esclareceu que os indivíduos que não herdaram qualidades de atletas poderiam desenvolver músculos e força física através dos esportes, mas que essas características adquiridas não seriam transmitidas à prole. Do mesmo modo, afirmou que a “regeneração” de um “tarado mental” era incapaz de garantir o melhoramento de seus descendentes. Remetendo à lei do uso e desuso de Lamarck a partir do exemplo do pescoço da girafa, Domingues (1932a) lastimou que tal explicação era “banal” e “pueril” àqueles que nasceram depois de Darwin, mas que ainda era largamente reproduzida pelos intelectuais que acreditavam que os exercícios eram capazes de levar ao melhoramento eugênico da espécie (DOMINGUES, 1932a).

Domingues (1932a) concluiu seu artigo propondo o conceito de “eutécnica”, afirmando que os esportes eram fundamentais como práticas complementares, pois o melhoramento da saúde do indivíduo contribuiria *indiretamente* (termo destacado em itálico) para a causa da eugenia. Essas medidas ajudariam a estimular externamente o indivíduo e a proporcionar um ambiente sadio para o seu pleno desenvolvimento. Todavia, o professor reforçou que era necessário manter a ponderação sobre o papel dos esportes, dados os conhecimentos da ciência sobre os fenômenos da hereditariedade. As medidas eutécnicas, concluiu Domingues (1932a, p. 7), permitiriam potencializar os bons fatores genéticos hereditários, garantindo a criação de “[...] um ambiente sadio, apropriado, para que o individuo seja bem concebido, bem nascido, bem criado, bem educado física, intelectual e moralmente”.

A edição de abril-junho de 1932 se iniciou com uma curta nota assinada por Domingues (1932b, p. 21), abaixo transcrita:

A pesar do progresso humano ininterrupto, o homem cada vez mais multiplica suas taras, suas dores, e se infelicit. Num verdadeiro trabalho de

Sísifo ele recebe a criança no mais formoso berço; põe-na a crescer no melhor dos mundos físicos; salva-a da morte quantas vezes o organismo dela tenta falir; ameniza-lhe o sofrimento, se ela sofre; multiplica sua alegria, se ela sorri; educa-a, desperta-lhe as inclinações melhores, e procura coibir todas as tendências malevolas – e, no entretanto, os manicômios infantis continuam a povoar-se, acolhendo carinhosamente as flores residuárias das heranças infelizes... (DOMINGUES, 1932b, p. 21).

O trecho, apesar de curto, muito revela sobre a concepção de Octavio Domingues, que considerava que o progresso civilizatório ininterrupto levou ao aumento quantitativo, mas não qualitativo da humanidade. Denotou, também, que o professor autointitulado “humanista” se referia às crianças “indesejáveis” como “flores residuárias das heranças infelizes”. Seu “humanismo” residia no argumento de que a eugenia, ao evitar o nascimento de crianças “inferiores”, consistia em uma medida misericordiosa capaz de encerrar a dor e o sofrimento. Ademais, a nota apontou para o estilo “poético” de Domingues (1932b) em comparação ao estilo acadêmico “técnico” de seu colega Piza Júnior ou ao estilo “direto” de Renato Kehl, que não hesitava em elogiar publicamente a política de esterilização compulsória estadunidense ou a *Rassenhygiene* do Terceiro Reich.

O estilo “poético” do professor esalqueano também pôde ser notado na primeira parte da série de artigos intitulada *Limalhas de um eugenista*, na qual Domingues (1932c) afirmou que, ao evitar a mortificação humana, a eugenia diminuía os gemidos de dor e sofrimento “neste imenso vale de lágrimas”. Se apresentando como professor e membro da Eugenics Society de Londres, o esalqueano iniciou o texto revelando as raízes esclarecidas (HORKHEIMER, 1941) de sua concepção eugênica, afirmando que a eugenia era uma “verdade biológica”, e não “uma seita religiosa qualquer” ou uma ideia fixa criada por um profeta e propagada por seus adeptos (DOMINGUES, 1932c, p. 26). Conforme vimos nos capítulos 1, 2 e 3, não era dessa forma que Renato Kehl ou o próprio Francis Galton concebiam a eugenia ao definirem-na diversas vezes como uma ciência-religião.

Habib (2010) atentou para essa importante característica na obra do professor esalqueano, que concebia *ciência* como sinônimo de *verdade*, e a genética como sinônimo do que havia de mais moderno na ciência. Por esse motivo, a genética deveria constituir o fundamento central da eugenia. Outrossim, conforme vimos nos capítulos anteriores, essa lógica dualista constituiu o elemento basilar da razão eugênica desenvolvida por Galton, Renato Kehl e Piza Júnior. A dicotomia entre “verdade científica” *versus* “não-ciência” foi amplamente empregada nos textos em que os intelectuais radicais precisaram defender a eugenia dos ataques que a consideravam como pseudociência. Apesar de não ter sido adepto

do racismo científico, Domingues também se apropriou desse mecanismo de defesa em seus trabalhos.

Domingues (1932c) afirmou que, sendo uma “verdade biológica”, a eugenia era muito mais do que um simples campo de estudo. Esse trecho denotou o esforço do professor em demarcar seu campo científico, definindo a Eugenia (grafada com “E” maiúsculo) como uma ciência autônoma, não uma mera auxiliar de outros campos como a Biologia, a Medicina ou a Antropologia. Diferenciando, assim como Kehl (1935), higiene (indivíduo) de eugenia (raça), Domingues (1932c) remeteu ao termo alemão *Rassenhygiene*, considerando-o como uma definição e demarcação adequada ao campo da eugenia. Para exemplificar, o professor postulou que os indivíduos se preocupavam com a higiene individual, mas não faziam o mesmo com a raça, descuidando das gerações futuras. Para que esse cuidado se efetivasse, Domingues (1932c) associou a eugenia à razão esclarecida, considerando necessário destruir a “grosseira muralha” que insistia em resistir à “verdade biológica”, permitindo com que ela penetrasse e esclarecesse as consciências.

Esse dualismo constituiu a base da razão eugênica dominguesiana, baseada na definição da eugenia como uma “verdade biológica” fundamentada na razão esclarecida, contraposta com a atitude “irracional”, “ignorante” e “instintiva” de resistência aos postulados galtonianos que precisava ser superada por intermédio da consciência eugênica. Domingues (1932c, p. 27) complementou afirmando que a eugenia precisava ser difundida como uma “verdade biológica incontestável”, motivo pelo qual ela não carecia de apóstolos ou deuses, mas somente de uma ampla difusão, pois dela dependeria a salvação da humanidade “decaída”. Destarte, consideramos que *Limalthas de um eugenista* compreende um dos textos mais elucidativos no que tange aos fundamentos epistemológicos da educação para a consciência eugênica na obra de Octavio Domingues.

Ao adentrar no campo da Educação, Domingues (1932c) discorreu sobre como a eugenia deveria ser ministrada na educação infantil. Para o esboço, desde as escolas primárias, as crianças deveriam ser orientadas a discernir e selecionar as “melhores” e as “piores” plantas, permitindo a iniciação aos fundamentos básicos da hereditariedade. Assim, as crianças compreenderiam desde cedo a “[...] genese das flores mais lindas, dos frutos mais doces, dos animais mais formosos e mais úteis”. Esses fundamentos deveriam ser complementados na juventude e no serviço militar através da educação sexual obrigatória e de uma educação eugênica capaz de promover o entendimento da necessidade de aplicar aos

seres humanos os mesmos conhecimentos genéticos utilizados na Agronomia e na Zootecnia (DOMINGUES, 1932c, pp. 27-28).

Outro ponto crucial do artigo de Domingues (1932c) consistiu no embate sobre eugenia no campo da Sociologia da Educação. O professor comentou que no dia 8 de maio de 1932, o periódico carioca *O Jornal* publicou uma matéria sobre o concurso para a cadeira de Sociologia Educacional da Escola Normal Pernambucana⁴⁴. Domingues (1932c) reproduziu parte da notícia do jornal e redigiu seus comentários na posição de especialista, afirmando que os argumentos proferidos por um candidato católico contra a eugenia eram baseados em pressupostos morais e religiosos e, portanto, não-científicos. Mais uma vez, o texto denotou que o dualismo razão/desrazão constituía a base epistemológica da razão eugênica dominguesiana. Vejamos a seguir o trecho replicado nas páginas do *Boletim de Eugenia* e comentado por Domingues (1932c, p. 29):

Concedida a palavra ao candidato Luiz Delgado, este iniciou a aula realizando no quadro negro oportuno esquema. Catolico pratico, falando sobre medidas preventivas contra anormais, combateu a eugenia, levado pelos dogmas da religião. Disse que considerava isso querer-se nivelar o homem aos outros animais. Como prova de que deformidades fisicas não têm relação com a inteligência, citou o caso do Aleijadinho, celebre arquiteto brasileiro. Referiu-se ainda a grande cientista patricio, cujo nome ocultou, que vive isolado da sociedade pelo seu fisico grotesco, e que apesar disso é figura notável pela sua cultura e inteligência.” Leram bem? O sr. Luiz Delgado é contra a Eugenia pelos seguintes fortes motivos: 1 - Em obediencia aos dogmas da religião. 2 - Por considerar a Eugenia um “nivelamento” do homem aos animais. 3 - Porque as deformidades fisicas não têm relação com a inteligência. Prova disso o famoso Aleijadinho, celebre artista brasileiro... Se o publico recifense, que ouviu o sr. Delgado, e o publico brasileiro, que leu essa noticia, fosse mais esclarecido a respeito dos conhecimentos eugenicicos, não estaria eu aqui, nesta coluna de jornal, a comentar umas razões tão fracas, que provam, apenas uma coisa, a ignorancia do autor no assunto sobre que discorria ... Porque, na verdade é descabimento pretender invalidar a Eugenia com razões tão mofinas.

Para sustentar sua crítica ao posicionamento anti-eugênico de Luiz Delgado, Domingues (1932c) buscou desconstruir cada um dos argumentos do candidato católico. Primeiramente, o professor afirmou existirem católicos adeptos à eugenia, citando, como em outros textos, o padre jesuíta alemão Hermann Muckermann como uma das maiores referências na ciência do melhoramento racial. Em seguida, Domingues (1932c) afirmou que a eugenia pretendia “desanimalizar” e não “animalizar” o homem, a partir da escolha matrimonial pautada pela razão esclarecida. A consciência eugênica era, segundo Domingues

⁴⁴ Instituição de ensino superior que se tornou referência no ensino de Sociologia no contexto das reformas educacionais da década de 1920, na qual lecionou Gilberto Freyre entre os anos de 1929 e 1930 (MEUCI, 2005).

(1932c, p. 30), o único meio de garantir a “desanimalização” da humanidade, evitando o comportamento “instintivo” por intermédio de uma orientação “científica” e “racional” das ações. Só assim, concluiu o Domingues (1932c), a humanidade seria capaz de se livrar da dor e do sofrimento infligidas pela “anormalidade”.

Na pequena *Nota sobre a obra Doutrinas e Fatos da Hereditariedade*, Domingues (1932d) demonstrou novamente a sua preocupação com a formação da consciência eugênica. O professor afirmou que o folheto de 16 páginas intitulado *Doutrinas e Fatos da Hereditariedade*, publicado em 1931 como separata da *Revista das Clínicas* pelo médico e membro da CCBE Ignácio da Cunha Lopes, consistia em um exemplo no campo da herodologia. Domingues (1932d, p. 47) concluiu sua nota ponderando que obras como essa seriam “[...] capazes de criar, em nosso povo, a tão ambicionada conciencia eugenica”. A mesma preocupação foi exposta no artigo *Nucleos de Eugenismo*, publicado na edição de julho-setembro de 1932 do *Boletim de Eugenia*, no qual Domingues (1932e) ponderou que a disseminação da consciência eugênica consistia na única forma de superar a ignorância, o preconceito e o analfabetismo sobre as questões biológicas que dominavam o campo intelectual brasileiro.

Para que essa disseminação se efetivasse, a CCBE planejava a criação de núcleos de eugenismo espalhados por todo território nacional, uma ação considerada por Domingues (1932e, p. 53) como “um modo inteligente e nobre de fazer patriotismo”. Esses núcleos teriam como objetivo central a subdivisão das atividades de educação e propaganda, visando a superação de um dos maiores desafios do movimento eugenista, qual seja, a grande extensão territorial brasileira. Para Domingues (1932e, p. 53), “Só assim poder-se-á fazer chegar a todos os centros culturais brasileiros uma atividade eminentemente devotada ao bem, qual seja essa do pequeno grupo de eugenistas patricios, reunidos em torno de Renato Kehl”. Para o professor, essa ação de propaganda eugênica era crucial em um país no qual o analfabetismo se prolongava da educação primária ao meio intelectual ignorante com relação aos fundamentos biológicos. Essa ignorância era o que fundamentava a resistência aos pressupostos da eugenia, considerada pelos “ignorantes” como uma seita religiosa e filosófica, e não como uma ciência racionalmente fundamentada (DOMINGUES, 1932e).

A segunda parte da série de artigos *Limilhas de um eugenista*, publicada na edição de julho-setembro de 1932, nos oferece importantes indicativos sobre a recepção da eugenia no meio político brasileiro. Domingues (1932f) enalteceu o Partido Republicano Paulista (PRP) e

o Partido Democrático de São Paulo (PD) por defenderem ideais pró-eugenia. O professor da ESALQ elogiou especificamente o item *Organização educacional* do programa do PRP que previa a “Organização de um plano geral para o desenvolvimento da eugenia no Brasil”, e o item *Exame pré-nupcial* incluído no subtítulo *Higiene social* do programa do PD. Após apresentar os trechos dos programas partidários, Domingues (1932f, p. 67) afirmou que apesar de não mais se discutir a excelência da eugenia, se fazia urgente a ação do poder público em sua implementação através das “[...] varias esferas em que este se põe em contacto direto com a massa da população”. O professor reiterou o elogio ao programa do PRP, mas alertou para que essa medida não ficasse apenas no papel:

Como uma recomendação, num ante-projeto de programa político, o que se depara no P.R.P. está muito bem. Precisamos, está visto, de uma organização eugenica na altura dos nossos foros de país civilizado. O modo de ser e da atividade dessa organização, propriamente, são questões a discutir no elaborar um projeto de lei, e no pôr em pratica essa lei. Isso nos satisfaz, pois tal já representa uma conquista magnífica no campo da nossa atividade. E, vou ser franco, foi quasi uma surpresa nos arraiais eugenicicos... Resta, porém, que o partido político, que teve a visão larga de adotar esses ideais, de embuti-los no seu programa de trabalho, não se satisfaça só com essa atitude inegavelmente simpatica, mas que da palavra passe ao terreno da construção (DOMINGUES, 1932f, pp. 67-68).

Domingues (1932f), no entanto, apresentou uma leitura pouco entusiasmada sobre o exame pré-nupcial defendido pelo PD. Contrariando Renato Kehl, que insistia em seus textos na necessidade da implementação de exames pré-nupciais obrigatórios, o esalqueano considerava que a ação educativa visando a formação da consciência eugênica era muito mais importante do que as medidas isoladas da eugenia “positiva” ou “negativa”. Para Domingues (1932f, p. 68):

O P.D., como disse, também mostrou querer enveredar por esse terreno novo, em que se procura cuidar da higiene da raça, e agitou o problema do exame pre-nupcial. É alguma coisa. Mas, do ponto de vista eugenico, é uma medida incompleta, mais ligada á questão de higiene social, do contagio e transmissão congênitas de certas enfermidades. É que o exame pre-nupcial é uma medida decorrente do eugenismo, mas que não é eugenia, propriamente. E, essa medida, em sendo adotada isoladamente, sem uma larga difusão, dos princípios eugenicicos, poderá ser mal recebida ou burlada, e até malquistar talvez a eugenia mesma. Uma ação conjunta, em todos os setores educacionais, em toda a parte onde o cientista, o mestre, o divulgador possam estar frente a frente com o cidadão, de modo a fazer nascer nele uma “conciencia eugenica” — é mais necessaria, mais eficiente do que propriamente a coação de uma ou outra pratica, quasi sempre mal compreendidas, e por isso repudiadas pelo homem do povo e até pelo letrado... Eis porque a atitude do P.R.P. se apresenta mais inteligente e mais aceitavel.

É interessante cruzarmos as observações de Domingues (1932f) sobre a assimilação da eugenia no meio político brasileiro com as informações encontradas por Habib (2010) na carta enviada pelo professor a Renato Kehl no dia 13 junho de 1932. Domingues (1932 apud HABIB, 2010, p. 303) comemorou o anteprojeto do PRP e o considerou como uma “vitória estupenda” do movimento eugenista no Brasil e um grande salto para a campanha, pois se tratava do mais antigo e poderoso partido político do país, concluindo: “A consciência eugênica parece ter se firmado no espírito da nossa elite política”. Isto posto, a correspondência analisada por Habib (2010) reitera nossa tese sobre a centralidade da educação para consciência eugênica na trajetória de Octavio Domingues.

Ainda na segunda parte da série *Limalthas de um eugenista*, Domingues (1932f) explicitou sua interpretação sobre o papel da miscigenação no aperfeiçoamento da raça, que constituiu sua principal divergência em relação a Kehl e Piza Júnior. Contrariando o racismo científico de seus colegas de *Boletim de Eugenia*, o esalqueano afirmou que o mestiçamento das raças humanas não era sinônimo de “degeneração”. Apesar de defender a necessidade de uma intervenção biológica para viabilizar a construção de uma civilização nos trópicos, Domingues (1932f, p. 68) ponderou que a mestiçagem originava novos biotipos capazes de melhor se adaptarem ao meio brasileiro. Ou seja, além de não representar a “degeneração” racial, a mistura de raças era o melhor meio para a realização efetiva do projeto eugenista no Brasil.

Assim como Kehl (1935), o professor também considerava a guerra como um fator “disgênico”, que eliminava a parte sã de um povo em vez de poupá-la, enquanto a parte “doente” se reproduzia indiscriminadamente em suas casas. Domingues (1932f) criticou também as epidemias, afirmando que elas eram “cegas” pois matavam sem qualquer critério de seleção. De forma semelhante à crítica de Kehl (1935) ao neomalthusianismo, Domingues (1932f, p. 69) ressaltou que o *birth-control* eugênico tinha um foco qualitativo e não quantitativo, e que controlar os nascimentos não significava impedir o homem do “dever sagrado” de se multiplicar, mas sim “[...] ensinar-lhe a preferir a procriação conciente, em prejuízo da inconciencia na propagação de si mesmo”.

Eugenizar, na razão eugênica dominguesiana, envolvia educar a população, sobretudo a elite letrada, a distinguir entre casais dignos/aptos e indignos/inaptos à procriação. Essa instrução foi apresentada por Domingues (1932f, pp. 69-70) através do argumento “humanista” e do estilo “poético” que lhe era característico, considerando a eugenia como a

possibilidade real de findar ou diminuir o sofrimento da espécie humana, e ponderando que os casais “indignos” à procriação seriam mais felizes caso não se reproduzissem: “Bem sei que a dôr é humana. Que sempre existirá na Terra a lagrima. Mas será erro, será pecado procurar e indicar meios de diminuir as lagrimas humanas, de amortecer a dôr da espécie?”. Domingues (1932f) concluiu seu artigo afirmando que, respeitando todas as crenças filosóficas e religiosas, a eugenia não impunha os meios de evitar a degeneração da raça, mas era ela a guia mestre para indicar o caminho a ser seguido.

A terceira e última parte da série de artigos *Limalhas de um eugenista* foi publicada na edição de outubro-dezembro de 1932, no qual Domingues (1932g) assinou como professor, membro da Eugenics Society de Londres e membro da American Genetics Association. Analisando especificamente a educação sob o ponto de vista eugênico, o professor culpou a teoria de Lamarck pela ideia infundada de que a educação tudo podia. Considerou que a explicação de que educar sucessivamente as gerações poderia melhorar a qualidade genética da espécie era uma ideia sedutora, mas simplista e cientificamente insustentável. Domingues (1932g) afirmou que a ciência até aquele momento ainda não tinha demonstrado que caracteres adquiridos poderiam ser hereditários, tomando como exemplo a experiência realizada em 1923 por Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936), na qual o fisiologista russo tentara demonstrar a hereditariedade adquirida em ratos, tese refutada em 1924 por Mac Dowell e Vicari.

Domingues (1932g) postulou que a premissa de Pavlov não era totalmente falsa: era possível obter progressos escolhendo os “melhores” genótipos adaptados a determinada aprendizagem. Entretanto, ressaltou que o papel da educação no aperfeiçoamento intelectual dos ratos era meramente “reativo”, ou seja, um “filtro” que permitia selecionar os mais adequados a se reproduzirem. O professor ponderou em seu artigo que a educação era fundamental e insubstituível nesse processo, mas alertando que isso não significava acreditar ingenuamente que os efeitos fenotípicos da educação pudessem ser transmitidos hereditariamente. Na sequência, em diálogo com os dois artigos anteriores da série *Limalhas de um eugenista*, Domingues (1932g) ampliou a discussão sobre as ideias eugênicas nos programas do PRP e do PD, ressaltando que louvava as iniciativas, mas que, na posição de especialista no assunto, precisava apresentar restrições aos seus conteúdos.

Domingues (1932g) afirmou que o exame médico pré-nupcial era importante como medida eugênica, mas que ele estava longe de conseguir, sozinho, atingir os objetivos da

eugenia. O meio mais profícuo para a efetivação do projeto eugênico no Brasil, repetiu o professor, era educar a população para formação de uma consciência eugênica. Sem a educação, concluiu Domingues (1932g, p. 84), as medidas eugênicas não seriam apenas insuficientes, como também contraproducentes para o movimento:

Demais, sem uma educação suficiente do povo, e também das classes letradas do país, longe de ser um bem, seu caracter obrigatorio poderá ser um mal. No minimo, mais uma lei a ser burlada ou não cumprida. [...] A ignorancia de que a hereditariedade é uma lei fatal — é que conduz a essa falta de reflexão, a essa irresponsabilidade do homem, no seu dever biologico de multiplicar-se. Casar e constituir prole, sem uma “conciencia eugenica” bem formada, continuará sendo um ato mais instintivo do que proprio de um animal que raciocina. Ora, sem essa conciencia eugenica, todo o rigor da lei se amortecerá perante a indiferença social. É que se trata de uma lei cuja significação a maioria ignorará por isso sempre se ha de insurgir contra sua aplicação. O caminho a seguir é o de combater a essa ignorancia. É a divulgação princípios biologicos que servem de á eugenia. É tornar o homem senhor da sua própria biologia, do mecanismo da sua revivescencia através das gerações.

Com essa longa série de artigos, Domingues encerrou suas publicações no *Boletim de Eugenia*. As duas edições do ano de 1933 editadas por Piza Júnior não possuem artigos de sua autoria, provavelmente em decorrência de seus compromissos com o Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro (HABIB, 2010). Finda a análise dos artigos de Domingues no *Boletim de Eugenia*, não seria um exagero afirmar que, na razão eugênica dominguesiana, a educação possuía um papel ainda mais preponderante do que para Kehl e Piza Júnior. Analisados conjuntamente a outros textos publicados pelos diretores do periódico no mesmo período, os artigos propalados no *Boletim de Eugenia* nos permitem diferenciar a concepção de eugenia de cada autor, demonstrando a forma como essa ciência foi assimilada e readaptada por cada um desses intelectuais. Essa análise denota, por fim, que mesmo com as divergências teóricas entre os três diretores, o projeto de educação para a consciência eugênica, compartilhado por Kehl, Piza Júnior e Domingues, foi consumado nas páginas do *Boletim de Eugenia*.

5.2. A educação para a consciência eugênica na trilogia de Domingues

5.2.1. A educação para a consciência eugênica em *A hereditariedade em face da educação* (1929)

Veremos, a partir de agora, a maneira específica como o professor Domingues concebeu a educação para a consciência eugênica em seus três principais livros sobre o

assunto: *A hereditariedade em face da educação* (1929a), *Hereditariedade e Eugenia* (1936b) e *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)* (1933/1942). Este último foi publicado inicialmente em 1933 pela Companhia Editora Nacional, mas recorreremos à reedição de 1942. Não pretendemos realizar “saltos” históricos ou ignorar que esse recorte extrapola o período entreguerras. Entretanto, nossa escolha pela segunda edição se justifica porquanto a análise dessa obra republicada e ampliada em plena Segunda Guerra Mundial nos permitirá identificar a tentativa de Domingues (1942) em proteger a eugenia de seus críticos e dissociá-la do racismo científico em voga na Alemanha nazista e amplamente denunciado pela imprensa internacional (HOBSBAWM, 2008). Acreditamos que, assim como os artigos publicados pelo esalqueano no *Boletim de Eugenia*, seus livros, em especial o último, nos possibilitarão diagnosticar criticamente os mecanismos de defesa da razão eugênica elaborados a partir própria razão eugênica.

De acordo com Stepan (2004, p. 363), a trilogia de Domingues (1929a; 1936b; 1933/1942) consistiu em uma das primeiras tentativas de “[...] rever sistematicamente e de forma atualizada as genéticas estadunidense, britânica e européia para leitura dos cientistas e do público em geral”. Seu primeiro livro sobre o tema da eugenia intitulado *A hereditariedade em face da educação* foi publicado em 1929 pela editora Melhoramentos como parte da *Coleção Bibliotheca de Educação*, organizada por Lourenço Filho. Segundo as informações fornecidas nas primeiras páginas do livro, o objetivo principal da coleção era permitir ao leitor conhecer as bases científicas e os processos racionais da educação sob a ótica de intelectuais brasileiros e estrangeiros, com destaque para o clássico *Educação e Sociologia* de Émile Durkheim. Publicado no mesmo contexto no qual circulou o *Boletim de Eugenia*, o livro *A hereditariedade em face da educação* foi amplamente divulgado nas páginas do periódico, na imprensa leiga e na *Revista de Agricultura*.

Na primeira parte de seu livro, Domingues (1929a, p. 20, grifos do autor) discorreu didaticamente sobre os fundamentos da hereditariedade, definindo-a como uma ideia de continuidade, segundo a qual “O individuo transmite aos seus descendentes, não os *seus* caracteres, mas sim *a potencialidade dos caracteres da sua raça*, os quaes por sua vez recebeu de seus progenitores”. Em seguida, conforme o fez em seus artigos no *Boletim de Eugenia*, o professor apontou os limites das ações do meio, como a educação física e saneamento, na composição do indivíduo, delineando suas críticas ao neolamarckismo. Domingues (1929a) ponderou que o meio poderia desenvolver ou estimular a aparição de mudanças hereditárias, mas estas já preexistiam na herança biológica do indivíduo.

No quinto capítulo, no qual apresentou as bases do mendelismo, Domingues (1929a) afirmou que não era possível falar em uma “raça brasileira”, e considerou a mestiçagem como um processo positivo. Contrariando as ideias de Kehl (1933c; 1935) e Piza Júnior (1933a; 1938), Domingues (1929a) postulou que as futuras civilizações poderiam surgir a partir de uma amálgama de raças, e que a “raça ariana” não era necessariamente uma raça “superior”, nem mesmo a mais adequada para desenvolver uma civilização nos trópicos. Entretanto, de forma semelhante aos seus colegas de *Boletim de Eugenia*, Domingues (1929a) postulou que mesmo diante da impossibilidade de experimentação empírica, o mendelismo era o único caminho para o melhoramento do homem.

As dificuldades de aplicação prática⁴⁵ se resumiam, conforme Domingues (1929a), em 5 pontos: 1. não existia nenhuma garantia de “pureza” das raças humanas; 2. as uniões humanas eram fruto da escolha espontânea do casal, não sendo possível realizar acasalamentos visando uma experimentação científica; 3. a reprodução entre irmãos, considerada como imprescindível na análise do patrimônio hereditário de uma linhagem, era irrealizável entre humanos que compartilhavam do mesmo sangue; 4. a velocidade de reprodução humana era menor se comparada a plantas e animais; 5. o desenvolvimento humano era lento e só na idade adulta era possível observar a expansão de seus atributos. Em contrapartida, citando diversos autores, incluindo o líder do movimento eugenista estadunidense Charles Davenport, Domingues (1929a) afirmou que existiam outras formas de observar as leis mendelianas no homem, como por exemplo o estudo da psicologia dos “tarados” mentais.

Ao dissertar sobre a hereditariedade humana, Domingues (1929a) afirmou que a eugenia surgiu como ciência na obra *Hereditary Genius* de Galton, mas que suas bases só se tornaram cientificamente indiscutíveis com a redescoberta do mendelismo em 1900. Adentrando especificamente o campo da Educação, o professor afirmou de forma contundente que o papel da educação não era educar as crianças “inferiores”, mas educar para a consciência eugênica ou concepção consciente, evitando a proliferação dos “anormais” a partir da lógica “mais vale prevenir que curar” (DOMINGUES, 1929a, p. 74). Na sequência, o professor explicitou as raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941) por meio do dualismo entre as “razões do coração” e a razão eugênica, ponderando que, nos animais, eram

⁴⁵ Essas dificuldades seriam, anos mais tarde, superadas pelos experimentos médicos nazistas na Alemanha, com destaque para o uso de cobaias humanas pelo “Anjo da Morte” Joseph Mengele, que fugiu para a América do Sul em 1949 e morreu aos 67 anos em Bertioga, litoral norte do estado de São Paulo, sem nunca ter sido julgado por seus crimes contra a humanidade (POSNER; WARE, 2019).

os criadores que ditavam os acasalamentos, que poderiam aperfeiçoar a raça se guiados pelas orientações da eugenia ou “degenerar” caso as leis biológicas fossem ignoradas. Domingues (1929a) lamentou que os seres humanos ignoravam essas leis, fazendo com que as “razões do coração” prevalecessem e adormecessem a razão eugênica.

Os aspectos radicais da eugenia de Domingues (1929a) foram expostos no trecho em que o professor se mostrou favorável à eliminação dos “degenerados”. Mesmo que esses tipos “inferiores” não fossem classificados a partir de um critério étnico-racial, como faziam Piza Júnior (1933a; 1938) e Kehl (1933c; 1935), o geneticista classificava os seres humanos dentro de uma escala de normalidade, pautada na métrica do progresso civilizatório, a partir do dualismo entre razão/desrazão, civilizado/primitivo, normais/degenerados. Mesmo defendendo a mestiçagem, Domingues (1929a) concordava com a concepção de filantropia contra-seletiva de Kehl (1933c; 1935), afirmando que o processo natural de eliminação dos “retardados” incapazes de acompanhar o processo civilizatório estava sendo refreado em nome de uma “falsa moral”. Domingues (1929a) constatou, por fim, que o melhoramento da educação por si só não garantiria o aperfeiçoamento da raça, mas somente a destruição da “má herança” que assolava a humanidade.

Reproduzindo a ideia de que Brasil era um “laboratório” para o estudo das raças, Domingues (1929a) ponderou que o “débil mental”, apesar de perigoso para a raça e socialmente “improdutivo”, era de notável importância tanto para a Eugenia quanto para a Pedagogia, sendo um importante meio para estudar os efeitos da “degenerescência” em seres humanos, dada a impossibilidade de experimentos laboratoriais. Citando a classificação de Terman, Domingues (1929a) considerou que os “débeis mentais” ocupavam os três últimos degraus da escala intelectual humana, se situando na categoria de “*feeble minded*” ao lado dos “cretinos”, “imbecis” e “idiotas”. Remetendo ao artigo do professor Sud Mennuci (1892-1948) publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em fevereiro de 1929, Domingues (1929a) concluiu que, se por um lado os “débeis mentais” eram um “fardo” social, por outro, a sociedade não oferecia mecanismos sólidos e racionais para fazê-los devolver aos cofres públicos todos os gastos com eles dispendidos.

Retomando o argumento da consciência eugênica, Domingues (1929a) afirmou que o pior aspecto da “degeneração” era a perpetuação hereditária desse “malefício”. A educação até conseguiria “adestrar” os indivíduos “inferiores”, que deixariam de ser um “peso morto” para a humanidade, mas isso não atacaria o problema em sua raiz. A única forma de evitar a

proliferação do “mal” era evitar o nascimento desses indivíduos, lógica que remete à imagem das “aparças eugênicas” da Eugenics Society (ver anexo C). Em suma, para Domingues (1929a), a educação eugênica não significava educar os “degenerados”, mas fomentar a reprodução eugênica ou reprodução consciente, visando uma prole “sã” e socialmente “útil”.

Conforme Domingues (1929a, pp. 119-120), a constituição “defeituosa” dos “débeis mentais” residia em um sistema nervoso “não evoluído”, que originava a “cretinice”, a “imbecilidade” e a “idiotia”. Concebendo a eugenia como progresso civilizatório, o professor afirmou que os “débeis mentais” não eram adaptados à vida civilizada, mas estariam bem colocados em um ambiente “selvagem” e “primitivo”. Essa passagem denota que mesmo não sendo um intelectual racista, Domingues (1929a) não escondia nem a sua concepção radical e conservadora de evolução humana, nem a sua defesa pela intervenção direta no processo reprodutivo. Dentre as medidas para evitar o problema do aumento exponencial dos “débeis mentais”, o professor incluiu a restrição de imigrantes, a proibição radical do cruzamento entre indivíduos advindos de famílias onde a “debilidade mental” tinha se manifestado hereditariamente e a esterilização dos “degenerados”.

Domingues (1929a) discorreu sobre os tipos de imigrantes “desejáveis” e “indesejáveis”, considerando o “débil mental” em uma escala abaixo do analfabeto, pois o problema deste último seria relativamente fácil de se superar a partir do letramento. Os mudos, em contrapartida, eram considerados por Domingues (1929a, pp. 121-122) como um “[...] producto inferior, ou talvez um méro consumidor a mais, que a sociedade tem de sustentar. E pior ainda: elle será a fonte de uma linhagem intelectualmente inferior”. Citando o eugenista britânico Karl Pearson, Domingues (1929a) delineou a sua concepção de educação eugênica voltada para os “melhores”, afirmando que a educação não teria valor a menos que fosse direcionada aos seres humanos “superiores”. Sucintamente, a educação eugênica para Domingues (1929a) consistia em “lançar boas sementes em bons solos”, metáfora amplamente difundida pela Eugenics Society (ver anexo B), reforçando que a melhoria por intermédio da Pedagogia era importante, mas superficial e limitada, e que o ato de educar “degenerados” consistia em um trabalho de Sísifo.

Domingues (1929a) definiu seu projeto eugênico diferenciando “eugenia”, concebida como a multiplicação de famílias “eugênicas” e diminuição das “disgênicas”, de “eutecnia”, descrita como ao aperfeiçoamento constante dos métodos educativos voltados para os “bons” genótipos, encontrando um ambiente que conduziria e orientaria seu desenvolvimento da

forma mais eficiente possível. O papel da educação eugênica seria, segundo essa lógica manipuladora, controlar e aproveitar de forma eficiente as heranças. A Pedagogia seria o melhor caminho para o melhoramento da “máquina humana”, da mais “perfeita” a mais desprovida de “boas” qualidades. Para Domingues (1929a), educar não envolveria somente alfabetizar, mas tornar o homem uma “máquina produtiva”. Segundo sua concepção mendeliana amparada pela razão instrumental (HORKHEIMER, 2015), se por um lado a educação não era capaz modificar as heranças, era ela que controlaria as tendências inatas, tornando o indivíduo mais apto, produtivo e eficiente.

O papel da educação, para Domingues (1929a), era o de convencer sobre aquilo que não poderia ser imposto. Uma vez que os eugenistas não poderiam interferir na liberdade de escolha dos casais, era pela educação que se poderia convencer sobre a viabilidade e a necessidade da realização de casamentos eugênicos e a inviabilidade da perpetuação da “degeneração”. Nesse processo de formação da consciência eugênica, os educadores assumiriam um papel primordial. Dialogando com o campo da Literatura, Domingues (1929a, pp. 152-153, grifos do autor) citou a obra *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881) do escritor (Joaquim Maria) Machado de Assis (1839-1908), exemplificando a centralidade da educação na formação de uma consciência reprodutiva eugenicamente orientada:

A educação ainda tem que preencher mais uma função na pratica das medidas eugenicis: função das mais necessarias e primordiaes. O que se não puder fazer, em Eugenia, impondo, far-se-á convencendo. *E quem vae convencer é o educador*. Não ha lei nenhuma que obrigue o individuo a ser asseiado; no entretanto, o habito do asseio, base de toda hygiene, não é mais do que um habito adquirido pelo homem educado. Foi a educação que, aproveitando-se do instincto humano, innato, do asseio, aperfeçoou-o num dos mais formosos habitos de quantos possui o individuo civilizado. Á educação peçamos mais esse valioso auxilio em favor do bom exito das medidas eugenicis. Pela educação, podemos ensinar a todos os humanos a belleza das uniões eugenicis, e pregar o horror á reproducção entre os typos cuja herança biologica claudicante fôr uma ameaça fatal á descendencia. Aquelles quatro esterilizados voluntarios do Cantão de Saint-Gall, na Suissa, dos quaes Richet nos fala, aquelles abnegados convictos, que permittiram que sobre elles cahisse essa severa medida eugenica, são uma comprovação de que a perversidade do homem não é tamanha assim que elle sinta prazer, e não sinta remorsos, de transmittir conscientemente “á alguma criatura o legado da sua miseria”, na preciosa expressão do nosso Machado de Assis, o epileptico de genio, sufficientemente convencido, no estoicismo da sua infecundidade espontanea, pelo medo que tivera de procriar uma descendencia, onde talvez se continuasse a sua cohorte de soffrimentos (DOMINGUES, 1929a, pp. 152-153, grifos do autor).

O professor esalqueano aprofundou sua discussão sobre o conceito de educação eugênica, ponderando que ela não era aquilo que os “pseudo-eugenistas” consideravam,

acreditando cegamente que o melhoramento das condições de higiene e a instrução escolar seriam capazes de fazer desaparecer os “males” hereditários. Para Domingues (1929a), essa concepção neolamarckista não se sustentava cientificamente, uma vez que os efeitos da educação não alteravam o patrimônio hereditário. Por isso, o professor defendeu que era necessário que os indivíduos se submetessem às leis da hereditariedade, evitando convictamente os casamentos fora das regras eugênicas e a formação de uma prole geneticamente “miserável”. Conforme Domingues (1929a, pp. 153-154, grifos do autor):

Quando o homem instruído, e moralmente bem educado, estiver convicto de que a sua herança é má, e a sua descendência, um escarneo, esse homem fará tudo por evitar essa descendência, por não procriar. É que lhe hão de ter ensinado que a sua prole será inferior fatalmente, e é preciso evitá-la, como o tuberculoso ou o lazaro, convencidos de sua infelicidade, que voluntariamente se insulam para evitar o contágio, a disseminação do seu mal. [...] *Esse é um dos urgentes e preciosos auxílios que a Eugenia está solicitando da educação: explicar, convencer ao homem, ao cidadão, de que as más heranças só se acabarão se o indivíduo geneticamente mau não procriar.*

Admitindo que a aplicação da eugenia poderia ser antissocial e desumana, Domingues (1929a) assumiu a missão esclarecida da educação, que despertaria o homem do “sono profundo” e o colocaria no caminho da consciência eugênica. O esclarecimento, para o geneticista, só ocorreria mediante o domínio das leis da hereditariedade, por isso a necessidade do ensino de genética obrigatório em todos os estágios da educação, do ensino básico ao superior. Uma vez que as práticas eugênicas poderiam culminar no autoritarismo, somente um esclarecimento geral seria capaz de influenciar significativamente a opinião pública no que tange à aceitação das medidas eugênicas. De acordo com Domingues (1929a, p. 154, grifos do autor):

Já todos sabemos: não é possível tratar os humanos como um rebanho. As leis eugênicas são, até certo ponto, inexequíveis se tomadas de modo absoluto, primeiramente pelo seu caráter anti-social ou desumano raras mas algumas vezes, depois porque algumas delas talvez fossem precárias em face do relativo adiantamento dos nossos conhecimentos genéticos. O mais prático e acertado, portanto, é agir, é influir, é actuar sobre o indivíduo pelo ensinamento dos princípios eugênicos, despertando-lhe a consciência, antes que promulgar leis, talvez não executáveis, e destinadas a serem burladas. Gates, com muita sabedoria, já afirmou em um de seus livros, *probably an intelligent and enlightened public opinion is more efficacious than any law that could be devised. And a large element of that enlightenment will consist in an understanding of the nature, the laws and the ubiquity of heredity.*

Apesar de sua defesa aberta pela concepção de educação como continuação da missão educacional do Esclarecimento, Domingues (1929a) criticou a definição esclarecida de que os

seres humanos eram uma “tábula rasa” ou meros receptores de uma sociedade que os modelava arbitrariamente. Para o professor da ESALQ, existiam fatores inatos que não eram alterados pelo meio. Citando John Dewey, Domingues (1929a) defendeu uma Pedagogia que permitisse o pleno desenvolvimento dos indivíduos, educando-os não de fora, mas por dentro. Para o professor, a educação deveria conduzir, orientar, “[...] instruir, e não, ser enchida de conhecimentos; em uma palavra, ella deve se *desenvolver*” (DOMINGUES, 1929a, pp. 156-157).

A proposta educacional apresentada por Domingues (1929a) na obra *A hereditariedade em face da educação* estava manifestamente alinhada às pautas da Escola Nova, incluindo a crítica às insuficiências e fragilidades da educação tradicional. O professor defendeu um modelo de formação amplo, científico e integral, ao mesmo tempo em que escamoteou os pressupostos autoritários e manipuladores da eugenia. Seu conceito de consciência eugênica é, a nosso ver, o mais amplo, abrangente e teoricamente embasado dentre os três diretores do *Boletim de Eugenia*. Concisamente, a consciência eugênica era, na concepção dominguesiana, a abertura dos homens para as luzes da ciência de Galton por intermédio da genética de Mendel. Em um plano mais amplo, a educação eugênica, para Domingues (1929a), consistia em retomar a missão “progressista”, “civilizadora” e “humanista” do Esclarecimento. Em sua obra, essa missão assumiu um aspecto messiânico, uma vez que a razão eugênica seria o único meio capaz de refrear a “degeneração” e salvar a “boa raça”.

5.2.2. A educação para a consciência eugênica em *Hereditariedade e Eugenia* (1936)

O segundo livro⁴⁶ redigido por Domingues sobre o tema da eugenia foi *Hereditariedade e Eugenia*, publicado em 1936 como o quinto volume da *Bibliotheca de Divulgação Científica*, dirigida pelo Prof. Dr. Arthur Ramos, com o qual o esalqueano trocou correspondências durante a década de 1930 (cf. DOMINGUES, 1935; 1936a; 1938; 1939),

⁴⁶ Muitas passagens, citações e argumentos desenvolvidos por Domingues se repetem tanto no *Boletim de Eugenia* quanto em seus três livros. Podemos mencionar, a título de exemplo, o argumento de que o objetivo da eugenia era alcançar o equilíbrio da “normalidade”, não criar “super-homens”; o elogio à política de esterilização eugênica estadunidense; a visão positiva sobre a mestiçagem; a crítica à guerra como fator “disgênico” por eliminar os “melhores” e poupar os “piores” altamente fecundos; a possibilidade de conciliação entre eugenia e catolicismo, tomando como referência o padre jesuíta e eugenista alemão Hermann Muckermann; de modo especial, a crítica ao neolamarckismo e a demarcação do campo da eugenia na genética mendeliana, argumento, como vimos ao longo do capítulo, reiterado à exaustão na obra dominguesiana. Evitaremos repetir os elementos anteriormente analisados, mantendo o foco de nosso trabalho no que concerne à educação para a consciência eugênica.

cujos conteúdos analisaremos mais adiante. Nesse contexto, Adolf Hitler já havia dominado a Alemanha e aplicava as medidas radicais vislumbradas pelo movimento eugenista, como a esterilização e o extermínio dos “indesejáveis” (BERNARDO, 2015). Na União Soviética, sob o comando de Josef Stalin (1878-1953), os intelectuais bolcheviques encampavam uma “eugenia proletária” organizados em torno do *Russian Eugenic Journal* e liderados pelo antropólogo marxista Mikhail Volotskoi (1893-1944) (KREMENTSOV, 2018). O combate entre comunistas, anarquistas e fascistas se acirrava com a Revolução Espanhola (1936-1939), conflito que também expôs a difusão da eugenia no seio da extrema-esquerda, ou seja, entre os intelectuais anarquistas que combatiam o fascismo e o capitalismo ao mesmo tempo em que defendiam uma “eugenia sem Estado” (CLEMINSON, 2008).

O Brasil vivia um breve período constitucional sob o comando de Getúlio Vargas, momento marcado pelo autoritarismo, repressão política e polarização ideológica entre a Aliança Nacional Libertadora (ANL) de Luís Carlos Prestes (1898-1990) e a Ação Integralista Brasileira (AIB) de Plínio Salgado (1895-1975). Um ano após a publicação de Domingues (1936b), sob o pretexto da “ameaça comunista”, Vargas instaurou a ditadura do Estado Novo, que durou até 1945. Nesse contexto, circulava no país a obra *Casa Grande & Senzala* publicada em 1933 pelo sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), que enalteceu a sociedade multirracial brasileira e atribuiu ao mestiço um caráter positivo, e não o atraso do país. Em 1936, ano de lançamento de *Hereditariedade e Eugenia*, o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) publicou *Raízes do Brasil*, livro que analisou a herança do colonialismo escravocrata e criticou o autoritarismo sistemático como princípio formador da sociedade brasileira (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A lógica apresentada por Domingues (1936b) em seu segundo livro se assemelha àquela desenvolvida tanto no *Boletim de Eugenia* quanto em *A hereditariedade em face da educação*. Em primeiro lugar, considerou a tríade Darwin – Galton – Mendel como os fundamentos epistemológicos da eugenia, bases consideradas pelo professor como corretas e irreduzíveis. Em segundo lugar, o esalqueano manteve sua linha argumentativa centrada no dualismo reflexão/irreflexão, razão/desrazão, consciência/inconsciência, como denota a passagem a seguir extraída da apresentação de sua obra:

Na verdade, nenhum espírito refletido pode ser indiferente ao mundo de verdades que o homem, ao penetrar no século XX, descobriu, ao formular, para sempre, as leis básicas da hereditariedade. Só um inconsciente – um espírito não refletido – poderá deixar de prestar a devida atenção ao fenômeno biológico da hereditariedade (DOMINGUES, 1936b, pp. 5-6).

Na epígrafe, Domingues (1936b) explicitou as raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941) ao reproduzir a mesma frase de Júlio Dantas exposta no artigo *Poderemos ser melhores?* publicado por Domingues (1931b) no *Boletim de Eugenia*: “Reconheço ao amor o direito esplendido de perpetuar a força, a beleza e a inteligência, mas não lhe reconheço o direito funesto de gerar deliberadamente a miséria, o aleijão, a dor”. Conforme analisamos no início deste capítulo, este trecho explicitou o alinhamento de Octavio Domingues aos elementos manipuladores e esclarecidos da eugenia, baseados no controle racional do sexo pela ciência e na redução das relações humanas ao determinismo biológico.

No primeiro capítulo, Domingues (1936b) expôs as bases da eugenia e o papel primordial da educação na campanha eugênica. Afirmou que a história da humanidade se resumia à busca pela felicidade, ponderando que as explicações religiosas prometiam uma felicidade na vida espiritual, mas que o progresso das ciências permitiria a construção dessa felicidade no plano da matéria. Sua premissa “humanista” veio à tona ao argumentar que era possível tornar a humanidade melhor, evitando o sofrimento a partir da intervenção no processo reprodutivo. Baseado na Filosofia da Educação de John Dewey, Domingues (1936b, pp. 12-13) defendeu a lógica “melhores geneticamente, melhor educados socialmente”, ponderando que os males sociais decorriam dos erros na concepção biológica da criança e na sua educação.

O segundo capítulo intitulado *Consciência eugenia* é de fundamental importância para a nossa tese, pois nele Domingues (1936b) expôs a versão “amadurecida” de seu conceito de consciência eugênica e a sua profunda preocupação com o campo da Educação. Para o professor, era necessário formar um “estado mental” no cidadão consciente de sua responsabilidade procriadora, denotando que essa consciência seria mais efetiva para as causas da eugenia do que leis que, sem aplicação prática, se tornariam letra morta. Para Domingues (1936b, pp. 19-21):

A eugenia, mormente no Brasil, só poderá vêr praticadas suas recomendações, quando se formar uma “consciência eugénica” no seu povo, se assim posso expressar-me. As leis não criam costumes. Muito menos entre brasileiros, povo eminentemente imbuído de uma ideia errônea sobre liberdade individual. Só a formação, primeiramente, de uma consciência eugénica é que permitiria o estabelecimento de costumes de eugenismo, e então as leis viriam orientar as tendências despertadas, e consagrar os hábitos e as práticas decorrentes delas. Mas que vem a ser consciência eugénica? É uma denominação para uma coisa que deve formar-se entre nós, se pretendemos mesmo fazer um pouco pelo melhoramento eugénico da

nossa raça, tão a si mesma abandonada, e ainda á mais ampla e cruel seleção natural e social. Consciencia eugenica chamo eu a um estado mental do cidadão, conhecedor da grande responsabilidade que assume, no dia em que se decide a procriar. Sómente a consciencia do cidadão permitirá que ele compreenda a profunda verdade deste pensamento de um medico e escritor luso, que já uma vez citei: - “Reconheço ao amor o direito esplendido de perpetuar a força, a beleza e a inteligencia, mas não lhe reconheço o direito funesto de gerar deliberadamente a miseria, o aleijão, a dôr.” (DOMINGUES, 1936b, pp. 19-21).

A expressão “as leis não criam costumes” marcou um ponto de inflexão entre o pensamento de Domingues e de Kehl. Apesar de também compartilhar da necessidade da formação da consciência eugênica, Kehl (1933c; 1935) insistia na imprescindibilidade de institucionalizar a eugenia através de uma política biológica, objetivo parcialmente conquistado com as medidas eugênicas incluídas na Constituição Federal de 1934, sobretudo o controle da imigração e a promoção da educação eugênica. Domingues (1936b), pelo contrário, dedicou seus esforços intelectuais à defesa da educação, pois não acreditava que a legislação por si só seria capaz de garantir o melhoramento de uma população inconsciente quanto ao seu papel preponderante no processo reprodutivo.

Para Domingues (1936b), se por um lado a educação não modificava as características hereditárias, só ela seria capaz de gerar a consciência eugênica, começando pela elite esclarecida, para depois se vulgarizar entre as classes baixas. Somente a consciência eugênica evitaria o comportamento sexual “irracional” e “impulsivo” de um homem que deveria, segundo o professor, agir conforme os ditames do progresso civilizatório, e não como um “animal”. Somente ela impediria os indivíduos “degenerados” de deixar sua “mancha” na constituição hereditária das gerações porvindouras. Como podemos perceber, as raízes esclarecidas da eugenia denunciadas por Horkheimer (1941) constituíam a espinha dorsal da concepção eugênica do esalqueano. Conforme Domingues (1936b, pp. 21-22):

Formada a consciencia eugenica, o homem não agira mais inconscientemente, como o vem fazendo, ha seculos, de modo barbaro, ao pretender continuar o seu Eu, numa prole que seja a demonstração da sua propria perenidade na Terra. Ao casar, ao gerar ele ha de fazê-lo na certeza de que os seus filhos herdarão as boas qualidades, assim como as taras e as mazelas dos seus pais, aos quais estes herdaram dos avós, o mais remontante que seja, numa confirmação do velho axioma popular: “Quem puxa aos seus não degenera...” O epilético, o ebrio habitual, o hemofilico, o coreico, o braquidátilo, o otoscleroso, etc. etc., assim como a mulher luetica e a tuberculosa, se tiverem ganho uma consciencia eugenica, não mais darão ao mundo, “inconscientemente”, outros tantos infelizes. A ideia falsa e criminosa de que a higiene, a medicina, a educação – enfim, o conjunto de fatores ambientes, que diretamente interessam ao homem – são capazes de corrigir e torcer para sempre, através das gerações, as tendencias hereditarias

das linhagens humanas, eis o grande inimigo da formação, no povo e nos letrados mesmos, desse estado mental, reputado útil e favorável ao melhoramento eugenico da especie ou da raça (DOMINGUES, 1936b, pp. 21-22).

Domingues (1936b) não considerava como inúteis a legislação e a divulgação dos princípios da eugenia, mas deixava claro que essas medidas seriam ineficazes sem a formação da consciência eugênica. Citando Gates, Domingues (1936b) afirmou que uma opinião pública inteligente e esclarecida era mais eficaz do que uma lei abstrata, e que o principal fator para viabilizar esse esclarecimento era a compreensão das leis e da “onipresença” da hereditariedade. Para Domingues (1936b, pp. 22-23), esse era o papel impreterível da educação: “[...] explicar, convencer ao homem, ao cidadão, de que as más heranças só se acabarão se o individuo geneticamente máu não procriar. E, nascida essa convicção, aí teremos viva a consciencia eugenica”.

Na razão eugênica de Domingues (1936b), conscientizar significava “desanimalizar” o homem, livrando-o dos seus “instintos irracionais” e guiando-o pelos caminhos da “verdade” científica. Significava, também, fazer um apelo à razão, tornando o homem em um ser esclarecido com relação à sua maior responsabilidade, ou seja, o ato de procriar, cujas consequências eram irrevogáveis. Desenvolver a consciência eugênica era, para o esalqueano, transformar o “homem-animal” em “homem-humano”, garantindo a vitória da razão sobre os instintos, da humanidade contra a “animalidade” e da civilização contra a “selvageria”. Domingues (1936b) ressaltou, ainda, que a eugenia não partia de ideias metafísicas ou sofismas, pois suas bases eram facilmente apreendidas pela razão.

Contrariando o conceito de ciência-religião de Galton (1909) e de Kehl (1935), Domingues (1936b, pp. 33-34) negou que a eugenia fosse uma “nova religião”, uma “concepção de vida”, um “ideal revelado”, uma “seita religiosa”, tampouco uma “filosofia anti-moralista” destruidora de tradições e costumes. A eugenia, definida por Domingues (1936b, pp. 31-32) como “verdade biológica” e “higiene da espécie”, deveria se basear na educação para orientar os humanos visando a “boa geração”, e não ser promovida sob a forma de um culto, religião ou doutrina. Para Domingues (1936b), a eugenia deveria englobar as crenças e posicionamentos políticos, desde que não estes não fossem orientados pelo fanatismo e que não negassem o princípio fundamental da razão eugênica, ou seja, evitar que o homem se reproduzisse de forma “irracional” e “animalesca”.

Além de criticar as interpretações dogmáticas sobre a ciência do melhoramento racial, o esalqueano defendeu a eugenia dos ataques que a consideravam como uma prática imoral,

postulando que o verdadeiro “escândalo” não eram suas bases epistemológicas, mas sim a “miséria” da herança biológica que ela se propunha a denunciar. A Genética, segundo Domingues (1936b), mostrou à Pedagogia o caminho a ser seguido para a superação dessa “miséria”. O primeiro passo envolvia a classificação das crianças de acordo com as habilidades, separando as “atrasadas” de modo a não prejudicar o aprendizado das crianças “normais”. Os “débeis mentais” poderiam, pela educação, se tornar cidadãos “úteis”, menos onerosos aos cofres públicos, mas as melhorias adquiridas seriam anuladas graças à transmissibilidade de sua “tara” intelectual. Segundo Domingues (1936b), esse consistia em um dos maiores erros dos educadores de sua época que, aliando “preconceitos morais” com uma instrução biológica defasada do século XIX, acreditavam cegamente na possibilidade de alcançar o progresso melhorando o indivíduo via educação.

Conforme Domingues (1936b), o maior legado que a Genética poderia deixar à Pedagogia era educar as crianças, mas sem promover a falsa esperança de que era possível aperfeiçoar a descendência através da instrução. Essa lógica também se aplicava aos adultos, uma vez que o esalqueano considerou os indivíduos alcoólatras como “desequilibrados mentais” por natureza. Dessa forma, Domingues (1936b) restringiu um problema complexo ao determinismo biológico, ignorando a intersubjetividade e as questões sociais, políticas e econômicas associadas ao alcoolismo. Essa perspectiva reducionista constituiu, pois, outro importante ponto de convergência entre a razão eugênica de Octavio Domingues e a de Renato Kehl.

O reducionismo biológico também pode ser notado na obra de Domingues (1936b) quando este considerou que só era feliz quem possuía um sistema nervoso sadio, afirmando que, no limite, a felicidade também era herdada. Para exemplificar seu argumento, Domingues (1936b, p. 184) recorreu ao exemplo de uma família de “débeis mentais” a partir de um diagrama genealógico, considerando essa genealogia como uma verdadeira “[...] sementeira criminosa de infelizes, inconscientemente feita pelo casamento de indivíduos cuja multiplicação deveria ter sido evitada, em benefício de sua própria descendência – em benefício da sociedade”. O professor concluiu sua obra denunciando a urgência da formação da consciência eugênica em um país cujo Estado seguia omissos com relação aos “crimes biológicos, oriundos do amor” (DOMINGUES, 1936b, p. 185).

5.2.3. A educação para a consciência eugênica em *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)* (1933/1942)

O último livro da trilogia eugênica dominguesiana foi a segunda edição remodelada de *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)*, originalmente lançada em 1933 pela editora Contexto como parte da série *Bibliotheca Pedagogica Brasileira*. Essa edição foi publicada no contexto da Segunda Guerra Mundial, momento em que a imprensa internacional já denunciava as atrocidades cometidas pela *Rassenhygiene* nazista (HOBSBAWM, 2008), enquanto no Brasil a ditadura do Estado Novo colocava em prática a Lei de Cotas, restringindo a entrada de imigrantes “indesejáveis” como negros africanos, japoneses e judeus (GERALDO, 2009; CARNEIRO, 2012). No mesmo ano de 1942, o historiador Caio Prado Júnior (1907-1990) publicou *Formação do Brasil contemporâneo*, livro que apresentou uma reinterpretação da realidade brasileira não por intermédio de suas raízes ou da mestiçagem, mas pela ausência de rupturas com a estrutura sociopolítica que promovia a miséria, as desigualdades, a subordinação e a dependência econômica (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Domingues (1942) dividiu seu livro em cinco lições, redigidas como “aulas” que explicavam didaticamente o “abc” ou “bê-a-bá” da eugenia alicerçada na genética mendeliana. Considerou que a eugenia avançou muito em extensão, mas que faltava profundidade ao movimento no Brasil. Atribuiu essa falta de profundidade a duas questões: a ignorância biológica e o preconceito religioso. Por esses motivos, a eugenia continuava sendo uma ciência desacreditada, mas que precisava permanecer viva como uma utopia. Seus princípios biológicos deveriam ser disseminados não somente no seio da elite letrada, mas entre todas as classes sociais (DOMINGUES, 1942).

Esse ponto é de suma importância, pois expõe que o projeto dominguesiano também vislumbrava a formação da consciência eugênica entre a classe trabalhadora, separada da elite letrada do país por um abismo educacional e socioeconômico. Para Domingues (1942), todos os indivíduos buscavam “inconscientemente” a eugenia quando escolhiam seus parceiros, mas era necessário tornar esse processo racional, cientificamente embasado, eugenicamente orientado, de modo a evitar aquilo que considerava como a “cegueira do amor”, tema explorado em seus dois primeiros livros ao apresentar e aprofundar o conceito de consciência eugênica (DOMINGUES, 1929a; 1936b).

Com relação à Constituição Federal de 1934, Domingues (1942, pp. 26-27) postulou que o artigo 158 sobre a educação eugênica se tornara letra morta, mas que essa oficialização era necessária como meio de disseminação dos princípios básicos da eugenia. O Brasil estaria muito atrasado nesse ponto, uma vez que até mesmo os eugenistas negavam a hereditariedade em decorrência da ignorância ou por não possuírem os requisitos básicos para compreender seus princípios: “Se homens cultos assim se manifestam, tão desconhecedores de sua biologia mesma, como pretender que os meros alfabetizados aceitem os princípios eugênicos, como verdades biológicas?”. Frente a esse problema, Domingues (1942) afirmou que a educação deveria viabilizar a difusão da consciência eugênica entre toda a população, pois somente um pequeno grupo de devotos não conseguiria realizar essa “tarefa patriótica”.

De acordo com Domingues (1942, pp. 34-35), mesmo nos países civilizados, não existia um controle por parte da sociedade sobre a reprodução, na presunção de que uma boa educação poderia compensar os defeitos de nascença que “poluíam” as linhagens de herança “mais puras”. Em seguida, Domingues (1942, pp. 40-41) analisou dados sobre a sociedade estadunidense, afirmando que esta era habitada por milhões de pessoas “onerosas” e “inúteis” graças à “seleção regressiva” que levava ao aumento dos tipos “inferiores” e ao decréscimo dos “melhores”, dos “mais capazes” e dos “mais indicados para a construção de um destino melhor para a espécie”. Citando números do Dr. W. M. English da American Psychiatric Association, Domingues (1942, pp. 40-41) afirmou existirem milhões de adultos e crianças com inteligência “inferior”, classificando essas pessoas como “[...] pêso morto, parasitas da parte san da sociedade, na maioria das vezes. Dispendiosos na educação, no prover a subsistência, no cuidar...”.

Domingues (1942) responsabilizou a ciência e a filantropia na multiplicação excessiva dos “piores” elementos e na diminuição dos “melhores”, ponderando que essa era a opinião de todos aqueles que eram capazes de fazer bom uso da razão. A ciência prolongava a vida dos “condenados”, enquanto a filantropia social amparava os “débeis mentais” e “tarados hereditários”, favorecendo a multiplicação dos naturalmente “inaptos” à civilização. Neste aspecto, consideramos que o professor Octavio Domingues estava mais próximo à eugenia radical de Renato Kehl do que à eugenia “moderada” de Edgar Roquette-Pinto. Mesmo concordando com o posicionamento deste último no âmbito do papel positivo da mestiçagem no processo de melhoramento racial, Domingues (1942) compartilhava do “pai” da eugenia brasileira o conceito de filantropia contra-seletiva, epistemologicamente alicerçado sobre os aspectos mais totalitários e manipuladores da eugenia (HORKHEIMER, 1941).

Domingues (1942), que considerava a eugenia como um “humanismo”, ponderou que sua interpretação sobre a condição “miserável” da humanidade no que se refere à qualidade racial era uma leitura “realista”, não compartilhando nem do “pessimismo cético”, nem do “otimismo exagerado”. O professor afirmou acreditar na possibilidade do aumento progressivo dos tipos “desejáveis” e na diminuição gradual dos “resíduos sociais” por intermédio da “intervenção inteligente e oportuna da Eugenia” ao lado das medidas eutécnicas. O caráter manipulador e interventor de sua razão eugênica ficou claro nessa passagem, complementado com sua definição reducionista e determinista de sexo, que ignorava completamente os aspectos intersubjetivos e sociais das relações humanas. Conforme Domingues (1942, p. 106): “Para os geneticistas, em geral, o sexo é caracter predeterminado no zigoto, isto é, na célula-ovo, dependendo êle do número ou da qualidade dos cromossômios trazidos pelos dois elementos sexuais”.

Citando o eugenista sueco Herman Lundborg, Domingues (1942) afirmou que o ser humano era inatamente “bem-dotado” ou “degenerado”. Nenhum médico ou pedagogo poderia alterar essas substâncias hereditárias e nenhum esforço educativo ou financeiro poderia transformar um “débil mental” em um homem “normal”, pois seria o mesmo esforço inútil que tentar alterar o curso das águas de uma cachoeira. Todavia, como em seus demais textos, Domingues (1942) ressaltou que a educação era indispensável, mesmo sendo limitada. Em outros termos, a inviabilidade da tese neolamarckista não significava que a ação educativa fosse desprezível, pois de nada adiantariam boas qualidades genéticas sem uma boa educação que permitisse a sua manifestação e seu bom desenvolvimento (DOMINGUES, 1942).

Expondo as raízes esclarecidas da eugenia (HORKHEIMER, 1941), Domingues (1942, p. 235) postulou que a ciência eugênica era “[...] detentora de uma verdade, não devendo então ceder um passo, nos seus legítimos anseios de realizações mínimas”. Explicou que a eugenia causava repulsa por parte daqueles que a acusavam de tratar seres humanos como animais e de conceber a humanidade como um haras, citando as críticas ao filósofo Platão, que na *República* comparou homens a raças de cachorros. Entretanto, Domingues (1942, pp. 237-238) reforçou que os eugenistas eram detentores da razão esclarecida, afirmando que “[...] salvo um ou outro demais extremado, em geral os eugenistas teem uma elevada compreensão moral da natureza humana”, e que não queriam equiparar homens a animais, mas somente evitar a “degeneração” através da formação da consciência eugênica.

Domingues (1942, p. 259) afirmou que “só o preconceito cegará a razão” ao tratar sobre a repulsa que a procriação voluntária e regulada vinha recebendo. Para o professor, não era possível “[...] haver dúvida, vacilar-se entre uma procriação conciente, de um lado, e uma multiplicação irracional, do outro”. Se só os animais agiam irracionalmente, por que o homem se comportaria da mesma forma? Do mesmo modo, como negar a viabilidade da eugenia frente a tantas evidências científicas? Esses questionamentos denotam que o apelo à racionalidade era um dos argumentos centrais na razão eugênica de Octavio Domingues. Incentivar a sociedade a gerar mais filhos, atitude, segundo Domingues (1942), típica dos ditadores e das religiões, era uma atitude “desumana” e “animal”. A máxima cristã “Crescei e multiplicai-vos” precisava ser reinterpretada de acordo com os novos tempos e regulada racionalmente para atender aos pressupostos da eugenia, e não se efetivar de forma “irracional” e “animalesca”.

Reproduzindo o esquema elaborado pelo Dr. Francisco Haro Garcia, eugenista espanhol e autor da obra *Eugenesia y Matrimonio* (1932), Domingues (1942) definiu três frentes a partir das quais a campanha eugênica deveria se articular: a frente científica (pesquisa em genética e eugenia), a frente educativa (instrução formal e vulgarização) e a frente sanitária (consultório eugênico). Dividiu o ensino em primário, secundário e superior, mas a produção de livros, folhetos, artigos na imprensa, conferências, cinema e teatro também compunha a frente educativa, assim como as investigações/estudos superiores, voltados para o fortalecimento da eugenia como campo científico. A reprodução do esquema de Garcia nos permite observar que, na razão eugênica de Domingues (1942), todas as frentes da campanha eugênica estavam direta ou indiretamente concatenadas com o campo da Educação.

Nem a seleção natural nem educação formal foram capazes de refrear a reprodução dos “degenerados” e multiplicar os homens “superiores”, segundo Domingues (1942). Citando Huntington e Whitney⁴⁷, afirmou que os “incapazes” eram mais prolíficos que os capazes, e que a civilização vivia sob a égide da “multiplicação inconsciente dos resíduos hereditários e sociais” em detrimento dos homens “construtores das nacionalidades”. Ponderou que as nações não possuíam condições orçamentárias para arcar com a multidão dos “pesos-mortos” advindos da “degeneração”, e que frente aos avanços científicos, era inaceitável que essas nações continuassem ignorando os preceitos eugênicos. Do mesmo modo, postulou Domingues (1942), era inadmissível que os pais não assumissem a

⁴⁷ Conforme apresentamos no capítulo 3, esses dois autores foram referências em *Sexo e Civilização: aparas eugênicas*, na passagem em que Kehl (1933c) lamentou o estado calamitoso de “degeneração racial” dos Estados Unidos da América.

responsabilidade sobre a qualidade das sementes que germinariam no mundo. Parte dessa resistência residia, de acordo com Domingues (1942), na ignorância e na associação equivocada da eugenia com o racismo científico.

No início da primeira e sobretudo na quinta lição, o professor defendeu a ciência do melhoramento racial contra seus críticos, afirmando que o racismo científico alemão não tinha relação e não deveria ser considerado como eugenia. Segundo Domingues (1942), a eugenia era uma doutrina biológica que não preconizava a luta entre os povos ou as supostas raças humanas. A palavra “supostas” foi utilizada pelo próprio professor, explicitando que o conceito de raça em sua obra poderia variar e assumir o significado de “espécie”, ao contrário dos posicionamentos abertamente racistas de Salvador de Toledo Piza Júnior e Renato Kehl. Por esse motivo, optamos por analisar a segunda edição do livro de Domingues (1942), pois ela foi ampliada com trechos sobre a Constituição Federal de 1934 e importantes críticas ao racismo científico nazista, temas que não apareceram na primeira edição de 1933.

Domingues (1942) afirmou em sua última lição que não existiam raças “superiores” às outras, e que o desenvolvimento intelectual poderia ser maior ou menor dentro de uma mesma raça. Nesse aspecto, o professor também diferia da concepção de seu colega Piza Júnior, que acreditava que o negro poderia ser “superior” ao branco nos países africanos, assim como um escandinavo seria “superior” ao negro no extremo norte da Europa por melhor adaptação ao meio. Para Domingues (1942), a eugenia não poderia aceitar o ponto de vista do racismo, considerado como cientificamente insustentável em termos biológicos e antropológicos, mas sim buscar multiplicar os tipos “normais” em todas as raças. Além disso, ressaltou que o ideal eugênico era um ideal “muito humano”, incompatível com o mito da “raça ariana”.

A associação da eugenia com o racismo científico era, segundo Domingues (1942), um dos maiores inimigos da propagação da eugenia. Essa passagem evidenciou a tentativa do professor geneticista em proteger a eugenia dos ataques que a consideravam como pseudociência devido à sua equiparação ao racismo, sobretudo a *Rassenhygiene* nazista defendida por seu amigo e colega de *Boletim de Eugenia* Renato Kehl (1933c; 1935). Dito de outro modo, Domingues (1942) acreditava que o afastamento dos posicionamentos racistas poderia tornar a eugenia em uma ciência socialmente aceitável e epistemologicamente plausível no meio intelectual, mesmo que ela promovesse medidas radicais como a intervenção nos casamentos e a esterilização, e que se pautasse em uma classificação

arbitrária, hierárquica e capacitista dos “tipos” humanos a partir de uma escala subjetiva de “normalidade”.

A principal divergência entre Domingues e seus colegas de *Boletim de Eugenia* residia no entendimento sobre a mestiçagem. O que se deveria atentar com relação ao mestiçamento, observou Domingues (1942), eram os casos particulares, dada a grande variabilidade nos mestiços. Afirmou que, até aquele momento, o princípio cientificamente aceito era o do naturalista sueco Carlos Lineu, que considerou os seres humanos como uma espécie única, a qual denominou *Homo sapiens*, mas que se subdividia em “raças” e “sub-raças”. No entanto, em oposição a Kehl (1933c; 1935) e Piza Júnior (1933a), Domingues (1942) ponderou que geneticamente não existiam “raças puras”, e que todas as “raças” humanas possuíam caracteres morfológicos, fisiológicos e psíquicos variáveis. Devido à falta de “seleção racial”, todas as “raças” eram mais ou menos “mescladas”, mesmo as “raças” insuladas, que também apresentavam grande variabilidade.

Citando Jennings, Domingues (1942) ponderou que mesmo dentro de uma determinada raça os indivíduos eram muito diferentes entre si. O professor reforçou a crítica que apontava diretamente para seus colegas de *Boletim de Eugenia* e para a ala radical do movimento eugenista inspirado no modelo de *Rassenhygiene* do Terceiro Reich: a “degeneração” não era exclusividade de determinadas raças. Para Domingues (1942), os mestiços “inferiores” derivavam da “inferioridade” genética de seus pais, mas essa “inferioridade” não tinha nenhuma relação com o cruzamento racial. A “inferiorização” mestiça e a “degeneração” pelo cruzamento interracial não se sustentavam cientificamente, pois esta somente ocorria, conforme Domingues (1942), caso os “tipos” que se cruzassem fossem “inferiores”.

Segundo Domingues (1942), os mestiços precisavam ser analisados conjuntamente às suas origens sociais, isto é, considerando as origens pobres e a falta de acesso à educação que tiveram. Por esse motivo, o professor afirmou de forma contundente que era impossível investigar as capacidades mentais dos indivíduos ignorando a questão social. Essa passagem contrariava não somente Kehl (1933c; 1935) e Piza Júnior (1933a), como também o reducionismo biológico apresentado pelo próprio Octavio Domingues nas lições anteriores, nas quais analisou as relações sexuais exclusivamente a partir do prisma da genética, ignorando os aspectos sociais e a intersubjetividade.

Após a análise de sua trilogia eugênica, ponderamos que Octavio Domingues constitui o melhor exemplo para compreendermos o conceito *lato sensu* de educação para a consciência eugênica elaborado pelo movimento eugenista brasileiro. Mesmo aliado a Renato Kehl na direção do *Boletim de Eugenia*, o professor geneticista desenvolveu uma concepção própria de educação eugênica, um conceito amplo capaz de aglutinar medidas da eugenia “positiva”, “preventiva” e “negativa”. Ao contrário de Kehl, que focou parte de sua obra e de seu “fôlego” intelectual na promoção das medidas mais radicais, como a esterilização eugênica, Domingues (1929a; 1936b, 1942) preferiu a lógica da persuasão e do aconselhamento, motivo pelo qual a educação foi o carro-chefe na sua trajetória no movimento eugenista brasileiro. A consciência eugênica, promovida de forma “sutil”, “moderada” e “persuasiva” através da educação, seria mais prolífica para a implementação das medidas impopulares da eugenia do que uma ação mais ostensiva por parte do Estado.

Este aspecto coloca Octavio Domingues em uma posição distinta dos demais eugenistas brasileiros. Conforme demonstramos ao longo do presente capítulo, o esalqueano não foi um eugenista “moderado” como Edgar Roquette-Pinto, apesar de concordar com este no que se refere ao papel positivo da mestiçagem no processo de melhoramento racial. Seu “mérito” foi conseguir promover os posicionamentos mais radicais da eugenia a partir de uma retórica pró-miscigenação por intermédio da educação. Persuadir os nubentes e promover as “verdades biológicas” da eugenia entre a elite intelectual brasileira deveria ser, segundo Domingues (1929a; 1936b; 1942), uma missão compartilhada por médicos, educadores e demais adeptos da causa do melhoramento, como na passagem a seguir exposta na quinta lição do último livro de sua trilogia:

O que se vinha fazendo nos Centros de Saúde em S. Paulo segundo nos conta o dr. Edgar Braga em artigo seu – é uma medida das mais inteligentes e dignas de serem largamente postas em prática. Todos os doentes que iam ter ali, eram examinados, e dêsse exame médico geral, de par com os necessários exames de laboratório ou radiológicos, compunha-se uma ficha especial completada com informes sôbre a herança biológica e sôbre as moléstias passadas. O consulente não vinha à consulta para indagar si devia ou não casar-se, mas o médico aproveitava o ensejo para mostrar a necessidade do doente curar-se antes de contrair núpcias (nos casos de males congênitos ou adquiridos, mas curáveis), e a desistir do matrimônio quando se tratava de uma doença hereditária indiscutível. “Esta prática – afirmou êle – é honesta e até aqui não nos permitiu descrer de seus efeitos”. Aconselhar, persuadir é muitas vezes melhor que proibir... (DOMINGUES, 1942, p. 252).

A estratégia persuasiva adotada por Braga e elogiada por Domingues (1942) denota o sentido mais ampliado de sua concepção de educação para a consciência eugênica, que

ultrapassava os limites da educação escolar e englobava da Medicina à Pedagogia, constituindo o cerne da produção dominguesiana no campo da eugenia. A proposta de Domingues (1942) para a implementação prática da eugenia talvez tenha sido mais “estratégica” e efetiva para o avanço do movimento eugênico no Brasil do que a proposta de Renato Kehl, cujo posicionamento explicitamente racista e radical poderia afastar o público leigo ou gerar conflitos com os próprios intelectuais no seio do movimento eugenista, como ocorreu com Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca no Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929.

É importante ressaltar que mesmo optando pelo estilo “persuasivo”, as obras de Domingues (1929a; 1936b; 1942) também enfrentaram resistência no campo intelectual, conforme demonstraram as correspondências enviadas ao médico Arthur Ramos que encontramos no Acervo Digital da Biblioteca Nacional e as críticas inseridas pelo próprio Domingues ao final da reedição de 1942 de *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)*. O professor anexou à sua obra uma carta assinada por Alceu da Silveira, publicada no dia 22 de setembro de 1933 em *O Nordeste*, jornal diário da cidade de Fortaleza - CE. O texto consistiu em uma crítica à edição de 1933 do livro de Domingues publicado pela *Bibliotheca Pedagogica Brasileira*, denotando o interesse do esalqueano em fomentar o debate sobre a eugenia na imprensa leiga e defendê-la de seus críticos. Esse debate reforça também a importância da reedição de 1942 como uma obra mais complexa e relevante para a nossa pesquisa se comparada à primeira edição.

Silveira (1933, pp. 311-312) iniciou sua carta classificando o livro de Domingues como “perverso”, que sustentou ao longo de suas páginas um tom sedutor, “sereno e cheio de acomodações”, para no fim propor as medidas mais extremas da eugenia. O leitor, manifestamente adepto ao catolicismo, afirmou que o exame pré-nupcial era um “remédio de todo falho”, que não ficava claro na obra de Domingues a quem a esterilização se aplicaria, e se essa medida seria compulsória ou voluntária. Silveira (1933, pp. 313-314) afirmou que a “união sem filhos animaliza, tira o amor”, ponderando que o “equilíbrio” de Octavio Domingues se resumia ao seu estilo de escrita e aos seus dotes de explanação, mas não ao seu pensamento “perverso” e contrário aos ensinamentos da Igreja e de Jesus Cristo.

O motivo que levou o professor a inserir essa carta na segunda edição de seu livro foi explicitado logo na sequência, quando Domingues reproduziu a sua própria réplica ao comentário de Alceu da Silveira, também publicada sob a forma de carta na edição de 20 de

outubro de 1933 nas páginas do mesmo jornal fortalezense *O Nordeste*. Domingues (1933) agradeceu à réplica e se considerou satisfeito com as observações de seu crítico. Apontou que os objetivos de sua obra eram “resumir serenamente” em cinco capítulos a definição, as bases e os meios de ação da eugenia. Para isso, tentou elaborar uma obra “clara, simples, de leitura agradável e instrutiva” para que o leitor chegasse sem perceber ao final, quando seria tarde para fugir dos “três espantalhos”: o exame pré-nupcial, o *birth-control* e a esterilização dos “anormais” (DOMINGUES, 1933, p. 315).

Defendendo sua obra das críticas do leitor, Domingues (1933) afirmou que os “perversos”, na verdade, não eram os eugenistas, mas as pessoas que pensavam como Silveira (1933), amparadas por uma filosofia de vida que não se preocupava com a “[...] multiplicação genuinamente animal, orientada exclusivamente pelo instinto sexual”, mentalidade que não se comovia mais com “o espetáculo lacinante da multidão de miseráveis, que todos os dias nascem para o sofrimento”, para os quais não existia remédio. Após a defesa da razão eugênica, Domingues (1933) apresentou ao leitor o seguinte dilema: ou se buscava o aperfeiçoamento genético da humanidade via eugenia, ou se acreditava ingenuamente, como o filósofo iluminista francês Claude Adrien Helvétius (1715-1771), que todos os homens nasciam iguais e que a educação seria o suficiente para o desenvolvimento social.

Domingues (1933) aumentou o tom de sua tréplica, criticando o argumento católico de Silveira (1933), ponderando que não se podia esperar dos “imbecis”, “tarados mentais”, “dementes genéticos” e “anormais psíquicos” uma escolha “racional” no âmbito do matrimônio, motivo pelo qual a intervenção eugênica se fazia não apenas necessária, como urgente. Domingues (1933) concluiu sua carta agradecendo à crítica de Silveira (1933), postulando que ao menos seu leitor não se fechou no indiferentismo e abriu possibilidades para esse importante debate. Sua tréplica, no entanto, foi encerrada de forma irônica, agradecendo à carta de Silveira (1933) com “equilíbrio” no “pensamento” e não no “estilo” (aspas inclusas), em uma clara ridicularização dos comentários de seu crítico.

Souza (2019) demonstrou que, em carta enviada a Renato Kehl no dia 15 de janeiro de 1932, Domingues afirmou que tinha interesse em demonstrar a aproximação entre eugenia e o espírito cristão, e que já tinha entrado em contato com Tristão de Ataíde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima. Segundo Domingues (1932 apud SOUZA, 2019, p. 222):

Acho que se trouxermos a essa causa a simpatia das figuras esclarecidas do catolicismo, teremos o caminho expurgado de um grande obstáculo. Creio ser contraproducente uma campanha aberta, ferindo os pontos de vistas

católicos. Ao contrário precisamos envolvê-los e assimilá-los (DOMINGUES, 1932 apud SOUZA, 2019, p. 222).

A estratégia de Domingues tinha fundamento. Conforme Saviani (2019), Alceu Amoroso Lima foi o maior líder intelectual católico do século XX no país. Partindo do princípio que a família e a Igreja precediam o Estado, liderou a reação da Igreja Católica contra a Escola Nova, fundando instituições de ensino, organizações de base, defendendo a primazia da Igreja na educação e combatendo a laicização do ensino (SAVIANI, 2019). A vasta influência desse intelectual no meio religioso, em um país de maioria católica, justifica as tentativas de aproximação de Domingues e o estilo “persuasivo” criticado por Silveira (1933).

5.3. A educação para a consciência eugênica na *Revista de Agricultura* e nas correspondências de Octavio Domingues

Nossa investigação sobre a campanha pela consciência eugênica de Octavio Domingues se encerrará com a análise de suas correspondências e artigos publicados na *Revista de Agricultura*. Iniciaremos com as quatro cartas enviadas pelo professor ao médico Arthur Ramos na segunda metade da década de 1930. Nesses documentos foram registrados importantes informações sobre as dificuldades enfrentadas pelo esalqueano na publicação de seus livros, seus projetos de vulgarização da eugenia através de suas obras e as mudanças em sua carreira profissional. A primeira correspondência foi enviada da cidade de Piracicaba no dia 9 de dezembro de 1935, datilografada em papel timbrado da Universidade de São Paulo (USP), com a logomarca da ESALQ, explicitando que Domingues utilizou a sua influente posição como docente e pesquisador de uma das maiores faculdades do país como forma de viabilizar a aprovação de suas obras.

Domingues (1935) ofereceu os originais para serem publicados na coleção *Bibliotheca de Divulgação Científica* dirigida por Ramos e mencionou outros livros de sua autoria editados pela Companhia Editora Nacional: *Hereditarietà em face da educação* (1929a) e a primeira edição de *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)* (1933). Domingues (1935) afirmou que seu trabalho talvez pudesse interessar a Ramos, informando que enviara junto à carta os originais de um pequeno trabalho sobre hereditarietà e eugenia. O objetivo de vulgarizar da eugenia entre o público leigo foi evidenciado em sua carta: “São ao todo uns quinze a vinte comentarios em linguagem simples, propria para o leitor comum. Anexo lhe mando uma lista dos assuntos sobre os quais versam esses breves ensaios de

divulgação biológica e também de doutrinação” (DOMINGUES, 1935, p. 1). O esalqueano agradeceu por uma possível resposta e assinou a carta como “Prof. Octavio Domingues”.

No dia 22 de janeiro de 1936, Domingues enviou uma nova carta ao médico e diretor da *Bibliotheca de Divulgação Científica*, respondendo a uma correspondência do dia 15 de dezembro de 1935. A carta foi datilografada em papel timbrado do Ministério da Agricultura, Departamento Nacional da Produção Vegetal, Serviço de Fomento da Produção Vegetal, com a logomarca do Brasão de Armas do Brasil, explicitando que o professor havia se mudado para o Rio de Janeiro e já não fazia mais parte do quadro de funcionários da ESALQ. Domingues (1936a) alegou ter enviado em anexo seu trabalho, que consistia nos originais sobre hereditariedade e eugenia organizados em 94 páginas datilografadas. Afirmou que pretendia acrescentar um capítulo intitulado *Eugenia e Eutecnia*, e evidenciou sua campanha pela vulgarização da eugenia: “Como vê é um volume de leitura variada e leve, para divulgação, de assuntos atinentes á hereditariedade e á eugenia.” (DOMINGUES, 1936a, p. 1). O professor assinou a carta e deixou registrado seu novo endereço no bairro do Catete, na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

No dia 15 de setembro de 1938, Domingues enviou uma nova correspondência a Arthur Ramos, registrando importantes informações sobre a recepção de suas teses no campo intelectual brasileiro. A carta datilografada em papel em branco indicou que em 1938 Octavio Domingues se encontrava em um novo endereço na capital da República, agora no bairro de Ipanema. Domingues (1938) felicitou Ramos por um artigo publicado na *Revista do Brasil*, informou sobre a edição de um novo artigo de sua autoria sobre o tema do mestiçamento na mesma revista, e denunciou o boicote de alguns pesquisadores aos seus trabalhos. Expondo sua opinião pessoal sobre o “atraso” da elite letrada brasileira, Domingues (1938, p. 1), afirmou que o nosso “primitivismo nacional” sequer sabia distinguir o que era e o que não era ciência.

Uma outra informação sobre as vicissitudes do campo intelectual registrada por Domingues (1938) em sua carta era a de que ele escrevia sobre o mestiçamento desde 1929, mas que os “donos do assunto” (aspas do autor) não o permitiam amadurecer o tema. O professor indicou possuir alguns manuscritos sobre mestiçamento e eugenia, mas que já esperava encontrar resistências e boicotes ao seu trabalho por parte desses os quais também denominava “latifundiários”. Frente a essa informação, indagamos: quem seriam tais “latifundiários” que se portavam como “donos do assunto”? Seriam os sociólogos e

antropólogos alinhados ao culturalismo boasiano, que não condenavam a mestiçagem como “degeneração”? Ou seria a ala racista do movimento eugenista composta por seus colegas Kehl e Piza Júnior? Supondo que um dos “latifundiários” fossem Kehl, poderia esse atrito indicar uma possível ruptura ou distanciamento entre o ex-esalqueano e o “pai” da eugenia brasileira?

A última carta de Octavio Domingues a Arthur Ramos que encontramos no Acervo da Biblioteca Nacional é datada em 7 maio de 1939, poucos meses antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Domingues (1939, p. 1) iniciou a carta datilografada em uma folha em branco definindo a *Bibliotheca de Divulgação Científica* de Ramos como um “projeto vitorioso”. Na sequência, o professor redigiu quase que em tom de súplica: “Caro dr. Arthur Ramos, Saudações muito cordiais, Aqui me acho eu, novamente, em sua presença, com um maço de originais debaixo do braço. (Serei bem sucedido como fui da primeira vez?)”. Domingues (1939) descreveu seu projeto de livro denominado *O mestiçamento brasileiro*, composto por 12 capítulos que versavam sobre temas como arianização, mestiçamento e eugenia, e encerrou sua carta afirmando não se importar com a remuneração, desde que a publicação ocorresse de forma rápida. Não localizamos em nossa pesquisa informações sobre esse livro, o qual acreditamos não ter sido publicado.

A única correspondência de Arthur Ramos em resposta a Octavio Domingues que encontramos no Acervo da Biblioteca Nacional foi enviada uma semana após essa última carta. O documento manuscrito com diversas partes ilegíveis prejudicou a nossa transcrição e interpretação, mas segundo a descrição do próprio Acervo, Ramos (1939) comunicou ter recebido os originais do livro *O Mestiçamento Brasileiro*, mas lamentou a impossibilidade de editá-lo devido ao seu desligamento da Editora Civilização Brasileira. Seria esse pedido encarecido de Domingues (1939) um indicativo de suas dificuldades em publicar suas obras devido aos boicotes dos “latifundiários” e “donos do assunto”? Os documentos analisados não nos oferecem uma resposta a esse questionamento, que poderia, ao nosso ver, fomentar novos projetos de pesquisa.

O primeiro artigo do professor Octavio Domingues relacionado ao tema da eugenia e da hereditariedade na *Revista de Agricultura* foi publicado na segunda edição do ano 1926 sob o título *Mecanismo de hereditariedade patologica*. Domingues (1926) condenou as uniões consanguíneas entre indivíduos pertencentes a linhagens com “taras” recessivas, denunciando que a reprodução humana operava sem nenhum tipo de seleção, perpetuando as

linhagens “taradas”, ao contrário do que se fazia com animais. O texto deixa claro que quatro anos antes da criação do *Boletim de Eugenia* por Renato Kehl e da publicação de seu primeiro livro sobre hereditariedade, Domingues (1926) utilizou as páginas da *Revista de Agricultura* para defender as teses da eugenia. Podemos afirmar, portanto, que este texto constituiu o marco inicial da campanha dominguesiana pela consciência eugênica no país.

Publicado na edição de 1928 da *Revista de Agricultura*, o artigo *A escola rural bem intencionada* constitui o registro mais explícito da concepção autoritária e elitista de Octavio Domingues. Não surpreende, pois, que o texto tenha sido assinado como “João André Antonil”, pseudônimo utilizado diversas vezes por Domingues na *Revista de Agricultura*. Conforme demonstramos no capítulo 3, o recurso do pseudônimo e do anonimato foi amplamente empregado pelos adeptos do movimento eugenista para defender posicionamentos racistas, misóginos e promover medidas radicais no combate à degeneração. Nesse texto, o “Antonil” de Domingues evidenciou sua preocupação com a educação, mas disfarçou através do pseudônimo seu autoritarismo e sobretudo seu preconceito de classe.

Antonil (1928) afirmou que a instrução agrícola era função dos municípios, mas que essa tese não era colocada em prática. Postulou que a instrução deveria ser restrita ao ensino do trabalho na lavoura, mas que esses trabalhadores deveriam permanecer analfabetos, alegando que a alfabetização levava ao êxodo rural. Nas palavras de Antonil (1928, p. 2):

Que cousa mais estúpida, que contrasenso mais vasto do que ensinar a lêr, escrever e contar, ao filho do homem rural! Para que? Não será isso o mesmo que lhes abriremos portas ao êxodo para as capitais? Que fiquem analfabetos; seria mais sensato do que lhes ensinar a lêr sem ao lado disso instrui-los na sua profissão de agricultor. Como aperfeiçoar a lavoura, como melhorar a criação ensinando a lêr, tão somente a lêr? À Escola Rural bem cuidada caberia o mister de alfabetizar os filhos dos homens rurais, e ainda instrui-los no seu ofício, isto é, na arte de fazer a terra e os gados produzirem economicamente. Sem lavrador instruído não haverá lavoura próspera, nem pecuária rendosa. Mas instruído no manejo das ferramentas que fazem a terra abortar em frutos. Hoje o que vemos é o êxodo crescente para as capitais, onde os homens rústicos do interior, infelizmente alfabetizados, vão encher o comércio, as fábricas ou as academias. Nos campos fatalmente só ficarão os menos aptos, os que nem aprenderam a lêr...

É intrigante denotar que o mesmo professor que anos mais tarde defendeu em seus textos o ensino de biologia e os fundamentos da genética mendeliana do ensino básico ao superior tenha proposto, através de um pseudônimo, que o homem do campo não deveria ter acesso à alfabetização, para que pudesse continuar a ser explorado como mão de obra barata. Ressaltamos que esse argumento elitista e autoritário foi elaborado e defendido por um

intelectual autointitulado “humanista”⁴⁸, e que ocupou o cargo de professor de uma das maiores faculdades do país, incorporada pela Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Ressaltamos, também, a conformidade da proposta dominguesiana de “Escola rural bem-intencionada” com a concepção burguesa de educação pautada no binômio *elitismo* e *exclusão* (FERREIRA Jr., 2010), tal qual apresentamos no capítulo 2.

Na primeira edição do ano de 1929, Domingues publicou o artigo *As teorias da hereditariedade*, no qual afirmou que os intelectuais brasileiros conheciam pouco ou nada sobre as teorias da hereditariedade, ignorando autores básicos como Charles Darwin e Francis Galton. Domingues (1929b) estabeleceu que a cultura biológica do país era defasada, atribuindo esse problema à falta de livros e de revistas idôneas de caráter técnico e científico. O texto demonstrou que a preocupação de Domingues com a educação estava atrelada ao seu entendimento de que o campo intelectual brasileiro não possuía os requisitos mínimos para compreender e conseqüentemente aderir aos fundamentos da eugenia. Sem a compreensão das premissas básicas da hereditariedade, que envolviam a tríade Darwin – Galton – Mendel, não haveria qualquer possibilidade de formação da consciência eugênica.

Os preconceitos de classe de “João André Antonil” retornaram às páginas da *Revista de Agricultura* em 1929 no artigo *Literatura de vulgarização*. Citando o sociólogo francês Paul Fauconnet (1874-1938), o qual considerava como figura de destaque no campo da didática moderna, Antonil (1929) afirmou que era melhor vulgarizar a ciência do que somente alfabetizar a população. Para tanto, era necessário a criação de uma literatura de divulgação científica, denotando sua preocupação com a formação da consciência eugênica entre a elite letrada. Repetindo os posicionamentos autoritários e elitistas do artigo de 1928, Antonil (1929) constatou que o problema educacional no Brasil não era o analfabetismo, mas sim a falta de uma literatura vulgarizadora da ciência compatível com a nossa civilização. Citando intelectuais como Ruy Barbosa (de Oliveira) (1849-1923), Machado de Assis, Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941) e a “prole” de Manguinhos, Antonil (1929) defendeu a tese de que o país possuía bons cientistas e boa ciência, mas não uma boa divulgação científica.

⁴⁸ Optamos por manter entre aspas o termo “humanismo” ao longo de toda a tese, uma vez que o conceito foi instrumentalizado na defesa das medidas eugênicas mais radicais, especialmente a esterilização. Esse “humanismo eugenista” não foi, contudo, exclusividade de Kehl, Piza Júnior e Domingues, estando presente desde os primeiros textos de Galton sobre o tema, como *Hereditary genius* (1869) e *Inquiries into human faculty and its development* (1883). Ademais, conforme apresentamos no capítulo 4, as correspondências entre os intelectuais mexicanos e brasileiros na década de 1960 revelaram que a reconfiguração da ciência do melhoramento racial como uma filosofia “humanista” consistiu em uma das principais estratégias dos eugenistas no contexto pós-1945. Para uma análise aprofundada sobre a apropriação do conceito de humanismo pelos intelectuais eugenistas, ver Miranda (2022).

Outro problema da educação brasileira era, conforme Antonil (1929), o fato de que a ciência nacional era mais conhecida no exterior do que dentro do país. Isso ocorria não pelo fato de o país ser analfabeto, mas porque sua ciência não foi vulgarizada, ou seja, não se tornou popular e não se democratizou. Considerou esse processo como necessário para a elevação da cultura nacional, e para que essa cultura fosse um reflexo de nossa civilização inconclusa. Citando Fauconnet, Antonil (1929) postulou que o caminho seria a incorporação de mais “homens do povo” na “civilização intelectual”. Em suma, no projeto educacional elitista de Antonil (1929), a democratização que o país carecia não envolvia o combate ao analfabetismo, mas o fomento à divulgação científica e à formação de novos quadros intelectuais no seio da nossa elite.

Para que essa transformação se operasse, afirmou Antonil (1929), era impreterível modificar a linguagem da divulgação científica, tornando-a mais clara e prazerosa, aproximando-a de uma linguagem artístico-literária. Para Antonil (1929, p. 272), a ciência precisava descer “dos altares dos deuses para o seio do seu povo” para, depois, simplificada sob a forma de literatura, se tornar “tragável pelo cérebro plebeu”. Essa constatação nos ajuda a compreender o estilo “poético” de Domingues, repleto de citações a autores como Machado de Assis e poetas gregos, contrastando com o estilo “direto” de Kehl ou “técnico” de Piza Júnior. No caso de seu colega de instituição, mesmo se aventurado no campo das artes literárias ao escrever a *Ode à ESALQ* (cf. PIZA JÚNIOR, 1921), seu estilo de divulgação científica no *Boletim de Eugenia* era profundamente acadêmico, com linguagem de difícil acesso a leigos, mais próximo aos termos utilizados no campo da genética do que propriamente da eugenia. Domingues, pelo contrário, assumiu para si a posição de eugenista-educador de modo a viabilizar, em linguagem acessível, a formação da consciência eugênica no país.

A nota *Conferencia sobre Eugenia* publicada em 1929 na *Revista de Agricultura* detalhou o evento ocorrido na ESALQ no mês outubro, ministrado por Octavio Domingues a convite do presidente da ESALQ. O público foi composto por “academicos das Escolas Agricola, de Pharmacia e Odontologia, e Normal, e professores”. Com duração de duas horas, os temas abordados por Domingues foram: Eugenia e Agronomia; Histórico das ideias eugênicas na humanidade; Galton, o pai espiritual da eugenia; Renato Kehl e a eugenia no Brasil; definição de eugenia; pontos nos “ii”; eugenia e religião; eugenia e materialismo. Por fim, foram apresentados ao Centro Agrícola seus livros, dentre eles *A hereditariedade em face da educação* (CONFERENCIA, 1929). Conforme vimos anteriormente, as informações

sobre essa conferência foram publicadas mais de uma vez no *Boletim de Eugenia*, divulgando a campanha eugênica de Domingues nas instituições de ensino no interior paulista.

O pseudônimo adotado por Domingues reapareceu na *Revista de Agricultura* no texto *Coroneis da Agricultura*, publicado em 1930. Antonil (1930) afirmou que, durante muito tempo, indivíduos que faliam em suas carreiras passavam a se dedicar à agricultura. Esses indivíduos não capacitados – os quais denominou “coronéis” - dominaram o campo durante muito tempo, até o advento das Escolas de Agronomia. Os intelectuais surgidos nessas escolas foram, segundo a metáfora de Antonil (1930), flores crescidas em meio ao esterco. Considerou que, inicialmente, essas escolas foram aplaudidas pelos “coronéis”, mas que cedo estes voltaram atrás, pois desejavam ter agrônomos-práticos, ou seja, trabalhadores braçais, e não agrônomos-intelectuais (ANTONIL, 1930).

Os coronéis almejavam se manter na liderança da agricultura nacional, mas, conforme Antonil (1930), os agrônomos floresceram, se qualificaram, chegando a fazer cursos nos Estados Unidos da América e na Europa (em uma clara referência a si mesmo e aos seus colegas esalqueanos). Antonil (1930) encerrou constatando que apesar da insistência dos coronéis pela formação de agrônomos-práticos, os agrônomos-intelectuais vieram para ficar. O texto não versou sobre o tema da eugenia, mas desvelou a concepção de Domingues acerca do papel das instituições de ensino superior, especificamente a ESALQ, no desenvolvimento nacional e a posição de liderança a qual os intelectuais deveriam ocupar em uma sociedade considerada como arcaica, teoricamente pobre e resistente ao progresso científico.

No mesmo ano, Domingues (1930a) publicou na *Revista de Agricultura* o texto *A saúde*, assinando como docente da Escola Superior de Agricultura e da Faculdade de Pharmacia e Odontologia, ambas sediadas em Piracicaba. Em nota, o autor registrou que se tratava de uma palestra proferida no mês de maio na Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Piracicaba por ocasião da Semana de Educação. Além de expor a campanha pela formação da consciência eugênica de Domingues no interior paulista, o texto revelou que o professor também era docente de outra instituição de ensino superior em Piracicaba, estendendo sua influência como eugenista-educador para além dos muros da ESALQ.

Domingues (1930a) discorreu sobre o conceito de saúde e a sua relação com a produtividade. Introduziu de forma didática o vocabulário eugênico para o público leigo presente na Semana de Educação em Piracicaba e para o público leitor da *Revista de Agricultura*. Explicou a dicotomia entre o homem saudável/eficiente/produtivo e o homem

doente/ineficaz/improdutivo, reproduzindo, ao se referir a esse último, termos pejorativos utilizados em outros textos, como “peso morto”, “resíduo” e “parasita” (DOMINGUES, 1930a, p. 224). A partir das bases mendelianas da eugenia, o autor explicou que as doenças poderiam ser decorrentes de fatores externos, mas também de fatores de ordem hereditária, esclarecendo que alguns indivíduos eram mais saudáveis porque herdaram “de berço” a resistência aos fatores externos causadores de doenças. Domingues (1930a, pp. 224-225) ponderou que aqueles que não possuíam essa “feliz herança” ainda poderiam ter uma boa vida caso cuidassem da higiene, mas que essa saúde era mais precária em comparação com o “typo ideal do homem geneticamente robusto”.

Após a introdução, Domingues (1930a), apresentou o conceito de Eugenia, distinguindo-a da Hygiene (ambas grafadas com letras maiúsculas), afirmando que a última paradoxalmente trabalhava contra as conquistas da primeira. Segundo o professor, a higiene fazia com que indivíduos que herdaram uma “má” constituição orgânica se tornassem mais robustos, mas que essa conquista era efêmera e não transmissível hereditariamente. Repetindo o argumento apresentado em outros textos (DOMINGUES, 1929a; 1932b), afirmou que este era um verdadeiro trabalho de Sísifo.

Domingues (1930a) explanou que, sem a higiene, ocorreria o que Darwin chamou de seleção natural, ou seja, o desaparecimento das linhagens “más” e a permanência dos seres mais adaptados e saudáveis. Ponderou que os recursos de prolongamento da vida dos “organicamente inviáveis”, decorrentes dos avanços da ciência, contrariavam a seleção natural e contribuíam para uma “seleção às avessas”. Apesar de admitir seus efeitos “disgênicos”, o professor esclareceu que não defendia a tese absurda e desumana de que a higiene era mais um mal do que um bem (DOMINGUES, 1930a).

Domingues (1930a, pp. 226-227) postulou que a “filha espiritual” de Galton prometia uma multiplicação profusa de humanos sadios de corpo e alma, “[...] desde que obedeçamos às suas prescrições, tiradas da theoria e da biologia applicada”. Na sequência, o professor apresentou o conceito de consciência eugênica ao público presente na Semana de Educação da Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Piracicaba, afirmando que era necessário que os indivíduos fossem orientados na escolha matrimonial em nome da felicidade pessoal e das futuras gerações, considerando que as uniões eugenicamente bem constituídas compreendiam a parte mais importante da eugenia (DOMINGUES, 1930a).

Tomando Renato Kehl como referência, Domingues (1930a) definiu a eugenia “negativa” como o conjunto de medidas de caráter proibitivo, consideradas draconianas, mas que em vários pontos se tornaram uma necessidade frente ao processo “degenerativo” no qual a humanidade se encontrava. O professor alegou que, como ela não era possível na maioria das vezes, o recurso essencial se tornava a educação para a consciência eugênica. Essa educação tinha como objetivo divulgar os ensinamentos da eugenia “na massa da população das Escolas Superiores” e conscientizar para o matrimônio eugenicamente orientado (DOMINGUES, 1930a, p. 228). Na prática, era exatamente o que o esalqueano almejava ao proferir essa conferência na faculdade piracicabana, com sua devida transcrição na *Revista de Agricultura*. A essa altura de nossa tese, podemos reafirmar que Octavio Domingues foi o maior defensor da educação para a consciência eugênica no Brasil, mesmo em comparação a Renato Kehl. De acordo com Domingues (1930a, p. 228, grifos do autor):

Creio que um homem culto, moralmente bem formado, em sentido instruído do mal que praticará, gerando uma descendência tarada, não duvidará um momento em abster-se. E o numero delles, fiquemos certos, crescerá se divulgados sufficientemente os ensinamentos da Eugenia na massa da população das Escolas Superiores, como esta, onde não se deve ensinar apenas a sciencia ou arte applicada, mas tambem o que possa servir de guia ao aperfeiçoamento da nossa especie. “A prohibição do matrimonio aos portadores de qualquer mal hereditario reconhecido – escrevi em algures – e que os impossibilita de bem exercer o seu papel social, é uma medida eugenica que deve merecer acatamento até daquelles sobre os quaes attinge a medida, em bem da sua propria prole”. “É preciso que se proclame [...] que ha circunstancias, nas quaes a propagação da vida humana constitue um crime tão grande como o de supprimir uma vida”.

No encerramento de sua conferência, Domingues (1930a) denunciou que na Alemanha e nos Estados Unidos da América existiam milhares de “degenerados” casados e com liberdade de ter filhos. Ponderou que esses números demonstravam que as medidas eutécnicas eram pouco eficazes, e que a medicina, em nome da misericórdia, agia de forma contrária ao bem da espécie, privilegiando o indivíduo em detrimento da comunidade. Domingues (1930a) concluiu afirmando que a lição oferecida por ele ao seu público era dedicada à deusa Hygia dos gregos ou Salus dos romanos, alertando que era preciso cuidar da saúde, mas que estes cuidados jamais poderiam ser dissociados dos fundamentos da hereditariedade.

Ainda na década de 1930, um curioso artigo foi publicado na *Revista de Agricultura*. Intitulado *O Vale do Paraíba*, o texto foi redigido pelo professor Carlos Teixeira Mendes, professor de Octavio Domingues em seus tempos de graduação. Mesmo não se tratando de um texto diretamente sobre Domingues, o artigo nos forneceu pistas sobre a maneira como a questão racial foi apreendida pelos professores e pesquisadores da ESALQ. O texto de

Mendes (1939) explicitou uma aproximação com as teses dominguesianas e um possível isolamento intelectual de Piza Júnior em sua defesa do racismo científico no interior da instituição piracicabana, àquela altura já incorporada pela Universidade de São Paulo (USP).

Mendes (1939) teceu uma crítica relevante à concepção racista sobre a população brasileira, especificamente a do Vale do Paraíba, região do interior do Estado de São Paulo, lar do escritor pró-eugenia Monteiro Lobato e de seu personagem “degenerado” Jeca Tatu. O texto de Mendes (1939) versou sobre as atividades econômicas e agrícolas valeparaibanas, descrevendo a geografia e a história da região, que alcançou seu ápice no contexto de expansão cafeeira no século XIX, mas que entrou em declínio em decorrência da crise econômica que assolou o país em 1929, gerando as chamadas “Cidades Mortas”. De forma sutil, Mendes (1929) redigiu uma provocação aos defensores do racismo científico, afirmando que a raça antes considerada como o motivo da “decadência” valeparaibana era justamente a raça que estava reconstruindo a região no contexto pós-crise. Mendes (1939) terminou sua crítica ponderando que com o vigor e entusiasmo que lhes eram característicos, esta raça dita “decadente” estava diversificando as atividades agrícolas para além do café, não se deixando abater pela crise.

Não encontramos nenhum artigo sobre hereditariedade e eugenia assinado por Domingues ou “Antonil” nas edições da *Revista de Agricultura* nas décadas de 1940 a 1970. Sua última publicação no *Boletim de Eugenia* é datada em 1932, e seu último livro sobre o tema foi reeditado em 1942. Não obstante, encontramos duas correspondências de Octavio Domingues ao seu colega esalqueano em nossa pesquisa de campo na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Na primeira carta, datada em 31 de julho de 1968, Domingues (1968) escreveu no intuito de cobrar uma resposta de Piza Júnior sobre um trabalho intitulado *Falsas raças nativas*, referente às raças bovinas. Domingues (1968) reclamou que algumas correspondências em seu endereço em Teresópolis – RJ estavam sendo extraviadas, mas afirmou estar aproveitando o bom clima da região para plantar repolho e couve-flor, mandando abraços à família de Piza Júnior.

Um ano depois, em nova carta manuscrita, Domingues (1969) tratou sobre questões financeiras, pedindo para seu colega liquidar alguns pagamentos que não foram efetivados na prefeitura de Piracicaba devido à má organização, considerada como “anarquia” por Domingues (1969). O professor pediu desculpas pelo trabalho que deu ao colega, informando que seu estado de saúde não o permitia se deslocar até Piracicaba. Essas duas últimas

correspondências, enviadas poucos anos antes da morte de Domingues em 1972 não se relacionam com o tema da eugenia, mas evidenciam dois elementos que podem nos ajudar a compreender a trajetória dos professores da ESALQ. O primeiro, que Domingues e Piza Júnior mantiveram não somente uma relação de amizade, como também uma parceria intelectual até o falecimento do primeiro, parceria expressa no pedido de Domingues pela opinião do colega esalqueano acerca de seu último artigo científico sobre o tema da genética.

Em segundo lugar, essas duas últimas correspondências denunciaram que Domingues manteve até pelo menos o final da década de 1960 um particular interesse pelo tema da hereditariedade e da questão racial, mesmo que nesse caso ela fosse direcionada às raças bovinas e não às “raças” humanas. Os documentos analisados não nos permitiram identificar, no entanto, a permanência de uma eugenia “tardia” ou “ecos” da campanha pelo melhoramento racial na trajetória intelectual de Domingues. Mais pesquisas serão necessárias para confirmarmos se entre o final da “trilogia” dominguesiana em 1942 e os últimos anos de sua vida o professor se manteve fiel ou não à campanha pela consciência eugênica.

A nota de falecimento (1972, p. 139) publicada na *Revista de Agricultura* lamentou a morte do diretor-fundador da revista no dia 18 de maio em sua casa em Teresópolis - RJ. Citou suas publicações na revista piracicabana, revelou que “Era seu o pseudônimo J. A. Antonil” e enalteceu sua imensa obra em prol do desenvolvimento do ensino e da nacionalização da Zootecnia no Brasil. Contudo, assim como os três textos publicados em 1988 na mesma *Revista de Agricultura* em virtude da morte de Piza Júnior (cf. LORDELLO, 1988; GOMES, 1988; MALAVOLTA, 1988), o obituário de Domingues não fez qualquer menção ao seu envolvimento com o movimento eugenista, de seus artigos propalados na *Revista de Agricultura* e no *Boletim de Eugenia* à trilogia de livros publicados em célebres coleções de Educação que circularam nacionalmente.

Mesmo que não seja possível encontrar uma resposta para esse questionamento, não deixaremos de nos indagar se essa omissão foi ou não proposital, uma vez que a eugenia definitivamente não foi um mero “detalhe” na trajetória intelectual de Domingues. A partir do diagnóstico crítico realizado ao longo deste capítulo, ressaltamos que mesmo com uma vasta produção em outras áreas como a Agronomia e a Zootecnia⁴⁹, o professor geneticista foi o

⁴⁹ Conforme informações do portal do Conselho Federal de Medicina Veterinária (2018), Octavio Domingues foi um nome de destaque no campo da Zootecnia e Agropecuária no Brasil, tendo sido o fundador e professor do primeiro curso de Zootecnia no país. Desde 2008, a Comissão de Avaliação e Julgamento, constituída por conselheiros do Conselho Federal de Medicina Veterinária, gratifica anualmente os zootecnistas brasileiros que se destacam no ramo da agropecuária com o Prêmio Professor Octávio Domingues.

diretor do *Boletim de Eugenia* que mais desenvolveu e aprofundou o conceito *lato sensu* de educação para a consciência eugênica, assumiu o papel de eugenista-educador na difusão dessa ciência nas instituições de ensino e pesquisa piracicabanas e, não menos importante, dirigiu ao longo do ano de 1932 o maior periódico sobre a ciência do melhoramento racial no Brasil.

Capítulo 6. Crítica da razão eugênica

*Eles já são carrascos e vítimas
do próprio mecanismo que criaram.*
Raul Seixas (1974)

6.1. O reposicionamento do debate racial

Ao analisar a reorientação da eugenia no decorrer da década de 1930, Stepan (2014) postulou que o racismo extremado nos Estados Unidos da América, França e principalmente Alemanha levaram a críticas internas e externas, forçando a reavaliação da ciência do melhoramento racial em um plano mais amplo. As Leis de Nuremberg que proibiam os casamentos entre judeus e gentios e seu entrelaçamento com a legislação eugênica nazista começaram a ser mundialmente divulgadas e debatidas. As notícias chegavam à América Latina, mas a desaprovação da política reprodutiva nazista já era manifestada em linhas gerais na região. Dialogando com a perspectiva historiográfica de Kevles (1986), Stepan (2014) ponderou que na década de 1930 os Estados Unidos da América empreenderam uma espécie de reforma eugênica que cessou os investimentos nas instituições e reviu as posições racistas e elitistas anteriores.

Kevles (1986) denotou que, ainda na primeira metade da década de 1930, influentes geneticistas passaram a criticar publicamente a forma como a genética foi pervertida por intelectuais fascistas e reacionários, que lograram promover preconceitos de classe e raça sob o manto da ciência. Mesmo antes do fim da Segunda Guerra Mundial e do Tribunal de Nuremberg, as medidas radicais da eugenia, sobretudo os programas de esterilização alemães e estadunidenses, foram internacionalmente denunciados, intensificando o descrédito da eugenia enquanto ciência no meio intelectual. O Terceiro Congresso Internacional de Eugenia realizado em Nova Iorque (1932) contou com menos de 100 participantes e, nos anos subsequentes, a quantidade de livros e artigos publicados sobre o tema da eugenia declinou significativamente. Contudo, ponderou Kevles (1986), apesar de o movimento eugênico organizado ter declinado, o ideário da eugenia continuou a circular em um meio intelectual reduzido, mas científica e politicamente atuante.

De modo semelhante a Kevles (1986), Stepan (2014) demonstrou que a eugenia ao final da década de 1930 se reestruturou mas, sem desaparecer, floresceu dos seus próprios escombros. Seu campo científico foi reconstituído como o novo campo da genética humana, um campo supostamente “neutro” e sem os fundamentos ideológicos da eugenia “clássica”. A eugenia se tornou, assim, menos “ideológica”, mais “científica”, liberal e progressista. Sua

estrutura externa se modificou, mas seu núcleo estrutural que englobava questões de gênero, raça e classe se manteve. A eugenia seria, na perspectiva de Kevles (1986) e Stepan (2014), uma ciência flexível, que conseguiu manter sob novos disfarces seu antigo compromisso esclarecido com a manipulação do sexo e com o controle hereditário. A reconfiguração via genética humana permitiu sua permanência, mesmo que a palavra “eugenia” continue até os dias atuais associada à uma má reputação. Nas palavras de Stepan (2014, p. 209):

A eugenia, por conseguinte, não sofreu nenhuma súbita ruptura na América Latina. Ela permaneceu fiel a seu tipo, embora o número de seus defensores diminuísse. O que finalmente ocorreu foi um conveniente desmentido de que os latino-americanos jamais houvessem abraçado os princípios eugênicos. Conveniente porque, terminada a guerra, a esterilização forçada pelos nazistas a mais de 350 mil pessoas em nome da eugenia e o extermínio que fizeram de milhões de judeus em nome da “inferioridade racial” causaram repulsa tão profunda que a própria palavra “eugenia” tornou-se um tabu. Não é de estranhar, portanto, que os latino-americanos achassem mais fácil dizer que jamais haviam incorrido na loucura que varrera os países anglo-saxões mais extremistas. Esqueceram-se, assim, de seu próprio envolvimento, ainda que em seus próprios termos e de sua própria maneira, com um movimento científico de valor dúbio mas de escopo internacional.

Diwan (2020) considerou o Tribunal de Nuremberg (1945-1946) e a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) como marcos da cultura que emergiu após 1945, caracterizada pela condenação da guerra, do genocídio e pela promoção dos direitos humanos. Kevles (1986) e Stepan (2014) demonstraram que, nesse contexto, a eugenia foi internacionalmente criticada por intelectuais de destaque no campo da genética e relegada ao status de pseudociência. De acordo com Diwan (2020), esse descrédito forçou os biólogos a deslocarem o foco da genética populacional para a genética molecular. Por conseguinte, “[...] A diversidade genética, ao contrário de enfraquecer a democracia, como defendido por eugenistas e geneticistas antes da guerra, será a partir de agora o lugar comum, o caminho racional para chegar à igualdade democrática” (DIWAN, 2020, p. 109).

Por outro lado, Diwan (2020) caracterizou como problemáticas as quatro *Declarações sobre Raça* publicadas entre os anos 1950 e 1960 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sobretudo por terem reduzido a eugenia a uma questão racial, ao radicalismo dos experimentos médicos e esterilizações e, conforme Góes (2015), por ignorarem a relação intrínseca entre a ideologia do racismo e as desigualdades econômicas promovidas pelo capitalismo. Para Diwan (2020), mesmo com a intenção de mitigar os efeitos do Holocausto, repreender o racismo e buscar a estabilidade no período pós-guerra, essas declarações ignoraram as formas mais “sutis” e difusas da eugenia. Ademais, elas ofereceram suporte ao mito da “democracia racial” que, deslocando a questão da raça da

biologia para a antropologia, se disseminou no Brasil durante a década de 1950 e prevaleceu ao longo do século XX (DIWAN, 2020).

Maggie (2018) apontou a fábula das “três raças” como o nosso mito de origem. Ele foi acompanhado pelo mito da “democracia racial”, que sugeriu que o Brasil era o paraíso dos mestiços, sem racismo ou segregação. Assim como o mito do branqueamento, que prevaleceu nas primeiras décadas do século passado, cada mito constrói um sistema classificatório e de representação da diferença. No início do século XIX, a cor adquiriu significado biológico, definindo o lugar social do escravo. A categoria “negro” começou a ser mais empregada nos jornais na segunda metade do século XIX para designar o escravo “fora do lugar”, ou seja, o “negro rebelde”. Foi somente na segunda metade do século XX que a “inferioridade” se transfigurou do plano biológico para o cultural. Conforme Maggie (2018, pp. 319-320):

No período escravista o escravo era definido por sua origem africana ou crioula, da terra. A classificação de cor, preto = escuro, passou a ser um problema mais contundente quando os escravos viraram homens livres como os brancos. Como definir a diferença então? A diferença entre as pessoas livres agora devia ser designada através da homologia entre cor e biologia. Os pretos eram diferentes porque eram biologicamente inferiores. [...] A cor, distinção biológica que desde o final do século passado definia aqueles que eram biologicamente inferiores, e que foi discutida pelos intelectuais das primeiras décadas do século XX foi associada, mais tarde, a uma diferença e hierarquização cultural. Os pretos ou negros eram culturalmente inferiores e os antropólogos passaram muitas décadas discutindo a inferioridade cultural e não biológica desses desiguais negros e não mais escravos. Os termos cor e raça passaram a definir não só seres biologicamente inferiores como também culturas hierarquicamente concebidas. No Brasil falar em cor ou raça significa também falar em desigualdade biológica e cultural.

O historiador Joel Rufino dos Santos (1941-2015) postulou que, se biologicamente não existem “raças”, socialmente não há dúvidas de que existe racismo, que se impõe como uma teia de relações de dominação. Essas relações não se reproduzem, no entanto, apenas no seio do pensamento conservador. Em crítica semelhante à de Bernardo (2015), Santos (2018a) denunciou o marxismo excludente que raramente incorpora em sua análise as relações étnico-raciais, reforçando o mito da “democracia racial”. Para o autor, tanto a ideia de que o racismo é um mero resquício da escravidão, quanto a crença de que o desenvolvimento econômico pode neutralizar o fator racial, constituem perspectivas reducionistas. Esse pensamento se encaixa no arcabouço do mito da “democracia racial”, articulado como um pacto nacional e supra-ideológico que desconsidera, propositalmente, as interações raciais (SANTOS, 2018a).

Conforme pontuou Sansone (2018), o “sistema racial” é historicamente determinado, ao mesmo tempo que se reformula segundo as relações raciais. Outrossim, a associação entre

cor e posição social não é um fenômeno recente nas ciências sociais brasileiras. O censo de 1872 já apresentava a divisão da população a partir de quatro raças: o branco, o caboclo, o negro e o pardo. Em *Os Sertões* (1902), Euclides da Cunha considerou que os mestiços buscavam naturalmente a “raça superior”. A rejeição aos negros, na perspectiva euclidiana, decorria do “instinto de conservação” orientado pelas leis invioláveis do desenvolvimento das espécies. Foi apenas na década de 1940 que o prestígio das teorias racialistas e as explicações raciais pautadas na diferenciação de cor começaram a entrar em declínio (GUIMARÃES, 2018), apesar de não terem desaparecido.

Para Martínez-Echazábal (2018), a antropologia cultural influenciada por Boas deslocou o debate do racismo científico, sobretudo pela dissociação entre raça e cultura. Novos paradigmas surgiram, objetivando a regeneração da identidade mestiça latino-americana. No período entreguerras, o termo “étnico” passou a ganhar uso mais generalizado em vez de “raça”. O termo representou a tentativa de enfatizar que os grupos humanos não eram categorias biologicamente determinadas que compartilhavam traços morais e intelectuais transmitidos hereditariamente, mas sim um fenômeno histórico e cultural. Essa reinvenção da “raça” teve forte impacto entre os intelectuais latino-americanos, como o sociólogo cubano Fernando Ortiz (Fernández) (1881-1969), o médico e antropólogo Arthur Ramos e o sociólogo Gilberto Freyre.

Na década de 1920 e início dos anos 1930, o choque conceitual sobre a ideia de “raça” ficou explícito nas obras de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. No livro *Evolução do povo brasileiro* (1923), Vianna defendeu um discurso heterofóbico, condenando as diferenças raciais, culturais e regionais, além de expor uma visão corporativista, anti-regional, arianizante e centralizadora. A permanência do ideário racista ao final dos anos 1920 também foi revelada no livro *Retrato do Brasil* (1928) de Paulo Prado (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 2018) e, conforme vimos no capítulo 3, na obra *Lições de Eugenia* (1929) de Renato Kehl⁵⁰ e nos diversos artigos baseados no racismo científico publicados no *Boletim de Eugenia*.

Gilberto Freyre, por sua vez, apresentou em suas obras um discurso regionalista e hererofílico, enaltecendo a contribuição da diversidade racial e cultural à formação do povo brasileiro. Martínez-Echazábal (2018) denotou que o sociólogo não foi um nome solitário na construção de uma visão culturalista sobre a “raça”, mas foi o intelectual que mais teve

⁵⁰ Conforme Souza (2019), o livro *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre foi publicado no mesmo ano que *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* de Renato Kehl. A obra de Freyre endossou as teses de Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca e outras análises sociológicas sobre a diversidade racial e cultural do país, constituindo um importante contraponto aos pressupostos radicais da eugenia negativa no meio intelectual.

impacto no meio político, acadêmico e no imaginário popular. O livro *Casa Grande e Senzala* (1933) representou um marco nessa “guinada culturalista”, pois foi a obra que desmentiu a “verdade” racialista exposta na obra de Oliveira Vianna (1923). Conforme Martínez-Echazábal (2018, p. 157):

Reconstituindo a história social de uma sociedade heterogênea e pretensamente harmônica, a obra de Freyre marcou de forma iniludível das relações inter-raciais no Brasil. Se concordamos com a afirmação de que o “cenário do século XIX mostrava no conflito dos opostos a própria crise de sua identidade cultural” (CHIAMPI, 1980, p. 107), então poderíamos ler *Casa Grande & Senzala* como uma tentativa neo-romântica de harmonizar, de encontrar um equilíbrio entre opostos, convertendo-os em elementos constitutivos de uma totalidade cujas partes mantêm uma relação dialética. O discurso de Freyre é marcado tanto pela continuidade quanto pela ruptura. A distinção que o autor estabelece entre raça e cultura caracteriza uma ruptura com os discursos sociais de sua época, temperados ainda pelo pensamento científico e filosófico do século XIX, que promovia conceitos racistas e deterministas acerca da relação e dependência entre raça e cultura. Não obstante, encontra-se em Freyre, bem como na maioria dos pensadores latino-americanos das décadas de 20 a 50, a permanência de uma lógica racial que, embora explicitamente culturalizada, mantém alguns nexos com o passado.

Na teoria freyriana, a mestiçagem era a síntese e o “mulato” o ícone da “democracia racial”. Contudo, essa “reinvenção” representou, na prática, o mascaramento da “raça” como cultura e como classe nos anos 1930. O esvaziamento do significado biológico da “raça” em um sentido cultural - a “raça social” - foi exposto no trecho mais citado de *Casa Grande & Senzala*, no qual Freyre afirmou que, fosse na alma, no corpo, na religião ou nas práticas culturais, todo brasileiro carregava uma marca da influência negra. A partir da coletânea *The Race Question* da UNESCO, o termo “raça social” constituiu o léxico das ciências sociais. Para Martínez-Echazábal (2018), essa suposta ruptura epistemológica não representou uma mudança, mas sim um deslocamento retórico no interior do discurso da mestiçagem na década de 1930. Apesar de seu significativo impacto conceitual na fenomenologia das relações raciais e étnicas da América Latina, seus princípios norteadores e sua estrutura básica permaneceram inalterados nas rígidas hierarquias sociais que viabilizam essas relações.

Santos (2018b) demonstrou que o conceito de “raça” se transformou ao longo do século XX, acompanhando as mudanças no campo intelectual. Baseada na medicina e na anatomia, a antropologia física do início do século operava a partir dos conceitos de “raça” e “tipo racial”. Seus procedimentos estatísticos tinham muito foco em tendências centrais e pouco em dispersões, ou seja, negligenciavam variedades e desvios, tendendo à estabilidade e à fixidez racial. A biologia experimental e o neodarwinismo alteraram profundamente esse

campo. Com a descoberta de grupos sanguíneos em 1900-1901 por Karl Landsteiner (1868-1943) e dos parâmetros bioquímicos, a antropologia foi forçada a rever a morfologia e os marcadores raciais em voga. O conceito de “raça”, até então influenciado pela tipologia descritiva, passou a se ancorar na genética. O conceito se aproximou do termo “população”, ideia emergente cancelada a partir da síntese neodarwiniana (SANTOS, 2018b).

A ideia de “raça social” reverberou de forma mais ampla no contexto pós-1945. Em 1949, a assembleia geral da UNESCO convocou especialistas para debater o conceito de “raça” e propor uma campanha educacional sobre o tema. O médico Arthur Ramos organizou a primeira reunião, mas faleceu antes da realização. O relator foi o renomado antropólogo Ashley Montagu (1905-1999), orientando de Franz Boas, crítico do valor heurístico de “raça” e autor do influente livro *Man's Most Dangerous Myth: The Fallacy of Race* (1942), no qual criticou tanto o conceito de “raça” quanto as ideologias racistas. A Primeira Declaração sobre Raça foi publicada em 1950, apresentando os seguintes pontos: a humanidade é dividida entre “populações” e as diferenças biológicas são decorrentes das forças evolutivas; o termo “raça” designa grupos ou populações que concentram genes ou atributos físicos comuns, mas que podem variar ao longo do tempo; o espírito cooperativo é natural e arraigado nos seres humanos, sendo o ódio racial uma característica anti-natural⁵¹; não há diferença nas características mentais inatas como inteligência ou comportamento entre os grupos humanos (SANTOS, 2018b).

Para Santos (2018b), o texto dessa primeira declaração marcou o triunfo da antropologia boasiana, com postulados genéticos derivados da síntese neodarwiniana. O termo “raça” se tornou secundário à “população”. Além disso, o conceito se tornou biologicamente vazio e classificado como um mito social. O texto incluiu, também, um trecho de *The descent of man and selection in relation to sex* (1871) de Charles Darwin, mesclando a ideia de cooperação e tolerância social com o evolucionismo. A partir dessas posições, a primeira declaração foi marcada pelo humanismo evolucionário, visando o estímulo à cooperação, à dignidade, ao controle de agressão e ao progresso entre os seres humanos. No entanto, o texto recebeu diversas críticas de antropólogos físicos e geneticistas, aqui resumidas em três pontos: 1. a não distinção entre o conceito biológico e o conceito social de raça anulava a primeira dimensão; 2. não era consenso na ciência de que não existiam

⁵¹ Essa ideia é diametralmente oposta ao princípio da “aversão” ou “repulsa” biológica elaborado por Piza Júnior (1933a), tal qual discutimos no capítulo 4.

diferenças na capacidade mental entre as “raças”; 3. a ideia de propensão natural à fraternidade universal era infundada (SANTOS, 2018b).

Os antropólogos físicos, de forma particular, defenderam a validade da “raça” enquanto categoria biológica. Um dos principais críticos ao texto foi o primatologista britânico William Charles Osman Hill (1901-1975), que não apenas atacou as ideias e propositores da primeira declaração, como afirmou que a capacidade mental variava de acordo com a “raça”, citando as habilidades musicais dos “negróides” e as habilidades matemáticas de certas “raças” indianas. Diante das críticas e alegando tanto a importância do tema quanto a ausência de intelectuais que estudavam a dimensão biológica da “raça” durante a primeira declaração, a UNESCO convocou uma segunda reunião, que ocorreu em 1951, na qual participaram apenas antropólogos físicos e geneticistas. O novo texto apresentou a validade do conceito biológico de “raça”, mas restrito ao campo da genética. Estabeleceu, também, que as pesquisas sobre diferenças entre as capacidades mentais como inteligência e temperamento eram inconclusivas. Conforme Santos (2018b), mesmo que à luz do neodarwinismo e não dos modelos tipológicos e racializados, essa segunda declaração definiu o ser humano abrindo margem para a desigualdade e colocando em xeque o direito à cidadania.

A partir das décadas de 1930 e 1940, o debate racial foi permeado por análises centradas no campo da cultura. Todavia, Santos (2018b) ressaltou que a antropologia física, que dominou o debate sobre modelos raciais/biológicos desde o final do século XIX, permaneceu ocupando um lugar de destaque no campo antropológico brasileiro na primeira metade do século XX. A década de 1940 também foi marcada pela expansão da genética de populações no país e pela consolidação do neodarwinismo como paradigma teórico. Pesquisadores como o geneticista e biólogo Theodosius Dobzhansky pesquisaram e lecionaram no Brasil, contribuindo para a síntese neodarwiniana. Outrossim, nos anos 1950, a antropologia física do Museu Nacional ainda mantinha elementos da antropologia do século anterior, como a medição e a descrição, mas sem relacionar o comportamento com questões anátomo-morfológicas. Destarte, mesmo com a ascensão da leitura neodarwiniana de “raça”, alguns procedimentos metodológicos ainda apresentavam resquícios de uma perspectiva tipológica (SANTOS, 2018b).

O entendimento de que em *Casa Grande & Senzala* a noção de cultura substituiu o conceito de “raça” constitui, para Santos (2018b), uma simplificação, quando na verdade o

que sucedeu foi uma hibridização e articulação conceitual. O que ocorreu, de fato, foi uma tendência para o deslocamento do termo “raça” no sentido tipológico para o conceito de “população” chancelado pela síntese neodarwiniana. Assim, o conceito de “raça” não se extinguiu no campo intelectual, mas foi colocado em segundo plano, atrelado ao conceito de “população”. Ademais, Santos (2018b) ressaltou que, mesmo frente aos avanços, o tratamento tipológico para “raça” permanece vivo no campo da antropologia física, ou seja, o processo de transição de “raça” para “população” ainda está em andamento.

Guimarães (2018) denotou que, na década de 1940, a antropologia social se afastou das explicações racialistas e passou a se orientar pelos estudos das relações raciais, associada à estratificação socioeconômica. Os estudos do sociólogo estadunidense Donald Pierson (1900-1995) entre 1935 e 1937 apontaram o Brasil como uma sociedade multirracial de classes, na qual a “raça” foi definida por critérios fenotípicos associados a critérios sociais, sobretudo educação e renda. Essa caracterização, que se tornou influente nos estudos sobre relações raciais nos 20 anos subsequentes, foi também a base da noção de “democracia racial”, na qual os critérios educacionais e econômicos importariam mais que a cor. A leitura reducionista de Pierson reproduziu em uma linguagem científica o que já era senso comum entre brasileiros e estrangeiros: a de que as discriminações e desigualdades do país eram sociais e de classe, não propriamente raciais (GUIMARÃES, 2018).

Conforme Guimarães (2018), na obra *Branços e Pretos na Bahia: estudo de contacto racial* (1945), Pierson negou a existência da discriminação e do preconceito racial no país e, no limite, a existência de “raças” e grupos raciais. Na segunda edição da obra (1966), chegou a afirmar que, do ponto de vista sociológico, existiam apenas classes, e não “raças” no país. 30 anos após Pierson, o antropólogo estadunidense Marvin Harris (1927-2001) refinou a tese de que a discriminação no Brasil não era de “raça”, mas sim de classe. Considerou que o preconceito de classe foi efetivo o suficiente para a manutenção dos privilégios sociais e raciais das classes dominantes, sem a necessidade de empregar diretamente uma política de discriminação étnico-racial. Harris não pintou um “paraíso racial” como Pierson, mas também reduziu as diferenças ao plano de classe, não de “raça” (GUIMARÃES, 2018).

Guimarães (2018) pontou que a noção de que as discriminações eram sociais e não necessariamente raciais desenvolvida por Pierson foi reproduzida por intelectuais como Arthur Ramos, mas também entre marxistas, como Caio Prado Júnior (1907-1990). Mesmo partindo de um conceito de classe mais preciso no interior do materialismo histórico dialético,

Prado Júnior não escapou ao senso comum, reproduzindo a noção de que as diferenças do país eram socioeconômicas, e não raciais. Entretanto, ao contrário de Pierson, o brasileiro reconhecia implicitamente a sobreposição das duas ordens sociais que se inter-relacionavam, a dizer, a econômica e a racial. Essa relação foi desenvolvida posteriormente nas ciências sociais por Roger Bastide (1898-1974), Tales de Azevedo (1904-1995) e Florestan Fernandes (1920-1995) (GUIMARÃES, 2018).

Conforme Braga (2018), em 1950, a UNESCO solicitou ao sociólogo francês Roger Bastide uma investigação sobre a vida dos negros em São Paulo. Quando chegou ao Brasil, Bastide se deparou com interpretações dualistas como as de Gilberto Freyre e Euclides da Cunha. Crítico a essa visão, o sociólogo afirmou que a sociedade brasileira não era dual, mas múltipla. Os estudos de Bastide, que influenciaram novas pesquisas sobre o tema, trouxeram importantes questionamentos sobre o mito da “democracia racial”, denunciando as diversas manifestações do preconceito racial no país (BRAGA, 2018). A partir do estudo empírico financiado pela UNESCO, Tales de Azevedo publicou o livro *As Elites de Cor* (1953), no qual demonstrou que na transição de um Brasil colonial e arcaico para um Brasil moderno e capitalista, a associação entre status e cor permaneceu incólume (BRAGA, 2018).

Em sua investigação, Bastide contou com o apoio de seu assistente, Florestan Fernandes, que à época estava concluindo seu doutorado (BRAGA, 2018). Na obra *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), Fernandes afirmou que o preconceito racial era um resquício da sociedade escravocrata. No período de transição para o capitalismo, o preconceito racial assumiu a função de resguardar as distâncias de uma hierarquia estamental já superada em termos econômicos (GUIMARÃES, 2018). De acordo com Arruda (2018), o livro, que compreende a fase mais madura da obra de Fernandes, foi de suma importância na denúncia à marginalização de negros e mestiços, aos processos de exclusão e à realização parcial dos requisitos inerentes à sociedade moderna, especialmente a ideia de cidadania.

Conforme Arruda (2018), Fernandes analisou a acelerada transformação da cidade de São Paulo na transição dos séculos XIX e XX, desvelando a posição dos negros frente aos novos padrões sociais da sociedade capitalista. Nesse cenário de efervescência da economia cafeeira e do estilo urbano de vida, o ex-escravo se tornou uma figura deslocada, sendo obrigado a conviver com a pauperização, a desorganização, a incapacidade de adequação às novas regras sociais e a competição com os imigrantes. Para o sociólogo, os negros viviam

dentro da cidade, mas não conseguiam progredir com ela ou através dela. Os estudos de Fernandes demonstraram que o sistema escravista não desapareceu totalmente após a abolição, mas permaneceu na mentalidade, no comportamento e nas relações sociais. Por sua vez, o mito da democracia racial contribuiu para escamotear as desigualdades e a falta de oportunidades para a população negra (ARRUDA, 2018).

A partir da década de 1950, a interpretação culturalista de Gilberto Freyre foi contraposta por outros intelectuais, com destaque para Clóvis Moura. O historiador e sociólogo denunciou o racismo e a violência da sociedade brasileira alicerçada sobre a escravidão, criticando a interpretação freyriana pautada na amenidade e no paternalismo que moldaram a suposta “democracia racial” no Brasil (MALATIAN, 2019). Décadas mais tarde, conforme Munanga (1999), Moura expôs com eloquência a adesão popular a esse o mito e ao ideal do branqueamento sustentado pela mestiçagem. O ideal de branqueamento perdeu a legitimidade intelectual nessa mesma década, em decorrência da derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial e da emergência de nações independentes de população não-branca no chamado Terceiro Mundo. Entretanto, essa perda de legitimidade não impediu que esse ideal criasse profundas raízes no grupo cuja desapareção era esperada, levando tendencialmente os próprios negros à autonegação (HASENBALG, 2018).

Conforme estabeleceu Oliveira (2014), as pesquisas sobre a modernização conservadora no Brasil de Clóvis Moura denotaram que o desenvolvimento das relações capitalistas ocorreu sobre estruturas arcaicas. O marco desse processo foi a Lei Eusébio de Queirós (1850), que abriu espaço para o fim do escravismo ao mesmo tempo em que garantiu uma transição gradual e controlada. Outrossim, com a instauração da Lei de Terras (1850), os negros libertos foram marginalizados a partir da negação do direito de posse à terra. Isso fortaleceu a estrutura fundiária e promoveu o trabalho assalariado, fortalecido pelo capitalismo nascente e promovido pela política de branqueamento via incentivo à imigração.

Oliveira (2014) apontou que a originalidade de Moura no debate sobre as relações raciais foi a de compreender o racismo como um elemento central localizado na gênese do modo de produção capitalista, e não como um resquício de uma sociedade arcaica capaz de ser mitigado com o avanço da modernização. Sem ignorar que os imigrantes alcançaram a mobilidade social de forma mais rápida que os negros, “[...] a perspectiva de colocar a opressão racial dentro da lógica do sistema capitalista brasileiro aponta para a necessidade de se articular a luta contra o racismo com a luta contra o capital. Em outras palavras, luta

antirracista e luta de classes se imbricam e se articulam mutuamente” (OLIVEIRA, 2014, p. 18).

Em *Rebeliões da senzala* (1959), Moura demonstrou que as revoltas e lutas do movimento protagonizado por negros não foram revoltas pontuais, mas denotaram projetos políticos alternativos. Conforme Oliveira (2014), o sociólogo demonstrou que a República de Palmares constituiu um projeto político progressista para a época, baseado na propriedade coletiva da terra. A Guerra dos Alfaiates ou Inconfidência Baiana (1798-1799) apresentou um projeto político mais radical, avançado e popular que a Inconfidência Mineira (1789), mas foi eclipsada por esta. Outrossim, Moura desmontou a tese da passividade negra diante da exploração e da opressão, e apontou para a existência de uma *dialética radical*, na qual o sistema opressor se dinamiza conforme avançam as pressões e rebeliões do povo negro. Para Moura, a abolição no Brasil ocorreu a partir do conflito entre um projeto político mais avançado, o qual denominou *quilombagem*, e um projeto político conservador que buscou manter os privilégios e controlar as revoltas (OLIVEIRA, 2014).

No livro *Dialética radical do Brasil negro*, Moura (1994/2014) explicitou que o dinamismo do modo de produção escravista dependia de mecanismos que garantissem seu funcionamento e sua justificativa, o que exigia uma racionalidade interna. A racionalidade interna do escravismo, no entanto, não era a mesma do capitalismo. No contexto do escravismo tardio (1850-1888), o país vivenciou uma modernização sem mudança, ou seja, o progresso econômico, tecnológico e cultural, sobretudo nas áreas dinamizadas a partir do surgimento da cafeicultura, mas sem modificações nas relações materiais de produção. Nesses locais, ciência e tecnologia se modernizaram, mas servindo aos detentores do poder, a dizer, elites arcaicas e resistentes às mudanças sociais (MOURA, 2014).

A modernização sem mudança denunciada por Moura (2014) significou, na prática, que o moderno passou a servir ao arcaico. Ao contrário da Europa e dos Estados Unidos da América, onde os avanços técnicos, científicos e econômicos operaram no final do século XIX revoluções nas relações sociais, o Brasil aplicou esses mesmos recursos em uma estrutura ainda escravista. A modernização financiada pelo capital inglês impediu a formação de uma indústria e de uma burguesia nacional autônoma. Assim, dominadas pelo capital estrangeiro, as relações capitalistas emergentes geraram relações de dependência econômica, política e cultural que perduram até os dias atuais (MOURA, 2014).

Na escala classificatória dos “tipos étnicos” do Brasil, o “tipo ideal” das elites continuou sendo o branco, e o anti-modelo étnico e estético continuou sendo o negro. Essa escala de valores étnicos foi racionalizada progressivamente, gerando sistemas classificatórios cada vez mais hierarquizados. Conforme Moura (2014), desde o século XIX, intelectuais como Jean-Baptiste Debret (1768-1848) estabeleceram nuances cromáticas que integraram um sistema classificatório valorativo. Nesse sistema, os grupos étnicos que compunham a população brasileira foram avaliados e classificados segundo seu grau de civilização, sendo o branco português o topo da pirâmide, e os negros e mestiços a sua base. Para Moura (2014), o modelo teve aderência entre a elite intelectual brasileira pois, nesse sistema classificatório, existe uma concordância implícita e não-codificada entre o étnico e o social.

Moura (2014) afirmou que esse sistema classificatório de barragem e seleção étnica funcionou durante o sistema escravista como um aparelho simbólico, material e ideológico-repressivo. Contudo, ele se manteve mesmo após a abolição, perdurando na atualidade. Para o sociólogo, tornar-se liberto não era sinônimo de tornar-se livre, dada a manutenção das restrições ao exercício da cidadania. No contexto pós-abolição, as classes dominantes acionaram e dinamizaram novos mecanismos de barragem e hierarquização étnica. Por sua vez, o princípio de que “todos são iguais perante a lei” refinou essa estratégia. As técnicas de seleção profissional, política e cultural foram estruturadas a partir de critérios racistas e elitistas que garantiram a imobilidade das camadas subalternas e a manutenção da dominação. A partir desses mecanismos, o negro continuou sem oportunidades no mercado de trabalho e tendo que conviver em espaços sociais restritos, segregando-o nos guetos invisíveis de uma sociedade neurótica (MOURA, 2014).

Finalmente, de modo semelhante a Moura (2014), Góes (2015) ponderou que o conceito de “raça” não pode ser analisado de forma isolada das relações materiais de produção. A ideologia do racismo, configurada como uma ferramenta que legitima a exploração econômica, política e ideológica capitalista, foi um produto da classe burguesa que objetivou universalizar a sua forma de produção e reprodução do valor. Nesse sentido, se por um lado as *Declarações sobre Raça* da UNESCO tiveram um importante papel na disseminação da discussão sobre o combate ao racismo em um plano global, por outro, suas limitações não podem ser negligenciadas. Para Góes (2015), sua advertência ao racismo com base no discurso da diversidade cultural e da tolerância não tocaram na questão da divisão social do trabalho, ignorando, convenientemente, a relação intrínseca entre o racismo e as contradições de classe no capitalismo. Em consonância com essa perspectiva, sem pretender

esgotar o tema em questão, consideramos que o problema da “raça” permanece em aberto, a despeito dos discursos que negam ou atenuam a estrutura de exploração e discriminação na qual se assenta a nossa suposta “democracia racial”.

6.2. Eugenia e crise da razão

Nesse momento, aprofundaremos a discussão sobre os fundamentos epistemológicos da eugenia iniciado no capítulo 1, no intuito de propor o modelo teórico-crítico da razão eugênica. Outros autores que pertencem à “primeira geração” dos teóricos-críticos também fizeram, à sua maneira, importantes diagnósticos para crítica da razão, dentre os quais destacamos o filósofo e sociólogo Herbert Marcuse. Publicado na mesma edição da revista do Instituto de Pesquisa Social *Studies in Philosophy and Social Science* na qual Horkheimer publicou *The end of reason* (1941), o texto *Some social implications of modern technology* investigou o processo de transformação da racionalidade individualista burguesa em uma racionalidade tecnológica no seio das sociedades liberais.

Segundo Marcuse (1941), a sociedade liberal, com sua orientação para a livre-concorrência entre os indivíduos, parecia ser a base adequada para o desenvolvimento da racionalidade individualista. Todavia, a mecanização e a racionalização promoveram o domínio das grandes empresas sobre os competidores mais fracos, eliminando o sujeito economicamente livre. Sob o domínio do aparato tecnológico que simplifica, coordena e controla visando a eficiência, a racionalidade individualista se transformou em racionalidade tecnológica, estabelecendo padrões de julgamento e promovendo atitudes que tornaram os homens mais suscetíveis a introjetar os ditames do aparato. Nessa lógica, a individualidade não aparece, mas é transformada em eficiência padronizada (MARCUSE, 1941).

De acordo com Marcuse (1941), o ajustamento e adaptação do indivíduo ao aparato tecnológico se tornou racional, enquanto toda resistência individual foi irracionalizada. Esse sistema de vida criado pela indústria moderna se baseou na lógica da conveniência e da eficiência, na qual a razão se tornou a atividade que perpetua a sociedade administrada e o comportamento racional se tornou sinônimo de submissão à ordem capitalista vigente. A racionalidade tecnológica garantiu o controle hierárquico altamente eficiente a partir da administração científica, destruindo a autonomia e a criticidade da razão, transformada em um meio de ajuste e conformismo ao sistema, que por sua vez se tornou o túmulo da razão. Nessa dinâmica heterônoma e padronizada, a autonomia se tornou mais um obstáculo do que um

estímulo para a ação racional. A autonomia do indivíduo se converteu em um assunto privado e não público, um fator de resignação e isolamento em vez de emancipação social (MARCUSE, 1941).

Lebrun (1996) denotou que Marcuse se sustentou nas teses de Max Weber para analisar os aparatos de regulação que levam à tecnicização integral da vida social. A burocratização das sociedades “civilizadas” se tornou um aspecto da usurpação derivada da razão instrumental, sustentada sobre a simbiose entre ciência e técnica típica da modernidade. Nesse contexto, o ideal baconiano fracassou, uma vez que o poder advindo do saber se tornou a destruição tanto da natureza quanto do homem, a despeito de sua prepotência e ânsia pela dominação (LEBRUN, 1996). A razão eugênica se insere nesse quadro, se afirmando como uma ciência absoluta e infalível, prevendo e provendo, no sentido positivista, e determinando aprioristicamente o futuro da humanidade. Essa lógica foi criticada por Habermas (2016) em sua denúncia à eugenia liberal e ao estabelecimento de padrões embrionários em laboratórios, colocados em prática de forma irrefletida e irrestrita pela engenharia genética nas sociedades capitalistas.

Se por um lado o conceito de razão tecnológica elaborado por Marcuse (1941) em *Some social implications of modern technology* difere do diagnóstico de fim da razão apresentado por Horkheimer (1941) em *The end of reason*, por outro, ele explicita a preocupação da Teoria Crítica no contexto de recrudescimento do nazifascismo em questionar e criticar o modelo de racionalidade que viabilizou a consumação da barbárie. Poderíamos considerar a *Dialética do Esclarecimento* como a *magnum opus* desse processo de elaboração intelectual, mas essa análise linear desconsideraria a originalidade e a contribuição dos textos desenvolvidos anteriormente no interior dessa tradição. Ignoraria, também, que esses trabalhos foram fundamentais para o desenvolvimento da Teoria Crítica e dos argumentos apresentados na *Dialética do Esclarecimento*. Podemos mencionar ao lado dos textos de Horkheimer (1941; 1947/2015) e de Marcuse (1941) as teses inacabadas de Walter Benjamin, que se suicidou ao fugir dos nazistas em 1940, pouco antes da publicação de *The end of reason* e *Some social implications of modern technology*.

Conforme pontuou Leitão (2013), a crítica à racionalidade burguesa, às deformidades provocadas pela razão, o entorpecimento dos sujeitos históricos e o crescente papel da técnica desenvolvidos por Benjamin (1940/1987) foram referências para Adorno e Horkheimer (2006). Em suas *Teses sobre o conceito de História*, Benjamin (1987) afirmou que a

sociedade industrial instrumentaliza corpo e espírito por intermédio da razão, tornando o tempo em um fetiche e tirando dos homens a capacidade de contemplar e refletir sobre a sua existência no tempo presente. Na sociedade industrial, somente as projeções futuras teriam lugar, lógica que originou diversas patologias sociais. Tanto em Adorno e Horkheimer (2006) quanto em Benjamin (1987), o único progresso ocorrido na modernidade foi o da técnica. O progresso histórico se tornou sinônimo de progresso técnico, resultando em uma configuração mítica que aniquilou a capacidade transformadora dos homens. Aprisionada em uma realidade mítica, a História estancou, e o Esclarecimento se tornou um sistema mítico de domínio compulsivo (LEITÃO, 2013).

Assim como Leitão (2013), Löwy (1996) considerou que a crítica dos paradigmas racionalistas do progresso elaborada por Walter Benjamin constitui uma das “fontes subterrâneas” da *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer (2006). A crítica benjaminiana de razão não se direcionou contra a razão em si, mas especificamente à forma específica de racionalidade representada pela ideologia do progresso total que levou à catástrofe. O primeiro esboço dessa crítica se encontraria, segundo Löwy (1996), no discurso *A vida dos estudantes* (1915), publicado poucos meses após a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Criticando as tendências utópicas da tendência filosófica herdeira do Esclarecimento, que concebeu o progresso como algo irrefreável e irreversível, Benjamin denunciou o conformismo progressista compartilhado pelos intelectuais de esquerda, que teve como resultado uma trágica incapacidade de compreender a natureza tecnocrática e moderna do fascismo. Precursor da crítica da razão instrumental, Benjamin foi um dos primeiros marxistas a perceber que a racionalidade moderna materializada na indústria, nas ciências, nas técnicas e na burocracia, era não apenas compatível com o fascismo, como poderia se transformar em um de seus instrumentos de dominação (LÖWY, 1996).

Na crítica direcionada ao progresso histórico elaborada por Benjamin (1987) e Adorno e Horkheimer (2006), a dominação é imanente ao próprio pensamento esclarecido. A lógica capitalista regida pelo mercado, apesar de ser compreendida como a secularização do sacrifício, também adquiriu um caráter mítico (LEITÃO, 2013). Acreditando na autossuficiência da razão frente a finitude humana, o Esclarecimento propôs a superação dos mitos. Essa dialética não levou, todavia, à busca pela verdade, mas à busca pelo domínio da natureza e à dominação. Enquanto Francis Bacon foi o “pai espiritual” e intérprete dessa noção de razão como domínio absoluto do homem sobre a natureza, os positivistas, mitólogos do racionalismo científico, foram seus maiores representantes (FERRONE, 2015). Destarte, a

brecha para a consumação da barbárie em nome do progresso científico havia sido aberta muito antes dos experimentos com seres humanos realizados em Auschwitz. Citando (Ambroise) Paul (Toussaint Jules) Valéry (1871-1945), Novaes (1996, p. 9) postulou que “[...] tanto horror não teria sido possível sem tanta virtude”, e que “[...] foi preciso muita ciência para matar tantos homens, dissipar tantos bens, aniquilar tantas cidades em tão pouco tempo”.

Observando nosso objeto a partir da tese do Esclarecimento como mito (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), poderíamos considerar o intelectual eugenista como um Ulisses amarrado ao mastro que, acreditando que a natureza deveria ser dominada, promulgou a dominação do outro e a dominação de si mesmo? Seria a cegueira da razão um elemento fundamental da razão eugênica, ou, em um plano mais amplo, seria a cegueira da razão um fundamento básico da própria razão? Novaes (1996) postulou que o declínio da determinação do *logos* começou em Platão e Aristóteles, e que esse declínio não compreendeu um acidente de percurso ou erro, mas sim uma continuação. Etimologicamente, a palavra *crise* deriva do grego *krisis* (julgamento, decisão, capacidade de julgar), enquanto a palavra *razão* deriva do grego *logos* e do latim *ratio* (julgar, faculdade de pensar). Sob essa ótica, crise e razão já teriam nascido de mãos dadas. Poderíamos compreender nosso objeto a partir dessa chave explicativa, segundo a qual a eugenia consistiria na forma científica de uma razão que já nasceu em crise. Entretanto, consideramos que essa compreensão trans-histórica nos levaria à perda da historicidade da eugenia e das especificidades de seu desenvolvimento na primeira metade do século XX.

De acordo com Wolff (1996), a definição ocidental de razão é baseada no conceito aristotélico de animal racional, cunhada pelo filósofo estagirita para diferenciar o homem dos demais seres vivos. O século V a.C. foi marcado pelo processo conhecido como a passagem do mito à razão, a dizer, uma nova ordem do saber, novos sistemas filosóficos, a legitimação dos discursos como verdadeiros ou falsos, a matemática de Tales de Mileto (624-546 a.C.) e a cosmologia dos filósofos pré-socráticos. Esse novo pensamento foi qualificado como racional em oposição ao anterior, definido como mitológico. A razão teria, pois, um traço negativo e um traço positivo: negativamente como a rejeição de toda autoridade exterior ao julgamento de cada um (crenças *a priori*, tradições, escrituras sagradas), e positivamente como a capacidade de universalização. Na Grécia, o traço positivo se encontra nos sofistas, que criticaram a autoridade, a tradição e os mitos, e o negativo nos primeiros físicos, historiadores e filósofos, que elaboraram uma discursividade universalizável sobre as ruínas das antigas

crenças. Por esse motivo, à Grécia é creditada o “berço” no qual nasceu, há 25 séculos, a razão (WOLFF, 1996).

Wolff (1996) pontuou que a visão binária (do mito à razão), *Aufklärer* (a razão dominante oposta à obscuridade superada), idealista e eurocêntrica (“milagre grego”) da História deve ser problematizada, tal qual fizeram Adorno e Horkheimer (2006). Segundo Jaeger (2013), na Atenas urbana, democrática e politicamente efervescente do século V a.C., a vida se tornou cada vez mais pública, na qual o domínio do *logos* se tornou instrumento político dos cidadãos. Desde suas origens gregas, afirmou Bornheim (1996), a vocação primeira da razão era permitir com que o homem lidasse com as circunstâncias de sua realidade. Todavia, conforme ponderou Wolff (1996), o mito não foi substituído de maneira uniforme por uma única razão, mas por racionalidades diversas e conflituais que, segundo Bornheim (1996), em nenhum momento se desvencilharam totalmente da teologia. A razão, nascida grega, em crise e ambigualmente, foi transformada em Deus, pensamento posteriormente apropriado pela tradição cristã (BORNHEIM, 1996).

Para Wolff (1996), a razão está sempre em crise, apesar de a filosofia nem sempre admiti-la. Do mesmo modo que não existe uma razão restrita ao plano das ideias, pois ela se efetua nas instituições e práticas sociais, a ideia de uma razão unificadora é também uma ideia mítica, mesmo que se pretenda racional. Entretanto, conforme Novaes (1996), com o advento da ciência moderna fundamentada no método cartesiano, a razão se tornou uma razão única, e tudo o que foge a essa razão se tornou irracional. Segundo Bornheim (1996), foi somente no período moderno que a razão começou a se impor enquanto atividade autônoma, sendo René Descartes (1596-1650) o grande divisor de águas desse processo. A partir de Bacon, a razão científica se tornou sinônimo de potência e dominação e, com o positivismo de Comte, ela foi elevada ao plano mais alto da manipulação técnica e aplicada (BORNHEIM, 1996). O modelo positivista forneceu a armação teórica na qual se reconfiguraria, em meados do século XX, a eugenia sob a forma da engenharia genética. De acordo com Lebrun (1996, pp. 479-480, grifos do autor):

[...] [Com a engenharia genética] passamos a lidar, *epistemologicamente*, com uma outra situação: não se trataria mais de corrigir uma malformação em escala individual, mas de eliminar da espécie uma mutação que o “engenheiro” *julga nefasta* relativamente ao protótipo de “homem normal” que concebeu. [...] Como, a fortiori, esboçar o perfil do “homem normal” do futuro? [...] Na origem do eugenismo [...] há, por mais extravagante que isto pareça, o desconhecimento de nosso estado de ignorância mais ou menos total em relação à “História” por vir. Desconhecimento, ou *amathia*, como diziam os gregos para designar o fato de ignorar... que se ignora. [...] A

mesma observação vale para os eugenistas quando pretendem trabalhar para o *melhoramento* da espécie: o simples uso da palavra *melhorar* implica (ou deveria implicar) que já se possuem os dados relativos a todos os problemas, tanto biológicos como técnicos, que nossos descendentes irão enfrentar... (LEBRUN, 1996, pp. 479-480, grifos do autor).

Remetendo às teses de Hannah Arendt e Reinhart Kosellec (1923-2006), Lefort (1996) postulou que a ideia de crise da razão como crise da civilização não é nova no campo intelectual. Na perspectiva arendtiana, o totalitarismo escancarou sob a forma da barbárie uma crise que já assolava as sociedades ocidentais, assim como as ideologias totalitárias que convencem mediante premissas mentirosas derivaram de uma mitologia da ciência que consagrou a ruptura entre o raciocínio lógico e a experiência sensível. Os progressos da genética possibilitaram tanto a criação quanto a destruição, ambas amparadas pela ideia de instaurar o reino do artifício. Kosellec ponderou em *Krisis und Kritik* (1959) que a ascensão da burguesia e o fim do Antigo Regime ocorreram em nome da autonomia do indivíduo. Considerando que a História conduziria à realização da razão, a elite intelectual burguesa sustentou sua dominação sobre a utopia do racionalismo e do universalismo (LEFORT, 1996).

A Revolução Francesa, em nome da razão e do progresso, engendrou o Terror (1793-1794). Nesse contexto simbolizado pela guilhotina, o discurso da ideologia burguesa se baseou na defesa da ameaça de decomposição da civilização pela barbárie. A figura do homem culto, civilizado e racional foi contraposta com a imagem do Outro (irracional), que poderia significar tanto uma ameaça externa (estrangeiros e povos “bárbaros”) quanto interna (classes subalternas e proletariado revolucionário) (LEFORT, 1996). Nos séculos subsequentes, essa dicotomia se configuraria como uma das grandes marcas da razão eugênica, explicitada na produção intelectual de seu criador (GALTON, 1909) e de seu “pai” em terras brasileiras (KEHL, 1933c; 1935), que conceberam o controle da hereditariedade como a mais adequada e poderosa barreira contra a “degeneração” moral e racial. Nessa ótica, a eugenia constituiu a salvação racional das populações racializadas, mas também da própria civilização “decadente”.

De acordo com Löwy (1996), a ideologia racionalista do progresso se iniciou com a filosofia das Luzes e só entrou em crise com a Primeira Guerra Mundial. Até então, os avanços da racionalidade científica eram concebidos como avanços na racionalidade social e política. O auge desse pensamento foi o evolucionismo liberal-darwinista de Spencer, que considerou que a harmonia social e a desaparecimento do militarismo e das guerras poderiam ser alcançadas através do progresso técnico-industrial capitalista. Com o advento da Primeira

Guerra Mundial, a versão secularizada da providência divina conhecida como filosofia do progresso entrou em crise, e a visão idealizada da realidade histórica foi contraposta com a catástrofe. A ciência e as técnicas modernas “perfeitamente racionais” foram mobilizadas para o extermínio recíproco das nações civilizadas europeias, colocando em questão a concepção evolucionista-iluminista de racionalidade (LÖWY, 1996).

Em sua *Minima Moralia*, Adorno (1951/1993) denunciou o duplo caráter do progresso esclarecido, que desenvolveu o potencial da liberdade no capitalismo ao mesmo tempo em que viabilizou a opressão. O mecanismo de diferenciação foi transformado em razão, atenuando, suspendendo ou mesmo eliminando a indignação contra as crueldades cometidas pelos homens brancos europeus contra negros, judeus e asiáticos. O poder magnético da ideologia do progresso transformou mentiras em verdades e verdades em mentiras, a ponto do Holocausto ter sido negado ou diminuído como um exagero ainda na época em que ocorreu. Por sua vez, o conceito burguês de natureza serviu para proclamar a violência social como algo racional, natural e inalterável (ADORNO, 1993).

O caráter mítico da razão também foi denunciado por Rouanet (1996), segundo o qual a razão se tornou tão poderosa a ponto de ser transformada em uma deusa. Essa deusa não estaria, a nosso ver, distante do conceito de ciência-religião de Galton e de seus apóstolos esclarecidos. A modernidade foi marcada por uma permanente tensão entre secularizar o mundo e perpetuar o sagrado. A esse hiper-racionalismo Rouanet (1996) denominou “razão narcísica”, uma razão que se julga independente e soberana em comparação a seus opostos, como a cultura. Representada pela noção cartesiana, que em sua acepção extrema levou à negação da cultura e à ideia de um pensamento suprassocial (ROUANET, 1996), tal qual denunciado por Horkheimer (1980), a razão narcísica é alheia à cultura e à história. Seu combate contra o sagrado não ocorreu sob a forma da filosofia, mas sob a forma da ciência. A partir do cientificismo do século XIX, concluiu Rouanet (1996), a razão instalou a ciência no vazio deixado pela morte de Deus.

Para Rouanet (1998, p. 16), a ciência não pode ser vista como a crítica em si, assim como não pode ser concebida como um paradigma em um mundo regido pela racionalidade instrumental: “A razão não pode deixar de ser vista como opressora, quando o poder que oprime fala em nome dela e quando ela é percebida como a única possível”. Essa crença na ciência de forma cega e inabalável, que a concebe, em última instância, como o meio de “regeneração” da humanidade, constituiu a lógica positivista. No positivismo, conforme

Rouanet (1998), o progresso social só poderia ser alcançado a partir do progresso científico, pois uma sociedade reconstruída pela ciência asseguraria a felicidade das massas. Esse foi, também, o sustentáculo teórico do discurso de combate à “decadência” e à “degeneração” assimilado pelos intelectuais brasileiros no final do século XIX.

Definida por Bornheim (1996, p. 47) como um “desconfortável elogio da morte” e redigida por um intelectual que acompanhou as consequências da Revolução Industrial, do neocolonialismo, da expansão mundial das potências ocidentais e da Primeira Guerra Mundial, a obra *O declínio do Ocidente* (1918) de Oswald (Arnold Gottfried) Spengler (1880-1936) constituiu uma interpretação conservadora daquilo que foi concebido pela filosofia burguesa como a “decadência” civilizatória (LEFORT, 1996). A constatação da “decadência”, tanto por Spengler quanto por outros intelectuais que nos séculos XIX e XX aderiram às interpretações racistas e eurocêntricas de “evolucionismo social”, partiu de pressupostos definidos *a priori*, mas que precisaram ser justificados a partir de uma linguagem científica. As conclusões dessas teorias que constatavam a “decadência” e clamavam pela defesa da civilização contra a barbárie já estavam prontas desde o princípio, assim como os eugenistas defensores do racismo científico tinham prontas, na ponta da língua e da pena, todas as respostas para o problema da “degeneração”.

6.3. A eugenia e o mito da imparcialidade técnica

Filósofos da ciência como Thomas (Samuel) Kuhn (1922-1996) e Paul (Karl) Feyerabend (1924-1994) denunciaram as pressões de caráter social, político e ideológico que definem a concepção e a aplicação dos saberes das ciências biológicas. Como construção sociocultural, a ciência não é neutra e reproduz as opressões de gênero, classe e raça das sociedades que a produzem (OLIVEIRA, 2004). No entanto, o discurso de uma ciência neutra, empírica, secular e objetiva consistiu, segundo Stepan (2014, p. 75), em um dos principais argumentos encampados pelos eugenistas no início do século XX. Essa “autoridade cognitiva” permitiu com que projetos sociopolíticos cientificamente embasados adquirissem legitimidade, configurados não como posicionamentos político-ideológicos, mas como extensões naturais da ciência inalcançáveis por outras formas de conhecimento (STEPAN, 2014).

Segundo Oliveira (2004), as instituições de pesquisa, historicamente dominadas por homens brancos e das classes dominantes, definem o que e como pesquisar a partir das

necessidades do mercado. Passaram-se décadas até que a engenharia genética desenvolvida na segunda metade do século XX fosse confrontada por uma resistência organizada e uma regulamentação capaz de refrear as práticas racistas, sexistas, bélicas e genocidas da razão eugênica. Entretanto, a bioética e o controle social estão longe de serem efetivamente estabelecidos, o que permite com que essas práticas continuem presentes na produção científica sob as rédeas do capitalismo (OLIVEIRA, 2004). Conforme destacou Stepan (2014, p. 75):

[...] como historiadores, temos consciência de que nem as teorias da ciência, nem as conclusões sociais a elas associadas são simples resultados de investigações neutras. Antes, ambas estão vinculadas a sistemas de interpretação que se reforçam mutuamente. As teorias da natureza jamais são simplesmente descobertas. Pelo contrário, são socialmente articuladas. Por sua vez, as conclusões sociais derivadas de teorias da natureza são produtos de interpretação ativa, do desenvolvimento de instituições e da utilização de recursos políticos e culturais para dar à ciência determinados significados e representar interesses específicos.

O artigo *Eugenics* (1916) publicado na revista *The Scientific Monthly* pelo antropólogo francês Franz (Uri) Boas (1858-1942) consiste em uma contundente crítica à razão eugênica no contexto em que a ciência de Galton começou a se disseminar no ocidente. No Brasil, foram os antropólogos do Museu Nacional do Rio de Janeiro Edgar Roquette-Pinto e Álvaro Fróes da Fonseca que questionaram o racismo científico de Renato Kehl no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929). Consideramos que a afirmação de que os eugenistas foram “homens de seu tempo”, como se esses intelectuais não tivessem tido acesso aos debates e às críticas que já existiam e circulavam naquele contexto, constitui uma interpretação problemática que, em nome do combate ao anacronismo, pode promover uma leitura acrítica e superficial de um processo histórico complexo⁵². Antes de Horkheimer (1941; 1947/2015), a antropologia já fazia, à sua maneira, uma importante crítica aos fundamentos epistemológicos da eugenia.

Boas (1916) afirmou que a ideia de eliminar o sofrimento do homem era sedutora para aqueles que tinham como compromisso o avanço da humanidade. Todavia, considerou que os métodos que visavam mitigar a propagação dos indivíduos física e mentalmente “inferiores”

⁵² Textos publicados no *Boletim de Eugenia* denotam que os membros do movimento eugenista brasileiro tiveram acesso às críticas de Boas que contestavam as bases epistemológicas e a cientificidade da eugenia. Mencionamos o artigo *Função eugenica das maternidades*, no qual o Dr. Geraldo de Andrade (1932) afirmou que as maternidades deveriam se tornar centros de pesquisas biométricas, auxiliando no mapeamento de doenças hereditárias. Andrade (1932, p. 25), considerou que era incontestável “[...] que as Maternidades devem ser o centro de ação dos que ainda não se imbuíram do pessimismo de Franz Boas”, enaltecendo a Maternidade do Recife por promover a formação profissional de suas enfermeiras e elevar o nível intelectual dos propagadores da eugenia.

visando o melhoramento da população, mesmo que aparentemente atrativos, possuíam limitações em sua aplicabilidade. Para o antropólogo, os eugenistas deveriam dominar a compreensão do que era ou não hereditário na vida humana, mas não era isso o que ocorria na prática. A redução do ser humano à sua constituição biológica, ignorando os fatores do meio, se tornara um dogma para os eugenistas, sobretudo os mendelianos. Reconhecendo que as desigualdades sociais interferiam diretamente na diferença entre o desenvolvimento dos seres humanos, Boas (1916) defendeu um olhar crítico sobre a hereditariedade, ponderando que muitas vezes o que era considerado como hereditário estava estritamente ligado às influências do meio que afetavam sucessivas gerações.

Segundo Boas (1915), a máxima “nature not nurture” dos eugenistas foi elevada ao status de dogma, e as condições do meio que afetavam física e mentalmente os seres humanos foram relegadas a um segundo plano. Para Boas (1916, p. 472):

It is easy to see that in many cases environmental causes may convey the erroneous impression of hereditary phenomena. We know that poor people develop slowly and remain short of stature as compared to wealthy people. We may find, therefore, in a poor area, apparently a low hereditary stature, that, however, would change if the economic life of the people were changed. We may find proportions of the body determined by occupations, and apparently transmitted from father to son, provided both father and son follow the same occupation. It is obvious that the more far-reaching the environmental influences are that act upon successive generations, the more readily will a false impression of heredity be given.

A crítica de Boas (1916) é de suma importância para a crítica da razão eugênica. O antropólogo evidenciou que qualquer sociedade poderia alcançar o mesmo grau de civilização que as nações ditas “desenvolvidas”, ao contrário do entendimento dos eugenistas que reduziam todos os fenômenos sociais à hereditariedade, ignorando as influências do meio na constituição dos indivíduos. A crítica de Boas (1916), publicada apenas cinco anos após a morte de Galton, já apresentava a um meio intelectual que já começava a ser dominado pelo movimento eugênico os limites da interpretação acrítica e dogmática dos eugenistas, que desconsideravam as condições sociais sob as quais essa hereditariedade se desenvolvia.

Boas (1916) apontou que era fácil resumir o uso de álcool e drogas e a tendência à criminalidade à hereditariedade. Para o antropólogo, era um erro classificar os que não sofriam com dependências químicas como “heróis da moral”, ignorando tanto seus privilégios econômicos como as condições sociais desfavoráveis que levavam os usuários a recorrer a essas drogas. Afirmou, ainda, que a criminalidade estava associada às desigualdades sociais, que também eram perpetuadas de forma concomitante à concentração de propriedades e

riquezas. Trazendo ao debate aspectos sociais considerados como biológicos pelos eugenistas, Boas (1916) ponderou que todas as atividades complexas não eram hereditárias, mas socialmente determinadas. Modificar as condições do meio levaria à modificação do caráter das atividades sociais, mesmo que estas não modificassem o material hereditário. Além disso, não era possível garantir que a seleção eugênica dos “delinquentes” levaria à eliminação de todos aqueles que possuíam comportamentos semelhantes.

Mais de duas décadas antes de Horkheimer (1941) denunciar a lógica esclarecida da eugenia, Boas (1916) alertou que os eugenistas radicais compreendiam a reprodução por uma perspectiva estritamente racionalista, associando o desenvolvimento humano a uma completa racionalização da vida. O antropólogo lembrou que a vida também era composta pela subjetividade e pelas emoções, não apenas pela razão. Para Boas (1916), enquanto os eugenistas compreendiam a vida como um domínio absoluto da razão sobre a emoção, os antropólogos não interpretavam a realidade social como uma mera vitória da “era da razão”, na qual a emoção se fazia ausente. A razão limitaria as ações meramente movidas pelas emoções, mas ela não compunha, sozinha, a vida humana. A religião e a política demonstravam, segundo Boas (1916), que nossas decisões são baseadas de acordo com nossas preferências pessoais e emoções, orientadas pela razão, mas não determinadas exclusivamente por ela.

De acordo com Boas (1916), a genética aplicada a humanos era totalitária, pois, ao reproduzir um único ideal ou modelo de homem, negava a diversidade cultural. Para o antropólogo, apenas se conheciam os resultados da seleção genética no mundo das plantas e animais. Sua aplicação dependia da escolha subjetiva do modelo ideal a ser seguido, um ideal relativo de acordo com cada sociedade. Impor o modelo de homem moderno europeu a outras sociedades seria ignorar a diversidade cultural e as possibilidades de existência de seres humanos que fugissem a esses padrões. Essa padronização era, segundo o autor, desumana e inviável, uma vez que as diversas sociedades existentes eram culturalmente e não biologicamente determinadas. Boas (1916) postulou que a eugenia era impossível sem a criação de modelos, mas a aplicação de modelos pré-estabelecidos aos seres humanos era, por si só, uma ideia problemática e impraticável.

A concepção eugênica de criação de “melhores tipos” de homens existia, conforme Boas (1916), apenas como um ideal nas mentes de alguns entusiastas. Ao contrário das pretensões de seus prosélitos, a eugenia era incapaz de resolver os problemas sociais, pois

estes exigiriam mudanças de ordem socioeconômica, visando a diminuição das desigualdades, e não a eliminação dos ditos “inferiores”. Destarte, o autor de *Eugenics* desconstruiu a retórica eugenista baseada na eliminação do sofrimento por meio da eliminação daquele que sofre. Essa lógica não atingia as causas do sofrimento, pois estas derivavam de problemas sociais e não biológicos. A ideia de destruir ou reprimir ao outro e a si mesmo em nome da salvação da raça levaria, segundo Boas (1916), à destruição da humanidade. Assim, ao denunciar o caráter instrumental e totalitário da eugenia, as teses de Boas (1916) em *Eugenics* e de Horkheimer (1941) em *The End of Reason* são complementares e extremamente atuais para a crítica da razão eugênica. Esse reconhecimento não implica, no entanto, acatar acriticamente à antropologia cultural boasiana, que influenciou diretamente na criação do mito da “democracia racial”, tal qual discutimos na primeira parte deste capítulo.

Conforme exposto por Habermas na obra *Técnica e ciência como ideologia* (1968/2007), a denúncia ao mito da imparcialidade técnica e da neutralidade nas ciências representa um movimento necessário no desvelamento de posicionamentos político-ideológicos atrelados ao desenvolvimento biotecnológico capitalista. Habermas (2007) demonstrou que em *Industrialisierung und Kapitalismus im Werk Max Webers* (1965), Marcuse considerou que o conceito de razão técnica é em si mesmo ideologia. A técnica e sua aplicação implicam a dominação metódica, científica, calculada e calculante sobre o homem e a natureza. Assim, longe de constituir um saber politicamente neutro, a técnica compreende um projeto histórico-social que reflete os interesses dominantes de determinada sociedade (HABERMAS, 2007).

Em *Trieblehre und Freiheit* (1956), Marcuse já chamara a atenção para um fenômeno particular das sociedades capitalistas industriais avançadas: a dominação tende a se tornar racional, perdendo seu caráter explorador e opressor, mas mantendo dominação política. Apontando os limites da crítica marcuseana, Habermas (2007) ponderou que o método científico proporcionou os conceitos e os instrumentos para a dominação eficiente da natureza. Hoje, a dominação não ocorre apenas *mediante* a tecnologia, mas *como* tecnologia. Ademais, a destruição da liberdade não ocorre de maneira irracional, mas se sujeitando ao aparelho técnico que intensifica a produtividade e legitima racionalmente a dominação capitalista. Para Habermas (2007, p. 51): “A natureza, compreendida e dominada pela ciência, surge de novo no aparelho de produção e destruição, que mantém e melhora a vida dos indivíduos e, ao mesmo tempo, os submete aos senhores do aparelho”.

Analisando nosso objeto a partir da crítica habermasiana ao conceito de racionalização exposto por Max Weber e Herbert Marcuse, consideramos que a eugenia compreende uma substituição das formas de legitimação tradicionais, como as teorias raciais ditas “pré-científicas” ou o mito da “democracia racial”, por novas e modernas formas de legitimação, pretensamente científicas e que se apresentam como críticas às ideologias. Conforme demonstramos ao longo da tese, essa lógica da dominação constituiu a base da razão eugênica, de Galton aos diretores do *Boletim de Eugenia*, sobretudo por categorizarem, por um lado, a eugenia como sinônimo de razão esclarecida e, por outro, por condenarem a resistência à intervenção eugênica na hereditariedade imposta pela religião, pela tradição ou pela própria ciência.

Diagnosticar a existência de uma razão eugênica, a dizer - uma lógica tecnocrático-gestorial (BERNARDO, 2015), que se pretendeu racional e científica, mas que desde suas origens galtonianas se configurou como uma religião esclarecida (HORKHEIMER, 1941) - não significa generalizar as particularidades nacionais, as divergências teóricas, as diferentes “fases” históricas e as inúmeras correntes surgidas no interior do movimento eugenista ao longo do século XX. Os capítulos 3, 4 e 5 desta tese foram redigidos de modo a compreendermos a forma particular como cada eugenista interpretou a ciência de Galton em contato com a realidade sociohistórica e em diálogo com outros referenciais, tais como o neomalthusianismo, o neolamarckismo e o mendelismo. Ressaltamos que não existe um modelo único de eugenia, mas diversas acepções que, juntas, contribuíram para estruturar o quadro científico mais amplo ao qual denominamos razão eugênica.

6.4. Entre os “ecos” do “pseudo-pseudo”

A reconfiguração da eugenia no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial foi discutida por Carvalho e Souza (2017), que demonstraram, em consonância com as pesquisas de Black (2012) e Stern (2005), que a eugenia se manteve viva nos anos 1950 e 1960 a partir da atuação dos geneticistas, que intentaram desconstruir a imagem negativa da eugenia e desvinculá-la do racismo científico nazista. Essa desvinculação ficou explícita na segunda edição do livro *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)* de Domingues (1942), conforme discutimos no capítulo 5. Contrariamente ao esalqueano, Kehl continuou escrevendo livros relacionando psicologia, medicina e eugenia, como *A interpretação do homem* (1951), *A cura do espírito* (1954), *Conduta: Guia para a formação*

do caráter (1958), *Tipo vulgares: contribuição à psicologia prática* (1958) e *Psicologia da personalidade: guia de orientação psicológica* (1959). O médico publicou novos artigos e foi diversas vezes mencionado como uma referência no campo da eugenia em periódicos de grande circulação no Brasil como *Correio da Manhã*, *O Globo* e *A Gazeta* (CARVALHO; SOUZA, 2017).

Apesar de não intentarmos traçar uma história factual da eugenia de suas origens à sua reorientação, ressaltamos que o convite à investigação sobre as rupturas e continuidades na história da eugenia pós-1945 apresentado no texto de Carvalho e Souza (2017) foi fundamental para questionarmos a ausência de textos explicitamente eugênicos assinados por Piza Júnior e Domingues na segunda metade do século XX. Por esse motivo, reiteramos a importância da pesquisa documental sobre os “ecos” da eugenia no contexto pós-1945, sobretudo na obra de Piza Júnior, apresentada no capítulo 4. Destacamos essa permanência na homenagem a Teixeira Mendes em 1950, no texto *Inteligência* de 1956, no discurso de formatura publicado na *Revista de Agricultura* em 1958, no programa do *Curso de Evolução* ministrado na Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Piracicaba em 1961, nas correspondências com a Sociedad Mexicana de Eugenesia na década de 1960 e no texto *Cogito, ergo sum* publicado no *Jornal de Piracicaba* em 1987.

Pesquisas recentes denotaram que a reconfiguração do movimento após 1945 não engendrou o desaparecimento das práticas autoritárias, misóginas, elitistas, racistas e capacitistas que constituíram o ideário da eugenia. Góes (2018) considerou a mortalidade dos jovens negros como uma face da eugenia contemporânea; Matsumoto e Góes (2023) identificaram a ideologia da eugenia e a lógica da dominação de classe nos exames criminológicos; Bruinjé e Oliveira (2022), Paula e Lopes (2020), Wisnik (2020) e Wegner, Souza e Carvalho (2020) explicitaram políticas de inspiração eugênica no governo Bolsonaro (2019-2022), especialmente no contexto da pandemia da Covid-19; por sua vez, os estudos de Vieira (1994), Albuquerque (2013) e Régis (2013) denunciaram a eugenia nas práticas de esterilização de mulheres negras, de baixa renda e de pessoas deficientes. No que tange à esterilização sob o pressuposto do melhoramento biológico, o trabalho de Régis (2013) desvelou pesquisadores contrários à descendência de pessoas com deficiência intelectual, alguns dos quais favoráveis à esterilização como método contraceptivo.

De suas origens aos dias atuais, as práticas de esterilização no Brasil ocorreram não somente a partir de um recorte racial, mas também social e econômico, o que inclui pessoas

em situação de rua, dependentes químicos, deficientes físicos, pessoas com transtornos psicológicos (os chamados “loucos” ou “doentes mentais”), bem como mulheres de baixa renda (RÉGIS, 2013). Nessa faceta liberal da eugenia, o argumento do melhoramento biológico da população dá lugar ao discurso do progresso, do combate à pobreza e do desenvolvimento socioeconômico. Justifica-se, assim, a esterilização voluntária ou compulsória dos grupos sociais considerados como “inferiores”, “degenerados”, socialmente improdutivos e onerosos aos cofres públicos. Associadamente à eugenia, podemos traçar paralelos desse discurso com as teorias neomalthusianas, que recomendam a aplicação de rigorosas políticas de controle de natalidade como barreiras ao colapso econômico.

Apresentamos no capítulo 3 o “paradoxo da tuberculose” de Kehl (1935), que considerou essa doença como “útil” por selecionar os mais fortes e eliminar os “incapazes”. Sem menosprezar os diferentes contextos históricos, ressaltamos que a reprodução da barbárie nas práticas dos profissionais da saúde não se restringiram ao “pai” da eugenia no Brasil, país no qual viveu o médico nazista e “Anjo da Morte” Joseph Mengele (POSNER; WARE, 2019); país no qual médicos realizaram lobotomias, laqueaduras e vasectomias no interior dos hospitais psiquiátricos ao longo do século XX (MASIERO, 2003); país em que médicos legistas alinhados à ditadura do Estado Novo ou à ditadura militar emitiram atestados de óbito falsos, transformando a morte sob tortura em “suicídios”, “infartos”, “acidentes domésticos”, “atropelamentos” e “embolias pulmonares” (CARVALHO, 2018); país que em plena pandemia da Covid-19 presenciou profissionais defendendo, em nome da autonomia médica, a realização de experimentos fatais com medicamentos comprovadamente ineficazes aplicados em pacientes internados em decorrência do coronavírus (PINTO; MIRANDA; CASTRO, 2021).

Rejeitando generalizações, ressaltamos que essas práticas não resumem uma ampla categoria que conta com profissionais comprometidos com a ética e com os direitos humanos. Entretanto, partindo de um olhar crítico sobre as transformações históricas, que esta tese constitua um alerta contra a naturalização e a permanência da barbárie no meio médico. Em outro paralelo com o capítulo 3, relembremos que o Dr. Giuliano Perondi (1931b) enalteceu os centros urbanos por possuírem edifícios com espaços reduzidos, nos quais a tuberculose se alastrava rapidamente, eliminando os “inferiores”. Esse argumento nos remete aos discursos proferidos no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil, segundo os quais o coronavírus seria um fator positivo de eliminação das pessoas mais “fracas” em um país superpovoado. Wisnik (2020) considerou que a gestão da pandemia pelos governos conservadores se pautou em uma política eugênica, baseada na ideia de “seleção natural”, na qual os mais vulneráveis

deveriam morrer até que se gerasse a “imunidade de rebanho”. Como “vulneráveis” entendam-se pobres, favelados e pessoas em situação de rua, em sua maioria negros, que vivem em locais precários e não possuem acesso adequado à saúde pública.

Conforme discutimos no capítulo 3, Kehl (1932b; 1933c) sugeriu a adaptação do modelo segregador norte-americano para a educação brasileira, começando pela educação infantil, no qual as crianças “anormais” deveriam ser transferidas para “colônias especiais”. Para o eugenista, nosso sistema de ensino prejudicava o desenvolvimento das crianças “superiores”, obrigando-as a conviver com crianças “inferiores” e “anormais” que atrasavam o aprendizado e, a longo prazo, ameaçavam a ordem social. Posicionamento semelhante foi compartilhado por Domingues (1936b), que propôs a classificação das crianças segundo suas habilidades e o isolamento das “atrasadas”. Podemos notar continuidades desses projetos segregadores na conjuntura atual através das declarações do pastor e advogado Milton Ribeiro (n.1958). Em agosto de 2021, na posição de ministro da Educação do governo Bolsonaro (2019-2022), Ribeiro defendeu a separação das crianças público-alvo da educação especial, afirmando que o dito “inclusivismo” prejudicava a convivência e que as crianças com deficiências atrapalhavam o aprendizado das crianças “normais” em sala de aula (SOARES; TEIXEIRA, 2021).

Bolsanello (1996) demonstrou que a escola brasileira historicamente discriminou os alunos com dificuldades de aprendizagem. No século XX, apesar de suas contribuições para o campo da Educação, muitos educadores ligados à Escola Nova reproduziram ideias eugênicas em suas práticas, como a crença na “inferioridade” moral e intelectual dos pobres e a associação direta entre o fracasso escolar e doenças hereditárias. Mai e Boarini (2022) salientaram que a naturalização das desigualdades sociais e a negação das contradições de classe constituíram a base do projeto educacional eugenista. Se por um lado esses intelectuais denunciaram os problemas reais decorrentes do processo de industrialização e urbanização, como a sífilis, a tuberculose, o alcoolismo, a falta de saneamento básico e de condições adequadas de moradia, saúde, trabalho e alimentação, por outro, reduziram as explicações a um problema de ordem biológica, negando as contradições sociais, políticas e econômicas que geravam e mantinham as desigualdades educacionais. Prevaleceu, mais uma vez, a lógica educacional burguesa pautada no binômio *elitismo* e *exclusão* (FERREIRA Jr., 2010).

A crítica de Milton Ribeiro ao “inclusivismo”, longe de ter sido um caso isolado, denota que os “ecos” da eugenia continuam reverberando no campo da Educação, sobretudo nas ciências biológicas. Léo Neto (2021) destacou a permanência e a plasticidade do racismo

no Brasil enquanto sistema de opressão que estrutura privilégios. Em diálogo com Carlos e Dietrich (2018) e Verrangia (2014), o autor propôs a compreensão da eugenia com base na história da Biologia e na perspectiva de uma educação em Direitos Humanos, e criticou a manutenção do ensino de ciências que reproduz o determinismo biológico e o racismo ao considerar o conhecimento como politicamente neutro. Para Léo Neto (2021), a educação científica de orientação crítica é imprescindível para uma formação que contemple a diversidade, assim como as ciências naturais possuem um papel fundamental na desnaturalização das desigualdades sociais e étnico-raciais.

Oliveira (2004) destacou que a educação bioética possui insuficiências e limitações, mas continua sendo necessária mediante as rápidas transformações biotecnológicas. Contrariamente ao discurso da neutralidade científica, ela precisa se configurar como uma bioética crítica, ou seja, anticapitalista, anti-capacitista, antissexista e antirracista. Para que essa proposta se viabilize, Oliveira (2004) sugeriu a criação de comissões de bioética nas diferentes instituições na área da saúde, constituindo espaços democráticos e pluralistas, nos quais o debate crítico se configure como fator de humanização e conscientização. A médica propôs, também, a implementação de programas de educação bioética que aglutinem da formação de professores ao currículo da educação básica. Para Oliveira (2004, p. 190):

No Brasil, especula-se que o momento mais apropriado para a iniciação das reflexões bioéticas é no ensino médio e que os(as) professores(as) de biologia são os(as) que têm mais oportunidades para criar um espaço de discussão em sala de aula. A volta do ensino de filosofia ao ensino médio é uma boa notícia. Embora ela dê subsídios para os debates sobre bioética, não podemos prescindir da biologia na discussão desse tema, uma vez que é por meio dos conhecimentos biológicos que nos familiarizamos com o linguajar e os meios que nos possibilitam questionar as novas biotecnologias, parte substancial do temário da bioética. É nas escolas de ensino médio que as pessoas adquirem noções básicas da genética, o que nos leva a concluir que esse é o público-alvo prioritário do trabalho de despertar e estabelecer uma consciência crítica, uma consciência bioética, que priorize o resgate da função social das ciências biológicas; até porque a maioria das pessoas encerrará seus estudos no ensino médio. É uma questão ética fundamental o dever que os governos têm de abastecer seus (suas) cidadãos(ãs) com informações necessárias para que, assim, possam exercer o direito de saber e a responsabilidade de decidir. Sem informação a sociedade não tem como realizar o controle social e ético sobre os novos saberes/poderes das biociências.

O ensino superior, por sua vez, também possui um potencial crítico no combate à razão instrumental e aos “ecos” da eugenia. Em diálogo com a Teoria Crítica de Horkheimer, Petry (2017) pontou que a universidade, mais do que lugar de especialização, é uma instância de formação (*Bildung*) e um espaço para o desenvolvimento integral do indivíduo. A

formação para a razão que ela possibilita é tanto exterior quanto a formação de si. Em um contexto em que a família burguesa aprofunda a relação de dominação característica do modo de produção capitalista, a universidade orientada pela emancipação, consciente de seu papel científico e sociopolítico, pode se configurar como um espaço de resistência à razão instrumental, permitindo a construção de experiências individuais, mas pautadas na abertura ao outro. Na Teoria Crítica horkheimeriana, postulou Petry (2017), a universidade está intimamente ligada ao humanismo crítico. Por conseguinte, ela pode permitir a formação de indivíduos capazes de construir um futuro, não permitindo um mero encaminhamento cego do progresso.

As propostas de Petry (2017) e Oliveira (2004) vão ao encontro da crítica ao discurso da neutralidade científica e do caráter suprassocial do conhecimento elaborada por Horkheimer (1980). Esse discurso também fundamentou a eugenia reconfigurada como engenharia genética no contexto pós-1945. Conforme exposto por Oliveira (2004), Greely (2019) e Habermas (2016), a despeito do desuso do termo “eugenia” e da insistência em classificá-la como uma pseudociência já superada, a utopia do aperfeiçoamento biológico não apenas permanece, como ainda seduz. Em vista disso, a educação bioética crítica proposta por Oliveira (2004) e Léo Neto (2011) pode assumir um papel significativo. Mesmo com inúmeros limites, sobretudo as desigualdades socioeconômicas que se transfiguram em desigualdades educacionais, os projetos educacionais anti-eugenistas, do ensino básico ao superior, os debates acadêmicos e os meios informais de combate ao racismo, à exploração capitalista, à naturalização das desigualdades e à recepção acrítica das novas formas de legitimação promulgadas pela biotecnologia compreendem importantes avanços.

Em *Educação após Auschwitz*, Adorno (1995) alertou que, desde o Esclarecimento, a sociedade moderna atribuiu um papel central à educação. Entretanto, foi essa mesma sociedade educada pelo Esclarecimento que produziu a barbárie. Em *O que significa elaborar o passado*, Adorno (2008) pontuou que o nazismo sobreviveu após Segunda Guerra Mundial não porque seus partidários resistem a aceitar a sua morte, mas porque a disposição por suas práticas permanece viva. Analisando nosso objeto a partir da Teoria Crítica adorniana, podemos afirmar que a eugenia não desapareceu pois a promessa do aperfeiçoamento biológico permanece sedutora, mas principalmente porque, apesar das rupturas após 1945, a racionalidade que a fundamenta não foi alterada em suas estruturas. Isto posto, a educação para a emancipação, que identifica, denuncia e combate a barbárie, a frieza burguesa e a naturalização das desigualdades, torna-se indispensável. Conforme Adorno (1995, p. 119):

“Qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação”.

Souza (2013, p. 20) considerou que, na sociedade capitalista, é a ciência, mais que a religião, quem determina o que é verdadeiro ou falso. Apesar do discurso da imparcialidade técnica, a ciência continua sendo instrumentalizada para legitimar a dominação. Uma vez que essa estratégia de dominação é material, mas também simbólica, o monopólio sobre a verdade permite determinar aquilo que é percebido como justo e injusto, honesto e desonesto, correto ou incorreto, bem ou mal. A partir do prestígio científico, é possível controlar tanto a opinião pública, como os demais aspectos da vida cotidiana (SOUZA, 2013). Uma vez que, conforme Bauman (1998), ainda vivemos em um modelo de sociedade que não apenas foi ineficaz em criar barreiras para o Holocausto, como forneceu as bases ideológicas e científicas para a sua consumação, a problematização crítica sobre a interação entre ciência, cultura e capitalismo na construção conhecimento científico é de suma importância.

Lakatos (1999) estabeleceu que a adesão cega às teorias científicas constitui um crime intelectual. Consequentemente, a atitude questionadora frente aos avanços biotecnológicos e ao próprio ideal de perfectibilidade humana se torna imprescindível. Essa perspectiva denota não somente a atualidade da crítica horkheimeriana ao discurso da imparcialidade técnica, da neutralidade científica e dos saberes suprassociais (HORKHEIMER, 1980), como também a necessidade de problematizar as pesquisas acadêmicas que insistem em definir a eugenia como uma pseudociência⁵³. Para além dos argumentos de Stepan (2014) e Nalli (2005) mencionados na introdução (ver nota de rodapé nº 3, página 18), ressaltamos as contribuições de Adams (1990), Souza (2006; 2019), Bernardo (2015), Bashford (2018), Kühl (2013), Paul, Stenhouse e Spencer (2018) e Schwarcz (2017) para este impreterível debate.

Adams (1990) escrutinou a maneira estereotipada e mitificada na qual a eugenia foi (e ainda é) retratada, tanto no meio acadêmico, quanto nas instituições de ensino. Para o autor, quatro mitos permeiam a historiografia da eugenia. O primeiro mito é a ideia, já largamente questionada na historiografia brasileira, sobretudo nos trabalhos de Souza (2006; 2019), de que a eugenia foi um movimento homogêneo e coeso, menosprezando suas particularidades e vicissitudes. O segundo mito é a crença de que a eugenia se resumiu à genética mendeliana,

⁵³ De acordo com a *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, o termo “pseudo” deriva do grego *ψευδο*, que significa “falso”. Na definição do *Oxford English Dictionary*, a pseudociência constitui uma ciência espúria ou enganosa, ou ainda, um conjunto de crenças erroneamente consideradas como baseadas no método científico. Sucintamente, o trabalho de demarcação entre ciência e pseudociência consiste em determinar quais teorias e práticas científicas são epistemologicamente sustentáveis (HANSSON, 2021).

ignorando a força que a vertente neolamarckista teve dentro do movimento. O terceiro mito, ampla e acriticamente reproduzido na historiografia, é a ideia de que a eugenia foi uma pseudociência. Finalmente, o quarto mito é a redução da eugenia ao pensamento conservador e reacionário, ignorando a adesão de intelectuais de esquerda ao movimento, incluindo comunistas (KREMENTSOV, 2018) e anarquistas (CLEMINSON, 2008).

O que nos interessa, neste momento, é compreender o que fundamenta e quais são as implicações da permanência do mito da pseudociência em nosso campo de estudos. Parte dessas implicações foram corretamente identificadas e criticadas por Adams (1990), segundo o qual as leituras reducionistas que alimentam esse mito não somente não contribuem para a compreensão do desenvolvimento histórico das ciências, como constituem parte do problema. Para Adams (1990, pp. 219-220),

[...] there is now a wealth of historical evidence that the thinking of legitimate scientists, doing legitimate science, has often been influenced by “nonobjective,” “extrascientific” considerations - including religious beliefs, class values, political concerns, metaphysical commitments, and even popular culture. In this light there would seem to be no clear grounds to distinguish eugenics from any other science according to these criteria. Judgments of this sort are often post hoc and almost always involve some retroactive application of our own ideas about what is “scientific.” Such an approach is not always helpful in understanding the historical development of science. Finally, the term “pseudoscience” itself must give us pause. To the best of my knowledge, no one has ever claimed to be one of its practitioners; the term is generally reserved for castigating one’s opponents. As a polemical word widely deployed in past struggles for legitimacy and power - and in historical accounts of those struggles written by the victors - “pseudoscience” is less interesting as a mode of historical explanation than as an object of historical study; it is not part of the solution, but part of the problem.

Bernardo (2015) criticou a ideia de que a eugenia foi uma ciência marginal ou uma pseudociência, a definindo como uma disciplina acadêmica que por muito tempo se confundiu com a genética humana. Essa confusão pode ser percebida nos textos dos geneticistas que compuseram o movimento eugenista brasileiro, conforme discutido ao longo de nossa tese. Desenvolvidos nas sociedades democráticas, os princípios da eugenia foram defendidos por médicos, biólogos, antropólogos e educadores, contribuindo para a formação do quadro ideológico e prático do nacional-socialismo, mas não se restringindo a ele. Ao tratar a sociedade como um organismo e conceber as contradições sociais como doenças, a eugenia converteu a política em um ramo da medicina, legando aos seus pesquisadores a autorização para tratar problemas sociais como problemas biológicos (BERNARDO, 2015). Como vimos no capítulo 3, foi esse o papel exercido por Renato Kehl ao tentar justificar a eugenia como

uma ciência com embasamento e credibilidade, para só então buscar sua institucionalização sob a forma de uma política biológica.

As obras de Bashford (2018), Gould (2014) e Paul, Stenhouse e Spencer (2018) denunciaram as perspectivas maniqueístas ainda presentes na historiografia das ciências. Segundo Bashford (2018), é urgente repensarmos o entendimento maniqueísta segundo o qual os eugenistas foram “maus cientistas”. Gould (2014) apontou o mesmo problema nas pesquisas sobre os intelectuais do determinismo biológico, usualmente classificados como “maus cientistas” que praticavam uma “má ciência”. Por sua vez, Paul, Stenhouse e Spencer (2018) denunciaram a perda da criticidade na historiografia a partir de pesquisas que ou reduzem a eugenia ao racismo, ou transformam a própria história da eugenia em uma história de “pessoas ruins” utilizando uma “ciência ruim” para promover “práticas ruins”. Para Paul, Stenhouse e Spencer (2018), essa perspectiva não apenas é simplória e generalizante, como torna a própria eugenia incompreensível.

Kühl (2013) também alertou para as interpretações distorcidas sobre a eugenia baseadas em mitos, estereótipos e anacronismos. O sociólogo ponderou que o descrédito do racismo biológico como “pseudociência” pode ser convincente do ponto de vista atual, mas a simples classificação dos debates científicos da primeira metade do século XX como “irracionais” constitui um reducionismo. Ademais, a “descientificização” da eugenia foi uma estratégia argumentativa adotada até mesmo pelos intelectuais eugenistas no contexto de reorientação das pesquisas genéticas após a Segunda Guerra Mundial. Conforme Kühl (2013), muitos geneticistas que haviam participado ativamente do movimento eugenista renegaram publicamente as teses radicais do racismo científico, classificando-as como “arcaicas”, “pré-científicas”, “não-científicas” ou “pseudocientíficas”. Entretanto, na prática, muitos desses “ex-eugenistas” permaneceram fiéis ao determinismo biológico e à cruzada pelo melhoramento do patrimônio hereditário do homem.

Retomando os argumentos de Stepan (2014) e Nalli (2005), o termo “pseudociência” mais escamoteia do que revela o que é, de fato, a eugenia. Seria fácil e tentador, pontuou Stepan (2014), concebê-la como uma simples irracionalidade ou aberração histórica. Conforme advertiram Adorno e Horkheimer (2006), a barbárie não foi um acidente de percurso na história da civilização, mas um desdobramento do progresso esclarecido. Para Bauman (1998), o racismo científico, como instrumento político, foi um produto da ciência moderna, assim como o Holocausto constituiu um subproduto do impulso moderno pelo planejamento e controle total. Ele não apenas não colidiu com a busca racional pela eficiência, como resultou de uma preocupação autenticamente racional, gerada pela

burocracia moderna fiel ao seu propósito. Outrossim, a Solução Final, manifestação mais atroz da eugenia, só foi possível graças às ferramentas que só a ciência mais avançada poderia fornecer, seguindo à risca o itinerário traçado pela civilização cientificamente administrada.

Segundo Schwarcz (2017), os intelectuais do racismo e da eugenia não fazem parte da “pré-história” das ciências sociais, tampouco representaram apenas um reflexo ou importação mecânica das teorias advindas do pensamento imperialista europeu. Considerar esses intelectuais como “imaturos” e seus modelos “pré-científicos” compreenderia uma leitura reducionista, que despreza a atuação desses sujeitos reconhecidos em um contexto de aproximação entre produção científica e movimento sociais. Consideramos que esses intelectuais assimilaram as teorias raciais de sua época de forma original, apresentando-as como modelo teórico, segundo o qual o conceito de raça ultrapassou sua definição biológica, recebendo uma conotação sobretudo social, utilizada para justificar as diferenças sociais. Desse modo, teorias formalmente excluídas de difícil aceitação em um país miscigenado se tornaram teorias de sucesso que apontaram soluções para o destino da nação (SCHWARCZ, 2017).

Finalmente, ressaltamos que reconhecer que a eugenia se manteve viva após a Segunda Guerra Mundial, e que diversos elementos constituintes de seu ideário, seja em sua matriz “preventiva”, “positiva”, “negativa” ou “neo-eugenista” (OLIVEIRA; HAMMERSCHMIDT, 2008), não implica ignorar as rupturas históricas, tampouco o caráter especulativo de alguns estudos presentes na historiografia recente. Paul, Stenhouse e Spencer (2018, p. 14) foram enfáticos ao afirmar que “[...] nothing about the history of eugenics is simple”, motivo pelo qual as interpretações acríticas, maniqueístas e reducionistas precisam ser constantemente interpeladas. Wegner (2019) concordou que a eugenia é um tema difícil de ser estudado, não apenas por sua complexidade, como por provocar paixões. Ao propor um equilíbrio epistemológico, o historiador considerou como problemáticas tanto a ideia de “passado morto”, sem relação com o presente, quanto a crença de que para estudar o passado é necessário denunciar sua continuidade no presente:

Para usar uma imagem do boxe, é difícil guardar a distância exata do adversário. Por um lado, como se encontram traços de discursos eugênicos da primeira metade do século XX na contemporaneidade, especialmente a partir dos avanços das pesquisas genômicas e da hereditariedade, é tentador se pensar que a melhor maneira de estudá-la, no passado, seja denunciar sua continuidade no presente. Essa atitude acaba por fazer perder de vista as especificidades históricas, como a se supor que a melhor estratégia para vencer o adversário seja buscar constantemente o *clinch* – aquele recurso usado pelo boxeador que consiste em se abraçar ao adversário para que, ao

mesmo tempo em que não seja atingido por ele, tenha a sensação de que tem a luta sobre controle. Contudo, falsa ilusão, o *clinch* não permite que se atinja o adversário e nem mesmo o enxergue muito bem. O risco inverso, no seu extremo, é analisar a eugenia como algo perfeitamente localizado historicamente e como um ponto fora da curva na história das ciências, como se seu estudo histórico não interpelasse nosso tempo. Aqui o risco não é menos problemático, pois o estudo ascético do tema provoca tal distanciamento do adversário que é impossível atingi-lo. Retornando da metáfora, é difícil atingir tanto suas permanências e mesmo alcançar uma compreensão histórica do movimento, posto que o bom historiador é aquele que interpela o passado com questões, e estas só podem ser formuladas a partir do presente (WEGNER, 2019, pp. 22-23).

Promovido pelo Laboratório de História da Biologia e Ensino da Universidade de São Paulo (LaHBE-USP), o evento *Ecos do pensamento científico na sociedade: a “ciência racial” no final do século XIX e início do XX, no Brasil e Argentina* (2022) evidenciou que novos estudos sobre as rupturas e continuidades da eugenia tem sido desenvolvidos nas últimas décadas, gerando (não sem polêmicas e disputas no campo) importantes trabalhos que ultrapassam o escopo dessa tese. Todavia, ressaltamos a relevância desses debates na denúncia aos “ecos” da eugenia na sociedade hodierna. Não são poucos os exemplos que denotam que o Brasil está longe de superar o problema da discriminação de raça, gênero, classe e por motivo de deficiência, elementos constituintes do ideário da eugenia. Em contrapartida, é crescente a quantidade de pesquisadores dispostos a compreender o problema a partir de uma perspectiva crítica, fomentando a discussão tanto no meio acadêmico⁵⁴, quanto por intermédio de projetos educativos⁵⁵ e ações de divulgação científica⁵⁶.

⁵⁴ Dentre os projetos e grupos de pesquisa dedicados ao tema, destacamos “The Anti-Eugenics Project”, “History of Race and Eugenics”, “Eugenics Archives”, “Confront Eugenics”, “The Stanford Eugenics History Project”, “History of Evolution and Heredity in Brazil”, “História da Genética e seus impactos: raça, racismo e população no Brasil” (COC/Fiocruz) e “Grupo de Estudos e Pesquisas Higiene Mental e Eugenia” (GEPHE/UEM).

⁵⁵ Salientamos o potencial anti-eugenista e antirracista dos projetos relacionados à lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 e à lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que instituíram a obrigatoriedade da inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino (BRASIL, 2003; 2008).

⁵⁶ Sem desconsiderar a necessidade do olhar crítico sobre os conteúdos veiculados nas redes sociais, ressaltamos os perfis que contribuem para disseminar o debate sobre eugenia entre o público mais amplo. No Twitter: “H-Eugenics” (@H_Eugenics), “Anti-Eugenics Project” (@anti_eugenics) e “Stanford Eugenics History Project” (@stanfordeugenic); no Instagram: “Anti-Eugenics Project” (@anti_eugenics_project), “AntiEugenia & Sociedade” (@antieugeniaesociedade), “História da Genética e seus impactos” (@projetohistoriadagenetica) e “Leis da Eugenia” (@leisdaeugenia), este último administrado por alunos do ensino médio do Colégio Engenheiro Salvador Arena de São Bernardo do Campo – SP. Todos os nomes e endereços (@) desses perfis se referem ao mês de maio de 2023.

Considerações finais

Iniciaremos nossa conclusão relacionando os cartazes sobre “semeadura eugênica” e “aparas eugênicas” (ver anexos B e C) com as teses de Bauman (2018) e Horkheimer (2015). Não sendo um fim em si, mas um meio para alcançar um fim, a eugenia constituiu uma poderosa e moderna engenharia social. Seus defensores precisavam exterminar as “ervas daninhas” em nome da saúde, da beleza e da organização do “jardim”. Para tanto, era necessário definir *a priori* quais eram as plantas “belas” e “saudáveis” a serem cultivadas e quais eram as “ervas daninhas” a serem eliminadas. Estruturado sobre a razão instrumental, esse trabalho de eliminação não constituiu uma tarefa de destruição, mas sim de *criação* científica. Uma vez que não era possível alterar a natureza, melhorar ou reeducar “ervas daninhas”, elas precisavam ser eliminadas por razões econômicas, político-ideológicas ou hereditárias. Essa metáfora da jardinagem e das “aparas eugênicas” ganha contornos ainda mais concretos quando recapitulamos a trajetória de Piza Júnior e Domingues no campo da agronomia.

O controle do processo reprodutivo pela ciência constituiu, segundo Horkheimer (1941), em uma das principais características da eugenia, cujas raízes se encontram no Esclarecimento. Com o processo de formalização da razão, a ciência se reduziu à técnica de organização, simplificada e reproduzida acriticamente. Conforme Nalli (2005), a naturalização extrema que orientou a eugenia de Kehl concebeu os indivíduos como meros corpos orgânicos que, esvaziados de qualquer sociabilidade, foram reduzidos a objetos manipulados e manipuláveis de acordo com os critérios selecionadores dos eugenistas. A mesma lógica se aplica a Piza Júnior e Domingues, conforme delineamos nos capítulos 4 e 5. A regulamentação, objetificação e manipulação do sexo pela autoridade da razão instrumental, segundo a qual as relações sexuais deveriam obrigatoriamente se submeter às leis naturais previstas pela intelectualidade esclarecida, constituíram o cerne da educação eugênica desenvolvida no *Boletim de Eugenia* e, de forma mais específica, na campanha pela consciência eugênica de seus três diretores.

Optamos ao longo do trabalho pelo termo “racismo científico” em vez de “racismo biológico”, de modo a não restringirmos as bases epistemológicas interdisciplinares dessa ciência dominante na primeira metade do século XX, imagem eternizada no símbolo do Segundo Congresso Internacional de Eugenia (1921) (ver anexo A). Ressaltamos a capilaridade da razão eugênica e sua relação com o modo de produção capitalista, que definiu

como alvos os trabalhadores pobres e o operariado em ascensão, considerados como uma “raça degenerada” por pertencerem a uma “classe degenerada”. Isso não diminui a gravidade dos argumentos capacitistas ou estritamente raciais da eugenia, direcionados especialmente contra as mulheres negras, mas aglutinando mestiços, indígenas, ciganos, asiáticos e judeus. O maior perigo da razão eugênica foi - e ainda é – possibilitar a mescla de preconceitos de classe, raça, gênero e contra deficientes, sob a forma de uma ciência supostamente “suprassocial”, “neutra”, “objetiva”, “progressista” e “humanista”.

Mesmo partindo de argumentos distintos, nenhum dos referenciais mobilizados em nossa crítica da razão eugênica ignoraram a historicidade da eugenia e sua relação com o modo de produção capitalista. O que propiciou o racismo científico foi, segundo Bernardo (2015), o colonialismo capitalista, do mesmo modo que as democracias liberais constituíram o palco para a opressão e a manipulação camuflada, oculta e imperceptível. Se não foi exclusivamente uma reação conservadora ou subproduto da filosofia reacionária burguesa, tal qual definido monoliticamente por Lukács (2020), a eugenia foi – e ainda é – uma ciência epistemologicamente desenvolvida pela e para as classes dominantes no capitalismo, mesmo em suas versões ditas anticapitalistas e revolucionárias (CLEMINSON, 2008; KREMENTSOV, 2018). O horror da barbárie, alertou Adorno (1993), é historicamente determinado e sombra fiel das forças produtivas.

A razão eugênica forneceu o arcabouço teórico para que pontos de vista permeados pelo preconceito de gênero, classe, raça e contra deficientes fossem difundidos sob o manto da ciência. Ela venceu e convenceu, tanto através da força, quanto por meio da propaganda, denominada “cruzada” ou “campanha” pelos seus adeptos no Brasil. Ela se desenvolveu de forma flexível, englobando desde a defesa de medidas de higiene e sanitarismo até as mais atroz campanhas pela esterilização compulsória, segregação e extermínio. Abarcou discursos supostamente “humanistas” e ao mesmo tempo elogios explícitos ao modelo genocida do Terceiro Reich. No que tange especificamente ao racismo científico, a razão eugênica forneceu a base teórica na qual os intelectuais mais radicais desse movimento desenvolveram sua estratégia de ação fundamentada na autoridade e na persuasão.

O modelo teórico-crítico da razão eugênica está em consonância com as pesquisas de Schwarcz (2017) e Schwarcz e Starling (2015), que demonstraram que o discurso do combate à “degeneração” biológica, longe de ser “irracional” ou “pseudocientífico”, foi justificado pelos intelectuais de forma racional no campo do direito, da política, das ciências biológicas e

da educação. Constituídos como autoridades científicas de sua época, os eugenistas garantiram o apoio político e intelectual na manutenção da hierarquia racial e das desigualdades sociais, deslocando o debate jurídico sobre a cidadania e a igualdade para o campo das ciências biológicas. A partir dessa lógica determinista e branqueadora, foi possível justificar cientificamente a inferioridade negra, mestiça e operária, escamoteando a exploração capitalista, o passado escravocrata e sua influência direta nas desigualdades do país.

A razão subjetiva permitiu o desenvolvimento de uma interpretação instrumentalizada e hierarquizada, que naturalizou a história e transformou as hierarquias sociais em dados imutáveis ou supostas verdades biológicas epistemologicamente irrefutáveis. Destarte, o discurso da nação “doente” que precisava ser curada impôs aos negros, mestiços, deficientes e trabalhadores pobres uma estrutura de exclusão silenciosa, mas cientificamente eficaz. Para que a almejada consciência racial se disseminasse efetivamente, os intelectuais alinhados a Renato Kehl compreenderam a necessidade de instruir, por intermédio da educação eugênica, os *homens de ciencia*. Conforme pontuou Horkheimer (2015, p. 39), “[...] quanto mais a propaganda científica faz da opinião pública uma mera ferramenta de forças obscuras, mais a opinião pública aparece como uma substituta da razão”.

Diagnosticamos os fundamentos epistemológicos da ciência do melhoramento racial e os mecanismos elaborados por seus intelectuais na construção da eugenia como sinônimo de razão esclarecida, e as críticas a ela recebidas como sinônimos de juízo de valor sem embasamento científico. A perspectiva horkheimeriana que identificou as raízes da eugenia no Esclarecimento viabilizou a identificação da base dualista na qual a ciência de Galton se desenvolveu e foi assimilada pelos três intelectuais brasileiros. Os dados obtidos a partir de nossa pesquisa documental corroboram com o diagnóstico crítico de Horkheimer (1941), segundo o qual a manipulação e objetificação do sexo pela ciência almejadas pelo Esclarecimento constituíram os fundamentos norteadores da eugenia. Foi a partir dessa lógica manipuladora e esclarecida que se desenvolveu a campanha pela consciência eugênica empreendida por Kehl, Piza Júnior e Domingues.

Conforme destacaram Souza (2016) e Wegner (2017) ao apontarem os limites da tradição historiográfica inaugurada por Stepan (2014), pautada na interpretação de uma “eugenia latina” neolamarckista de caráter “suave”, “brando” ou “moderado”, ponderamos em nossa tese a necessidade de compreendermos as especificidades e as formas distintas como a eugenia foi apreendida nos mais diversos contextos sócio-históricos. A partir da pesquisa documental, verificamos que existiu um conceito próprio de educação eugênica desenvolvido

por esses intelectuais, ainda insuficientemente explorado na historiografia da eugenia. A educação eugênica foi, da forma como desenvolvido desde Galton até a ala mais radical do movimento eugenista brasileiro, um conceito carregado de ambiguidades e contradições. Se *stricto sensu* ela era limitada, pois “quem é bom já nasce feito” (KEHL, 1929f, p. 1), *lato sensu* ela compreendia o próprio Esclarecimento e a consumação da “consciência racial” orientada pela razão eugênica.

No capítulo 2, demonstramos que a educação eugênica é uma educação essencialmente burguesa, cuja característica básica é o binômio *elitismo* e *exclusão* (FERREIRA Jr., 2010). Sua capilaridade na educação brasileira não pode ser menosprezada, uma vez que foi assimilada por intelectuais que abarcam do movimento sanitaria a aos apologistas da *Rassenhygiene* alemã, passando pelos reformadores progressistas alinhados à Escola Nova. Dos manuais de higiene aos laboratórios experimentais nas escolas, a eugenia legou à educação brasileira uma série de mecanismos de exclusão, em especial a brancura como parâmetro, o elitismo, o racismo e o capacitismo. Atualmente, longe de terem sido superados, muitos desses mecanismos são potencializados pela “pedagogia da exclusão” promovida pelo neoliberalismo (SAVIANI, 2019).

Nos capítulos 3, 4 e 5, baseados na pesquisa documental sobre Renato Kehl, Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues, demonstramos que o conceito de educação eugênica é um conceito amplo e polimorfo, empregado de forma generalizante na historiografia da eugenia. Verificamos que não existe um conceito único de educação no *Boletim de Eugenia*, uma vez que o termo foi mobilizado de formas distintas de acordo com cada autor e assunto tratado. Todavia, a educação *lato sensu* elaborada por Galton foi assimilada pelos três diretores do periódico, que conceberam a educação como formação da “consciência racial” ou “consciência eugênica”, único caminho possível para a aceitação social das propostas de intervenção no processo reprodutivo. Essa acepção nos ajuda a compreender o emprego literal do termo “educação galtoniana” remetendo à educação *lato sensu* nos artigos assinados por Renato Kehl (1930g; 1932d) ou pela Comissão Central Brasileira de Eugenia (BRAZILIAN INSTITUTE, 1931).

No capítulo 3, denotamos que Renato Kehl foi o intelectual que mais assimilou o conceito galtoniano de ciência-religião, elaborando nos livros *Lições de Eugenia* (1929/1935), *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* (1933c) e nos artigos publicados no *Boletim de Eugenia* (1929-1933) a compreensão da eugenia como um apostolado, um credo cientificamente

embasado e racionalmente estruturado, cujos devotos assumiram a “nobre” e “humanista” missão de salvar a humanidade da “ameaça degenerativa”. Esclarecer as mentes incrédulas com as luzes da razão eugênica, orientar os matrimônios e angariar novos devotos para a cruzada do melhoramento racial constituíram os principais elementos de sua campanha pela consciência eugênica no Brasil.

A autoidentificação como “sacerdote”, “prosélito”, “apóstolo esclarecido” e a defesa dessa ciência-religião como a “religião do entendimento” denotam que Kehl (1935) concebeu a eugenia como o próprio Esclarecimento. Sua concepção esclarecida e mitificada ampliou o projeto científico-religioso delineado por Galton (1909a, 1909b), no qual a eugenia deveria ser massivamente difundida como uma religião e, no meio intelectual, epistemologicamente apreendida como uma “verdade biológica”, ou seja, uma ciência racionalmente fundamentada e desvinculada de influências políticas, econômicas e sociais. A defesa da neutralidade política dos eugenistas exposta em *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* explicitou os esforços de Kehl (1933c) na elaboração intelectual do mito da imparcialidade técnica da eugenia, elemento basilar da teoria tradicional e da razão instrumental denunciadas por Horkheimer (1980; 2015).

Conforme exposto no capítulo 4, Piza Júnior sustentou uma longa campanha evolucionista até 1987, atuando como divulgador científico em instituições de ensino básico e superior, jornais voltados ao público leigo e clubes sociais da região de Piracicaba e Santa Bárbara d’Oeste. Publicado em 1933, o artigo *Um programa para eugenia* foi o último texto no qual encontramos menções explícitas à eugenia. Nesse artigo, o esalqueano considerou que o trabalho dos eugenistas era “preparar o solo” (ver anexo B) para o desenvolvimento efetivo da eugenia no país, em uma lógica na qual o ideal de cidadania se confundia com a própria eugenia. No limite, um cidadão esclarecido era, para Piza Júnior (1933b) um cidadão eugenizado, ou seja, educado pela e para a consciência eugênica, do ensino primário ao matrimônio.

Por outro lado, apesar do “silenciamento” sobre a eugenia no contexto posterior ao encerramento do *Boletim de Eugenia*, identificamos em nossa pesquisa documental, em diálogo com o trabalho de Habib (2010), elementos que desvelam permanências da campanha pela consciência eugênica na obra tardia do professor da ESALQ. Publicado no *Jornal de Agronomia* no ano de 1938, o artigo *Em torno da Antropologia* explicitou a defesa velada de Piza Júnior pela consciência eugênica a partir de argumentos autoritários e racistas, segundo

os quais a união entre brancos e negros era uma união condenável por ser interespecífica. No que se refere ao contexto pós-1945, a homenagem a Carlos Teixeira Mendes (PIZA JÚNIOR, 1950) e o texto *Inteligência* (PIZA JÚNIOR, 1956) confirmaram que, ao longo dos anos 1950, mesmo sem mencionar diretamente o termo cunhado por Galton, Piza Júnior continuou defendendo a eugenia e o determinismo biológico, visando promover a “boa geração”.

O discurso de formatura proferido na ESALQ em 1957 desvelou a permanência do entendimento racialista de Piza Júnior sobre o mestiço como um produto “híbrido” advindo do cruzamento de raças distintas, elemento fundamental de sua concepção eugênica explicitada em seus textos notadamente racistas publicados no *Boletim de Eugenia*. As correspondências trocadas com a Sociedad Mexicana de Eugenesia até o ano de 1969, nas quais Piza Júnior foi convidado para auxiliar na reconstrução da eugenia sob a forma de uma “filosofia humanista”, e a confirmação de que o professor da ESALQ foi um membro ativo dessa sociedade (cf. PIZA JÚNIOR, 1967b; VASCONCELLOS, 1969) podem denunciar a permanência de Piza Júnior no interior do movimento eugenista na segunda metade do século XX, mas novas pesquisas serão necessárias para corroborar essa hipótese.

O breve texto *Cogito, ergo sum* denotou que, assim como no discurso de formatura publicado em 1958, Piza Júnior (1987a) manteve a concepção racializada pautada na existência de diferentes “tipos étnicos” que originaram as diversas “raças” humanas, e que continuou examinando o desenvolvimento das nações a partir da métrica do progresso civilizatório, representada pela noção de “homem civilizado” como arquétipo de evolução. O texto revelou também que parte do arcabouço teórico dos tempos de *Boletim de Eugenia* permaneceu na obra tardia de Piza Júnior (1987), sobretudo a classificação da evolução humana por intermédio de um padrão arbitrário e hierarquizado de normalidade, um “tipo médio” a partir do qual os “tipos étnicos” eram classificados acima ou abaixo de acordo com seu grau de desenvolvimento.

No capítulo 5, denotamos que Octavio Domingues não compartilhou do racismo científico de Kehl e Piza Júnior, mas se aproximou de seus colegas ao conceber a educação para a consciência eugênica como meio mais adequado para viabilizar o melhoramento qualitativo da “raça” no Brasil, país cuja população era majoritariamente católica, analfabeta e cujos intelectuais eram considerados ignorantes no que tange às bases científicas da eugenia e da hereditariedade. O professor explicitou e reforçou essa tese em seus artigos e na trilogia de livros publicados entre 1926 e 1942. Dentre os três diretores do *Boletim de Eugenia*,

Domingues foi o intelectual que mais se dedicou ao campo da Educação, tanto no que se refere ao ensino de genética, quanto na campanha pela formação da consciência racial, alicerçada sobre a educação sexual para o matrimônio eugênico. Mais do que institucionalizada sob a forma de leis ou medidas impositivas, Domingues almejava ver a eugenia naturalizada como um costume, uma prática cotidiana entre a população brasileira, uma consciência incrustada no espírito nacional, das elites letradas à classe trabalhadora.

Não encontramos nenhum documento que comprove a permanência da campanha eugênica de Domingues no período entre 1942, data de publicação da segunda edição remodelada de *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)* e 1972, ano de seu falecimento. Até que novas pesquisas identifiquem outras publicações “tardias” do esalqueano, podemos considerar que sua campanha pela consciência eugênica se estendeu de 1926 a 1942, abarcando o período entreguerras, auge da eugenia no Brasil, e a Segunda Guerra Mundial, data em que a *Rassenhygiene* nazista já era internacionalmente denunciada. Domingues (1942) também teceu suas próprias críticas ao radicalismo alemão, no intuito de dissociar a eugenia do racismo científico, elaborando uma defesa da razão eugênica a partir da própria razão eugênica.

Contrariamente à interpretação de Stefano (2009), que definiu a eugenia dominguesiana como “branda” e “menos preconceituosa” por seu caráter pró-miscigenação, e à de Hochman, Lima e Maio (2010), que afirmaram que Domingues se distanciou da eugenia “negativa”, as publicações do geneticista revelaram a defesa de posicionamentos radicais como a proibição da reprodução de indivíduos portadores de doenças hereditárias e a esterilização compulsória dos “degenerados” (DOMINGUES, 1931c), também denominados “pesos mortos”, “resíduos” e “parasitas” (DOMINGUES, 1930a). Se por um lado são inegáveis as semelhanças com a eugenia mendeliana do antropólogo Edgar Roquette-Pinto quanto ao papel positivo da mestiçagem, por outro, a defesa das medidas draconianas e a assimilação da lógica manipuladora e esclarecida da eugenia também estiveram presentes na obra de Domingues. Consideramos, portanto, que essa proximidade entre Roquette-Pinto e Domingues precisa ser relativizada, e que o entendimento de que Domingues não foi um eugenista radical precisa ser revisto em nossa historiografia.

Verificamos que apesar da razão eugênica dos diretores do *Boletim de Eugenia* ter se desenvolvido a partir da genética de Mendel, ela compartilhou de Galton o duplo sentido da educação ao ponderar, por um lado, seus limites enquanto instrução formal e, por outro,

denotar a sua centralidade para o avanço do processo de “regeneração” racial a partir da consciência eugênica. Essa delimitação nem sempre ficou nítida nos textos publicados no *Boletim de Eugenia*, motivo pelo qual consideramos a pesquisa documental como o caminho mais profícuo para a explicitação dessa ambiguidade que percorreu se não todo, mas boa parte da história do movimento eugenista brasileiro. Esse problema remete às origens da eugenia enquanto ciência-religião nos textos de Galton (1909), responsável pela criação do campo de estudos e do próprio conceito de educação *lato sensu* partilhado por seus seguidores e consumado através da criação da Eugenics Education Society em 1907.

O encontro proporcionado pelo *Boletim de Eugenia* aproximou três intelectuais com ideias e trajetórias distintas, mas que concordavam com a necessidade da formação da consciência eugênica no país para a efetivação de um processo civilizatório inconcluso. Eugenizar era, na razão eugênica de Kehl, Piza Júnior e Domingues, viabilizar a construção de uma civilização tropical mediada pelo progresso científico. Paradoxalmente, os diretores do periódico defenderam a melhoria nas condições de ensino e pesquisa no país, uma vez que tinham no ensino das bases da hereditariedade um dos eixos norteadores da campanha eugênica. Nesse sentido, o caso de Octavio Domingues foi o mais emblemático, uma vez que a maior parte de seus textos se situava no campo da Educação, fundamentados na genética mendeliana, base na qual a eugenia deveria assentar seus alicerces.

Dialeticamente, a razão eugênica viabilizou o debate no campo intelectual brasileiro sobre questões como saneamento básico, mortalidade infantil, higiene, infecções sexualmente transmissíveis, casamentos consanguíneos, alcoolismo, currículo escolar, formação de professores, divulgação científica, educação sexual, educação física, contracepção e planejamento familiar. Sua retórica “humanista” buscou melhorias na educação pública, como os cuidados com a alimentação e a saúde das crianças, ao mesmo tempo em que promoveu práticas manipuladoras, elitistas, racistas e capacitistas como sinônimos de verdade científica, devendo a eugenia ser, portanto, a guia mestre na definição das políticas educacionais da nação. Essa dicotomia foi exposta tanto nos textos publicados no *Boletim de Eugenia*, quanto nos livros e artigos de seus três diretores. Por um lado, um povo considerado doente, sujo, ignorante, resistente ao progresso civilizatório e, portanto, incapaz de compreender os fundamentos da hereditariedade e a imprescindibilidade do matrimônio eugênico; por outro, os intelectuais esclarecidos, promotores e guardiões da razão eugênica, comprometidos com a vulgarização da causa “humanista” do melhoramento racial e com o desenvolvimento da consciência eugênica no país.

Consideramos que a dialética da educação eugênica reside neste ponto: ao defender a formação da consciência eugênica, os diretores do *Boletim de Eugenia* defenderam a melhoria na educação básica e superior no Brasil. Segundo os artigos, livros e correspondências analisados ao longo desta tese, modernizar o ensino básico e superior e elevar o nível intelectual da população significava criar as condições necessárias para que a eugenia se disseminasse no país e superasse os obstáculos impostos, da resistência no campo intelectual ou religioso à falta de fundamentos acerca de suas bases científicas. Contudo, do ponto de vista teórico-crítico, a educação vislumbrada por esses intelectuais era uma educação burguesa, inerentemente elitista e excludente, a despeito de seus argumentos “humanistas”. Ressaltamos as propostas elitistas da “Escola rural bem-intencionada” de Domingues e da “Escola-lar-eugênica” de Kehl, bem como as máximas “Que fiquem analfabetos” (ANTONIL, 1928, p. 2) e “As massas poderão continuar amorfas ou sem o b-a-ba, no seu papel de dirigidos” (KEHL, 1933c, p. 223), que escancaram um projeto educacional burguês e autoritário, pensado pela e para as elites do país.

Não surpreende, pois, que os intelectuais da *Rassenhygiene* alemã tivessem cunhado a expressão “fornicação poluidora” para remeter aos matrimônios “irracionalmente” ou “disgenicamente” constituídos (BERNARDO, 2015). Esse argumento constituiu o cerne da razão eugênica de Kehl, Piza Júnior e Domingues, a despeito da retórica “humanista” mobilizada por esses intelectuais. Piza Júnior acreditava que a razão envolveria retomar a “repulsa” ou “aversão” biológica entre as “espécies” branca e negra, destruída pelo instinto “irracional” e “animalesco”. Kehl e Domingues, por sua vez, consideraram o casamento eugênico como um dos principais objetivos da educação *lato sensu*, transformando o matrimônio em um processo racional e cientificamente orientado. No caso da eugenia nazista, concebida como um modelo para Kehl, o combate à “fornicação poluidora” se realizou a partir do emprego de métodos racionais que visavam alcançar objetivos completamente irracionais, atingindo o que Bernardo (2015, p. 986) denominou “grau supremo da alucinação”.

A educação eugênica vislumbrada por Kehl, Piza Júnior e Domingues era, em suas bases e objetivos, uma educação para a barbárie, que escamoteou preconceitos de classe, gênero, raça e contra deficientes sob uma retórica “humanista”, racional e esclarecida. A partir do diagnóstico da obra desses três autores, propomos uma revisão do conceito de educação eugênica, que possibilite a identificação de seu sentido amplo como formação da consciência racial e fomenta novas pesquisas sobre o tema. Acreditamos que, desta forma, o

conceito não se reduza apenas ao seu sentido restrito, abrindo margem para a generalização e a perda da criticidade da análise. Consideramos que a acepção de educação eugênica *lato sensu* pode auxiliar na compreensão da epistemologia desenvolvida pelos intelectuais eugenistas, na qual a relação entre razão instrumental e Esclarecimento é indissociável e compreende o alicerce do processo de transformação da eugenia em uma ciência socialmente aceita.

Sem pretender reduzir a história da eugenia à educação eugênica de Kehl, Piza Júnior e Domingues, nossa investigação nos permite concluir, a partir da perspectiva teórico-crítica, que a eugenia não compreendeu uma espécie de retorno à barbárie, mas justamente o triunfo do progresso esclarecido. A anulação do sujeito a partir da redução do ser humano à sua natureza biológica e o discurso da imparcialidade técnica, fundamentos da epistemologia de Galton assimilados pelos três diretores do *Boletim de Eugenia*, constituíram, portanto, expressões da face mais totalitária do Esclarecimento. A definição galtoniana da eugenia como ciência-religião, concepção dogmática assimilada e difundida principalmente por Renato Kehl, é compreensível se considerarmos a sua racionalidade científica, a qual denominamos razão eugênica, como uma manifestação perversa da transformação da razão em mito.

Finalmente, a razão eugênica, modelo teórico-crítico que propomos nessa tese, pôde ser verificada a partir do diálogo com as fontes históricas, caminho imprescindível para a busca das particularidades da aplicação desse modelo. Isto posto, convidamos outros pesquisadores a diagnosticar os fundamentos epistemológicos da eugenia de outros intelectuais que integraram esse movimento no Brasil e no mundo. Essa proposta de pesquisa pode trazer novas perspectivas para um campo ainda repleto de interpretações reducionistas, como a eugenia como sinônimo de conservadorismo, como pseudociência, como uma irracionalidade dissociada do progresso capitalista ou como um passado já superado. Sendo assim, poderíamos recorrer à metáfora brechtiana para sugerir que a eugenia está sempre se reproduzindo. Contudo, os gritos das vítimas dessa ciência ainda ecoam⁵⁷, tornando desnecessárias quaisquer analogias. Optemos pela denúncia aos inúmeros exemplos que nos são fornecidos pelos documentos e pela própria realidade concreta.

⁵⁷ “Os mártires anônimos dos campos de concentração são os símbolos da humanidade que luta para nascer. A tarefa da filosofia é traduzir o que eles fizeram numa linguagem que será ouvida, mesmo que suas vozes finitas tenham sido silenciadas pela tirania” (HORKHEIMER, 2015, p. 162). Dedico essa passagem a Wolf Roitberg (1918-1942) e Gerszon Roitberg (1874-1942), covardemente assassinados no campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

A ENTREGA da Carta Constitucional ao Rotary Clube Local. **Cidade de Santa Bárbara**, Santa Bárbara d'Oeste – SP, v. 20, n. 972, p. 1, 28 jan. 1945.

A HUMANIDADE cresce em quantidade mas decai em qualidade. Alarmantes conclusões de dois eugenistas norte-americanos. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 37, p. 12-14, jan.-mar. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

A. M. S. M. Responsabilidad Procreacional o Eugenic. México, 1969, p. 4. In: ARNOUX, Eugenio E.; SAAVEDRA, Alfredo M. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Acapulco - México, maio 1969. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

ACCORSI, Walter R. Prof. Salvador de Toledo Piza Jr. (decano dos decanos). **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 44, n. 1, p. 7-9, 1969. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/2945/pdf_2509. Acesso em: 18 jun. 2023.

AGASSIS, Louis. **Viagem ao Brasil (1865-1866)**. Tradução e notas de Edgar Süsssekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

AGRONOMOS DIPLOMADOS. **O Paiz**, Rio de Janeiro – RJ, 19 jul. 1923, p. 8.

ANDRADE, Geraldo de. Concepcionismo inconsciente e mortalidade infantil. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n. 12, p.7, dez. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ANDRADE, Geraldo de. Função eugenic das maternidades. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 38, p. 24-25, abr.-jun. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ANDRADE, Geraldo de. Concepcionismo inconsciente e mortalidade infantil (continuação). **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 13, p. 4, jan. 1930a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ANDRADE, Geraldo. Concepcionismo inconsciente e mortalidade infantil (continuação e fim). **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 14, p. 3-4, fev. 1930b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ANTONIL, João A. A escola rural bem intencionada. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 3, n. 9-10, p. 1-2, set.-out. 1928. Disponível em: <https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/3481/3257>. Acesso em 18 jun. 2023.

ANTONIL, João A. Coroneis da Agricultura... **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 5, n. 3-4, p. 75-76, mar.-abr. 1930. Disponível em:

<https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/3517/3313>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ANTONIL, João A. Literatura de vulgarização. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 7-8, p. 271-272, jul.-ago. 1929. Disponível em:

https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/1594/pdf_1213. Acesso em: 18 jun. 2023.

ARNOUX, Eugenio E.; SAAVEDRA, Alfredo M. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Acapulco - México, 7 jul. 1966. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

ARNOUX, Eugenio E.; SAAVEDRA, Alfredo M. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Acapulco - México, maio 1969. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

ARNOUX, Eugenio E.; SAAVEDRA, Alfredo M. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior (direcionada a Renato Kehl)**. Acapulco - México, 22 ago. 1969. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

ASÚA, Luiz J. de. Aspecto jurídico da maternidade consciente. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 6, p. 1-3, jun.-jul. 1929. Disponível em:

<https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BARD, Leopold. A proposito do certificado pre-nupcial. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 39, p. 71-75, jul.-set. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BOLETIM da Associação Comercial e Industrial de Santa Bárbara d’Oeste. **Jornal d’Oeste**, Santa Bárbara d’Oeste – SP, v. 19, n. 961, p. 1, 14 set. 1967.

BRAGA, Edgard. Noivado eugenico. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 37, p. 7-9, jan.-mar. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASILIANISCHES Zentralkomitee Fuer Eugenik. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 27, p. 2-3, mar. 1931. Disponível em:

<https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRAZILIAN Institute of Eugenics. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 28, p. 6, abr. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BÜCHERL, Wolfgang. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. São Paulo – SP, 9 jun. 1967. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

C.C.B.E. O “Boletim”. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 38, p. 21, abr.-jun. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

C.C.B.E. Uma nova entidade científica que aparece: a Comissão Central Brasileira de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 27, p. 1-2, mar. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CAMPOS, Francisco. A eugenia e a reforma do ensino. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 28, p. 4-5, abr. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CAMPOS, Humberto de. O apostolado do Dr. Kehl. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 38, p. 45-46, abr.-jun. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CELSO, Afonso. Tres bellos livros. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n. 12, p. 6, dez. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CERTIFICADO de apresentação de convocado para o Serviço Militar. 2ª Região Militar, 4ª Circunscrição de Recrutamento do Estado de São Paulo. Piracicaba – SP, 11 ago. 1922. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

CERTIFICADO de frequência. Curso de Evolução. 31 out. 1961. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

CERVONE, Francisco. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Santa Bárbara d’Oeste – SP, 13 set. 1965. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

CONFERENCIA sobre Eugenia. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 9-10, p. 445-446, 1929. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/404/pdf_79. Acesso em: 18 jun. 2023.

CUNHA LOPES, Ignácio da. Consulta Matrimonial. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 37, p. 4-5, jan.-mar. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DANTAS, Júlio. Os bôbos das aldeias. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 27, p. 7-8, mar. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DARWIN, Leonard. A eugenia no futuro. Tradução de E. R. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 31, p. 1-2, jul. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DELFINO, Victor. O attestado medico pre-nupcial. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 12, p. 2-3, dez. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DETENTOR do Prêmio Nobel de Medicina será refutado pelo Prof. Toledo Piza. **Recorte do jornal Folha de Piracicaba**, 4 ago. 1961, n. p. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

DOMINGUES, Octavio. Mecanismo de hereditariedade patologica. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 1, n. 2, p. 13-16, 1926. Disponível em: <https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/3330>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. **A hereditariedade em face da educação**. Coleção Bibliotheca de Educação, v. 6. São Paulo: Melhoramentos, 1929a.

DOMINGUES, Octavio. As teorias da hereditariedade. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 1-2, p. 95-103, 1929b. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/1573/pdf_1193. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. A saude. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 5, n. 5-6, p. 223-230, 1930a. Disponível em: <https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/3542/3335>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. O meio revela... **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 16, p. 1, abr. 1930b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Os programmas de ensino e a genetica. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 13, p. 2-3, jan. 1930c. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Saúde, Hygiene e Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 18, p. 2-5, jun. 1930d. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Transmissão congenita da tuberculose. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 16, p. 1-2, abr. 1930e. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Anotações. In: VARIGNY, Henry C. de. Da eugenia. Traducção e anotações do Prof. Octavio Domingues. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 25, p. 1-5, jan. 1931a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Poderemos ser melhores? **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 26, p. 1-2, fev. 1931b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Birth-Control, esterilização e pena de morte. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 30, p. 4, jun. 1931c. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Em torno dos problemas eugênicos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 33, p. 2-4, set. 1931d. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. A eugenia e os esportes. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba - SP, v. 4, n. 37, p. 6-7, jan-mar de 1932a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Apesar do progresso... **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 38, p. 21, abr.-jun. 1932b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Domingues, Octavio. Limalhas de um Eugenista (parte 1). **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 38, p. 26-30, abr.-jun. 1932c. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Nota sobre a obra Doutrinas e Fatos da Hereditariedade. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 38, p. 47, abr.-jun. 1932d. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Nucleos de Eugenisimo. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 39, p. 53, jul.-set. 1932e. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Limalhas de um eugenista (parte 2). **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 39, p. 67-70, jul.-set. 1932f. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Limalhas de um eugenista (parte 3). **Boletim de Eugenia**, Piracicaba - SP, v. 4, n. 40, p. 82-85, out-dez. 1932g. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. Carta a Alceu da Silveira. O Nordeste, 20 out. 1933. In: DOMINGUES, Octavio. **Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)**. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 4, volume 2, 2ª edição reformulada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 314-318.

DOMINGUES, Octavio. **Correspondência a Arthur Ramos**. Piracicaba – SP, 09 dez. 1935. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1297433/mss1297433.jpg. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. **Correspondência a Arthur Ramos**. Rio de Janeiro – RJ, 22 jan. 1936a. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1297434/mss1297434.jpg. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. **Hereditariedade e Eugenia**. 1ª ed. Bibliotheca de Divulgação Científica, v. 5, direção de Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936b.

DOMINGUES, Octavio. **Correspondência a Arthur Ramos**. Rio de Janeiro – RJ, 15 set. 1938. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1297435/mss1297435.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. **Correspondência a Arthur Ramos**. Rio de Janeiro – RJ, 7 maio 1939. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1297436/mss1297436.jpg. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Octavio. **Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)**. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 4, volume 2, 2ª edição reformulada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

DOMINGUES, Octavio. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Teresópolis – RJ, 31 jul. 1968. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

DOMINGUES, Octavio. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Teresópolis – RJ, 02 maio 1969. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

E. R. Causas da desorganização matrimonial. Falhas da educação moderna. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 19, p. 1-3, jun. 1930a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

E. R. O animal homem. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 16, p. 4, abr. 1930b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

E. R. O lar e a educação sexual das crianças. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 22, p. 1-3, out. 1930c. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

E. R. Resposta de uma mãe. A educação sexual da infância e da mocidade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 24, p. 6-8, dez. 1930d. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

E. R. O exame prenupcial e o voto da Sociedade Franceza de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 27, p. 6-7, mar. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

EDGAR, John. Eugenia e patriotismo. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 2, mar. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

EDUCAÇÃO EUGÊNICA. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 38, p. 47, abr.-jun. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ESCOLA AGRÍCOLA. **Jornal de Piracicaba**, Piracicaba – SP, v. 22, n. 8041, p. 3, 29 jul. 1922.

ESNAURRÍZAR, Miguel L.; SAAVEDRA, Alfredo M. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Acapulco - México, 11 out. 1960. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

EUGENICS in Brazil. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 28, p. 5-6, abr. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FARANI, Alberto. Como evitar as proles degeneradas? **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 34, p. 3-7, out. 1931a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FARANI, Alberto. Como evitar as proles degeneradas? (continuação e fim). **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 35, p. 5-7, nov. 1931b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FELICIDADE do viver social: finalidade do Rotary Clube. Coluna do Rotary. **Edição Barbarense**, Santa Bárbara d’Oeste – SP, v. 13, n. 1024, p. 4, 01 fev. 1981.

FRACOS. **Cidade de Santa Bárbara**, Santa Bárbara d’Oeste – SP, v. 8, n. 371, p. 1, 02 out. 1932.

FREIRE-MAIA, Ademar. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. 02 out. 1952. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

FRÓES DA FONSECA, Álvaro. Os grandes problemas da Antropologia. In: **Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, 1929, p. 63-86. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9854. Acesso em: 13 jun. 2023.

GALTON, Francis. Eugenics as a factor in religion. In: GALTON, Francis. **Essay in Eugenics**. London: The Eugenics Education Society, 1909a, p. 68-70. Disponível em: <https://galton.org/books/essays-on-eugenics/galton-1909-essays-eugenics-1up.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GALTON, Francis. Eugenics: it's definition, scope and aims. In: GALTON, Francis. **Essay in Eugenics**. London: The Eugenics Education Society, 1909b, p. 35-43. Disponível em: <https://galton.org/books/essays-on-eugenics/galton-1909-essays-eugenics-1up.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GALTON, Francis. Local associations for promoting Eugenics. In: GALTON, Francis. **Essay in Eugenics**. London: The Eugenics Education Society, 1909c, p. 100-109. Disponível em: <https://galton.org/books/essays-on-eugenics/galton-1909-essays-eugenics-1up.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GALTON, Francis. Restrictions in marriage. In: GALTON, Francis. **Essay in Eugenics**. London: The Eugenics Education Society, 1909d, p. 44-59. Disponível em: <https://galton.org/books/essays-on-eugenics/galton-1909-essays-eugenics-1up.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GALTON, Francis. **Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences**. Third electronic edition, based on the text of the second edition (1892). Edited by Gavan Tredoux. London; New York: MacMillan and Co., 2000.

GATES, Reginald R. Eugenia e Educação. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 39, p. 55-61, jul.-set. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GOSNEY, Ezra S. A proposito de esterilização. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 12, p. 8, dez. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GRANER, Murilo. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Piracicaba – SP, 13 jul. 1961. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

GRUPO ESCOLAR “José Gabriel de Oliveira”. 1963 – Festas do Jubileu de Ouro. **Jornal d'Oeste**, Santa Bárbara d'Oeste – SP, v. 15, n. 721, p. 1, 13 out. 1963.

HUERTA, Luiz R. Os fundamentos científicos da eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 8, p. 1-3, ago. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

III CONGRESSO Internacional de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 40, p. 93-94, out.-dez. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

IMPRESSÕES digitais. **Correio Barbarense**, Santa Bárbara d'Oeste – SP, n. 125, p. 3, 7 jul. 1968.

INQUERITO eugenico. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 13, p. 2-3, jan. 1930. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

JOÃO SEM NOME, Madame. Resposta de uma mãe ao inquerito sobre educação sexual. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 26, p. 5-6, fev. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

JUST, Günther. AS APTIDÕES... **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 40, p. 79, out.-dez. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 8, p. 6-8, ago. 1929a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Boletim de Eugenia e “Medicamenta”. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 6, p. 1, jun.-jul. 1929b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Educação e Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n. 9, p. 1-2, set. 1929c. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Eugenia e Eugenismo. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n. 8, p. 1, ago. 1929d. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Instituto de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n. 1, p. 3, jan. 1929e. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. **Lições de eugenia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929f.

KEHL, Renato F. Limitação de natalidade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 12, p. 1-2, dez. 1929g. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. O ensino de biologia para os homens políticos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 6-7, p. 4, jun.-jul. 1929h. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. O Nosso Boletim. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n. 1, p. 1, jan. 1929i. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Prophylaxia das doenças mentaes. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 2, jan. 1929j. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Propositos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n. 1, p. 1, jan. 1929k. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Questões de raça. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 3-4, jun-jul. 1929l. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Scenas deprimentes. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 3, p. 3, mar. 1929m. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. A eugenia no Brasil. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 11, p. 1, nov. 1929n. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Conferencia sobre a eugenia, pelo Prof. Domingues. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 12, p. 5, dez. 1929o. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. *Brazil's Sun*. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 23, p. 7-8, nov. 1930a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Conclusão. In: MJØEN, Jon A. Um moderno programa de política eugenica. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 22, p. 4, out. 1930b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Crescei e multiplicai-vos! **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 18, p. 1-2, jun. 1930c. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Galton. Sabio Constructor. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 20, p. 1-3, ago. 1930d. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Inquerito sobre a educação sexual da infancia e da mocidade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 19, p. 4, jul. 1930e. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Inquerito sobre Educação Sexual. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 24, p. 1, dez. 1930f. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Instituto Brasileiro de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 19, p. 1, jul. 1930g. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KEHL, Renato F. Malucos e criminosos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 23, p. 8, nov. 1930h. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

- KEHL, Renato F. Nova theoria sobre a hereditariedade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 23, p. 3-4, nov. 1930i. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. O problema da educação sexual. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 24, p. 1-3, dez. 1930j. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. A campanha eugênica no Brasil. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 33, p. 1-2, set. 1931a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. A victoria da mediocridade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 28, p. 1-2, abr. 1931b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. Não é exagero... **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 25, p. 8, jan. 1931c. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. O ensino de Eugenia nas escolas secundárias. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 30, p. 5, jun. 1931d. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. Os erros da filantropia contra-seletiva. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 32, p. 1, ago. 1931e. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. Por que se fundou a C.C.B.E. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 27, p. 2, mar. 1931f. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. Só ha um caminho... **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 31, p. 1, jul. 1931g. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. *The first eugenics movements in Brazil*. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 28, p. 5, abr. 1931h. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. **Cartão a Arthur Ramos**. Rio de Janeiro – RJ, 1932 ou 1933. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1299636/mss1299636.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. A nova fase do Boletim de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 37, p. 3, jan.-mar. 1932a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

- KEHL, Renato F. Segregação dos deficientes, dos criminosos e dos socialmente inadaptados. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 39, p. 54-55, jul.-set. 1932b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. A eugenia na pratica individual. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 40, p. 80-82, out.-dez. 1932c. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. Uma brilhante conferencia pelo Dr. Renato Kehl na Universidade do Porto. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 40, p. 92-93, out.-dez. 1932d. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. Eugenia e Patriotismo. **A Metralha**, Santa Bárbara d'Oeste - SP, v. 1, n. 8, p. 1;6, 30 jul. 1933a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. Irmãos gêmeos. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 5, n. 42, p. 18-30, abr.-jun. 1933b. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/boletim-de-eugenia-1>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. **Sexo e civilização: aparas eugênicas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933c.
- KEHL, Renato F. **Lições de Eugenia**. 2ª edição (refundida e aumentada). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.
- KEHL, Renato F. Dedicatória a Salvador de Toledo Piza Júnior. In: KEHL, Renato F. **Por que sou eugenista: 20 anos da campanha eugenica (1917-1937)**. Rio de Janeiro - RJ: Livraria Francisco Alves, 1937. 16 mar. 1937. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.
- KEHL, Renato F. **Catecismo para adultos** (Ciência e Moral Eugênicas). Rio de Janeiro - RJ: Livraria Francisco Alves, 1942. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.
- KEHL, Renato F. A mania de ser importante. O exibicionismo e a ostentação em face da caracteriologia. **Jornal d'Oeste**, Santa Bárbara d'Oeste – SP, v. 4, n. 189, p. 1; 4, 8 mar. 1953.
- KEHL, Renato F. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. São Paulo – SP, 3 mar. 1954. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.
- KEHL, Renato F. O problema eugênico no Brasil (pequena resenha histórica). **Acta Geneticae Medicae et Gemellologiae**, v. 5, sup. 1, p. 319-320, jul. 1956. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1120962300026871>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- KEHL, Renato F. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Rio de Janeiro – RJ, 1 set. 1957. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia,

Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

KEHL, Renato F. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Rio de Janeiro – RJ, 21 jul. 1960. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

KERR, Warwick E. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Rio Claro – SP, 2 maio 1961. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

LA MORAL eugenica. Sociedad Mexicana de Eugenesia. In: ARNOUX, Eugenio Echeverría; SAAVEDRA, Alfredo M. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Acapulco - México, 7 jul. 1966, p.4. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

LEWIS, J. G. A limitação da natalidade e seu efeito destrutivo sobre as gerações futuras. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 38, p. 37-38, abr.-jun. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LIÇÕES DE EUGENIA do dr. Renato Kehl. Traduzido da *Deutsche Medizinische Wochenschrift*, n. 35, 29 ago. 1930. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 37, p. 16, jun.-mar. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. Prefácio. In: DOMINGUES, Octavio. **A hereditariedade em face da educação**. Coleção Bibliotheca de Educação, v. 6. São Paulo: Melhoramentos, 1929a, p. 7-9.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. Correspondência a Octavio Domingues. In: UM NOVO livro sobre educação. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba – SP, v. 47, n. 10854, p. 4, 22 maio 1929b.

LUIZI, Paulina. Educação sexual. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 24, p. 3-5, dez. 1930. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LUNDBORG, Herman B. Biologia Racial: perspectivas e pontos de vistas eugenicos. Tradução de W. F. K. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 14, p. 2-3, fev. 1930. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LUNDBORG, Herman B. Eugenia: hereditariedade e meio. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-4, jan. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LUNDBORG, Herman B. Cruzamento de raças. Tradução de W. F. K. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 34, p. 1-3, out. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MACROBIO. A educação dos sentimentos políticos e a Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 29, p. 3-4, maio 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MANN, Horace. Citações. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 11, p. 6, nov. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MENDES, Carlos T. O Vale do Paraíba. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 14, n. 3-4, p. 97-106, mar.-abr. 1939. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/1759/pdf_1383. Acesso em: 18 jun. 2023.

MJØEN, Jon A. Um moderno programa de politica eugenica. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 22, p. 4, out. 1930. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MORAES, José de M. **Ofício encaminhado à Comissão Especial de Estudos de Tempo Integral do Conselho Universitário**. Piracicaba – SP, 15 fev. 1946. Processo nº 1821/46. Protocolo, Seção de Expedientes, Assistência Administrativa e Financeira. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP).

MUCKERMANN, Hermann. Eugenia e catholicismo. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 2-3, abr. 1929b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MUCKERMANN, Hermann. Instituto de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n. 1, p. 3, jan. 1929a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MUCKERMANN, Hermann. O essencial... **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 39, p. 53, jul.-set. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MUCKERMANN, Hermann. Fundamentos hereditarios da eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 6-7, p. 5-6, jun.-jul. 1929c. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MUNICÍPIO de Piracicaba. **Certificado de Cidadão Piracicabano ao Dr. Salvador de Toledo Piza Júnior**. Piracicaba – SP, 7 set. 1962. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

NA FACULDADE de Farmácia e Odontologia. Curso sobre Evolução, a cargo do prof. Salvador de Toledo Piza Júnior. **Jornal de Piracicaba (recorte)**, Piracicaba – SP, 24 ago. 1961, n. p. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

NOBRE, Érico da R. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Piracicaba – SP, 6 abr. 1955. Processo nº7909. Protocolo, Seção de Expedientes, Assistência Administrativa e Financeira. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

NORTE, João do. O Brasil e a Raça. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 8, p. 4, ago. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

NOTÍCIAS LOCAIS. **O Jornal do Povo**, Santa Bárbara d’Oeste - SP, v. 1, n. 23, p. 1, 14 dez. 1952.

O AGRÔNOMO é o pai da matéria. **Jornal do Engenheiro Agrônomo (JEA)**, Piracicaba – SP, p. 3, ago.-set. 1984.

O CONTROLE de natalidade na Alemanha. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 5, n. 42, p. 25, abr.-jun. 1933. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/boletim-de-eugenia-1>. Acesso em: 18 jun. 2023.

O EUGENISMO na imprensa mundial. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 26, p. 8, fev. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PARA LAS jovenes. Sociedad Mexicana de Eugenesia. In: ARNOUX, Eugenio Echeverría; SAAVEDRA, Alfredo M. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Acapulco - México, 7 jul. 1966, p. 2. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

PARECER da Comissão de Tempo Integral. Processo nº1821/46, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, 3 jul. 1946. In: PROCESSO nº12947. Protocolo, Seção de Expedientes, Assistência Administrativa e Financeira. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

PENNA, Belisário. Eugenia e Eugenismo. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 10, p. 3-4, out. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PERONDI, Giuliano. O problema da tuberculose do ponto de vista da eugenia. Tradução de C. C. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro - RJ, v. 3, n. 27, p. 3-4, mar. 1931a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PERONDI, Giuliano. O problema da tuberculose do ponto de vista da eugenia (continuação e fim). Tradução de C.C. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro - RJ, v. 3, n. 28, p. 2-4, abr. 1931b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. A genética e a evolução da agricultura em S. Paulo. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 6, n. 3-4, p. 129-134, 1931a. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/1674/pdf_1292. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. A hereditariedade da cor da pele no casamento branco-preto. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba - SP, v. 4, n. 39, p. 62, jul.-set. 1932a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. A hereditariedade da cor da pele no casamento branco-preto (conclusão). **Boletim de Eugenia**, Piracicaba - SP, v. 5, n. 41, p. 5-12, jan.-mar. 1933a. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/boletim-de-eugenia-1>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. A participação do índio, do branco e do negro na etnia brasileira. **Revista de Agricultura**, Piracicaba - SP, v. 33, n. 2, p. 67-68, jun. 1958. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/3079/pdf_2627. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. A Universidade e o Ensino Agronomico em São Paulo. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 9, n. 1-2, p. 1-2, jan.-fev. 1934. Disponível em: <https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/3659/3450>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Anotações á margem das ‘Lições de Eugenia’ do Dr. Renato Kehl. **Revista de Agricultura**, Piracicaba - SP, v. 5, n. 1-2, p. 46-49, 1930a. Disponível em: <https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/3513>. Acesso em 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Carlos Teixeira Mendes nasceu para a agricultura, viveu pela agricultura e morreu na agricultura. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 25, n. 7-8, p. 205-212, jul.-ago. 1950. Disponível em: <https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/2895>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. *Cogito, ergo sum*. **Jornal de Piracicaba (recorte)**, Piracicaba – SP, 06 out. 1987a, n. p. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Como pronunciar vocabulos technicos. Termos usados em Cytologia e Genetica. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 10, n. 9-10, p. 360-367, 1935a. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/1707/pdf_1321. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. **Correspondência a Alberto Amaral**, Piracicaba – SP, 20 out. 1957. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. **Correspondência a Érico da Rocha Nobre**. Piracicaba – SP, 2 abr. 1955. Processo n° 7909. Protocolo, Seção de Expedientes, Assistência Administrativa e Financeira. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. **Correspondência a Wolfgang Bücherl**. Piracicaba – SP, 24 jun. 1967a. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia,

Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. **Correspondência ao vice-reitor da Universidade de São Paulo**. Piracicaba – SP, 13 fev. 1946. Processo nº12947. Protocolo, Seção de Expedientes, Assistência Administrativa e Financeira. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP).

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. **Curriculum Vitae**. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 1967b. Protocolo, Seção de Expedientes, Assistência Administrativa e Financeira. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Em torno da Antropologia. **Jornal de Agronomia**, Piracicaba – SP, v. 1, n. 4, p. 273-324, 1938.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Evolução, do padre Roldán, S. J. I: introdução. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 34, n. 1, p. 1-10, mar. 1959a. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/3089/pdf_2637. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Evolução, do padre Roldán, S. J. II: generalidades. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 34, n. 2, p. 77-84, jun. 1959b. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/3101/pdf_2648. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Evolução, do padre Roldán, S. J. III: considerações a respeito da focalização filosófico-científica do problema (Capítulo II da obra: advertências preliminares). **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 34, n. 3, p. 139-149, set. 1959c. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/2622/pdf_2213. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Evolução, do padre Roldán, S. J. V: irreduzibilidades. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 34, n. 4, p. 209-219, dez. 1959d. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/1547/pdf_1168. Acesso em 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Evolução, do padre Roldán, S. J. VI: macroevolução. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 35, n. 1, p. 1-9, mar. 1960. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/2655/pdf_2244. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Inteligência. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 31, n. 4, p. 215-219, dez. 1956. Disponível em: <https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/3070>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. **Localização dos factores na linina nuclear como base de uma nova theoria sobre a hereditariedade**. Piracicaba – SP: ESALQ, 1930b.

PIZA JÚNIOR, Salvador de T. O casamento do branco com o preto à luz da Biologia. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 38, p. 30-37, abr.-jun. 1932c. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

- PIZA JÚNIOR, Salvador de T. O medo das idéias. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 39, n. 3, p. 101-102, set. 1964. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/2636/pdf_2226. Acesso em: 18 jun. 2023.
- PIZA JÚNIOR, Salvador de T. O que pode resultar do casamento entre branco e preto. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba - SP, v. 4, n. 37, p. 9-11, jan.-mar. 1932b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- PIZA JÚNIOR, Salvador de T. **Ode à ESALQ**. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), 1921. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/institucional/simbolos-esalqueanos/ode>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- PIZA JÚNIOR, Salvador de T. **Temas do II Curso de Evolução**. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP, 1961.
- PIZA JÚNIOR, Salvador de T. **Termo de Doação**. Piracicaba – SP, 5 ago. 1987b. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.
- PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Um programa para a eugenia. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba - SP, v. 5, n. 42, p. 16-17, abr.-jun. 1933b. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/boletim-de-eugenia-1>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Uma nova explicação para a recombinação fatorial na *Drosophila Melanogaster*. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro - RJ, v. 3, n. 30, p. 1-3, jun. 1931b. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- PIZA JÚNIOR, Salvador de T. Viagem á Africa Oriental Ingleza. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 10, n. 6-8, p. 272-279, 1935b. Disponível em: <https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/3738/3537>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- PORTO-CARRERO, Júlio P. A redenção. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 5, n. 42, p. 15, abr.-jun. 1933. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/boletim-de-eugenia-1>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- PORTO-CARRERO, Júlio P. Resposta de um especialista. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 24, p. 5-6, dez. 1930. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- PRINCIPAIS CONCLUSÕES aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 40, p. 86-89, out-dez. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- PROGRAMAS de planejamento familiar crescem em vários países. **O Correio**, Piracicaba – SP, n. 2, p. 7, 20 mar. 1977.

RAMOS, Arthur. **Correspondência a Octavio Domingues**. Rio de Janeiro - RJ, 14 maio 1939. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1303635/mss1303635.jpg. Acesso em: 18 jun. 2023.

RECASENS, Sebastián. Eugenia e procreação. Tradução de C. C. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 4, p. 1-2, abr. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

RECORDANDO. **Diário de Santa Bárbara d'Oeste**, Santa Bárbara d'Oeste – SP, n. 8754, p. 6, 13 jul. 2017.

RECORDANDO. **Diário de Santa Bárbara d'Oeste**, Santa Bárbara d'Oeste – SP, n. 9143, p. 6, 03 nov. 2018.

RECORDANDO. **Diário de Santa Bárbara d'Oeste**, Santa Bárbara d'Oeste – SP, n. 9450, p. 6, 22 nov. 2019.

RECORDANDO. **Diário de Santa Bárbara d'Oeste**, Santa Bárbara d'Oeste – SP, n. 9953, p. 9, 12 nov. 2021.

RESPONSABILIDAD procreacional. Sociedad Mexicana de Eugenesia. In: ARNOUX, Eugenio E.; SAAVEDRA, Alfredo M. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Acapulco - México, 7 jul. 1966, p. 3. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

RIBEIRO, João. O perigo amarelo. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 5, n. 41, p. 13, jan.-mar. 1933. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/boletim-de-eugenia-1>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Notas sobre os typos anthropologicos do Brasil. **Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro - RJ, 1929, p. 119-147. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9928. Acesso em: 18 jun. 2023.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Seixos Rolados (Estudos Brasileiros)**. 1ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Mendonça, Machado e Cia, 1927.

ROTARY CLUB. **Jornal D'Oeste**, Santa Bárbara d'Oeste – SP, v. 1, n. 1, p. 1, 17 jul. 1949.

ROTARY CLUB. A visita dos rotarianos de Piracicaba e Americana ao R. C. local. **Cidade de Santa Bárbara**, Santa Bárbara d'Oeste – SP, v. 20, n. 966, p. 1, 17 dez. 1944.

SAAVEDRA, Alfredo M. **Correspondência a Salvador de Toledo Piza Júnior**. Acapulco – México, 12 jun. 1969. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

SAIBAM TODOS... **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 36, p. 8, dez. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SCARLET, Marjorie. O primeiro chimpanzé mongolóide. **Folha de São Paulo (recorte)**, São Paulo – SP, 21 ago. 1969, p. 38. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Júnior. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba – SP.

SCHOPENHAUER, Arthur. Amor e eugenia. Notas de um precursor da ciência da boa geração. Tradução de E. R. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 40, p. 85, out.-dez. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SCHRAENEN, Willem. A eugenia como ciência e como ideal social. Tradução de C. C., *Annales d’Eugenique*. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 2, n. 15, p. 1-2, mar. 1930. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SERAFIM, Sylvia. Um inquerito interessante. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 25, p. 8, jan. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SILVA, Luiz L. da. Cruzamento do branco com o preto. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 30, p. 3-4, jun. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SILVEIRA, Alceu da. Eugenia. O Nordeste, Fortaleza – CE, 22 set. 1933. In: DOMINGUES, Octavio. **Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)**. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 4, volume 2, 2ª edição reformulada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 311-314.

TELLEZ, Antônio de Q. O problema migratório e o futuro do Brasil. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 11, p. 5, nov. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

U. P. Educação. **Jornal d’Oeste**, Santa Bárbara d’Oeste – SP, v. 7, n. 353, p. 1; 4, 10 jun. 1956.

UM CONCURSO que interessa ao movimento eugenico no Brasil. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 38, p. 47-48, abr.-jun. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

UM PAE. Carta de um pae. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 1, n. 3, p. 2-3, mar. 1929. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

UMA BRILHANTE reunião do Rotary Club, dedicada ao problema da Educação. **Cidade de Santa Bárbara**, Santa Bárbara d’Oeste – SP, v. 21, n. 1001, p. 1, 2 set. 1945.

UMA HONROSA distinção. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 9-10, p. 445, 1929. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/404/pdf_79. Acesso em: 18 jun. 2023.

VÃO APERFEIÇOAR seus estudos no estrangeiro. **O Paiz**, Rio de Janeiro – RJ, 28 jul. 1922, p. 4.

VARIGNY, Henry C. de. Da eugenia. Tradução e anotações do Prof. Octavio Domingues. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 25, p. 1-5, jan. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VIANNA, Oliveira. O eugenismo das elites (fragmento de capítulo). **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 29, p. 2, maio 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VIANNA, Oliveira. O japonês e o seu problema. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba – SP, v. 4, n. 38, p. 43-45, abr.-jun. 1932. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 18 jun. 2023.

- ARRUDA, Maria A. N. Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Versão digital. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2018, p. 275-290.
- ARRUDA, Nivaldo S.; SANCHES, Mário A. Fátima Oliveira: uma das pioneiras da bioética no Brasil. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 16, p. 1-6, 2021. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/download/17038/15033/>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BASHFORD, Alison. Foreword. In: PAUL, Diane B.; STENHOUSE, John; SPENCER, Hamish G. (ed.). **Eugenics at the Edges of Empire: New Zealand, Australia, Canada and South Africa**. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan, 2018.
- BARTOLETTI, Susan C. **Juventude hitlerista: a história dos meninos e das meninas nazistas e a dos que resistiram**. Trad. Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.
- BAUTISTA, Cindy G. *Eugenesia, evolución y aplicación en México*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Morelia, Michoacán, México, 2018. Disponível em: http://bibliotecavirtual.dgb.umich.mx:8083/jspui/bitstream/DGB_UMICH/848/1/FDCS-M-2018-1369.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta**. 2ª versão remodelada e ampliada. Porto: Afrontamento, 2015.
- BERTUCCI, Liane M. Sanear a raça pela educação. Teses da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, início dos anos 1920. In: MOTA, André; MARINHO, Maria G. S. M. (org). **Eugenia e História: ciência, educação e regionalidades**. Coleção Medicina, Saúde e História, v. 4. São Paulo: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013, p. 219-238.
- BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. Trad. Luís Oliveira Santos. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BEZERRA, Rozélia. O “Leito de Procusto” ou o discurso eugenista de Antônio Carneiro Leão para a instrução primária de Pernambuco (1928). In: MOTA, André; MARINHO, Maria G. S. M. (orgs). **Eugenia e História: ciência, educação e regionalidades**. Coleção Medicina, Saúde e História, v. 4. São Paulo: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013, p. 267-286.
- BÍBLIA SAGRADA. Antigo e Novo Testamento. Trad. João Ferreira de Almeida. Ed. revisada e corrigida. Santo André – SP: Geográfica Editora, 2011.
- BLACK, Edwin. **War against the weak: eugenics and America’s campaign to create a master race**. 2nd. paperback edition. Washington, DC: Dialog Press, 2012.
- BOAS, Franz. Eugenics. **The Scientific Monthly**, v. 3, n. 4, p. 471-478, nov. 1916. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10822/517502>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BODEMANN, Y. Michal. Coldly Admiring the Jews. Werner Sombart and Classical German Sociology on Nationalism and Race. In: STOETZLER, Marcel (org). **Antisemitism and the Constitution of Sociology**. Lincoln/London: University of Nebraska Press, 2014, p. 110-134.

- BOLSANELLO, Maria A. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, n. 12, p. 153-165, dez. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BONFIM, Paulo R. Educação eugênica: as recomendações de Renato Kehl a educadores, pais e escolares. **History of Education in Latin America**, v. 2, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/17449>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BONFIM, Paulo R. **Educar, higienizar e regenerar: uma história da eugenia no Brasil**. Jundiá: Paco Editorial, 2017.
- BONFIM, Paulo R.; KUHLMANN Jr., Moysés. Eugenia e educação: uma leitura crítica do Boletim de Eugenia (1929-1933). **11º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**. Eixo Temático: Pesquisa, Educação e seus Fundamentos. Universidade Federal de São João Del Rey, 12-15 out. 2014, p. 1-10. Disponível em: <https://anpedsudeste2014.files.wordpress.com/2015/04/paulo-ricardo-bonfim-moysc3a9s-kuhlmann-jr.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BORNHEIM, Gerd. Crise da idéia de crise. In: NOVAES, Adauto (Org). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 47-66.
- BRAGA, Maria L. S. Roger Bastide, paisagista. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Versão digital. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2018, p. 220-250.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 15 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BRASIL. Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Relatório nº 2 de 1993, Congresso Nacional. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/85082/CPMI Esterilizacao.pdf?sequence=7>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BRONNER, Stephen E. **Reclaiming the Enlightenment: Toward a Politics of Radical Engagement**. New York: Columbia University Press, 2004.
- BRONNER, Stephen. E. From Modernity to Bigotry. In: MORELOCK, Jeremiah. (ed.). **Critical Theory and Authoritarian Populism**. London: University of Westminster Press, 2018, p. 85-105.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CARLOS, Anderson R.; PRESTES, Maria E. B. Contextualizando *The descent of man*, de Charles Darwin: debates calorosos persistem após 150 anos de sua publicação. **Filosofia e História da Biologia**, v. 16, n. 2, p. 131-171, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/fhb/article/view/fhb-v16-n2-01/178805>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- CARNEIRO, Maria L. T. Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil. **Cadernos de História**, v. 13, n. 18, p. 79-97, 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/P.2237-8871.2012v13n18p79/3871>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CARVALHO, José M. de. Os três povos da República. **Revista USP**, São Paulo, n. 59, p. 96-115, set.-nov. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i59p96-115>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CARVALHO, Leonardo D. de. A esterilização na perspectiva eugênica de Renato Kehl na década de 1920. **Saeculum**, v. 1, p. 229-242, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/36273/20882>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CARVALHO, Leonardo D. de. *Higiene Brasileira*: as lições de Belisário Penna para as Escolas Normais. **Revista História da Educação**, v. 25, e.100569, p. 1-30, 2021. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/100569>. Acesso em 18 jun. 2023.

CARVALHO, Leonardo D. de. de; SOUZA, Vanderlei. S. de. Continuidades e rupturas na história da eugenia: uma análise a partir das publicações de Renato Kehl no Pós-Segunda Guerra Mundial. **Perspectiva (UFSC)** (online), v. 35, p. 887-910, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n3p887/pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CARVALHO, Leonardo D. de; CORRÊA, Igor N. da C. Eugenia e educação no Brasil do século XX: entrevista com Jerry Dávila. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl., p. 227-233, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/mV7dDNjqYqppGFMj3wXRy5j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CARVALHO, Regina R. P. Participação de médicos em torturas no período da ditadura militar. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, n. 12, abr. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/33704/23903>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CASSATA, Francesco. **Bulding the New Man**: Eugenics, Racial Science and Genetics in Twentieth-Century Italy. Translated by Erin O'Loughlin. Budapest/New York: Central European University Press, 2011.

CHAI, David. Habermas and Zhuangzi against Liberal Eugenics. **International Journal of Chinese & Comparative Philosophy of Medicine**, v. 14, n. 2, p. 97-112, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.24112/ijccpm.141620>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CHAUÍ, Marilena de S. Contingência e Necessidade. In: NOVAES, Adauto (org). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 19-26.

CHESTERTON, Gilbert K. **Eugenics and other evils**. Auckland: The Floating Press, 2015.

CHITTY, Clyde. **Eugenics, Race, and Intelligence in Education**. London: Continuum Publishing, 2007.

CLEMINSON, Richard. Eugenics without the state: anarchism in Catalonia, 1900-1937. **Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**, n. 39, p. 232-239, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.shpsc.2008.03.006>. Acesso em: 18 jun. 2023.

COSTA, Flávia. Fátima Oliveira: Médica, ativista feminista e revolucionária. **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)**, 29 dez. 2017. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/19888/fatima-oliveira-medica-ativista-feminista-e-revolucionaria>. Acesso em 30 dez. 2021.

DALBOSCO, Cláudio A. Materialismo interdisciplinar e ação comunicativa: crítica à leitura habermasiana de Horkheimer. In: DALBOSCO, Cláudio A. **Pragmatismo, teoria crítica e educação**. Campinas – SP: Autores Associados, 2010, p. 245-260.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio-ago. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DARWIN, Charles R. **The descent of man, and selection in relation to sex**. New Jersey: Princeton University Press, 1981.

DÁVILA, Jerry. **Diploma of whiteness: race and social policy in Brazil, 1917-1945**. Durham & London: Duke University Press, 2003.

DEMÉTRIO, Clarice G. B. Entrevista com o professor Frederico Pimentel Gomes. **Associação Brasileira de Estatística (ABE)**, 14 fev. 2002. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~abe/esalq.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DIWAN, Pietra S. **Entre Dédalo e Ícaro: cosmismo, eugenia e genética na invenção do transhumanismo norte-americano (1939-2009)**. 2020. Tese (Doutorado em História), Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/24029>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 517-596, set.-dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hqBHpKJHNtbrVMgJb3Fpv9M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ELSTER, Jon. **Reason and Rationality**. Translated by Steven Rendall. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2009.

ENGLISH, Daylanne. K. **Unnatural Selections: Eugenics in American Modernism and the Harlem Renaissance**. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2004.

ERASO, Yolanda. Towards a taxonomy of maternal bodies: biotypology, eugenics and Argentine nationalism (1930-1946). In: ERASO, Yolanda. **Representing Argentinian mothers: medicine, ideas and culture in the Modern Era (1900-1946)**. Amsterdam-New York: Rodopi, 2013.

EX-DIRETOR da ESALQ deixa uma lacuna. Nota de falecimento do Prof. Eurípedes Malavolta. Assessoria de Comunicação USP ESALQ. 23 jan. 2008. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/acom/clipping/arquivos/23-01-08%20Falecimento%20Prof%20Euripedes%20Malavolta.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FAGGION, Melline O.; SOUZA, Simone C. O Correio Paulistano (1918-1929) e a popularização do ideário da eugenia. In: BOARINI, Maria L. (org). **A busca da perfeição: o ideário eugenista em pauta**. Maringá: EDUEM, 2019, p. 57-81.

FERREIRA Jr., Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EDUFSCar, 2010.

FERRONE, Vincenzo. **The Enlightenment: history of an idea**. Translated by Elisabetta Tarantino. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2015.

- FIUZA, Denis H. A Propaganda da Eugenia no Brasil: Renato Kehl e a implantação do racismo científico no Brasil a partir da obra “Lições de Eugenia”. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 85-107, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/68669/40555>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- FRIEDLANDER, Henry. **The origins of Nazi genocide**. From euthanasia to the Final Solition. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 1995.
- FRÖDE, Carina G. Eugenesia: moralidad o pragmatismo. **Gaceta Médica de México**, n. 149, p. 476-480, 2013. Disponível em: https://www.anmm.org.mx/GMM/2013/n4/GMM_149_2013_4_476-480.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.
- FUNKADELIC. **Biological Speculation**. America Eats Its Young (Vinil, LP). Detroit: Westbound Records, 1972.
- GALLO, Silvio. **Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação**. 1ª ed. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2015.
- GERALDO, Endrica. A “Lei De Cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cad. AEL**, v. 15, n. 27, p. 173-209, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/download/2575/1985>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- GERMEK, Hermas A. Turismo no cemitério! Será possível? **Diário de Santa Bárbara d’Oeste**, Santa Bárbara d’Oeste – SP, v. 16, n. 3753, p. 2, 23 nov. 2000.
- GÓES, Weber L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124368/000837627.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- GÓES, Weber L. Racismo e violência em face da eugenia contemporânea. In: FEFFERMANN, Marisa (et al.). **As interfaces do genocídio no Brasil: gênero, raça e classe**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018, p. 171-195.
- GÓIS Jr., Edivaldo; GARCIA, Alessandro B. A eugenia em periódicos da educação física brasileira (1930-1940). **Revista da Educação Física**, UEM Maringá, v. 22, n. 2, p. 247-254, 2º trim. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/9908>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- GOMES, Frederico P. Uma vida dedicada à Ciência. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 63, n. 1, p. 9-12, 1988. Disponível em: http://revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/816/pdf_462. Acesso em: 18 jun. 2023.
- GOULD, Stephen J. **A falsa medida do homem**. Trad. Valter Lellis Siqueira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- GRANER, Murilo; MARTINELLI FILHO, Alcides; CRUZ, Vivaldo F. da. Microbiologia da carne moida: 1. contagem total de bactérias. **Anais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz**, v. 28, p. 217-226, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0071-12761971000100014>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GREELY, Henry T. CRISPR'd babies: human germline genome editing in the 'He Jiankui affair. **Journal of Law and the Biosciences**, v. 6, n. 1, p. 111-183, ago. 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6813942/pdf/lasz010.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Cor, classes e *status* nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Versão digital. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2018, p. 196-219.

HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana**: a caminho de uma eugenia liberal? Trad. Karina Jannini; rev. trad. Eurides Avance de Souza. 2ª ed, 2ª tir. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Trad. Artur Mourão. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2007.

HABIB, Paula A. B. B. **Agricultura e Biologia na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ)**: os estudos de genética nas trajetórias de Carlos Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. (1917-1937). Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese_paulahabib.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

HABIB, Paula A. B. B.; WEGNER, Robert. De plantas y hombres: cómo los genetistas se vincularon a la eugenesia en Brasil (un estudio de caso, 1929–1933), **Asclepio**, v. 66, n. 2, p. 1-14, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/M5wjvmdn4QYV9Y9t9JL3bhx/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

HANSSON, Sven O. Science and Pseudo-Science. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, fall 2021 edition. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2021/entries/pseudo-science/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Versão digital. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2018, p. 331-352.

HEIM, Susanne; SACHSE, Carola; WALKER, Mark. **The Kaiser Wilhelm Society under National Socialism**. New York: Cambridge University Press, 2009.

HISTÓRICO do Departamento de Genética. Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Botucatu. 9 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ibb.unesp.br/#!/ensino/departamentos/genetica/apresentacao/historico/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita; rev. téc. Maria Célia Paoli. 2ª ed., 39ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia T.; MAIO, Marcos C. The Path of Eugenics in Brazil: Dilemmas of Miscegenation. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa. **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 493-510.

HOPWOOD, Nick. **Haeckel's embryos**: images, evolution, and fraud. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Trad. Carlos Henrique Pissardo. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HORKHEIMER, Max. **Teoria tradicional e teoria crítica**. Trad. José Lino Grünnewald (et al.). Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HORKHEIMER, Max. The End of Reason. In: HORKHEIMER, Max (org). **Studies in Philosophy and Social Science**, Institute of Social Research, v. 9, n. 3, p. 366-388, 1941. Disponível em: https://social-ecology.org/wp/wp-content/uploads/2020/02/Horkheimer_End-of-Reason_1941.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

JAEGER, Werner. **Paideia**. A formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JAY, Martin. **The Dialectical Imagination: A history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research (1923-1950)**. London: Heinemann, 1976.

KANT, Immanuel. Resposta à Questão: O que é Esclarecimento? *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* Tradução de Márcio Pugliesi. **Revista Cognitio**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 145-154, jan.-jun 2012. Disponível em: <http://bit.do/kant1>. Acesso em 20/07/2020. Acesso em: 18 jun. 2023.

KERN, Gustavo da S. **Educar é eugenzar: racismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148600>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KINOSHITA, Carolina T. **Um D. Quixote científico a pregar para uma legião de Panças: os manuais de higiene à sombra da eugenia (1923-1936)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/250905>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KINOSHITA, Carolina T.; ROCHA, Heloísa H. P. Renato Kehl, Victor Delfino e Alfredo Verano: circulação de ideias eugênicas entre Brasil e Argentina. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2013.

KEVLES, Daniel J. **In the name of eugenics: genetics and the uses of human heredity**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1986.

KREMENTSOV, Nikolai. **With and Without Galton: Vasilii Florinskii and the Fate of Eugenics in Russia**. Cambridge: Open Book Publishers, 2018.

KÜHL, Stefan. **For the betterment of the race: the rise and fall of the international movement for eugenics and racial hygiene**. Translated by Lawrence Schofer. 1st. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

KUTI, Fela A. **Teacher Don't Teach Me Nonsense**. Teacher Don't Teach Me Nonsense (Vinil, LP). New York: Mercury, 1986.

LAKATOS, Imre. The methodology of scientific research programmes. **Philosophical Papers**, v. 1. Edited by John Worral and Gregory Currie. 7th reprint. New York: Cambridge University Press, 1999.

LEBRUN, Gérard. Sobre a tecnofobia. Trad. Paulo Neves. In: NOVAES, Adauto (org). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 471-494.

LEFORT, Claude. O imaginário da crise. Trad. Paulo Neves. In: NOVAES, Adauto (org). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 27-46.

LEITÃO, Diego F. G. M. Razão e história: a recepção de Adorno e Horkheimer das Teses sobre o conceito de História e a Inflexão filosófica da Dialética do Esclarecimento. **Revista de Teoria da História**, v. 5, n. 9, p. 134-158, jul. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/29081>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LEONARD, Thomas C. **Illiberal Reformers: Race, Eugenics & American Economics in the Progressive Era**. New Jersey: Princeton University Press, 2016.

LÉO NETO, Nivaldo A. Divulgação e educação científica racista no Boletim de Eugenia (1929-1933): uma análise crítica com vistas a contribuir para uma educação em ciências contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 21, e24750, p. 1-31, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2021u351381>. Acesso em 21 jun. 2023.

LOBATO, Monteiro. **O presidente negro**. Organização de Evanir Pavloski. Chapecó: Editora UFFS, 2020.

LÓPEZ-GUAZO, Laura S. **Eugenesia y racismo en México**. 1ª ed. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LÓPEZ-GUAZO, Laura S. Evolucionismo y eugenesia en México. **Boletín Mexicano de Historia y Filosofía de la Medicina**, v. 12, n. 1, p. 19-23, 2009. Disponível em: <https://www.medigraphic.com/cgi-bin/new/resumen.cgi?IDARTICULO=20243>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LORDELLO, Luiz G. E. *In memoriam* ao Dr. Piza. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 63, n. 1, p. 2-8, 1988. Disponível em: <http://revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/817>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LÖWY, Michel. Messianismo e Revolução. In: NOVAES, Adauto (org). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 395-407.

LUCAS, S. Homenagem. Wolfgang Bücherl (1911-1985). **Mem. Inst. Butantan**, n. 47-48, p. 3-4, 1983-1984. Disponível em: <https://bibliotecadigital.butantan.gov.br/arquivos/109/PDF/2.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LUKÁCS, György. **A destruição da razão**. Trad. Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MAGGIE, Yvonne. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia”: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Versão digital. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2018, p. 316-330.

MAI, Lilian D. **Boletim de Eugenia (1929-1931): um estudo sobre forças educativas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR, 1999.

MAI, Lilian D.; BOARINI, Maria L. Estudo sobre forças educativas eugênicas no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 129-132, 1º sem. 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/download/5682/3606/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MAIO, Marcos C. **Nem Rothschild Nem Trotsky**. O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Versão digital. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2018.

MALATIAN, Teresa. Rebeliões da senzala, história do negro brasileiro e injustiças de Clio: uma aproximação do percurso historiográfico de Clóvis Moura. **Anais do 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Florianópolis (UFSC), 14-18 maio 2019, p. 1-12. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/9encontro/textos/teresa_malatian.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

MALAVOLTA, Eurípedes. Lembrando mestre Piza. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 63, n. 1, p. 13-14, 1988. Disponível em: <http://revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/815>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MARCUSE, Herbert. Some social implications of modern technology. In: HORKHEIMER, Max (org). **Studies in Philosophy and Social Science**, Institute of Social Research, v. 9, n. 3, p. 138-163, 1941. Disponível em: https://courses.cs.washington.edu/courses/cse490e/19wi/readings/marcuse_social_implications_1941.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Versão digital. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2018, p. 146-172.

MASIERO, André L. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, n. 2, p. 549-572, maio-ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Lg63Lg8vPjHT4v3TLvYmpyG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MELO, Érica I. **A Sociedad Mexicana de Eugenesia e o gerenciamento da sexualidade e da reprodução na primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6472>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MEUCCI, Simone. A experiência docente de Gilberto Freyre na Escola Normal de Pernambuco (1929-1930). **Caderno CRH**, v. 18, n. 44, p. 207-214, maio-ago. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3476/347632167003.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MIRANDA, Marisa. Develando aspectos del Humanismo Eugenésico Integral (Argentina, post-Holocausto). **El banquete de los Dioses**, v. 10, n. 1, p. 213-237, jan.-jun. 2022. Disponível em: <https://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/ebdld/article/view/7334/6442>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MONTEIRO, Aílton R; BERTI FILHO, Evoneo. Obituário. Professor Luiz Gonzaga E. Lordello. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 77, n. 1, p. 9-13, 2002. Disponível em: https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/download/1326/pdf_959. Acesso em: 18 jun. 2023.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois/Anita Garibaldi, 2014.

- MOURA, Simone M., CROCHÍK, José L. Eugenia no contexto do atual desenvolvimento das tecnologias genéticas: as deficiências em foco. **Acta Scientiarum Education**, Maringá - PR, v. 38, n. 2, p. 205-212, abr.-jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v38i2.24533>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1999.
- NALLI, Marcos A. G. Antropologia e racismo no discurso eugênico de Renato Kehl. **Teoria & Pesquisa**, p. 119-156, jul.-dez. 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5302332/mod_resource/content/1/antropologia%20e%20eugensimo.pdf. Acesso em 18 jun. 2023.
- NOBRE, Marcos. Max Horkheimer: A teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. In: NOBRE, Marcos (org). **Curso livre de Teoria Crítica**. 3ª ed. Campinas – SP: Papirus, 2013a, p. 35-52.
- NOBRE, Marcos. Modelos de Teoria Crítica. In: NOBRE, Marcos (org) **Curso livre de Teoria Crítica**. 3ª ed. Campinas – SP: Papirus, 2013b, p. 9-20.
- NOTA de falecimento. Faleceu o professor Octavio Domingues. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 47, n. 2, p. 139, jun. 1972. Disponível em: http://revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/2102/pdf_1725. Acesso em 14 dez. 2021.
- NOVAES, Adauto. A lógica atormentada. NOVAES, Adauto (org). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 9-18.
- NURIDDIN, Ayah. Engineering Uplift: Black Eugenics as Black Liberation. In: CAMPOS, Luis A. (et. al). **Nature Remade: Engineering Life, Envisioning Worlds**. Chicago: University of Chicago Press, 2021, p. 186-202.
- OLIVEIRA, Dennis. Uma análise marxista das relações raciais. In: MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois/Anita Garibaldi, 2014, p. 15-22.
- OLIVEIRA, Fátima. **Bioética: uma face da cidadania**. 2ª ed. reform. 8ª imp. São Paulo: Moderna, 2004.
- OLIVEIRA, José S.; HAMMERSCHMIDT, Denise. Genoma humano: eugenia e discriminação genética. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 8, n. 1, p. 179-191, jan.-jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/728>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- ORTEGA, Elizabeth; BELTRÁN, Maria J.; MITJAVILA, Myriam. Eugenics and medicalization of crime at the early 20th century in Uruguay. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 354-366, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018180275>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- PARRA, José R. P. Editorial. **ESALQ Notícias**, Piracicaba – SP, v. 3, n. 7, p. 2, abr. 2006. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/acom/docs/EsalqNoticias7.pdf>. Acesso em 04 jan. 2022.
- PAUL, Diane B.; STENHOUSE, John; SPENCER, Hamish G. (ed.). **Eugenics at the Edges of Empire: New Zealand, Australia, Canada and South Africa**. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan, 2018.

PEREIRA, Margareth. da S. Localistas e Cosmopolitas: a rede Rotary Club International e os primórdios do urbanismo no Brasil (1905-1935). **Oculum Ensaios**, Campinas – SP, n. 13, p. 12-31, jan.-jun. 2011. Disponível em:

<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/138/125>.

Acesso em: 18 jun. 2023.

PETRY, Franciele B. O conceito de razão nos escritos de Max Horkheimer. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, n. 22, p. 31-48, jul.-dez. 2013. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v0i22p31-48>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PICELLI, Pedro de C. **Sócios de brancura: branquitude média na Rio Claro republicana (1879-1940)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.1128852>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PINTO, Cláudia B. S.; MIRANDA, Elaine S.; CASTRO, Claudia G. S. O. O “kit-covid” e o Programa Farmácia Popular do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 37, n. 2, e00348020, p. 1-5, 2021. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csp/2021.v37n2/e00348020/pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PLATÃO. **A República (ou Da Justiça)**. Tradução, textos complementares e notas de Edson Bini. 2ª ed. São Paulo: EDIPRO, 2012.

POSNER, Gerald L.; WARE, John. **Mengele: a história completa do anjo da morte de Auschwitz**. Trad. Mário Molina. São Paulo: Cultrix, 2019.

PRÊMIO Professor Octavio Domingues. **Conselho Federal de Medicina Veterinária**. 10 out. 2018. Disponível em:

<https://www.cfmv.gov.br/premio-octavio-domingues/institucional/2018/10/10/>. Acesso em:

18 jun. 2023.

RÉGIS, Hebe C. B. **Mulheres com deficiência intelectual e a esterilização involuntária: de quem é esse corpo?** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis - SC, 2013.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123020>. Acesso em: 18 jun. 2023.

RENSMANN, Lars. **The Politics of Unreason: The Frankfurt School and the origins of antisemitism**. Philosophy and Race Series. Albany: SUNY Press, 2017.

ROBERTSON, Roland. Civilization(s), Ethnoracism, Antisemitism, Sociology. In: STOETZLER, Marcel (ed.). **Antisemitism and the Constitution of Sociology**.

Lincoln/London: University of Nebraska Press, 2014, p. 206-245.

ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no Boletim de Eugenia 1929-1933. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 13, p. 162-177, 2011. Disponível em:

https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq13/11%20_a_educacao_cp13.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

ROCHA, Simone. **Eugenia no Brasil: análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia: 1929-1933**. Tese (Doutorado em História da Ciência), Programa de História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – SP, 2010.

Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13240>. Acesso em: 18 jun. 2023.

- ROCHA, Simone. A educação como projeto de melhoramento racial: uma análise do Art. 138 da Constituição de 1934. **Revista Eletrônica de Educação (REVEDUC)**, v. 12, n. 1, p. 61-73, jan.-abr., 2018. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/2116/668>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- ROSA, Alexandre M.; NUNES, Everardo D. Revisitando a controvérsia sobre raça, eugenia e Educação Física na obra de Fernando de Azevedo: uma nova visão sobre miscigenação e seu papel na construção de uma nação. **Cadernos de História da Educação**, v. 21, e122, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-122>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- ROMANELLI, Otaíza O. **História da Educação no Brasil**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ROUANET, Sérgio P. A deusa razão. In: NOVAES, Adauto (org). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 285-299.
- ROUANET, Sérgio P. **As razões do Iluminismo**. 5ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RUDLING, Per Anders. Eugenics and Racial Biology in Sweden and the USSR: contacts across the Baltic Sea. **Canadian Bulletin of Medical History**, v. 31, n. 1, p. 41-75, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/cbmh.31.1.41>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- SANSONE, Lírio. As relações raciais em Casa-Grande & Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Versão digital. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2018, p. 290-306.
- SANTOS, Alessandra R. **Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as ideias de Renato Kehl e Octavio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/santosar.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- SANTOS, Joel R. O negro como lugar. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Versão digital. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2018a, p. 307-315.
- SANTOS, Ricardo V. Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Versão digital. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2018b, p. 173-195.
- SANTOS, Ricardo A. dos. **Pau que nasce torto nunca se endireita**. E quem é bom já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF), 2008. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_SANTOS_Ricardo_Augusto_dos-S.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 1ª ed. eletr. Campinas – SP: Autores Associados, 2019.
- SCHÄFER, Leon P. An ambiguity in Habermas' argument against liberal eugenics. **Bioethics**, v. 33, n. 9, p. 1059-1064, ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/bioe.12650>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SCHNEIDER, Eduarda M.; MEGLHIORATTI, Fernanda A. A influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930. **Anais do IX ANPED Sul**, Caxias do Sul – RS, jul.-ago. 2012, p. 1-12.

SCHWARCZ, Lilia M.; Starling, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. 15ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia M. Lima Barreto e a escrita de si. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 137-153, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MqHwT936bYSrkR4w5KKqq6j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SEIXAS, André A.; MOTA, André; ZILBREMANN, Monica L. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. **Rev. Psiquiatr. Rio Gd. Sul**, v. 31, n. 1, p. 82, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-81082009000100015>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SEIXAS, Raul. S. **As aventuras de Raul Seixas na cidade de Thor**. Gita (Vinil, LP). Rio de Janeiro – RJ: Phillips, 1974.

SEIXAS, Raul S. **Todo mundo explica**. Mata Virgem (Vinil, LP). Rio de Janeiro – RJ: WEA, 1978.

SILVA, João I. **Por uma eugenia latino-americana: Victor Delfino e Renato Kehl**. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas). Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VGRO-7PDJW5>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SILVA, Rhonan F. da; MIAMOTO, Paulo; SILVA, Ricardo H. A. da. Luiz Lustosa da Silva e o surgimento da odontologia legal no Brasil: revisão em acervo jornalístico e de literatura. **Revista Brasileira de Odontologia Legal (RBOL)**, Ribeirão Preto - SP, v. 4, n. 1, p. 78-106, 2017. Disponível em: <http://portalabol.com.br/rbol/index.php/RBOL/article/view/118/126>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SILVA, Sabrina C. Q. **Planejamento familiar ou esterilização em massa de mulheres negras?: o relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de 1993**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22865/1/2018_SabrinaCristinaQueirozSilva_tcc.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

SOARES, Hidélbrando S.; TEIXEIRA, Dárcio I. A. Nota em defesa da educação para todos. **Universidade Estadual do Ceará (UECE)**, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.uece.br/noticias/nota-em-defesa-da-educacao-para-todos/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2013.

SOUZA, Maurício R. de. O conceito de esclarecimento em Horkheimer, Adorno e Freud: apontamentos para um debate. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 469-476, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/3jmh59yQVTWQczMcZVHmRGG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SOUZA, Valdomiro J. **Projeto Genoma Humano**: utopia do homem geneticamente perfeito. Ensaio de Bioética. São Paulo: Loyola, 2004.

SOUZA, Vanderlei S. de. **A política biológica como projeto**: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Dissertação (Mestrado em História das Ciências), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2006. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6134/2/8.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SOUZA, Vanderlei S. de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl., p. 93-110, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QdB4RrFgDkSTr8kzn5R59Tj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SOUZA, Vanderlei S. de. A história da eugenia em perspectiva. In: BOARINI, Maria L. (org). **A busca da perfeição**: o ideário eugenista em pauta. Maringá: EDUEM, 2019, p. 09-16.

SOUZA, Vanderlei S. de. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. **Revista de História Regional**, v. 1, n. 2, p. 29-70, out. 2007. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2230/1712>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SOUZA, Vanderlei S. de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil**: ciência, raça e nação no período entreguerras. Guarapava: Editora Unicentro, 2019.

STEFANO, Waldir. Octavio Domingues: concepções sobre miscigenação no contexto eugênico. **Temas & Matizes**, Dossiê Darwinismo e Filosofia, n. 15, p. 42-54, jan.-jun. 2009. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/download/3905/3021/14361>. Acesso em: 18 jun. 2023.

STEFANO, Waldir; PEREIRA, Aguiar A. A abordagem da “educação sexual” no Boletim de Eugenia (1929-1933). **Revista Pluri**, Dossiê Educação: Jogos e Gamificação, São Paulo, n. 2, p. 65-72, jul.-dez. 2019. Disponível em: <http://revistapluri.cruzeirosulvirtual.com.br/index.php/pluri/article/download/90/103/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

STEPAN, Nancy L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Trad. Paulo M. Garchet. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

STEPAN, Nancy L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 330-391. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

STEPAN, Nancy L. Eugenics in Brazil. 1917-1940. In: ADAMS, Mark (ed.). **The Welborn Science**. Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia. New York: Oxford University Press, 1990, p. 110-152.

STERN, Alexandra M. **Eugenic Nation**: faults and frontiers of better breeding in modern America. California: University of California, 2005

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia).

Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo (USP), 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

TITÃS. **Homem primata**. Cabeça dinossauro (Vinil, LP). Rio de Janeiro – RJ: WEA, 1986.

TURDA, Marius; WEINDLING, Paul J. **Blood and Homeland: Eugenics and Racial Nationalism in Central and Southeast Europe, 1900–1940**. New York: Central European University Press, 2007.

VASCONCELLOS, Phillippe W. C. Prof. Dr. Salvador de Toledo Piza Júnior. **Revista de Agricultura**, Piracicaba – SP, v. 44, n. 1, p. 1-3, mar. 1969. Disponível em: <https://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/2946>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VAZ, Sergio. Os miseráveis. **Colecionador de Pedras**. 3ª ed. São Paulo: Global Editora, 2021.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl M. Fernando de Azevedo e a questão da “raça brasileira”: sua regeneração pela educação física. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia – MG, v. 8, n. 1, p. 57-70, jan.-jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/2275/1863>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VERZOLLA, Beatriz L. P. As representações do mal: as imagens da doença e da degeneração racial nos livros didáticos (1920 e 1930). In: MOTA, André; MARINHO, Maria G. S. M. (orgs). **Eugenia e História: ciência, educação e regionalidades**. Coleção Medicina, Saúde e História, v. 4. São Paulo: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013, p. 49-72.

VIANA, Shirlen N.; COSTA, Leonard C. S. Blitzkrieg bolsonarista: um conto de fa(r)da. **Revista Trama**, v. 18, n. 44, p. 50-67, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/29454>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VIEIRA, Elisabeth M. A esterilização de mulheres de baixa renda em região metropolitana do sudeste do Brasil e fatores ligados à sua prevalência. **Rev. Saúde Pública**, v. 28, n. 6, dez. 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Kk8FBsPNbKKzTL9xghNytXz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VOGEL, Klaus. The Transparent Man: some comments on the history of a symbol. In: BUD, Robert; FINN, Bernard; TRISCHLER, Helmuth (ed.). **Manifesting Medicine: Bodies and Machines**. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1999, p. 31-61.

WARWICK Estevam Kerr. **Academia Brasileira de Ciências**. Membros, [2021?]. Disponível em: <http://www.abc.org.br/membro/warwick-estevam-kerr/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

WARWICK Estevam Kerr. Galeria de Notáveis Cientistas Brasileiros. **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**, [2018?]. Disponível em: <https://canalciencia.ibict.br/ciencia-brasileira-3/notaveis/278-warwick-estevam-kerr>. Acesso em: 18 jun. 2023.

WEGNER, Robert. Dois geneticistas e a miscigenação Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933). **Varia Historia**, v. 33, p. 79-107, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/M5wjvmdn4QYV9Y9t9JL3bhx/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

WEGNER, Robert. Prefácio. In: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras**. Guarapava: Editora Unicentro, 2019, p. 17-25.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei S. de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 263-288, jan.-mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Hxj4PcSwZGZQzfTRgHpGCbC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

WEISS, Sheila F. **The Nazi Symbiosis**. Human Genetics and Politics in the Third Reich. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2010.

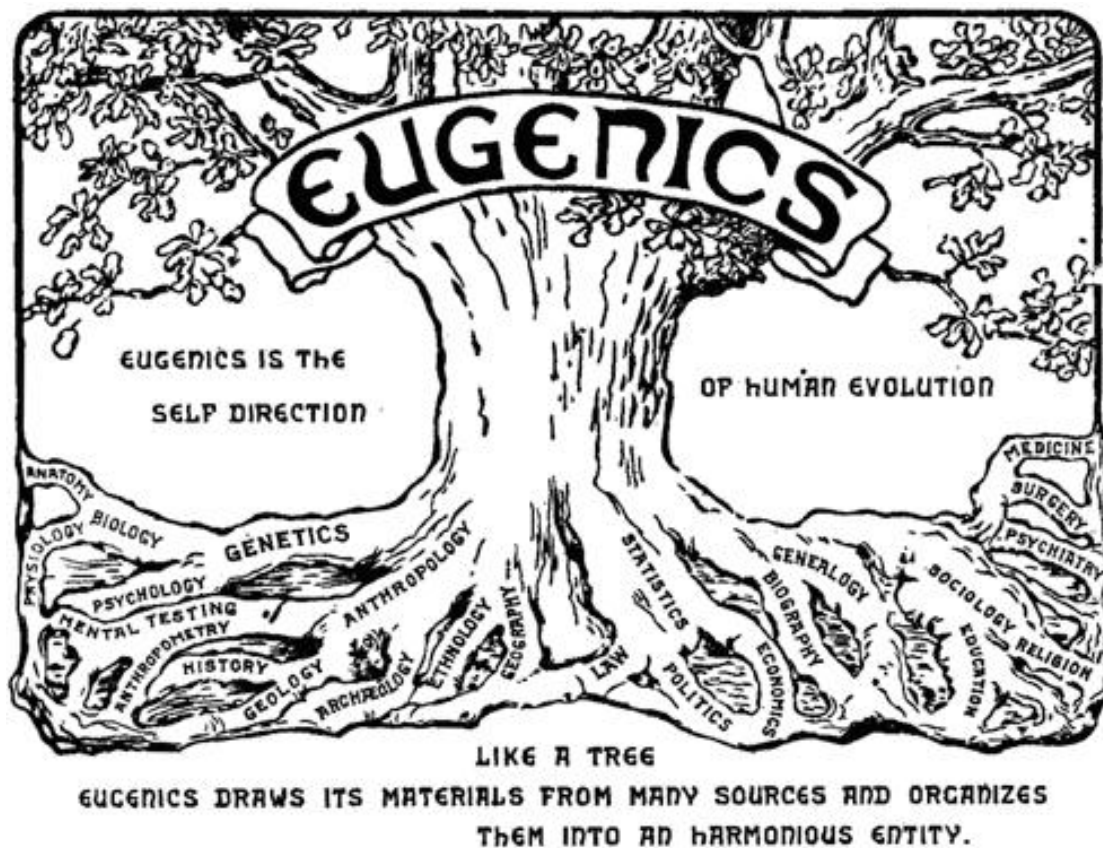
WEISS, Sheila F. The Race Hygiene Movement. 1904-1945. In: ADAMS, Mark (ed.). **The Welborn Science**. Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia. New York: Oxford University Press, 1990, p. 8-49.

WISNIK, Guilherme. Eugenia e gestão da pandemia. **Jornal da USP**, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/wisnik-discute-a-relacao-entre-eugenia-e-a-gestao-da-pandemia/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

WOLFF, Francis. Nascimento da razão, origem da crise. Trad. Paulo Naves. In: NOVAES, Aduauto (org). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 67-82.

ZAMARCHI, Jaqueline B. Eugenia e higienização: a educação eugênica para crianças na rede pública de ensino a partir do livro “A Fada Hygia” de Renato Kehl de 1937. **Cadernos de Clio**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 69-95, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/clio/article/view/79839/45015>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Anexo A – Árvore interdisciplinar da eugenia, símbolo do Segundo Congresso Internacional de Eugenia (1921).



Fonte: Nursing Clio. Disponível em: <https://nursingclio.org/2021/04/15/containment-and-control-not-care-or-cure-an-interview-with-elizabeth-catte-on-virginias-eugenics-movement/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Anexo B – Cartaz sobre “semeadura eugênica” da Eugenics Society (ca. 1930).



Fonte: English Heritage. Disponível em: <https://www.english-heritage.org.uk/visit/blue-plaques/blue-plaque-stories/eugenics/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Anexo C – Cartaz sobre “aparas eugênicas” da Eugenics Society (ca. 1930).



Fonte: Wellcome Library Eugenics Society Archive. Disponível em:
<https://wellcomecollection.org/works/p6q45qb3/items>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Anexo D – Recenseamento eugênico de Renato Kehl no *Boletim de Eugenia* (1933).

26 BOLETIM DE EUGENIA

ESTATISTICA FAMILIAR

Aos nossos leitores

Para atender ao útil e interessante estudo estatístico que o Dr. Renato Kehl, presidente da Comissão Central Brasileira de Eugenia está realizando, com o intuito de conhecer as condições eugênicas e sociais das famílias nacionais e estrangeiras que vivem no nosso país, solicitamos dos colegas e leitores do «Boletim de Eugenia», bem assim de todos que desejarem colaborar neste estudo, o maior número possível de dados sobre casais de seu conhecimento, quanto às seguintes informações:

1.o — Nome ou as iniciais do casal:

2.o — Residência, Cidade e Estado:

3.o — Ano do casamento:

4.o — Número de filhos vivos:

5.o — Número de filhos mortos:

6.o — Número de abortos:

7.o — Registraram-se partos duplos, triplos?

8.o — Idade atual do pai:

9.o — Idade atual da mãe:

10.o — Situação econômica do casal: $\left\{ \begin{array}{l} \text{rica ?} \\ \text{abastada ?} \\ \text{remediada ?} \end{array} \right. \left\{ \begin{array}{l} \text{pobre ?} \\ \text{pauperrima ?} \end{array} \right.$

11.o — Profissão do pai?

12.o — Profissão da mãe?

Assinatura ou as iniciais do informante:

Data:

Pede-se remeter estes dados ao Dr. Renato Kehl, caixa postal 2926, Rio de Janeiro.

Fonte: *Boletim de Eugenia*, Piracicaba – SP, v. 5, n. 42, p. 26, abr.-jun. 1933.